



UNIVERSIDAD PABLO DE OLAVIDE

DOCTORADO EN CIENCIAS JURÍDICAS Y POLÍTICAS

**PARA ALÉM DOS DIREITOS HUMANOS:  
O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO AGENTE EMANCIPATÓRIO  
EM DEFESA DE TODAS AS FORMAS DE VIDA**

TESIS DOCTORAL

Ramiro Rockenbach da Silva Matos Teixeira de Almeida

Sevilla, España  
Octubre de 2016

# **PARA ALÉM DOS DIREITOS HUMANOS: O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO AGENTE EMANCIPATÓRIO EM DEFESA DE TODAS AS FORMAS DE VIDA**

Ramiro Rockenbach da Silva Matos Teixeira de Almeida

Tesis Doctoral presentada en el programa de Doctorado en Ciencias Jurídicas y Políticas,  
como requisito para la obtención del **Título de Doctor en Ciencias Jurídicas y Políticas**

Tutora: Lucía Vázquez Pastor Jiménez

Director: Jefferson Aparecido Dias

Sevilla, España

Octubre de 2016

Universidad Pablo de Olavide  
Programa de Doctorado en Ciencias Jurídicas y Políticas

La Comisión Examinadora, abajo firmante, aprueba la Tesis Doctoral

**PARA ALÉM DOS DIREITOS HUMANOS: O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO AGENTE  
EMANCIPATÓRIO EM DEFESA DE TODAS AS FORMAS DE VIDA**

Elaborada por

**Ramiro Rockenbach da Silva Matos Teixeira de Almeida**

Como requisito parcial para la obtención del  
Título de Doctor en Ciencias Jurídicas y Políticas

COMISIÓN EXAMINADORA

Prof(a).

Dr(a).....

(Presidente – nombre de la institución de vínculo)

Prof(a).

Dr(a).....

(nombre de la institución de vínculo)

Prof(a).

Dr(a).....

(nombre de la institución de vínculo)

Sevilla, España

Octubre de 2016

*À vida em todas as suas formas, sejam humanas ou não humanas.*

*Às Luas na Terra que iluminam a minha vida: Luana e Luna.*

*À vida que dentro de si me gerou: minha mãe Maria Helena.*

*A meus pais que tanto me ensinaram sobre a vida: Alexandre e Tio Gordo.*

*A toda minha família, amigos e companheiros nessa jornada da vida.*

## **AGRADECIMENTO**

A vida está em todo lugar e por isso a ela sou muito grato. A luz e a energia do Sol; o frescor das águas do mar; a beleza das florestas; o perfume das flores; o cantar livre dos pássaros e tantos encantos naturais, dentre eles nós, cada humano, mais um entre os infindáveis componentes na teia da vida. À vida como um todo agradeço muito.

Pela vida em família, agradeço a todos os meus familiares: avós e avôs, mãe e pai, tias e tios, irmã e irmãos, primas e primos, cunhadas e cunhados, sobrinhas e sobrinhos e os demais, seja no Sul, no Nordeste, no Brasil todo e fora dele. Com elas e eles convivi, aprendi, discuti, andei, ri, chorei, compartilhei e formei minha personalidade.

Pela vida em amigos, agradeço a todas elas e a todos eles que de uma forma ou outra contribuíram para que eu pudesse ser o que sou: um ser em constante transformação.

Pela vida profissional, agradeço a todos os colegas de Ministério Público Federal (terceirizados, estagiários, servidores e membros) de Norte a Sul do Brasil. Em especial, minha gratidão àqueles com quem tive a feliz oportunidade de compartilhar parte de nosso tempo existencial, em Dourados-MS, Bagé-RS, Aracaju-SE, Salvador-BA e Campo Grande-MS.

Pela vida de doutorando, agradeço aos que me permitiram tempos memoráveis em Sevilha, na Espanha, em torno da Universidade Pablo de Olavide: Carlos Roberto Diogo Garcia, Eleovan César Lima Mascarenhas, Jefferson Aparecido Dias, Antonio Henrique Graciano Suxberger, André Machado e Dulce Torzecki, dentre outros. E, de coração, agradeço ao meu tio e amigo Julio Toro, por sua paciência e dedicação, bem como ao Professor Antonio Carlos Wolkmer pela valiosa contribuição e apoio. Faço também um agradecimento especial a minha tutora, a Professora Doutora Lucía Vázquez Pastor Jiménez, cuja atenção e compromisso constante me permitiram a conclusão dos estudos e, sobretudo, ao Professor Francisco Infante e à Professora Carol Proner, sem os quais, pelo carinho e acolhimento, não conseguiria chegar até aqui. E, claro, é preciso agradecer imensamente ao *maestro* de todos nós, o professor, amigo e incansável defensor dos direitos humanos e de um mundo melhor para todos e todas, Joaquín Herrera Flores.

Pela oportunidade de uma vida renovada, agradeço à minha sempre amada instituição, o Ministério Público Federal, não só por me ter permitido realizar os estudos de doutorado, num curso aberto e emancipatório, mas sobretudo por ser o espaço brasileiro singular (o melhor que conheço) a partir do qual meus sonhos e ideais podem ser postos em prática a serviço das presentes e futuras gerações, humanas e não humanas.

Pela vida de irmandade, agradeço ao meu irmão, de sangue, alma e coração: Ruben Rockenbach Manente. Por mim ele entrou no doutorado. Por ele e com ele, consigo sair, com a cumplicidade que sempre nos marcou. Igualmente, agradeço ao meu diretor-irmão de tese, Jefferson Aparecido Dias, que deu tudo de si, com humildade, seriedade e com o melhor que há em riqueza humana para que esses estudos se concretizassem. Sou eternamente grato, também, ao meu codiretor-irmão de tese Antonio Suxberger, esse mago dedicado que em curto espaço de tempo, com seu coração grande, alma generosa e capacidade acadêmica imensurável, me fez transformar em tese de doutorado aqueles rabiscos bem intencionados: sem ele, isso não teria sido possível. A outros irmãos e irmãs especiais agradeço muito, com imenso carinho, pelo que representaram e representam: Rafael e Fernanda, Ruben e Larissa, Andrea, Tiaraju, Adelar e Leda, Charles e Nanda, Blal e Sueli, Grandão e Rosinha, Wilson e Loly, Franco e July, Caê e Thais, Marcelo, Urbano e suas lindas famílias repletas de vida (destacando os pequeninos, alguns já nem tão pequenos: Kiko, Gugu e Wilson, Mari, Rafaela e Felipe, Arthur e Duda, Sophia, Manu e Ramiro Miguel). E, claro, ao preto velho, meu estimado velhinho chinês e ao ciclo infinito que comungamos.

Pela razão de ser da vida, agradeço às minhas meninas, meus amores: minha esposa e minha filha. Luana e Luna, minhas Luas na Terra. Exemplares raros da beleza de vida doce, alegre, contagiante e encantadora. Não lhes peço perdão pelas horas roubadas para me dedicar à tese de doutorado, pois não as roubei: me recusei a roubar. Poderia ter produzido escritos com maior qualidade e profundidade (isso sempre é e será possível), mas jamais o faria se o preço fosse perder um minuto sequer do aconchego delas. Roubei horas de tudo e de todos, menos delas. Dormi menos, comi menos, me exercitei menos. Mas, como prometi a elas, nada deixei de fazer por elas e com elas. Espero, sinceramente, ter cumprido minha promessa. Somente assim minha jornada de estudos terá feito sentido. Não sou nem posso ser sem elas. Obrigado, meus amores, por me permitirem a leveza e a exuberância de suas companhias. Que a eternidade nos conceda a graça de estarmos sempre juntos.

*“Somente a verdade é a essência no mundo”*

*“Não mateis nenhum ser vivo”*

(Mahavira)

## **RESUMO**

A tese doutoral pretende analisar, sob o marco da teoria crítica dos direitos humanos de Joaquín Herrera Flores, a relação de subordinação, na atual configuração do sistema-mundo, em que estão submetidos os não humanos (animais e demais formas de vida). Trata-se, de fato, de uma tentativa de tornar visível a condição de sujeitos-objetos historicamente negados e excluídos de uma vida digna, reconhecendo que aquilo que construímos (e seguimos construindo) em prol dos direitos humanos deve incluir os não humanos, porquanto somente nesse rumo teremos condições de alcançar um convívio pacífico comum. Faz-se necessário, portanto, impulsionar uma mudança no pensamento dominante que centra o ser humano como o sujeito de direitos essenciais (antropocentrismo), demonstrando que todo o arcabouço jurídico, aplicado e pensado em favor dos humanos, deve ser aplicado aos não humanos (biocentrismo). Para tal análise, o trabalho inicia com a abordagem dos direitos humanos entendidos como produtos culturais capazes, em um cenário que ressalta o papel de relevo da potência humana, de dar novo sentido ao mundo, onde método e conteúdo da investigação se associam, para garantir as transformações propostas por meio de um circuito de reação cultural para humanos e não humanos. Em um segundo momento, a teoria crítica dos direitos humanos é conjugada com a necessidade da adoção de uma postura de paz em pensamentos, em palavras e sobretudo em ações para garantir, de forma adequada, a reação cultural proposta. É que o agir pacifista também é imprescindível para que coletivos e instituições se comportem conforme diretrizes que respeitem todas as formas de vida, trazendo a compreensão de que o homem não é o elemento central das coisas, mas sim a vida. Passamos, após, a contextualizar o Brasil e sua relação com os não humanos, em especial para demonstrar que, apesar de sua condição de país periférico no sistema-mundo, é líder mundial quando o assunto é a exportação de não humanos para alimentar humanos. Por fim, se analisa o papel do Ministério público brasileiro enquanto instituição capaz de atuar de forma emancipadora para além dos humanos, como engrenagem em um processo de reação cultural que nos liberte da visão hegemônica antropocêntrica, especista e discriminatória.

Palavras-chave: Teoria crítica dos direitos humanos. Direito dos não humanos. Biocentrismo. Paz. Ministério Público.



## **RESUMEN**

La tesis doctoral se propone analizar, en el marco de la teoría crítica de los derechos humanos de Joaquín Herrera Flores, la relación de subordinación, en la configuración actual del sistema-mundo, en el que los seres humanos (animales y otras formas de vida) se someten. Es, de hecho, un intento de hacer visible la condición de sujetos-objetos históricamente negados y excluidos de una vida digna, reconociendo que lo que construimos (y seguimos construyendo) en virtud de los derechos humanos debe incluir los no humanos, porque sólo de esta manera seremos capaces de lograr una convivencia pacífica común. Por lo tanto, es necesario impulsar un cambio en el pensamiento dominante que centra el ser humano como un sujeto de derechos esenciales (antropocentrismo), lo que demuestra que todo el marco jurídico, aplicado y pensado a favor de los seres humanos, debe aplicarse a los no humanos (biocentrismo). Para este análisis, el trabajo inicia con el abordaje de los derechos humanos entendidos como productos culturales capaces, en un escenario que resalta la importancia de la potencia humana, de dar un nuevo sentido al mundo, en el que método y contenido de la investigación se asocian, para garantizar las transformaciones propuestas a través de un circuito de reacción cultural para humanos y no humanos. En un segundo momento, la teoría crítica de los derechos humanos se une a la necesidad de adoptar una postura de paz en los pensamientos, en las palabras y, en especial, en las acciones para garantizar, de manera adecuada, la reacción cultural propuesta. Es que el actuar pacifista también es indispensable para que los colectivos y las instituciones se comporten como directrices que respetan todas las formas de vida, trayendo la comprensión de que el hombre no es el elemento central de las cosas, sino la vida. Después, pasamos a contextualizar Brasil y su relación con los no humanos, sobre todo para demostrar que, a pesar de su condición de país periférico en el sistema-mundo, es líder mundial en lo que se refiere a la exportación de no humanos para alimentar los humanos. Por fin, se analiza el papel del Ministerio Público brasileño como una institución capaz de actuar de forma emancipadora más allá de los humanos, como un engranaje en un proceso de reacción cultural que nos liberte de la visión hegemónica antropocéntrica, especista y discriminatoria.

Palabras clave: Teoría crítica de los derechos humanos. Derecho de los no humanos. Biocentrismo. Paz. Ministerio Público.

## **ABSTRACT**

The doctoral thesis aims to analyze, under the framework of critical theory of human rights Joaquín Herrera Flores, the relationship of subordination, in the current world-system configuration, in which humans are not submitted (animals and other life forms). It is, in fact, an attempt to make visible the condition of historically denied and excluded subject-object of a dignified life, recognizing that what we build (and continue building) for human rights should include non-human, because only in this way we will be able to achieve a common peaceful coexistence. Thus, it is necessary to promote a change in the dominant thinking that focuses man as the subject of essential rights (anthropocentrism), demonstrating that the entire legal framework, applied and thought in favor of humans, should be applied to non-human (biocentrism). For this analysis, the work begins with the approach to human rights understood as cultural products capable, in a setting that emphasizes the important role of human power, to give new meaning to the world, where method and research content are associated to ensure the transformations proposed by a cultural reaction circuit for human and non-human. In a second moment, the critical theory of human rights is coupled with the need to adopt a posture of peace in thoughts, in words and especially in actions to ensure adequately, the cultural reaction proposed. It is that the act pacifist is also indispensable for collective and institutions behave as guidelines that respect all forms of life, bringing the realization that man is not the central element of things, life is. Later, we move to contextualize Brazil and its relationship to non-human, especially to show that, despite its peripheral country status in the world system, is a world leader when it comes to the exportation of non-human to feed humans. Finally, it examines the role of Brazilian Prosecution Service as an institution able to act in a emancipating way beyond humans, like a gear in a cultural reaction process that liberates us from the hegemonic anthropocentric view, speciesist and discriminatory.

Keywords: Critical theory of human rights. Rights of non-human. Biocentrism. Peace. Prosecution Service.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I- DIREITOS HUMANOS: O QUÊ, DE ONDE E PARA ONDE?.....	27
1.1 O que são direitos humanos?.....	27
1.2 A teoria crítica dos direitos humanos e a reação cultural.....	37
1.2.1 A perspectiva crítica.....	42
1.2.2 A perspectiva crítica em direitos humanos.....	47
1.3 Os direitos humanos entendidos como produtos culturais: reconhecendo e valorizando o diferente.....	53
1.3.1 Os espaços de luta e as cotas de dignidade .....	57
1.3.2 Os debates, as construções coletivas, as redes.....	63
1.4 Os novos rumos dos direitos humanos.....	66
1.4.1 Visibilizar, desestabilizar, transformar.....	73
1.4.2 Pedagogia e ação concreta: o diamante ético.....	75
1.5 Uma cultura jurídica plural para além dos direitos humanos .....	80
1.5.1 O pluralismo jurídico e os novos sujeitos históricos.....	85
1.5.2 O pluralismo jurídico como instrumento para superar a discriminação entre espécies (especismo).....	88
 CAPÍTULO II- DIREITOS HUMANOS E NÃO HUMANOS: O RESPEITO A TODAS AS FORMAS DE VIDA E A PAZ COMO CAMINHO COMUM.....	 100
2.1 A teoria crítica dos direitos humanos posta à prova.....	100
2.1.1 As decisões iniciais concretas: <i>pensar para além dos humanos; novos valores para além dos direitos humanos; dignidade para além da dignidade humana; um lugar para além dos humanos; potência para além da potência humana; e uma cultura jurídica para além dos humanos</i> .....	104
2.1.2 O diamante ético em ação.....	111

2.2 Uma pausa necessária: os humanos no mundo e no cosmos.....	114
2.3 A paz é o caminho: somos pacíficos por natureza.....	117
2.3.1 A Grande Alma: sua vida e experiências com a verdade e seu atuar como reação cultural a bem dos humanos e para além.....	124
2.3.1.1 Os primeiros passos do Mahatma Gandhi.....	126
2.3.1.2 O <i>satyagraha</i> : a firmeza da verdade.....	130
2.3.1.3 O <i>ahimsa</i> : a não violência em sua plenitude.....	133
2.3.1.4 Ações pacíficas no mundo real.....	136
2.4 O respeito a todas as formas de vida e o convívio pacífico comum: uma necessária mudança de postura.....	143
2.4.1 A Teoria de Gaia.....	152
2.4.2 A Ecologia Profunda.....	154
2.5 O atuar dos humanos e seus reflexos na paz (local e global).....	158
2.5.1 Por um outro critério de valor: a riqueza humana e não humana e a defesa da dignidade da vida.....	166
2.5.2 Pelos não humanos: dos mais próximos aos mais distantes.....	173

### CAPÍTULO III- A REALIDADE E O CONCRETO - DIREITOS HUMANOS E NÃO HUMANOS NO CONTEXTO: DO GLOBAL AO LOCAL.....180

3.1 O sistema-mundo: a necessidade de um comportamento diferente nos países centrais e periféricos.....	180
3.2 A alimentação humana e o drama dos não humanos: efeitos de uma indústria bilionária desde o Norte até o Sul Global.....	184
3.2.1 Os impactos impulsionados por um país central: Estados Unidos, o líder no sistema-mundo capitalista.....	191
3.2.2 Os impactos impulsionados por um país periférico: o Brasil, o líder em exportação de não humanos para alimentar humanos.....	198
3.3 O Brasil dos humanos.....	206

3.3.1 As regiões brasileiras e seu desenvolvimento desigual.....	209
3.3.1.1 O Norte.....	211
3.3.1.2 O Nordeste.....	214
3.3.1.3 O Centro-Oeste.....	217
3.3.1.4 O Sudeste.....	219
3.3.1.5 O Sul.....	221
3.4 O Brasil dos não humanos.....	227
3.4.1 A fauna e a flora brasileiras e sua importância sem igual.....	227
3.4.1.1 A Amazônia.....	231
3.4.1.2 O Cerrado.....	232
3.4.1.3 A Caatinga.....	233
3.4.1.4 A Mata Atlântica.....	234
3.4.1.5 O Pampa.....	236
3.4.1.6 O Pantanal.....	237
3.4.1.7 A Zona Costeira.....	238
3.5 As relações entre humanos e não humanos no Brasil: uma imensa linha abissal – no tempo e no espaço - a desfazer.....	239
 IV- O MINISTÉRIO PÚBLICO EM DEFESA DA DIGNIDADE DA VIDA HUMANA E NÃO HUMANA E DA PAZ.....	254
4.1 O Ministério Público e os lados da linha abissal.....	254
4.1.1 Ministério Público brasileiro, <i>Ombudsman</i> e <i>Defensorias del Pueblo: instituições pela efetivação de direitos humanos</i> .....	261
4.1.2 Ministério Público em uma breve narrativa na história do Brasil: potencial para impulsionar ou barrar direitos humanos.....	264
4.2 O Ministério Público no Brasil e a sua vocação institucional para atuar em defesa dos direitos humanos.....	267
4.2.1 Direitos humanos como temática específica de atuação.....	273

4.2.2 Direitos humanos e Conselho Nacional do Ministério Público.....	276
4.3 O Ministério Público Federal: compromisso em atuar pela efetivação de direitos humanos em todas as regiões brasileiras.....	280
4.3.1 O Planejamento Estratégico do MPF e os Direitos Humanos.....	283
4.3.2 A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), sua atuação e a Federação Ibero-americana de <i>Ombudsman</i> (FIO).....	290
4.4. O MPF e a teoria crítica dos direitos humanos: atuações concretas e emancipatórias a bem da comunidade humana.....	294
4.4.1. O MPF pela Educação – MPEduc: pelo futuro do Brasil.....	297
4.4.2 O MPF pela saúde: alento aos esquecidos.....	300
4.4.3 O MPF pela moradia: o fim de uma longa espera .....	302
4.4.4 O MPF pelo trabalho digno: escravos nunca mais.....	304
4.4.5 O MPF pelas minorias: por elas e com elas.....	307
4.4.6 O MPF dando voz a quem não tinha: o processo-filme.....	310
4.4.7 O MPF pelo meio ambiente: “carne legal” – o maior processo de redução da emissão de gases do efeito estufa e de preservação ambiental da história da humanidade.....	312
4.5. O MPF, as demais instituições e cada um de nós para além da dignidade humana: humanos, não humanos, paz e respeito à vida.....	315
4.6. O Ministério Público como agente emancipatório em defesa de todas as formas de vida.....	328
CONCLUSÕES.....	336
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	352

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto das investigações desenvolvidas no marco do programa oficial de Doutorado em Ciências Jurídicas e Políticas (RD 99/2011), curso 2015-2016, promovido pela *Universidad Pablo de Olavide* (UPO), Sevilha/Espanha, na linha de investigação em “direitos humanos e desenvolvimento”, com Tutoria da Professora Doutora Lucía Vázquez Pastor Jiménez e Direção do Professor Doutor Jefferson Aparecido Dias (tendo como codiretor de fato o Professor Doutor Antonio Henrique Graciano Suxberger). A tese doutoral é resultado, ainda, da continuação das pesquisas realizadas pelo doutorando no curso em *Derechos Humanos y Desarrollo*, 2006/2007, da UPO, coordenado à época por Joaquín Herrera Flores.

A temática da investigação se insere no campo do desenvolvido pelos indivíduos da espécie humana naquilo que se convencionou denominar de direitos humanos<sup>1</sup>. Uma noção que adquiriu especial roupagem quando as pessoas, compartilhando as incertezas existenciais e objetivando a busca pelo bem comum, foram se agrupando e dando origem aos contornos atuais do que chamamos de Estado. Os direitos humanos, em sua gênese fundacional, foram pensados para possibilitar que as pessoas vivessem com dignidade, de modo que os recursos – naturais e os bens materiais e imateriais – servissem ao bem-estar de todos.

A pretensão originária, no entanto, revela que o ideário de um viver com dignidade não se concretizou. O modo de vida hegemonicamente imposto no atual

---

<sup>1</sup> É válido salientar que a expressão direitos humanos tem origem na concepção da parte ocidental do mundo e, como lembra Boaventura de Souza Santos, atualmente são identificados pelo menos quatro regimes internacionais de aplicação dos direitos humanos: o europeu, o inter-americano, o africano e o asiático (SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma concepção Intercultural dos Direitos Humanos. Em: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; e PIOVESAN, Flávia [coord.]. *Igualdade, Diferença e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010, pp.03-45). De igual importância, vale registrar a observação de Manoel Gonçalves Ferreira Filho no sentido de que, do lado oriental do globo terrestre, culturas milenares como a chinesa e a hindu histórica e culturalmente valorizam “obrigações” e “virtudes” em vez de “direitos” e sequer possuíam, antes da influência europeia, alguma conceituação equivalente a “direitos humanos” (FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos humanos fundamentais*. – 15. ed. – São Paulo: Saraiva, 2016, p. 31).

sistema-mundo, que divide as dimensões do poder em Norte Global e Sul Global<sup>2</sup>, traduzindo uma divisão cuja dominação político-econômica remonta aos tempos coloniais, é responsável pela criação e manutenção de graves níveis de desigualdades e profundas exclusões sociais de toda ordem.

Um contexto que ao mesmo tempo em que proporciona a alguns poucos viver na tranquilidade da superfície, condena outros muitos ao esquecimento e a todo tipo de mazelas desde as profundezas nas quais tentam sobreviver. Essas muitas pessoas e grupos, que estão situadas “abaixo” no momento de aceder aos bens indispensáveis para suas vidas, representam a escolha – racional e dirigida – de um sistema de valores que não reconhece a riqueza e a diversidade humana, mas, ao contrário, está pautado pela lógica do mercado e do capital.

Assim, pessoas como os camponeses sem terra, os trabalhadores agrícolas e os emigrantes rurais; os operários mal remunerados e explorados; os subempregados, os desempregados e os trabalhadores eventuais; os marginalizados dos aglomerados urbanos, subúrbios e vilas, carentes de bens materiais e de subsistência, sem água, luz, moradia e assistência médica; as crianças pobres e menores abandonados; as minorias étnicas discriminadas; as populações indígenas ameaçadas e exterminadas; as mulheres, os negros e os anciãos, seguem sendo condenadas a todo tipo de violência e discriminação<sup>3</sup>.

Há, contudo, aqueles que, no contexto do sistema-mundo, seja no Norte ou no Sul Global, estão mais “abaixo” ainda, num submundo oculto, relegados à condição de sujeitos-objetos historicamente negados e excluídos da possibilidade de uma vida digna. O expressar deles ecoa, mas poucos percebem isso. Tentando se fazer ouvir por Kate Solisti-Mattelon pedem que tenhamos cautela aos nos

---

<sup>2</sup> O Norte Global é formado por países do centro hegemônico: Europa Ocidental, Estados Unidos e Canadá. O Sul Global, a sua vez, é composto pelas denominadas nações periféricas, como as da América Latina e em especial o Brasil (objeto destes escritos teórico-práticos). Nesse ponto, é cristalino o dizer de Antônio Carlos Wolkmer, a partir de Immanuel Walterstein, apontando a existência de um sistema-mundo de dominação política-econômica, no qual a dependência de países periféricos latino-americanos, como o Brasil, em relação a países centrais, como os Estados Unidos, “é produto tanto das condições criadas pelo sistema mundo” quanto “da relação de classes e da ação ético-cultural dos agentes e dos grupos na esfera de colonização de cada nação e de cada Estado” (WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito. -4. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015, p. 85).

<sup>3</sup> A enumeração decorre dos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Histórico Centro-Americano de Manágua - Nicarágua -, e pela Conferência de Puebla - México (WOLKMER, Antonio Carlos., Op. Cit., p. 281).



comunicarmos com eles: *“o tom de voz é muito importante. Associamos tons agudos com felicidade, nervosismo ou preocupação. Associamos tons fortes e diretos com instruções. E associamos tons baixos e profundos com avisos”*<sup>4</sup>. Igualmente, pelas observações de Sheila Waligora, eles, dos mais inimagináveis recantos, se por nós forem notados (e considerados sob uma outra perspectiva que não a da discriminação, da exploração e do domínio que os escraviza no âmago do sistema mundial hegemônico), nos proporcionarão uma melhor consciência a respeito de nossa função em relação a eles e para que possamos evoluir todos em cooperação, com atitudes de amor e respeito, pois cada um deles *“que aparece no nosso caminho é um mundo novo de aprendizado que se abre para nós”*<sup>5</sup>.

Afinal, de que “eles” estamos tratando agora? É dos não humanos (animais e demais formas de vida). A questão é que, na trajetória humana pelo bem de sua própria espécie, parece que homens e mulheres se esqueceram de algo essencial: os humanos não estão sozinhos no Planeta Terra, tampouco devem se comportar como se dele (e de tudo que nele está) fossem os senhores absolutos.

A postura humana de violência, destruição e exploração em relação aos recursos e seres da natureza, inclusive exterminando, a seu bel prazer e sob justificativas muito frágeis, a própria vida dos demais seres vivos, distancia homens e mulheres da paz e do convívio pacífico comum. É urgente a adoção de uma nova forma de nos relacionar que garanta a todos, na prática e de verdade, o respeito aos seus elementares direitos humanos, mas que, também, considerem igualmente os direitos não humanos, representados pelos animais e todas as formas de vida.

A defesa dos direitos humanos, em suas múltiplas vertentes e lutas, via de regra, se posiciona contrariamente a situações de exploração e de subordinação a que estão submetidos os de “baixo” em comparação aos de “cima”. Rememore-se, por exemplo, os casos históricos de combate e denúncia levados a cabo pelos movimentos negros e feministas. No entanto, os não humanos padecem de uma

---

<sup>4</sup> SOLISTI-MATTELO, Kate. (...) um diálogo incomum de sabedoria; tradução de Denise C. Rocha Delela. São Paulo: Cultrix, 2007, p. 33.

<sup>5</sup> WALIGORA, Sheila. Eu falo, tu falas... Eles falam (...). Carmo da Cachoeira-MG: Editora IRDIN, 2008, pp. 73-75, 79-84 e 87-89 e 90.

série de violações, tão graves e antigas quanto aquelas registradas na história humana, mas que ficam à margem das pautas comuns dos direitos humanos.

Falamos, pois, do *especismo*, entendido como o ato de privilegiar a espécie humana em relação às demais. A definição foi originalmente cunhada por Richard Ryder<sup>6</sup> e nos lembra que aprendemos com Charles Darwin<sup>7</sup> a noção de que nós, humanos, estamos relacionados a todos os outros animais através da evolução. *“Como, então, podemos justificar a nossa quase total opressão a todas as outras espécies?”*, questiona. O psicólogo britânico também nos faz pensar sob a ótica da escravidão: *“se nos preocupamos com o sofrimento de outros seres humanos, logo devemos nos preocupar com o sofrimento de não humanos também. É o impiedoso explorador de animais, e não o protetor, que está sendo irracional, mostrando uma tendência sentimentalista ao colocar a sua própria espécie em um pedestal. (...) Se nós gradualmente trouxermos os não humanos para dentro da nossa esfera moral e jurídica, não seremos mais capazes de explorá-los como nossos escravos”*<sup>8</sup>. Não podemos, enquanto dotados de “humanidade”, seguir compactuando com essa escravidão. A referência à escravidão, nessa temática, é resgatada de Sêneca, em suas Cartas a Lucílio, quando ao criticar a soberba, a crueldade e a insolência no tratamento dispensado aos escravos (humanos), pontua o quanto somos *“escravos da luxúria, da avidez, da ambição, da esperança e do medo”*, e, por fim, sentencia:

---

<sup>6</sup> RYDER, Richard. *Os animais e os direitos humanos*. Revista Brasileira de Direito Animal, ano 4, vol. 3, janeiro-dezembro, 2008. Pp. 67-70. Vale consignar algumas observações do autor: “a palavra especismo me ocorreu durante o banho, cerca de 35 anos atrás em Oxford. Era algo como o racismo ou sexismo - um preconceito moralmente irrelevante baseado em diferenças físicas”. É dele, também, a expressão conhecida como “dorismo”, no verbo: “um dos importantes princípios do dorismo (o nome que eu dou para a minha abordagem moral) é que devemos nos concentrar sobre o indivíduo, pois é o indivíduo – e não a raça, a nação ou a espécie – que sente o verdadeiro sofrimento”. Por fim, arremata: *“evidentemente, cada espécie é diferente em suas necessidades e nas suas reações. O que é doloroso para alguns não é necessariamente para outros. Assim, nós podemos tratar de forma diferente espécies diferentes, mas devemos sempre tratar igualmente sofrimentos iguais. No caso de não humanos, assistimos eles sendo impiedosamente explorados na pecuária, em laboratórios e na vida selvagem. Uma baleia pode demorar 20 minutos para morrer depois de ser arpoada. Um lince pode sofrer por uma semana com sua perna quebrada, causada por uma armadilha de aço dentada. Uma galinha chocadeira vive toda sua vida sem conseguir ao menos esticar suas asas. Um animal em um teste de toxicidade, envenenado por um produto de limpeza, pode agonizar durante horas ou dias antes de morrer. Estes são as principais formas de abusos que provocam grande sofrimento. Ainda assim, eles continuam sendo justificados sob o fundamento de que estes dorrentes não são da nossa espécie. É como se algumas pessoas nunca tivessem ouvido falar em Darwin! Nós tratamos os outros animais não como parentes, mas como coisas insensíveis. Não sonharíamos em tratar os nossos bebês ou os adultos mentalmente deficientes dessa forma – ainda que esses seres humanos sejam, algumas vezes, menos inteligentes e capazes de se comunicar conosco, do que alguns não humanos explorados. A simples verdade é que exploramos os outros animais e lhes causamos sofrimento, porque somos mais poderosos do que eles”*.

<sup>7</sup> DARWIN, Charles. *A origem das espécies e a seleção natural*; tradução de Soraya Freitas. – São Paulo: Madras, 2014.

<sup>8</sup> Op. Cit., p. 70.

*“nenhuma escravidão é mais vergonhosa que a voluntária”*<sup>9</sup>. Entendemos, pois, que a defesa dos direitos humanos deve urgentemente abarcar a relação de subordinação que subjuga os não humanos, ultrapassando a função social do conhecimento no campo dos direitos humanos.

O que construímos, e estamos constantemente por construir, pela efetivação de direitos humanos precisa incluir os não humanos, porquanto somente nesse rumo teremos condições de alcançar um convívio pacífico comum, sobretudo porque, como disse, viveu e ensinou Mahatma Gandhi, nós, humanos, não somos violentos por natureza e sim pacíficos<sup>10</sup>. Trata-se, assim, de um desafio amplo e complexo, a ser tratado por nações, como o Brasil, por organismos nacionais e internacionais, organizações da sociedade civil e instituições, como o Ministério Público e pela postura de cada um de nós: seres humanos, do Norte e do Sul Global.

Faz-se necessário, portanto, impulsionar uma mudança no pensamento dominante que centra o ser humano como o sujeito de direitos essenciais (antropocentrismo), demonstrando que todo o arcabouço construído (e em construção) em favor dos humanos (direitos humanos) deve ser aplicado aos não humanos: animais e demais formas de vida (biocentrismo).

O problema a ser enfrentado nesta pesquisa teórico-prática é, pois, encontrar fundamentos e propor ações concretas aptas a responder, ou apontar caminhos, a respeito dos seguintes questionamentos: (a) existe uma forma de pensar (e agir) os direitos humanos que permita o reconhecimento do valor próprio dos não humanos?; e (b) qual é o papel do Ministério Público brasileiro na construção dessa nova maneira de agir, incluindo os não humanos em sua pauta de atuação institucional?

As próximas linhas e páginas almejam, com base na Teoria Crítica dos Direitos Humanos, de Joaquín Herrera Flores - marco teórico -, encontrar algumas proposições (entre tantas possíveis e não excludentes) de como cada qual pode se

---

<sup>9</sup> SÊNECA. Aprendendo a viver: cartas a Lucílio; tradução de Lúcia Sá Rebello. Porto Alegre: Editora L&PMP, pp. 38-43.

<sup>10</sup> GANDHI, Mohandas K. *Autobiografia – minha vida e minhas experiências com a verdade*; tradução de: Humberto Mariotti *et al.* São Paulo: Palas Athena, 2007, p. 398.

comportar e de como, especificamente, os membros do Ministério Público brasileiro podem atuar, de maneira planejada, refletida, crítica e aberta para que direitos humanos, e direitos não humanos, sejam respeitados e assegurados no Brasil (com potencial para alcançar as Américas e o Mundo).

É que, para tanto, surge como imprescindível verdadeira reação cultural e as bases teóricas do mestre espanhol permitem isso. Deveras, Joaquín Herrera Flores explica o cultural como processo (dinâmico) diferente da cultura (estática). Com uma visão relacional do cultural nos é possível criticar e revisitar o conjunto de relações que nós, humanos, mantemos com nós mesmos, com os demais humanos e com a natureza como um todo (animais e demais formas de vida). E isso há de ser implementado em contextos concretos, num circuito aberto e emancipador que impulse a superação de padrões estabelecidos e a propositura de novas ordens sociais e simbólicas, criando-se um cenário alternativo ao sistema hegemônico.

A partir dessa necessária reação cultural podem ser construídos novos símbolos e signos (produtos culturais, como os direitos humanos). A própria maneira de exercer a defesa desses produtos culturais (leia-se, direitos humanos) há de incluir os não humanos, nos guiando para um trilhar diverso que nos afaste da concepção atual predominante que, se por um lado combate a exploração e a escravidão humana e repudia discriminações como o racismo e o sexismo; por outro se mantém indiferente à escravização e à discriminação dos animais não humanos (e demais formas de vida). Nesse contexto, nada é menos neutro e parcial que humanos defendendo tão-somente a dignidade da vida humana, o bem-estar humano e a efetivação de direitos humanos. Um processo ideológico que favorece os mais fortes e que, na lição de Peter Singer, revela *“preconceito que sobrevive por ser conveniente para o grupo dominante, no caso não brancos ou homens, mas seres humanos”*<sup>11</sup>. Se atitudes preconceituosas como essas não deveriam ser levadas a efeito por homem ou mulher algum, menos ainda por aqueles que, com sensibilidade e compromisso pelo que é justo, ético e adequado, dedicam suas vidas e seu atuar à defesa e efetivação dos direitos humanos.

---

<sup>11</sup> SINGER, Peter; MASON, Jim. A ética da alimentação: como nossos hábitos alimentares influenciam o meio ambiente e o nosso bem-estar; tradução de Cristina Yamagami. R. de Janeiro: Elsevier, 2007, pp. 267-268.

A perspectiva crítica sobre os direitos humanos, como delineada, nos permitirá uma postura emancipatória em relação a todos os humanos, incluindo-os em nosso pensar e agir. Ela, porém, nos permitirá mais, uma vez que, nos fazendo ir para além, reformulará o modo como, nessa temática, nos relacionamos com nós mesmos (consultando nosso “eu” interior sobre o que é certo ou errado) e com os não humanos (que como nós integram a natureza da qual somos parte, na qual vivemos e com a qual temos obrigações de reconhecimento e respeito à diversidade natural da vida). Nesse ponto é preciso explicitar que o olhar crítico proposto guarda indissociável comprometimento com etapas metodológicas e sobretudo com a transformação da realidade a que se propõe a presente investigação. O método está diretamente relacionado ao conteúdo da tese doutoral, de forma que o modo de se defender as ideias compõe as próprias ideias defendidas ao decorrer destes escritos teórico-práticos. O marco teórico, portanto, há de ser desenvolvido, como de fato será, ao longo da tese, estabelecendo-se a correlação necessária de elementos metodológicos da teoria crítica dos direitos humanos e sua concretude, como as decisões iniciais e o diamante ético e seus elementos.

O desenvolver da investigação, tendo-se presente essa indispensável associação entre método e conteúdo, se dará, pois, com predominância da metodologia fenomenológica, isto é, considerando-se que a realidade se constrói socialmente e é entendida a depender da interpretação que se lhe atribui (a realidade não é única, existindo tantas quantas forem suas interpretações). Cabe salientar, porém, a opção por uma metodologia mista, de modo que ao decorrer do trabalho também estarão presentes os métodos dedutivo, indutivo e dialético. É de se registrar que, dentre outros, serão tratados os seguintes conceitos/categorias: direitos humanos, direitos dos não humanos (animais e demais formas de vida), teoria crítica, pluralismo jurídico, antropocentrismo, biocentrismo, especismo, paz, *satyagraha* e *ahimsa*, Teoria de Gaia, Ecologia Profunda, riqueza humana e não humana, dignidade da vida, sistema-mundo, Norte e Sul Global, linha abissal, Ministério Público (Federal), *Ombudsman* e *Defensorias del Pueblo*.

A tese doutoral, no caminhar para cumprir seus objetivos e enfrentar o problema proposto (apontando rumos), está assim compartimentada:

No capítulo I, apresentaremos os direitos humanos e sua busca pela satisfação das *necessidades humanas fundamentais* ou pela promoção de *reivindicações de vida*<sup>12</sup>, rememorando o quanto eles alcançaram relevância de cunho internacional após a Segunda Guerra Mundial e com o advento da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo trilhar, até os dias atuais, consagra a elaboração de inúmeros documentos supranacionais, fator que, todavia, não tem sido suficiente para superar as desigualdades socioeconômicas que afligem o mundo contemporâneo. A teoria crítica dos direitos humanos, proposta por Joaquín Herrera Flores, é escolhida e explicitada, nesse contexto, sobretudo devido ao seu novo modo de pensar e atuar pelos direitos humanos (e para além deles). Afinal, pelo proposto olhar crítico, para satisfazer suas necessidades, os seres humanos necessitam é de bens, sejam materiais (água, alimento, roupas, livros etc.), sejam imateriais (respeito, bem-estar, liberdade, solidariedade etc.) e não direitos. Ou seja, em primeiro lugar estão os bens, não os direitos. Não basta termos reconhecidos o direito à água ou ao meio ambiente equilibrado. Necessitamos do bem água e do bem meio ambiente equilibrado. E para tanto é fundamental que as pessoas possuam as condições (sociais, políticas, econômicas, jurídicas etc.) necessárias para que realmente sejam titulares de direitos humanos.

Os direitos humanos, nesse enfoque, também são entendidos como produtos culturais e desprovidos de um pretenso caráter universal, ao contrário do que se possa pensar. Logo, como produtos culturais que são, os direitos humanos admitem constante reformulação, especialmente no plano concreto, no âmago das incessantes lutas, que cada qual individual e coletivamente têm a potência de realizar na busca por uma vida digna de ser vivida. O próprio sentido da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), como propõe Joaquín Herrera Flores, há de ser revisado criticamente, de modo a fazer transparecer que os direitos humanos não estão dados, mas sim, ao revés, hão de ser conquistados e mantidos.

A teoria crítica dos direitos humanos, em sua ênfase citada, de igual modo preconiza os *espaços de luta e cotas de dignidade*, os *debates*, *construções coletivas* e *redes*, e traz consigo as *seis decisões iniciais* (1. pensar é pensar de outro modo;

---

<sup>12</sup> A primeira expressão é utilizada por Antônio Carlos Wolkmer (Op. Cit., pp. 283-291); a segunda nomenclatura é aquela adotada no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, desde 1994 (versão em espanhol disponível em [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_1994\\_es\\_completo\\_nostats.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_1994_es_completo_nostats.pdf), acesso em 07/05/2016).

2. da negatividade dialética à afirmação ontológica e axiológica; 3. pensar as lutas pela dignidade humana significa problematizar a realidade; 4. da utopia às heterotopias; 5. a indignação diante do intolerável deve nos induzir ao encontro positivo e afirmativo de vontades críticas; e 6. nem tudo vale o mesmo) e as três atitudes ativas a se ter em relação ao mundo: *Visibilizar. Desestabilizar. Transformar*. Tudo, a ser demonstrado com o elemento pedagógico do *diamante ético*, o qual, com seus eixos *material* e *conceitual*, se traduz num esquema que objetiva fazer entender a perspectiva crítica dos direitos humanos, não apenas para a compreensão teórica, mas também para a sua utilização prática num contexto real. Um cenário que ressalta o papel de relevo da potência humana para dar novo sentido ao mundo, onde método e conteúdo da investigação se associam, como explicado, para garantir, na prática e no mundo real, as transformações propostas por meio de um circuito de reação cultural para humanos e para além deles.

À sequência, será demonstrado como no desenrolar dessa reação cultural a ser implementada em relação a nós mesmos, aos demais e à natureza, a própria cultura jurídica estatal predominante, o monismo (o Estado como fonte exclusiva do Direito), há de ser substituído. O pluralismo jurídico, como alternativa latente, propõe um caminho que garanta voz e vez e todos e todas e, em sua acepção comunitária-participativa, de Antonio Carlos Wolkmer, emerge como a possibilidade apta para garantir a emancipação indispensável àqueles que estão mais abaixo no sistema-mundo. Com seu intento de “*libertar o sujeito de sua condição histórica de um ser negado e de um ser excluído do mundo da vida com dignidade*”<sup>13</sup>, o pluralismo jurídico também abre caminho para resgatar e emancipar aqueles que estão mais abaixo ainda, os não humanos (animais de demais formas de vida), servindo como instrumento para superar a discriminação entre espécies (especismo).

No capítulo II, a teoria crítica dos direitos humanos é posta à prova, mantendo-se a comunhão entre método e conteúdo, com ênfase nas seis decisões iniciais concretas desenvolvidas desde o princípio da investigação<sup>14</sup> (1. pensar para além dos humanos; 2. novos valores para além dos direitos humanos; 3. dignidade para

---

<sup>13</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução ao pensamento jurídico crítico. -5. ed. rev. – São Paulo: Saraiva, 2006, p. 202-203.

<sup>14</sup> As idas e vindas entre método e conteúdo são propositais, evitando-se uma sequência estritamente linear. O objetivo é fazer com que o leitor circule pelo texto, do início ao fim, de modo a se apropriar, nesse movimento circular, tanto do marco teórico como do teor da investigação, seus fundamentos e propostas (uma espécie de reação cultural quanto à própria forma de ler e perceber o texto).

além da dignidade humana; 4. um lugar para além dos humanos; 5. potência para além da potência humana; e 6. uma cultura jurídica para além dos humanos).

É demonstrada a necessidade de uma postura de paz em pensamentos, em palavras e sobretudo em ações para garantir a reação cultural proposta. A base é a trajetória de vida, e filosofia, de Mohandas Karamchand Gandhi, enfatizando-se aspectos como o *satyagraha*: a firmeza da verdade e o *ahimsa*: a não violência em sua plenitude. São elementos essenciais para a revolução cultural que cada humano há de fazer em relação a ele próprio, aos demais e à natureza. Agir com a força da verdade e de forma pacífica também é imprescindível para que coletivos e instituições se comportem conforme diretrizes que respeitem todas as formas de vida, trazendo a compreensão de que o homem não é o elemento central das coisas (antropocentrismo), mas sim a vida (biocentrismo), fator colacionado ao debate.

Ademais, a própria Terra é um organismo vivo, como defende a Teoria de Gaia, de James Lovelock, e se queremos manter a vida, humana e não humana, nesse nosso ambiente planetário, precisamos compreender isso e assumir posturas compatíveis, sob pena de potencializarmos a eliminação da vida (ou grande parte dela) do Planeta Terra, a exemplo do tão debatido aquecimento global. Trata-se igualmente da Ecologia Profunda, de Arne Naess, segundo a qual os humanos devem respeitar o direito dos não humanos à vida e, para tanto, aspectos importantes hão de ser considerados, como a necessidade de redução populacional e o abandono ao objetivo do crescimento econômico. Nesse ponto, revela-se a total identidade entre a Teoria Crítica dos Direitos Humanos, de Joaquín Herrera Flores, e a Ecologia Profunda no que se refere à relação do homem com ele mesmo, com os demais e com a natureza (elementos dos quais ambas se ocupam).

A correlação entre a postura assumida pelo humanos e a própria paz (local e global), desde as aparentemente mais singelas tarefas do cotidiano de cada um, é exposta com a finalidade de demonstrar o quanto é importante nos comportarmos de modo harmônico com a natureza como um todo, fator decisivo, inclusive, para se evitar guerras que dizimam populações e devastam nações. Para tanto, traz-se à luz o critério da riqueza humana, não humana e a defesa da dignidade da vida em todas as suas formas, porquanto ela (a vida) tem valor intrínseco e isso faz toda a diferença no modo como tratamos (e como definimos quem são) os outros.



No capítulo III, chega-se ao local concreto objeto da investigação, o Brasil, que, apesar de sua condição de país periférico no sistema-mundo, é líder mundial quando o assunto é a exportação de não humanos para alimentar humanos. Aqui faz-se o recorte eleito (nossos hábitos alimentares) para demonstrar a problemática existente no eixo de relações *humanos x humanos x não humanos x natureza*, o que envolve a indústria bilionária desde o Norte até o Sul Global, com a devida demonstração do que ocorre e é impulsionado, quanto à temática, pela nação líder, os Estados Unidos. É exposto o drama vivenciado por galinhas, porcos e vacas e demais seres vivos, bem como os avassaladores impactos causados ao meio ambiente, o que levou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (*United Nations Environment Programme* - UNEP), a recomendar, inclusive, a dieta vegana (sem produtos de origem animal) pelo bem-estar planetário.

O Brasil é então trazido à tona em sua conformação humana e não humana. O Brasil dos humanos é mostrado região por região e com retrato de suas desigualdades (abordando-se aspectos dos tempos coloniais até os dias de hoje) que, em termos de desenvolvimento humano, o faz ocupar a 75.<sup>a</sup> posição, num total de 188 países, estando, portanto, muito aquém do lugar que poderia desfrutar, uma vez que é rica, figurando entre as 10 maiores economias do mundo.

O Brasil dos não humanos é posto por meio de sua fauna, de sua flora e de cada um dos seus sete biomas - a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga, a Mata Atlântica, o Pampa, o Pantanal e a Zona Costeira. Destaca-se que a nação brasileira integra a lista das nações megadiversas que juntas abrigam 70% da biodiversidade do Planeta Terra. Põe-se em evidência, também, a Amazônia, pois é nela que vivem e se reproduzem mais de um terço das espécies planetárias. A floresta tem 2.500 tipos de árvores (1/3 da madeira tropical do globo terrestre) e 30 mil das 100 mil espécies de plantas que existem na América Latina. Os seus rios, juntos, despejam algo em torno de 12% de toda a água superficial doce que vão aos oceanos.

Isso, e muito mais, como se verá, está em risco devido à imensa linha abissal existente entre humanos e não humanos e na qual os hábitos alimentares predominantes têm influência elementar: a) tanto na desestruturação social (expulsando humanos de seus lares, fazendo-os perder território para a criação de não humanos que, ao final, servirão para alimentar humanos); b) como na eliminação de bilhões de vidas de não humanos e no comprometimento de ecossistemas e do

bem-estar local e global. Dados oficiais revelam, por exemplo, que apenas em um recente trimestre<sup>15</sup> foram abatidos oficialmente no Brasil 7,29 milhões de bovinos; 1,48 bilhões de frangos; e 10,06 milhões de suínos. Ademais, o leite que as vacas, em princípio, destinariam aos descendentes de sua espécie, foi levado e consumido pelos humanos num total de 5,86 bilhões de litros. E, por fim, das galinhas foram retiradas 748,87 milhões de dúzias ou cerca de 9 bilhões ovos.

A reação cultural proposta pretende transformar esse quadro de modo que a única linha a ser estabelecida, em vez de abissal, seja uma circunferência em torno do Planeta Azul, na qual todos (humanos e não humanos – animais e demais formas de vida), com respeito à pluralidade, possam conviver em harmonia e paz.

*No capítulo IV*, é trazida a instituição Ministério Público (MP) brasileiro que tem a missão de atuar pela defesa e efetivação dos direitos humanos, inclusive desempenhando papel que em outros países, centrais ou periféricos, cabe ao *Ombudsman*, às *Defensorias del Pueblo* ou instituições similares.

Traçados os contornos históricos, será demonstrado que o Ministério Público pode atuar de forma reguladora ou emancipadora, de modo que seus integrantes e a própria sociedade precisa estar atenta a isso, para que a instituição ministerial não seja mais um instrumento de manutenção de valores hegemônicos que em vez de abrir fecham oportunidades e impedem o desenvolvimento da potência humana.

A vocação do Ministério Público em defesa dos direitos humanos é explicitada por meio de atuações de seus ramos, federal e estadual, de Norte a Sul do Brasil, salientando-se a função do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e seu empenho em impulsionar um MP brasileiro com atuação proativa, efetiva e resolutiva, de forma planejada, mediante programas e projetos, e inclusive com reconhecimento e premiação às boas práticas concretizadas.

---

<sup>15</sup> Os dados se referem ao primeiro trimestre de 2016 e constam do documento intitulado “Estatística da Produção Pecuária”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

É dada ênfase ao trabalho do Ministério Público Federal<sup>16</sup> na temática dos direitos humanos, especificamente em áreas como educação, saúde, moradia, trabalho digno, defesa das minorias e de coletivos sem voz e vez, e meio ambiente. Uma demonstração do quanto indivíduos, coletivos e instituições podem contribuir para a efetivação de direitos essenciais no mundo real.

Toda essa potência, entretanto, precisa ir para além dos humanos, num processo de reação cultural que nos liberte da visão hegemônica antropocêntrica, especista e discriminatória. Um pensar e agir que reconheça e se comporte à luz da dignidade da vida. Nesse ponto, a própria postura dos órgãos de defesa dos não humanos, no Brasil, é enfatizada: questionados, seus dirigentes, sobre seus hábitos alimentares, não se sentiram à vontade para responder e ainda colocaram em debate a ética de se perguntar isso. É patente o paradoxo e o conflito: defender não humanos e viver da exploração deles. Em igual medida, é também contraditório defender direitos humanos (ser contrário a toda forma de exploração e de discriminação) mas viver fazendo isso em relação aos não humanos. O antropocentrismo nos levou a esse tratamento discriminatório chamado especismo.

É preciso reagir culturalmente. Uma reação cultural pela qual a mudança de postura de cada um, dos coletivos, das instituições e especialmente dos membros do Ministério Público, pode garantir o necessário convívio pacífico entre humanos (homens e mulheres) e não humanos (animais e demais formas de vida).

É, pois, um pouco do que cada um de nós pode fazer. Não é, com certeza, a resposta para os males da humanidade e da não humanidade. Não é, tampouco, um roteiro de orientação para solucionar os problemas globais. Todavia, representa mais uma tentativa de agir - no mundo real e com pessoas de carne, osso, alma e coração, em busca de dias melhores para os humanos, os não humanos e a mãe natureza.

---

<sup>16</sup> O autor da investigação é membro do Ministério Público Federal (MPF) e, portanto, nele e a partir dele pode atuar em defesa dos direitos humanos e para além deles. Os presentes escritos teórico-práticos, a propósito, decorrem de autorização institucional para tanto e existem graças a ela: à instituição, ao MPF.

## CAPÍTULO I

### DIREITOS HUMANOS: o quê, de onde e para onde?

#### 1.1 O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS?

O que são direitos humanos? O que almeja a humanidade ao estabelecer uma categoria denominada de direitos humanos? Por que motivo os seres humanos, homens e mulheres de toda e qualquer idade, vivem, atualmente e em sua maioria, agrupados? Por que estão sob o comando de regras? Por que, afinal, conduzem as próprias vidas de acordo com diretrizes instituídas por entes fictícios que, em síntese, são chamados de Estado, País, Nação, Sociedade etc?

Não são apenas questionamentos filosóficos, jurídicos ou acadêmicos. Mais que isso, são perguntas sobre as nossas<sup>17</sup> próprias vidas. Nossas, de seres humanos que sentem dor, frio, fome, alegria, tristeza, amor. É, pois, de nós que vamos falar. De nós, que temos muito a aprender e a evoluir, cada qual individualmente e todos coletivamente, em busca de um outro lugar (heterotopia) mais justo, democrático e digno, a ser alcançado de forma plural e com amplo respeito às diferenças sobre o modo de ser, viver e pensar o mundo. Afinal, na lição de Joaquín Herrera Flores, *“las plurales y diferenciadas luchas por la dignidad humana constituyen la razón y la consecuencia de la lucha por la democracia y por*

---

<sup>17</sup> É importante esclarecer que ao decorrer desses escritos teórico-práticos a narração será realizada na primeira pessoa do plural (nós). Trata-se, pois, de uma opção deliberada e consciente, não obstante o usual seja, em trabalhos científicos, empregar o modo impessoal. É que, para o autor, todo escrito é algo decorrente de um ser e estar no mundo de forma coletiva. O “nós”, nesse contexto, se mostra mais inclusivo e fiel ao que somos e pensamos na relação que mantemos com nós mesmos, com os demais humanos e com a natureza como um todo (animais e demais formas de vida). Não é algo novo, vale sublinhar. O educador brasileiro Paulo Freire (a quem foi outorgado o título de doutor *Honoris Causa* por vinte e sete universidades e que, por seus trabalhos na área educacional, recebeu, entre outros, o Prêmio Rei Balduino para o Desenvolvimento, Bélgica, 1980; o Prêmio UNESCO da Educação para a Paz, 1986; e o Prêmio Andres Bello da Organização dos Estados Americanos, como Educador do Continente, 1992), por exemplo, se comunicava dessa forma em obras consagradas como *Pedagogia do oprimido* (1968) e *Pedagogia da esperança* (1992). Informações sobre Paulo Freire disponíveis em <https://www.paulofreire.org/paulo-freire-patrono-da-educacao-brasileira>, acesso em 21/07/2016. É de Paulo Freire, a propósito, a frase *“ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”*. Em idêntica linha, com ênfase em propostas outras para a linguagem em trabalhos científicos, é válido mencionar a recente publicação, pela renomada Universidade de Harvard (Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos), de tese de doutorado apresentada em formato de história em quadrinhos (informações disponíveis em <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/07/26/professor-publica-tese-de-doutorado-em-forma-de-quadrinhos-nos-eua.htm>, acesso em 21/07/2016).

*la justicia*<sup>18</sup>. O que construímos (ou tentamos construir) para o nosso bem-estar deve ser aplicado/estendido aos não humanos, pois dessa forma teremos maior possibilidade de concretizar um convívio pacífico entre homens, mulheres, animais e a própria natureza como um todo. Afinal, não estamos nós (os humanos) sozinhos no mundo, não somos os donos dele e não devemos agir como se fôssemos.

É fato que vivemos no Planeta Terra, e nele nos organizamos como Estado, País, Nação, Sociedade (ou alguma forma de agrupamento humano) que tem, ou deve ter<sup>19</sup>, sua razão de ser no objetivo principal, embora amplo e complexo, de melhorar as condições de vida de todos, ou, pelo menos, de garantir a satisfação das *necessidades humanas fundamentais*<sup>20</sup>, no dizer de Antonio Carlos Wolkmer. Ou ainda, promover o reconhecimento das denominadas *reivindicações de vida*<sup>21</sup> de

---

<sup>18</sup> FLORES, Joaquín Herrera. 16 premisas de una teoría crítica del derecho. Em: PRONER, Carol; CORREAS, Oscar (Coord.). *Teoría crítica dos direitos humanos: in memoriam Joaquín Herrera Flores*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 14-15.

<sup>19</sup> A razão de ser do Estado implica discussões as mais diversas. Em abordagem sociológica e psicanalítica, por exemplo, Eugène Enriquez, após discorrer sobre características de várias espécies de Estado (do Democrático-Liberal ao Totalitário), assevera que todos têm um “projeto comum” de construir um aparelho estatal cada vez maior, distanciando-se do povo e falando uma linguagem específica (a da política). O novo modelo de linguagem passa a ser dominante e faz desaparecer a práxis social. Todavia, como a ameaça de revolta popular continua a ser sempre possível, é indispensável o Estado (País, Nação, Sociedade, etc) manter o “grupo-povo” em uma espécie de regressão (“preso a certas verdades”), através da utilização de um sistema de crenças e pela cristalização do poder. O sociólogo francês, ao final, assevera: “*todo mundo se sentirá, então, em dívida com esse Estado que executa o máximo para realizar, ou para fazer acreditar que realiza, os desejos explícitos das populações, e o povo pagará essa dívida com o sacrifício de suas satisfações pessoais e, às vezes, com sua própria vida, guardando no íntimo a ilusão de que esse objeto criado era mesmo o que ele desejava (o Estado funciona como engodo do desejo), e que podia amá-lo. Esse aparelho vai ter como papel colocar o povo em vigilância e sob um controle mais ou menos completo (...) uma garantia para o aparelho da manutenção de seu domínio (através de várias modalidades de controle)*” (ENRIQUEZ, Eugène. *Da Horda ao Estado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 283). Se um Estado faz isso, por certo não é isso que deve fazer.

<sup>20</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito*. -4. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015, p. 283-291. O autor define “necessidade” como todo aquele sentimento, intenção ou desejo consciente que envolve exigências valorativas, motivando o comportamento humano para aquisição de bens materiais e imateriais considerados essenciais. Dessa forma, as “necessidades humanas fundamentais” não se limitam ao campo social e material, mas compreendem necessidades existenciais (de vida), materiais (subsistência) e culturais.

<sup>21</sup> A expressão é utilizada no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, de modo que “o verdadeiro alicerce do desenvolvimento humano” seria “o universalismo no reconhecimento das ‘reivindicações de vida’ de todos, porquanto “o universalismo das reivindicações de vida é o fio condutor que une as necessidades do desenvolvimento humano de hoje às exigências do desenvolvimento de amanhã, especialmente no que toca à preservação e regeneração do ambiente”. Informações disponíveis em: [http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/RDHglobais/hdr2015\\_ptBR.pdf](http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/RDHglobais/hdr2015_ptBR.pdf), acesso em 28/04/2016, p. 145. A expressão “reivindicações de vida”, a propósito, passa a ser empregada pela Organização das Nações Unidas – ONU, no Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o PNUD, em 1994 (versão em espanhol disponível em [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_1994\\_es\\_completo\\_nostats.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_1994_es_completo_nostats.pdf), acesso em 07/05/2016). O Relatório do PNUD (RDH), de 1994, propõe um conceito de desenvolvimento sustentável que possibilite às presentes e futuras gerações ampliar plenamente a sua capacidade humana e aproveitar essa capacidade ao máximo em todas as esferas: econômica, social, cultural, política etc. Um desenvolvimento humano que favoreça as pessoas, promova o emprego e respeite a natureza. Destaca-se que todos os seres humanos nascem com certa capacidade de potência e que o propósito do desenvolvimento humano consiste em criar uma atmosfera em que todos possam aumentar sua capacidade e as oportunidades possam ser ampliadas. “O verdadeiro fundamento do desenvolvimento humano é o universalismo no reconhecimento das reivindicações vitais de todos” (RDH 1994, páginas 04-05, 15 e seguintes). Vê-se, portanto, que com o PNUD, a própria ONU

homens e mulheres dos mais diversos povos e culturas, de forma sustentável, na expressão utilizada pela Organização das Nações Unidas – ONU.

É algo que envolve o caminhar da humanidade por milênios, na qual o Direito e a própria Justiça exerceram, e exercem, papel essencial. Deveras, desde as concepções ocidentais<sup>22</sup> da antiguidade, passando por um direito fruto de “concessão divina”, depois como “construção humana” e finalmente como “produto da razão”<sup>23</sup>, vivemos em grupo para viver melhor. É válida a observação de Flávia de Ávila ao assinalar que está gravada na história documentada *“a curiosidade humana em se conhecer, explicar ou mesmo controlar padrões de funcionamento da vida em sociedade, a fim de que a individualidade de cada homem possa coexistir em harmonia com as dos demais homens e de outros seres de seu ambiente de vivência”*<sup>24</sup>. Estamos falando, pois, de uma vida digna de ser vivida, harmoniosa, pacífica e feliz para cada um, para a humanidade e para além dela, isto é, garantia concreta de direitos humanos aos humanos e também aos não humanos.

Mas como definir, nessa linha de pensar e agir, o que eles – os direitos humanos, são, de onde vêm e principalmente para onde devem ir?

A definição de direitos humanos admite inúmeras acepções; a sua origem também. São eles comumente relacionados aos direitos naturais (inerentes à pessoa

---

começa a superar aquela ideia universal e abstrata de que os direitos humanos, de todos os povos do mundo, estariam contidos e garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

<sup>22</sup> A parte oriental do mundo, a seu modo e com seus valores, também tem defendido a busca de uma vida mais digna a todos. De fato, por exemplo, Mao Tsé-Tung, em sua percepção quanto ao modo mais adequado de conduzir a grande e populosa China, asseverou a maneira pela qual deveria atuar o Estado (País, Nação, Sociedade, etc): *“nós devemos ser modestos e prudentes, prevenir-nos contra toda a presunção e precipitação, e servir de todo o coração ao povo chinês”* (TSÉ-TUNG, Mao. *O Livro Vermelho*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006, p. 124). Vê-se, pois, que Mao Tsé-Tung valorizava e defendia que os agrupamentos humanos deveriam almejar a concretização de uma vida boa, ou do bem comum, em benefício da coletividade. Ou, nas suas próprias palavras, é imprescindível “servir de todo coração ao povo”.

<sup>23</sup> ÁVILA, Flávia de. *Direito e direitos humanos: abordagem histórico-filosófica e conceitual*. Curitiba: Appris, 2014, pp. 19-234. A autora faz uma abordagem bastante detalhada e abrangente sobre aspectos históricos e filosóficos relacionados ao Direito, ao Direito Natural, ao Direito Internacional e aos Direitos Humanos. São considerações e apontamentos que tratam do pensamento grego antigo (Homero, Pitágoras, Heráclito, Parmênides, Sócrates, Platão, Aristóteles e muitos outros); apresentam o “direito como concessão divina”, com o fortalecimento do cristianismo sob o império romano, quando “o Direito passou não mais a ser fruto da prática, tornando-se identificado com a lei. E esta, teve sua concepção baseada em mandamentos divinos” (p. 55); explicita o “direito como construção humana”, com o Renascimento e o Iluminismo, tempo de Maquiavel, Lutero, Calvino, Francisco de Vitoria, Bartolomeu de Las Casas, Padre Antônio Vieira, Hugo Grocio, Francisco Suárez, Alberico Gentili, Thomas Hobbes, John Locke e outros; e enfatiza o “direito como produto da razão humana”, com o Idealismo, o Utilitarismo e o Pragmatismo, destacando-se autores (e suas ideias) como Kant, Hegel, Jeremy Bentham, Stuart Mill, Charles Peirce, Oliver Holmes Jr., William James e John Dewey.

<sup>24</sup> Op. Cit., p. 234.

humana), no sentido de que a condição de ser homem ou mulher, por si só, é suficiente para tê-los, porquanto inatos, uma ideia que vem desde os tempos antigos, passando pela época medieval (quando direitos começam a ser registrados em documentos escritos, a exemplo da Magna Carta) e se consolida no Século XVII, momento em que a temática dos direitos humanos (então direitos do homem) “se tornou elemento básico da reformulação das instituições políticas”<sup>25</sup>.

Os direitos humanos são definidos, ainda, como direitos positivos (aqueles reconhecidos por determinado ordenamento jurídico), também chamados de direitos humanos fundamentais, “*de que direitos fundamentais são uma abreviação*”, segundo Manoel Gonçalves Ferreira Filho<sup>26</sup>. Há, todavia, a distinção que se faz entre direitos humanos e direitos fundamentais, como explicitado por Ingo Sarlet:

em que pese sejam ambos os termos (‘direitos humanos’ e ‘direitos fundamentais’) comumente utilizados como sinônimos, a explicação corriqueira, e diga-se de passagem, procedente para a distinção é de que o termo ‘direitos fundamentais’ se aplica para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado, ao passo que a expressão ‘direitos humanos’ guardaria relação com os documentos de direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portanto, aspiram à validade universal, para todos os povos e tempos, de tal sorte que revelam inequívoco caráter supranacional (internacional)<sup>27</sup>.

Igualmente podem decorrer, os direitos humanos, de algum sistema moral; ou, ainda, são tidos como direitos históricos (não estão nem nunca estiveram dados e significam um constante construir e reconstruir, fruto da invenção humana)<sup>28</sup>. Nesse toar, no dizer de Flávia Piovesan (alinhada com o pensamento e Hannah Arendt), eles *provêm “de um espaço simbólico de luta e ação social, na busca por dignidade humana, o que compõe um construído axiológico emancipatório”*<sup>29</sup>.

---

<sup>25</sup> FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos humanos fundamentais*. – 15. ed. – São Paulo: Saraiva, 2016, pp. 25-31.

<sup>26</sup> Op. Cit., p. 30.

<sup>27</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. P. Alegre: L. do Advogado, 2007, pp. 35-6.

<sup>28</sup> PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. – 15. ed., rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2015, p. 187.

<sup>29</sup> Op. Cit., p. 188.

De qualquer forma, e não obstante “a *polêmica sobre o fundamento e a natureza dos direitos humanos*”<sup>30</sup>, é com o final da Segunda Guerra Mundial e com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>31</sup> que eles alcançam relevância de cunho internacional, numa tentativa de se inaugurar um sistema de proteção e um modo de vida capaz de promover a paz global. Para tanto, importante assinalar, o Direito Humanitário, a Liga das Nações e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) “*situam-se como os primeiros marcos de processo de internacionalização dos direitos humanos*”, redefinindo-se, com eles, a concepção e o alcance do conceito de soberania estatal de forma a permitir e consagrar os direitos humanos como tema de interesse supranacional<sup>32</sup>. O que prevaleceu para o conteúdo dos direitos humanos, porém, parece ser somente aquilo que os países poderosos definem como possível e realizável, como alerta Alejandro Muñoz<sup>33</sup>.

Com efeito, cabe lembrar que após as grandes guerras mundiais é apresentada ao mundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). O que está nela previsto, no entanto, não tem caráter universal nem na elaboração tampouco na aplicação, até porque foi escrita e aprovada sem a participação da maioria dos povos do mundo e cujo conteúdo retrata, no máximo, a marca ocidental e liberal do discurso dominante sobre o que se entende por direitos humanos. Atualmente, a propósito, são identificados de modo consensual pelo menos quatro

---

<sup>30</sup> Op. Cit., p. 187.

<sup>31</sup> A Organização das Nações Unidas – ONU, foi fundada em 24 de outubro de 1945 (logo após a Segunda Guerra Mundial): é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e pelo desenvolvimento mundiais. A ONU adota seis idiomas oficiais: inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo. A ONU tem representação fixa no Brasil desde 1947. Informações disponíveis em <https://nacoesunidas.org/conheca/>, acesso em 29/04/2016.

<sup>32</sup> PIOVESAN, Flávia. Op. Cit., p. 189-195. A autora explica a influência do Direito Humanitário, da Liga das Nações e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na internacionalização dos direitos humanos. O Direito Humanitário estabeleceu a proteção, em caso de guerra, a militares postos fora de combate (feridos, doentes, naufragos, prisioneiros) e aos civis, fator que criou certas regras internacionais, limitando a soberania dos países. A Liga das Nações, criada após a Primeira Guerra Mundial, reforçou as bases do Direito Humanitário e instituiu compromissos pelos quais os Estados se comprometiam a assegurar, por exemplo, condições justas e dignas de trabalho para homens, mulheres e crianças, sob pena de sanções econômicas e militares a serem impostas pela Comunidade Internacional. A sua vez, a Organização Internacional do Trabalho, também instituída na época, passa a atuar pela promoção de padrões internacionais de condições de trabalho e bem-estar. Todas elas, afirma a autora, “cada qual a seu modo, contribuíram para o processo de internacionalização dos direitos humanos; seja ao assegurar parâmetros globais mínimos para as condições de trabalho no plano mundial, seja ao fixar como objetivos internacionais a manutenção da paz e segurança internacional, seja ainda ao proteger direitos fundamentais em situações de conflito armado” (Op. Cit., p. 192).

<sup>33</sup> MUNÓZ, Alejandro Anaya. La construcción internacional de los derechos humanos: el papel de las Relaciones Internacionales. Cidade do México: *Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM*, núm. 104, maio-agosto de 2009, pp. 51-71.



regimes internacionais de aplicação de direitos humanos: o europeu, o inter-americano, o africano e o asiático<sup>34</sup>, demonstrando que o ideário de direitos humanos universais está longe de ser algo real e concreto. Ademais, culturas como a chinesa e a hindu, formadas por bilhões de pessoas, “*não valorizam direitos mas ‘obrigações’, ‘virtudes’ etc*” e “*não possuíam, antes da influência europeia, concepção equivalente à de direitos (humanos) fundamentais*”<sup>35</sup>.

Outros ajustes internacionais, no pós-guerra, foram construídos, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), e a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Direitos dos Povos (1981) etc, que acabam por retratar o esforço de se transformar em normas supranacionais “*direitos reconhecidos mais nos papéis do que nas práticas estatais e sociais*”, pois continuam profundas as desigualdades socioeconômicas nos países mais pobres<sup>36</sup>, como assinala Carmen Rodríguez Salgado.

Ao se tratar de direitos humanos, então, é preciso definir com precisão do que exatamente estamos falando, isto é, como os entendemos. O que são eles?

São, os direitos humanos, meios (entre tantos outros existentes) para que homens e mulheres possam ter acesso a bens ou serviços, materiais e imateriais, aptos a satisfazer suas necessidades, como integrantes de um grupo social (ou não) e em busca de uma vida digna de ser vivida. Ou seja, quando uma norma (escrita ou não), nacional ou internacional, expressar que o ser humano tem direito à alimentação, à saúde, à moradia, à educação etc, trata-se de um instrumento para que cada ser humano, no contexto concreto onde vive e se desenvolve (da floresta à megalópole), tenha possibilidade de acessar bens e/ou serviços que satisfaçam a necessidade de se alimentar, de morar, de ter uma vida saudável e uma educação adequada. Afinal, o direito (e em seu âmago os direitos humanos) deve ser entendido

---

<sup>34</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma concepção Intercultural dos Direitos Humanos. Em: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; e PIOVESAN, Flávia [coord.]. *Igualdade, Diferença e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010, pp.03-45.

<sup>35</sup> FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Op. Cit., p. 31.

<sup>36</sup> SALGADO, Carmem M. Rodríguez. *Los Derechos Humanos en América Latina: por qué, para qué y para quién*. Revista de Psicología desde el Caribe, núm. 8, julho-dezembro, 2001, pp. 53-62.

como “*una técnica de regulación y de garantía que está siempre condicionada por el ambiente y el contexto del que surge y para el que surge*”<sup>37</sup>.

Os direitos humanos, sendo instrumentos (meios) que vão se formando e se alterando conforme as condições que o cercam (históricas, sociais, culturais, econômicas, políticas etc), constituem, portanto, o resultado, sempre provisório, dos processos de luta (reivindicações) que são postos em prática, por homens e mulheres, pela efetivação da dignidade humana<sup>38</sup>. Os resultados obtidos com as práticas sociais (direitos humanos alcançados) trazem consigo o desafio de serem mantidos, para se evitar retrocessos, bem como o alerta de que fixar direitos humanos em normas não significa que a luta está ganha nem terminada; ao revés, é imprescindível que os atores sociais continuem tendo espaço, voz e vez, para que o que foi reivindicado e transformado em texto normativo (Convenções Internacionais, Constituições, Leis etc.) não se encerre em si mesmo, num mundo formal e abstrato, sobretudo porque o direito – e os direitos humanos -, não é algo a ser apropriado por especialistas (juristas), posto que regulam a vida de todos.<sup>39</sup>

A respeito, o pensar de Joaquín Herrera Flores é esclarecedor:

(...) El imperio del formalismo nos puede inducir a abandonar el derecho a los juristas, entendidos estos como especialistas dotados institucionalmente de la capacidad de decir y de aplicar las normas sin tener que contar con las acciones sociales que están en el origen de las mismas. Este formalismo jurídico – producto de la separación establecida entre lo normativo y las luchas – no es unívoco. Puede adoptar diferentes modalidades. Citemos dos: a) el carácter jerárquico y ‘puro’ de la pirámide kelseniana; b) el carácter de ‘textura abierta’ de las normas dejadas al siempre incierto e ideológico proceso de ‘decisión’ judicial (tal y como defiende Hart). *Nosotros debemos huir de dichas formas de ‘formalismo’ pues, al final, dejamos en manos de especialistas lo que nos corresponde a todos como productores de garantías de nuestras luchas.*

---

<sup>37</sup> FLORES, Joaquín Herrera. Op. Cit., p. 15. O modo de compreender os direitos humanos, aqui descrito, decorre do conteúdo das obras de Joaquín Herrera Flores e também do aprendizado do autor nas aulas semanais e outros encontros que teve com o saudoso Professor e Filósofo, em 2007 e 2008, em Sevilha, na Espanha. Ser aluno e amigo de Herrera Flores foi um privilégio, uma dádiva. Mais que tudo, uma honra. Um homem de valor, cujo conhecimento era vasto e impressionante. Talvez somente uma coisa, nele, fosse maior que o conhecimento que detinha: a sua humildade, verdadeira característica dos grandes. Por mais que pudesse ensinar (como fez, para alunos e alunas de várias partes do mundo), ele preferia salientar o quanto estava, com todos e todas, sempre aprendendo. Mais que lecionar, Joaquín Herrera Flores transmitia e compartilhava.

<sup>38</sup> Op. Cit., p. 15.

<sup>39</sup> Op. Cit., p. 15-16.

*(...) corremos el riesgo de aceptar pasivamente concepciones 'abstractas' de los derechos humanos, al estilo de los principios morales de Dworkin (que deben ser tomados en cuenta por los jueces como si fueran principios que surgen por sí mismos del propio ordenamiento, pero que en realidad no son más que las propias formulaciones ideológicas de la forma hegemónica de producir y aplicar las normas vigentes), o los derechos morales de Robert Alexy (dedicados a resolver internamente los conflictos entre derechos, sin alguna referencia a los contextos reales en los que dichos derechos se dan y para los cuales han sido reconocidos). Estas concepciones formalistas (Kelsen/Hart) o abstractas (Dworkin/Alexy) no han servido para mucho a la hora de disminuir el sufrimiento humano. Esto es así, dado el enorme grado de funcionalidad que las posiciones formalistas o abstractas mantienen con respecto a las necesidades de fragmentación, individualización y abstracción de la acción social por parte del sistema de relaciones basado en la continua acumulación del capital<sup>40</sup> (Grifou-se).*

Logo, esses meios (direitos humanos) não de ser concebidos, portanto, sempre de forma concreta para que possamos viver melhor e satisfazer nossas necessidades nas relações com os outros, com nós mesmos e com a natureza. Ao defender a ideia de que alguém tem um direito humano à alimentação estamos dizendo que essa pessoa deve ter acesso a um bem material (comida) ou a um serviço (preparação da comida) apto a satisfazer a sua necessidade de se alimentar. Assim sendo, ou a pessoa deverá, no seu respectivo grupo social (ou isoladamente), ter trabalho e renda para tanto, ou ter a possibilidade de coletar recursos naturais ou, por fim, deverá ser assistida de forma indireta (com dinheiro ou equivalente) ou direta (com refeições ou produtos alimentícios) pelo Estado (País, Nação, Sociedade) em que vive e onde se desenvolve. E a pessoa deverá ser respeitada e compreendida (bem imaterial) em seu modo de ser e agir.

O que se está querendo demonstrar é que só possui direito humano à alimentação quem tem, na vida real, possibilidade de se alimentar. Quem não tem, não é, infelizmente, titular desse direito humano. Deveria ser, mas não o é. Não tem esse direito humano. Deveria ter, mas não o tem. Deve ter, mas ainda não o tem. Como verificar, então, se determinado ser humano, de acordo com o respectivo texto constitucional e pactos internacionais, tem direito humano à alimentação?

---

<sup>40</sup> Op. Cit., p. 16-17.

A um, de modo tradicional, basta analisar o ordenamento jurídico, ler as normas, ver o que está escrito e concluir: sim, esse cidadão tem direito humano à alimentação. A dois, sob uma perspectiva crítica, é preciso verificar, de forma concreta e na vida real, se esse cidadão tem a possibilidade de se alimentar ou não: quando se alimenta tem, de verdade, direito à alimentação; quando não se alimenta, não tem<sup>41</sup>. Enfim, quando uma pessoa, em qualquer local do mundo, não consegue se alimentar, ela pode ser titular de toda e qualquer abstração (pacto, promessa, intenção, programa etc.), mas não é titular de um direito humano à alimentação. E isso se aplica, inclusive, àqueles que optam em viver em *isolamento autônomo*, como alguns povos indígenas em seu exercício pleno de *“igualdade na hora de decidir pela própria forma de vida e pelo lugar onde poder exercê-la do modo mais digno possível”*<sup>42</sup>. Caso contrário, o direito passa ao plano da retórica, da metafísica, do discurso vazio e desprovido de sentido real: pura abstração e formalismo.

A percepção entre abstração e realidade é essencial, cabendo reafirmar e evidenciar que esses meios e instrumentos, chamados *direitos humanos*, não surgem do nada e tampouco podem se encerrar em si mesmos. Ao contrário, os direitos humanos como resultado de processos de luta, de homens e mulheres, ao longo de séculos e mais séculos, significam verdadeiras conquistas alcançadas no decorrer da própria história da humanidade. Não são estáticos, mas dinâmicos. Não estão (e provavelmente jamais estarão) contidos em qualquer espécie de conceito que pretenda delimitá-los ou petrificá-los, pois permanecem em constante e contínua transformação e evolução, assim como seus titulares: os humanos.

E não podem, os direitos humanos, ser definidos de forma universal e absoluta sem respeitar as diferenças, os modos de ser e de ver o mundo a partir dos mais distintos grupos de seres humanos. Ao menos no estágio atual da humanidade não

---

<sup>41</sup> Aqui não incluída, claro, a hipótese em que a pessoa tem as condições materiais e imateriais para se alimentar e deixa de fazê-lo por vontade própria (manifestação por greve de fome, por exemplo). A questão essencial, remarque-se, é ter a possibilidade, no contexto real em que se vive, não estando abarcadas situações excepcionais, as mais diversas que venham a surgir na relação de cada qual consigo mesmo, com os demais e com a natureza (a impossibilidade de se alimentar por força de um imprevisto evento natural etc.).

<sup>42</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. Dez bases para a consideração dos povos indígenas em isolamento autônomo como sujeitos de direitos humanos; traduzido e adaptado por Jefferson Aparecido Dias, Antônio Henrique Graciano Suxberger e Carlos Roberto Diogo Garcia. Em: MANENTE, Ruben Rockenbach; DIAS, Jefferson Aparecido; SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano (Org.). *Teoria Crítica dos Direitos Humanos: das lutas aos direitos*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011, p. 179.

é possível, e por uma cristalina razão: quem estaria autorizado a, em nome de todos e todas, dizer ou normatizar o que são e quais são os *valores universais* a serem aplicados para mulheres, homens, crianças, jovens, idosos, negros, brancos, ocidentais, orientais, indígenas, quilombolas, ricos, pobres, excluídos etc?

A concepção de Joaquín Herrera Flores novamente é digna de nota:

Los derechos humanos, en su integralidad y desde el universo normativo de resistencia que defendemos en estas páginas, constituyen algo más que el conjunto de normas formales que los reconocen y los garantizan a un nivel nacional o internacional. Los derechos humanos como productos culturales forman parte de la tendencia humana ancestral por construir y asegurar las condiciones sociales, políticas, económicas y culturales que permiten a los seres humanos perseverar en la lucha por la dignidad, o lo que es lo mismo, el impulso vital que, en términos spinozianos, les posibilita mantenerse en la lucha por seguir siendo lo que son: seres dotados de capacidad y potencia para actuar por sí mismos<sup>43</sup> (Grifou-se).

O jurista e filósofo espanhol salienta a importância dos direitos humanos como resultado de lutas (reivindicações) rumo à construção de espaços sociais, econômicos, políticos e jurídicos que possibilitem o *empoderamento* de todos e todas para que, de modo plural e diferenciadamente, possam viver uma vida digna de ser vivida. Ademais, nos faz refletir sobre a necessidade de reconhecimento do outro, respeito às diferentes posições, reciprocidade no sentido de retribuir o que recebemos do *social*, responsabilidade a assumir e a exigir, bem como redistribuição de bens, de renda, de poder etc. E, enfim, clama a todos nós: *“imaginemos nuevos mundos. Construyamos las condiciones que nos permitan llegar a ellos. Empoderemónos mutuamente. Luchemos por los derechos humanos como procesos de lucha por la dignidad humana. Claves necesarias para la implementación efectiva y material de nuestro imaginário social instituyente”*.<sup>44</sup>

Novos mundos são possíveis. Nova visão. Nova postura de cada um, como cidadão, como membro de um grupo ou não e também na condição de integrante de

---

<sup>43</sup> FLORES, Joaquín Herrera. *Los derechos humanos como productos culturales*. Madrid: Catarata, 2005, p. 244.

<sup>44</sup> FLORES, Joaquín Herrera. *El Proceso Cultural*. Sevilha: Aconcagua Libros, 2005, p. 255.

instituições etc. A Teoria Crítica dos Direitos Humanos, proposta por Joaquín Herrera Flores, e aqui desenvolvida, propõe um rumo para tanto. É o que veremos.

## **1.2 A TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS E A REAÇÃO CULTURAL**

A Teoria Crítica dos Direitos Humanos, base destes escritos, é fruto de uma longa jornada de vida, de vida real e contaminada de contexto, de vida no mundo, de vida em busca de dignidade para todos e todas, de vida de lutas, de vida de anseios e postulações. Uma Teoria Crítica repleta de muita vida (do início ao fim): a razão de ser da existência de alguém diferenciado, singular e que até o último suspiro esteve comprometido com a missão de atuar por um mundo melhor.

A base teórica (com efeitos essencialmente práticos) é do sempre lembrado Joaquín Herrera Flores. O mestre espanhol, ao decorrer de sua existência, elaborou versão singular da Teoria Crítica dos Direitos Humanos. Fez mais: a viveu, a pôs em prática, a transmitiu a alunos e a alunas, a implementou no mundo real, com pessoas concretas, que respiram, sentem, riem, choram, existem. Um professor europeu com olhar autocrítico para o atuar colonizador da própria Europa, e com dedicação ímpar aos problemas dos colonizados, em especial da América Latina e da África. De fato, seus cursos, palestras e seminários procuravam ao máximo garantir a presença de latino-americanos e africanos, além de europeus, de norte-americanos etc, num exemplar e salutar convívio harmônico e pacífico.

Deveras, talvez caiba questionar: seria adequado escrever essas palavras nesse espaço, dentro do corpo textual (em vez de fixá-las em “agradecimentos” ou “notas de rodapé”)? É algo “academicamente correto”? Faz sentido? É pertinente?

É, em verdade, um pouco da própria Teoria Crítica dos Direitos Humanos em prática. Ora pois, caso o espaço não seja considerado adequado, em determinado contexto, podemos, sim, reivindicar e defender o novo, desde uma concepção emancipadora e aberta. Que outro lugar seria mais justo e digno para homenagear o inesquecível Joaquín Herrera Flores que o tópico que trata da “Teoria Crítica dos

Direitos Humanos” em escritos que somente existem graças a ela (a teoria) e a ele (o autor)? As palavras de François Houtart, a propósito, falam por si só:

Hoy has dejado (Joaquín Herrera Flores) a la madre tierra tus cenizas como último regalo. No veremos más tu silueta alta y relegada, ni sentiremos tu acogida tan calorosa.

Siempre recordaremos tu optimismo indestructible y tu fe en el futuro. Siempre conservaremos en la memoria tu visión tan positiva de los demás, que daba ánimo y esperanza. Cuantas personas has orientado en la vida, con el valor del servicio a la sociedad y de la creación de justicia?

Tus escritos revelan un pensamiento profundo y una reflexión sobre lo humano. Expresan lo que tú dabas día tras día a tus estudiantes y a tus amigos. Felizmente es una herencia que guardamos preciosamente y que te permite vivir en nuestros espíritus.

Más que tu ciencia, es lo que eras tú, lo que recordemos. Un hombre de todos los paisajes, de todas las culturas, un ciudadano del universo, un creador de sueños, un Don Quijote del saber útil, un formador de actores sociales, un creyente en la humanidad.<sup>45</sup>

E no âmagô do viver e sentir, mas sobretudo do propor e realizar, está, no que é essencial para estes escritos teórico-práticos, o *circuito de reação cultural* proposto por Joaquín Herrera Flores, partindo-se de uma visão relacional da cultura. O cultural é, pois, definido como o processo que nos permite criticar, legitimar ou rechaçar o conjunto de relações existentes entre os humanos e a natureza, seja externa (natureza física) ou interna (natureza psíquica), bem como entre os diferentes grupos sociais presentes em determinado momento histórico (natureza social). E tudo isso, com um impulsionar criativo, dinamizador, inclusivo, solidário e, principalmente, emancipador das correntes ideológicas que fecham a possibilidade de serem superados padrões estabelecidos e impedem a criação de ordens sociais e simbólicas novas e alternativas<sup>46</sup>. Trata-se de uma reação cultural flexível e contextualizada que assegure espaços mútuos de convivência com respeito ao

---

<sup>45</sup> HOUTART, François. Ha pasado a la historia Joaquín Herrera Flores. Em: PRONER, Carol; CORREAS, Oscar (Coord.). *Teoría crítica dos direitos humanos: in memoriam* Joaquín Herrera Flores. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p.23-24.

<sup>46</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. *El Proceso Cultural: materiales para la creatividad humana*. Sevilla: Aconcagua Libros, 2005, p. 36-37.

diferente. Afinal, “no puede haber reacción cultural frente al mundo si no abrimos los ojos y los oídos a lo que está fuera de nuestra forma de ver y percibir el mundo”<sup>47</sup>.

O circuito de reação cultural implica a construção de pontes que interligam e reconhecem a existência de diversas possibilidades de percepção e ação frente ao mundo e que, indo além, serve de instrumento para conectar, articular e demonstrar que o cultural não se dá no vazio, mas em contextos concretos. Uma visão relacional do cultural, frise-se, que envolve o conjunto de relações que os humanos constroem e mantêm com os outros, com eles próprios e com a natureza, gerando símbolos e signos (produtos culturais, como o direito - e os direitos humanos -) que culminam nos guiando em direções culturalmente escolhidas, as quais podemos sempre transformar e modificar. É ele, esse circuito de reação cultural, que nos permite atuar desde nossa capacidade humana de fazer e desfazer mundos<sup>48</sup>.

O expressar de Joaquín Herrera Flores acerca do processo cultural e da cultura, e como devemos caminhar, é digno de nota:

*Lo cultural, como metodología de acceso a la realidad nos pone, en primer lugar, en contacto con la historia, con lo que se ha construido en el pasado y que constituye el cimiento de nuestra forma de ver, comprender y actuar en el mundo (¿cómo comprender de un modo racional los atentados terroristas contra las Torres Gemelas y el Pentágono sin conocer las raíces históricas de los fundamentalismos islámico, sionista o capitalista?). En segundo lugar, la cultura, como modo de acceso a la realidad, nos exige estar atentos al contexto, es decir, al conjunto de relaciones sociales, políticas o económicas que rigen la forma de producción y extracción del valor social en el periodo histórico que nos ha tocado vivir (¿cómo entender El Quijote sin situarlo en el contexto de intransigencia e intolerancia que se vivía en la España de inicios del siglo XVII?). Y, en tercer lugar, la cultura, entendida como forma de aprehender y cuestionar la realidad, nos exige superar los dogmatismos y construir la posibilidad de la crítica al conjunto de interpretaciones dominantes, del cambio de perspectiva, del dinamismo y la pluralidad de opciones (¿hubiera sido posible la ciencia moderna sin la rebeldía de Galileo?)<sup>49</sup>.*

---

<sup>47</sup> Op. Cit., p. 37.

<sup>48</sup> Op. Cit., p. 37-38, 59 e 109.

<sup>49</sup> Op. Cit., p. 85.



A expressão *processo cultural*, vale reafirmar, tem sentido diverso de *cultura*. Esta é estática, como se estivéssemos vivendo aprisionados em uma única forma capaz de orientar nossas ações e percepções diante do mundo (algo independente, autônomo e incomunicável, separado de nós mesmos e de nossas relações). Aquele, ao revés, tem caráter dinâmico e é aberto à interação plural que caracteriza, na realidade concreta, os diversos contextos existentes (sociais, econômicos, políticos, ideológicos etc) e onde construímos, intercambiamos e transformamos nossas vidas. Um transformar que se dá a partir da constatação de que, diferentemente do que tentam fazer crer posições ideológicas fechadas (que almejam manter sua hegemonia defendendo que seus produtos e objetos culturais são os únicos verdadeiros e viáveis) existiram e existem outras formas de perceber e de atuar no entorno das relações que estabelecemos e sob as quais vivemos<sup>50</sup>.

A distinção desse modo de pensar, ver e atuar no mundo, abrange, também, a opção desde uma perspectiva reguladora (aceitando-se a ordem das coisas como sendo o único realizável e possível) ou emancipadora (negando-se que só existe uma possibilidade de perceber e atuar no mundo, com a consciência de que todos temos potência para interagir e transformar a realidade)<sup>51</sup>.

De forma *reguladora*, nos relacionamos: a) *com os outros* desde uma perspectiva colonialista, a partir de uma posição de poder e dominação que impõe aos demais a própria visão de mundo, os quais ficam relegados ao campo da inferioridade, da irracionalidade e do barbarismo; b) *com nós mesmos*, reprimindo nosso “eu” interior e moldando nosso estilo de vida, de afeição, de emoção, de necessidades mediante a imposição de valores “racionais-mentais” e “fomais-universais” a respeito do comportamento; e c) *com a natureza*, considerando-a como algo exterior à condição humana, de modo que estamos situados num entorno natural que nos faz sentir completamente legitimados a explorá-la como quisermos em benefício de nossos interesses como seres racionais.<sup>52</sup>

---

<sup>50</sup> Op. Cit., p. 92.

<sup>51</sup> Op. Cit., p. 92-93.

<sup>52</sup> Op. Cit., pp. 102-108 e 109-137.

De modo diverso, à luz da perspectiva *emancipadora*, afirmamos (ao contrário da forma única, que se pretende hegemônica, de visão de mundo e interação humana nele) a pluralidade, a diversidade e a diferença de opiniões e tendências. Assim, nos relacionamos: *a) com os outros*, desde uma perspectiva empenhada em contextualizar fatos e teorias, visibilizando que a realidade tem muito que ver com processos de criação de riqueza (e pobreza), de divisão social, sexual, étnica e territorial do fazer humano; desestabilizando abstrações e verdades que se pretendem absolutas e universais; e, enfim, oferecendo soluções alternativas, criativas e transformadoras da ordem existente; *b) com nós mesmos*, valorizando o nosso “eu” interior e dando-lhe significado conforme somos (ou gostaríamos de ser), sem nos fecharmos dentro de nós próprios devido a valores comportamentais impostos socialmente (que nos fazem ser algo diverso do que somos); um estilo de vida que nos empodere e reforce nossa capacidade de lutar por autonomia e dignidade; e *c) com a natureza*, humanizando-nos, como seres (biológicos e naturais) capazes de explicá-la, interpretá-la e nela intervir com a consciência de que dela somos parte e nela vivemos e para com ela temos obrigações como reconhecer a diversidade natural e adotar práticas sustentáveis.<sup>53</sup>

A importância e a precedência das relações que mantemos com os outros, com nós mesmos e com a natureza sedimenta o quanto a cultura não funda nada e como podemos atuar de forma reguladora ou emancipadora numa interação de idas e vindas de reações culturais (individuais e coletivas) e das redes relacionais que as provocam. A lição de Joaquín Herrera Flores é cristalina:

*Primero son, pues, las relaciones y, después, llegan las representaciones –los signos- culturales, las cuales servirán para que los individuos que las construyen puedan explicar, interpretar y establecer modos de intervención sobre dichas relaciones. La cultura no funda nada, ni está en el origen de nada. Es una intervención de segundo orden sobre el conjunto de relaciones que mantenemos con la naturaleza, los otros y nosotros mismos. Ahora bien, lo cultural no es una actividad pasiva que se dedique a representar estáticamente dicho conjunto de relaciones. Al procurarnos medios e instrumentos que nos van a permitir explicar, interpretar e intervenir en las relaciones, vamos modificándolas ya sea en un sentido regulador o emancipador. Por esa razón, más que de “culturas”, hablamos de procesos culturales, y más que de humanismo abstracto y metafísico,*

---

<sup>53</sup> Op. Cit., pp. 105-108, 124-137, 299 e 325-345.

*hablamos de proceso cultural de humanización, el cual nos permitirá, si es que queremos buscar una alternativa al orden de cosas existente, acceder a la realidad de un modo emancipador y solidario. El proceso cultural supone siempre ese camino de ida y vuelta entre las reacciones culturales –individuales y colectivas- y las redes de relaciones que las provocan. Esto es lo que hemos denominado como el circuito de ‘reacción’ cultural<sup>54</sup>.*

O modo de ver e pensar os direitos humanos, delineado por Joaquín Herrera Flores, é o que trataremos doravante, sendo que, a partir dele e com fundamentos nele vamos para além dele. Antes, porém, é essencial situar o porquê da acepção *crítica* associada ao debate teórico-prático em questão.

### 1.2.1 A PERSPECTIVA CRÍTICA

A própria expressão *crítica* não é clara, razão pela qual é necessário dar-lhe um sentido específico, delimitando-a. A teoria crítica de que se trata é aquela que questiona as fórmulas jurídicas abstratas (independentemente das correntes ideológicas em que estejam fundadas), enfatizando que humanos (e não humanos) devem ser tratados e considerados a partir de (e em relação a) contextos concretos.

A conceituação de Antonio Carlos Wolkmer é esclarecedora:

*(...) pode-se conceituar teoria crítica como o instrumental pedagógico operante (teórico-prático) que permite a sujeitos inertes e mitificados uma tomada histórica de consciência, desencadeando processos que conduzem à formação de agentes sociais possuidores de uma concepção de mundo racionalizada, antidogmática, participativa e transformadora. Trata-se de uma proposta que não parte de abstrações, de um a priori dado, da elaboração mental pura e simples, mas da experiência histórico-concreta, da prática cotidiana insurgente, dos conflitos e das interações sociais e das necessidades humanas essenciais<sup>55</sup> (Grifou-se).*

---

<sup>54</sup> Op. Cit., pp. 113.

<sup>55</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. -5. ed. rev. – São Paulo: Saraiva, 2006, p.4-5.

Nesse trilho, imaginemos uma cidade contemporânea, cujo principal rio está poluído. A população tem, em seu favor, uma excelente lei ambiental que garante o direito de desfrutar de cursos de água límpidos e ecologicamente equilibrados. A Teoria Tradicional, então, interpretará que as pessoas, nesse local e contexto, têm direito humano ao meio ambiente saudável (porque há normas abstratas que garantem isso). A Teoria Crítica, por seu turno, não apenas analisará as normas existentes (abstrações), mas considerará o contexto real e concreto. Apesar da legislação ambiental vigente, é preciso saber se o rio está poluído (como, por que e por quem etc). Somente assim é possível verificar se a comunidade tem, de fato, direito humano ao meio ambiente e, a partir disso, impulsionar medidas aptas a transformar a realidade. Em outras palavras, teoria e prática não estão isoladas.

O filósofo Marcos Nobre, ao sedimentar que *“a prática é um momento da teoria”* (e a teoria é um momento necessário da prática), explica:

(...) a Teoria Crítica tem sempre como uma de suas mais importantes tarefas a produção de um determinado diagnóstico do tempo presente, baseado em tendências estruturais do modelo de organização social vigente bem como em situações históricas concretas, em que se mostram tanto as oportunidades e potencialidades para a emancipação quanto os obstáculos reais a ela. Com isso, tem-se um diagnóstico do tempo presente que permite, então, também, produção de prognósticos sobre o rumo do desenvolvimento histórico. Esses prognósticos apontam não apenas para a natureza dos obstáculos a serem superados e seu provável desenvolvimento no tempo, mas para ações capazes de superá-los. Sendo assim, a teoria crítica não pode se confirmar senão na prática transformadora das relações sociais vigentes.<sup>56</sup>

O autor aponta como características da Teoria Crítica: a) a constante reflexão interna e sua renovação (as teses não são rígidas nem imutáveis); b) a sua confirmação, ou não, na prática transformadora das relações sociais (orientação para a emancipação, possibilidade de interagir e instituir o novo); c) comportamento crítico (em relação ao conhecimento e à realidade social); dentre outras sempre possíveis (afinal, é da Teoria Crítica a sua própria renovação e mutabilidade).

---

<sup>56</sup> NOBRE, Marcos. *A teoria crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, p. 11-12.

Ao contrário da Teoria Tradicional (marcada por princípios abstratos, atitudes e conceitos *neutros*, desconectados dos objetos, das relações sociais e do contexto, etc – observador isolado da prática), a Teoria Crítica embora admita que *conhecer* e *agir* sejam distintos, sedimenta que ambos, porém, devem ser considerados conjuntamente, isto é, não se pode teorizar sobre algo sem avaliar as razões históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais desse algo. A pretensa neutralidade da Teoria Tradicional na verdade não é *neutra*, mas parcial. Parcial ao tratar de algo em determinado contexto sem o considerar (ou sem o tornar visível). Diz-se que não se considera *valores* quando na realidade se atua e teoriza de maneira a preservar determinada visão predominante em certa época e lugar.

O que a Teoria Crítica faz, a sua vez, é considerar todos os elementos contextuais, tornando-os visíveis. E não se trata de negar ou contrariar a Teoria Tradicional, mas de demonstrar o quanto o mundo real não pode ser ignorado.

De novo, suponhamos um contexto. Agora em uma determinada zona rural, percebe-se que homens e mulheres trabalham plantando soja em uma extensa área de campo (monocultura). As pessoas recebem salários e adquirem produtos variados (alimentação, vestuário etc). A Teoria Tradicional, de modo “*neutro*” e “*imparcial*” analisa a situação e conclui: “*a monocultura tem se mostrado benéfica à comunidade, pois a produtividade é boa, as pessoas vivem bem, o local se desenvolve e a economia avança em números significativos*”.

O olhar pela Teoria Crítica é diferente. O contexto é analisado. Os homens e mulheres são ouvidos (tem voz e vez). As relações sociais são estudadas, as origens, os *porquês*. Com uma visão avaliadora do real (aspectos históricos, econômicos, sociais, políticos, culturais etc.) a conclusão é a de que “*a monocultura surgiu quando, sem crédito ou qualquer possibilidade de subsistência, as pessoas venderam, por necessidade, suas terras para um grupo econômico multinacional. Sem alternativa sequer de propor a plantação de várias culturas e com técnicas que reduziriam a produtividade mas preservariam melhor o meio ambiente e a qualidade de vida, todos vivem assim por não terem outra opção*”.

O ponto relevante, por conseguinte, é a olhar, o modo de ver, conhecer e reconhecer os acontecimentos: a) com pseudoneutralidade, mantendo o estado de coisas, de modo fechado, impedindo-se a emancipação das pessoas pela busca de novas possibilidades (tradicional); ou b) com transparência, não ocultando nem ignorando o real, mas visibilizando a estrutura social, econômica, política cultural, etc; um atuar que impulse as pessoas a ter capacidade de concretizar práticas que transformem a realidade social em seus próprios contextos (crítica).

De qualquer modo, dentre o sem-número de olhares críticos possíveis, é necessário também eleger qual deles utilizaremos.

O surgimento de diversas correntes de *crítica jurídica* se deu, como explica o professor Antonio Carlos Wolkmer<sup>57</sup>, a partir da profunda crise (tanto de legitimidade quanto de produção e aplicação da justiça) na qual entraram os modelos normativos tecnoformais e abstratos (Teoria Tradicional), porquanto insustentáveis para responder às transformações sociais do mundo contemporâneo. À procura de novos modelos e respostas surgiu um movimento transcontinental de *crítica jurídica*, compreendendo várias tendências, cada qual de acordo com sua realidade correspondente. A respeito, ao menos quatro correntes podem ser destacadas: a) *Critical Legal Studies* (Estados Unidos, com crescente influência na cultura anglo-americana); b) *Association Critique du Droit* (França, com aceitação na América Latina, principalmente México e Brasil); c) Uso Alternativo do Direito (Itália, depois Espanha e também empregada por juristas europeus e latino-americanos); e d) Enfoques Epistemológicos de Crítica Jurídica (além das três grandes tendências mencionadas, há outros movimentos de crítica jurídica que têm seu espaço e reconhecimento: Bélgica, Alemanha, Portugal, Chile, Colômbia, Argentina etc<sup>58</sup>).

Dentre elas, emerge o pensamento de Joaquín Herrera Flores, ocupando-se, num primeiro momento *“em analisar o fenômeno jurídico com problemas da*

---

<sup>57</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. -5. ed. rev. – São Paulo: Saraiva, 2006, p. 34-84

<sup>58</sup> Idem, p. 34-35. O autor explicita os seguintes movimentos de crítica jurídica, além das três grandes tendências: o modelo científico da interdisciplinariedade (Bélgica), a revisão crítica de inspiração frankfurtiana (Alemanha), a sociologia jurídica das emancipações (Portugal), a crítica jurídica de matriz neomarxista (Espanha, México, Chile, Colômbia, Brasil etc.), a crítica psicanalítica do Direito e a semiologia jurídica (Argentina e Brasil).

*democracia, das necessidades humanas e dos valores” e, posteriormente, desenvolvendo “reflexões acerca do neocolonialismo, racionalidade de resistência, produção cultural, feminismo e teoria crítica dos direitos humanos”<sup>59</sup>.*

É essa a perspectiva crítica em direitos humanos a escolhida no âmbito desses escritos, não só por sua consistência e profundidade, mas também por sua abertura apta a permitir a necessária releitura da relação humanos e não humanos<sup>60</sup>, porquanto precisamos nos reeducar inclusive quanto à nossa percepção sobre direitos humanos. É de Ernesto Sabato o chamamento:

*É urgente encarmos uma educação diferente, ensinarmos que vivemos numa terra da qual devemos cuidar, que dependemos da água, do ar, das árvores, dos pássaros e de todos os seres vivos, e que qualquer dano que causamos a este universo grandioso prejudicará a vida futura e pode até destruí-la. Que coisa ótima poderia ser o ensino, se, em vez de despejar uma imensidão de informações que ninguém nunca conseguiu reter, fosse vinculado à luta das espécies, à necessidade urgente de preservar os mares e os oceanos! É preciso advertir as crianças do risco planetário e das atrocidades que as guerras sempre perpetraram nos povos. É importante que elas se sintam parte de uma história ao longo da qual os seres humanos fizeram grandes esforços e também cometeram tremendos enganos. A busca de uma vida mais humana deve começar pela educação. Por isso é tão grave as crianças passarem horas idiotizadas em frente à televisão, assimilando todo tipo de violência, ou se dedicando a esses jogos que premiam a destruição. A criança pode aprender a valorizar o que é bom, e não cair no que é induzido pelo ambiente e pelos meios de comunicação. Não podemos continuar lendo para as crianças historinhas de galinhas e pintinhos quando essas aves são submetidas aos piores suplícios. Não podemos enganá-las ocultando a irracionalidade do consumo, a injustiça social, a miséria evitável e a violência existente nas cidades e entre as diferentes culturas<sup>61</sup> (Grifou-se).*

De onde vêm os direitos humanos (como os entendemos) e para onde vão ou devem ir (como propomos) é o que passaremos a conhecer.

---

<sup>59</sup> Idem, p.55-56.

<sup>60</sup> E, ainda, em decorrência das aulas e vivências do autor experimentadas no Curso de Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento, na Universidade Pablo de Olavide - UPO, em Sevilha, 2007-2008, então coordenado por Joaquín Herrera Flores. O curso, hoje, integra a área de Ciências Jurídicas e Políticas da UPO.

<sup>61</sup> SABATO, Ernesto. A resistência; tradução de Sérgio Molina. São Paulo: Cia das Letras, 2008, pp. 55-56.

### 1.2.2 A PERSPECTIVA CRÍTICA EM DIREITOS HUMANOS

O olhar sobre os direitos humanos (de onde vêm e para onde vão ou devem ir) necessita, pois, de um comportamento crítico. É o que sempre defendeu Joaquín Herrera Flores ao longo de sua trajetória de vida dedicada à reflexão e à aplicação prática. A proposta do professor e filósofo espanhol é fazer emergir à superfície o fato de que os direitos humanos, como qualquer produção cultural, decorrem de um processo que homens e mulheres, culturalmente em seus cotidianos, põem em funcionamento em suas relações com os demais, consigo próprios e com a natureza. Os conceitos tradicionais já não servem. As normas por si mesmas não bastam. As declarações ou as boas intenções, no plano abstrato, seguem se apresentando como algo insuficiente. Não está tudo dado, bastando implementar. É necessária uma mudança de concepção e de rumos (circuito de reação cultural).

Os direitos humanos precisam ser compreendidos como processos abertos (emancipatórios) de luta pela dignidade humana. Todos e todas, como seres humanos que são, devem ter a possibilidade, no mundo real (político, econômico, social, jurídico etc) de agir e reagir frente ao entorno.

O arcabouço teórico proposto consolida algumas bases (sempre possíveis de serem objeto de nova reflexão, mudança, aprimoramento), a saber<sup>62</sup>:

a) como seres humanos temos necessidades a satisfazer no contexto em que vivemos. O que necessitamos são bens, sejam materiais (água, alimento, roupas, livros etc.), sejam imateriais (respeito, bem-estar, liberdade, solidariedade etc.) e não direitos. Ou seja, em primeiro lugar os bens, não os direitos. Não nos basta o direito à água ou ao meio ambiente equilibrado. Necessitamos do bem água e do bem meio ambiente equilibrado. Necessitamos, cada vez mais, do bem (dos bens);

b) As necessidades que precisamos satisfazer existem dentro de determinado sistema de valores cujo acesso (aos bens materiais ou imateriais) é restrito, desigual

---

<sup>62</sup> FLORES, Joaquín Herrera. *Los derechos humanos como productos culturales*. Madrid: Catarata, 2005; e FLORES, Joaquín Herrera. *El Proceso Cultural*. Sevilha: Aconcagua Libros, 2005.



e hierarquizado. E isso ocorre não em razão de um processo “*natural*”. É algo construído no decorrer dos tempos, por meio de marcos hegemônicos quanto à divisão do fazer humano (social, sexual, ético, territorial etc.). E é algo que pode ser mudado. Os homens, em regra, na mesma função profissional das mulheres, recebem salários mais elevados. As oportunidades para heterossexuais geralmente são mais fáceis do que as existentes para homossexuais. E, repita-se, não é uma situação “*natural*”, mas fruto do meio e valores em que se vive;

c) As nações, os povos, as classes mais oprimidas, ou menos favorecidas no âmbito da divisão desigual do fazer humano, também devem ter os seus *direitos humanos* reconhecidos. É um espaço, um pensar e um viver que deve ser respeitado, considerado e, mais que tudo, consagrado no meio social;

d) Todos e todas devem poder viver com dignidade, ou seja, hão de ter a possibilidade de acessar aos bens materiais e imateriais aptos a assegurar a *dignidade humana*, por meio de processos igualitários (e não hierarquizados);

e) É importante uma atuação frente ao poder político e legislativo para que sejam estabelecidos sistemas de garantias, não apenas jurídicos, mas também econômicos, sociais etc., que comprometam as instituições, sejam nacionais ou internacionais, a cumprirem, no plano da realidade, o que foi (e vai sendo) conquistado pelas infindáveis lutas pela dignidade a todos e todas.

A respeito, o dizer do próprio Joaquín Herrera Flores é singular:

“(...) os direitos humanos não devem confundir-se com os direitos positivados no âmbito nacional ou internacional. Uma constituição ou um tratado internacional não criam direitos humanos. Admitir que o direito cria direito significa cair na falácia do positivismo mais retrógrado que não sai de seu próprio círculo vicioso. Daí que, para nós, o problema não é de como um direito se transforma em direito humano, mas sim como um “direito humano” consegue se transformar em direito, ou seja, como consegue obter a garantia jurídica para sua melhor implantação e efetividade. (...) Por isso, nós não começamos pelos “direitos”, mas sim pelos “bens” exigíveis para se viver com dignidade: expressão, convicção religiosa, educação, moradia, trabalho, meio ambiente, cidadania, alimentação sadia, tempo para o lazer e formação, patrimônio histórico-artístico, etc. Prestemos muita atenção, estamos diante de bens que satisfazem

necessidades, e não de um modo ‘a priori’ perante direitos. Os *direitos virão depois das lutas pelo acesso aos bens*. (...) As normas jurídicas resultantes nos servirão para garantir – como dissemos, de um modo não neutro – um determinado acesso a tais bens. Daí sua importância. Porém, daí também seu caráter instrumental e seu apego aos interesses e às expectativas de quem ostenta a hegemonia na sociedade de que se trate. Assim, quando falamos de direitos humanos, falamos de dinâmicas sociais que tendem a construir condições materiais e imateriais necessárias para conseguir determinados objetivos genéricos que estão fora do direito (os quais, se temos a suficiente correlação de forças parlamentares, veremos garantidos em normas jurídicas). *Quer dizer, ao lutar por ter acesso aos bens, os atores e atrizes sociais que se comprometem com os direitos humanos colocam em funcionamento práticas sociais dirigidas a nos dotar, todas e todos, de meios e instrumentos – políticos, sociais, econômicos, culturais ou jurídicos – que nos possibilitem construir as condições materiais e imateriais necessárias para poder viver (...)*<sup>63</sup> (Grifou-se).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), assinada em 1948, há de ser analisada criticamente. Ela, a DUDH, já foi apresentada pela ONU<sup>64</sup> como “*um dos documentos básicos das Nações Unidas*”, no qual “*são enumerados os direitos que todos os seres humanos possuem*”<sup>65</sup>. Atualmente, a ONU a define como “um documento marco na história dos direitos humanos”, selando que a DUDH foi “*elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo*”<sup>66</sup>. Será? E afinal, o que isso realmente significa?

É relevante ler e reler o *preâmbulo* e os primeiros *artigos da DUDH*, no verbo:

Preâmbulo (...)

A Assembléia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como *o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações*, com o objetivo de que cada indivíduo e

---

<sup>63</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. *A reinvenção dos direitos humanos*; tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, pp. 28-29.

<sup>64</sup> A Organização das Nações Unidas – ONU, foi fundada em 24 de outubro de 1945 (logo após a Segunda Guerra Mundial) e é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e pelo desenvolvimento mundiais. A ONU adota seis idiomas oficiais: inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo. A ONU tem representação fixa no Brasil desde 1947. Informações disponíveis em <https://nacoesunidas.org/conheca/>, acesso em 29/04/2016.

<sup>65</sup> Informações extraídas da página eletrônica das Nações Unidas no Brasil, em específico: [http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitoshumanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php), acesso em 08/03/2010.

<sup>66</sup> Informações extraídas da página eletrônica das Nações Unidas no Brasil, em específico <http://www.dudh.org.br/definicao/documentos/>, acesso em 08/03/2010.

cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

#### Artigo I.

*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.*

#### Artigo II.

1. *Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (...)* (Grifou-se).

O ensinar de Joaquín Herrera Flores no que se refere à DUDH é essencial. Com efeito, o jurista e filósofo sevilhano evidencia o quanto é relevante compreender, desde essa base inicial, a distinção entre a Teoria Tradicional e a Teoria Crítica dos Direitos Humanos. Modos absolutamente distintos (mas não opostos, pois podem se complementar e se aprimorar) de ver, ler e entender o mundo, a saber:

Prestemos atenção, pois isso é muito importante para nossos objetivos de construir uma teoria nova sobre esta matéria. *Para a reflexão teórica dominante, os direitos 'são' os direitos; quer dizer, os direitos humanos se satisfazem tendo direitos. Os direitos, então, não seriam mais que uma plataforma para se obter mais direitos. Nessa perspectiva tradicional, a ideia do 'quê' são os direitos se reduz à extensão e à generalização dos direitos. A ideia que inunda todo o discurso tradicional reside na seguinte fórmula: o conteúdo básico dos direitos é o 'direito a ter direitos'. Quantos direitos! E os bens que tais direitos devem garantir? E as condições materiais para exigí-los ou colocá-los em prática? E as lutas sociais que devem ser colocadas em prática para poder garantir um acesso mais justo a uma vida digna?*

Estamos diante de uma lógica bastante simplista que, contudo, têm conseqüências muito importantes, pois conduz a uma concepção 'a priori' dos direitos humanos. *Se estamos atentos, essa lógica nos faz pensar que temos os direitos mesmo antes de ter as capacidades e as condições adequadas para poder exercê-los. Desse modo, as pessoas que lutam por eles acabam desencantadas, pois, apesar de nos dizerem que temos direitos, a imensa maioria da população mundial não pode exercê-los por falta de condições materiais para isso. Queremos sair desse círculo vicioso em que nos encerra o*

*aparente 'simplismo' da teoria tradicional que começa falando dos direitos e termina falando dos direitos. Será porque não há nada 'além' dos direitos? Serve muito ter cada vez mais e mais direitos se não sabemos por que surgem e para que são formulados?*<sup>67</sup> (Os grifos realizados não constam na versão original).

A visão crítica nos termos em que proposta defende, vale remarcar, que o conteúdo básico dos direitos humanos não é o direito a ter direitos, mas sim, um conjunto de lutas (reivindicações), em constante movimento, para tornar concreta a dignidade a todos e todas. Uma dignidade que há de ser alcançada assegurando-se a cada qual o acesso igualitário (com poder – político, econômico, jurídico etc., para tanto) aos bens materiais e imateriais que proporcionem uma vida digna de ser vivida. Afinal, sem as condições necessárias para se acessar esses bens não teremos direitos humanos (no máximo, promessas). E os resultados dessas lutas incessantes, e que variam no tempo e no espaço, também devem ser garantidas por normas jurídicas, por políticas públicas, medidas econômicas etc.

Ao revisar, criticamente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Joaquín Herrera Flores demonstra como resultaria o texto:

*Preâmbulo: '... reconhecendo que os direitos humanos não constituem um 'ideal abstrato' que, como todo horizonte, se afasta à medida que nos aproximamos, proclamamos que tais direitos são o conjunto de processos que os indivíduos e os grupos humanos põem em marcha cotidianamente para ter acesso aos bens exigíveis para uma vida digna de ser vivida'*

*Artigo 1º. – Todos os seres humanos devem ter os instrumentos, meios e condições necessárias, a fim de que possam pôr em prática 'processos de luta pela dignidade humana'.*

*Artigo 2º. – A dignidade humana é um fim perseguido pelos direitos humanos. A dignidade consiste na obtenção de um acesso igualitário aos bens, tanto materiais como imateriais, que se consegue no constante processo de humanização do ser humano.*

*Artigo 3º. – Para conseguir o anterior, os seres humanos em luta para abrir processos de dignidade devem ter suficiente poder individual e coletivo para exigir das instituições legislativas, internacionais e nacionais, um sistema de garantias (políticas, sociais, econômicas e*

---

<sup>67</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. *A reinvenção dos direitos humanos*; tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, p. 33.

*jurídicas) que lhes permitam gozar do resultado de suas lutas. Para tal efeito, declaram-se como garantias mínimas as que se relatam a seguir...*<sup>68</sup> (Grifou-se).

Os direitos humanos, então, não são “*inerentes aos seres humanos*” (como se estivessem fixados, por natureza, em cada um de nós). A própria igualdade não é algo preexistente, dado de antemão, pois precisa ser construída, dia a dia. Ora pois, “*não nos cansamos de repetir: uma norma não descreve nem cria nada por si só. As normas estão inseridas em sistemas de valores e em processos sociais de divisão do trabalho humano a partir dos quais se institui uma forma de acesso aos bens e não outra*”<sup>69</sup>, sedimenta com precisão Joaquín Herrera Flores.

Cabe perguntar: as normas (nacionais e supranacionais) que reconhecem a importância de todas as profissões para o funcionamento social impedem que, em países como o Brasil, um professor ou uma professora receba remuneração muito inferior à de um membro do Poder Judiciário ou do Ministério Público? Ou de um lixeiro, que passa as madrugadas, pelas ruas das cidades, recolhendo detritos, de ganhar bem menos que um membro do Poder Executivo ou do Poder Legislativo? Ou, enfim, que um padeiro, que trabalha durante a noite para que as pessoas possam comer o pão de todas as manhãs, receba salário significativamente menor ao que é pago a um jogador de futebol ou um artista famoso, etc? Isso se deve à apropriação, pelo capital, da capacidade produtiva (de criar, de realizar etc.) dos seres humanos (do fazer humano) e do que ela produz, incluindo sobretudo o conhecimento, fator que explica o porquê de atividades intelectuais serem mais valorizadas (economicamente) do que serviços manuais. Explica também o motivo de existirem significativas diferenças entre as funções e profissões presentes em cada sociedade (umas mais bem remuneradas que outras) a revelar a injusta, desigual e hierarquizada divisão social, sexual, étnica e territorial do fazer humano<sup>70</sup>.

---

<sup>68</sup> Op. Cit., p. 39.

<sup>69</sup> Op. Cit., p. 46.

<sup>70</sup> HERRERA FLORES. *Teoria crítica dos direitos humanos: os direitos humanos como produtos culturais*; tradução de: Luciana Caplan; Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009, pp. 115-116.

Não se está a negar que possam existir pagamentos diferentes por trabalhos diversos. Afinal, distintas são as responsabilidades. O ponto de reflexão é: normas são importantes, mas uma contínua avaliação e reavaliação dos “valores” e dos “*procesos sociales de división do trabalho humano*” é algo fundamental para compreender como está distribuída (e como pode ser melhorada) a maneira de acesso aos bens materiais e imateriais aptos a garantir, no mundo real, uma vida mais digna de ser vivida por todos e todas, e não apenas por alguns. Dessa forma teremos maior possibilidade de reequilibrar as posições que cada qual ocupa no meio social, eliminando-se a disparidade entre os privilegiados, de um lado, e os oprimidos e subordinados, de outro, e fazendo prevalecer um acesso mais igualitário à educação, à moradia, à saúde, à expressão, ao meio ambiente etc (aos bens, materiais e imateriais, necessários a uma vida digna de ser vivida)<sup>71</sup>.

É sob esse prisma que Joaquín Herrera Flores desconstrói o dogma liberal que separa a luta pelos direitos das lutas pelos bens (materiais e imateriais); evidencia que a condição humana não pode estar limitada a justificações e abstrações normativas, bem como nega a racionalidade instrumental pela qual o direito acaba se convertendo num fim em si mesmo (o direito a ter direitos)<sup>72</sup>.

### **1.3 OS DIREITOS HUMANOS ENTENDIDOS COMO PRODUTOS CULTURAIS: RECONHECENDO E VALORIZANDO O DIFERENTE**

Os direitos humanos são produtos culturais. Não são, portanto, universais, uma vez que não há uma só cultura no mundo, mas várias. É fato que a própria página eletrônica da Organização das Nações Unidas, no Brasil, vale reprimir, já disse que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, “*é um dos documentos básicos das Nações Unidas*”, no qual “*são enumerados os direitos*

---

<sup>71</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. *A reinvenção dos direitos humanos*; tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, pp. 36-37.

<sup>72</sup> CABALLERO, Francisco Sierra. *Ciudadanía y espacio público. Una lectura crítica de los derechos humanos como cultura del cambio social*. Em: MARTÍNEZ, Joaquín Recio (Coord.). *Reinventemos los derechos humanos* Sevilla: Atrapasueños Editorial, 2008, p.66-67.

*que todos os seres humanos possuem*<sup>73</sup>. E a ONU ainda diz que a DUDH foi “*elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo*”<sup>74</sup>. A DUDH, no entanto, e não obstante sua importância, não tem a universalidade que pretende ter. Trata-se, pois, de um documento produzido por uma Comissão Internacional de Juristas, em determinado momento histórico, preconizando certos valores, diretrizes e comportamentos, sobretudo da parte ocidental, branca e masculina do mundo. Logo, não é algo que se pode dizer como feito por todos e todas e para todos e todas. Não, em definitivo. É mais um (relevante, é verdade) produto cultural, dentre tanto existentes.

Veja-se o alerta de Antonio Carlos Wolkmer e Anne Carolinne Batista:

*Será que essa pretensa universalidade nada mais é do que uma estratégia para homogeneizar, exportar uma cultura e modelos políticos? Estará o referido universalismo a serviço da liberdade ou de uma nova forma de dominação? As culturas das minorias têm espaço para debater o que lhe será imposto como direito humano, ou será o debate dos direitos humanos um diálogo essencialmente ocidental?*<sup>75</sup> (Os grifos não constam no original).

Deveras, não é possível dizer “*aqui ou ali*” estão descritos “*os direitos que todos os seres humanos possuem*”. Um produto cultural (como os direitos humanos) decorre de uma época, de um lugar, de um modo (dominante nessa época e nesse lugar) de ver o mundo. E em se tratando de um produto cultural é sempre possível, frente a ele, agir e reagir política, social, jurídica e economicamente. Afinal, não é algo natural surgido “*do nada*” ou “*inerente*” ao humano. Como produtos culturais que são, os direitos humanos admitem constante reformulação, especialmente no plano concreto, no âmago das incessantes lutas por dignidade.

---

<sup>73</sup> Informações extraídas da página eletrônica das Nações Unidas no Brasil, em específico: [http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitoshumanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php), acesso em 08/03/2010.

<sup>74</sup> Informações extraídas da página eletrônica das Nações Unidas no Brasil, em específico <http://www.dudh.org.br/definicao/documentos/>, acesso em 08/03/2010.

<sup>75</sup> WOLKMER, Antonio Carlos; BATISTA, Anne Carolinne. Direitos humanos e processos de luta na perspectiva da interculturalidade. Em: PRONER, Carol; CORREAS, Oscar (Coord.). *Teoria crítica dos direitos humanos: in memoriam Joaquín Herrera Flores*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 140-141.

O respeito ao diferente, à diversidade, é fundamental. As incontáveis culturas espalhadas pelos cinco continentes devem ter vez e voz. Devem ter a possibilidade, num ciclo aberto, de se relacionar com os demais, consigo mesmas e com a natureza conforme suas próprias concepções de ver e entender o mundo.

A observação de Joaquín Herrera Flores é cristalina:

*(...) como todo produto cultural, os direitos humanos pertencem ao contexto no qual surgem e para o qual funcionam como categorias legitimadoras ou antagonistas da ideia hegemônica de vida digna que prevalece em uma determinada e concreta formação social. Em outros contextos culturais, quer dizer, em outras formas de explicar, interpretar e intervir no mundo, os caminhos de dignidade foram diferentes (...) Cada formação social constrói cultural e historicamente suas vias para a dignidade. O que diferencia o ocorrido na modernidade ocidental de outras modernidades ou outros contextos de relações é que, no Ocidente, a forma hegemônica de relação social teve desde suas origens uma vocação expansiva e globalizadora de muito maior força que as dominantes em outras formas de percepção do mundo e da vida humana. Existiu, desde a segunda metade do século XV até a atualidade, algum país africano, asiático ou polinésio que se assentou como metrópole colonial em algum país europeu, impôs sua forma de organização política ou seus objetivos econômicos de apropriação de nossos recursos naturais e humanos?*<sup>76</sup> (Grifou-se).

É relevante remarcar, portanto, que as leis, as sentenças, os artigos científicos, as doutrinas, as políticas, os direitos humanos (todos eles produtos culturais) não surgem do nada (há sempre uma origem, uma fonte, um contexto concreto que os produz e reproduz), tampouco estão postos, prontos e acabados. Ao contrário, a possibilidade de transformação é algo que está sempre latente.

Cabe, pois, a cada um atuar no mundo, colaborar, contribuir, propor. Nem todos têm igual poder (político, econômico, social, jurídico etc), sobretudo em razão da divisão hierarquizada do fazer humano presente nas sociedades, nos grupos. Um dos grandes desafios, senão o maior deles, daqueles que se dedicam à temática dos direitos humanos, é justamente agir de modo a que sejam abertas as possibilidades,

---

<sup>76</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. *Teoria crítica dos direitos humanos: os direitos humanos como produtos culturais*; tradução de: Luciana Caplan; Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009, p. 3.



a todos e todas, a que possam reivindicar - e alcançar – os bens materiais e imateriais necessários a uma vida digna de ser vivida.

Com efeito, se não participamos da história, se não atuamos e construímos a própria história, outros o farão em nosso nome (e, agora mesmo, estão fazendo), e isso está relacionado à distribuição do poder em cada contexto. Afinal, existe uma capacidade transformadora nas práticas cotidianas, uma força criativa de cidadania<sup>77</sup>. E, para tanto, reconhecer e valorizar o diferente é fundamental. Não se trata de *tolerar* o outro (como se estivéssemos numa posição de superioridade e *certos* e, desde nossa *bondade*, tolerássemos o *diferente*). Não. Não é tolerância. É respeito. É reconhecimento. É valorização do diverso, do plural. É compreensão e incessante busca pelo entendimento, pelo diálogo, pelo encontro de pontos comuns, tendo-se consciência de que os valores que acreditamos não são nem melhores nem os mais adequados em relação aos dos demais grupos humanos. É preciso olhar o outro respeitosamente e com o fim de bem conviver.

A percepção de Joaquín Herrera Flores é, uma vez mais, digna de nota<sup>78</sup>:

(...) Para começar a falar de direitos humanos como produtos culturais, é preciso tomar consciência do diferente. *Assumir isso não é tarefa fácil. Historicamente, as culturas hegemônicas tentaram fechar-se sobre si mesmas e apresentar o outro como o bárbaro, o selvagem, o incivilizado e, como consequência, suscetível de ser colonizado pelo que se autodenomina civilização.* Partir dos direitos humanos como produtos culturais supõe, pois, diferenciar-se desse modo de considerar o diferente (Grifou-se).

Não é, de fato, uma tarefa fácil, porquanto, de certa forma, cada pessoa é fruto de um meio social onde nasceu, cresceu e conseqüentemente formou sua personalidade conforme os costumes, os hábitos, os valores de determinado local e época. Mas, com certeza é algo possível e realizável, porquanto há um caminho a ser caminhado (e fazer esse caminho é buscar um lugar de encontro, uma

---

<sup>77</sup> BARRAGAN, Vicente; ROMERO, Rafael; SANZ, JOSÉ M. El principio de distribución del poder político como guía de la autorregulación participativa. Em: PRONER, Carol; CORREAS, Oscar (Coord.). *Teoría crítica dos direitos humanos: in memoriam Joaquín Herrera Flores*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 201-202.

<sup>78</sup> Op. Cit., p. 2.

oportunidade de diálogo)<sup>79</sup>. É mais: um exercício saudável para aprimorar a maneira de conviver com os demais seres humanos, povos, culturas, etnias, religiões etc, em especial quando se compreende a importância de que todos e todas devam ter espaços de luta e cotas de dignidade para melhor, e em harmonia, viver.

### 1.3.1 OS ESPAÇOS DE LUTA E AS COTAS DE DIGNIDADE

O Planeta Terra é onde, por enquanto, vivemos todos nós, seres humanos e não humanos. A nossa morada terrena é composta de uma infinidade de recursos naturais: oceanos, mares, rios, lagos, montanhas, florestas, rochas, minerais, elementos químicos de toda ordem, vento, gás, petróleo etc. A partir da natureza retiramos o necessário para suprir nossas necessidades de bem viver. A criatividade humana vem produzindo avanços tecnológicos ao longo do tempo, fazendo surgir desde os instrumentos mais simples (ferramentas rudimentares) até os de maior grau de sofisticação (meios de transporte e comunicação, construções etc).

É fato que homens e mulheres, dentro de um contexto coletivo e de cooperação, ultrapassaram as fronteiras terrestres, aquáticas, aéreas e até aeroespaciais (lembrando que a era espacial tem pouco mais de meio século<sup>80</sup>). As capacidades individuais surgem e ressurgem, aparecendo cada vez mais invenções e inventores. Foi inventada a rede mundial de computadores (*internet*), tão difundida pelo mundo contemporâneo. Mas, antes, não esqueçamos, criaram-se usinas de energia para que isso fosse possível e, mais atrás, a eletricidade foi descoberta e o fogo, e a pedra lascada e assim sucessivamente numa escala temporal que se confunde com a própria existência humana. Logo, por mais que o descobrimento de algo seja atribuído a alguém, nele está incluído, e presente, o conhecimento e as trocas de gerações, dos mais diversos povos e culturas.

---

<sup>79</sup> CARBALLIDO, Manuel E. Gándara. Hacerse camino al andar. Em: MARTÍNEZ, Joaquín Recio (Coord.). *Reinventemos los derechos humanos*. Sevilla: Atrapasueños Editorial, 2008, p. 47.

<sup>80</sup> CARLEIAL, Aydano Barreto. Uma breve história da conquista espacial. Brasília: *Revista Parcerias Estratégicas, do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE)*, v. 4, n. 7, 2009. p. 21-30.

A humanidade tem sido exitosa em termos de avanço tecnológico. Afinal, atualmente é possível, de modo instantâneo, conversar com alguém que está do outro lado do globo terrestre. Em pouco tempo, é viável, também, viajar por todos os continentes. E assim ocorre na área médica, na construção civil, na engenharia genética, nas ciências sociais, jurídicas, humanas, enfim.

Há, porém, um longo caminho a percorrer. A problemática quanto ao uso e gozo de todas essas invenções e avanços é cada vez mais intensa e perceptível. As desigualdades sociais verificadas no mundo contemporâneo representam um desafio crescente. Façamos um recorte da última década. O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o PNUD, já em 2009, demonstrava, de modo cristalino, o quanto *“em 182 países, os progressos irregulares e as desigualdades na saúde, na riqueza e na educação persistem”*<sup>81</sup>:

*“(...) Banguécoque, 5 de outubro de 2009 – Apesar do progresso registrado em muitas áreas nos últimos 25 anos, as desigualdades no bem-estar das populações de países ricos e de países pobres continuam a ser inaceitavelmente elevadas, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) publicado hoje, incluído no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009. O IDH deste ano – um indicador que sintetiza o bem-estar das pessoas a partir das medidas da esperança média de vida, da alfabetização, da escolarização e do PIB *per capita* – foi calculado para 182 países, sendo esta a cobertura mais abrangente de sempre. (...)*

#### *Novas Classificações*

Os países que ocupam os três primeiros lugares na tabela de classificações do IDH são, por esta ordem, a Noruega, a Austrália e a Islândia. A França voltou a entrar nos 10 primeiros classificados depois de estar ausente deste grupo por um ano, sendo que o Luxemburgo deixou esta lista dos 10 mais bem posicionados. (...)

Os últimos três classificados no IDH deste ano foram, por esta ordem: Níger, Afeganistão (incluído pela primeira vez desde 1996) e Serra Leoa, respectivamente. *Note-se, pois, que uma criança nascida em Níger poderá esperar viver apenas 50 anos: menos 30 anos do que uma criança nascida na Noruega. Para mais, as diferenças nos rendimentos per capita são enormes – por cada dólar ganho por pessoa em Níger, 85 dólares são ganhos na Noruega.*

---

<sup>81</sup> Informações extraídas da página eletrônica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em específico: <http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh2009/Destaque2.pdf>, acesso em 13/03/2010.

### *Grandes diferenças*

*O RDH deste ano introduz uma nova categoria de países que se encontram no topo das classificações, ou seja, a categoria de IDH Muito Elevado. O Relatório revela que as pessoas que vivem em países nas categorias de desenvolvimento mais elevado podem esperar obter uma melhor educação, viver mais anos e ganhar mais: por exemplo, o rendimento per capita situa-se em valores inferiores a 1.000 dólares americanos em países com um IDH Baixo e em valores superiores a 37.000 dólares americanos em países com um IDH Muito Elevado.*

*As diferenças na esperança média de vida e na escolarização são também flagrantes. Por exemplo, uma criança nascida num país com um IDH Baixo poderá esperar viver apenas 50 anos – menos 17 anos do que uma que nasça num país com um IDH Médio, e menos 30 relativamente à que nascer num país com um IDH Muito Elevado. Um em cada cinco adultos em países com um IDH Médio e um em cada dois em países com um IDH Baixo são ainda analfabetos, uma situação que se regista raramente nos países das restantes categorias.*

### *Tendências a mais longo prazo*

As tendências no IDH desde 1980 mostram avanços significativos em termos de desenvolvimento humano, assinalando-se uma melhoria de 15% em média nos valores do IDH dos países. Aqueles que mais se beneficiaram foram a China, o Irã e o Nepal. Porém, o progresso tem sido bastante mais significativo na educação e na saúde do que em termos do rendimento.

*“Embora o estreitamento dos hiatos que existiam em muitos indicadores de saúde e de educação seja uma boa notícia, a desigualdade que persiste na distribuição dos rendimentos em todo o mundo continua a ser uma fonte de preocupação para os decisores políticos e para instituições internacionais”, comentou Jeni Klugman (Os grifos realizados não constam na versão original).*

Um ano depois, em 2010, o relatório do PNUD apesar de destacar avanços significativos, inclusive revelando que *“a maior parte dos países em vias de desenvolvimento”* alcançou *“progressos profundos”*<sup>82</sup> nas áreas de saúde, educação e padrões de vida nas últimas décadas, tornou a enfatizar:

*“Contudo, os padrões das realizações variam grandemente, com alguns países a perderem terreno desde 1970 (...). Introduzindo três novos índices, a edição de 20º aniversário do Relatório documenta*

---

<sup>82</sup> Informações extraídas da página eletrônica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em específico: <http://hdr.undp.org/en/media/PR1-HDR10-overview-PT-rev2.pdf>, acesso em 21/08/2011.

*amplas desigualdades internamente aos países e entre os mesmos, profundas disparidades entre homens e mulheres num amplo leque de indicadores de desenvolvimento e a prevalência de extrema pobreza multidimensional na Ásia do Sul e na África Subsaariana". (...) A tendência dominante da esperança de vida é, a nível global, de convergência, com os seus níveis médios na maior parte dos países pobres a aproximarem-se cada vez mais dos existentes nos países desenvolvidos. Contudo, no rendimento, o padrão continua a ser de divergência, com muitos dos países ricos a ficarem gradualmente mais ricos, enquanto que o crescimento sustentado deixa de fora muitas nações pobres. 'Assistimos a grandes avanços, mas as mudanças das últimas décadas de modo algum foram plenamente positivas', escrevem os autores. 'Alguns países sofreram sérios reveses, particularmente na saúde, eliminando por vezes em poucos anos os ganhos acumulados ao longo de várias décadas. O crescimento económico tem sido extremamente desigual (...). E as lacunas no desenvolvimento humano por todo o mundo, embora em diminuição, permanecem enormes (...)' (Grifou-se).*

E o relatório<sup>83</sup> em exame asseverou, também, que aproximadamente *1 bilhão e 750 milhões de pessoas viviam, à época, em estado de pobreza multidimensional*, ou seja, com ao menos um terço dos indicadores revelando grave privação em termos de saúde, educação ou padrão de vida. A África Subsaariana registrou a pior situação (a média das privações variou de 45 a 69%). Mas, em números absolutos, tem-se que na Ásia do Sul é onde estava a metade desses pobres (844 milhões de pessoas), enquanto que um quarto deles vivia na África (458 milhões de pessoas).

O documento das Nações Unidas<sup>84</sup> daquele ano fez, por fim, duas observações importantes: a) *o desenvolvimento humano é diferente do crescimento económico e as realizações substanciais são possíveis mesmo sem crescimento rápido*; e b) *as diferentes vias nacionais para o desenvolvimento demonstram que não existe uma fórmula única para o progresso sustentável*.

Passados cinco anos, e não obstante as melhorias alcançadas, o relatório do PNUD 2015<sup>85</sup>, prossegue registrando a grave desigualdade social, sendo que cerca

---

<sup>83</sup> Informações extraídas da página eletrônica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em específico: [http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2010\\_PT\\_Overview\\_reprint.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Overview_reprint.pdf), acesso em 21/08/2011, p. 8-9.

<sup>84</sup> Informações extraídas da página eletrônica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em específico: <http://hdr.undp.org/en/media/PR1-HDR10-overview-PT-rev2.pdf>, acesso em 21/08/2011.

<sup>85</sup> Informações extraídas da página eletrônica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em específico: [http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/RDHglobais/hdr2015\\_ptBR.pdf](http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/RDHglobais/hdr2015_ptBR.pdf), acesso em 28/04/2016, p. 65-8.

de 1 bilhão e 500 milhões de pessoas ainda vivem em situação de pobreza multidimensional. Deveras, *“subsistem contrastes gritantes entre regiões e entre países, bem como em cada região e em cada país, no que toca aos progressos em matéria de desenvolvimento humano”*<sup>86</sup>. Observemos:

*(...) Em termos de atraso de crescimento, as crianças do quintil mais pobre da população têm duas vezes mais probabilidades de sofrer de atrasos de crescimento do que as do quintil mais rico. (...) Em 2014, mais de 70 por cento das pessoas do mundo portadoras de VIH (HIV) encontravam-se na África Subariana. Cerca de 1,4 milhões de pessoas recentemente infectadas são igualmente oriundas da região. Dos 57 milhões de crianças não escolarizadas com idades correspondentes à frequência do ensino primário, 33 milhões encontram-se na África Subariana. Nos países em desenvolvimento, as crianças das famílias mais pobres têm quatro vezes mais probabilidades de não estarem escolarizadas do que as famílias mais ricas (Grifou-se).*

Como melhorar o paradoxo *avanços impressionantes X desigualdades alarmantes*? Imensa tarefa. Afinal, ainda que a ênfase seja sobre rendimentos, distribuição de renda ou de riquezas, fato é que tudo, em princípio, tem origem nos recursos naturais do lar humano e não humano: o Planeta Terra, como bem demonstram os citados relatórios das Nações Unidas<sup>87</sup>. E esses elementos da natureza devem servir às necessidades de todos (e para tanto, reitere-se, não devem ser ignorados os interesses dos não humanos). Como fazer isso? E como saber, num mundo tão plural e com povos e culturas tão diferentes, quais as necessidades a serem satisfeitas? Quais os bens materiais e imateriais aptos a assegurar uma vida digna de ser vivida? Quais os direitos humanos a serem efetivados?

Um dos aspectos delineados a esse respeito, pela Teoria Crítica dos Direitos Humanos em foco, está relacionado a atuar para instituir, impulsionar e ampliar os espaços de luta e as cotas de dignidade. Os espaços de luta (reivindicações)

---

<sup>86</sup> Idem.

<sup>87</sup> O Relatório PNUD 2015, por exemplo, salienta que desenvolvimento humano e sustentabilidade são componentes essenciais da mesma ética subjacente ao denominado universalismo das reivindicações de vida, e alerta: “se em termos de atividade humana, se mantiver a abordagem habitual seguida até aqui, colocaremos em perigo a continuidade dos ganhos obtidos, bem como o potencial para o progresso futuro, tanto para nós como para nossos descendentes. Estas ameaças, motivadas de modo mais imediato pelo uso insustentável dos recursos naturais, bem como pela dificuldade em superar as barreiras sociais (...), p. 147.

implicam possibilidades de agir e interagir no mundo real. As pessoas, homens e mulheres, independentemente de raça, etnia, crença, classe social etc, devem ter, remarque-se, voz e vez no que se refere à vida política, econômica, cultural, jurídica etc. O sistema representativo tem se mostrado insuficiente, porquanto limitado.

Logo, ao se decidir sobre a aplicação de recursos públicos, ou políticas públicas relacionadas à educação, saúde, moradia, emprego e renda, ou sobre a atuação de entes privados, sejam nacionais ou transnacionais etc, as pessoas envolvidas ou afetadas precisam ter espaço para falar, reivindicar, propor, debater, decidir ou, em uma palavra, lutar. Afinal, é de suas vidas que se trata. Nesse ponto, vale enfatizar que mais importante do que a consagração de direitos em textos normativos são as lutas travadas para que eles (os direitos, e portanto os bens materiais e imateriais correspondentes) sejam garantidos. E tão relevante quanto são as lutas que não triunfaram mas deixaram marcas do inconformismo e da possibilidade latente de que são possíveis outros mundos e outra história<sup>88</sup>.

Nada mais apropriado que a lição de Joaquín Herrera Flores<sup>89</sup>:

*A partir dos espaços de luta, o indivíduo luta pelo que é seu, quer dizer, pela sua capacidade de atuar em prol de uma vida digna, e não renuncia ao que não tem (seus pretendidos direitos), mas atua em função do que tem, ou seja, de sua capacidade e sua potencialidade humana para assumir, impor e garantir política, econômica, social, cultural e juridicamente compromissos e deveres que nos responsabilizem e, ao mesmo tempo, responsabilizem as instituições públicas e privadas na construção de condições para aceder igualitariamente aos bens necessários para a vida. (...) desde o espaço de luta, o que fazem os atores antagonistas às formas dominantes (hegemonistas) de acesso aos bens é construir ativamente as condições de sua dignidade assumindo deveres em relação aos outros, sobretudo os mais vulneráveis, para conseguir um acesso igualitário aos bens rompendo com os processos dominantes de divisão social do fazer (Grifou-se).*

---

<sup>88</sup> PRONER, Carol. Reinventando los derechos humanos: el legado de Joaquín Herrera Flores. Em: PRONER, Carol; CORREAS, Oscar (Coord.). *Teoria crítica dos direitos humanos: in memoriam Joaquín Herrera Flores*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 36.

<sup>89</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. *Teoria crítica dos direitos humanos: os direitos humanos como produtos culturais*; tradução de: Luciana Caplan; Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009, p. 203.

Os espaços de luta, na medida em que são instituídos, impulsionados ou ampliados vão redistribuindo as *cotas de dignidade* entre todos e todas. Explica-se. Os bens de que necessitamos provém, originariamente, dos recursos naturais de nosso lar: o Planeta Terra (bens materiais), ou nele se realizam (bens imateriais). O acesso aos bens (que asseguram dignidade) não é igualitário e, por conseguinte, uns tem mais *cotas de dignidade* que outros. O exemplo clarifica: consideremos o acesso à água potável como um elemento de dignidade humana. Não obstante o que proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos (e tantos outros textos normativos), fato é que, no mundo real, o acesso ao bem “*água*” varia daqueles que a tem encanada, para lavar automóveis, preparar alimentos, usufruir da piscina etc, até aqueles que a tem em condição de alta escassez (4 bilhões de pessoas têm água escassa 1 mês ao ano; 2,9 bilhões de pessoas 4 meses ao ano; 1,9 bilhão de pessoas 6 meses ao ano; e 500 milhões de pessoas o ano todo<sup>90</sup>).

As *cotas de dignidade*, então, são diferentes. E ao se proporcionar espaços de luta (políticos, econômicos, sociais, jurídicos etc) às pessoas, sobretudo às mais necessitadas, as *cotas de dignidade* podem aumentar de modo significativo: a água encanada chegará às suas moradas (se for o caso), e uma vida mais digna de ser vivida vai surgindo na realidade concreta de todos e todas. As lutas por espaços, com sujeitos dotados de voz, vez e presença política e social se mostra como algo essencial e inescindível em defesa da dignidade humana<sup>91</sup>.

### 1.3.2 OS DEBATES, AS CONSTRUÇÕES COLETIVAS, AS REDES

O que se constrói de modo coletivo, com respeito ao diferente e com abertura a discussões plurais culmina alcançando resultados, no mínimo, mais equânimes. E quando os espaços de luta são ampliados, os debates também o são.

---

<sup>90</sup> Ao teor de estudo conduzido por pesquisadores holandeses e publicado, em fevereiro/2016, na *Science Advances*. Informações em <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2016/02/cientistas-estimam-quantas-pessoas-vivem-com-falta-de-agua-no-mundo-4-bilhoes.html>, acesso em 28/07/2016.

<sup>91</sup> SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano. *Formação e ponto de inflexão: entre palavras e verdades*. Em: PRONER, Carol; CORREAS, Oscar (Coord.). *Teoria crítica dos direitos humanos: in memoriam Joaquín Herrera Flores*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 218.



O papel de associações de bairros, movimentos sociais, organizações não governamentais, entidades sindicais, enfim, coletivos de toda a ordem (comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pessoas com deficiência, idosos, mulheres, gays etc) tem sido (e é) fundamental para que a sociedade reveja conceitos e elimine preconceitos. Todos temos muito a aprender com todos. Quando determinado grupo de pessoas passa a ter uma posição de maior visibilidade, podendo inclusive se manifestar do seu próprio modo, começa a surgir o *empoderamento cidadão*, algo importante em termos de Teoria Crítica dos Direitos Humanos. As pessoas *empoderadas* passam a atuar de modo mais decisivo e efetivo quanto ao rumo de suas próprias vidas, mediante uma potência política (social, cultural, econômica etc.) capaz de criar e pôr em marcha novas formas de relação social e institucional<sup>92</sup>.

Não se nega, vale dizer, a importância das estruturas estatais nem dos marcos regulatórios oficiais que, como os direitos humanos, também constituem produtos culturais. Todavia, existem infinitas formas de ver, pensar e atuar no mundo. Ao serem definidas regras e diretrizes políticas, econômicas, culturais, jurídicas etc, quanto maior o espaço aberto para debates, para uma construção coletiva, mais legitimidade e mais próxima da realidade de todos e todas estará o resultado final alcançado. E mais *empoderadas* estarão as pessoas.

Tem-se um contexto (em busca do *empoderamento cidadão*) no qual as denominadas *redes* exercem função essencial. As boas práticas, as técnicas e meios utilizados e as conquistas alcançadas, pelos mais variados coletivos, são compartilhadas entre uns e outros. São instituídas redes de informações e de debates (onde a *internet* potencializa a troca de ideias e experiências) possibilitando o aproveitamento de modelos, com as devidas adaptações, que deram bons frutos em uma localidade da América Latina, por exemplo, e podem ser utilizados na Europa, na Ásia, na África, na Oceania, enfim, em qualquer lugar.

O orçamento participativo (prática pela qual as pessoas da comunidade decidem como e onde será aplicado determinado percentual dos recursos públicos) iniciado em Porto Alegre (Brasil) passou a ser empregado em Sevilha (Espanha),

---

<sup>92</sup> HERRERA, Carlos Miguel. *Filosofía de los derechos humanos en tiempos de globalización. Dos tentativas sobre Joaquín Herrera Flores (incluyendo un recuerdo)*. Em: PRONER, Carol; CORREAS, Oscar (Coord.). *Teoría crítica dos direitos humanos: in memoriam Joaquín Herrera Flores*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 121-129.

bem como em São Brás de Alportel (Portugal)<sup>93</sup>. De igual modo, a Marcha “Pão e Rosas”, originada de um movimento de mulheres de Quebec (Canadá) culminou com a idealização e realização da “*Marcha Mundial das Mulheres*” (a qual objetiva sensibilizar “a sociedade em torno da necessidade de transformações profundas, que a levem de uma situação de pobreza, exclusão e violência até a possibilidade de vida digna para todas as pessoas”)<sup>94</sup> que se espalhou pelo mundo todo.

É de se destacar, também, o quanto as novas mídias digitais criaram espaços rápidos, ágeis e praticamente sem fronteiras (*WhatsApp, Telegram, Facebook* etc) fortalecendo e ampliando a dimensão de movimentos sociais contemporâneos<sup>95</sup>, mesmo quando esses serviços chegam a ser bloqueados pelas autoridades, como na Primavera Árabe<sup>96</sup> (momento em que a população foi às ruas, no Oriente Médio e no Norte da África em busca da derrubada de ditaduras, implantação de regimes democráticos e reivindicações por melhores condições sociais de vida). De igual modo, cabe referir os protestos por avanços na qualidade dos serviços públicos, adequação dos gastos governamentais e contra a corrupção no Brasil (dentre outras pautas), que começou em virtude do aumento das passagens no transporte coletivo na cidade de São Paulo e culminou dando início à Primavera Brasileira<sup>97</sup>.

As lutas desses grupos sociais que promovem debates, fomentam construções coletivas e interação mediante redes que cada vez mais *empoderam* homens e mulheres em todas as partes mundo, não pode estar à margem do que se concebe por direitos humanos. A lição de Joaquín Herrera Flores é cristalina<sup>98</sup>:

*Não podemos entender os direitos sem vê-los como parte da luta de grupos sociais empenhados em promover a emancipação humana,*

---

<sup>93</sup> NUNES, João Arriscado; MATIAS, Marisa; MATOS, Ana Raquel; NEVES, Daniel. *Para o Povo, com o povo e desde o povo: os orçamentos participativos enquanto instrumentos de participação e capacitação pública*. Disponível em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/535.pdf>, acesso em 14/03/2010.

<sup>94</sup> ANDRIOLI, Liria Ângela. *Atividade Mercosul da Marcha Mundial das Mulheres – uma prática social da educação popular*. Disponível em <http://br.monografias.com/trabalhos915/marcha-mundial-mulheres/marcha-mundial-mulheres.pdf>, acesso em 14/03/2010.

<sup>95</sup> TUFTE, Thomas. *O renascimento da Comunicação para a transformação social: redefinindo a disciplina e a prática depois da 'Primavera Árabe'*. São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 36, n. 2, p. 61-90, 2013.

<sup>96</sup> JOFFE, George. *A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro*. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 30, p. 85-116, junho de 2011. O documento está disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992011000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000200006&lng=pt&nrm=iso), acesso: 30/04/2016.

<sup>97</sup> DE MORAES, Thiago Perez Bernardes; SANTOS, Romer Mottinha. *Os Protestos no Brasil: Um estudo sobre as pesquisas na web, e o caso da Primavera Brasileira*. Assunção: *Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales*, v. 9, n. 2, p. 193-206, 2013.

<sup>98</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. *A reinvenção dos direitos humanos*; tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: F. Boiteux, 2009, p. 77.

apesar das correntes que amarram a humanidade na maior parte de nosso planeta. *Os direitos humanos não são conquistados apenas por meio das normas jurídicas que propiciam seu reconhecimento, mas também, e de modo muito especial, por meio das práticas sociais de ONGs, de Associações, de Movimentos Sociais, de Sindicatos, de Partidos Políticos, de Iniciativas Cidadãs e de reivindicações de grupos, minoritários (indígenas) ou não (mulheres), que de um modo ou de outro restaram tradicionalmente marginalizados do processo de positivação e de reconhecimento institucional de suas expectativas (Grifou-se).*

São caminhos assim que podem dar novos rumos aos direitos humanos.

## 1.4 OS NOVOS RUMOS DOS DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos precisam de novos rumos. A teoria tradicional, pródiga em editar normas e firmar pactos, não logrou êxito na indispensável missão de tornar realidade, para todos e todas, uma verdadeira *vida digna de ser vivida*. A proposta de Joaquín Herrera Flores, no âmbito da Teoria Crítica dos Direitos Humanos, é um legado às presentes e futuras gerações que acreditam na possibilidade concreta de homens e mulheres atuarem no mundo, agindo e interagindo em relação a si próprios, aos demais e à natureza, transformando o real.

O professor espanhol, em suas lições acadêmicas e vivências práticas, consolidou diretrizes, como as denominadas “*seis decisões iniciais*”<sup>99</sup>, quais sejam:

*1ª. decisão inicial: “pensar é pensar de outro modo”.* Não devemos ser apáticos, tampouco meros seguidores e repetidores de algo. Ouvir e prestar bem atenção no que nos rodeia é essencial, mas não é suficiente. É que desde pequenos somos ensinados sobre os mais diversos assuntos, seja na escola, seja em casa, seja no convívio com amigos, familiares, enfim. O tema pode ser reino animal, vegetal, mineral, ou política, economia e história, ou ainda as mais corriqueiras ocorrências do dia-a-dia. O que as coisas realmente são? E as teorias e lições? As

---

<sup>99</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. Teoria crítica dos direitos humanos: os direitos humanos como produtos culturais; tradução de: Luciana Caplan; Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009, p. 22-42.

palavras repetidas como *“crescimento econômico”, “socialmente responsável”, “progresso”* ou *“desenvolvimento sustentável”*? Do que exatamente se está falando?

Os conflitos armados, as guerras, por exemplo, seguem ocorrendo: um dia nações se enfrentaram (e se enfrentam) por razões religiosas; em outro momento é necessário *“garantir a soberania nacional”*; ou, quem sabe, *“frear o terrorismo em nome dos direitos humanos e pela segurança de todos”*.

Fato é que as lições, as informações, as notícias que recebemos são *“produtos culturais”*, assim como os *“direitos humanos”*. Logo, quem fala, quem transmite, quem noticia, o faz desde sua própria perspectiva (ou daquele a quem serve), em termos de valores, impressões, julgamentos, conclusões etc.

O pensar de outro modo significa *“refletir criticamente”* em vez de *“aceitar passivamente”*. Se o mundo *“é assim”*, mas pode *“ser diferente”*, não devemos ficar parados, mas refletir, propor, agir e transformar: uma *“potencialização de nossa capacidade cultural de criatividade e de postulação de alternativa ao existente”*, porquanto *“pensar de outro modo”* é *“a reação cultural mais importante que podemos levar a cabo”* num *“processo de humanização do humano”*<sup>100</sup>.

*2ª. decisão inicial: “da negatividade dialética à afirmação ontológica e axiológica”*. Ao defendermos nossas ideias e posições não vamos negar (como se fossem *“erradas ou inúteis”*) aquelas convicções e modos de ver e pensar o mundo com os quais não concordamos. Ao revés, é frente ao diverso que firmamos nossas diferenças e em relação ao qual procuramos mostrar que outro pensar é possível e viável. Não se faz necessário, pois, defender que a postura *“x”* está equivocada, enquanto a nossa, a conduta *“y”*, é a mais certa. Deveras, é na contrariedade e na pluralidade de pensamentos, conceitos e práticas que podemos construir o novo e conviver com o diferente, de forma harmônica e pacífica.

Os espaços de luta (de debates, reflexões etc) devem ser abertos, permitindo o diálogo e firmando lugares de encontro, mesmo com aqueles que aparentemente possam demonstrar interesses totalmente antagônicos aos nossos. Antes do *“não”* devemos apresentar e lutar por um *“sim a algo diferente”*. O relevante é agir de modo

---

<sup>100</sup> Op. Cit., p. 22.

a “afirmar nossa diferença e nossa discrepância política, social e cultural contra o fechamento da capacidade humana de transformar o mundo em função de novos valores e novas formas de reagir diante do mundo”<sup>101</sup>.

3ª. *decisão inicial: “pensar as lutas pela dignidade humana significa problematizar a realidade”*. A realidade deve ser problematizada. Não é válido simplesmente “aceitar”, o que quer que seja, como algo “dado” e “petrificado”. Os fatos e as situações não estão imunes à nossa atuação (e capacidade de transformação) no mundo. Ao problematizarmos o real fazemos perguntas, avaliamos e refletimos sobre as variáveis possíveis.

Com efeito, frente a qualquer teoria ou pensamento devemos, de modo crítico, construtivo e afirmativo, trazer à luz o que se pretende, o que se pode alcançar, o que eventualmente está contido (mas não revelado) nos “discursos” ou nos “conceitos” e, o mais importante, quais as alternativas ao estado atual vigente.

Quais os problemas reais e contemporâneos, dessas ou daquelas pessoas, nesse ou naquele lugar e contexto econômico, social, político, jurídico etc? Quais parecem ser as melhores respostas para as lutas pela dignidade humana e por acesso a bens materiais e imateriais aptos a satisfazer as necessidades desse ou daquele coletivo? As mudanças constantes da realidade estão sendo consideradas? E como está a capacidade de cada qual agir e interagir no mundo, debatendo, propondo, criando, deliberando e construindo algo novo?

Tem-se como essencial a existência de processos abertos, pois “o que nunca devemos permitir são as teorias que negam que possamos explicar, interpretar e intervir na realidade, ou seja, nos sistemas de relações que mantemos com os outros seres humanos, com nós mesmos e com os entornos naturais”<sup>102</sup>. O intento, nessa avaliação crítica e afirmativa da realidade, é de “desvalorização do valioso” e “revalorização do desvalorizado” como “um intercâmbio inovador entre o tradicional e o novo, entre o dominante e o alternativo, tendendo sempre a potencializar o novo e o alternativo diante do antigo e do hegemônico”<sup>103</sup>.

---

<sup>101</sup> Op. Cit., p. 27. Joaquín Herrera Flores aqui menciona lições de Ernst Bloch.

<sup>102</sup> Op. Cit., p. 29.

<sup>103</sup> Op. Cit., p. 30.

4ª. *decisão inicial: “da utopia às heterotopias”*. O caminho utópico, referido, desejado e almejado ao longo do tempo, pode ser aprimorado. Não é necessária a “*recriação*” do mundo, como num conto de fadas e mediante o emprego de algumas “*palavras mágicas*”. O novo pode ser alcançado no esforço de cada dia, no agir concreto, aqui e agora. Os pactos, as convenções, as “*normas programáticas*” (carregadas de promessas de um devir utópico sem data marcada e sem se saber quando, onde e como chegará... se é que chegará) bem parecem essas “*palavras mágicas*”, alheias e dissociadas de relevantes questões concretas.

A promessa descontextualizada é infrutífera. É a utopia. É a esperança relegada à crença de que a realidade será melhor (um dia). É como o conteúdo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) “*e seu afã por nos fazer crer que os direitos ali formulados são tidos por todos os seres humanos independentemente de se podem colocá-los em prática ou não*”<sup>104</sup>.

A história da humanidade é milenar. A vida das pessoas não. A todos aqueles que sofrem as mazelas da desigualdade social, as proposições e soluções devem ser “*para breve*” e não para uma “*amanhã sem data*”. O objetivo é a heterotopia<sup>105</sup>, isto é, o caminhar dentro da história, no presente e em constante processo de transformação. É almejar um “*outro lugar*” (heterotopia) em vez de um “*não lugar*” (utopia). “*Não é, portanto, nosso interesse tornar a expandir o futuro em direção a horizontes que vão se afastando cada vez mais à medida que vamos nos aproximando deles. Nosso interesse reside, ao contrário, em recuperar o presente e ampliá-lo com novas propostas teóricas e práticas. Só expandindo o presente é que podemos construir o futuro sem violências totalitárias*”<sup>106</sup>.

A heterotopia, o outro lugar, não tem por base a esperança de um novo começo histórico situado no futuro (utopia). Ao contrário, ela é por nós impulsionada (a heterotopia) “*em meio à história, aos processos*” e desde aí (onde está situada) é que considera “*todo o existente como algo em devenir e transformação constante*”<sup>107</sup>.

---

<sup>104</sup> Op. Cit., p. 32.

<sup>105</sup> O conceito de heterotopia, conforme registrado por Joaquín Herrera Flores na obra citada, é de Michel Foucault e consta da conferência intitulada “Utopia e heterotopias”.

<sup>106</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. Teoria crítica dos direitos humanos: os direitos humanos como produtos culturais; tradução de: Luciana Caplan; Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009, p. 34.

<sup>107</sup> Op. Cit., 33.

5ª. *decisão inicial*: “a indignação diante do intolerável deve nos induzir ao encontro positivo e afirmativo de vontades críticas”. A intenção de nossas ideias não deve ser a de encontrar uma teoria, uma práxis ou uma solução generalizável a todos, que abarque tudo ou que apresente a cura final para as mazelas humanas. De igual forma, não faz sentido negar os demais modelos e formas de entender, ver e propor o (e no) mundo. A contribuição, de todos os povos e segmentos sociais, grupos etc, é válida. A postura crítica e afirmativa requer, pois, aproximação numa busca constante de lugares de encontro, sobretudo com os atores sociais. Desse modo, podemos revisar conceitos e reflexões.

As vontades críticas hão de ser positivas e afirmativas, isto é, propensas a construir, compor, realizar. Os interesses opostos, presentes em qualquer grupo social, não devem ser objeto de discórdia, de descontentamento ou de conflitos acirrados. Os que pensam diferente não são inimigos, são diferentes. Uma das mais marcantes lições nas aulas de Joaquín Herrera Flores foi a assertiva no sentido de que “devemos ter paixões alegres”, ou seja, nossas lutas, por mais árduas que sejam, precisam semear, colher e espalhar bons e harmoniosos frutos.

E a proximidade com as pessoas, prevalecendo uma postura de respeito e reconhecimento das diferenças (inclusive quanto aos interesses e ao modo de ver e compreender o mundo) é fundamental. Um agir assim, com “*paixões alegres*”, por certo facilita o caminho de uma teoria que “*deve ser medida não tanto por suas possibilidades de realização futura, mas por sua capacidade atual de impulso social em direção à construção de heterotopias e de caminhos de dignidade alternativos aos que tradicionalmente dominaram os textos e as práticas de direitos humanos*”<sup>108</sup>. Ou, em outras palavras, “*devemos prestar mais atenção a nosso presente, a nossos modos de existência concretos e cotidianos*” para que possamos construir e reconstruir “*alternativas reais e possíveis no mundo em que vivemos*”<sup>109</sup>.

6ª. *decisão inicial*: “nem tudo vale o mesmo”. A pretendida “universalidade” dos direitos humanos é algo dissociado do mundo real. Não é adequado crer que “direitos humanos” são “direitos universais”, ocultando-se o fato de que os direitos surgem em determinados contextos de relações (sociais, políticas, econômicas etc)

---

<sup>108</sup> Op. Cit., p. 37.

<sup>109</sup> Op. Cit., p. 38.

e que, portanto, do Ocidente ao Oriente, “*existem múltiplos e diferentes caminhos de dignidade*”<sup>110</sup>. Quem, repita-se, estaria autorizado a proclamar, a seu modo e em nome de todos e todas, que “*esses*” ou “*aqueles*” são os “*direitos de homens e mulheres - os direitos humanos - de caráter universal*”?

Uma vez mais o ensinar de Joaquín Herrera Flores é válido:

Só de observar o conteúdo inicial dos direitos humanos: liberdade contratual, liberdade religiosa, propriedade privada de si mesmo e dos meios de produção, o direito a mover-se livremente por todos os lugares de interesse (“*ius communicationis*”) e o direito a comerciar com todos com quem se encontre (“*ius commercii*”), considerando como guerra justa qualquer intromissão ilegítima e ilegal em tais premissas racionais, *alguém pode começar a interrogar-se a quem beneficia todos esse acúmulo de direitos abstratos: beneficia os que podem mover-se por todo o mundo graças a suas embarcações e a seus exércitos? Beneficia os indivíduos que nem pretendem nem podem mover-se de seus territórios ancestrais? De que universalidade e de que racionalidade estão falando? Por acaso de uns direitos que reconhecem a todos os povos as mesmas possibilidades de mover-se e comerciar por todo o mundo, mas que, na realidade, nem sequer lhes permite mover-se de seus territórios e, certamente, lhes nega a possibilidade de comercializar livremente suas riquezas como sujeitos livres que são, ou pelo menos, lhes dizem que são? Permitiu, alguma vez, a Inglaterra a instalação em seus territórios de empresas indianas de produção de tecidos que competissem realmente com as revolucionárias indústrias de Manchester? Apesar das propostas de um comércio livre e universal proclamadas por Francisco de Vitória, permitiu o império espanhol que se pudesse comercializar livremente e em igualdade de condições em algum porto do mundo que não estivesse controlado pelos interesses da metrópole?*<sup>111</sup> (Grifou-se).

Não se pode considerar como se fosse universal valores e ideias forjadas por alguns poucos de acordo com suas percepções e interesses. Nem tudo vale o mesmo, “*e menos ainda essas justificações colonialistas de privatização do mundo e do conhecimento que vieram conformando a visão ocidental de si própria*”<sup>112</sup>. A compreensão e o respeito ao outro, ao diferente, é imprescindível. As diversas formas culturais, modos de agir e interagir no mundo, bem como de conceituar e se manifestar, são tão legítimas quanto as nossas. O critério, na luta pelos direitos

---

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> Op. Cit., p. 39.

<sup>112</sup> Op. Cit., p. 41.



humanos, deve, pois, abranger o reconhecimento da pluralidade e da diversidade, de modo a que todos e todas possam fazer valer, em lugares de encontro, seus anseios rumo a condições sociais, econômicas, políticas etc, mais justas, harmoniosas e solidárias: *“um critério, enfim, de empoderamento que permita aos que foram colocados em posições subordinadas nos processos de divisão social, sexual, étnica e territorial do fazer humano alcançar o grau necessário de autoridade para começar a dialogar em regime de igualdade substancial”*<sup>113</sup>.

É de se destacar, enfim, a análise realizada por Giancarlo Copelli<sup>114</sup> no que se refere às decisões iniciais (diretrizes) apresentadas:

Herrera Flores propõe, para viabilizar as múltiplas possibilidades de se buscar a dignidade, a construção de espaços de encontro entre as formas de ação nas quais todos possam fazer valer suas propostas e diferenças. (...) *ele projeta o que chama de seis decisões iniciais:*

*Pensar é pensar de outro modo:* conforme Herrera Flores, o ato de pensar, no que se refere aos Direitos Humanos, significa criar novos modelos e, por meio desses, deixar as diferenças às claras, sobretudo no que se refere às ordens hegemônicas. Isso, contudo, não significa repudiar o mundo como ele é dado, mas, sim, adotar uma postura crítica em relação ao que é dado e que determina o funcionamento de todo o processo cultural.

*Da negatividade dialética à afirmação ontológica e axiológica:* como a proposta de Herrera Flores é propor a possibilidade de diálogo entre as diferentes maneiras de se chegar ao conceito de dignidade (que também é variável), não se trata de negar todos os pressupostos teóricos e práticos das formas tradicionais, mas, sim, de abandonar a dialética negativa (a mútua negação dos termos de uma relação determinada). De outra banda, essa premissa propõe a valorização de dialéticas positivas, ou seja, daqueles diálogos que rompem os obstáculos que separam os diferentes.

*Pensar as lutas pela dignidade humana significa problematizar a realidade:* aqui, como nas propostas anteriores, parte-se da ideia de que é preciso, ao pensar no outro – e pensar no outro de forma crítica –, problematizar a realidade que nos cerca. Deste ato decorre, segundo o autor, a abertura de possibilidades para novos conceitos, categorias e formas alternativas de ação no mundo, e não do mundo.

---

<sup>113</sup> Op. Cit., p. 42.

<sup>114</sup> COPELLI, Giancarlo Montagner. Resenha da obra Teoria crítica dos direitos humanos: os direitos humanos como produtos culturais, de Joaquín Herrera Flores. Ijuí (Editora Unijuí): Revista Direitos Humanos e Democracia, v. 2, n. 3, jan./jun., 2014, p. 270-275.

*Da utopia às heterotopias:* neste tópico, Herrera Flores deixa claro que não se trata de, ao perseguir as decisões anteriormente descritas, buscar o inatingível, o transcendente, a utopia que é impossível de se alcançar, mas, sim, de buscar algo que é novo e, acima de tudo, possível. A ideia de Herrera Flores é, citando a Utopia de Thomas Moore e as Crônicas Marcianas de Ray Bradbury, libertar o pensamento das jaulas transcendentais e imutáveis que sempre subjazem aos totalitarismos de qualquer traço ou cor.

*A indignação diante do intolerável deve nos induzir ao encontro positivo e afirmativo de vontades críticas:* para o autor, a força de uma teoria crítica não consiste em ser uma espécie de teoria geral que abarque tudo (se assim fosse, haveria uma generalização e, conseqüentemente, a pretensão de que pudesse ser aplicada a tudo e a todos). Nesta premissa, Herrera Flores, emprestando os ensinamentos do teórico Max Horkheimer, da Escola de Frankfurt, pontua que o critério de verdade de uma teoria social reside na sua potencialidade na hora de facilitar a aumentar nossa indignação diante do que ocorre ao nosso redor, e também destaca a capacidade de criar novos marcos de composição dos fenômenos. Em outras palavras, o que propõe é que prestemos mais atenção ao nosso redor, aos nossos modos de existência, ao nosso tempo.

*Nem tudo vale o mesmo:* nesta última proposta, Herrera Flores resume a ideia inicial de que os Direitos Humanos são produtos culturais e, portanto, não podem ser universais, dado que existem muitas formas diferentes de se buscar a dignidade.

*Por fim, Herrera Flores conclui que o processo de sua teoria crítica não pode ser observado como um fim em si, mas como uma teoria que, pelo que postula, busca abrir os necessários caminhos para que os Direitos Humanos, enfim, possam ser efetivados.* Sua teoria crítica, como ele salienta, são caminhos culturais, contextuais e conceituais para se chegar a atitudes e aptidões de empoderamento mútuo e de espaços de encontro (Grifou-se).

É essencial saber partir. As decisões iniciais marcam nossa partida para que bem tracemos o caminho até onde almejamos chegar: um outro (e melhor) lugar.

#### **1.4.1 VISIBILIZAR, DESESTABILIZAR, TRANSFORMAR**

A postura crítica, em termos de direitos humanos, também deve ter presente três atitudes ativas em relação ao mundo: *Visibilizar. Desestabilizar. Transformar.*

A um, é necessário tornar visível o que, por incontáveis razões, não se apresenta, nem se mostra, tampouco é facilmente perceptível. Os países, em todos os continentes, possuem uma série de atos normativos garantindo direitos e mais direitos às pessoas. A própria Organização das Nações Unidas, rememore-se, já disse que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, “*é um dos documentos básicos das Nações Unidas*”, no qual “*são enumerados os direitos que todos os seres humanos possuem*”. E a ONU ainda diz que a DUDH foi “*elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo*”. O texto tem mais de seis décadas.

A questão é que, como vimos, cerca de 1 bilhão e 500 milhões de pessoas ainda vivem em situação de pobreza multidimensional e não gozam, portanto, daqueles direitos enumerados no “*Pacto Universal*”, nem de outros tantos direitos (na verdade bens materiais e imateriais) que gostariam de ter. As causas dessa situação desigual devem ser buscadas, analisadas, refletidas, *visibilizadas*.

Os grupos humanos se dividem e se comportam conforme determinado sistema de valores, a partir do qual surge um cenário cotidiano onde o acesso aos bens (necessários para uma vida digna de ser vivida) é desigual e hierarquizado. Cada situação vivenciada reflete o domínio (o poder) de uns sobre outros, fruto de marcos hegemônicos construídos ao longo da história quanto à divisão social, sexual, étnica e territorial do trabalho (do fazer humano).

A dois, uma vez visibilizadas as causas reais da situação injusta e desigual, é necessário abalar a aparente estabilidade dos fundamentos que sustentam o estado atual de coisas (pseudoneutralidade, Estado de Direito, leis e sua “aplicação imparcial” etc, como ser verá). Não podem ser admitidos argumentos de autoridade como “*isso é assim*”, “*são regras naturais*”, “*é a mão invisível do mercado*” ou o “*efeito da globalização*”. Todo e qualquer fator abstrato e geral há de ser contraposto com a realidade. As pilastras fundadas assim hão de ser *desestabilizadas*.

A três, quando as causas das desigualdades e injustiças são visibilizadas e as estruturas que as mantêm são desestabilizadas, resta agir, na prática e no mundo real, para que as vidas de homens e mulheres sejam *transformadas*.

A atuação tem como horizonte a essencial tarefa de universalizar - não direitos ou abstrações – mas sim o que pode ser universalizável, isto é, a possibilidade de que todos e todas alcancem condições para, a seu modo e com sua voz, lutar contra os processos de divisão do fazer humano. Afinal, são esses processos que, de uma forma ou de outra, impedem o acesso igualitário e não hierarquizado aos bens, materiais e imateriais, aptos a satisfazer as necessidades fundamentais das pessoas. Abrir espaços novos é fundamental.

É, pois, a abertura de espaços que pode (e deve) garantir poder político e legislativo (e também econômico, jurídico etc) para que sejam estabelecidos sistemas de garantias capazes de fazer cumprir, no plano nacional e internacional, as reivindicações decorrentes das lutas de todos e todas. Lutas essas travadas dia após dia, numa constante jornada de homens e mulheres para concretizar suas próprias concepções, por mais variadas que sejam, de dignidade humana.

São, novamente, lições de Joaquín Herrera Flores, que em sua incansável busca por dias mais justos falava e fazia o possível e o impossível para semear, frutificar e espalhar a concepção de que cada um, em sua singularidade individual (no lar, no trabalho, nas relações sociais) pode contribuir de modo ativo para que mudanças efetivas ocorram no mundo. Ou, em suas próprias palavras: *“(...) afirmemos a potência de nossa inteligência e de nossa capacidade de criar sentidos novos ao mundo. Enfim, desdobremos a potência do constituinte, do humano, de tudo aquilo que o coloca em tensão em direção a um novo acontecimento, em direção a um novo tipo de ação, em direção a um mundo possível e melhor”*<sup>115</sup>.

#### 1.4.2 PEDAGOGIA E AÇÃO CONCRETA: O DIAMANTE ÉTICO

A Teoria Crítica dos Direitos Humanos, desenvolvida por Joaquín Hererra Flores ao longo de sua combativa existência, resulta, como explicitado, de um conjunto de aspectos teóricos e práticos. O professor sevilhano, sempre preocupado em possibilitar mecanismos e métodos de transformação social, formulou uma figura, de cunho pedagógico, denominada de *“diamante ético”*.

---

<sup>115</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. Teoria crítica dos direitos humanos: os direitos humanos como produtos culturais; tradução de: Luciana Caplan; Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009, p. 222.

O diamante ético, imperioso consignar, se traduz num esquema que objetiva fazer entender a perspectiva crítica dos direitos humanos, não apenas para a compreensão teórica, mas principalmente para a sua utilização prática.

A lição do próprio Joaquín Herrera Flores é hialina:

(...) Com o 'diamante ético', nos lançamos a uma aposta: os direitos humanos vistos em sua real complexidade constituem o marco para construir uma ética que tenha como horizonte a consecução das condições para que 'todos e todas' (indivíduos, culturas, formas de vida) possam levar à prática sua concepção da dignidade humana.

*Nada é mais universal que garantir a todos a possibilidade de lutar, plural e diferenciadamente, pela dignidade humana. A maior violação aos direitos humanos consiste em impedir que algum indivíduo, grupo ou cultura possa lutar por seus objetivos éticos e políticos mais gerais; entre os quais, se destaca o acesso igualitário aos bens necessários ou exigíveis para se viver dignamente.* Não permitir que as pessoas que querem e desejam trabalhar em nossos países tenham acesso ao direito à cidadania, bem como impedir que as mulheres tenham acesso à educação ou à saúde constituem violações de direitos humanos da pior espécie, uma vez que *afetam o que é universal na proposta dos direitos: a possibilidade de lutar pela consecução da dignidade.* Com nosso diamante ético, pretendemos, pois, oferecer, uma figura útil para o estudo de um tema tão plural, híbrido e impuro como os direitos humanos e, também, expor as bases que permitam construir uma prática complexa que saiba unir os diferentes elementos que os compõem<sup>116</sup> (Os grifos realizados não constam na versão original).

A figura escolhida, o diamante, tem sua razão de ser. Trata-se de um sistema formado por vários cristais que foram se integrando ao longo do tempo. As “*matérias primas*” se mesclam, interagem e culminam formando a “*jóia*”.

Os direitos humanos, em uma visão crítica e contextualizada, também decorrem de um sistema integrado: de lutas que vão sendo travadas continuamente (impulsionadas por aspectos teóricos e práticos), se mesclam, interagem e formam a “*jóia*” da dignidade humana. Não uma jóia para ser simplesmente contemplada (sob uma perspectiva tradicional e formal), mas para ser lapidada e moldada, por

---

<sup>116</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. A reinvenção dos direitos humanos; tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, p. 119.

homens e mulheres empoderados e com espaços abertos que lhes permitam ter vez e voz (sob uma perspectiva crítica e substancial: direitos humanos no mundo real).

O “*diamante*”, de igual forma, é dotado de transparência (pensar, agir e interagir de modo transparente é fundamental!). E a transparência permite a visualização de todos os seus componentes, revelando o quanto eles estão sincronizados e interconectados: “*o objetivo, portanto, dessa imagem metodológica se baseia na ideia de que tanto a dignidade humana como os direitos não são isolados e, também, não são dados com antecedência, mas sim construídos passo a passo pela própria comunidade ou grupo afetado, o que lhes outorga um caráter de direitos em movimento que se podem gerar e revisar*”<sup>117</sup>.

Os elementos do diamante ético estão dispostos em dois eixos. O eixo vertical contém os “*elementos conceituais*” (teorias, posição, espaço, valores, narração e instituições). O eixo horizontal abarca os “*elementos materiais*” (forças produtivas, disposição, desenvolvimento, práticas sociais, historicidade e relações sociais). Todos os elementos se cruzam, sendo que os dois eixos (vertical e horizontal) se encontram, se mesclam, agem e interagem no centro da figura-esquema, onde está a *dignidade humana*, “*a qual se concretiza na conquista de um acesso igualitário aos bens materiais e imateriais que nos permitem levar adiante nossas vidas a partir de nossas particulares e diferenciadas formas de vida*”<sup>118</sup>.

O valor “*dignidade humana*”, situado no centro do “*diamante ético*”, constitui o objetivo maior a ser alcançado, sendo que, para esse mister, é essencial compreender o significado de cada componente de ambos os eixos, seja em termos “*materiais*”, seja em termos “*conceituais*”. O resumo explicativo e exemplificativo doravante transcrito é do próprio Joaquín Herrera Flores<sup>119</sup>, no verbo:

### EIXO MATERIAL

- *Forças produtivas*: as tecnologias, tipos de trabalho e processos econômicos que levam à produção de um bem ou serviço. *Exemplo*: produção industrial, agrícola etc.

---

<sup>117</sup> Op. Cit., p. 123.

<sup>118</sup> Op. Cit., p. 122.

<sup>119</sup> Op. Cit., p. 124-126.

- *Relação social de produção*: forma de se relacionar por parte daqueles que intervêm na produção de bens e serviços tanto entre eles mesmos como com a natureza; todos os aspectos que determinam o modo pelo qual se acessa a esses bens. *Exemplo*: forma cooperativa, empresa privada, negócio familiar, trabalho livre etc.

- *Disposições*: “*consciência*” da situação que se ocupa no processo de acesso aos bens e “*consciência*” de como se atua dentro do dito processo. *Exemplo*: sou favorecido ou desfavorecido, explorado ou recebo vantagens, maltratado ou tratado como igual etc.

- *Historicidade*: as causas históricas e os grupos sociais que deram origem a um processo social, como também os efeitos e a atual situação desse processo social no momento da análise. *Exemplo*: o desemprego – quando se originou, quais as suas causas, em que situação se está no momento da análise (sem trabalho, em trabalho precário etc.).

- *Desenvolvimento*: processo e situação atual de criação de condições sociais, econômicas e culturais que permitam ou impeçam o acesso aos bens. *Exemplo*: países desenvolvidos e com pleno acesso aos bens; com acesso limitado, excluídos etc.

- *Práticas sociais*: formas de organização e ação a favor ou contra uma situação de acesso aos bens que se pretende obter. *Exemplo*: grupo organizado em mobilização pelo acesso aos bens; indivíduos isolados e em inatividade etc.

## EIXO CONCEITUAL

- *Teorias*: formas de observar um processo ou uma coisa e que nos permite ter uma ideia sobre as suas características. *Exemplo*: o trabalho é uma obrigação; todos temos direitos humanos; os direitos humanos se conquistam etc.

- *Valores*: preferências individuais ou coletivas, majoritárias ou minoritárias, a respeito de algo, bem ou situação social e que permitem manter relação com os outros. *Exemplo*: a cooperação é boa; o trabalho dignifica; o dinheiro é a medida da felicidade etc.

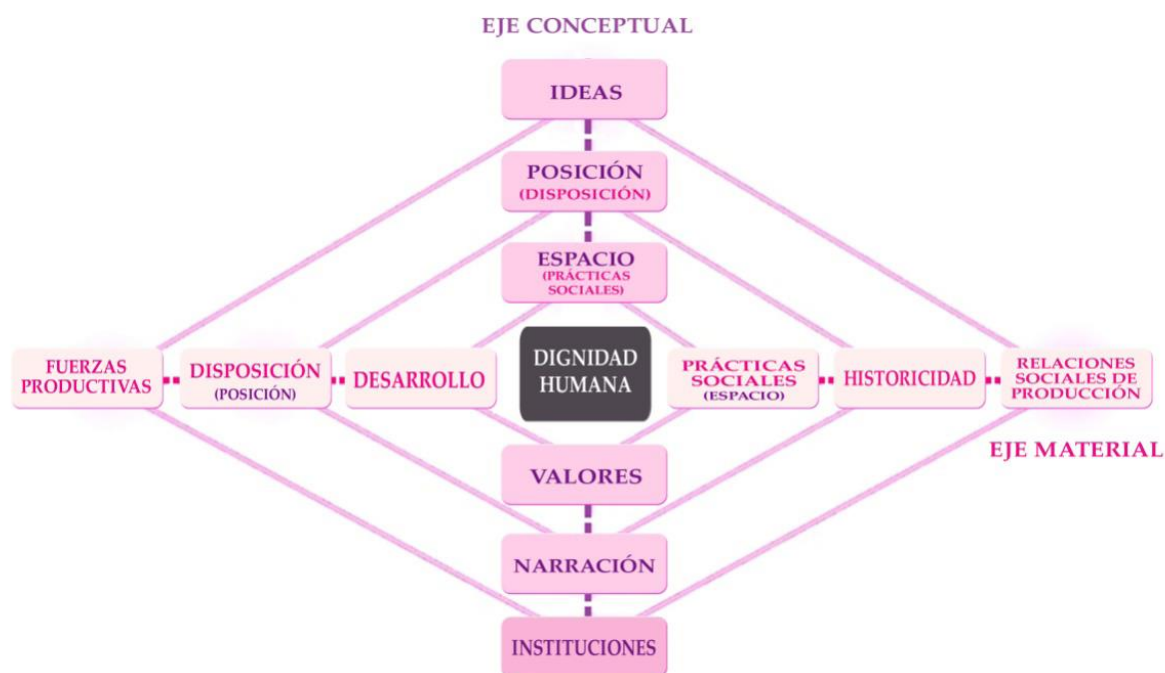
- *Posição*: lugar que se ocupa nas relações sociais e que determina a forma de acessar aos bens. *Exemplo*: pobre, rico; camponês, urbano; marginalizado ou incluído etc.

- *Espaço*: lugares físicos, geográficos, humanos ou culturais em que ocorre o conjunto de relações sociais. *Exemplo*: cidade, família, classe social, grupo religioso etc.

- *Narrações*: formas como definimos as coisas ou situações; modos a partir dos quais as coisas ou situações nos são definidas; e, também, a forma pela qual nos dizem como devemos participar das relações sociais. *Exemplo*: novelas, textos, discursos ou imagens... que nos transmitem, por exemplo, a mensagem de que o meio ambiente é necessário; que a propriedade privada é a melhor forma de propriedade, que tal pessoa é boa ou é má, culta ou inculta, desenvolvida ou marginalizada etc.

- *Instituições*: normas, regras e procedimentos que articulam hierárquica e burocraticamente a resolução de um conflito ou satisfação de uma expectativa. *Exemplo*: Parlamento, Família, Ministério Público, Poder Judiciário etc.

A ilustração do “*diamante ético*”<sup>120</sup>, embora na forma plana, é esclarecedora:



O caráter pedagógico do “*diamante ético*”, é válido enfatizar, o torna importante instrumento tanto para construções teóricas à luz da Teoria Crítica dos Direitos Humanos em exame, como para a implementação de ações concretas, no mundo e no cotidiano real, de modo a *visibilizar*, a *desestabilizar* e a, finalmente, *transformar* as situações fáticas de desigualdade e injustiça que marcam vários povos, homens e mulheres de todas as culturas e gerações.

A realidade local precisa ser *visibilizada*: conhecida, percebida, sentida; e, uma vez reveladas questões até então ocultas ou que pareciam sem maior

<sup>120</sup> A imagem foi extraída de: GARCIA, Carlos Roberto Diogo. Saúde e Ministério Público: em busca de uma prática impura dos direitos humanos. 2008. 218 folhas. Tesina (Doutorado em “Derechos Humanos y Desarrollo”). Universidad Pablo de Olavide, Sevilha, 2008, p. 20. É consta, também, da obra: HERRERA FLORES, Joaquín. A reinvenção dos direitos humanos; tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, p. 122.



importância, *desestabilizada*: no sentido de se analisar o que aparentemente “é como é”, mas que, em verdade, pode ser diferente; e, por fim, *transformada*: de modo a fazer prevalecer valores que assegurem ou ao menos aprimorem a efetivação de direitos humanos. Esse trilhar implica a busca da afirmação de novos sujeitos históricos humanos e também não humanos. Para tanto, a cultura jurídica estatal (o Estado como fonte exclusiva do Direito) há de ser substituída por um caminho alternativo, plural, que garanta voz e vez a todos e todas.

## 1.5 UMA CULTURA JURÍDICA PLURAL PARA ALÉM DOS DIREITOS HUMANOS

A cultura jurídica estatal (o Estado como fonte exclusiva do Direito) tem sua origem também, e de forma similar, nos fatores históricos que resultaram no texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos como ele é: um modo individualista, fruto do liberalismo ocidental de pensar e compreender o mundo. Ou, nas palavras de Antonio Carlos Wolkmer, o chamado monismo jurídico constitui um projeto da modernidade liberal-capitalista<sup>121</sup>, na qual o Estado de Direito e suas leis, sob o manto de uma neutralidade inexistente, oculta a realidade e garante a prevalência de interesses socioeconômicos hegemônicos, no verbo:

(...) ao criar as leis, o Estado obriga-se, formalmente, diante da sociedade, a aplicar e a resguardar tais preceituações sob a égide do falso discurso da neutralidade. *Ao respeitar pretensamente certos direitos dos indivíduos proprietários e ao limitar-se à sua própria legislação, o Estado moderno oficializa uma de suas retóricas mais aclamadas: o ‘Estado de Direito’.* A permanente condição deste ‘Estado de Direito’ liberal permite e justifica uma certa administração, fundada na pretensa neutralidade da legalidade. O Estado que se legitima na situação mítica ‘Estado de Direito’ garante-se como um poder soberano máximo, controlado e regulado pelo Direito.

---

<sup>121</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito*. -4. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015, p. 23-82. O professor Antonio Carlos Wolkmer destaca, com propriedade, o quanto essa ideia do Direito produzido unicamente pelo Estado e seus órgãos (doutrina do monismo jurídico) representa o padrão de juridicidade escolhido para garantir a hegemonia dos fatores fundantes do modo de produção capitalista, pela sociedade burguesa, pela ideologia liberal-individualista e pelo moderno Estado Soberano. Um Estado Soberano que, no âmbito de sua estrutura, atribui a órgãos seus as atividades de legislar (Legislativo) e julgar (Judiciário) com base em leis gerais e abstratas sistematizadas no que se denomina Direito Positivo. A questão é que a validade das normas (nessa fonte jurídica estatal única – monismo jurídico) “se dá não pela eficácia e aceitação espontâneas da comunidade de indivíduos, mas por terem sido produzidas em conformidade com os mecanismos processuais oficiais preestabelecidos, revestidos de coação punitiva, provenientes do poder público, representado por funcionários burocratas” (p. 48). A lei, nesse caso, “projeta-se como o limite de um espaço privilegiado, onde se materializa o controle, a defesa dos interesses privados e os acordos entre os segmentos econômicos hegemônicos” (p. 49).

Naturalmente, o moderno Direito Capitalista, enquanto produção normativa de uma estrutura política unitária, tende a ocultar o comprometimento e os interesses econômicos da burguesia enriquecida, através de suas características de generalização, abstração e impessoalidade. *Sua estrutura formalista e suas regras técnicas dissimulam as contradições sociais e as condições materiais de desigualdade*<sup>122</sup> (Grifou-se).

Logo, se as regras estabelecidas têm fonte única, vinda, predominantemente, de uma classe, de uma raça, de uma etnia, de um pensamento sobre sistema econômico, político e social etc, o resultado da produção jurídica, mesmo que se autodenomine universal (ainda que com propósito de fazer o melhor a todos) estará impregnado, intencionalmente ou não, das visões singulares e restritas de quem as fez. Desse modo, acabam sendo priorizados, frise-se, *“los intereses particulares de los sectores de mayor influencia política y económica a partir de la concepción tradicional del Estado legislativo donde las mayorías políticas definen las orientaciones de los gobiernos y por consiguiente del Estado”*.<sup>123</sup>

Ao contrário, se a fonte é plural, vem de várias classes, raças, etnias, com pensamentos diversos e abertos sobre sistema econômico, político e social etc, mais próximo de valores universais (ou passíveis de universalização) estará o resultado de produção normativa que não é única (monismo) mas plural (pluralismo). E isso é assim porque *“a totalidade das estruturas de uma dada organização social refletirá sempre a globalidade das relações de forças, o grau de desenvolvimento de sua riqueza material e os interesses e necessidades humanas fundamentais”*<sup>124</sup>. Se a visão dominante defende que o melhor (em determinado tempo e espaço) é uma fonte única (Estado) para a produção normativa (Direito) e/ou que direitos humanos são aqueles estabelecidos em pactos internacionais, assim será.

E qual o problema nisso? Se uma nação formula normas que são elaboradas pelos representantes eleitos pelo povo; se uma organização formada por países, através daqueles que os representam, igualmente produz atos normativos, estarão,

---

<sup>122</sup> Op. Cit., p. 49.

<sup>123</sup> LLANO, Jairo Vladimir. *La aparición del Estado Social de Derecho y el reconocimiento del pluralismo jurídico*. Bogotá: *Revista Pensamiento Jurídico*, nº. 32, setembro-dezembro, 2011, p. 134.

<sup>124</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. Op. Cit., p. 23.

então, todos representados e o resultado do processo será universal. O problema é o que está por detrás: alguns (ainda que com as melhores das intenções; e aqui não se discutirá prós e contras de sistemas capitalistas, comunistas, socialistas etc<sup>125</sup>) estão a dizer e a reger, no plano nacional e internacional, quais são os direitos humanos, em que medida são realizáveis e o quanto são universais.

E pode ser diferente? Como, em vez de atuar por meio de representantes, nações e organismos internacionais agirão considerando os diversos modos de ser, pensar e ver o mundo, dando voz e vez a todos? Isso é possível e viável? Sim e não. É inviável para a cultura jurídica estatal dominante/monismo jurídico, mas plenamente possível para o pluralismo jurídico (comunitário-participativo).

O pluralismo jurídico, assim como os direitos humanos, também pode ser definido e compreendido de diversas formas. Uma convergência possível, no entanto, é a negação de que o ente estatal seja o centro único do poder político e a fonte exclusiva de produção normativa<sup>126</sup>. Ou seja, as regras de convivência consideradas válidas e destinadas a homens e mulheres, de Norte a Sul e do Oriente ao Ocidente, e nos mais variados campos (político, econômico, social etc.) não têm (ou não devem ter) como base apenas o Estado Oficial.

Trata-se de um modo de ver e atuar, no campo da produção normativa, que permite o contraste de ideias, estimula o debate e tem maiores chances de alcançar resultados mais socialmente aceitos e, portanto, efetivos, notadamente quando o objetivo é a efetivação de direitos humanos. De fato, “*esta manera de entender los derechos humanos abre el campo al dialogo intercultural*”.<sup>127</sup>

---

<sup>125</sup> De qualquer forma, importante assinalar novamente considerações do Professor Antonio Carlos Wolkmer, na obra citada (item 1.1.2), demonstrando o quanto a cultura jurídica estatal, como um conjunto de regras produzido pela força e imposição do Estado burocratizado (seja nas modalidades capitalistas, seja nas anteriores experiências socialistas) atua para excluir de sua dinâmica histórica a interação e fundamentação mais íntima com o social, o econômico, o político e filosófico. E ainda, por ser um Direito produzido unicamente pelos órgãos estatais, minimizam-se ou desconsideram-se as múltiplas manifestações de exteriorização normativa (direito espontâneo, indígena, informal, extraestatal etc.), representadas pelos corpos sociais autônomos (sindicatos, assembleias, corporações, comunas, associações profissionais, grupos sociais de toda espécie etc.).

<sup>126</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. Op. Cit., p. 13.

<sup>127</sup> PICOLLI, Emmanuelle. El pluralismo jurídico y político em Perú: el caso de las Rondas Campesinas de Cajamarca. Equador: *Revista de Ciencias Sociales*, n.º 31, maio, 2008, p. 39. A autora, nesse trabalho, analisa as dificuldades e possibilidades da convivência entre as leis oficiais do Peru (e inclusive pactos internacionais) com as Rondas dos Camponeses e sua justiça, criadas como alternativa à ausência e ineficiência estatal para a solução de conflitos e que reflete a realidade social e cultural dos camponeses (pobreza, oralidade, importância do trabalho; símbolos andinos, participação da comunidade etc.). Um aspecto polêmico, por exemplo, é como

A proposta por um pluralismo jurídico comunitário-participativo, adotada nestes escritos, é aquela traçada pelo Professor Antonio Carlos Wolkmer<sup>128</sup>, fruto de seus estudos de mais de duas décadas, e cujo sentido é expressado por meio de:

espaços públicos abertos e compartilhados democraticamente, privilegiando a participação direta de sociabilidades excluídas e subalternas, capazes de instaurar novos direitos enquanto necessidades desejadas e possibilitando que o processo histórico de lutas se encaminhe por vontade e por manifestação autêntica das bases comunitárias. Reitera-se nessa tendência, antes de mais nada, a propensão segura de se visualizar o Direito como fenômeno de relações sociais e valorações desejadas, de se instaurar outra legalidade a partir da multiplicidade de fontes normativas que vão além das limitadas ordenações formais estatais, de uma legitimidade embasada nas 'justas' exigências fundamentais de sujeitos emancipados e, finalmente, de encarar a instituição da Sociedade como estrutura descentralizada, pluralista e participativa.<sup>129</sup>

Uma visão plural, que no contexto concreto, ainda traz à tona o contraste existente entre o Sul Global (países periféricos, como os da América Latina e em especial o Brasil) e o Norte Global (países do centro hegemônico: Europa Ocidental, Estados Unidos e Canadá), demonstrando o quanto o sistema-mundo<sup>130</sup> de

---

solucionar a questão dos castigos corporais, o modo de atuação mais efetivo da justiça camponesa mas que colide com as normas estatais e até internacionais. Seguir o Direito Estatal, proibir os castigos físicos e voltar ao estado anterior de criminalidade e insegurança? Contrariar leis nacionais e internacionais, permitindo os castigos físicos, e manter as áreas seguras e de convivência harmônica? Não há resposta definitiva, a não ser a de que o diálogo intercultural, entre as fontes normativas, é o caminho, como vem ocorrendo nesse caso no Peru, para que os castigos físicos diminuam até desaparecerem, mas de forma que o objetivo seja alcançado, isto é, efetividade das normas jurídicas (de fonte plural) na realidade social, econômica e cultural.

<sup>128</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito*. -4. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015.

<sup>129</sup> Idem, p. 82.

<sup>130</sup> Idem, p. 80-89. O autor destaca que o "capitalismo periférico" significa um modelo de desenvolvimento que estabelece a dependência, submissão e controle das estruturas socioeconômicas e político-culturais locais e/ou nacionais aos interesses das transnacionais e das economias dos centros hegemônicos, e situa, na ponta submetida, os países periféricos. Na outra ponta estão os países dominantes, que com a internacionalização da economia capitalista, através da exportação de capitais, têm, diante dos países periféricos (caso do Brasil) fácil acumulação de lucros, com disponibilidade de mão-de-obra, baixos salários e monopólio das fontes de matéria-prima barata. A expansão desse modelo de economia capitalista intensifica a sangria dos países pobres, relegando à América Latina (e ao próprio Brasil) a mera função de exportadora de produtos primários e importadora de capital e tecnologia. A dominação, que aparece sob a forma de uma moeda-padrão (o dólar), de uma determinada política "protecionista" do comércio e do mercado (os Acordos de Bretton Woods, 1944, e a criação do GATT, 1947), de uma industrialização da colonizadora da periferia com a formação de corporações transnacionais, bem como da constituição de organizações financeiras, como o Banco Mundial e o FMI. O autor, ademais, tendo como marco de referência a obra de Immanuel Wallerstein, explicita a existência de um sistema-mundo de dominação política-econômica. Nesse aspecto, a dependência de países periféricos latino-americanos, como o Brasil, em relação a países centrais, como Estados Unidos, "é produto tanto das condições criadas pelo sistema mundo" quanto "da relação de classes e da ação ético-cultural dos agentes e dos grupos na esfera de colonização de cada nação e de cada Estado" (p. 85).

dominação político-econômica refletiu (e reflete) nas relações sociais e nas contradições de classes existentes, gerando e mantendo grave desigualdade.

A cultura jurídica estatal (o monismo jurídico) é absolutamente incapaz (propositadamente ou não) de resolver essa relação tão desigual entre nações (Norte Global x Sul Global) e internamente dentro dos próprios países (sobretudo periféricos, no quais as relações de desigualdade são de maior intensidade). Ao revés, o pluralismo jurídico comunitário-participativo, “desde abajo”<sup>131</sup>, ou desde o Sul, abre espaços novos, dando voz e vez a “múltiplas identidades/singularidades sociais” (novos sujeitos históricos), em busca da “satisfação das necessidades humanas essenciais” e comprometido “com o processo político democrático de descentralização, participação e controle comunitário”<sup>132</sup>.

Deveras, espaços abertos, repletos de diversidade e espírito democrático permitem inovações significativas em favor dos direitos humanos e para além deles. As Constituições contemporâneas do Equador (2008) e da Bolívia (2009) são a demonstração concreta de como o pluralismo jurídico, notadamente na América Latina, é instrumento eficaz para garantir um cenário totalmente distinto a seres, humanos e não humanos, historicamente relegados pela cultura jurídica estatal.

O texto constitucional boliviano, dentre outras inovações, tratou de reconhecer e admitir a ancestral forma comunitária e autônoma de justiça, pela qual a resolução dos conflitos ocorre através de decisões tomadas coletivamente, “*buscando vivir bien en equilibrio entre todos con la naturaleza*”<sup>133</sup>. E vale consignar que durante o processo constituinte foram firmados valores com ênfase no coletivo, na maioria excluída, no “nosso”, dentre outros, como a necessidade de “*hacer visibles y efectivos los derechos postergados de las mayorías bolivianas, esto es, el derecho a ‘nuestro’ territorio y ‘nuestras’ riquezas, con base en ‘nuestra’ cosmovisión*”.<sup>134</sup>

---

<sup>131</sup> A expressão “desde abajo”, ou desde o Sul, é a utilizada por Antônio Carlos Wolkmer, op. cit., p. 275.

<sup>132</sup> Idem, p. 275.

<sup>133</sup> Idem, p. 245.

<sup>134</sup> CHAPARRO AMAYA, Adolfo. Pluralismo jurídico, autonomía y separatismo en la política boliviana. Equador: *Revista de Ciencias Sociales*, nº. 39, 2011, p. 188. O autor visibiliza o quanto o Direito Estatal/monismo jurídico, que precedeu a atual Constituição, abrigava tão-somente os argumentos da chamada Meia Lua (cidades bolivianas de Santa Cruz e Tarija no Sul; Bani e Pando no Norte). A Meia Lua representava 30% da população e ocupava 70% do território; formada por produtores mundiais de soja; detentores de 37% das exportações

A seu tempo, a norma máxima equatoriana introduz no ordenamento constitucional a visão biocêntrica (a vida está no centro), instituindo os denominados *direitos da natureza*, de modo a romper com a tradição ocidental que considera tão-somente os seres humanos como sujeitos de direitos<sup>135</sup>. A natureza (*Pacha Mama*) passa a ser reconhecida como sujeito de direitos pela primeira vez, no mundo, numa Constituição, e ocorre justamente no País que abriga as Ilhas Galápagos, conhecida em todo globo terrestre como o “Santuário de Darwin”, local que serviu de laboratório para a Teoria da Evolução das Espécies. E a norma constitucional equatoriana faz crescer o tema pela América Latina e também pela Europa, despertando o interesse por alguns aspectos singulares de sua elaboração, dos quais se destacam: “a aprovação do texto foi amplamente discutida no âmbito da sociedade civil; a votação ocorreu por meio de plebiscito; faz referência e acolhe o conhecimento ancestral indígena sobre a relação do homem com a natureza”.<sup>136</sup>

O pluralismo jurídico comunitário-participativo pode, por conseguinte, impulsionar o caminho para o reconhecimento de novos sujeitos históricos, humanos e não humanos, rumo à concretização de um convívio pacífico comum.

### 1.5.1 O PLURALISMO JURÍDICO E OS NOVOS SUJEITOS HISTÓRICOS

O pluralismo jurídico comunitário-participativo contempla, em sua concepção, “novos sujeitos históricos”<sup>137</sup> como aqueles decorrentes dos trabalhos desenvolvidos

---

somando gás, petróleo e algodão; possuidores de 85% das reservas de gás do País; 93% de seus habitantes são alfabetizados. Uma demonstração clara de como o monismo jurídico atua fortemente para assegurar a hegemonia dos grupos que produziram a norma, geralmente os detentores do poder econômico.

<sup>135</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito*. -4. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015, p. 244.

<sup>136</sup> PACHECO, Cristiano de Souza Lima. *A Constituição do Equador e o direito dos animais em um mundo em transformação*. Salvador: *Revista Brasileira de Direito Animal*, ano 7, volume 10, janeiro-junho, 2012, p. 348.

<sup>137</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito*. -4. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015, p. 280-281. O autor, nessa conceituação, ressalta o quanto o “novo sujeito histórico” articula-se em torno “do sofrimento – às vezes centenário – e das exigências cada vez mais claras de dignidade, de participação, de satisfação mais justa e igualitária” das necessidades humanas fundamentais de grandes parcelas sociais excluídas, dominadas da sociedade. Assim, o “antigo sujeito histórico” individualista, abstrato e universal, que na tradição da periferia latino-americana vinha sendo representado, dentre tantos, por oligarquias agrárias, setores médios da burguesia nacional, por elites empresariais e por burocratas militares, deve dar lugar a um tipo de subjetividade política constituída tanto por agentes coletivos organizados quanto por movimentos sociais de natureza rural (camponeses sem-terra), urbana (sem-teto), étnico-cultural (populações indígenas, afrodescendentes, minorias), religiosa (comunidades eclesiais de base), estudantil, bem como

pelo Instituto Histórico Centro-Americano de Manágua (Nicarágua) e pela Conferência de Puebla (México). São eles: a) os camponeses sem terra, os trabalhadores agrícolas, os emigrantes rurais; b) os operários mal remunerados e explorados; c) os subempregados, os desempregados e os trabalhadores eventuais; d) os marginalizados dos aglomerados urbanos, subúrbios e vilas, carentes de bens materiais e de subsistência, sem água, luz, moradia e assistência médica; e) as crianças pobres e menores abandonados; f) as minorias étnicas discriminadas; g) as populações indígenas ameaçadas e exterminadas; h) as mulheres, os negros e os anciãos que sofrem todo tipo de violência e discriminação; e i) as organizações comunitárias e movimentos sociais reivindicativos de necessidades e direitos<sup>138</sup>.

Os “novos sujeitos históricos”, e seus anseios (necessidades fundamentais), podem ganhar espaço dentro do próprio Direito Oficial (do Estado), admitidos pela legislação ou jurisprudência mediante institutos que vão integrando o sistema jurídico a partir de procedimentos alternativos “institucionalizados” (convenções coletivas de trabalho, ações propostas por sujeitos coletivos, conciliação, mediação etc<sup>139</sup>). Aqui se está diante da implementação de um pluralismo jurídico a médio prazo, com a inclusão, a reformulação e a ampliação de certos instrumentos paralegais e extrajudiciais dentro do próprio sistema jurídico oficial.

É de se destacar, todavia, que “os novos sujeitos históricos” podem, em especial, dar vida a um pluralismo jurídico a longo prazo, de caráter comunitário-participativo, o qual não nega nem afasta o Direito Oficial, mas busca uma legalidade distinta, à margem da juridicidade estatal. Uma modalidade de pluralismo jurídico

---

comunidades de mulheres, de bairros, de vizinhos, de fábrica, de corporações profissionais e demais corpos sociais intermediários semiautônomos classistas e interclassistas.

<sup>138</sup> Idem, p. 281.

<sup>139</sup> Idem, p. 336-350. O autor explicita o caráter diferenciado desses procedimentos alternativos institucionalizados pelo Direito Oficial (no Brasil). Tem-se, pois, dentre outros: a) as convenções coletivas como algo que, embora previsto pela lei estatal, encerra detalhamento e estabelece regras que nascem das categorias profissionais, de acordo com suas especificidades e necessidades no âmbito das relações de trabalho, envolvendo entidades sindicais; b) as ações propostas por sujeitos coletivos, como a Ação Civil Pública que permite que sujeitos coletivos possam propor e reivindicar novos direitos, mas principalmente o Inquérito Civil, a cargo do Ministério Público, em cujo desenvolvimento é possível agregar os interesses em disputa numa mesa de debates, convencionar e definir acordos coletivos mediante termos e cláusulas que eliminem os conflitos; c) conciliação e mediação, destacando-se os incentivos cada vez mais presentes de que os embates sejam resolvidos de modos conciliatórios, citando-se as audiências de conciliação pré-processual, via Programa das Casas de Justiça e Cidadania, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, bem como o programa “Conciliar é legal”. Menciona-se a iniciativa, também do CNJ, de instituir centros judiciais de solução de conflitos e cidadania, conciliadores e mediadores, portal de conciliação, código de ética de conciliadores e mediadores judiciais etc.

que “*está fundada não mais na lógica tecnoformal e nos controles disciplinares, mas na justa satisfação das necessidades cotidianas e na legitimidade de novos sujeitos coletivos*”<sup>140</sup>. São exemplos: novas modalidades não institucionais de mediação, conciliação, juízos arbitrais e justiça comunitária; criação de tribunais populares; formação de “acordos coletivos”, “negociações consensuais” e de “arranjos” político-jurídicos de agregação de interesses<sup>141</sup>.

O estar à margem da juridicidade estatal é necessário para se evitar que os novos sujeitos históricos culminem tendo voz e vez apenas em espaços formais, sem a possibilidade de verdadeiramente atuar conforme valores sociais e culturais distintos. Afinal, quando o Direito Oficial (do Estado) incorpora práticas alternativas, inclusive as institucionalizando, corre-se o risco de por um lado se “*garantizar el cumplimiento de los derechos ciudadanos, contribuyendo a la producción y circulación de cierto discurso sobre el pluralismo jurídico*”, encarnando “*una promesa de justicia*” e, por outro lado, impossibilitar a própria efetividade dessa justiça que deveria implementar o direito vindo de fontes plurais, materializando um Estado que eterniza a falta de implementação de direitos humanos para essa ou aquela coletividade excluída, “*mediante un acúmulo de prácticas corruptas, abusos, arbitrariedades, desorganización e ineficiencia*”<sup>142</sup>.

---

<sup>140</sup> Idem, p. 329-353.

<sup>141</sup> Idem, p. 354-369. Nesse ponto, o autor apresenta, dentre outros: a) novas modalidades não institucionais de mediação, conciliação, juízos arbitrais e justiça comunitária: instâncias e procedimentos mais amplos, em regra informalizados e independentes, nascidos e instaurados pela própria Sociedade e seus múltiplos segmentos; modos de solução rápida e imediata de conflitos, sem a necessidade dos trâmites burocráticos e onerosos da Justiça Estatal que, por vezes, ou não reconhece, ou inviabiliza o acesso popular. b) criação de tribunais populares: constituídos de forma mista, por juízes togados do Estado (concursados, mas fiscalizados pela sociedade) e juízes comunitários eleitos pela própria população. Não obstante as críticas levantadas referente ao baixo nível de instrução e à considerável marginalização da população, a ideia tem o grande mérito de aproximar o povo da justiça e de socializar a função jurisdicional; c) formação de “acordos coletivos”, “negociações consensuais” e de “arranjos” político-jurídicos de agregação de interesses: as denominadas “convenções coletivas de novo tipo” tratarão de ampliar o campo das “convenções tradicionais”, de modo, a exemplo do Estatuto dos Trabalhadores espanhol, a disciplinar “matérias de índole econômica, laboral, sindical e assistencial em geral, bem como todas as demais que afetem as condições de emprego e a esfera de relação dos trabalhadores e suas organizações representativas com o empresário e associações empresárias”; A seu tempo, os “arranjos” político-jurídicos de agregação de interesses implicam modelo de “corporativismo democrático” no qual movimentos sociais, grupos coletivos e corporações representativas de interesses, mantendo-se autônomos em relação ao Estado, criam condições para influenciar e defender objetivos específicos. Aqui, não obstante suas limitações, é possível reafirmar (uma vez popularizados os espaços) novas formas de cidadania coletiva com maior eficiência que aquelas identidades provenientes das instituições tradicionais das democracias representativas. Logo, os segmentos em confronto (governo x grupos corporativos, empresários, trabalhadores) passam a buscar um “acordo” coletivo extraestatal, consensual, flexível e equidistante do lugar da jurisdição oficial; implicam, pois, nova modalidade autônoma de produção normativa.

<sup>142</sup> LEAL, Alejandra. *Burocracia, justicia y pluralismo jurídico: una exploración de los espacios del poder en Oaxaca*. México: *Revista Alteridades*, vol. 16, nº. 31, janeiro-junho, 2006, pp. 40 e 47. A autora expõe o quanto a Procuradoria para a Defesa Indígena (Prodi) em Oaxaca, no México, criada, numa visão de pluralismo jurídico, para promover o desenvolvimento das formas consuetudinárias de organização social e econômica das



E, por fim, é essencial trazer à luz a conclusão de Antonio Carlos Wolkmer, dentre outras, no sentido de que esse novo pluralismo jurídico (comunitário-participativo) *“une indivíduos e novas sociabilidades interligados com a natureza em torno de necessidades comuns”*.<sup>143</sup> Ou ainda, também é digno de nota a lição do professor, em outros escritos, no sentido de que *“uma teoria ou pensamento de perspectiva crítica opera na busca de libertar o sujeito de sua condição histórica de um ser negado e de um ser excluído do mundo da vida com dignidade”*<sup>144</sup>.

O que se quer dizer é que o pluralismo jurídico comunitário-participativo pode emergir “desde *más abajo*” e desde o Sul do Sul, de lá, dos lugares mais ocultos do sistema-mundo, seja nos países centrais (Norte Global), seja nos países periféricos (Sul Global), onde estão os não humanos (animais), mais que todos, sujeitos-objetos em condição historicamente negada, totalmente excluídos de uma vida digna. A libertação almejada pelo pluralismo jurídico pode, sim, ir para além dos direitos humanos, e fundamentar a libertação animal, a abolição da escravidão a que, ainda no mundo contemporâneo, estão sujeitos os não humanos. Os não humanos também devem ser incluídos entre os “novos sujeitos históricos”. Afinal, o processo de aprimoramento humano implica a eliminação de atitudes discriminatórias.

### **1.5.2 O PLURALISMO JURÍDICO COMO INSTRUMENTO PARA SUPERAR A DISCRIMINAÇÃO ENTRE ESPÉCIES (ESPECISMO)**

O pluralismo jurídico, notadamente em sua concepção comunitária-participativa, como vimos, almeja unir indivíduos e novas sociabilidades interligadas com a natureza em torno de necessidades comuns. Nesse aspecto, seguramente a maior necessidade dos não humanos (animais e demais formas de vida) é a de que tenham seu valor intrínseco reconhecido e não sejam objeto de discriminação.

---

comunidades indígenas, não teve êxito passada mais de uma década desde sua criação. Ao contrário, apesar de sua característica de expressar, a Prodi, um Estado que promove o pluralismo jurídico, em verdade materializa um Estado que eterniza a falta de defesa e promoção de direitos humanos (direitos indígenas, no caso).

<sup>143</sup> Idem, p. 401-414.

<sup>144</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução ao pensamento jurídico crítico. -5. ed. rev. – São Paulo: Saraiva, 2006, p. 202-203.

E aqui é preciso salientar algo muito importante a ser alcançado na caminhada evolutiva da humanidade, isto é, o fato de que os não humanos também devem ser incluídos em nosso “todos”, ou no conceito de “novos sujeitos históricos”. Ou, em outras palavras, o intento de melhorar as condições de vida aos humanos, ou, pelo menos, de garantir a satisfação das “necessidades humanas fundamentais” (efetivação de direitos humanos) deve considerar, também, os direitos (ou a vida e o modo de ser) dos não humanos. Não humanos, sobretudo aqueles seres que embora não pertençam à espécie humana são repletos de vida, têm sensações, sentimentos e muito a aprender, ensinar e compartilhar: os animais não humanos.

A jornada dos humanos deve, pois, implicar convivência respeitosa e harmônica com os não humanos, sob pena de especismo<sup>145</sup> (privilegiar a espécie humana em relação às demais). Pode parecer algo “natural” pensar: “claro que os interesses de nossa espécie devem prevalecer sobre os das outras”. Todavia, como reflexão essencial, é preciso questionar: “se minha espécie está à frente – especismo, qual o problema de colocar minha raça à frente – racismo?; ou meu sexo – sexismo, etc? Ora pois, se sou humano e entendo que a humanidade vale mais, por qual razão, se sou homem, não entenderei que homens valem mais que mulheres?; e se sou branco, que brancos valem mais que negros ou índios etc?”.

O filósofo Peter Singer é quem consolida esse pensar e, de modo elucidativo, demonstra o quanto é primordial refletir a respeito dos não humanos:

“(...) se ignorarmos ou excluirmos seus interesses (dos animais não humanos) simplesmente baseados no fato de que eles não são membros da nossa espécie, a lógica de nossa posição é similar à da maioria das pessoas que sustentam argumentos primários para exclusão racial ou sexual – aqueles que pensam que ser branco ou do sexo masculino é ser inerentemente superior em *status* moral, independentemente de outras características ou qualidades.

---

<sup>145</sup> A expressão, formulada na década de 1970, é de autoria do psicólogo britânico Richard Ryder. Vale consignar algumas observações do autor: “a palavra especismo me ocorreu durante o banho, cerca de 35 anos atrás em Oxford. Era algo como o racismo ou sexismo - um preconceito moralmente irrelevante baseado em diferenças físicas” (RYDER, Richard. Os animais e os direitos humanos. *Revista Brasileira de Direito Animal*, ano 4, vol. 3, janeiro-dezembro, 2008. Pp. 67-70). Outras referências na introdução destes escritos teóricos.

*A resposta mais comum a esse paralelo entre as diferenças das espécies e o racismo e o machismo é reconhecer que é um erro achar que os homens são superiores às mulheres, mas depois argumentar que os humanos realmente são superiores aos outros animais em sua capacidade de racionalizar e na extensão de sua autoconsciência, ao mesmo tempo em que alegam que essas são características moralmente relevantes. Entretanto, alguns seres humanos – crianças e pessoas com sérias deficiências intelectuais – possuem menos habilidade de raciocínio e menos autoconsciência do que alguns animais não humanos. Assim, não podemos utilizar esse critério de forma justificável para traçar uma distinção entre todos os seres humanos por um lado e todos os outros animais não humanos por outro. (...) se, em nossa própria espécie, não consideramos as diferenças em inteligência, capacidade de raciocínio ou autoconsciência como base para nos permitir explorar um ser com menos capacidades para nossos próprios fins, como podemos apontar as mesmas características para justificar a exploração de membros de outras espécies? Nossa disposição para explorar animais não humanos não tem base em sólidas distinções morais. É um sinal de ‘especismo’, um preconceito que sobrevive por ser conveniente para o grupo dominante, no caso não brancos ou homens, mas seres humanos” (Grifou-se)<sup>146</sup>*

Deveras, se pararmos para pensar veremos que os hábitos humanos (pesquisas científicas, entretenimento e sobretudo *alimentação*) que desconsideram os interesses dos não humanos decorrem de uma discriminação predominante na atualidade e que é chamada de “especismo”. A história da humanidade está repleta de períodos discriminatórios. Os negros foram escravos (e alguns defendiam que sequer eles tinham alma). As mulheres foram submissas (nem votar podiam). Os índios foram dizimados (não eram civilizados). Várias nações foram colonizadas e literalmente saqueadas. Povos foram classificados como “bárbaros” etc.

A questão é que a humanidade, ao longo dos séculos, caminha de modo evolutivo e as discriminações vão sendo eliminadas (ou ao menos mitigadas). O especismo é um desafio atual: uma postura discriminatória que há de ser superada. Cabe salientar que o especismo é uma discriminação que, na lição de Sônia Felipe, se mostra, ainda, como *elitista* (componente racional) e/ou *eletivo* (componente emocional) sobre nossa percepção da natureza. É *elitista* ao considerar os interesses dos sujeitos racionais sempre mais relevantes (aqueles capazes de raciocinar, os da

---

<sup>146</sup> SINGER, Peter; MASON, Jim. A ética da alimentação: como nossos hábitos alimentares influenciam o meio ambiente e o nosso bem-estar; tradução de Cristina Yamagami. R. de Janeiro: Elsevier, 2007, pp. 267-268.

espécie *Homo sapiens*): os humanos, como seres racionais, são superiores. É *eletivo* ou afetivo ao eleger, por afeição, os não humanos que devem ser defendidos quando despertam em nós, humanos, alguma simpatia, ternura ou compaixão<sup>147</sup>. O ensinar da filósofa brasileira acerca da temática é revelador:

“(...) Por conta do componente racional, em nossa concepção especista da natureza viva, defendemos os interesses humanos como supremos, afirmando que são interesses de seres dotados de razão. Por conta do componente emocional, em nossa concepção especista da natureza viva, defendemos alguma espécie animal, por despertar em nós simpatia, ternura, compaixão ou temor (...).

Quando se quer abolir o especismo, de que sofrimento, afinal, se fala? Pode-se falar do sofrimento dos animais usados para o trabalho, especialmente os empregues no transporte e tração, via de regra propriedade de trabalhadores pobres. Defende-se, então, o direito dos pobres animais, propriedade de pobres, de não serem assoberbados com o peso das cargas que têm de puxar. Pobres não têm meios para adquirir motores para tração. Pode-se falar, ainda, do sofrimento dos animais enjaulados em zoológicos, dos usados em espetáculos. Fala-se abertamente do não direito de um homem de maltratar ou abandonar um animal que lhe faz companhia. Mas todos se calam sobre o sofrimento dos porcos, das aves e das vacas usados para a produção de carne e derivados. (...) por sermos especistas, no sentido elitista (racional) ou eletivo (emocional), ao pretendermos abolir o especismo acabamos por adotar o modo mais prazeroso de o fazer, qual seja, elegendo ‘certos animais’ como alvo de nossa proteção e não reconhecendo aos demais o mesmo estatuto. Acabamos, assim, por nos tornar especistas no sentido eletivo, afetivo, emocional, exatamente quando pretendemos não mais ser especistas no sentido elitista, racional.<sup>148</sup>

Os animais não humanos, assim como nós, humanos, também são seres “sencientes” (têm sentimentos) e merecem consideração e compreensão.

Com efeito, o filósofo norte americano Tom Regan enfatiza o quanto o cientista Charles Darwin (em seu trabalho revolucionário sobre a evolução das espécies e a ideia de seleção natural) demonstrou que animais não humanos, especialmente os mamíferos, não apenas sentem prazer ou dor, mas também ansiedade, pesar, melancolia, desespero, alegria, amor, ternura, devoção, mau-

---

<sup>147</sup> FELIPE, Sônia T. Dos direitos morais aos Direitos Constitucionais: para além do especismo elitista e eletivo. Salvador: *Revista Brasileira de Direito Animal*, ano 2, número 2, janeiro-junho, 2007, p. 169-185.

<sup>148</sup> Op. Cit., pp. 173, 179 e 181-182.

humor, determinação, ódio, ira, desdém, desrespeito, asco, culpa, orgulho, desamparo, paciência, surpresa, perplexidade, medo, horror, vergonha, timidez e recato (em maior ou menor grau).<sup>149</sup> Os estudos e descobertas revelam, em verdade, situações até então inusitadas, como atitudes *“para o bem exclusivo dos outros”* realizada por insetos. A observação é do próprio Darwin:

*Um dos exemplos mais representativos que eu conheço – de um animal executando uma ação apenas para o bem do outro – é o dos pulgões que, como foi observado primeiro por Huber, entregam sua doce excreção para as formigas: os seguintes fatos mostrarão que eles fazem isso por vontade própria. Retirei todas as formigas de um grupo de aproximadamente 12 pulgões de uma azeda e impedi sua aproximação durante algumas horas. Após esse intervalo, tive certeza que os pulgões queriam excretar. Observei-os algum tempo com uma lupa, mas nenhum deles fez isso; então eu os cocei e massageei com um pelo da mesma maneira como as formigas fazem com suas antenas; mas nenhum excretou. Depois permiti que uma formiga se aproximasse deles e ela parecia, por seu jeito ansioso de andar, saber bem a hora que o rico conjunto descobriria; ela então começou a acariciar com as antenas o abdome de um pulgão e depois de outro; e cada um, assim que sentiu as antenas, levantou o abdome e excretou uma gota límpida de seiva doce, que foi logo devorada pela formiga<sup>150</sup> (Grifou-se).*

À continuidade, Tom Regan relembra que, a despeito de eventual rejeição à teoria darwiniana, todas as religiões do mundo convergem quanto às sensações dos animais. Ou, em suas palavras: *“Leia a Bíblia, o Torah, o Corão. Estude confucionismo, budismo, hinduísmo, ou os escritos espirituais dos americanos nativos. A mensagem é a mesma em todo o lugar”<sup>151</sup>.*

O que o autor pretende enfatizar é o reconhecimento, pelos mais distintos segmentos religiosos, da consciência dos animais. Deveras, *“carneiros e baleias, bodes e bois, gatos e cães, certamente são conscientes do mundo(...)”. O que acontece a esses animais certamente importa para eles. Nesses aspectos, todas as*

---

<sup>149</sup> REGAN, Tom. *Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais*; tradução Regina Rheda; revisão técnica Sonia Felipe, Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2006.

<sup>150</sup> DARWIN, Charles. *A origem das espécies e a seleção natural*; tradução de Soraya Freitas. – São Paulo: Madras, 2014, pp. 225-226. Na sequência, Darwin complementa que esse comportamento revela instintos que não podem ser considerados absolutamente perfeitos, já que é “conveniente” aos pulgões ter a excreção removida pelas formigas e, dessa forma, eles “tiram vantagem” da situação.

<sup>151</sup> REGAN, Tom. Op. Cit., p. 71.

*religiões do mundo ensinam a mesma coisa*”<sup>152</sup>. A questão da consciência dos animais não humanos é, portanto, tão relevante e significativa, que nem Ciência e Religião parecem divergir. Mas isso implica atribuir direitos aos não humanos?

O pensar de Tom Regan é digno de menção:

(...) A interpretação mais generosa que podemos fazer da objeção ‘animais não são humanos’ é que animais não têm direitos porque animais não são membros da nossa espécie – a espécie humana, a espécie *Homo sapiens*. Mas, conforme foi observado numa discussão anterior, verdades como esta (verdades biológicas) não têm importância moral. Tudo que elas nos dizem é que alguns seres (seres humanos) pertencem a uma espécie biológica, enquanto outros seres (seres lupinos, por exemplo) pertencem a uma outra espécie biológica. *Mas quem pertence a qual espécie não é relevante para as reflexões sobre a moralidade*. Se achamos que os seres humanos têm direitos, mas lobos não, isso não é porque pertencemos a espécies diferentes.

Observe isto também: *direitos morais nunca podem ser negados, justificadamente, por razões arbitrárias, preconceituosas ou moralmente irrelevantes. Raça é uma dessas razões. Sexo é outra. Como, então, poderemos acreditar que ser membro de uma espécie marque um limite defensável entre os animais que têm e os que não têm direitos? Logicamente, isso não faz sentido. Moralmente, isso indica um preconceito do mesmo tipo que o racismo e o sexismo, o preconceito conhecido como especismo* (Grifou-se)<sup>153</sup>.

Há, em realidade, uma questão histórico-cultural-ideológica que fundamenta, impulsiona e mantém essa atitude discriminatória (especismo) dos animais dominantes (humanos) em relação aos demais animais (não humanos). E é Peter Singer, no âmago de sua clássica obra “Libertação Animal”, que explicita isso. O comportamento dos humanos – notadamente no lado ocidental do mundo, tem base no judaísmo e na antiguidade grega. Os escritos bíblicos judaicos (antigo testamento) defendem uma posição especial dos humanos no universo, bem como o domínio da espécie humana sobre as demais, embora haja uma *“curiosa referência indicando que, no estado original de inocência, éramos vegetarianos e alimentávamo-nos somente de ‘ervas verdes’”*. E dentre os gregos antigos, apesar

---

<sup>152</sup> Op. Cit., p. 71.

<sup>153</sup> Op. Cit., p. 78.

de Pitágoras ser vegetariano e estimular seus seguidores a tratar os animais com respeito, foi a visão de Aristóteles, discípulo de Platão, que se tornou parte da tradição ocidental: a natureza que nada faz sem propósito ou em vão, fez todos os animais (não humanos) em benefício dos seres humanos<sup>154</sup>.

Vem desse lugar, no tempo e no espaço, a origem de um modo de ver o mundo que concebe seres vivos fortes que, não sendo vulneráveis, podem fazer o que bem entendem, segundo seus interesses, com os seres vivos mais fracos. Foi esse pensamento que permitiu, por milênios, o regime de escravidão de humanos. E é ele que continua a permitir a escravidão dos não humanos (animais). Deveras, *“a nossa formação moral é signatária da concepção aristotélica, antropocêntrica e hierárquica, típica da racionalidade escravocrata”*; se a ética de Pitágoras tivesse prevalecido por certo *“nos teria levado ao domínio não-tirânico sobre outras espécies vivas, mas ela continua a ser ocultada nos ensinamentos acadêmicos”*<sup>155</sup>.

De fato, Pitágoras afirmava que o homem deveria viver em harmonia com a natureza e com seus semelhantes e professava o vegetarianismo por dois principais motivos: saúde e ética<sup>156</sup>. Um trecho dos Versos de Ouro de Pitágoras sentencia: *“Verás que a natureza – o céu há de mostrar-te – É, em tudo, semelhante e a mesma em toda a parte”*<sup>157</sup>. A sua vez, Aristóteles, que detalhadamente estudou os animais em obras como *Parva Naturalia*<sup>158</sup>, *Da Alma (de anima)*<sup>159</sup> e *História dos Animais*<sup>160</sup>, e apesar de reconhecer o quanto eles podem ser meigos, tranquilos, dóceis, tímidos,

---

<sup>154</sup> SINGER, Peter. *Libertação Animal*; tradução Marly Winckler, Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, pp. 267-308. O autor desenvolve o que denomina de uma “breve história do especismo” concentrando-se na parte ocidental do mundo. E faz isso não porque as outras culturas sejam inferiores ao modo de agir para com os animais (o contrário é verdadeiro, segundo o autor), mas pelo fato de as ideias ocidentais, nos últimos dois ou três séculos, provirem da Europa, estabelecendo a maneira de pensar da maioria das sociedades humanas da atualidade, sejam capitalistas ou comunistas.

<sup>155</sup> FELIPE, Sônia T. *Antropocentrismo, Sencientismo e Biocentrismo: perspectivas éticas abolicionistas, bem-estaristas e conservadoras e o estatuto de animais não humanos*. São Paulo: *Revista Páginas de Filosofia*, v. 1, nº. 1, janeiro-julho, 2009, p.03.

<sup>156</sup> CONTE, Carlos Brasília. *Pitágoras: ciência e magia na Antiga Grécia*. São Paulo: Madras, 2015, pp. 40 e 50. O autor ainda apresenta a seguinte narrativa: “a fim de demonstrar a seus discípulos e seguidores que a carne era um alimento dispensável, ele (Pitágoras) adotou um urso e adestrou-o, condicionando-o a alimentar-se exclusivamente de mel e de cereais; provou assim que é possível a qualquer um abandonar o hábito de comer carne e ter, consequentemente, uma vida mais longa e saudável”.

<sup>157</sup> SCHURÉ, Édouard. *Os Grandes Iniciados: Pitágoras*; tradução de Domingos Guimarães. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003, pp. 194-197. O autor observa que os famosos versos pitagóricos são atribuídos a Lysis, discípulo de Pitágoras, cujo conteúdo é calcado nos ensinamentos do mestre.

<sup>158</sup> ARISTÓTELES. *Parva naturalia*; tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2012.

<sup>159</sup> ARISTÓTELES. *Da alma*; tradução de Edson Bini. São Paulo, Edipro, 2011.

<sup>160</sup> ARISTÓTELES. *História dos animais*; tradução de Maria de Fátima Sousa e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2014. (Coleção obras completas de Aristóteles/coordenação de António Pedro Mesquita).

manhosos, cautelosos, invejosos etc, fazia questão de frisar que “*dotado de inteligência há só um animal, o homem*”<sup>161</sup> (homens que, todavia, poderiam até ser escravizados, ante sua “condição natural”). O modo de pensar de Aristóteles sobre a questão é bem retratado por Peter Singer:

O apoio de Aristóteles à escravidão é bem conhecido: ele pensava que alguns homens são escravos por natureza, e a escravidão, por conseguinte, era correta e vantajosa para eles. Menciono isso não para desacreditar Aristóteles, mas porque é essencial para compreendermos sua atitude para com os animais. Ele afirmava que os animais existem para servir aos interesses humanos (...).

Como a diferença entre o poder de raciocínio dos seres humanos é bastante para tornar alguns mestres e outros seguidores, Aristóteles deve ter pensado ser tão evidente o direito dos seres humanos a dominar os animais que esse pressuposto não precisaria de argumentos. A natureza, afirmava ele, é essencialmente uma hierarquia, em que aqueles que têm menos capacidade de raciocínio existem em benefício dos que têm mais (...)<sup>162</sup>.

Nesse toar, o pensamento aristotélico que defendia a escravidão dos humanos culminou deixando o legado, que perdura até os dias atuais, da escravidão dos animais não humanos. É de se assinalar, porém, que o próprio Aristóteles reconhecia a singularidade da filosofia e dos ideais de Pitágoras ao consignar: “uma coisa é Deus e a outra é o Homem... e entre ambos está Pitágoras”<sup>163</sup>.

A sua vez, o cristianismo incorporou as ideias judaicas e gregas quanto ao modo de ver e interagir com os não humanos (animais). O pensamento cristão, como cediço, se tornou poderoso sob o Império Romano e a ele trouxe a visão da singularidade da vida humana (herdada do judaísmo) já que aos humanos, e somente a eles dentre todos os seres vivos no Planeta Terra, estaria destinada uma vida após a morte do corpo. É nessa época que os jogos e entretenimentos no

---

<sup>161</sup> Op. Cit., p. 12.

<sup>162</sup> SINGER, Peter. Op. Cit., pp. 274-275. O autor ainda cita textualmente uma passagem de Aristóteles, extraída da obra “Politics”, a saber: “As plantas existem em benefício dos animais, e as bestas brutas em benefício do homem – os animais domésticos para seu uso e alimentação, os selvagens (ou, de qualquer maneira, a maioria deles) para servir de alimento e outras necessidades da vida, tais como roupas e vários instrumentos. Como a natureza nada faz sem propósito ou em vão, é indubitavelmente verdade que ela fez todos os animais em benefício do homem.

<sup>163</sup> CONTE, Carlos Brasília. Op. Cit., p. 78.



Coliseu (e seu significado<sup>164</sup>), ceifando a vida de seres inferiores (alguns humanos e todo e qualquer não humano), se firmam como parte da cultura durante séculos, com raros protestos. E se romanos como Ovídio, Sêneca, Porfírio e Plutarco, e cristãos como São Basílio, São Crisóstomo, São Isaac e São Neotério mostraram compaixão pelos não humanos, fato é que ainda em meados do século XIX, o Papa Pio IX não permitiu que a Sociedade para Prevenção da Crueldade com Animais se estabelecesse em Roma, enfatizando que isso significaria admitir que os humanos teriam deveres para com esses não humanos (animais)<sup>165</sup>.

Foi apenas em 1988, na encíclica “*Sollicitudo Rei Socialis*” (sobre a solicitude social), que o Papa João Paulo II pede para que o desenvolvimento humano inclua o “*respeito pelos seres que fazem parte do mundo natural*” e conclama:<sup>166</sup>

O domínio conferido ao homem pelo Criador não é um poder absoluto, nem pode alguém falar de liberdade para ‘usar e abusar’ ou dispor das coisas como lhe aprouver... Quando se trata do mundo natural, estamos sujeitos não apenas a leis biológicas, mas também a leis morais, que não podem ser transgredidas impunemente.

O humanismo renascentista também não impulsionou avanços na relação humanos e não humanos. Afinal, se tratava de “humanismo” e enfatizava o livre-arbítrio, o potencial e a dignidade humana. Os humanos figuravam como “o centro da natureza, o meio do universo, o elo do mundo” (antropocentrismo). De fato, a superação da Teoria Geocêntrica, de Ptolomeu, 83-191 d.C. (a Terra como centro do universo) pela Teoria Heliocêntrica, de Nicolau Copérnico, 1473-1543 (a Terra e os demais planetas é que giram ao redor do Sol), retirou o Planeta Azul (uma das mais importantes criações de Deus) do centro do universo e abalou a legitimidade

---

<sup>164</sup> SINGER, Peter. Op. Cit., pp. 267-308. O autor explica que os romanos tinham, claro, sentimentos morais, pois demonstravam grande consideração pela justiça, pelo dever público e até pela bondade com os outros. Todavia, os jogos romanos revelam que havia um limite preciso para os sentimentos morais. Se um ser se ajustasse aos limites, o que ocorria no Coliseu seria considerado ultrajante e intolerável; mas, quando um ser estivesse fora da esfera de consideração moral, todo o sofrimento e morte a que era submetido implicava entretenimento. Alguns seres humanos (sobretudo criminosos e militares cativos) e todos os animais estavam fora dessa esfera moral.

<sup>165</sup> Ibidem. O autor salienta o quanto o posicionamento do Papa tinha origem na filosofia de São Tomás de Aquino (de influência duradoura), para quem os limites da moralidade não incluem os não humanos.

<sup>166</sup> Idem, p. 285-286. Aqui o autor relembra que São Francisco de Assis foi uma ilustre exceção à regra de que o catolicismo desestimula a preocupação com o bem-estar dos seres não humanos.

da Igreja Católica de ser a única a representar o Criador da Terra, centro do cosmos. Com isso, o Teocentrismo (Deus como centro do Universo) se desfaz e é substituído pelo Antropocentrismo, *“uma concepção que considera que a humanidade é e deve permanecer no centro das atenções dos próprios homens. (...) o que deu origem a uma cultura centrada no homem, nas suas capacidades e desejos”*.<sup>167</sup>

Há, por consequência, a necessidade de os humanos reverem seus próprios padrões de ética, porquanto essa impregnada e tão impactante discriminação (especismo) precisa ser superada pelo bem dos não humanos, do Planeta Terra, e dos próprios humanos, como veremos ao longo destes escritos teórico-práticos.

Uma nova ética é necessária. O pluralismo jurídico comunitário-participativo defende uma concepção, no campo ético, apta a romper com formalismos e abstrações. É a ética da alteridade<sup>168</sup>, a qual faz emergir valores que decorrem *“das próprias lutas, conflitos, interesses e necessidades de sujeitos individuais e coletivos insurgentes em permanente afirmação”* e, sobretudo, capaz, em concreto e no mundo real, de fomentar a *“conscientização e transformação das sociedades dependentes”*, bem assim *“das lutas de libertação nacional dos povos oprimidos”*<sup>169</sup>.

A ética da alteridade está em consonância com valores universalizáveis como a vida, a liberdade, o bem-comum e a justiça. Ela é parte *“de uma pluralidade de*

---

<sup>167</sup> CARDOSO, Elza Silva. *Contra o liberalismo, a favor da democracia: a concepção política da Igreja Católica em meados do século XX*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2009, p. 16-18. Disponível em [http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93239/cardoso\\_es\\_me\\_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93239/cardoso_es_me_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y), acesso em 03/04/2016.

<sup>168</sup> A qual decorre do pensamento de Emmanuel Levinas. A respeito é válido conferir: SOUZA, Ricardo Timm de; FARIAS, André Brayner de; e FABRI, Marcelo (Org.). *Alteridade e ética: obra comemorativa dos 100 anos de nascimento de Emmanuel Levinas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Na obra em exame, vale consignar, o Promotor de Justiça e Mestre em Filosofia, Sandro de Souza Ferreira (em seu texto intitulado: Entre a responsabilidade infinita e a tentação da tentação: sobre cães, monos e cobras no pensamento de Emmanuel Levinas), argumenta: “Não há, na obra de Levinas, ao menos diretamente, uma ética endereçada aos animais. *Nome de um cão ou o direito natural* é um texto que, embora externe preocupações para com os animais, não expõe claramente o que Levinas pensava a respeito da questão. Não fica claro, por exemplo, se seria possível uma relação de obsessão por um cão. Para Levinas, a intriga ética nasce do encontro com o Outro, do rosto do Outro que me olha e diz não ao assassinato. É a explosão do tempo do Eu; o tempo do Eu nunca é o tempo do Outro. O rosto está no limite entre a santidade e a caricatura; ele expõe a fragilidade daquele que não tem qualquer defesa a não ser a irresistível força da própria fragilidade. Rosenzweig fala do olhar suplicante do animal; Buber fala da exigência de resposta direcionada ao Eu por um Tu animal. Nesse contexto, parece que também no olhar de um cão, de um mono ou de uma cobra há súplica; há uma exigência de resposta (nas indagações de Buber: *Existo para você, existo? O que vem de ti para mim? O que há em torno de mim? O que acontece? O que é isto?*). E essa resposta, ao que tudo indica, para Levinas, receberia o nome de ética (p. 410).

<sup>169</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito*. -4. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015, p. 304-317.

*formas de vida*” e abarca aspectos valorativos como liberação, autonomia individual e coletiva, solidariedade e satisfação das necessidades humanas. E, ainda, tem como prioridade práticas culturais de uma dada historicidade particular e não formal. Por fim, ela *“parte das necessidades dos segmentos humanos marginalizados e se propõe a gerar uma prática pedagógica libertadora, capaz de emancipar os sujeitos históricos oprimidos, injustiçados, expropriados e excluídos”*<sup>170</sup>.

A nossa postura ética, imperioso enfatizar, deve ir para além dos direitos humanos. Afinal, os não humanos estão, sem dúvida, entre os “sujeitos históricos” mais oprimidos, injustiçados, expropriados e excluídos que existem no mundo todo, seja no Sul Global, seja no Norte Global. A ética da alteridade é aquela que pode garantir aos não humanos o respeito que lhes é devido. Deveras, ao tratar da alteridade dos animais não humanos, o filósofo Ricardo Timm de Souza, evidencia:

*(...) por efeito dos impulsos de conquista humanos, de seu ímpeto de tentar ‘transformar o universo em um gigantesco campo de caça’, os animais não têm podido ser co-autores da sustentabilidade ético-ecológica do planeta, ou seja, ‘outros’. Máquinas vivas, alvos fáceis da vontade de destruição racional, objetos de exploração de todos os tipos, de tortura, de decoração e uso, sem falar em alimento sempre à mão, os animais experimentam desde sempre todo o tipo concebível de violência humana. Incapazes de argumentar senão por sua existência nua, expostos a todas as agruras por existirem sem poderem se contrapor a seres empenhados não apenas em reduzir obsessivamente a existência da realidade externa a uma função sua, mas em determinar absolutamente o valor da realidade do Outro que si mesmo exclusivamente a partir de categorias destiladas por seu próprio cérebro, algo mais desenvolvido em suas funções cognitivas, os animais não humanos ocuparam sempre o lugar de alvo predileto de uso violento-objetificador da vida pelos animais humanos*<sup>171</sup> (Os grifos não constam na versão original).

A ética da alteridade, portanto, trata de (re)construir a relação entre os diferentes, reconhecendo e valorizando as necessidades do outro assim como valorizamos as nossas próprias. Podem ser (esses diferentes) humanos que vivem

---

<sup>170</sup> Idem, p. 314.

<sup>171</sup> SOUZA, Ricardo Timm de. *Ética e animais – Reflexões desde o imperativo da alteridade*. Em: MOLINARO, Carlos Alberto; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago [org.]. *A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008, pp. 47-48.

no Sul Global ou no Norte Global. Podem ser, essencialmente, os humanos de qualquer lugar e sobretudo aqueles que estão “más abajo” ainda, os não humanos.

A humanidade em busca por direitos humanos não deve ignorar os interesses dos não humanos. Trata-se de imprescindível respeito a todas as formas de vida, tendo o convívio pacífico e harmônico como elemento comum. Desde “más abajo”, ou desde “más abajo” ainda, o pluralismo jurídico comunitário-participativo com sua ética da alteridade pode ser instrumento decisivo para a indispensável mudança na relação entre humanos e não humanos. Um novo olhar para o outro (para todos os outros) que impulsionará o necessário despertar de um sentimento de amor e respeito pela Terra por ser, ela própria, uma verdadeira comunidade da vida, como bem assinalado por Aldo Leopoldo, na década de 1950, em seu clássico texto “Ética da Terra” (*The Land Ethics*). Naquele tempo, o filósofo ambiental já sedimentava: “*the land ethic simply enlarges the boundaries of the community to include soils, waters, plants, and animals, or collectively: the land*”<sup>172</sup>. Para tanto, o próprio modo de ver e conceber os direitos humanos há de ser revisto. Nesse rumo, a Teoria Crítica dos Direitos Humanos defendida é que conduzirá esse processo de transformação. Ela deve, nesse caminhar, ser posta à prova. É o que faremos doravante.

---

<sup>172</sup> LEOPOLD, Aldo. *A sand county almanac: with Essays on Conservation from Round River*. New York: Ballantine Books, 1970, p. 239 (edition published by arrangement with The Oxford University Press). Tradução livre: “A ética da terra simplesmente amplia as fronteiras da comunidade para incluir solos, águas, plantas e animais, ou coletivamente: a terra”.

## **CAPÍTULO II**

### **DIREITOS HUMANOS E NÃO HUMANOS: O RESPEITO A TODAS AS FORMAS DE VIDA E A PAZ COMO CAMINHO COMUM**

#### **2.1 A TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS POSTA À PROVA**

A busca de uma vida digna para todos e todas, de satisfação das “necessidades humanas fundamentais”<sup>173</sup> ou do reconhecimento das “reivindicações de vida”<sup>174</sup>, isto é, de efetivação de direitos humanos, na prática e no mundo real, é talvez o maior desafio contemporâneo. Num cenário global de rica pluralidade de culturas e de formas de conceber o mundo e nele viver, a própria Organização das Nações Unidas (ONU) evoluiu ao reconhecer a importância de ações concretas que considerem as diferenças existentes entre as pessoas e os povos.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), muito além do constante na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), avança ao enfatizar que o desenvolvimento humano deve possibilitar que todos os indivíduos aumentem sua capacidade de forma plena e dela possam fazer o melhor uso em todos os campos, seja econômico, cultural, político etc; e que esse é o universalismo possível, isto é, a potência das reivindicações de vida, um fio comum que une as

---

<sup>173</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito*. -4. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015, p. 283-291. O autor, como explicado no capítulo precedente, define “necessidade” como todo aquele sentimento, intenção ou desejo consciente que envolve exigências valorativas, motivando o comportamento humano para aquisição de bens materiais e imateriais considerados essenciais. Dessa forma, as “necessidades humanas fundamentais” não se limitam ao campo social e material, mas compreendem necessidades existenciais (de vida), materiais (subsistência) e culturais.

<sup>174</sup> A expressão “reivindicações de vida”, passa a ser utilizada pela Organização das Nações Unidas – ONU, no Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o PNUD, em 1994 (versão em espanhol disponível em [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_1994\\_es\\_completo\\_nostats.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_1994_es_completo_nostats.pdf), acesso em 07/05/2016 - fator explicitado no capítulo anterior). O Relatório do PNUD (RDH), de 1994, propõe um conceito de desenvolvimento sustentável que possibilite às presentes e futuras gerações ampliar plenamente a sua capacidade humana e aproveitar essa capacidade ao máximo em todas as esferas: econômica, social, cultural, política etc. Um desenvolvimento humano que favoreça as pessoas, promova o emprego e respeite a natureza. Destaca-se que todos os seres humanos nascem com certa capacidade de potência e que o propósito do desenvolvimento humano consiste em criar uma atmosfera em que todos possam aumentar sua capacidade e as oportunidades possam ser ampliadas. “O verdadeiro fundamento do desenvolvimento humano é o universalismo no reconhecimento das reivindicações vitais de todos” (RDH 1994, páginas 04-05, 15 e ss). Vê-se que com o PNUD a própria ONU começa a superar aquela ideia universal e abstrata de que os direitos humanos, de todos os povos do mundo, estariam contidos e garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

exigências do desenvolvimento humano de hoje com as de amanhã, “*especialmente con la necesidad de la conservación del medio ambiente y de su regeneración para el futuro*”<sup>175</sup>. É válido transcrever esse importante passo das Nações Unidas em relação àquilo que é possível universalizar em termos de direitos humanos:

*Este universalismo de las reivindicaciones vitales – una idea poderosa que constituye la base filosófica de muchas políticas contemporáneas – está en la base de la búsqueda de la satisfacción de las necesidades humanas fundamentales. Exige un mundo en que ningún niño carezca de educación, no se deniegue atención de la salud a ningún ser humano y todas las personas puedan desarrollar su capacidad en potencia. Ese universalismo entraña el aumento del acceso de la gente al poder de decisión. Protege los derechos humanos fundamentales – económicos y sociales tanto como civiles y políticos – y sostiene que el derecho a la alimentación es tan sacrosanto como el derecho de voto. Exige que no haya discriminación contra ninguna persona, independientemente de su sexo, religión, raza u origen étnico. Y se centra directamente en los seres humanos, con respeto por la soberanía nacional pero sólo en tanto el Estado-nación respete los derechos humanos de su propio pueblo*<sup>176</sup> (Os grifos não constam no original).

É de se notar que a marca do antropocentrismo<sup>177</sup> (os seres humanos no centro) constitui o pensamento enraizado e dominante também na própria ONU. Por essa e outras razões, a potência humana das reivindicações de vida, tão bem trabalhada no PNUD, necessita de uma releitura crítica. A potência humana há de ir para além dos humanos. O nosso potencial deve ter presente o convívio pacífico que precisamos estabelecer com nós mesmos, com os demais humanos e com a natureza como um todo (animais não humanos e demais formas de vida).

Observemos, uma vez mais, o dizer de Joaquín Herrera Flores, agora em seu “manifesto inflexivo”, notadamente no que se refere à assertiva de que “*no estamos’ no entorno; ‘somos’ o entorno*”, no verbo:

1.<sup>a</sup> - Quanto mais vidas existem num sistema maior é a quantidade de possibilidades de preservá-la.

---

<sup>175</sup> Informações no Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o PNUD, de 1994 (versão em espanhol disponível em [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_1994\\_es\\_completo\\_nostats.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_1994_es_completo_nostats.pdf), acesso em 07/05/2016).

<sup>176</sup> Idem, p. 15-16.

<sup>177</sup> O tema do antropocentrismo é tratado no Capítulo 1, item 1.5.2.

2.<sup>a</sup> - A vida aumenta a capacidade de um ambiente para sustentar a vida.

3.<sup>a</sup> - Para uma maior quantidade e qualidade de vida, haverá uma maior diversidade ambiental, e vice-versa; para uma grande quantidade de diversidade ambiental, maiores serão as possibilidades de criar e reproduzir a vida.

4.<sup>a</sup> - *Dado o grau de desenvolvimento das formas de vida humanas e naturais no planeta, já não há vida nem diversidade “naturais”: a vida “natural” e a diversidade ambiental não se dão sozinhas, e sim requerem a interação entre ser humano e natureza.*

5.<sup>a</sup> - *Portanto, um dever básico a respeito da natureza consiste em reconstruir a ação humana não como uma forma de destruição, mas sim de construção e reprodução ambiental.*

6.<sup>a</sup> - *A mais alta função de um processo cultural/ambiental é a compreensão e a prevenção das consequências que surgem no marco da interação natureza-cultura.*

7.<sup>a</sup> - As peculiaridades físicas de um mundo inscrevem-se em sua história econômica e política.<sup>178</sup>

A visão que impulsiona e compõe estes escritos teórico-práticos, vale sedimentar, é a de que *a postura de cada um de nós, individual, coletiva e institucional, na temática dos direitos humanos, deve ir além.* Se faz necessário um comportamento crítico ativo capaz de compreender que os direitos humanos, como qualquer produção cultural, têm uma origem histórica fruto de um processo que homens e mulheres, culturalmente em seus cotidianos, põem em marcha. É necessário um caminhar que há de superar a concepção antropocêntrica e as atitudes discriminatórias em relação aos não humanos (especismo).

Deveras, reafirmamos que os conceitos tradicionais já não servem. As normas por si mesmas não bastam. As declarações ou as boas intenções, no plano abstrato, seguem se apresentando como totalmente insuficientes. Afinal, décadas se passaram desde a assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e *“poucos são os que acreditam na sua virtualidade na hora de diminuir os*

---

<sup>178</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. *A reinvenção dos direitos humanos*; tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, pp. 204-205.

*efeitos desastrosos do sistema econômico e de relações sociais que regula a vida cotidiana das pessoas*<sup>179</sup>. Não está tudo dado, bastando apenas implementar. É essencial uma mudança de perspectiva. A própria acepção crítica dos direitos humanos há de evoluir e trazer, para dentro de si, a necessidade premente, nas palavras de Joaquín Herrera Flores, de que *“a vida ‘natural’ e a diversidade ambiental não se dão sozinhas, e sim requerem a interação entre ser humano e natureza”* e que temos de *“reconstruir a ação humana não como uma forma de destruição, mas sim de construção e reprodução ambiental”*.

Os direitos humanos precisam ser compreendidos como processos abertos (emancipatórios) de luta pela dignidade humana e para além dela. Todos e todas, como seres humanos que são, devem ter a possibilidade, no mundo real (político, econômico, social, jurídico etc) de agir e reagir frente ao entorno. Mas, como “somos o entorno” precisamos reinventar nossa relação com os não humanos.

Com efeito, hão de estar sempre em evidência (na teoria e sobretudo na prática) todas as singularidades relativas à necessidade de *reconhecer e valorizar o diferente*, instituir e/ou ampliar *os espaços de luta e as cotas de dignidade*, valorizar e fazer predominar *os debates, as construções coletivas e as redes* e ter presente, em termos de direitos humanos, as *decisões iniciais* e a incumbência de *visibilizar, desestabilizar e transformar*<sup>180</sup>. Tudo isso, frise-se, com um olhar e um agir que sedimente o quanto humanos e não humanos devem receber igual consideração quando se trata de encontrarmos formas de assegurar uma vida digna de ser vivida: sem domínio de uns sobre outros; sem exploração de humanos em relação a humanos ou a não humanos (animais e demais formas de vida).

A Teoria Crítica dos Direitos Humanos deve, então, ser posta à prova.

---

<sup>179</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. Dez bases para a consideração dos povos indígenas em isolamento autônomo como sujeitos de direitos humanos; traduzido e adaptado por Jefferson Aparecido Dias, Antônio Henrique Graciano Suxberger e Carlos Roberto Diogo Garcia. Em: MANENTE, Ruben Rockenbach; DIAS, Jefferson Aparecido; SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano (Org.). *Teoria Crítica dos Direitos Humanos: das lutas aos direitos*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011, p. 172-173.

<sup>180</sup> As temáticas foram desenvolvidas em itens específicos no Capítulo I (itens 1.3 e 1.4 e seus subitens).



### **2.1.1 AS DECISÕES INICIAIS CONCRETAS: *PENSAR PARA ALÉM DOS HUMANOS; NOVOS VALORES PARA ALÉM DOS DIREITOS HUMANOS; DIGNIDADE PARA ALÉM DA DIGNIDADE HUMANA; UM LUGAR PARA ALÉM DOS HUMANOS; POTÊNCIA PARA ALÉM DA POTÊNCIA HUMANA; E UMA CULTURA JURÍDICA PARA ALÉM DOS HUMANOS***

O olhar crítico proposto por Joaquín Herrera Flores, vale rememorar, traz decisões iniciais<sup>181</sup> que apontam o rumo de nossa jornada. Doravante, retomando-as, vamos dar a elas, uma a uma, o conteúdo que impulsiona essa investigação: a concretude fará com que as denominemos de decisões iniciais concretas.

*A 1ª. decisão inicial: “pensar é pensar de outro modo”.* Ao longo dos séculos, senão dos milênios, a espécie humana se comporta pensando e agindo, como sendo superior a todas as demais formas de vida. Não obstante as exceções, a linha dominante é a de que os recursos naturais (tudo que está sobre e no entorno do Planeta Terra) existem para servir aos anseios de homens e mulheres. Uma visão antropocêntrica que atravessa o tempo e que visivelmente não nos tem conduzido a um bom lugar. E muitas das atitudes humanas (talvez a maior parte delas) o são para atender a desejos e prazeres, e não para suprir necessidades existenciais.

A alimentação é um significativo exemplo.

Ora pois, se é prazeroso (e sobretudo cultural) nos alimentarmos de refeições preparadas à base dos mais variados tipos de carne (bovina, suína, aves, peixes etc), é o que fazemos. Não pensamos, em regra, que um ser vivo senciente (que sente dor e tem outros tantos sentimentos) está sendo sacrificado, literalmente despojado de sua vida, para isso. É algo realmente necessário?

A igualdade que tanto buscamos, sobretudo quando o tema é direitos humanos, deve ser estendida aos não humanos. Uma das precursoras das feministas atuais, Mary Wollstonecraft, ao publicar sua obra *Vindication of the Rights*

---

<sup>181</sup> As decisões iniciais, à luz de Joaquín Herrera Flores, são tratadas no Capítulo I, item 1.4.

*of Woman* (Defesa dos direitos das mulheres), há mais de dois séculos (1792), viu suas ideias serem consideradas absurdas. À época, de forma satírica, chegou-se a dizer que se a argumentação a favor da igualdade valia para mulheres, por que não poderia ser aplicada a cães, gatos e cavalos?<sup>182</sup>. A questão, em verdade, é que estender o princípio da igualdade de um grupo para outro não significa que seus integrantes devem ser tratados da mesma maneira ou que a eles devem ser concedidos os mesmos direitos, porquanto “o princípio básico da igualdade não requer tratamento igual ou idêntico, mas sim igual consideração. Igual consideração por seres diferentes pode levar a tratamentos e direitos distintos”<sup>183</sup>.

A 1ª. decisão inicial concreta é: vamos pensar um mundo em que se respeite toda e qualquer forma de vida, refletindo sobre cada um de nossos atos, por mais que isso altere aspectos culturais de nossa existência, especialmente os hábitos alimentares. Assim como não devemos permitir a discriminação entre homens e mulheres (sexismo), entre brancos, negros e índios etc (racismo) também não podemos aceitar as atitudes discriminatórias dos humanos para com os não humanos (especismo), sobretudo quando bilhões de vidas de seres sencientes são eliminadas como se isso fosse algo normal, racional e aceitável. O nosso pensar humano, em realidade, deve ir para além dos humanos.

A 2ª. decisão inicial: “da negatividade dialética à afirmação ontológica e axiológica”. Não se pretende dizer que o modo de vida da maioria dos seres humanos, em relação aos não humanos, deve ser objeto de algum tipo de condenação. Os modos pelos quais as pessoas vivem e interagem decorrem de processos culturais que se desenvolveram ao longo de séculos e é necessário respeitar aqueles que vivem e pensam de outro modo. Homens e mulheres, em todas as partes do mundo, têm pensamentos e convicções diferentes. E é na diferença que podemos afirmar nossos valores, com respeito mútuo e em busca de novos lugares. Em outras palavras, “nosso direito mais fundamental, então, o direito que unifica todos nossos outros direitos, é nosso direito de sermos tratados com respeito”.<sup>184</sup>

---

<sup>182</sup> SINGER, Peter. *Libertação Animal*; tradução Marly Winckler, Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, pp. 03.

<sup>183</sup> Idem, p.5.

<sup>184</sup> REGAN, Tom. *Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais*; tradução Regina Rheda; revisão técnica Sonia Felipe, Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2006, p. 51.

Todavia, devemos respeitar não somente os humanos, mas também os não humanos: os animais e as demais formas de vida.

Temos a potência necessária para mudar posturas, culturas e rumos, sobretudo porque nem sempre as pessoas refletem sobre suas ações. Ao revés, muitas das vezes agem porque assim aprenderam a fazer (com os pais; os pais com os avós etc). Algo diferente, e segundo defendemos, melhor para todos e todas, pode ser construído. As mudanças não ocorrem do dia para a noite e nem precisam ser “*radicais*”, tampouco “*instantâneas*”. Com total respeito à diferença, portanto, não vamos refutar o que predomina para justificar algo novo. Vamos visibilizar o que em regra não se percebe e propor uma visão diferente e possível.

A 2ª. decisão inicial concreta é: vamos afirmar outros valores sempre respeitando o diferente, posto que cada modo de ser ou pensar cumpre ou cumpriu um papel importante, ou ao menos necessário, na história humana e não humana<sup>185</sup>. O antropocentrismo (o homem no centro) superou o teocentrismo (Deus no centro) e deve ser superado pelo biocentrismo (a vida no centro). Atitudes discriminatórias em relação às mulheres (sexismo), aos negros, índios e outras raças (racismo) foram superadas (ou assim tentamos). A discriminação milenar para com os animais não humanos (especismo) também deve seguir esse caminho, num amplo e respeitoso debate apto a demonstrar que nossa capacidade humana de transformar o mundo a partir de novos valores deve ir para além dos direitos humanos.

A 3ª. decisão inicial: “*pensar as lutas pela dignidade humana significa problematizar a realidade*”. A realidade de que se trata deve ser problematizada. Devemos questionar os “*porquês*” dessa ou daquela forma de se comportar no mundo e perante ele. O próprio conceito de dignidade que predomina nos tempos atuais, de cunho individualista, antropocêntrico e conseqüentemente especista, precisa ser objeto de maior reflexão. Com efeito, “*deve-se avançar nas construções*

---

<sup>185</sup> A própria concepção de direitos humanos, como vimos no Capítulo I, alcançou relevância internacional após as duas grandes guerras mundiais. Melhor que não tivessem ocorrido aqueles tristes episódios, com certeza. Mas se as limitações humanas levaram, e ainda levam, a cenários beligerantes extremos, ao menos conseguimos extrair deles aspectos importantes para o futuro. Desse cenário, vale lembrar, além da internacionalização dos direitos humanos, também nasceu a Organização das Nações Unidas – ONU, que, a exemplo daqueles, com todos erros e acertos, constitui fator importante para o desenvolvimento humano.

*morais e jurídicas no sentido de ampliar o espectro da incidência do valor dignidade para outras formas de vida e da vida em si*<sup>186</sup>.

Os mais variados problemas reais e contemporâneos que desafiam a temática dos direitos humanos, tais como a imensa desigualdade no acesso a bens materiais e imateriais que garantam uma vida digna em termos de saúde, educação, moradia, trabalho, lazer etc, não podem, na busca de soluções, ignorar (ou, o que é mais grave, discriminar) os não humanos (animais e demais formas de vida).

Deveras, quando se critica as guerras travadas pelo controle do petróleo e todo impacto ambiental negativo causado pelo seu ciclo produtivo, há de se perguntar: quantos produtos derivados de petróleo usamos?; não estamos contribuindo para o petróleo ser objeto de cobiça?. De igual modo, faz toda diferença se tratamos a água como um *“bem sagrado”* e cujo fornecimento é um dever para preservar a vida ou se a encaramos como uma *“mercadoria e sua posse como direitos corporativos fundamentais”*, uma vez que *“guerras paradigmáticas por causa da água estão ocorrendo em todas as sociedades, a leste e oeste, norte e sul”*<sup>187</sup>.

E é algo que vale para todos os bens e serviços que utilizamos e que, gostemos ou não, produzem efeitos como guerras, miséria, poluição, extinção de espécies da fauna e da flora etc. As nossas opções, como indivíduos e como coletividade, são indissociáveis do modo como nos relacionamos com nós mesmos, com os demais seres humanos, com os não humanos e com a natureza como um todo. E podemos nos relacionar melhor, notadamente no Brasil, o espaço territorial, econômico, social, cultural, político e jurídico no qual vamos nos centrar.

A 3ª. decisão inicial concreta é: vamos trazer à luz alguns aspectos da realidade dos humanos e dos não humanos no Brasil (com ênfase na atuação da instituição Ministério Público) para que possamos entender os problemas e encontrar

---

<sup>186</sup> SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. *Algumas notas sobre a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana e sobre a dignidade da vida em geral*; Em: MOLINARO, Carlos Alberto; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago [org.]. *A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária*. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 191.

<sup>187</sup> SHIVA, Vandana. *Guerras por água: privatização, poluição e lucro*; tradução Georges Kormikiaris. São Paulo: Radical Livros, 2006, p. 01-02.

soluções aptas a fazer convergir os interesses humanos e não humanos rumo a uma forma digna de ser vivida. As lutas pela dignidade, numa dimensão mais ecológica, devem ir para além da dignidade humana.

*A 4ª. decisão inicial: “da utopia às heterotopias”.* O novo pode ser alcançado no esforço de cada dia, no agir, aqui e agora. É necessário escolher métodos, definir objetivos e metas e, principalmente, colocar ações em prática em relação a determinados fatos e em locais concretos. Pode ser a defesa de melhores ações de serviços de saúde, educação e moradia para aqueles que não os têm de forma digna. Pode ser a implementação de modelos que superem atitudes discriminatórias como o sexismo, o racismo, o especismo. Pode ser, enfim, qualquer situação afeta à efetivação de direitos humanos, que é do que estamos tratando. Independentemente do tamanho do desafio, algo há de ser concretizado, cada qual em sua esfera de atuação e no uso da potência humana de que concretamente dispõe. É um desempenhar, portanto, ao alcance de cada um. Todo ser humano pode liderar uma causa ou com ela contribuir para que, caminhando dentro da história e a transformando, cheguemos a um outro lugar (heterotopia).

A caminhada para esse outro lugar, capaz de permitir a necessária ligação ou religação entre humanos e não humanos e o próprio Planeta Terra, há de ser percorrida no âmbito de uma cultura de paz e à procura, o tanto quanto possível, de soluções acordadas e pactuadas, pois nesse trilhar pacífico e conciliatório é possível *“encontrar o melhor lado da natureza humana”*<sup>188</sup>. E, por cento, diante do que há de melhor em nós, seres humanos, é que poderemos firmar morada num outro lugar.

*A 4ª. decisão inicial concreta é:* vamos apresentar possibilidades de atuação prática (no âmbito do Ministério Público no Brasil e em convergência com atores sociais) para que humanos e não humanos possam compartilhar dos recursos naturais de modo mais harmonioso e mediante atitudes de paz. O “não lugar” (utopia), como um lugar que não existe, é substituído por um “outro” lugar (heterotopia), que existe e está a nossa espera desde sempre. Um lugar além, além

---

<sup>188</sup> GANDHI, Mohandas K. *Autobiografia – minha vida e minhas experiências com a verdade*; tradução de: Humberto Mariotti et al. São Paulo: Palas Athena, 2007, p. 128.

de nós mesmos, seres humanos. Um lugar, há muito, diante dos nossos olhos: o Planeta Terra, um organismo vivo em que toda forma de vida tem seu valor intrínseco (Teoria de Gaia e Ecologia Profunda), um lugar para além dos humanos.

*A 5ª. decisão inicial: “a indignação diante do intolerável deve nos induzir ao encontro positivo e afirmativo de vontades críticas”.* As vontades críticas não de ser positivas e afirmativas, isto é, propensas a construir, compor, realizar. Os interesses opostos, comuns em qualquer grupo social, não devem ser objeto de discórdia, de descontentamento ou de conflitos acirrados. Os que pensam de outro modo não são inimigos, são diferentes. Uma das mais marcantes lições nas aulas de Joaquín Herrera Flores foi, reprise-se, a assertiva no sentido de que *“devemos ter paixões alegres”*, ou seja, os nossos posicionamentos, por mais adequados que nos pareçam, devem ser defendidos com espírito de quem está disposto a dialogar.

O diálogo, num caminho pela paz, é fundamental. É provavelmente o maior desafio de cada um de nós: nos tornarmos pacíficos, sem ser passivos, diante de tantas injustiças e frente a tantas situações de conflito. Se não conseguimos nos acalmar com as adversidades no lar, no trabalho, no trânsito ou simplesmente nos confrontando com as notícias via jornal, rádio, televisão ou redes sociais, como podemos esperar que as nações vivam em paz e harmonia?

A prática do bem querer deve contemplar o agir, o falar e mesmo o pensar. É sim algo possível e realizável, mas depende de esforço e persistência. Se me desentendo com o meu vizinho por causa do barulho alto da música, qual a razão de imaginar que nações (poder político e econômico, público e privado) deixariam de entrar em conflito, inclusive armado, para controlar bens e serviços considerados relevantes por homens e mulheres? Nessa linha, o que se pode universalizar em termos de direitos humanos é, no âmbito de contextos sociais, econômicos e culturais concretos, o *“marco que permita a todos ir creando las condiciones que hagan factibles sus particulares concepciones de la dignidad”*<sup>189</sup>. E isso se deve buscar de modo afirmativo, positivo e pela via do diálogo.

---

<sup>189</sup> FLORES, Joaquín Herrera. *16 premissas de uma teoria crítica del derecho*. Em: PRONER, Carol; CORREAS, Oscar (Coord.). *Teoria crítica dos direitos humanos: in memoriam Joaquín Herrera Flores*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 14.

A 5ª. decisão inicial concreta é: vamos defender uma atuação pela efetividade dos direitos humanos centrada no encontro de ideias, mediante diálogo respeitoso; uma postura sempre aberta a novas ponderações e contribuições. O que se mostra universalizável é, ao menos por enquanto, a abertura que permita a todos e todas desenvolver a seu modo e a seu tempo a própria potência humana capaz de transformar a realidade. Esse impulsionar de potência, porém, há de ser estendido aos não humanos que, também conforme suas próprias características, devem poder se desenvolver. Uma potência para além da potência humana.

A 6ª. decisão inicial: “*nem tudo vale o mesmo*”. Os incontáveis modos de ser, pensar e viver no cotidiano contemporâneo fazem surgir a conclusão de que não se pode pretender enumerar direitos humanos de caráter universal. Isso porque “*nem tudo vale o mesmo*”, ou seja, há visões de mundo muito distintas. A universalização possível, como exposto, e quando muito, é aquela que permita o pleno desenvolvimento da potência humana (e não humana) dentro de cenários concretos e distintos (sociais, econômicos, políticos, culturais, jurídicos etc).

As doutrinas e lições de um país ou cultura podem, sim, ser muito úteis às demais nações ou povos. Todavia, não se deve simplesmente aplicar algo elaborado num local em outro. Um medicamento que funciona em um indivíduo pode não servir para outro (organismos distintos). Um projeto arquitetônico concretizado num local seco pode não ser apropriado para uma região chuvosa (climas distintos). Igualmente, uma legislação ou teoria jurídica debatida e/ou aplicada num lugar pode não ser útil em outro (culturas distintas) e isso até dentro de um mesmo país. A superação do monismo rumo ao pluralismo jurídico, especialmente em sua concepção comunitária-participativa, há de impulsionar de modo mais justo e igualitário esse desenvolvimento da potência humana, por encontrar “*a força de sua legitimidade nas práticas sociais de novas subjetividades individuais e coletivas*”<sup>190</sup>.

---

<sup>190</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito*. -4. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015, p. 399.

A 6ª. *decisão inicial concreta* é: vamos enfatizar a importância de serem ouvidas as populações do local para a implementação de qualquer medida, programa, projeto etc<sup>191</sup>, seja público ou privado. Mais que ouvidas, devem ter a possibilidade de deliberar, isto é, poder de decisão sobre aquilo que pode impactar suas vidas. Esses novos espaços podem, num primeiro momento, se constituir dentro do próprio monismo jurídico. Todavia, há de se avançar para uma mudança de paradigma, mostrando-se o pluralismo jurídico comunitário-participativo uma alternativa viável. Uma nova cultura jurídica que dentre os novos sujeitos históricos considere também os não humanos. Uma cultura jurídica para além dos humanos.

As *decisões iniciais concretas*, importante enfatizar, assumem sua concretude ao decorrer de todo esse trabalho teórico-prático. Para tanto, igualmente, vem sendo e serão utilizados alguns elementos do *diamante ético*.

## 2.1.2 O DIAMANTE ÉTICO EM AÇÃO

A figura do diamante ético, verdadeira pedagogia para ações concretas rumo à implementação da Teoria Crítica dos Direitos Humanos no mundo real<sup>192</sup>, também deve ser posta à prova e, mais que tudo, aplicada efetivamente.

---

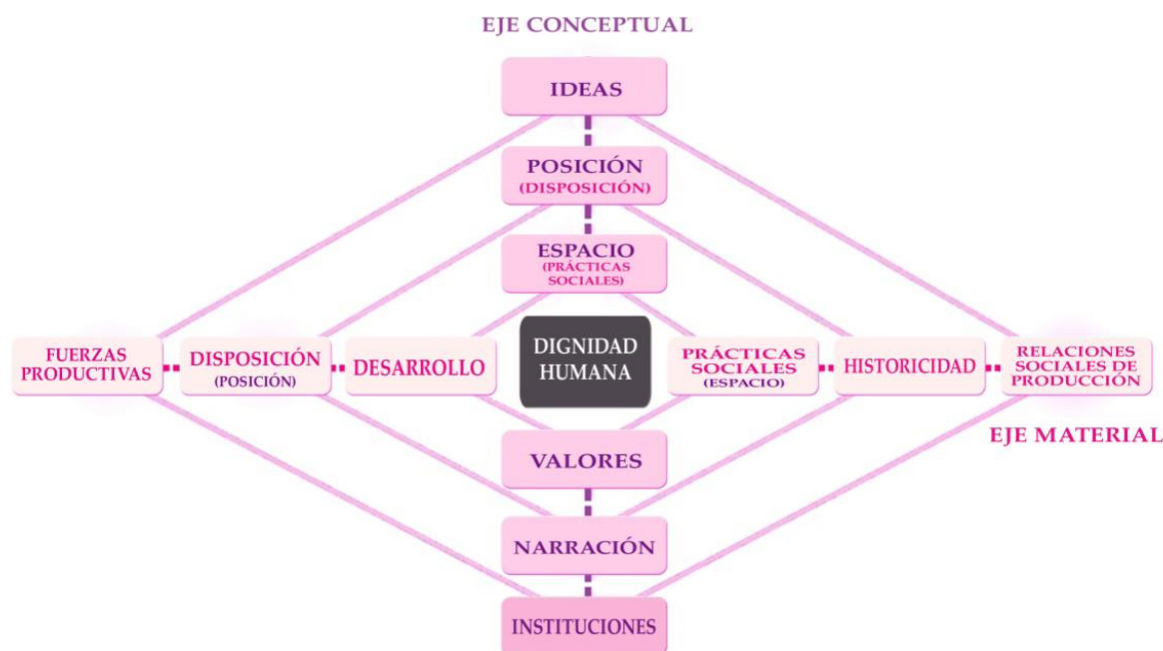
<sup>191</sup> Os planos, programas e projetos representam os instrumentos, cada qual com suas características próprias, pelos quais o Poder Público realiza, concretamente e com respaldo orçamentário, as ações que objetivam implementar suas políticas públicas. As políticas públicas, a sua vez, “*são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade*”, sendo imperioso ter presente que elas, as políticas públicas, “*influenciam e são influenciadas por valores e ideais que orientam a relação entre Estado e sociedade. Grupos organizados se revezam como condicionantes dessas variáveis participando direta e indiretamente do processo decisório que as sustenta. Por isso, não se costuma definir de antemão quais seriam as finalidades precípuas das políticas públicas senão de uma forma mais genérica como, por exemplo, o atendimento do interesse da coletividade. É certo, apesar disso, que uma política pública se integra ao conjunto de esforços governamentais, coordenados em prol do atendimento de demandas especificamente selecionadas*”. No Brasil, importante registrar, nesse planejamento realizador de políticas públicas têm relevância o Plano Plurianual – PPA (com vigência para quatro anos e onde são estabelecidas as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública), a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (anual e com o objetivo primordial de garantir maior transparência à elaboração do orçamento, bem como servir de elo de ligação entre um plano de médio prazo, o PPA, e o instrumento que viabiliza a execução das ações concretas, a Lei Orçamentária Anual – LOA), e a Lei Orçamentária Anual – LOA (elaborada todo ano, estimando receitas, fixando despesas e viabilizando, na prática, os planos governamentais, com a fixação dos recursos e a criação das condições necessárias e legais para a realização das despesas orçamentárias “*por meio dos programas de governos vinculados às ações, sejam atividades, projetos*” etc.). AGUILAR, Adélia Martins de. Plano, Programa, Projetos; e AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. Políticas Públicas. Em: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha (Org.). *Dicionário de Políticas Públicas*. Barbacena-MG: EduEMG, 2012, pp. 382-383 e 390-391.

<sup>192</sup> É válido o leitor rever o item “pedagogia e ação concreta: o diamante ético”, no Capítulo I, item 1.4.2



Assim sendo, é importante que sejam apresentadas as opções, do *Eixo Conceitual* e do *Eixo Material*, do diamante ético, escolhidas como base para o desenvolvimento desses escritos teórico-práticos.

De início, cabe rememorar a figura, embora plana, do diamante ético<sup>193</sup>, para melhor familiarização com essa representação gráfica:



A busca pela dignidade humana (numa dimensão mais ecológica e, portanto, para além da própria dignidade dos humanos), no âmbito da Teoria Crítica dos Direitos Humanos e no bojo desse trabalho teórico-prático, utiliza do *Eixo Conceitual* os elementos *teorias*, *valores* e *instituições*, ao passo que, do *Eixo Material*, trata das *disposições*, da *historicidade* e das *práticas sociais*. De modo mais específico, temos:

### *EIXO CONCEITUAL (APLICAÇÃO CONCRETA)*

Os ensinamentos e as filosofias de *satiagraha* e *ahimsa*, bem como a visão *biocêntrica* (Gaia e Ecologia Profunda) a respeito da Natureza, são as *teorias*.

<sup>193</sup> A imagem foi extraída de: GARCIA, Carlos Roberto Diogo. Saúde e Ministério Público: em busca de uma prática impura dos direitos humanos. 2008. 218 folhas. Tesina (Doutorado em "Derechos Humanos y Desarrollo"). Universidade Pablo de Olavide, Sevilha, 2008, p. 20. É consta, também, da obra: HERRERA FLORES, Joaquín. A reinvenção dos direitos humanos; tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, p. 122.

*O compromisso de respeito à vida em todas as suas formas e o diálogo como forma de resolução de conflitos são os valores.*

O Ministério Público, em especial o Ministério Público Federal (instituição permanente e essencial à justiça brasileira) corresponde a *instituições*.

### *EIXO MATERIAL (APLICAÇÃO CONCRETA)*

A consciência de onde se está e de como se deve agir (ação individual, coletiva e como integrantes do Ministério Público), equivale a *disposições*.

A realidade e o contexto (ao menos alguns aspectos e variáveis) em relação ao lugar de que se trata, o Brasil, é a *historicidade*.

A *disposição* da *instituição* (o atuar do Ministério Público), reconhecendo e impulsionando os coletivos potencializa as *práticas sociais*.

São escolhas de elementos do diamante ético que almejam, de maneira interconectada, *visibilizar, desestabilizar e transformar* o entorno real que nos cerca, no qual vivemos e em relação ao qual podemos agir, interferir e construir algo novo, positivo, coletivo e com respeito às diferenças de culturas, crenças e modo de ser e viver. Um caminhar que possibilite o convívio harmônico e pacífico dos humanos entre si, com os não humanos e com a natureza.

É, pois, com esse propósito, que são escritas essas palavras, linhas e páginas, sendo válido transcrever mais uma das lições de Joaquín Herrera Flores no sentido de que “(...) *no habrá posibilidad de realizar este objetivo si no ponemos en práctica nuestra voluntad de encuentro y nuestro esfuerzo para erigir zonas de contacto desde las que procurar la construcción continua y cotidiana de reconocimientos, reciprocidades, respetos y redistribuciones mutuos*”<sup>194</sup>.

---

<sup>194</sup> FLORES, Joaquín Herrera. *El Proceso Cultural*. Sevilla: Aconcagua Libros, 2005, p. 281.

## 2.2 UMA PAUSA NECESSÁRIA: OS HUMANOS NO MUNDO E NO COSMOS

Uma pausa é necessária. Nós, homens e mulheres, estamos sempre a tratar, em regra, dos anseios e das aspirações humanas. A incessante busca pela satisfação das “necessidades humanas fundamentais”, pelo reconhecimento das “reivindicações de vida”, ou em outras palavras, pela concretização de “*direitos humanos*” para todos e todas, implica questionar o seguinte: faz realmente sentido insistir em nos comportarmos conforme a visão antropocêntrica de que os seres humanos ocupam a posição central e mais importante “*no mundo*” ou no “*cosmos*”?

O que a passageira existência de cada um de nós, humanos, significa para “*o mundo*”? E para o “*cosmos*”? Qual será, afinal, a dimensão que temos?

As observações do professor Stephen Hawking são de relevância singular. A obra intitulada “*o universo numa casca de noz*” aborda uma série de questões emblemáticas e um tanto complexas sobre o cosmos, tais como “*Teoria-M*”, “*mecânica quântica*”, “*relatividade geral*”, “*membranas com 10 dimensões*”, “*supercordas*”, “*buracos negros*”, “*supergravidade com 11 dimensões*” e “*P-branas*”. Nada muito fácil de compreender e assimilar, simplesmente pelo fato de o universo ser algo imenso, misterioso e desafiador para a inteligência humana.

Um trecho das considerações do físico-teórico merece transcrição:

(...) A coisa mais óbvia a respeito do espaço é que ele continua e continua e continua. Isso foi confirmado por modernos instrumentos, como o telescópio Hubble, que nos permitem penetrar profundamente no espaço. O que vemos são bilhões e bilhões de galáxias com várias formas e tamanhos. Cada galáxia contém incontáveis bilhões de estrelas, muitas das quais com planetas ao seu redor. Vivemos em um planeta orbitando uma estrela em um braço externo da galáxia espiral Via Láctea. A poeira nos braços espirais bloqueia nossa visão no plano da galáxia, mas temos linhas de visada desimpedidas, dentro de amplos cones de direções de cada lado do plano, o que permite que mapeemos as posições das galáxias distantes. Verificamos que a distribuição das galáxias é aproximadamente uniforme no espaço, com algumas concentrações locais e vazios. A densidade das galáxias parece cair a distâncias muito grandes, mas isso parece ocorrer porque elas estão tão

distantes e fracas que não conseguimos discerni-las. Até onde podemos saber, o universo continua no espaço indefinidamente<sup>195</sup>.

A par da conclusão de que o universo (imenso, senão infinito) está se expandindo, é bom ter presente que o Planeta Terra, nossa morada, está ao redor de uma estrela, o Sol. O Sol é uma em bilhões de estrelas da nossa galáxia, a Via Láctea. E a Via Láctea é uma galáxia em bilhões e bilhões, de várias formas e tamanhos, que existem no Universo. Ou seja, somos (os humanos) uma parcela da vida que existe num planeta que gira ao redor de uma estrela (dentre bilhões) situada em uma galáxia (dentre bilhões e bilhões) que faz parte do cosmos.

Em suma, será que os humanos têm a significância toda que muitos imaginam? Não estaria faltando um pouco de humildade à humanidade? É claro que, não obstante nossa pequenez diante do universo, somos importantes. Afinal, é de nossas vidas que estamos tratando. A vida, nosso bem mais precioso.

O ponto a refletir é: os seres humanos, com o grau de inteligência que possuem (elevado comparado aos demais seres vivos, mas ínfimo em relação à imensidão do cosmos, que sequer compreendemos) devem agir como “*senhores*” (mandando e desmandando) ou como “*donos*” do Planeta Terra?

A propósito, se a humanidade é uma parte imensamente pequena do universo (relação com o espaço), não é diferente a posição da vida de cada ser humano na história (relação com o tempo). De fato, imaginemos uma expectativa de vida de 100 (cem) anos, superestimada, portanto, já que poucas pessoas atualmente vivem um século. A questão é que uma improvável vida de 100 anos, embora seja algo de extremo valor (e deve mesmo ser) para o indivíduo, talvez não assuma grande significado no fator temporal da própria espécie humana.

A origem humana data de milhões de anos. A assertiva do professor Geoffrey Blainey no livro “*uma breve história do mundo*” é reveladora:

(...) Falamos hoje do grande espaço de tempo que se passou desde a construção das pirâmides do Egito, mas esse período representa um simples piscar de olhos se comparado à longa história que a raça

---

<sup>195</sup> HAWKING, Stephen. *O universo numa casca de noz*; tradução de: Mônica Gagliotti Fortunato Friaça; consultoria de: Amâncio César Santos Friaça. São Paulo: Ediouro, 2009, p. 69-71.

humana já viveu. Na Tanzânia, descobriu-se um registro primitivo pelo qual se conclui que dois adultos e uma criança caminhavam sobre cinza vulcânica amolecida por uma chuva recente. A seguir, suas pegadas foram cozidas pelo sol e, aos poucos, foram cobertas por camadas de terras; as pegadas, definitivamente humanas, têm pelo menos 3,6 milhões de anos. Até mesmo isso é considerado um fato recente na história do mundo contemporâneo: os últimos dinossauros foram extintos há cerca de 64 milhões de anos<sup>196</sup>.

É evidente que, apesar de nossa existência significar algo muitíssimo pequeno em termos de tempo e de espaço, no imensurável e indefinível cosmos, ela (a vida humana) tem sim, muito valor, especialmente para nós, humanos. O que se pretende é chamar a atenção para a necessidade de cuidarmos bem de tudo mais que existe no Planeta Terra assim como cuidamos de nossas próprias vidas.

Ou, nas palavras do filósofo Leonardo Boff, devemos “*nos sentir Terra*”:

(...) Por fim, sentir-se Terra é perceber-se dentro de uma complexa comunidade com seus outros filhos e filhas. A Terra não gera apenas a nós seres humanos. Produz a miríade de microorganismos que compõem 90% de toda a rede vida, produz os insetos que constituem a biomassa mais importante da biodiversidade. Produz as águas, a capa verde com a infinita diversidade de plantas, flores e frutos. Produz a diversidade incontável de animais, nossos companheiros dentro da unidade sagrada da vida, porque em todos estão presentes 20 aminoácidos que entram na composição da vida. Para todos produz as condições de subsistência, de evolução e de alimentação, no solo, no subsolo, nas águas e no ar. Sentir-se Terra é mergulhar na comunidade terrenal, no mundo dos irmãos e das irmãs, todos filhos e filhas da grande e generosa Mãe, a Terra<sup>197</sup>.

É necessário que cada um de nós (individual, coletiva e institucionalmente) possa refletir de modo a compreender a importância da valorização e respeito a todas as formas de vida, assim como valorizamos e respeitamos (ou tentamos) a vida humana. Precisamos encontrar um novo lugar (heterotopia) onde humanos e não humanos possam desenvolver, cada qual a seu modo, sua potência, convivendo, todos e todas, de forma harmônica e com respeito mútuo.

---

<sup>196</sup> BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do mundo*; tradução: versão brasileira da editora. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2008, p. 8.

<sup>197</sup> BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008, p. 77.

Se sabemos onde queremos chegar (um lugar de paz), precisamos descobrir o caminho a percorrer: “não existe caminho para a paz, a paz é o caminho”<sup>198</sup>.

### 2.3 A PAZ É O CAMINHO: SOMOS PACÍFICOS POR NATUREZA

Os discursos, manifestações e anseios em busca da paz é algo que de uma forma ou outra faz parte das culturas dos povos de todos os continentes. Viver em harmonia, com entendimento e compreensão mútua, interessa, em geral, às pessoas (homens e mulheres) de todas as gerações, vivam elas nas grandes metrópoles, nas cidades interioranas, no campo ou em aldeias, seja onde for.

A paz é um intento que se faz presente entre nós, seres humanos, há milênios. Sob as mais diversas nuances e com características próprias, o interesse em viver de forma pacífica está registrado no pensamento chinês clássico, englobando o confucionismo, o monismo, o legismo, o daoísmo e o budismo. E assim, também, nos hieróglifos egípcios, entre os gregos antigos, no judaísmo, no mediterrâneo, entre os árabes islâmicos, com os cristãos, os romanos etc<sup>199</sup>. Todavia, é após as duas grandes guerras e o potencial holocausto nuclear que “*se comienza a construir una teoría de la paz mucho más profunda, coherente y compleja*”, de modo que o tema passa a integrar “*foros científicos y de investigación (Universidades, Institutos, centros y comunidade científica en general)*”<sup>200</sup>.

É de se notar, pois, que a relevância internacional assumida pelos direitos humanos coincide com a inserção dos estudos de paz no cenário global, uma vez que se firmam após os horrores da última grande guerra mundial. Com efeito, “*con los derechos humanos, la historia de la paz se refuerza, se reafirma y se acrecienta en los valores de la dignidad, la justicia y la libertad de todos los miembros de la*

---

<sup>198</sup> O 19º Fórum do Comitê da Cultura de Paz, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2002, foi denominado de Fórum ““Não existe caminho para a paz, a paz é o caminho” – Mahatma Gandhi”. Informações em <http://comitepaz.org.br/index.php/19o-forum-nao-existe-caminho-para-a-paz-a-paz-e-o-caminho-mahatma-gandhi/>, acesso em 29/07/2016.

<sup>199</sup> MUÑOZ, Francisco A; MARTÍNEZ, Mario López. *Historia de la paz: tiempos, espacios y actores*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2000.

<sup>200</sup> Op. Cit., p. 18-19..

*familia humana*<sup>201</sup>. Nesse período, o ano de 1948 é marcante para a história da humanidade, dos direitos humanos e da paz, porquanto ele começa com o assassinato do maior pacifista de nossos tempos, Mahatma Gandhi, em janeiro, e termina com a Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH, em dezembro.

A paz é atualmente objeto de estudos diuturnos. A própria Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) estabeleceu o Ano Internacional da Cultura de Paz (2000) e a Década Internacional para a Cultura da Paz e Não Violência para com as Crianças do Mundo (2001-2010), sendo que *“mais de 75 milhões de indivíduos e milhares de organizações locais, nacionais e internacionais, representando mais de 160 países, já fazem parte do movimento pela cultura de paz”*<sup>202</sup>. O Manifesto 2000, da UNESCO, para uma cultura de paz e não violência, pede que cada um de nós se comprometa na vida cotidiana, na família, no trabalho, na comunidade, em seu país e em sua região a<sup>203</sup>:

1 *“Respetar todas las vidas.”* Respetar la vida y la dignidad de cada persona, sin discriminación ni prejuicios;

2 *“Rechazar la violencia.”* Practicar la no violencia activa, rechazando la violencia en todas sus formas: física, sexual, psicológica, económica y social, en particular hacia los más débiles y vulnerables, como los niños y los adolescentes;

3 *“Liberar mi generosidad.”* Compartir mi tiempo y mis recursos materiales, cultivando la generosidad a fin de terminar con la exclusión, la injusticia y la opresión política y económica;

4 *“Escuchar para comprenderse.”* Defender la libertad de expresión y la diversidad cultural, privilegiando siempre la escucha y el diálogo, sin ceder al fanatismo, ni a la maledicencia y el rechazo del prójimo;

5 *“Preservar el planeta.”* Promover un consumo responsable y un modo de desarrollo que tenga en cuenta la importancia de todas las formas de vida y el equilibrio de los recursos naturales del planeta;

6 *“Reinventar la solidaridad.”* Contribuir al desarrollo de mi comunidad, propiciando la plena participación de las mujeres y el

---

<sup>201</sup> Op. Cit., p. 424-425.

<sup>202</sup> Informações disponíveis na página oficial da Unesco no Brasil, <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/prizes-and-celebrations/international-decade-for-a-culture-of-peace-and-non-violence-for-the-children-of-the-world/#c154291>, acesso em 20/05/2016.

<sup>203</sup> O Manifesto 2000, da UNESCO, está disponível em vários idiomas. Versão em espanhol pode ser conferida em [http://www3.unesco.org/iycp/uk/uk\\_sum\\_decade.htm](http://www3.unesco.org/iycp/uk/uk_sum_decade.htm), acesso em 20/05/2016.

respeto de los principios democráticos, con el fin de crear juntos nuevas formas de solidaridad.

A milenar e incessante busca pela paz tem raízes na própria natureza humana. Um indiano singular disse certa vez que “*as pessoas não são violentas por natureza, mas sim pacíficas*”<sup>204</sup>. As palavras são de Mohandas Karamchand Gandhi, ou simplesmente Mahatma Gandhi. Em verdade, “*mahatma*” significa “*a grande alma*”. E não é por acaso que a imagem dele aparece na página oficial da UNESCO no Brasil quando o tema é cultura de paz<sup>205</sup>. Sem dúvida, Gandhi foi uma grande e iluminada alma que passou pelo Planeta Terra. Uma grande alma defendendo a ideia de que nós, os humanos, somos pacíficos por natureza.

É importante assinalar que a paz admite, ou deve admitir, concepções as mais variadas no âmbito deste nosso mundo terreno repleto de culturas plurais e diferenciadas, notadamente em sua correlação com os direitos humanos (um produto cultural nitidamente ocidental, como vimos). A lição de José Manuel Pureza<sup>206</sup>, nesse contexto, com referência ao exposto por Panikkar, é esclarecedora:

(...) habrá que pensar con modestia en la articulación entre derechos humanos y cultura de paz. El combate contra una globalización uniformadora se hace en nombre del valor estratégico del mantenimiento y fomento de la diversidad. En ese combate, *habrá que denunciar el riesgo de ambigüedad presente en la afirmación de que la cultura de paz tiene en el respeto por los derechos humanos su pilar fundamental*. Doble ambigüedad, además: por una parte, porque *no hay una cultura de paz sino culturas de paz en el plural*; por otra parte, *porque en ese diálogo intercultural los derechos humanos no son un principio externo y absoluto sino un argumento entre otros*. Panikkar (PANIKKAR, R.: “Is the notion of human rights a western concept?”, Diogenes, Vol. 120, 1982, p. 78.) describe magníficamente esta condición débil con la siguiente metáfora: “*los derechos humanos son una ventana a través de la cual una cierta cultura visualiza un orden humano justo para sus individuos. Pero los que viven en esa cultura no ven la ventana. Para ello necesitan del auxilio de otra cultura que ve a través de otra ventana. Yo creo que el paisaje humano que se*

<sup>204</sup> GANDHI, Mohandas K. *Autobiografía – minha vida e minhas experiências com a verdade*; tradução de: Humberto Mariotti et al. São Paulo: Palas Athena, 2007, p. 398.

<sup>205</sup> A imagem está em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/social-and-human-sciences/culture-of-peace/>, acesso em 20/05/2016.

<sup>206</sup> PUREZA, José Manuel. *Derechos Humanos y Cultura de Paz: “Dangerous Liaisons ?”*. Em: Isa, Felipe Gómez (org.). *La protección internacional de los derechos humanos en los albores del siglo XXI*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2003, pp. 834-835.



*ve a través de una de las ventanas es, simultáneamente, semejante y diferente del que se ve a través de la otra. Siendo así, ¿debemos hacer astillas las ventanas y convertir las diversas portadas en una única abertura -con el consiguiente riesgo de colapso de la estructura- o debemos mejor ampliar tanto cuanto sea posible las vistas y, sobre todo, concienciar a las personas de que hay -y tiene que haber- una pluralidad de ventanas?” (Grifou-se).*

O caminho de paz, no âmago da efetivação dos direitos humanos, e nessa pluralidade de *ventanas* (janelas) escolhido como norte para esse trabalho teórico-prático, é aquele defendido (e praticado) por Mahatma Gandhi: o advogado, jornalista e idealista Mohandas Karamchand Gandhi. A Grande Alma que, com a *força da verdade* e a *não violência*, libertou-se de si mesma, libertou milhões de pessoas do império colonizador e protagonizou talvez o maior exemplo de simplicidade, de amor e de pacifismo da história recente. Um exímio e singular defensor dos direitos humanos e não humanos e do convívio pacífico comum.

Deveras, Mahatma Gandhi foi o idealizador que pôs em prática um modo de ser e agir no mundo capaz, como pretende a Teoria Crítica dos Direitos Humanos, de Joaquín Herrera Flores, de garantir a interação do ser humano consigo próprio, com os demais e com a natureza e que, como almeja o Pluralismo Jurídico (comunitário-participativo), de Antonio Carlos Wolkmer, isso se dê em espaços públicos abertos e compartilhados com a participação direta dos excluídos, dos que estão abaixo e daqueles situados mais abaixo ainda.

A trajetória do Mahatma Gandhi é singular e contemporânea, ao ponto de Albert Einstein ter dito que *“as próximas gerações dificilmente acreditarão que alguém como ele de fato andou, em carne e osso, por este planeta”*<sup>207</sup>. Com efeito, a vida da Grande Alma é tão impressionante que daqui a mil ou dois mil anos provavelmente dúvidas serão lançadas a seu respeito. Hoje, porém, é bastante concreto falar e refletir sobre a caminhada de Gandhi. Afinal, estamos tratando de período recente: a Grande Alma nasceu em Porbandar, na Índia, em 1869, e faleceu em 30 de janeiro de 1948, na capital indiana. A história de Gandhi, portanto, é de

---

<sup>207</sup> AXELROD, Alan. Gandhi, CEO: 14 princípios essenciais para guiar e inspirar grandes líderes; tradução Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. vii.

tanta contemporaneidade quanto a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos e a elevação da paz como tema de investigação científica.

O filósofo e educador Huberto Rohden, em seu livro intitulado *“Mahatma Gandhi”*, salienta o quanto esse obstinado indiano era intensamente ativo (idealizador e realizador de várias atividades) e, ao mesmo tempo, pacífico. Um homem que em sua constante luta contra as injustiças substituiu a *“arma pela alma”*. Alguém que não acumulou dinheiro para si, viveu em extrema pobreza e simplicidade, alimentando-se *“de poucas frutas e do leite cru duma cabra, que nem era dele”*, embora em suas mãos passassem, anualmente, muitos milhões em moeda corrente (devido às entidades beneficentes com as quais atuava)<sup>208</sup>.

O autor, analisando o modo de ser de Gandhi, expressa que no mundo sempre existiram “homens místicos” (aqueles que se isolam dos demais e encontram uma vida de harmonia e perfeição de modo silencioso, com sua fé em algo supremo) e “homens dinâmicos” (os que muito realizam em termos de política, relações internacionais e ações práticas, mas o fazem dissociados de qualquer espiritualidade). Os *“místicos”* para não terem contato com as *“impurezas”* da vida cotidiana, dela se afastam. Os *“dinâmicos”*, ao contrário, optam em intervir na realidade, deixam-se *“contaminar”* com as *“impurezas”* e, em sendo o caso, justificam eventuais medidas, ajustes e conchavos (de moralidade duvidosa) com assertivas como *“somos práticos: o mundo e a política funcionam assim”*.

A par dos *“homens místicos”* e dos *“homens dinâmicos”* há, prossegue Huberto Rohden, os *“homens cósmicos”*, aqueles que *“conseguem viver puros no meio dos impuros”*. O *“homem cósmico”* é aquele que sabe compatibilizar o *“místico”* (interior) com o *“dinâmico”* (exterior), *realizando “a grande síntese do espírito e da matéria”*. E, com isso, *“o materialista não tem mais justificativa para sua falta de espiritualidade – e o espiritualista não tem mais o direito de desertar do mundo material”*, pois *“foi realizada a grande síntese, e o que foi possível uma vez na Índia é possível sempre por toda a parte”*. Ademais, vale selar, o *“Mahatma não é da Índia, nem do Oriente – ele é do mundo e da humanidade”*<sup>209</sup>.

---

<sup>208</sup> ROHDEN, Huberto. *Mahatma Gandhi*. São Paulo: Alvorada, 1977, p. 17-25.

<sup>209</sup> Op. Cit., p. 22-23.

A propósito, quando um dia alguém fez a sugestão ao Mahatma Gandhi de que ele deveria abandonar o mundo impuro da política para viver numa caverna como um *“homem místico”*, a resposta da Grande Alma foi: *“eu trago essa caverna dentro de mim”*<sup>210</sup>. De outro lado, em sua jornada incessante em nome da verdade, Gandhi não se contaminava com as impurezas do mundo.

O Mahtama Gandhi era mesmo um *“homem cósmico”*, o que explica o sentimento predominante quando ele deixou a morada terrena:

(...) quando percorreu o mundo aquela notícia de que um homem paupérrimo (materialmente) e riquíssimo (espiritualmente) havia deixado o plano dos mortais, a humanidade suspendeu, por uns momentos, a respiração e meditou em silêncio... E muitos compreenderam que semelhante pobreza externa só podia ser construída sobre uma grande riqueza interna...

*E muitos se tornaram melhores – porque um homem intimamente bom havia passado pela terra dos mortais... Em última análise, existe um único meio de tornar bons os outros – é ser bom. Quem é realmente bom faz bem a todos, porque o seu ser-bom facilita aos outros serem bons também, mesmo que esses ‘outros’ lhe sejam totalmente desconhecidos, e mesmo que habitassem as mais longínquas praias da mais distante das galáxias do universo. Ser-bom atua a qualquer distância, indiferente a tempo e espaço.*

Neste sentido escreveu Gandhi: *‘Se um único homem atingir a plenitude do amor, neutraliza o ódio de milhões’* (Grifou-se)<sup>211</sup>.

O respeito que a Grande Alma demonstrava aos mais pequenos detalhes do dia-a-dia é digno de nota. Na obra literária nomeada *“Esta noite a liberdade”*, os autores Dominique Lapierre e Larry Collins retratam que Mahatma Gandhi se levantava às duas horas da manhã para fazer suas orações; depois, agachado sobre o piso de chão batido respondia aos seus correspondentes – usando um lápis. *“Gastava os lápis até já não os poder segurar com os dedos, porque representavam aos seus olhos o fruto do trabalho de um dos seus irmãos e desperdiçá-los seria dar prova de indiferença por esse trabalho”* (Grifou-se)<sup>212</sup>.

---

<sup>210</sup> Op. Cit., p. 24.

<sup>211</sup> Op. Cit., p. 39.

<sup>212</sup> LAPIERRE, Dominique; COLLINS, Larry. *Esta noite a liberdade*; tradução de: Ricardo Alberty e Maria Arminda Farias; texto revisado por Fernando N. Rodrigues. São Paulo-Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 63.

O episódio do relógio furtado também revela a pureza sincera do modo de ser e agir do Mahatma. Certo dia Gandhi estava um tanto triste, pois apesar de ter renunciado, há muito, aos bens materiais, alguém lhe furtou o relógio numa viagem de trem pelas ferrovias indianas. Lágrimas desciam dos olhos da Grande Alma, pois não era o relógio que lhe tinham furtado, *“mas um pouco da fé nos seus irmãos”*. Passados seis meses do fato, um desconhecido procurou Gandhi e pediu para falar com ele. A pessoa não quis se identificar, dizendo apenas que queria pedir perdão, pois havia furtado o relógio da Grande Alma. *“Perdoar-lhe?”, exclamou o secretário do Mahatma. ‘Ele vai abraçá-lo’. Levou o homem para junto de Gandhi. Saltando de alegria como uma criança, ele o abraçou e chamou todos os presentes para lhes mostrar o relógio e apresentar o filho pródigo que viera devolvê-lo”* (Grifou-se)<sup>213</sup>.

A seu tempo, Leonardo Boff definiu Mahatma Gandhi como *“uma figura que impressionou todo o século XX”*, sobretudo por entender a política como *“um gesto amoroso para com o povo”*. O cuidado, da Grande Alma, para com todas as formas de vida, era algo marcante, sendo que, *“como um mandamento pregava: ‘amarás a mais insignificante das criaturas como a ti mesmo’”*.

O filósofo e teólogo brasileiro ressalta a postura de Gandhi:

(...) Procurava viver em harmonia com todos os seres vivos. Por isso renunciava às carnes, ao leite de vaca, extraído com violência. Tomava somente o leite de cabra que ele mesmo ordenhava. Por sua fragilidade e jejum queria prestar reverência à vida, como se quisesse dizer a todas as coisas: ‘podem ficar tranquilas; não as farei sofrer desnecessariamente; só tomarei para mim o mínimo necessário para que o meu corpo viva bem’.

(...) Efetivamente, *Mahatma Gandhi deixou à humanidade este legado perene: é possível unir santidade pessoal a um empenho político libertador. Essa santidade pessoal, fundada na paixão pela verdade e na opção pelos meios pacíficos, faz com que a política seja mais que um simples exercício de poder público; ela se transforma num cuidado amoroso para com a vida e num compromisso ético com o destino de todo o povo*<sup>214</sup>.

---

<sup>213</sup> Op. Cit., p. 127.

<sup>214</sup> BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008, pp. 175-178.

Uma Grande Alma, “um homem cósmico”, alguém que dedicou sua vida à procura e à execução de ações pacíficas para eliminar as injustiças, construindo positivamente dias melhores para todos e todas, em especial em defesa dos humanos excluídos, aqueles que estão “más abajo”, e também em prol daqueles que estão, há muito tempo, “más abajo” ainda: os não humanos<sup>215</sup>. Mahatma Gandhi traz em si o exemplo de consciência e conduta como reação cultural possível e realizável, do individual ao coletivo, com ações transformadoras no mundo real, em defesa dos humanos e para além deles. A Grande Alma concretizou o giro ético de que precisamos para garantir o convívio pacífico comum no circuito de relações que mantemos com nós mesmos, com os demais e com a natureza.

### **2.3.1 A GRANDE ALMA: SUA VIDA E EXPERIÊNCIAS COM A VERDADE E SEU ATUAR COMO REAÇÃO CULTURAL A BEM DOS HUMANOS E PARA ALÉM**

A trajetória de Mahatma Gandhi, como veremos, está absolutamente contaminada de contexto, porquanto dedicou sua vida a concretizar o que, desde o plano de sua consciência individual, entendia como ético e necessário pela emancipação daqueles que estão mais abaixo no sistema-mundo. Um atuar comprometido e transformador que, nas palavras de Joaquín Herrera Flores, há “*mostrado el camino de una reacción cultural creativa y transgresora*” destinada a erradicar “*el peor de los males que se há infligido a la naturaleza humana a lo largo de toda su historia: el colonialismo y el imperialismo*”<sup>216</sup>.

O desenrolar da reação cultural criativa e transgressora levada a cabo por Mahatma Gandhi pode ser extraído de sua própria narração. A Grande Alma, a pedido de colegas mais próximos, resolveu, aproximadamente em 1920, escrever sua autobiografia. Entretanto, como ele próprio revela, mal iniciou a primeira página de seus escritos quando situações conflituosas, que exigiam a sua atenção, o interromperam. Os episódios o levaram à prisão. Fato é que o Mahatma começou a

---

<sup>215</sup> O tema é tratado no Capítulo 1, item 1.5 e seus subitens.

<sup>216</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. *El Proceso Cultural: materiales para la creatividad humana*. Sevilla: Aconcagua Libros, 2005, pp. 20 e 313.

escrever sua biografia na cadeia e a teria concluído atrás das grades caso cumprisse toda a pena, *“mas fui solto um ano antes do previsto”*, registra.

Os escritos foram terminados somente cinco anos mais tarde. Um amigo religioso o questionou sobre a razão de escrever uma autobiografia (prática tipicamente ocidental), afirmando: *“suponha que amanhã o senhor rejeite os princípios que o orientam hoje, ou então que suas intenções presentes não sejam as mesmas no futuro. Não é provável que as pessoas que se espelham em sua palavra, escrita ou falada, se sintam desorientadas?”*. O questionamento impactou Gandhi, que concluiu: *“não é minha intenção escrever propriamente uma biografia. Apenas desejo contar a história de minhas experiências com a verdade. Uma vez que minha vida está repleta delas, pode-se dizer que a história tomará a forma autobiográfica”*. Tudo está registrado no livro *“minha vida e minhas experiências com a verdade”*<sup>217</sup>, escrito pelo próprio Gandhi, que desde logo consigna:

(...) À medida que minhas ações satisfizerem razão e coração, irei, sem dúvida, manter-me fiel às minhas conclusões.

*Se fosse discutir apenas princípios acadêmicos, certamente não estaria tentando escrever uma autobiografia. Como meu objetivo é fazer um relato das aplicações práticas desses princípios, dei-lhes o título de A História de Minhas Experiências com a Verdade.*

(...) Outra certeza inabalável é que o que é possível para mim o é até para uma criança, e tenho motivos para fazer tal afirmação. Os instrumentos de busca da verdade são ao mesmo tempo simples e complexos. Podem parecer impossíveis para uma pessoa orgulhosa, mas acessíveis a uma criança inocente. *Aquele que busca a verdade deve, antes de tudo, ser tão humilde quanto o pó. O mundo pisa sobre o pó, mas quem persegue a verdade deve ser tão humilde que mesmo o pó poderia pisá-lo.* Somente assim, vislumbraremos a verdade. (...) Rezo para que ninguém considere definitivas as opiniões desse livro. As experiências aqui descritas devem ser tomadas apenas como ilustrações pessoais, da mesma forma que todos os indivíduos trazem em si vivências próprias, segundo sua inclinação e capacidade. Espero que, nesse contexto, minhas ilustrações possam ser úteis. *Não esconderei ou omitirei qualquer coisa que deva ser dita a meu respeito, mesmo as ruins. Pretendo revelar ao leitor todos os meus defeitos e erros.* O propósito maior é narrar o que vivi à luz do *satyagraha*<sup>218</sup> e não vangloriar-me dos meus

<sup>217</sup> GANDHI, Mohandas K. *Autobiografia – minha vida e minhas experiências com a verdade*; tradução de: Humberto Mariotti *et al.* São Paulo: Palas Athena, 2007, p. 17-20.

<sup>218</sup> A expressão “satyagraha”, criada por Gandhi e seus colaboradores, provém dos termos sânscritos “agraha” (firmeza, constância) e “satya” (verdade), conforme ressaltado em nota, na autobiografia. “Satyagraha”

feitos. Na minha autocrítica, tentarei ser tão duro quanto a verdade, que é o que espero dos outros (Grifou-se)<sup>219</sup>.

Deveras, ao compartilhar, com todos e todas, de sua “*vida*” e de “suas experiências com a verdade”, Mahatma Gandhi demonstra (e assim sempre fez com seus exemplos) que não trata de “*questões meramente acadêmicas*”, mas de vivências, de reivindicações, de ações práticas no mundo real. E as narrações estão marcadas por sua simplicidade, algo que foi se tornando cada vez maior com o passar dos anos. A Grande Alma expõe suas fraquezas e aquilo que considera seus erros, talvez numa tentativa de demonstrar que, na realidade, era um ser humano como qualquer um de nós, porém extremamente dedicado e esforçado no sentido de não somente teorizar e debater, mas de praticar, no dia-a-dia, seus princípios e ideais, ou melhor, aquilo que entendia como o adequado caminho pela verdade.

### 2.3.1.1 Os primeiros passos do Mahatma Gandhi

O circuito de reação cultural que defendemos, à luz da Teoria Crítica dos Direitos Humanos de Joaquín Herrera Flores, cumpre rememorar<sup>220</sup>, envolve a relação que mantemos e construímos com nós mesmos, com os demais e com a natureza, o que pode ocorrer de forma reguladora ou emancipadora.

A postura ética e de consciência, individual, nesse âmago de relações, faz surgir o exemplo que cada um de nós deixará para o mundo. A partir do nosso ser estabelecemos o processo relacional (cultural) com os outros humanos e com os não humanos (animais e demais formas de vida). O relacionamento emancipatório de cada qual consigo mesmo pressupõe, remarque-se, valorizar o “eu” interior, dando-lhe significado conforme somos (ou gostaríamos de ser), sem nos fecharmos dentro de nós próprios devido a valores comportamentais impostos socialmente (que nos fazem ser algo diverso do que somos). A busca é por um estilo de vida que nos empodere e reforce nossa capacidade de lutar por autonomia e dignidade. A vida de Gandhi consigo mesmo (e daí com os demais e a natureza) concretizou isso.

---

é entendido, pois, como a “Força da Verdade”, ou a “Firmeza da Verdade” e tem extrema relevância na trajetória da Grande Alma, como será melhor explicado no decorrer deste trabalho teórico-prático.

<sup>219</sup> Op. Cit., p. 19-20.

<sup>220</sup> O tema é apresentado no Capítulo I, item 1.2.

O pequeno que se tornou grande, Mohandas Karamchand Gandhi, nasceu no seio de uma família indiana de comerciantes e mercadores. O pai, Karanchamd “Kaba” Gandhi, foi primeiro-ministro de uma localidade denominada Rajkot, casou-se quatro vezes (enviuando em todas elas) e, com a última esposa, Putlibai Gandhi, teve uma filha e três filhos, dos quais o Mahatma Gandhi foi o caçula. O *“meu pai adorava a família. Era fiel, corajoso, tinha bom coração, mas era temperamental. (...) era incorruptível e tornou-se conhecido por sua rígida imparcialidade em relação à família e às pessoas”*. A mãe da Grande Alma lhe deixou na memória uma impressão marcante, *“a de que era uma santa”*, uma pessoa muito religiosa que não fazia uma refeição sem antes orar, e também realizava promessas, as mais difíceis, que cumpria sem hesitar, tinha bom senso e era bem informada sobre política.

O pequeno Gandhi, após ser prometido três vezes, casou-se aos 13 (treze) anos de idade, o que, segundo ele, lhe traz *“muitas lembranças amargas”*. Afinal, eram *“duas crianças inocentes atiradas contra a sua vontade, no oceano da vida”*. Ambos tinham a mesma idade, *“mas logo assumi a postura de marido autoritário”*, relata a Grande Alma. A esposa, Kasturbai, conquanto analfabeta, *“era simples, independente, perseverante”*, e esteve ao lado de Gandhi sempre, inclusive nos momentos mais difíceis, chegando a ser presa também.

Ao discorrer sobre sua trajetória, o Mahatma Gandhi faz questão de sublinhar seus *“erros”* e suas *“falhas”*, dentre os quais a de *“comer carne”* escondido da família, que por fervorosa convicção religiosa abominava essa prática. Em outra ocasião, Gandhi e um parente começaram a fumar e, para sustentar o hábito, certa vez furtaram as moedas destinadas ao pagamento da empregada. Mais tarde, com cerca de 15 anos, Gandhi furtou um pedaço de ouro do bracelete de seu irmão. A culpa lhe foi tão insuportável que decidiu contar tudo ao pai. Sem coragem de dizê-lo, escreveu uma carta. O episódio, significativo, merece transcrição, uma vez que demonstra o aprimoramento individual humano ético na relação que cada um de nós mantém consigo mesmo, o que se irradia em nossos demais processos relacionais:

(...) Meu pai estava de cama nesse dia. A cama era, na verdade, apenas uma tábua de madeira.

*Coloquei-me a seu lado e, sentado, ele leu a carta com atenção. Várias lágrimas, que mais pareciam pequenas pérolas, escorreram-lhes pela face, molhando o papel. Por um instante, fechou os olhos*



como se meditasse, e depois rasgou a mensagem. Deitou-se novamente e pus-me a chorar, porque percebi que meu pai estava sofrendo. *Se fosse um artista, poderia ainda hoje pintar um quadro dessa cena da forma como aconteceu, pois ainda está muito vívida em minha memória.*

As pérolas de amor, saídas dos olhos de meu pai, purificaram-me o coração e expiaram meu pecado. Somente aqueles que experimentam amor semelhante em suas vidas sabem o significado do que escrevo. Diz o verso: 'Aquele que já foi atingido pela flecha do amor, conhece o seu poder'. *Essa experiência foi, para mim, uma verdadeira lição de ahimsa<sup>221</sup>. Na época, sentia-a apenas como o amor de um pai por um filho, mas hoje percebo que foi ahimsa em sua forma mais pura, pois quando ahimsa contagia, transforma tudo o que toca, e seu poder torna-se ilimitado.*

Essa forma de perdão sublime não era comum em meu pai. Achei que ele ficaria aborrecido, que seria duro comigo e que fosse culpar-se pelo ocorrido, mas sua reação foi surpreendentemente tranqüila, talvez pelo fato de ter eu reconhecido meu erro tão abertamente. *Acredito que a forma mais pura de arrependimento acontece quando reconhecemos um erro, junto com a promessa de nunca mais repeti-lo – quando temos oportunidade de oferecer algo a alguém sem que essa pessoa esteja esperando ou pedindo.* Sei que minha confissão fez com que meu pai se sentisse totalmente seguro em relação a mim e me amasse mais (Grifou-se)<sup>222</sup>.

Um acontecimento inesperado, quando Gandhi estava com 18 anos, seria decisivo na vida da Grande Alma. Um amigo e conselheiro da família, chamado Mavji Dave, foi conversar com a mãe e o irmão mais velho do Mahatma (o seu pai já era falecido), dizendo-lhes que os tempos mudaram e seria importante, para todos, que Gandhi fosse ao território inglês para estudar Direito e tornar-se advogado (a Índia era colônia britânica). A religião, porém, impedia viagens ao exterior. Com a benção da mãe e dos irmãos, Gandhi literalmente embarcou (a viagem foi de navio) para a nova jornada: a decisão ocasionou a sua expulsão da “casta” a que pertencia.

Após muito estudo e variadas experiências na capital inglesa, inclusive com leituras definidas como fascinantes (A Luz da Ásia, de Edwin Arnold, sobre Buda; e o Sermão da Montanha, de Jesus Cristo), Gandhi, quase quatro anos mais tarde,

---

<sup>221</sup> A expressão “ahimsa” também tem origem em termo sânscrito (a = não + himsa = dano ou injúria). O significado explicitado por Gandhi é o de “não violência” em qualquer das esferas da ação humana, ou seja, física, verbal ou mental, conforme ressaltado em nota, na autobiografia. O “ahimsa” ao lado do “satyagraha” tem muita relevância na vida da Grande Alma, como será melhor explicado no decorrer deste trabalho teórico-prático.

<sup>222</sup> Op. Cit., p. 41-42.

volta à terra natal. Dentre tantas surpresas, o Mahatma, ansioso para o reencontro com a mãe, descobre que ela falecera quando ele estava em solo inglês (os familiares optaram, à época, em lhe poupar do acontecimento).

A Grande Alma sempre buscava forças na fé para suportar os difíceis momentos pelos quais passara e ainda passaria ao decorrer de sua longa trajetória. Outras leituras deixaram “*profunda impressão*” e “*cativaram*” Gandhi: “*O Reino de Deus está dentro de você*”, de Tolstói; e “*Até o Último*”, de Ruskin.

Da obra de Liev Tolstói cumpre colacionar:

*Os homens de nosso tempo não demonstram odiar a opressão, a desigualdade, a desunião e todas as crueldades contra os homens e até contra os animais; não, eles realmente detestam tudo isso, mas não sabem como fazê-lo desaparecer, e não se decidem a abandonar o que mantém tudo isso e que lhes parece necessário*<sup>223</sup>.

*(...) Toda verdade nova, que muda os costumes e faz progredir a humanidade, não é desde logo aceita senão por um restrito número de homens que têm a perfeita consciência dessa verdade. Os outros, que aceitaram e confiaram na verdade precedente, aquela na qual está alicerçado o regime vigente, opõem-se sempre à difusão da nova verdade*<sup>224</sup> (Grifou-se).

As leituras que marcaram Gandhi, igualmente, no âmbito do circuito de reação cultural que tratamos, é a prova de como a relação de cada um de nós consigo próprio (a decisão do que vamos ler, no caso) faz toda diferença nos demais processos relacionais: as relações que manteremos com os outros humanos e com os não humanos está diretamente ligada ao que somos (e o que somos, aqui, vai sendo construído a partir dos livros – produtos culturais -, que lemos).

De volta ao lar, o início da carreira como advogado (trazendo na bagagem todas essas leituras que influenciaram o seu pensar), foi tormentoso, não apenas pela falta de experiência, mas também pelo completo desconhecimento das leis indianas. Depois de idas e vindas, surge uma proposta para que Gandhi viaje para

---

<sup>223</sup> TOLSTÓI, Liev. O reino de Deus está em vós; tradução de Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2011, p. 197.

<sup>224</sup> Op. Cit., p. 237.

a África do Sul, onde atuaria (não advogando, mas como funcionário) na causa de uma grande empresa indiana. Outro episódio que mudaria a vida do Mahatma.<sup>225</sup> Nesse contexto, emergem o *satyagraha* (a firmeza da verdade) e o *ahimsa* (a não violência), aportes teóricos que passamos a tratar à luz do eixo conceitual do diamante ético da Teoria Crítica dos Direitos Humanos de Joaquín Herrera Flores<sup>226</sup>.

### 2.3.1.2 O *satyagraha*: a firmeza da verdade

A chegada de Gandhi à África do Sul foi pelo porto Durban, em Natal. Logo, porém, o Mahatma teria de ir a Pretória, pois a causa da empresa indiana que o levava às terras sul-africanas estava prestes a ser julgada. O advogado Gandhi entrou no trem e sentou na primeira classe, portando o bilhete respectivo. Um passageiro, porém, notou a presença daquele “*homem de cor*”, olhou-o de cima abaixo, saiu e retornou com dois funcionários da companhia férrea. Um terceiro empregado se aproximou de Gandhi e o diálogo foi o seguinte:

(...) - Venha comigo. Seu lugar é na terceira classe.

Mas eu tenho um bilhete de primeira – protestou Gandhi.

- Isso não importa – retrucou o funcionário do trem. – Já lhe disse que tem de ir para a terceira classe.

- E eu lhe digo que me permitiram viajar neste compartimento em Durban. Vou ficar aqui.

- Não, não vai – disse o funcionário. – Tem de deixar este compartimento, senão vou ter de chamar a polícia para retirá-lo.

- Pois faça isso. Eu me recuso a sair voluntariamente.

(...) E Gandhi completa a narrativa: veio o policial; pegou-me pelo braço e me pôs para fora. O mesmo foi feito com minha bagagem. Recusei-me a ir para outro vagão e o trem partiu sem mim. Sentei-me na sala de espera com minha maleta e deixei o resto das bagagens do lado de fora. Os funcionários da estrada de ferro se encarregariam delas. (...) *Comecei a pensar no que fazer. Deveria lutar por meus direitos? Voltar para a Índia depois do fim da causa? Seria covardia voltar para lá sem ter cumprido minha obrigação. Os constrangimentos a que eu estava sendo submetido eram superficiais – apenas um sintoma da profunda doença que é o preconceito racial. Eu deveria tentar, se possível, erradicar a enfermidade e sofrer as injustiças disso decorrentes. Só deveria*

<sup>225</sup> As narrativas efetuadas neste item o foram a partir da citada autobiografia do Mahatma Gandhi. GANDHI, Mohandas K. *Autobiografia – minha vida e minhas experiências com a verdade*; tradução de: Humberto Mariotti et al. São Paulo: Palas Athena, 2007.

<sup>226</sup> O tema foi explicitado neste Capítulo II, item 2.1.2

procurar reparar erros na medida em que tal fosse necessário à remoção desse preconceito (Grifou-se)<sup>227</sup>.

O império britânico, caso imaginasse as consequências dessa atitude dos funcionários da companhia férrea de expulsarem “*homens de cor*” da primeira classe, jamais permitiria o acontecimento daquela viagem. De fato, quis o destino que a Grande Alma sentisse esse “*constrangimento superficial*” (como o próprio Gandhi o classificou), pois era algo significativo e simbólico: revelava o quanto o preconceito racial contra “homens de cor” era praticado abertamente.

A partir de então, a trajetória do Mahatma pela África do Sul, que deveria ser apenas para tratar da causa de uma empresa indiana, duraria mais de 15 (quinze) anos e o país nunca mais seria o mesmo. A propósito, é válido registrar que Gandhi convenceu as partes a resolverem o processo (que era comercial) mediante arbitragem (nomeação de um terceiro para compor a questão). Ambos os lados ficaram satisfeitos com o resultado e “*creceram na estima pública*”. O episódio deixou na Grande Alma mais uma importante lição sobre a resolução de conflitos:

*(...) Aprendera a encontrar o melhor lado da natureza humana e a entrar no coração dos homens. Compreendi que a verdadeira função de um advogado era unir partes que se haviam separado. Essa lição ficou gravada em mim de um modo tão indelével que, durante os vinte anos em que pratiquei a advocacia, grande parte do meu tempo foi dedicada a promover acordos amigáveis em centenas de casos. Não perdi nada com isso, nem mesmo dinheiro, e certamente não a minha alma*<sup>228</sup> (Grifou-se).

Ao decorrer de sua vida, Gandhi concluiu que “*a própria insistência na verdade*” lhe “*ensinou a apreciar a beleza do acordo*”, percebendo inclusive que “*esse espírito (de ajustar, conciliar) era parte essencial do satyagraha*”. Ou ainda, nas palavras do Mahatma: “*com frequência ele (o espírito voltado ao acordo) pôs*

---

<sup>227</sup> GANDHI, Mohandas K. *Autobiografia – minha vida e minhas experiências com a verdade*; tradução de: Humberto Mariotti *et al.* São Paulo: Palas Athena, 2007, p. 109-110.

<sup>228</sup> Op. Cit., p. 128.

*minha vida em perigo e provocou o descontentamento de meus amigos. Mas a verdade é dura como o diamante*<sup>229</sup> *e suave como a flor de botão*<sup>230</sup>.

A verdade, a constância da verdade, o *satyagraha*, era algo essencial para Gandhi. Com efeito, o *satyagraha* (do sânscrito: *agraha*= firmeza, constância + *satya*= verdade) pode ser entendido, pois, como a “*Força da Verdade*” ou a “*Firmeza da Verdade*”, e surgiu quando o Mahatma descobriu que a expressão então usada, qual seja “*passive resistance*” (termo em inglês que significa “*resistência passiva*”) era vista de modo muito restrito, considerada “*uma arma dos fracos*”, caracterizada pelo “*ódio*” e que podia, inclusive, culminar em atos de violência.

Logo, era preciso “*cunhar uma nova palavra para designar a luta*” (que era uma luta por direitos humanos). A Grande Alma então ofereceu uma premiação simbólica, por meio do jornal que dirigia, o “*Indian Opinion*”, ao leitor com a melhor sugestão. “*O resultado foi que Maganhal Gandhi criou a palavra sadagraha (sat: verdade, agra: firmeza) e ganhou o prêmio. Mas, para torná-la mais clara mudei-a por satyagraha, que desde então se tornou corrente em gujarate (idioma local) como designação da luta*”<sup>231</sup>. Assim nascia a expressão *satyagraha*.

A história dessa maneira de lutar/reivindicar - o *satyagraha*, é, na prática, a própria jornada do Mahatma Gandhi, especialmente do que ele próprio denominou de suas “*experiências com a verdade*”. A Grande Alma defendia o princípio de que a verdade possuía uma força insuperável (a força, a firmeza, a constância da verdade – o *satyagraha*!). Nem armas, nem conchavos, nem esquemas ou artimanhas, nem prisões, nem violência poderiam vencê-la. Cedo ou tarde a verdade contida nos fatos emerge; mas, para tanto, é necessário um empenho firme, coerente e contínuo, devendo todo e qualquer *satyagrahi* (adepto do *satyagraha*) estar disposto a suportar os sacrifícios que acabam surgindo dessa busca pela verdade.

---

<sup>229</sup> Assim como o diamante ético, da Teoria Crítica dos Direitos Humanos, de Joaquín Herrera Flores, e seus elementos (capítulo I): se por um lado podem ser duros, como a verdade; por outro podem mudar realidades injustas, para que a vida das pessoas seja “suave como a flor de botão”.

<sup>230</sup> GANDHI, Mohandas K. *Autobiografia – minha vida e minhas experiências com a verdade*; tradução de: Humberto Mariotti *et al.* São Paulo: Palas Athena, 2007, p. 139.

<sup>231</sup> Op. Cit., p. 278.

Um aspecto essencial é de se ressaltar: mais do que fundadas numa verdade firme e constante, as lutas deveriam ser concretizadas com o mais puro e sincero *ahimsa*, a não violência (nem em ações, nem em palavras, nem em pensamento).

### 2.3.1.3 O *ahimsa*: a não violência em sua plenitude

A busca constante e firme pela verdade, proposta pelo Mahatma Gandhi, há de ocorrer em conjugação com os valores do *ahimsa*, isto é, da não violência. Trata-se de uma não violência ativa, devendo ser empregados todos os meios pacíficos para serem superadas as injustiças (correspondências à imprensa, moções, passeatas, protestos, paralisações, jejuns, orações, discursos, requerimentos e mesmo a disposição de usar o próprio corpo para frear atos violentos etc.). O *satyagraha* e o *ahimsa*, por conseguinte, caminham juntos.

A Grande Alma bem sedimenta, no verbo:

*(...) O ahimsa é a base da busca da Verdade. Todos os dias percebo que a busca é vã, a menos que seja apoiada no ahimsa. É apropriado oferecer resistência e atacar um sistema, mas oferecer resistência e atacar seu autor é equivalente a oferecer resistência e atacar a si próprio. Pois somos todos farinha do mesmo saco e filhos do mesmo Criador, e portanto os poderes divinos em nós são infinitos. Menosprezar um único ser humano é menosprezar aqueles poderes, e assim prejudicar não apenas aquele ser, mas também o mundo inteiro (Grifou-se)<sup>232</sup>*

A lição do Mahatma Gandhi é marcante e, em outras palavras, significa o seguinte: somos todos irmãos e irmãs nesse mundo terreno, independentemente de culturas, posicionamentos ou religiões. De algum lugar viemos e para algum lugar iremos (pode ser “Deus”, a “Poeira Cósmica”, a “Verdade”, a “Luz” etc). Os mais céticos em termos de espiritualidade podem, pelo menos, imaginar que um dia fomos elementos químicos (que formam nosso corpo físico) e em determinado momento retornaremos a esse estado de coisas. Não importa.

---

<sup>232</sup> Op. Cit., p. 244.

O que queria dizer a Grande Alma é que humanidade é sinônimo de irmandade e, portanto, nunca devemos resistir ou atacar pessoas, mas sistemas. Ademais, no caso extremo de um conflito bélico, com nações guerreando, *“o dever daquele que fez voto de ahimsa é parar a guerra. Aquele que não está à altura desse dever, que não tem poder para oferecer resistência à guerra, que não tem qualificação para isso, pode tomar parte na luta, e mesmo assim tentar de coração libertar da contenda a si mesmo, sua nação e o mundo”*<sup>233</sup>.

O território sul-africano vivenciou vários momentos dessa *“firmeza da verdade”* (*satyagraha*) posta em prática com atos de não violência (*ahimsa*). Um desses episódios marcantes foi o dos *“passes”* e seus desdobramentos. A África do Sul, à época, exigia que indianos portassem *“passes”* (autorizações do governo britânico) para transitar pelas ruas. A exigência significava, aos olhos de Gandhi, injustificável discriminação. O Mahatma Gandhi, então, avisando previamente órgãos de imprensa, convocou um ato público para que os *“passes”* fossem queimados: um protesto simbólico. A polícia inglesa se fez presente e quem se atreveu a queimar o passe apanhou. Os manifestantes não reagiram, mas a notícia se espalhou a ponto de um jornal inglês publicar que aquele foi *“o acontecimento mais importante desde a implantação das colônias inglesas”*.

O império britânico decide, a seguir, entre outras rigorosas restrições, que os indianos, mais que portar *“passes”*, deverão fornecer suas digitais. O filme *“Gandhi”* retrata de forma viva a assembleia em que se discute o assunto. Após algumas pessoas da plateia demonstrarem muita valentia e determinação, dizendo que matariam até policiais caso necessário, a Grande Alma enfatizou:

(...) Admiro essa coragem.

Também preciso de coragem, pois, por essa causa, eu também morreria. *Porém, meus amigos, não há causa nenhuma pela qual eu me disporia a matar. Não importa o que nos façam, não atacaremos ninguém, não mataremos ninguém.*

*Mas também ninguém dará suas impressões digitais.*

---

<sup>233</sup> Op. Cit., p. 302.

*Vão nos prender, nos multar e confiscar nossos bens, mas não tomarão nossa dignidade se não a entregarmos.*

(dentre as centenas de pessoas presentes, alguém fala a Gandhi: ‘já esteve na prisão? Eles nos espancam e nos torturam!’)

*Estou pedindo que lutem (retoma a palavra Gandhi). Que lutem contra o ódio deles. Não que o provoquem. Não desferiremos um golpe. Mas receberemos golpes. E por meio da nossa dor, faremos com que eles percebam a injustiça. Isso será doloroso, como toda luta é dolorosa. Mas não perderemos, pois não podemos perder.*

*Podem torturar o meu corpo, quebrar os meus ossos e até me matar. Então eles terão o meu cadáver, mas não minha obediência.*

Somos hindus e muçulmanos. Cada um de nós é filho de Deus. Vamos fazer um juramento em seu nome: ‘*haja o que houver não nos submeteremos a essa lei* (os presentes entoam orações)<sup>234</sup>.

A manifestação sai às ruas e, juntamente com muitos companheiros de luta, Gandhi é preso (a primeira de várias detenções). A mulher de Gandhi é presa. Milhares de indianos são presos. As notícias correm o mundo e “*satyagraha*” e “*ahimsa*” começam, literalmente, a mudar o curso da história.

A não violência, o *ahimsa*, no dizer do Mahatma, “*desperta algo na natureza humana; faz o ódio diminuir e o respeito aumentar*”. E dessa forma a firmeza da verdade, o *satyagraha*, se torna realmente insuperável.

O que Gandhi demonstrou, no circuito de reação cultural de que nos ocupamos, é que tanto *satyagraha* como *ahimsa* são instrumentos para nos relacionarmos com os demais humanos de forma emancipatória, isto é, numa perspectiva empenhada em contextualizar fatos e teorias, visibilizando que a realidade tem muito que ver com processos de criação de riqueza (e pobreza), de divisão social, sexual, étnica e territorial do fazer humano; desestabilizando abstrações e verdades que se pretendem absolutas e universais e, enfim, oferecendo soluções alternativas, criativas e transformadoras da ordem existente.

---

<sup>234</sup> O episódio, dentre tantos outros, está no filme “Gandhi” (1982, Columbia Pictures).



É por esse agir que Joaquín Herrera Flores incluiu Mahatma Gandhi entre aqueles que aqui deixaram sua marca como *criadores de mundo*:

(...) creadores y creadoras de mundos, de nuevas significaciones, de nuevos sentidos, en definitiva, de nuevas formas simbólicas a partir de las cuales todas y todos hemos podido orientar y reorientar nuestra acción cotidiana, es decir, de percibir y transformar el entorno de relaciones en el que nos han socializado y en el que podemos introducir – si tenemos voluntad para ello y disfrutamos de condiciones de poder suficiente – nuevas huellas, nuevos signos y nuevas interpretaciones surgidas de nuestra capacidad genérica de hacer y deshacer<sup>235</sup>.

#### 2.3.1.4 Ações pacíficas no mundo real

Ao decorrer dos anos, em sua jornada de oração, meditação, reflexão, ação e transformação, a Grande Alma foi pondo em prática os valores que defendia com *satyagraha* e *ahimsa*. O seu aprimoramento em termos de vida pessoal e coletiva era constante e contínuo. Ao ler com mais profundidade a *Bhagavad-Gita* (a “*Canção do Mestre*” ou o “*Canto Celestial*”) – livro mais importante do hinduísmo, o Mahatma sentiu-se cativado por palavras como *aparigraha* (não posse) e *samabhava* (equanimidade). E Gandhi não se contentava em ler, apreender e mesmo se emocionar. Os bons ensinamentos deveriam ser praticados no dia-a-dia: concluiu, pois, que o correto, em relação aos bens materiais, era agir como depositário, vivendo com o mínimo, de modo simples e humilde. O demais era para ser empregado em favor dos irmãos e das irmãs de todos os cantos de nosso grande lar, a Terra. Vale lembrar que nas mãos de Gandhi passavam milhões em moeda corrente, devido à sua atuação e participação em entidades beneficentes.

A questão é que, até esse momento (descoberta do significado da não posse), as economias do Mahatma eram enviadas para o irmão mais velho (que se tornou o patriarca da família, após a morte do pai). Entretanto, Gandhi agora lhe escrevia dizendo que não esperasse mais recursos dele, “*pois as economias futuras, se houvessem, seriam utilizadas em benefício da comunidade*”.

---

<sup>235</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. Op. Cit., p. 91.

A Grande Alma registra:

(...) Não foi fácil fazer meu irmão entender. Em linguagem severa, explicou meu dever em relação a ele. Eu não deveria aspirar a ser mais sábio que nosso pai (que quando vivo sustentava os familiares). Precisava sustentar a família, como ele fizera. Indiquei-lhe que estava fazendo exatamente o que nosso pai havia feito. Bastava ampliar ligeiramente o significado de 'família', para que ficasse clara a prudência de minha atitude<sup>236</sup>.

As ideias e os ideais de Gandhi foram sendo construídos – e exercitados, pois, em atos da vida cotidiana. As suas habilidades como advogado, formado em solo inglês, foram importantes. A sua experiência como jornalista também teve grande papel. O jornal *Indian Opinion* era para o Mahatma um meio eficiente de treinar o próprio auto-controle e de fazer com que as pessoas tivessem contato com seus pensamentos. “O *satyagraha* provavelmente teria sido impossível sem o jornal”, chegou a afirmar a Grande Alma, que tinha posição clara sobre a imprensa:

(...) Logo no primeiro mês do *Indian Opinion*, percebi que o único objetivo do jornalismo deveria ser servir. A imprensa é uma grande força mas, assim como uma torrente descontrolada de água submerge paisagens inteiras e devasta plantações, assim também uma pena (caneta) descontrolada só serve para destruir. Se o controle for exterior, ele se torna mais venenoso que a falta de controle. Só pode ser vantajoso se exercido internamente. Se essa linha de raciocínio for correta, quantos jornais do mundo passariam pelo teste? Mas quem poria fim aos inúteis? E quem deveria ser o juiz? Os úteis e os inúteis, assim como o bem e o mal de forma geral, precisam continuar a existir juntos, e o ser humano precisa fazer sua escolha (Grifou-se)<sup>237</sup>.

O que fez de Mohandas Karamchand Gandhi o Mahatma – A Grande Alma, não foi, porém, a sua capacidade como advogado ou jornalista, mas seu modo de ser e viver: uma trajetória firme e não violenta em busca da verdade. Ou, em outras palavras, *satyagraha* e *ahimsa* praticadas frente às adversidades do mundo real. Eis que, após longo período (de muitas lutas/reivindicações) em solo sul-africano, era o momento de Gandhi retornar, em definitivo, à terra natal.

---

<sup>236</sup> Op. Cit., p. 235-236.

<sup>237</sup> Op. Cit., p. 252.

De volta ao país de origem, a Grande Alma, depois de seus propagados feitos na África do Sul, era motivo de esperança para líderes locais de uma terra submetida à colonização e ao domínio inglês fazia séculos. Logo de início, porém, Gandhi, que esteve fora por muito tempo, declarou: *“a Índia me é estranha”*; ao que Gokhale (uma das lideranças e apoiador de Gandhi), respondeu: *“mude isso. Vá e conheça a Índia. Não o que vê aqui, mas a Índia verdadeira. Verá o que precisa ser dito; o que precisamos ouvir (...) Faça com que a Índia se orgulhe de si mesma!”*<sup>238</sup>

E assim a Grande Alma começa a viajar pela Índia, na terceira classe dos trens, junto ao povo, conhecendo e mantendo contato com as duras realidades de uma numerosa população que (sobre)vive em precárias condições. Aqui, uma vez mais, Mahatma Gandhi, no circuito de reação cultural que enfatizamos, se mostra comprometido em conhecer o contexto e garantir que os que estão mais abaixo no sistema-mundo tenham voz e vez e possam se emancipar. A eles devem ser asseguradas as condições (políticas, econômicas, jurídicas etc.) para que consigam acessar os bens, materiais e imateriais, necessários a uma vida digna de ser vivida.

Após a longa jornada de viagens, repleta de experiências significativas, Gandhi, ainda um desconhecido da maioria, faz pequeno discurso num dos congressos em que delegados (representantes) de todas as regiões do país discutiam sobre os problemas indianos. O Mahatma iniciou dizendo que ao retornar do território sul-africano começou a viajar pela Índia, e sabe que mesmo que continuasse fazendo isso por anos ainda assim veria apenas uma parte dela.

As palavras seguintes foram de intensidade marcante:

(...) Já sei que o que falamos aqui não significa nada para as massas de nosso país. Aqui, fazemos discursos uns para os outros e para revistas inglesas que nos citam em algumas linhas. *Mas o povo da Índia está intocável!* A política deles limita-se ao pão e ao sal. São analfabetos, mas não cegos. Não vêm porque obedecer aos ricos e poderosos que só querem substituir os ingleses em nome da liberdade. Este congresso diz ao mundo que ele representa a Índia!

*Irmãos, a Índia é feita de 700 mil aldeias e não de advogados de Deli ou Bombaim (importantes cidades indianas). Até irmos para os campos e ficarmos com os milhões que trabalham sob o sol não*

---

<sup>238</sup> O episódio, dentre tantos outros, está no filme “Gandhi” (1982, Columbia Pictures).

*representaremos a Índia nem poderemos desafiar os ingleses como uma nação (Grifou-se)*<sup>239</sup>.

A mensagem da Grande Alma pretendia abrir os olhos de todos para a difícil realidade vivenciada pela imensa maioria de indianos e indianas que, de fato, sequer tinham vez e voz naquele congresso que parecia representar a Índia.

A referência, no discurso, ao termo “*intocável*” está provavelmente relacionada aos “*párias*”, os “*intocáveis*”, aqueles que os de casta (classe) superior não deveriam nem “*tocar*”, sob pena de serem “*contaminados*”. É importante salientar que essa “*discriminação*” não tinha fundo apenas social, mas decorria da tradição religiosa indiana, pois os “*párias*” viviam nessa condição inferior (e assim deveria ser) pelo que fizeram (males) em encarnações anteriores. Uma das lutas de Gandhi na Índia foi acabar com isso. O Mahatma não apenas aceitou “*párias*” para viver nas comunidades que fundou (tratando-os como verdadeiros irmãos), como também, em certa ocasião, mudou-se com a família para viver no “*bairro dos intocáveis*”. De novo, desde a relação consigo mesmo, Gandhi irradiava seu pensar ético para a relação que mantinha com os demais, em sua reação cultural concreta.

A caminhada da Grande Alma foi intensa. Jamais deixou de se engajar em algo que objetivasse eliminar injustiças. Com base nos ideais do *satyagraha* e do *ahimsa* inspirou multidões. Dentre suas incontáveis realizações práticas estão: a) a criação de espaços de vida comunitária; b) a educação de crianças; c) os trabalhos voluntários médicos, inclusive em guerras; d) a introdução de hábitos de limpeza urbana e observância de cuidados sanitários em bairros inteiros; e) a dieta simples, basicamente com nozes e frutas, frescas ou secas, para “*viver a vida das pessoas mais pobres*”; f) a vestimenta indiana, fabricada por ele próprio na famosa roda de fiar (instrumento manual milenar) que serviu para demonstrar ao povo o perigo da industrialização e se tornou símbolo da independência nacional; g) o jejum, como ato de penitência e purificação: com essa prática, arriscando a própria vida, conseguiu

---

<sup>239</sup> O episódio, dentre tantos outros, está no filme “Gandhi” (1982, Columbia Pictures).

com êxito, inúmeras vezes, fazer com que manifestações populares violentas fossem cessadas; h) campanhas em defesa dos oprimidos.

É essencial discorrer, ainda, pelo menos sobre dois episódios: a “Greve Geral” e a “Marcha do Sal”, pois ambos causaram grande impacto e mudanças.

*A Greve Geral:* após uma série de incidentes em solo indiano, o governo britânico decidiu aprovar uma nova e dura legislação suprimindo, de várias formas, liberdades civis. A Grande Alma, em sonho, visualiza a ideia de convocar a nação para entrar em um *hartal* (greve) geral. Todas as pessoas da Índia deveriam suspender seus afazeres (negócios, transportes, escolas etc) por um dia e permanecerem em jejum e oração. Uma proposta audaciosa: “*mas quem poderia prever realmente o que aconteceu? A Índia inteira, de ponta a ponta, cidades e vilas, observou um hartal completo naquele dia. Que espetáculo maravilhoso!*”<sup>240</sup>.

*A “Marcha do Sal”:* o império inglês monopolizava o sal (condimento essencial para os indianos); a taxa cobrada era cara e o preço alto demais para a imensa maioria da população local. O Mahatma, juntamente com cerca de 80 (oitenta) companheiros de luta, inicia uma caminhada de 380 km (trezentos e oitenta quilômetros) até o mar. O percurso dura quase um mês e, por onde passa, a Grande Alma é reverenciada e muitos acompanham a marcha, de tempo em tempo. Ao chegar à frente das águas, com um punhado de sal na mão e sob aplausos do povo, o Mahatma exclama: “*o homem precisa de sal, assim como de ar e de água. Este sal vem do Oceano Índico. Que todo indiano o reivindique como seu direito*”. A imprensa mundial publica: “*mais uma vez o homem da não violência desafia o poderio britânico*”. Dentro de poucos dias, milhares de pessoas passaram a extrair sal, o qual “*ofereciam gratuitamente ao povo ou vendiam a preço módico*”<sup>241</sup>.

As observações de Joaquín Herrera Flores acerca da jornada de não violência e com a firmeza da verdade, de Gandhi, são precisas: “*su lucha se llevó a cabo contra la cultura – la metodología de la acción social – británica y occidental de*

<sup>240</sup> Op. Cit., p. 392-393. O episódio também é retratado no filme “Gandhi” (1982, Columbia Pictures).

<sup>241</sup> ROHDEN, Huberto. *Mahatma Gandhi*. São Paulo: Alvorada, 1977, p. 67-75. O episódio, dentre tantos outros, também é retratado no filme “Gandhi” (1982, Columbia Pictures).

*colonización y, por supuesto, contra la cultura india de sumisión a los postulados ‘culturales’ de la metrópolis”.*<sup>242</sup> Ademais, para Herrera Flores, Gandhi com seu modo individual de ser e atuar consagrava a necessária postura, que devemos ter a partir de nós mesmos, de corresponsabilidade com a situação dos outros (humanos) e com a natureza (não humanos e demais formas de vida). Isso, pois, nos permite concretizar o grau máximo de responsabilidade que podemos aspirar no mundo (o nosso compromisso real e efetivo com os direitos humanos), qual seja:

Crear las condiciones y posibilidades sociales, económicas, culturales, políticas y jurídicas de tener, exigir y garantizar las responsabilidades que asumimos en ese proceso que Paulo Freire denominaba como el proceso de humanización de lo humano.

As palavras da Grande Alma, o Mahatma Gandhi, quando finalizou os escritos sobre sua “*vida*” e suas “*experiências com a verdade*”, são dignas de nota e solidificam a importância da ética de cada qual (se relacionando consigo mesmo) e de como ela tem a potência para impactar a relação com os demais e a natureza:

(...) Só posso dizer que não poupei sofrimentos para ser fiel aos fatos. Tem sido um esforço incessante descrever a verdade como ela se apresentou a mim, e o exato modo como a alcancei. Esse exercício me tem proporcionado uma inefável paz mental, pois minha profunda esperança sempre consistiu em levar aos hesitantes a fé na Verdade e no *ahimsa*. Minha experiência convenceu-me de que não há outro Deus senão a Verdade (...).

Depois de tudo, por mais sinceras que tenham sido minhas buscas do *ahimsa*, elas não deixaram de ser imperfeitas e inadequadas. Os pequenos vislumbres que eu possa ter tido da Verdade dificilmente podem exprimir o seu brilho indescritível, que é um milhão de vezes mais intenso que o do sol, que vemos diariamente com nossos olhos.

(...) *Para ver face a face o Espírito da Verdade universal, que tudo permeia, o indivíduo deve amar a mais insignificante criatura como a si próprio. E um homem que quer chegar a isso não pode permanecer fora de nenhum campo da vida. É por isso que minha devoção à Verdade me levou ao campo da política.*

E posso afirmar, sem a menor hesitação e ainda assim humildemente, que aqueles que dizem que religião não tem nada a ver com política não sabem o que significa religião.

---

<sup>242</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. Op. Cit., pp. 68 e 108.

A identificação com tudo o que vive é impossível sem uma autopurificação. Sem ela, a observância da lei do *ahimsa* permanecerá um sonho vazio. Deus jamais será realizado por alguém que não tenha o coração puro. A autopurificação, portanto, deve implicar a ascese em todos os aspectos da vida.

*(...) Enquanto o homem não se colocar por livre e espontânea vontade como a última de todas as criaturas, não há salvação para ele. O ahimsa é o limite máximo da humildade.*

Ao me despedir do leitor, pelo menos por enquanto, peço-lhe que se una a mim em oração ao Deus da Verdade, para que Ele possa conceder-me o benefício do ahimsa em mente, palavra e ação<sup>243</sup>.

A trajetória de Mahatma Gandhi, imperioso compreender, é o trilhar de um ser humano como qualquer um de nós. Ele próprio afirmou que o que pode parecer impossível para uma pessoa orgulhosa é facilmente acessível a uma criança inocente. Basta ter humildade (e isso todos podemos ter, desenvolver e aprimorar). Cada um pode fazer seu caminho, a seu tempo e a seu modo; e, na medida do possível, pode colocar em prática, nas pequenas e grandes coisas da vida, os princípios da firme verdade e da não violência: lutar e reivindicar sempre contra as injustiças; atacar sistemas, nunca pessoas; e não fazer mal a ninguém; não falar mal e sequer pensar mal daqueles que, na essência, são nossos irmãos e irmãs.

E essa postura podemos assumir em relação a nós mesmos, aos demais seres humanos e à natureza como um todo, em nosso necessário circuito de reação cultural em busca de um mundo melhor. E temos condições de assim o fazer no campo da vida pessoal, mas também em espaços sociais que garantam voz e vez aos excluídos, aos que estão abaixo e mais abaixo ainda, isto é, aos animais não humanos, com os quais precisamos nos relacionar de modo diferente. Mais uma vez, um episódio vivenciado por Gandhi, no qual questionava o sacrifício de animais para fins religiosos, é revelador. Ao comentar o caso, ouviu de um dos presentes: “os carneiros não sentem nada. No templo, o barulho e o som dos tambores anestesiavam toda sensação de dor”. A Grande Alma relata seu agir:

*Não aceitei a resposta. Disse-lhe que se os carneiros pudessem falar contariam uma história diferente. Achava que aquele costume era bárbaro e deveria ser eliminado. (...) Hoje ainda tenho a mesma*

---

<sup>243</sup> Op. Cit., p. 427-428.

opinião. Para mim, a vida de um cordeiro não é menos preciosa que a de um homem. Não estaria disposto a sacrificar a vida de um deles em nome do corpo humano. *Acho que quanto mais indefesa a criatura mais direito ela tem à proteção dos homens contra a crueldade humana (...)* (Grifou-se).<sup>244</sup>

Fato é que, como disse Huberto Rohden, “*o que foi possível uma vez na Índia é possível sempre por toda a parte*”. Podemos pensar e nos comportar de modo diferente. É viável uma mudança de postura individual, coletiva e institucional rumo à transformação da realidade. Deveras, não precisamos dar continuidade a atitudes exploradoras e discriminatórias sejam para com humanos, seja para com não humanos. O respeito que podemos ter com todas as formas de vida há de nos levar a outro lugar (heterotopia): a um convívio pacífico comum.

## **2.4 O RESPEITO A TODAS AS FORMAS DE VIDA E O CONVÍVIO PACÍFICO COMUM: UMA NECESSÁRIA MUDANÇA DE POSTURA**

A longa e constante jornada, de cada um e de todos, por um mundo mais pacífico, implica tomada de decisões e mudanças, sobretudo de postura. A trajetória do Mahatma Gandhi revelou o quanto é realizável a concretização de novos rumos com base em atitudes firmes (*satyagraha*), porém pacíficas (*ahimsa*). E nas palavras da Grande Alma, o que foi possível a um homem é também até para uma criança. Basta sermos mais humildes e menos orgulhosos. O compromisso de respeito à vida em todas as suas formas é um valor essencial nesse caminho de paz, assim como o diálogo para a resolução de conflitos. É o que veremos (também a partir do eixo conceitual do diamante ético, de Joaquín Herrera Flores<sup>245</sup>) em consonância com a visão biocêntrica, a Teoria de Gaia e a Ecologia Profunda, todos pressupostos aptos a embasar o que defendemos nesses escritos teórico-práticos. Igualmente, mas do eixo material do instrumento pedagógico, trataremos da importância da disposição individual de cada um como fator relevante na reação cultural que propomos.

---

<sup>244</sup> Op. Cit. 211-212.

<sup>245</sup> O tema foi explicitado neste Capítulo II, item 2.1.2



É imprescindível refletir e agir de forma diversa em relação aos não humanos. A consciência, a postura ética e o compromisso de Gandhi com ele mesmo, e a consequente irradiação para as relações com os outros humanos e com os não humanos (animais e demais formas de vida), reafirma o quanto podemos e devemos ser melhores em nosso modo de ser, viver e atuar no mundo. Afinal, não estamos no centro. A vida, ela sim está. Esse é um passo essencial para que seja superada a visão bastante orgulhosa, prepotente e arrogante segundo a qual, como vimos, os humanos seriam “o centro da natureza, o meio do universo, o elo do mundo” (Antropocentrismo). Cabe lembrar que a Terra já foi tida como o centro de tudo (Teoria Geocêntrica - Ptolomeu, 83-191 d.C) e isso perdurou por mais de mil anos até se comprovar que o Planeta Azul (e os demais do nosso sistema solar) é que gira ao redor do Sol (Teoria Heliocêntrica – Copérnico, 1473-1543). Nesse momento é que o Teocentrismo (Deus no centro) dá lugar ao Antropocentrismo<sup>246</sup>.

O antropocentrismo, na antiguidade, remarque-se, decorre das ideias de Aristóteles que prevaleceram sobre as de Pitágoras. Um predomínio que vem tendo curso ao longo dos séculos e foi reforçado, em tempos modernos, quando René Descartes, em seu Discurso do Método, por exemplo, descreve os animais como máquinas, os compara ao funcionamento (partes e todo) de relógios e os define como seres desprovidos de alma<sup>247</sup>. Dessa forma, pelo pensamento cartesiano *“aqueles que usavam animais não deviam se importar com o seu sofrimento, já que os animais não sentiam dor, e nem precisavam se preocupar com a retirada de suas vidas, já que eles não tinham interesses que pudessem ser prejudicados”*.<sup>248</sup>

E nesse sentido também é o posicionamento de Immanuel Kant, para quem os animais, pela ausência da razão, existem como meios destinados a um fim: e esse fim é o homem. Não obstante, e já com um pensar mais avançado, o filósofo defendia a ideia de se evitar o sofrimento deles como decorrência de um dever de cada um de nós consigo mesmo: *“o ser humano está autorizado a matar animais rapidamente (sem produzir sofrimento) e submetê-los a um trabalho que não os force*

---

<sup>246</sup> O tema é tratado no Capítulo 1, item 1.5.2.

<sup>247</sup> DESCARTES, René. *Discurso do Método*; tradução de Maria Ermantina Galvão; revisão da tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2006, pp. 53-66.

<sup>248</sup> VELOSO, Maria Cristina Brugnara. *A condição animal: uma aporia moderna*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013, p. 28-29.

*além de suas forças”, sendo que “experimentos físicos que sejam dolorosos aos animais a serviço de mera especulação” se mostram “abomináveis”<sup>249</sup>. Surge, então, dentre outros, Jeremy Bentham para reforçar o quanto os não humanos, animais, têm sentimentos e são capazes de sofrer, mas “seus interesses foram negligenciados pela insensibilidade de juristas antigos”<sup>250</sup>.*

A divergência entre o antropocentrismo e o biocentrismo emerge com todo vigor. A visão antropocêntrica tem o homem (e a mulher) como centro das questões, dos objetivos, da maneira de ser e de se comportar. De outro modo, a ótica biocêntrica considera a vida, em todas as suas formas, como eixo central. O antropocentrismo é, pois, um mito a ser superado, vez por todas.

A observação de Alfredo Migliore é significativa:

*A lei é feita de princípios e normas dinâmicos refratários à realidade e à filosofia. E, por isso, se o fim do mito antropocêntrico representa a queda de um velho paradigma, é bom advertir, ele jamais corresponderá a igualdade substancial entre homens e animais e a consequente aquisição ou reconhecimento de direitos inerentes a esses seres. Será, contudo, apenas um primeiro passo nessa direção – e, parodiando, o já citado Neil Armstrong – um grande salto para toda a não humanidade.*

E qual o novo paradoxo? Certamente, a nossa contradição reside em atribuir direitos a quem não é sujeito, mas objeto. *Em outras palavras, temos a missão de encontrar uma forma de reconhecer esses direitos básicos e elementares aos animais*, dentro de um sistema dicotômico que só reconhece sujeitos e objetos, e que, assim sendo, inclui os não humanos, todos eles, nessa última categoria. Esse é o nosso próximo desafio (Grifos).<sup>251</sup>

<sup>249</sup> KANT, Immanuel. *A metafísica dos costumes*; tradução de Edson Bini. Bauru-SP: EDIPRO, 2003, pp. 285.

<sup>250</sup> BENTHAM, Jeremy. *An Introduction to the Principles of Morals na Legislation*. Kitchener: Batoche Books, 2000, pp 37 e 225; tradução livre. Vale consignar o dizer de Peter Singer e o questionamento realizado por Jeremy Bentham sobre a razão (o racional) no sentido de que a inexistência disso não é motivo para negar direitos aos animais: “A questão não é ‘eles são capazes de raciocinar?’, nem ‘eles são capazes de falar?’, mas, ‘eles são capazes de sofrer?’ (SINGER, Peter. *Libertação Animal*; tradução de: Marly Winckler, Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 12). É importante salientar, também, a respeito, a seguinte obra: MIGLIORE, Alfredo Domingues Barbosa. *Personalidade Jurídica dos grandes primatas*. Belo Horizonte: Del Rey, 2012. O autor discorre sobre a evolução histórica do tema e apresenta, inclusive, um quadro, na linha do tempo, contendo os defensores do antropocentrismo e os adeptos da ética biocêntrica, p. 72-92.

<sup>251</sup> MIGLIORE, Alfredo Domingues Barbosa. *Personalidade Jurídica dos grandes primatas*. Belo Horizonte: Del Rey, 2012, p. 114.

De fato, superar a visão antropocêntrica é “um grande salto para toda a não humanidade”, e para a própria humanidade também. Afinal, a referida igualdade substancial entre humanos e não humanos pode ser alcançada mais cedo ou mais tarde a depender de como é concebida a própria noção de igualdade. Nesse ponto, o dizer de Peter Singer há de ser reavivado no sentido de que estender o princípio da igualdade de um grupo (humanos) para outro (não humanos) não significa que seus integrantes devem ser tratados da mesma maneira ou que a eles devem ser concedidos os mesmos direitos, porquanto “*o princípio básico da igualdade não requer tratamento igual ou idêntico, mas sim igual consideração. Igual consideração por seres diferentes pode levar a tratamentos e direitos distintos*”<sup>252</sup>.

Deveras, quando buscamos a igualdade substancial entre homens e mulheres não esperamos, com isso, que homens venham a engravidar ou que mulheres tenham direito a produzir espermatozoides (ao menos enquanto isso não é possível). Quando queremos superar discriminações pela cor da pele não pretendemos que todos sejam negros, brancos, pardos etc. De igual forma, não se almeja que pássaros, cães, gatos, porcos, galinhas, vacas, leões, golfinhos, baleias etc, possam se candidatar a cargos eletivos e assumir o comando de nações. Não é disso que se trata. E, nesse aspecto, superar a visão antropocêntrica enraizada, de forma predominante, em nosso modo de ser, pensar e agir é algo fundamental.

Ora pois, quando os hábitos de cada um de nós ignoram, desprezam, contrapõem ou simplesmente se mostram indiferentes às demais formas de vida, a opção é, ainda que de modo inconsciente e irrefletido, pelo antropocentrismo. Os antropocêntricos defendem que o valor maior a ser protegido é o bem-estar da humanidade. Assim sendo, eventuais atitudes de proteção aos animais, à diversidade das plantas, à qualidade da água dos rios e oceanos etc, tem como justificativa garantir o bem-estar dos seres humanos.

O pensar e agir de acordo com os ideais antropocêntricos há de ser revisto. É extremamente necessário reavaliar esse comportamento, especialmente em virtude das contínuas oportunidades que nossos antepassados receberam, e que nós mesmos continuamos recebendo, da calorosa e paciente natureza.

---

<sup>252</sup> SINGER, Peter. *Libertação Animal*; tradução Marly Winckler, Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p.5.

A questão é que precisamos urgentemente reavaliar, e aqui nos utilizamos de Serge Moscovici<sup>253</sup>, a representação social que temos dos não humanos (animais e demais formas de vida), da natureza como um todo e do modo como nos relacionamos com esse nosso entorno, porque não pode permanecer como está. Como leciona o psicólogo francês, percebemos o mundo (e, portanto, as relações que mantemos com ele e nele) a partir do ambiente em que vivemos. Fazemos isso processando informações (sobre fenômenos, pessoas, animais, plantas, bactérias, acontecimentos etc.) e daí resulta a nossa compreensão sobre os outros, sobre nós mesmos e sobre tudo que há ou parece haver. A representação social, vale assinalar, *“vê o ser humano enquanto ele tenta conhecer e compreender as coisas que o cercam e tenta resolver os enigmas centrais de seu próprio nascimento, de sua existência corporal, suas humilhações, do céu que está acima dele, dos estados da mente de seus vizinhos e dos poderes que o dominam: enigmas que o ocupam e preocupam desde o berço e dos quais ele nunca para de falar”*<sup>254</sup>.

O nosso olhar, menos ou mais além, é capaz inclusive de invisibilizar o que está à nossa frente, por mais claro que seja. A narrativa do invisível (ou melhor, invisibilizado) escritor negro relatando que as pessoas ao se aproximarem dele enxergavam o que o cercava, elas próprias e a construção de suas imaginações, mas não o enxergavam é emblemática. A situação implica, salienta Serge Moscovici, uma invisibilidade que *“não se deve a nenhuma falta de informação devida à visão de alguém, mas a uma fragmentação preestabelecida da realidade, uma classificação das pessoas e coisas que a compreendem, que faz algumas delas visíveis e outras invisíveis”*, até porque comumente nós *“não estamos conscientes de algumas coisas bastante óbvias, apesar de estarem diante de nossos olhos”*<sup>255</sup>.

É disso que se trata. Como o negro escritor (e outros tantos humanos que estão mais abaixo no sistema-mundo) os não humanos (mais abaixo ainda), apesar de estarem diante dos nossos olhos, parecem seres invisíveis. Isso se dá, também, porque *“alguns fatos que nós aceitamos sem discussão, que são básicos a nosso entendimento e comportamento, repentinamente transformam-se em meras ilusões”*

---

<sup>253</sup> MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais em psicologia social*; tradução de Pedrinho A. Guareschi. – 5ª. Ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2007.

<sup>254</sup> Op. Cit., pp. 40-42.

<sup>255</sup> Op. Cit., pp. 30-33.

(por milhares de anos estivemos convencidos de que o sol girava ao redor de uma terra parada; essa percepção mudou, mas continuamos vendo o que nossos antepassados viam: o céu azul, o sol brilhando nele, etc). A vida e o comportamento sob bases antropocêntricas é uma dessas ilusões: homens e mulheres pensando e agindo como se fossem o centro do mundo (como a terra “já foi” um dia). Igualmente, pensamos e agimos dessa ou daquela forma conforme *“determinada definição, comum a todos os membros de uma comunidade à qual nós pertencemos”*<sup>256</sup>. A representação social que temos da realidade nos leva a um caminho ou a outro. Ao nos relacionarmos de forma dominadora e exploradora com os não humanos e a natureza escolhemos o caminho errado. A nossa representação social está completamente equivocada e precisamos corrigir isso.

Se o modo como vemos o mundo e nele nos comportamos permite um agir compartilhado em nosso grupo social, fato é que os valores predominantes decorrem de ideias e experiências passadas que continuam ativas, cujo poder *“deriva do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe”*. E esse legado, no âmago das relações humanas (que, em nosso circuito de reação cultural significa o modo como cada um se relaciona consigo mesmo, com os demais e com a natureza), constitui relevante força motriz que influencia o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. Afinal, nesse conjunto de nossas representações sociais (produto de nossas ações e comunicações) *“quanto menos nós pensamos nelas, quanto menos conscientes somos delas, maior se torna sua influência. É o caso em que a mente coletiva transforma tudo o que toca”*<sup>257</sup>. O antropocentrismo fez e faz isso.

As representações sociais que temos do mundo, importante explicitar, determinam os próprios papéis que nele desempenhamos e o valor que eles têm: se iremos recolher o lixo das cidades, fazer pão, construir casas, trabalhar como médico, psicólogo, comerciante, advogado e quanto ou o que cada um receberá por isso. Aqui vale lembrar a cruel e desigual divisão do fazer humano<sup>258</sup>. Em idêntico sentido, são as representações sociais (leituras) que fazemos do mundo que dirão se vamos viver em harmonia e respeito com os não humanos e a natureza ou se

---

<sup>256</sup> Idem.

<sup>257</sup> Op. Cit., pp. 33-42.

<sup>258</sup> O tema é tratado no Capítulo I, itens 1.2, 1.3 e 1.4.

deles usaremos ao nosso belo prazer e interesse, valendo-se de nossa posição de espécie dominadora e poderosa, explorando-os e discriminando-os.

E por que razão criamos e vivemos sob representações sociais? A explicação é de Sergi Moscovici, abordando a importância do que nos é, ou não, familiar:

*Por que criamos nós essas representações? Em nossas razões de criá-las, o que explica suas propriedades cognitivas? Estas são as questões que irei abordar em primeiro lugar. Nós poderíamos responder recorrendo a três hipóteses tradicionais: (1) a hipótese da desiderabilidade, isto é, uma pessoa ou um grupo procura criar imagens, construir sentenças que irão tanto revelar, como ocultar sua ou suas intenções, sendo essas imagens e sentenças distorções subjetivas de uma realidade objetiva; (2) a hipótese do desequilíbrio, isto é, todas as ideologias, todas as concepções de mundo são meios para solucionar tensões psíquicas ou emocionais, devidas a um fracasso ou a uma falta de integração social; são, portanto, compensações imaginárias, que teriam a finalidade de restaurar um grau de estabilidade interna; (3) a hipótese do controle, isto é, os grupos criam representações para filtrar a informação que provem do meio ambiente e dessa maneira controlam o comportamento individual. Elas funcionam, pois, como uma espécie de manipulação do pensamento e da estrutura da realidade, semelhantes àqueles métodos de controle 'comportamental' e de propaganda que exercem uma coerção forçada em todos aqueles a quem eles estão dirigidos.*

*(...) Quando tudo é dito e feito, as representações que nós fabricamos - duma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc. - são sempre o resultado de um esforço constante de tornar comum e real (familiar) algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não-familiaridade. E através delas nós superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado<sup>259</sup>.*

O nosso mundo pode ser enriquecido e transformado, significativamente, a todo momento. Há quase meio século, o próprio Serge Moscovici, em sua obra “Sociedade contra Natureza” (*Société contre nature*) já demonstrava a importância de revermos urgentemente a nossa relação com os demais elementos do Planeta Água. As suas palavras ressoam atuais como nunca:

*A religião judeu-cristã afirma que Deus nos concedeu todas as criaturas inferiores para gerir e nos permitir dominar a terra. A*

---

<sup>259</sup> Op. Cit., 53-54 e 58.

*filosofia racionalista prosseguiu nessa linha, afirmando que saber é poder, e que nosso espírito nos faz senhores e donos dessa mesma terra. Ambas contribuíram para essa dissimulação, fixaram a exploração como modelo das relações com os seres animados e inanimados, na realidade modelo das relações entre os homens, que é ao mesmo tempo consolidado e extrapolado, com a lei sagrada e a propriedade profana justificadas assim de maneira harmoniosa. (...) Como participantes (da Natureza), provocamos equilíbrios e desequilíbrios naturais, aparecemos como reguladores e construtores de sua arquitetura. A ação, sob esse ponto de vista, uma vez recolocada em sua direção verdadeira, reduz a distância e a estranheza de nossa relação com a ordem das coisas, o afastamento do organismo individual e coletivo em face dessa ordem, apreendida unicamente em termos abstratos, marcada pela segregação, em função das qualidades primárias – espaço, tempo, leis, medidas, quantidades. Estabelece a possibilidade duma familiaridade, enquanto as qualidades secundárias, imediatas, do sensível, do percebido, do imaginário, preenchem o vazio, mantido, do homem em relação ao seu universo. Urge certamente a volta, mas não à volta à natureza e sim a volta dentro da natureza (Grifou-se).<sup>260</sup>*

A Mãe Terra é muito generosa, não apenas com a espécie humana, mas com todas. O Planeta Azul garante o ar, a água, o alimento e uma infinidade de recursos e belezas naturais. Em um ciclo exuberante, cada forma de vida age e reage. Não seria muita pretensão da humanidade atuar no mundo assumindo a postura de espécie dominadora, a cujos interesses as demais devem servir? Faz algum sentido viver subjugando outros seres vivos às nossas vontades e prazeres? Não seria melhor refletir e conviver de modo mais harmônico nesse lar terreno?

O biocentrismo representa a volta, a volta humana dentro da natureza, no sentido proposto por Serge Moscovici. Deveras, o biocentrismo propõe uma concepção totalmente diversa. Homens e mulheres não são o centro de algo, nem o mais importante. O fato de a humanidade ter adquirido, em milhões de anos, consciência e capacidade para dominar os demais seres vivos não significa que deve aumentar o uso e o gozo desenfreado em relação a eles. Ao contrário, o que aumentou (ou deve aumentar) é o grau de responsabilidade, de compromisso, de respeito, de amor, para com todas as demais formas de vida.

---

<sup>260</sup> MOSCOVICI, Serge. Sociedade contra natureza. Tradução: Epharim Ferreira Alvez. Petrópolis: Editora Vozes, 1975, pp. 364-365.

A visão biocêntrica defendida por Paul Taylor em sua clássica obra “Respect for Nature”<sup>261</sup> apresenta um “modelo da ética de respeito pela natureza”, de forma que todo animal e planta “tem um valor inerente, por ter um bem próprio que ninguém deve destruir”<sup>262</sup>. E esse modo de ser e agir, biocêntrico, pode ser implementado pela observância de quatro regras definidoras de deveres negativos (não maleficência e não interferência) e positivos (fidelidade e justiça restitutiva).

Ou, de outro modo, a nossa condição humana de seres racionais e agentes morais faz com que devamos nos portar, em relação aos não humanos, observando<sup>263</sup>: a) *a não maleficência*, abstendo-se de produzir qualquer mal a eles (não lhes tirar a vida nem privá-los das condições necessárias de preservação de seu modo de viver); b) *a não interferência*, não impedindo nem restringindo a liberdade dos organismos vivos (nada de gaiolas, jaulas, privação de água, alimento, abrigo, exposição a químicos tóxicos etc; e nada de retirar espécies da vida selvagem de seus ambientes naturais); c) *a fidelidade*, garantindo a necessária confiança entre humanos e não humanos e a própria paz entre a nossa espécie e a deles (nada de armadilhas, de atrair e enganar para capturar); e, enfim, d) *a justiça restitutiva*, de modo que os humanos devolvam aos não humanos as condições em que possam viver a seu modo, como viviam antes de serem alvo de injustiças (maleficência, interferência e quebra de fidelidade).

Com efeito, assim como nós, humanos, os não humanos hão de ter sua liberdade respeitada. Liberdade para viver e se desenvolver conforme suas próprias características. Ou, nas palavras de Paul Taylor, cada ser deve “*estar livre para buscar a realização de seu próprio bem de acordo com as leis de sua natureza específica*”<sup>264</sup>. Mas é possível e devemos ir mais além. O denominado *biocentrismo global*, a partir da ética da vida, como bem pontua Vânia Damasceno Nogueira, além dos seres vivos em sua singularidade, reconhece (e devemos mesmo reconhecer), “*a natureza como um conjunto interligado e dependente, cuja considerabilidade moral é dada à coletividade ecológica, aos conjuntos sistêmicos como um todo*,

---

<sup>261</sup> TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature: A Theory of Environmental Ethic*. New Jersey: Princeton University Press, 2011.

<sup>262</sup> FELIPE, Sônia T. Antropocentrismo, sencientismo e biocentrismo: Perspectivas éticas abolicionistas, bem-estaristas e conservadoras e o estatuto de animais não humanos-DOI: <http://dx.doi.org/10.1560>. Páginas de Filosofia, v. 1, n. 1, 2009, p.16.

<sup>263</sup> Op. Cit., p. 17-23.

<sup>264</sup> Op. Cit., p. 18.



*biosfera, ecossistemas, cadeias alimentares, fluxos energéticos etc*”<sup>265</sup>. De fato, essa ética do respeito pela natureza, a visão biocêntrica, deve ser aplicada ao nosso Planeta Azul. Afinal, a própria Terra é um organismo vivo.

### 2.4.1 A TEORIA DE GAIA

A Terra é um organismo vivo: um todo complexo e sistêmico, envolvendo a biosfera terrestre, a atmosfera, os oceanos, o solo e inúmeras e incessantes interações físicas e químicas que asseguram a vida. Trata-se da denominada *Teoria de Gaia*<sup>266</sup>, de James Lovelock<sup>267</sup>. E, claro, como todo organismo vivo, suas ações e reações ocorrem a partir de tantas variáveis potenciais que é praticamente impossível determinar uma causa única para essa ou aquela situação. Em resumo: é difícil saber exatamente o porquê de alguém estar doente. De igual forma, se a Terra também adoece, não é nada fácil identificar uma razão exata. Refletir sobre como se comportar (o que fazer e não fazer) é um dever de todos e todas.

Viver em harmonia com os não humanos e com a própria Terra, além de ser a conduta ética mais adequada, pode significar a nossa própria sobrevivência como espécie, notadamente nesse período do tão debatido aumento da temperatura no globo terrestre em decorrência de atividades humanas (aquecimento global). É James Lovelock, na obra “Gaia: o alerta final”, quem explica:

*Se quisermos entender o clima e nos adaptarmos às suas mudanças, ou mesmo nos opor a elas, devemos ver a Terra como algo capaz de resistir à mudança adversa até que a situação se torne dura demais e, então, como uma coisa viva, fugir rapidamente até um refúgio seguro. Lutar ou fugir é uma característica da vida e a própria Terra, Gaia, há muito resiste às nossas intervenções através de uma autorregulação, opondo-se ao modo como alteramos o ar com gases de efeito estufa e removemos sua cobertura natural de florestas para lavoura. Temos feito isso desde que éramos caçadores-coletores*

---

<sup>265</sup> NOGUEIRA, Vânia Márcia Damasceno. *Direitos fundamentais dos animais: a construção jurídica de uma titularidade para além dos seres humanos*. Belo Horizonte: Arraes, 2012, pp. 55-59.

<sup>266</sup> PALMER, Joy A. 50 grandes ambientalistas: de Buda a Chico Mendes. Joy A. Palmer (organizadora); tradução de: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Contexto, 2006, páginas 223-229.

<sup>267</sup> Hipótese de Gaia: James Lovelock e Lynn Margulis postularam no início dos anos 1970 que a vida na Terra mantém ativamente condições superficiais sempre favoráveis para qualquer que seja o conjunto contemporâneo de organismos. Quando apresentada, a hipótese era contrária ao senso comum de que a vida se adaptou às condições planetárias quando elas evoluíram em seus caminhos distintos. Sabe-se agora que a hipótese originalmente exposta estava errada porque não é a vida sozinha, mas todo o sistema Terra que efetua a regulação. A hipótese evoluiu para o que é agora a teoria de Gaia (em: LOVELOCK, James. *Gaia: alerta final*; tradução de Vera de Paula Assis, Jesus de Paula Assis. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010, pp. 242-243).

equipados com fogo, mas, até os últimos cem anos, houve pouca ou nenhuma mudança perceptível no estado da Terra. *Agora, nossas intervenções são grandes demais para resistir e o sistema Terra parece estar desistindo da luta e se preparando para fugir para um lugar mais seguro, um estado quente com um clima estável, o qual ele visitou muitas vezes antes.* Um exame da história do clima da Terra nos informa que em tais estados quentes Gaia ainda consegue se regular e sobreviver com uma biosfera reduzida. É demasiado frequente supor, de forma equivocada, que a vida simplesmente se adaptou ao ambiente material, qualquer que fosse a época; na realidade, a vida é bem mais empreendedora. Diante de um ambiente desfavorável, ela pode se adaptar, mas, se não for suficiente para obter estabilidade, também pode mudar o ambiente.

*É o que estamos fazendo agora com o lançamento de gases de efeito estufa no ar e com a mudança da superfície terrestre por meio da exploração agrícola; o desfecho é o aquecimento global. Se a Terra mais quente de agora fosse mais produtiva que a Terra fresca de antes da Revolução Industrial, estaríamos florescendo com a Terra. Infelizmente mudamos a temperatura na direção errada e, como resultado, poderemos ser eliminados. Um esfriamento teria sido muito melhor, mesmo que tivéssemos de abandonar boa parte das terras temperadas do norte para as geleiras. É assim que Gaia mantém um planeta habitável: as espécies que melhoram a habitabilidade florescem e aquelas que viciam o ambiente estão fadadas a retroceder ou se extinguir (Grifou-se)* <sup>268</sup>.

É preciso estarmos cada vez mais conscientes de nossos atos. Podemos até teorizar, das mais diversas formas, se as atividades humanas de fato podem levar à extinção da vida no Planeta Terra, ou não. Um dia, há 65 milhões de anos atrás, os dinossauros foram extintos, conforme a tese mais aceita embora questionada, quando um corpo celeste (asteroide ou cometa) de diâmetro estimado entre 6 e 15 km se chocou com o nosso lar terreno “*causando um cataclismo de enormes dimensões*” e cuja “*poeira levantada seria suficiente para escurecer todo o planeta, rompendo as cadeias de fotossíntese e matando de fome os grandes répteis que habitavam a Terra*”.<sup>269</sup> Nesse aspecto, se cedo ou tarde a vida na Terra pode ser extinta que diferença faz se isso vier a ocorrer por causa de ações humanas ou por “*qualquer outra catástrofe global, como o impacto de um meteorito ou uma enchente*”

---

<sup>268</sup> LOVELOCK, James. *Gaia: alerta final*; tradução de Vera de Paula Assis, Jesus de Paula Assis. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010, pp. 174-175.

<sup>269</sup> BEDAQUE, Paulo. *O perigo que vem do espaço*. *Revista Latino Americana de Educação em Astronomia* - RELEA /Universidade Federal de São Carlos. - n. 2, (2005), p. 106-107. São Carlos (SP): UFSCar, 2015.

*de basalto?*”. O questionamento é de Sthephan Hardin em seu livro “Terra viva: ciência, intuição e a evolução de Gaia” e ele próprio responde:

*Seres humanos são diferentes de uma enchente de basalto ou de um impacto de meteorito porque, ao contrário deles, temos a capacidade de escolher como estar presentes no mundo. Um meteorito em rota de colisão com a Terra não pode de repente mudar de ideia e se desviar de modo inofensivo; tem de colidir conosco, se as forças agindo sobre ele o configuraram para agir assim – o meteorito tem apenas um grau de liberdade. Nós, humanos, por outro lado, somos abençoados com muitos graus de liberdade. Agora que nossa melhor ciência nos informou das enormes crises ecológicas e sociais que estamos desencadeando no mundo, podemos escolher se vamos persistir na forma de consciência estreita, objetivista, que contribuiu para as crises ou se vamos agir a partir de uma forma de consciência mais profunda, ampla, onde experimentamos nossa unidade com a totalidade de Gaia e por isso compreendemos a importância de alterar radicalmente nosso modo de estar no mundo.*

*Com essa forma de consciência, passamos a perceber que Gaia está além do nosso controle – que nos é impossível sermos um dia os mestres ou administradores da Terra. Também passamos a compreender que, para Gaia, cada ser vivo representa um modo de percepção singularmente valioso – que é arrogância pensar que somos as únicas criaturas sencientes habitando a velha e enrugada superfície de Gaia. Aos poucos, à medida que desenvolvemos uma sensibilidade para muitos outros estilos de percepção não humana, tão minuciosamente importante quanto a nossa, compreendemos que devemos nossa própria existência à complexa inteligência planetária que conduziu nosso mundo sem nossa participação nos últimos 3,5 bilhões de anos (Grifou-se).<sup>270</sup>*

É necessário, frise-se, uma tomada de consciência em busca de um convívio pacífico comum, cada qual consigo mesmo, com os demais e com a natureza.

## 2.4.2 A ECOLOGIA PROFUNDA

A Ecologia Profunda (*Deep Ecology*)<sup>271</sup>, a sua vez, também vem à tona. A expressão é do filósofo ambiental Arne Naess e, dentre outros aspectos, contempla a importância de redução populacional, de abandono ao objetivo de crescimento econômico, de conservação da biodiversidade, da vida em comunidades simples e

<sup>270</sup> HARDING, Stephan. *Terra viva: ciência, intuição e a evolução de Gaia – para uma nova compreensão da vida em nosso planeta*; tradução Mário Molina. São Paulo: Cultrix, 2008, pp. 276; 279.

<sup>271</sup> PALMER, Joy A. *50 grandes ambientalistas: de Buda a Chico Mendes*. Joy A. Palmer (organizadora); tradução de: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Contexto, 2006, p. 214-217.

auto-sustentáveis, ou, de modo mais genérico, o compromisso de “*tocar suavemente a Terra*”. Os humanos e não humanos são vistos como interdependentes, estando todos “*intrinsecamente relacionados*” numa “*rede ou campo biosférico*”. Enfim, “os humanos devem respeitar o direito dos não humanos à vida”<sup>272</sup>.

A Ecologia Profunda surge como contraponto à Ecologia Rasa (que vê os humanos dissociados na natureza: uma estrutura baseada no antropocentrismo e para a qual os elementos que nos cercam servem tão-somente para satisfazer o nosso bem-estar e as nossas necessidades). A Ecologia Profunda, ao revés, situa homens e mulheres “*como um dos elementos que compõe o contexto da vida*”<sup>273</sup>. O quadro a seguir explicita, de forma sucinta, as proposições que objetivam superar a visão de mundo (predominante hoje) por uma Ecologia Profunda<sup>274</sup>:

<b>Visão de Mundo</b>	<b>Ecologia Profunda</b>
Domínio da natureza	Harmonia com a natureza
Ambiente natural como recurso para os seres humanos	Toda a natureza tem valor intrínseco
Seres humanos são superiores aos demais seres vivos	Igualdade entre as diferentes espécies
Crescimento econômico e material como base para o crescimento humano	Objetivos materiais a serviço de objetivos maiores de autorrealização
Crença em amplas reservas de recursos	Planeta com recursos limitados
Progresso e soluções baseados em alta tecnologia	Tecnologia apropriada e ciência não dominante
Consumismo	Fazendo com o necessário e reciclando
Comunidade nacional centralizada	Biorregiões e reconhecimento de tradições das minorias

<sup>272</sup> Op. Cit., p. 215.

<sup>273</sup> HOFF, Luiz Felipe. *Ponto de ruptura: desafios da sociedade sustentável*. P. Alegre: Alegoria, 2008, p. 29.

<sup>274</sup> Op. Cit., p. 28.

A natureza, portanto, tem valor próprio, isto é, todos os seres vivos e elementos naturais devem ser protegidos (mais, respeitados) pelo que representam (valor intrínseco da natureza), independentemente de eventual caráter utilitário e/ou econômico. Defender as demais formas de vida é, sobretudo, questão de respeito. Há de se rever, remarque-se, o nosso próprio comportamento.

É necessária uma mudança de perspectiva, de postura. Um modo de viver diferente, proposto por Arne Naess, está gravado na obra *Ecologia da Sabedoria* (*Ecology of Wisdom*). São 25 sugestões de como os humanos podem agir de forma mais harmônica entre si, com os não humanos e com a natureza, das quais cabe destacar: apreciar as diferenças étnicas e culturais entre as pessoas e não vê-las como ameaças; apreciar estilos de vida que podem ser mantidos universalmente, sustentáveis e sem injustiças para com outros humanos ou com os não humanos; proteger os ecossistemas locais (não somente as “formas de vida” individuais) vendo a própria comunidade como parte deles; agir para solucionar conflitos, fazendo prevalecer a não violência em palavras e ações; praticar o vegetarianismo<sup>275</sup>.

A observação de Antonio Ferreira de Carvalho Júnior é essencial:

(...) A Ecologia Profunda é uma ecologia que vai além do factual e do científico. Ela vai para um nível mais profundo de consciência ecológica. Considera as vidas humanas e não humanas como possuidoras de valores intrínsecos independentemente do utilitarismo. Propõe uma concepção mais ampla da natureza e da relação da humanidade com o mundo natural. *Vê os seres humanos como seres sociais e acredita numa ética e em uma estética baseadas no real para reger relações do homem com ele mesmo, do homem com a natureza, e entre os homens*<sup>276</sup> (Grifou-se).

O circuito de reação cultural de que tratamos, vale enfatizar, envolve aquilo que homens e mulheres, em seus cotidianos, põem em funcionamento em suas relações com os demais, consigo próprios e com a natureza. A identidade entre a perspectiva crítica dos direitos humanos, de Joaquín Herrera Flores, e a Ecologia

---

<sup>275</sup> NAESS, Arne. *Ecology of wisdom: writings by Arne Naess*; tradução livre. Berkeley (USA): 2008, p. 140-1.

<sup>276</sup> CARVALHO JÚNIOR, Antonio Ferreira de. *Ecologia profunda ou ambientalismo superficial? O conceito de ecologia e a questão ambiental junto aos estudantes*. São Paulo: Arte & Ciência, 2004, página 44.

Profunda é visível<sup>277</sup>. E o que se almeja é propor meios e princípios para garantir efetividade aos direitos dos humanos e dos não humanos. Algo que faça com que a relação de cada um de nós consigo próprio, com os demais da nossa espécie e com toda a natureza seja cada vez mais harmônica e pacífica.

O Manifesto da Ecologia Profunda<sup>278</sup>, de Arne Naess e George Sessions, é um importante chamamento para que nós, humanos, passemos a repensar o caminho que estamos traçando para as presentes e futuras gerações:

1. O bem-estar e o florescimento da vida humana e não humana sobre a Terra são valores em si mesmos. Esses valores são independentes da utilidade do mundo não humano para os fins do ser humano.
2. A riqueza e a diversidade das formas de vida contribuem para a realização desses valores e também são, em consequência, valores em si mesmos.
3. Os humanos não têm o direito de reduzir essa riqueza e essa diversidade, salvo para satisfazer as necessidades vitais.
4. O florescimento da vida e da cultura humanas é compatível com uma redução substancial da população humana. O florescimento da vida não humana requer esse abaixamento.
5. A intervenção humana no mundo não humano é atualmente excessiva. E a situação vai degradando rapidamente.
6. No plano das estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas, temos de mudar nossas orientações políticas de forma drástica. A situação resultante será profundamente diferente da atual.
7. A mudança ideológica consiste principalmente em valorizar a qualidade da vida (de viver em situações de valor intrínsecas), mais que em tratar sem cessar de conseguir um nível de vida mais elevado. Terá de se produzir uma tomada de consciência profunda da diferença que há entre o crescimento material e o crescimento pessoal, independente do acúmulo de bens tangíveis.
8. Os que assinam os pontos que acabam de ser enunciados têm a obrigação direta ou indireta de agir para que se produzam essas mudanças, necessárias para a sobrevivência de todas as demais espécies do Planeta, incluindo a do ser humano.

---

<sup>277</sup> É de se registrar, ainda, que a Ecologia Profunda de Arne Naess se utiliza do pensamento de Spinoza, assim como Joaquín Herrera Flores em sua teoria crítica dos direitos humanos, bem como das lições de Mahatma Gandhi, como proposto, também, nesses escritos teórico-práticos (Naess, Arne. Op. Cit., pp. 207-275).

<sup>278</sup> Informações disponíveis em: <http://latinoamericana.org/2010/info/docs/046NaesManifiestoEcologiaProfunda.pdf>, acesso em 25/05/2016.

Consciente da necessidade de mudança de paradigma a respeito de como vemos o mundo e nos comportamos nele, Fritjof Capra, em sua *teia da vida*, explicita o quanto precisamos ter uma nova compreensão da vida em todos os níveis dos sistemas vivos – organismos, sistemas sociais e ecossistemas, o que requer uma percepção diferente da realidade e com profundas implicações não somente para a ciência e a filosofia, mas também para as atividades comerciais, a política, a assistência à saúde, a educação e a vida cotidiana<sup>279</sup>. A Ecologia Profunda é essencial nesse passo, porquanto “*reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos)*”<sup>280</sup>. Com efeito, ela, a Ecologia Profunda, percebe o mundo como uma rede de fenômenos interconectados e interdependentes e, por isso, “*reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida*”<sup>281</sup>.

O valor que optarmos em dar à Natureza, à Mãe Terra, e a todos os seus filhos e filhas, faz e pode fazer toda a diferença, inclusive no que se refere à paz.

## 2.5 O ATUAR DOS HUMANOS E SEUS REFLEXOS NA PAZ (LOCAL E GLOBAL)

A relação de cada um consigo próprio, com os demais e com a natureza é, de fato, primordial. Lembremos do episódio do Mahatma Gandhi que, ao escrever, usava o lápis até não poder mais segurá-lo, pois aquele objeto fora produzido pelo trabalho de alguém, e desperdiçá-lo “*seria dar prova de indiferença por esse trabalho*”. O desperdício daquele lápis, em verdade, seria um triplo despropósito:

a) *desrespeito à relação com a natureza*: o lápis é produzido a partir de recursos naturais. O desperdício do mais simples lápis é um desrespeito à natureza (a madeira veio da árvore; a árvore poderia ser o local da ninhada de pássaros; os

---

<sup>279</sup> CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida*; tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Editora Cultrix, 1997, p. 23.

<sup>280</sup> Op. Cit., p. 24.

<sup>281</sup> Op. Cit., p. 25.

pássaros lançariam sementes ao solo próximo; o solo poderia produzir plantas que atrairiam insetos etc...). Um lápis pode ter quebrado todo um relevante ciclo natural.

*b) desrespeito à relação com os demais seres humanos:* o lápis, além de todos os recursos e ciclos naturais envolvidos, implica utilização de trabalho humano. Alguém da nossa própria espécie, homem ou mulher, atuou, às vezes em troca de um salário que sequer garante vida digna ao trabalhador e a sua família. A fabricação do lápis exige o empenho e a dedicação de seres humanos.

*c) desrespeito à relação consigo próprio:* o uso do lápis envolve questão de princípios e valores. De fato, quando alguém forma sua personalidade (sempre em evolução e constante aprendizado) formula certas bases éticas. Ao defender valores como os do Biocentrismo, da Teoria de Gaia, da Ecologia Profunda ou da Paz, qualquer conduta que os viole constitui violação a si próprio. O desperdício do lápis representa indiferença aos recursos naturais, ao trabalho humano utilizado para produzi-lo e aos próprios valores pessoais (éticos e morais) de cada um.

É correto e desejável, portanto, usar mesmo um lápis com profundo respeito.

A substituição do lápis pela caneta (qualquer dessas que usamos no dia-a-dia) revela que a influência da nossa postura diante de pequenas coisas da vida está direta ou indiretamente relacionada à própria paz (local e global).

A caneta contém materiais derivados do combustível fóssil (recurso natural) mais cobiçado no ciclo econômico mundial da atualidade: o petróleo. O plástico é produzido a partir do petróleo. E o plástico (logo, o petróleo) está presente na caneta. Mas não apenas na caneta, e sim nos eletrodomésticos, nos televisores, nos telefones celulares, nos automóveis, nas aeronaves, nas embarcações etc.

E o petróleo vem sendo motivo de guerras que causam destruições avassaladoras, com incontáveis perdas de vidas humanas e não humanas. O petróleo foi decisivo na 1ª. Guerra Mundial (pela substituição dos navios até então movidos a carvão e pelo emprego em submarinos, tanques e aviões); e também nas disputas das novas fronteiras do Oriente Médio (1920), na Guerra do Chaco entre



Paraguai e Bolívia (1932-1935) e na guerra entre Peru e Equador (1941). Na 2ª. Guerra Mundial o próprio ataque japonês a Pearl Harbor (base norte-americana localizada no Havaí) se deu após o embargo de petróleo pelos Estados Unidos ao Japão. E outros tantos conflitos ocorreram, como os ataques da Inglaterra e França na região do Canal de Suez, no Egito (1956), a disputa pelas Ilhas Malvinas entre Inglaterra e Argentina (empresas britânicas, americanas, canadenses e australianas passaram a explorar o petróleo no local) e a própria guerra de coalizão liderada pelos norte-americanos contra o Iraque (1991), dentre tantas outras<sup>282</sup>.

Talvez possamos pensar: *“mas não decidimos pela guerra, não estivemos nela, nem matamos ninguém e, portanto, pouco ou nada temos a ver com isso”*. É uma avaliação perfeitamente possível; mas existe outra: *“quando participamos de práticas de consumo desenfreado, comprando e comprando, contribuímos (e muito) para o petróleo ser um recurso natural cada vez mais cobiçado, levando seres humanos inclusive ao ato extremo de violência: a guerra”*.

E isso vale para todos os recursos naturais. Afinal, os conflitos, entre indivíduos ou nações, envolvem, praticamente sempre, o controle e a hegemonia sobre elementos da natureza (terras, água, petróleo, espaço nos oceanos etc). Qual a necessidade de, em pouco tempo, adquirir um novo automóvel, um aparelho de televisão mais moderno, um telefone celular com mais novidades, ou mesmo roupas, sapatos, acessórios etc? Uma necessidade é certa: a de serem utilizados, de algum lugar do mundo globalizado, recursos naturais. E como não existem bens para todos e todas, a consequência real é a seguinte: o acesso a bens materiais é usufruído por uma parte das pessoas, mas as matérias-primas vêm do mundo inteiro. Os benefícios são para poucos, enquanto os efeitos sociais, econômicos e ambientais são suportados em todos os cantos, por humanos e não humanos.

O Relatório de Desenvolvimento Humano - RDH 2007/2008<sup>283</sup>, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, já alertava para *“um mundo*

---

<sup>282</sup> OLIVEIRA, Lucas Kerr de. *Petróleo e segurança internacional: aspectos globais e regionais das disputas por petróleo na África Subsaariana*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2007, pp. 62-67. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11150/000607059.pdf?...1>, acesso em 27/05/2016.

<sup>283</sup> Informações extraídas de [http://www.pnud.org.br/arquivos/release\\_desiguald.pdf](http://www.pnud.org.br/arquivos/release_desiguald.pdf), acesso em 20/06/2010.

*cada vez mais dividido entre nações altamente poluidoras e países pobres”, mostrando que “enquanto os pobres contribuem de maneira desprezível ao aquecimento global, são eles que vão sofrer os resultados mais imediatos da mudança no clima”. O RDH/PNUD 2010, a sua vez, sela: “muitas pessoas em todo o mundo têm mais saúde, riqueza e educação do que nunca. Mas o progresso ao longo dos últimos 40 anos tem sido assimétrico, com as pessoas de alguns países e regiões a sentirem avanços muito mais lentos e, nalguns lugares, retrocessos”<sup>284</sup>.*

E pensando “a agenda para além de 2010”, o RDH/PNUD daquele ano expôs:

*“(...) As desigualdades internacionais, intergrupais e interpessoais continuam a ser enormes em todas as dimensões do bem-estar e as disparidades dos rendimentos estão a aumentar. Torna-se cada vez mais evidente que a atual produção e padrões de consumo mundiais são ambientalmente insustentáveis.*

*(...) Uma das estimativas preconiza que, em meados do século, os efeitos adversos das alterações climáticas nas colheitas agrícolas farão subir os preços (no caso do trigo, para mais do dobro), com repercussões maciças. No pior dos cenários, o consumo per capita de cereais cairá um quinto e mais de 25 milhões de crianças ficarão subnutridas, sendo o sul da Ásia a zona mais afetada. Os efeitos a longo prazo em termos de produtividade agrícola variam consoante a região e, em geral, são negativos nas regiões áridas e tropicais, nomeadamente em países em desenvolvimento, sendo positivos em algumas regiões mais frias do mundo, incluindo o Canadá e a Federação Russa. (...) As alterações climáticas representam um teste significativo para a comunidade internacional e há muito em jogo. A natureza global e sobretudo irreversível das alterações climáticas são uma questão de justiça distributiva transnacional e intergeracional, que afeta os milhares de milhões de pessoas que irão viver no próximo século e para além dele”<sup>285</sup> (Grifou-se).*

O Relatório PNUD 2011<sup>286</sup>, abordando a temática “Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos”, enfatizou com todas as letras:

*“(...) As alterações climáticas não são a única ameaça ambiental. A desflorestação e a sobreexploração do solo e das vias navegáveis podem ameaçar os meios de subsistência a longo prazo, a*

<sup>284</sup> Em [http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2010\\_PT\\_Chapter3\\_reprint.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Chapter3_reprint.pdf), acesso em 28/08/2011.

<sup>285</sup> Em [http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2010\\_PT\\_Chapter6\\_reprint.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Chapter6_reprint.pdf), acesso em 28/08/2011.

<sup>286</sup> Informações extraídas da página eletrônica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em específico: [http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2011\\_PT\\_Complete.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf), acesso em 16/11/2012, p. 40, 47 e 53.

*disponibilidade de água doce e os recursos renováveis essenciais, como as pescas. Estes problemas refletem, por vezes, desequilíbrios nas oportunidades e no poder (...) e arrastam outras implicações, como a perda de biodiversidade (...).*

*(...) As pessoas pobres e desfavorecidas são as que mais sofrem com a degradação ambiental. Esse fato não surpreende ninguém. Quase todas as semanas a comunicação social relata catástrofes que despedaçam vidas nas zonas mais pobres do mundo – vidas de pessoas que já enfrentam grandes desvantagens.*

*(...) A degradação ambiental afeta a saúde das pessoas através de impactos sobre os ambientes físico e social, bem como através do conhecimento, do patrimônio e dos comportamentos dos indivíduos e das famílias. (...) A cada ano, morrem pelo menos 3 milhões de crianças de idade até 5 anos por doenças relacionadas com o ambiente, incluindo infecções respiratórias agudas e diarreia – mais do que toda a população menor de 5 anos agregada da Áustria, da Bélgica, dos Países Baixos, de Portugal e da Suíça” (Grifou-se).*

A sua vez, mais recentemente, o Relatório PNUD 2015, cujo tema é o “trabalho como motor do desenvolvimento humano” prossegue enfatizando a necessidade de serem adotadas medidas que promovam alterações profundas no modo pelo qual nos relacionamos com nós mesmos, com os demais e com a natureza, inclusive nas relações trabalhistas: *“o trabalho sustentável é crucial não só para a sustentabilidade do planeta, mas também para garantir que o trabalho continue a promover o desenvolvimento humano em benefício das gerações futuras”*<sup>287</sup>.

E anos antes, apontando que a América do Norte e a Europa Ocidental enquanto somavam juntas apenas 12% da população mundial respondiam por 60% do consumo individual do mundo (em paralelo, todo o Sul da Ásia e a África Subsaariana era responsável por somente 3,2% do consumo, apesar de abrigarem 1/3 da população mundial!), Masanobu Taniguchi sedimentava:

*(...) Todos estão observando nosso modo de viver como habitantes da Terra. Vivemos nesta era e, portanto, se não formos regulando mais as nossas atitudes e o nosso modo de viver, problemas ambientais e de recursos naturais se agravarão cada vez mais e poderá ser desencadeado um conflito político internacional.*

---

<sup>287</sup> Informações extraídas da página eletrônica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em específico: [http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/RDHglobais/hdr2015\\_ptBR.pdf](http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/RDHglobais/hdr2015_ptBR.pdf), acesso em 25/05/2016, p. 164.

*Nesse sentido, não basta absolutamente ficarmos apenas gritando por paz ou dizendo que somos contra a guerra. É importante reconsiderarmos o nosso modo de viver extravagante e cheio de desperdícios, que poderá ser causa de guerras, e despendermos grandes esforços em mudá-lo. A base disso se encontra na mudança das nossas atitudes e do nosso modo de viver (Grifou-se)<sup>288</sup>.*

De igual modo, há mais de uma década, reprise-se, Vandana Shiva já fazia ecoar alerta sobre outro recurso natural - a água -, e os graves conflitos por seu controle. Na obra “Guerras por água: privatização, poluição e lucro” está o aviso:

*(...) Guerras paradigmáticas por causa da água estão ocorrendo em todas as sociedades, a leste e a oeste, norte e sul. Nesse sentido, guerras por água são guerras globais, com culturas e ecossistemas diferentes, compartilhando a ética universal da água como uma necessidade ecológica, em oposição a uma cultura corporativa de privatização, ganância e o cerco das águas públicas. Num dos lados dessas disputas ecológicas e guerras paradigmáticas estão milhões de espécies e bilhões de pessoas que buscam água suficiente para sua manutenção. Do outro lado está um punhado de corporações globais, dominadas pela Suez Lyonnaise des Eaux, Vivendi Environment e Bechtel e assessoradas por instituições globais como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), e governos do G7. (...) Muitos conflitos políticos por recursos naturais, no entanto, são escondidos ou sufocados. Aqueles que controlam o poder preferem mascarar as guerras por água como conflitos étnicos e religiosos. Uma camuflagem desse tipo é fácil porque as regiões ao longo dos rios são habitadas por sociedades pluralistas com grupos, linguagens e costumes diversos. É sempre possível pintar os conflitos por água em tais regiões como conflitos entre regiões, religiões e etnias (Os grifos não constam na versão original).<sup>289</sup>*

O convívio pacífico, a paz, depende, pois, tanto da postura de cada um de nós quanto de leis, decretos ou pactos internacionais. E, nesse aspecto, o respeito aos recursos naturais, à Mãe Natureza, a todas as formas de vida, e, em especial, aos direitos dos animais não humanos é algo absolutamente essencial. Ao respeitarmos

---

<sup>288</sup> TANIGUCHI, Masanobu. Primeiro passo para a paz; tradução de Seicho-No-Ie do Brasil. São Paulo: Seicho-No-Ie do Brasil, 2006, páginas 95 e 215.

<sup>289</sup> SHIVA, Vandana. *Guerras por água: privatização, poluição e lucro*. São Paulo: Radical Livros, 2006, p. 10. Cabe sedimentar, por relevante, que Joaquín Herrera Flores, a exemplo do que disse a respeito do atuar de Mahatma Gandhi, apontou, acertadamente, que Vandana Shiva também nos há “*mostrado el camino de una reacción cultural creativa y transgresora*” (HERRERA FLORES, Joaquín. *El Proceso Cultural: materiales para la creatividad humana*. Sevilla: Aconcagua Libros, 2005, p. 20)

o ciclo de vida dos animais não humanos nos tornaremos seres melhores, mais pacíficos, mais amorosos e contribuiremos com a eliminação de conflitos que provocam a desnecessária perda de vidas humanas e não humanas (porque assim não será necessária tanta ganância pelo controle de terras e águas necessárias para assegurar a produtividade agropecuária, seja no Norte ou no Sul Global).

É importante assinalar que o respeito aos animais não humanos tem alcançado significativa visibilidade, inclusive supranacional, há tempo. De fato, é bastante difundida, apesar da controvérsia em torno dela, a chamada Declaração Universal dos Direitos dos Animais<sup>290</sup>, formalizada há cerca de 40 anos (1978). Trata-se, ao menos, de uma carta de intenções e um compromisso moral de longa data.

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais (DUDA), assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), representa, sem dúvida, um propósito de grande importância para as nações e no próprio cenário internacional. Todavia, o texto em defesa dos animais é marcado pela mesma problemática que caracteriza aquele declarado em favor dos humanos<sup>291</sup>. Vale ler e reler o preâmbulo e os primeiros artigos da DUDA<sup>292</sup>, no verbo:

#### Preâmbulo

Considerando que *todo o animal possui direitos*;

Considerando que o desconhecimento e o *desprezo desses direitos* têm levado e continuam a levar o homem a cometer crimes contra os animais e contra a natureza;

---

<sup>290</sup> RODRIGUES, Danielle Tetü. O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa; 2ª edição. Curitiba: Juruá, 2008, pp.65-66 e anexo (texto da Declaração Universal dos Direitos dos Animais). A autora, como outros tantos, explicita que a DUDA teria sido aprovada pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), tendo inúmeros países como signatários, inclusive o Brasil (que, porém, ainda não a incorporou ao ordenamento jurídico pátrio). Não há reconhecimento disso pela UNESCO, porém, tampouco disponibilização do documento em sua página eletrônica oficial. Há apenas a afirmação de que provavelmente a DUDA tenha sido lida ou distribuída na 20ª Conferência Geral da UNESCO, em Paris (1978), após ser reconhecida pela mesa diretora o que, no entanto, não implica autoria da UNESCO. A DUDA, pelo que consta, teria sido emitida em 23/09/1977, em Londres, durante o encontro da Liga Internacional dos Direitos dos Animais, sem a representação de governos, portanto, e sim de associações defensoras dos animais (TINOCO, Isis Alexandra Pincella; CORREIA, Mary Lúcia Andrade. Análise Crítica sobre a Declaração Universal dos Direitos dos Animais. Revista Brasileira de Direito Animal, ano 5, volume 7, jul-dez 2010, pp. 169-195).

<sup>291</sup> A questão é tratada no Capítulo I, item 1.2.

<sup>292</sup> O texto completo da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, em espanhol, está disponível em <http://www.me.gov.ar/efeme/diaanimal/derecho.html>, acesso realizado em 25/05/2016. Uma análise crítica mais aprofundada em relação à DUDA, notadamente quanto ao seu conteúdo bem-estarista - em vez de abolicionista - pode ser conferido em: TINOCO, Isis Alexandra Pincella; CORREIA, Mary Lúcia Andrade. Op. Cit.

(...) Proclama-se o seguinte

Artigo 1º

*Todos os animais nascem iguais perante a vida e têm os mesmos direitos à existência.*

Artigo 2º

1. *Todo o animal tem o direito a ser respeitado.*

2. O homem, como espécie animal, não pode exterminar os outros animais ou explorá-los *violando esse direito*; tem o dever de pôr os seus conhecimentos ao serviço dos animais

3. *Todo o animal tem o direito à atenção, aos cuidados e à proteção do homem.*

A intenção da Declaração Universal dos Direitos dos Animais (DUDA), por certo, é a melhor possível. Entretanto, curial rememorar que a Teoria Crítica dos Direitos Humanos, no ensinar de Joaquín Herrera Flores, defende que o conteúdo básico, dos direitos humanos, não é o direito a ter direitos. Ao contrário, precisam ser compreendidos (os direitos humanos) como processos abertos (emancipatórios), em constante movimento, de luta pela dignidade a todos e todas.

Igual deve ser o pensar em relação aos direitos dos não humanos (animais e demais formas de vida), ou seja, não é suficiente declarar que eles têm direitos, pois o que é vital para os humanos também é para os não humanos: garantias de que poderão satisfazer suas necessidades fundamentais, sendo-lhes oportunizado o acesso a bens materiais e imateriais que lhes assegurem uma vida digna. Os não humanos devem ter, isso sim, as condições necessárias para que, em seus ambientes naturais, lutem as suas lutas e se desenvolvam; desfrutem da alimentação que lhes é própria; das paisagens; da companhia e das relações que mantém com os demais membros de sua espécie e de outras etc.

Ao revisar, criticamente, a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, e na linha de Joaquín Herrera Flores, teríamos um texto como:

Preâmbulo: ‘... reconhecendo que os direitos dos não humanos não constituem um ‘ideal abstrato’ que, como todo horizonte, se afasta a medida que nos aproximamos, proclamamos que tais direitos são o conjunto de processos que os indivíduos de cada espécie põem em marcha cotidianamente para ter acesso aos bens exigíveis para uma vida digna de ser vivida, a seu modo e em seu ambiente natural’

Artigo 1º. – Todos os seres não humanos devem ter os meios e condições necessárias a fim de que possam pôr em prática

‘processos de luta pela dignidade’: suas lutas não humanas, em seus modos de vida não humanos e em seus meios naturais.

Artigo 2º. – A dignidade é um fim perseguido pelos direitos dos não humanos. A dignidade consiste na obtenção de um acesso igualitário aos bens, tanto materiais como imateriais, de forma que cada espécie possa viver, conviver e se desenvolver de acordo com suas características, sem a interferência dos humanos.

Artigo 3º. – Para conseguir o anterior, os não humanos precisam ser respeitados de forma que os humanos na busca por sua dignidade humana não os exterminem nem os explorem. Os humanos, em suas lutas pela dignidade devem ter suficiente poder individual e coletivo para exigir das instituições legislativas, internacionais e nacionais, um sistema de garantias (políticas, sociais, econômicas e jurídicas) que lhes permitam gozar do resultado de suas lutas. Tudo isso, porém, deve sempre considerar e respeitar os não humanos. Para tal efeito, declaram-se como garantias mínimas as seguintes...

Deveras, as produções normativas que elaboramos, pelo bem-estar de humanos e não humanos, precisam garantir a todos e todas aquilo que (ao menos por enquanto) é universalizável: que cada qual tenha potência, espaço e capacidade de viver, atuar e se desenvolver com dignidade, seja em termos políticos, econômicos, culturais, sociais etc (humanos), seja no tocante aos ciclos naturais (não humanos). A postura de homens e mulheres no mundo, para tanto, deve mudar. É necessário, com urgência, rever valores e atitudes, de modo a que, considerando as ideias propostas pelo Biocentrismo, Teoria de Gaia e Ecologia Profunda, dentre outras, possamos trilhar o caminho da paz, cada qual consigo próprio, com os demais e com a natureza. Nessa jornada precisamos de critérios de valor outros, como o da riqueza humana e não humana e da dignidade da vida.

### **2.5.1 POR UM OUTRO CRITÉRIO DE VALOR: A RIQUEZA HUMANA E NÃO HUMANA E A DEFESA DA DIGNIDADE DA VIDA**

As relações predominantes no sistema-mundo<sup>293</sup> hegemônico, sob o critério da riqueza econômica, nos induzem a crer que vivemos em uma época como se tudo

---

<sup>293</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito*. -4. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015, p. 80-89. Como assinalamos no Capítulo I, o autor, tendo como marco de referência a obra de Immanuel Walterstein, explicita a existência de um sistema-mundo de dominação política-

pudesse ser comercializado e regulado pelo mercado e sua mão nem tão invisível. Deveras, é como se cada coisa na vida tivesse um equivalente em dinheiro, sejam os bens materiais (casa, carro, computador etc.), sejam os imateriais (saúde, felicidade, amor, respeito conhecimento) “*e tudo mais que possa interessar ao ser humano*”.<sup>294</sup> E é esse modo equivocado de pensar e se comportar que culmina medindo o valor de homens e mulheres pelo que são capazes de produzir e consumir, de forma que as pessoas, conforme seu potencial de produção/consumo, valem menos na parte inicial (infância) e final (velhice) da vida.

O lecionar de Jefferson Aparecido Dias, sobre o efeito dessa exacerbação do valor da riqueza econômica (a qual questiona e refuta), é esclarecedor:

Em consequência, a vida não tem um valor intrínseco, mas sim um valor relacionado às riquezas que pode produzir, razão pela qual a vida de uma pessoa jovem valeria mais que a vida de uma pessoa adulta, e a vida desta valeria mais que a vida de uma pessoa idosa, já que para cada ano que se projeta que a pessoa viverá é atribuído um valor econômico. (...) *Para aumentar o valor monetário dos seres humanos, o que se tem buscado é reduzir a infância e a velhice, ampliando a juventude e a idade adulta como forma de aumentar os anos de produção do ser humano, pois, quando uma pessoa atinge a velhice e deixa de ser produtiva, se não conseguiu acumular riqueza suficiente para continuar a ser um consumidor, não mais interessa ao poder. Seria como uma engrenagem desgastada pelo uso, que precisa ser substituída para que a máquina continue a funcionar e a produzir riquezas. (...) É evidente que a adoção da maximização da riqueza econômica como ponto de partida para todas as relações humanas é cultural e resulta do modelo capitalista e neoliberal* (Os grifos realizados não constam na versão original)<sup>295</sup>.

---

econômica. Nesse aspecto, a dependência de países periféricos latino-americanos, como o Brasil, em relação a países centrais, como Estados Unidos, “é produto tanto das condições criadas pelo sistema mundo” quanto “da relação de classes e da ação ético-cultural dos agentes e dos grupos na esfera de colonização de cada nação e de cada Estado” (p. 85). Ademais, o autor enfatiza, também, que o “capitalismo periférico” significa um modelo de desenvolvimento que estabelece a dependência, submissão e controle das estruturas socioeconômicas e político-culturais locais e/ou nacionais aos interesses das transnacionais e das economias dos centros hegemônicos, e situa, na ponta submetida, os países periféricos. Na outra ponta estão os países dominantes, que com a internacionalização da economia capitalista, através da exportação de capitais, têm, diante dos países periféricos (caso do Brasil) fácil acumulação de lucros, com disponibilidade de mão-de-obra, baixos salários e monopólio das fontes de matéria-prima barata. A expansão desse modelo de economia capitalista intensifica a sangria dos países pobres, relegando à América Latina a mera função de exportadora de produtos primários e importadora de capital e tecnologia. A dominação, que aparece sob a forma de uma moeda-padrão (o dólar), de uma determinada política “protecionista” do comércio e do mercado (os Acordos de Bretton Woods, 1944, e a criação do GATT, 1947), de uma industrialização da colonizadora da periferia com a formação de corporações transnacionais, bem como da constituição de organizações financeiras, como o Banco Mundial e o FMI.

<sup>294</sup> DIAS, Jefferson Aparecido. Pessoas idosas: da riqueza econômica à riqueza humana. Em: MANENTE, Ruben Rockenbach; DIAS, Jefferson Aparecido; SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano (Org.). *Teoria Crítica dos Direitos Humanos: das lutas aos direitos*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011, p. 192.

<sup>295</sup> Op. Cit., pp. 193, 195 e 200.



Deveras, esse modo de ver e pensar o mundo tendo como elemento fundante a riqueza econômica não nos tem levado, nem poderá levar, a um bom lugar, a um lugar de concretização de direitos humanos e de uma relação pacífica harmoniosa e comum, de humanos com humanos, com não humanos e com a natureza. Afinal, a maior, mais essencial e exuberante riqueza que temos ao nosso dispor neste Planeta Azul não se pode comprar nem vender. O que temos de mais valioso, e isso não podemos esquecer nem ignorar, é a riqueza humana, é aquilo que somos, fazemos ou temos a potencialidade de fazer, porquanto *“toda vida humana tem um valor intrínseco que está em ‘uma vida’ e em cada uma delas, e não apenas nos recursos econômicos que essa vida pode gerar”*<sup>296</sup>.

É necessário, na lição de Joaquín Herrera Flores, superar essa linha de comportamento que separa a economia das demais instituições sociais e que instaurou o mercado capitalista (e, portanto, o critério da riqueza econômica) como *“ideologia, racionalidade e fundamento de nossa vida em sociedade”*<sup>297</sup> nessa época contemporânea. A economia, sob essa visão, deixou de ser um processo coletivo de construção de condições de vida e se transformou numa competição *“de indivíduos atomizados e egoístas empenhados na consecução do maior pedaço de um bolo do qual nem todos podem comer”*<sup>298</sup>. É essencial rever e alterar esse caminho.

O que propõe o professor e filósofo espanhol é que passemos a considerar e empregar não mais o critério da riqueza econômica, mas sim o da riqueza humana. Para tanto, ele traça um paralelo entre a ciência (que analisa, rompe o real para conhecer as partes e estabelece uma “autoridade” difundida por “representantes” da verdade) e a arte (que realiza, nos relaciona conosco e com o mundo em função da presença real de outro e do outro; aquela que permite o múltiplo comentário, a flexível e plural interpretação, a variedade de leituras e recepções)<sup>299</sup>. O que se pretende, enfatiza Herrera Flores, é um critério *“que expresse a necessidade humana de caminhar para o propriamente humano: quer dizer, a vida, a ação e a luta pela dignidade”*. Valorizar a riqueza humana significa impulsionar “a) o desenvolvimento das capacidades, e b) a construção de condições que permitam a

---

<sup>296</sup> Op. Cit., p. 206.

<sup>297</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. *A reinvenção dos direitos humanos*; tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: F. Boiteux, 2009, p. 51.

<sup>298</sup> Op. Cit., p. 52.

<sup>299</sup> Op. Cit., p. 170.

real apropriação e desdobramento de tais capacidades por parte de indivíduos, grupos, culturas e qualquer forma de vida que conviva em nosso mundo”<sup>300</sup>.

O critério da riqueza humana, na lição de Joaquín Herrera Flores:

além de nos servir de fiel da balança na hora de sopesar em termos de direitos humanos as diferentes posições culturais, políticas e sociais, também nos serve para fugir de qualquer tendência ao relativismo cultural radical: todos os pontos de vista são igualmente válidos. *Partindo da base de que não se podem valorar globalmente as culturas* – ao estilo da cantilena liberal sobre a existência de “valores verdadeiros” –, *a não ser aspectos parciais de todas elas, o critério da riqueza humana nos permitirá comparar e “julgar” questões de choque ou conflito*: o tema da mulher na cultura ocidental e na ideologia dos talibãs; o consumismo visto da cultura islâmica ou europeia; a proteção e o respeito à natureza no ocidente ou nos povos indígenas da Amazônia. *Utilizar o critério da riqueza humana nos permite estabelecer as bases de discussão e diálogo entre culturas*. A realidade dos direitos humanos em nosso mundo plural e diversificado cultural e ideologicamente deve ser avaliada em função desse critério de valor. (...) *o critério da riqueza humana nos adverte que os direitos não são algo prévio à construção de condições sociais, econômicas, políticas e culturais que propiciam o desenvolvimento das capacidades humanas e sua apropriação e desdobramento nos contextos em que se situem*. A relação entre os direitos humanos e esse conjunto de condições é estreita. Por isso, *a partir da riqueza humana, rechaça-se qualquer universalismo ‘a priori’ que imponha critérios como se fossem o padrão-ouro da ideia de humanidade*. O único universalismo que podemos defender desta posição é um universalismo ‘a posteriori’, um universalismo de chegada, em que todas as culturas possam oferecer suas opções e as discutir em um plano não de mera simetria mas de igualdade. (..) Devemos, portanto, nos armar com conceitos e formas de práticas que tendam a conquistar a maior quantidade possível de “espaços sociais” de democracia; espaços onde os grupos e os indivíduos encontrem possibilidades de formação e de tomada de consciência (...). A democracia deve consistir num processo de construção de um “espaço público de empoderamento”, onde possa surgir uma variedade de diferentes experiências e onde sobressaiam a mutabilidade e as possibilidades de modificação e transformação. (...) *A luta pela dignidade é sempre movimento, modificação, mudança, dinamismo, transformação constante das formas organizativas e institucionais*<sup>301</sup> (Grifou-se).

---

<sup>300</sup> Op. Cit., pp. 185-186.

<sup>301</sup> Op. Cit., pp. 186-190.

E para fazer valer o critério da riqueza humana há de se colocar em marcha três tarefas básicas: 1) Construir o espaço público desde uma concepção participativa de democracia (superando-se o ideário de democracia representativa, de forma que as pessoas tenham voz e vez na própria condução de suas vidas); 2) Recuperar ou se apropriar do “centro de gravidade” da ação política (abandonando-se qualquer modalidade de humanismo abstrato – como aquele baseado nas leis do mercado -, e fazendo prevalecer um humanismo concreto que surja da experiência da pluralidade de vozes que compõe nossas histórias); e 3) Recuperar, também, a consciência do limite, da fronteira, do horizonte (saber que nossas vidas, no tempo e no espaço, têm possibilidades e obstáculos e que temos plena condição de atuar ativamente para construir e reconstruir nossos caminhos pela dignidade humana)<sup>302</sup>.

De fato, é preciso reconhecer que a vida humana tem valor intrínseco. Cada vida humana vale muito, independente da condição econômica dessa ou aquela pessoa. Mas, recordemos, as demais formas de vida (não humanas) também têm valor por si mesmas, como vimos com a Ecologia Profunda e o Biocentrismo (riqueza não humana). E isso há de ser assim porque a própria concepção da dignidade da pessoa humana deve evoluir para além, para a dignidade da vida.

Importante explicitar, conforme pontuado pela filósofa Anamaria Feijó, que o termo dignidade – associado aos seres humanos como o conhecemos -, tem por base, principalmente, as ideais de Immanuel Kant, segundo o qual tudo teria um preço ou uma dignidade; quando tem preço se pode pôr no lugar dela qualquer outra de valor igual; quando a coisa está acima de preço (insubstituível por algo equivalente) então ela tem dignidade<sup>303</sup>. A questão, reforça-se, é que a vida não tem preço, seja ela humana ou não humana (riqueza humana e não humana).

Nesse rumo, vale consignar, a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, promulgada há mais de década pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sedimenta estar (“ela” e portanto seus autores) *“consciente de que os seres humanos fazem parte integrante da biosfera e têm um papel importante a desempenhar protegendo-se uns aos outros e*

---

<sup>302</sup> Op. Cit., pp. 190-195.

<sup>303</sup> FEIJÓ, Anamaria Gonçalves dos Santos. *A dignidade e o animal não-humano*; Em: MOLINARO, Carlos Alberto; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago [org.]. *A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária*. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 128-129.

*protegendo as outras formas de vida, em particular os animais*”.<sup>304</sup> É, pois, comentando esse pacto internacional que Anamaria Feijó bem assevera: “*como se pode constatar, mais do que respeito para com a natureza, o momento presente exige a consciência de nossa responsabilidade em defender as demais formas de vida, certamente dignas de serem protegidas e respeitadas*”.<sup>305</sup>

A dignidade assume, então, sua dimensão ecológica (ou socioambiental), a qual, no ensinar de Ingo Sarlet e Tiago Fensterseifer “*contempla a qualidade de vida como um todo, inclusive do ambiente em que a vida humana (mas também a não humana) se desenvolve*”<sup>306</sup>. Os autores ressaltam a necessidade não somente de se reconhecer a “*dignidade da vida em geral*”, mas também de atribuir dignidade às futuras gerações humanas “*e mesmo a outras formas de vida*”.<sup>307</sup> E, ao fazerem a pergunta: “*dignidade da vida para além da humana?*”, arrematam:

A atribuição de ‘dignidade’ a outras formas de vida ou à vida em termos gerais transporta a ideia de respeito e responsabilidade que deve pautar o comportamento do ser humano para com tais manifestações existenciais. *Nesse contexto, para além de uma compreensão ‘especista’ da dignidade, que parece cada vez mais frágil diante do quadro existencial contemporâneo e dos novos valores culturais de natureza ecológica, deve-se avançar nas construções morais e jurídicas no sentido de ampliar o espectro de incidência do valor dignidade para outras formas de vida e da vida em si.*<sup>308</sup> (Os grifos realizados não constam no original).

A dignidade da vida é bem representada sobremaneira quando se trata dos animais não humanos que, por serem sencientes como nós, têm recebido a atenção de inúmeros autores. Muitas são as constatações do porquê devemos assegurar dignidade aos não humanos. Ao tratar da sensibilidade, compaixão, coragem, lealdade, firmeza, cooperação, astúcia e generosidade dos animais, Kristin Von Kreisler, por exemplo, registra que não sabia o quanto os elefantes eram sensíveis:

<sup>304</sup> Informações disponíveis em <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001461/146180por.pdf>, acesso em 31/07/2016. O Pacto internacional é do ano de 2005.

<sup>305</sup> FEIJÓ, Anamaria Gonçalves dos Santos. Op. Cit., p. 132.

<sup>306</sup> SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Algumas notas sobre a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana e sobre a dignidade da vida em geral; Em: MOLINARO, Carlos Alberto; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago [org.]. *A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária*. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 180.

<sup>307</sup> Op. Cit., pp.181-182.

<sup>308</sup> Op. Cit., p. 191.

*“descobri que quando uma fêmea se acasala pela primeira vez, outras fêmeas de sua manada, constituída totalmente de fêmeas, se reúnem para acalmá-la e assegurar-lhe que pode contar com elas”.*<sup>309</sup> A seu tempo, Marc Bekoff, citando Rosamund Young, retrata que galinhas *“adoram brincar”*, assim como vacas que também *“formam laços duradouros de amizade”* umas com as outras; e ainda, o quanto uma baleia corcunda de 15 metros (que estava enredada numa armadilha para caranguejos) após ser ajudada por *mergulhadores “cutucou com o nariz cada um dos seus salvadores”*<sup>310</sup>. Por fim, Temple Grandin e Catherine Johnson relembram a inteligência dos porcos: *“um estudo mostrou que porcos vivendo em ambiente seminatural passavam 52% das horas do dia fuçando e pastando, e 23% investigando o ambiente. São orientados para explorar o mundo”.*<sup>311</sup> E sobre os porcos é notável a observação do renomado treinador de animais, Keller Breland, o qual disse à revista *Time* *“que os porcos eram os mais inteligentes com que ele havia trabalhado, e em seguida vinham os guaxinins, os cães e os gatos”.*<sup>312</sup>

É fundamental, nesse contexto, que criemos condições e meios para que todos possam viver uma vida digna de ser vivida. E é a vida, em todas as suas formas, que tem dignidade a ser reconhecida e assegurada. Afinal, humanos e não humanos, em sua interação de longa data presente no Planeta Terra, têm valor próprio (intrínseco) e juntos significam um todo importante, interdependente e indissociável. As observações de Fritjof Capra são precisas:

Não existe nenhum organismo individual que viva em isolamento. Os animais dependem da fotossíntese das plantas para ter atendidas as suas necessidades energéticas; as plantas dependem do dióxido de carbono produzido pelos animais; bem como do nitrogênio fixado pelas bactérias em suas raízes; e *todos juntos, vegetais, animais e microorganismos, regulam toda a biosfera e mantêm as condições propícias à preservação da vida.* Segundo a hipótese Gaia, de James Lovelock e Lynn Margulis, a evolução dos primeiros organismos vivos processou-se de mãos dadas com a transformação da superfície planetária, de um ambiente inorgânico numa biosfera auto-reguladora. *‘Nesse sentido’, escreve Harold Morowitz, ‘a vida é uma propriedade dos planetas, e não dos organismos individuais’.*

---

<sup>309</sup> KRINSTIN, Von Kreisler. *A bondade nos animais: histórias verdadeiras de animais que preferem fazer o bem*; tradução Newton Roberval Eichemberg. São Paulo Cultrix, 2005, pp. 37.

<sup>310</sup> BEKOFF, Marc. *A vida emocional dos animais: alegria, tristeza e empatia nos animais: um estudo científico capaz de mostrar a maneira como os vemos e os tratamos*; tradução Denise de C. R. Delela. São Paulo: Cultrix, 2010, pp. 72-73 e 75.

<sup>311</sup> GRANDIN, Temple; JOHNSON, Catherine. *O bem-estar dos animais: proposta de uma vida melhor para todos os bichos*; tradução de Angela Lobo de Andrade. Rio de Janeiro: Rocco, 2010, p. 179.

<sup>312</sup> Op. Cit., p. 180.

(...) Quando olhamos para o mundo à nossa volta, percebemos que não estamos lançados em meio ao caos e à arbitrariedade, mas que *fazemos parte de uma ordem maior, de uma grandiosa sinfonia da vida. Cada uma das moléculas do nosso corpo já fez parte de outros corpos – vivos ou não – e fará parte de outros corpos no futuro. Nesse sentido, nosso corpo não morrerá, mas continuará perpetuamente vivo, pois a vida continua. Não só as moléculas da vida que temos em comum com o restante do mundo vivente, mas também os princípios básicos da organização vital. (...) Com efeito, nós fazemos parte do universo, pertencemos ao universo e nele estamos em casa; e a percepção desse pertencer, desse fazer parte, pode dar um profundo sentido à nossa vida*<sup>313</sup> (Grifou-se).

Deveras, esse profundo sentido que podemos dar às nossas existências implica compreender e valorizar a dignidade e a riqueza da vida, seja humana ou não humana (dos mais próximos aos mais distantes de nós).

## 2.5.2 PELOS NÃO HUMANOS: DOS MAIS PRÓXIMOS AOS MAIS DISTANTES

A defesa da dignidade da vida em todas as suas formas evidencia, mais uma vez, o quanto a proteção aos não humanos implica reflexões éticas. Os debates a respeito dos animais são mais presentes e intensos, certamente por estarem mais próximos de nós, em termos de relações e sentimentos. Quanto a eles, há intenso refletir sobre o certo e o errado e cujos contornos podem conter e sopesar, ou não, as consequências de nossos atos (consequencialistas x não consequencialistas). De fato, o nosso agir pode ir bem ou mal a depender se produz resultados bons ou ruins (consequencialismo). Ao revés, o que fazemos pode ser entendido como correto ou não independentemente do valor das consequências de nossas ações, porquanto existem atos que são certos ou errados em si mesmos (não consequencialismo)<sup>314</sup>.

---

<sup>313</sup> CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2002, pp. 23 e 82.

<sup>314</sup> PAIXÃO, Rita Leal. *Experimentação animal: razões e emoções para uma ética*. Tese apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública para obtenção do grau de Doutor. Rio de Janeiro; 2001, item 2.2.6. Disponível em [http://portalteses.iciet.fiocruz.br/transf.php?script=thes\\_cover&id=000039&lng=pt&nrm=iso](http://portalteses.iciet.fiocruz.br/transf.php?script=thes_cover&id=000039&lng=pt&nrm=iso), acesso: 06/09/2016. A autora apresenta, ainda, três subdivisões das teorias consequencialistas: 1- O egoísmo ético – uma ação é moralmente correta se as consequências daquela ação são mais favoráveis do que desfavoráveis para o agente que realiza a ação. 2- O altruísmo ético - uma ação é moralmente correta se as consequências daquela ação são mais favoráveis do que desfavoráveis para todos menos para o agente. 3- O utilitarismo - uma ação é moralmente correta se as consequências daquela ação são mais favoráveis do que desfavoráveis para todos. O utilitarismo, vale selar, é a forma mais difundida de ética consequencialista e é considerado hedonista (bem = prazer; mau = dor; nesse sentido, para o utilitarismo, as ações são corretas quando tendem a promover a maior felicidade global e incorretas, ao contrário, quando tendem a gerar dor).

As teorias de cunho consequencialista, também denominadas de teleológicas, assumem importância, no que se refere à causa dos animais, com o utilitarismo de Jeremy Bentham e John Stuart Mill, especialmente por Peter Singer. De outro lado, as teorias não consequencialistas ou deontológicas, em favor da causa animal, tem em Tom Regan sua voz mais influente<sup>315</sup>. Para Peter Singer, como para Bentham e Mill, a capacidade de sentir (seres sencientes), de sofrer ou ter prazer e felicidade é elemento essencial para um ser ter algum interesse defensável<sup>316</sup>. A sua vez, Tom Regan enfatiza que há animais que são conscientes do mundo e do que lhes acontece e, portanto, têm valor próprio, independentemente se alguém se preocupa com isso ou não<sup>317</sup>. O pensar de Gary Francione, no sentido de que não temos nenhuma justificativa ética para usar animais não humanos para nossos propósitos<sup>318</sup>, importante selar, mantém vivo o intenso debate entre os defensores do Bem-Estar Animal (bem-estaristas), os adeptos do Abolicionismo Animal (abolicionistas) e os que clamam pelo Novo Bem-Estarismo Animal.

Os bem-estaristas propõem que aos animais sejam asseguradas as melhores condições possíveis, físicas e psíquicas (alimentação, água e local adequado para viver e se desenvolver), prevenindo-se o sofrimento e sendo assegurada uma morte rápida e indolor quando chegar a hora (porque a hora um dia chega, já que nessa vertente está autorizado o sacrifício dos animais para satisfazer interesses humanos). Os abolicionistas, em direção oposta, não admitem nenhuma forma de utilização ou de exploração dos animais não humanos e almejam abolir totalmente o seu uso. Enfim, os chamados novos bem-estaristas seriam os que defendem práticas de bem-estar animal (o que de certa forma seria um avanço), a curto prazo, até que se alcance a abolição integral, a médio ou logo prazo. As discussões nesse norte, inclusive quanto a serem os animais sujeitos de direito ou não<sup>319</sup>, ou sujeitos-de-

---

<sup>315</sup> VELOSO, Maria Cristina Brugnara. *A condição animal: uma aporia moderna*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013, pp. 81-98.

<sup>316</sup> SINGER, Peter. *Libertação Animal*; tradução de: Marly Winckler, Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, pp. 12-15.

<sup>317</sup> REGAN, Tom. *Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais*; tradução de: Regina Rheda; revisão técnica de: Sonia Felipe, Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2006, pp.65-72.

<sup>318</sup> FRANCIONE, Gary L. *Introdução aos direitos animais: seu filho ou o cachorro?*; tradução de Regina Rheda. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2012.

<sup>319</sup> O argumento mais recorrente no sentido de que os animais não humanos são (ou podem ser) sujeitos de direitos é que, a exemplo das pessoas jurídicas (empresas) que possuem direitos de personalidade reconhecidos desde sua constituição e registro, podendo inclusive figurar como parte em processos judiciais, igualmente os animais se tornam titulares de direitos por força da legislação que os protege, sendo que, assim como aquelas, podem atuar no mundo jurídico por meio de representantes, dentre os quais, como no Brasil, o Ministério Público. Ao contrário, aqueles que não concordam que os animais sejam titulares de direitos têm como

uma-vida<sup>320</sup>, com as razões de cada qual e com os contrapontos respectivos, têm ocupado o meio acadêmico, valendo salientar, além de Peter Singer, Tom Regan e Gary Francione, o pensar de Carl Cohen<sup>321</sup>, Carlos Naconecy<sup>322</sup>, Edna Dias<sup>323</sup>,

---

sua principal fonte argumentativa a ideia de que direitos só são aplicáveis a pessoas, sejam físicas ou jurídicas (DIAS, Edna Cardozo. *Os animais como sujeitos de direito*. *Revista Brasileira de Direito Animal*, vol. 1, núm. 1, jan-dez 2006, pp. 119-121). A autora, com propriedade, explicita as suas razões: “se aprofundarmos nossa reflexão sobre os chamados direitos de personalidade acabaremos por constatar que nada mais são que direitos emanados da pessoa como indivíduo. Devem ser compreendidos, pois, como direitos oriundos da natureza da pessoa como um ente vivo, desde o seu nascimento. Um bebê, antes de ser registrado, já é uma pessoa, pelo menos sob o ponto de vista científico e humano. Valorando a pessoa como um ser vivo temos que reconhecer que a vida não é atributo apenas do homem, e sim um bem genérico, inato e imanente a tudo que vive. E, sob esta ótica a pessoa tem seus direitos imbricados em sua condição de indivíduo, e não apenas pessoa física com identidade civil. Não poderemos chegar a outra conclusão senão a de que os animais, embora não sejam pessoas humanas ou jurídicas, são indivíduos que possuem direitos inatos e aqueles que lhes são conferidos pelas leis, sendo que os primeiros encontram-se acima de qualquer condição legislativa. Se cotejarmos os direitos de uma pessoa humana com os direitos do animal como indivíduo ou espécie, constatamos que ambos têm direito à defesa de seus direitos essenciais, tais como o direito à vida, ao livre desenvolvimento de sua espécie, da integridade de seu organismo e de seu corpo, bem como o direito ao não sofrimento. Sob o ponto de vista ético e científico fácil justificar a personalidade do animal”.

<sup>320</sup> A expressão é de Tom Regan e dá ênfase ao fato de os animais não humanos, assim como os humanos, estarem no mundo, disso terem consciência e a isso darem importância, sendo, como nós, portanto, “sujeitos-de-uma-vida” (REGAN, Tom. Op. Cit., pp. 60-62 e 71-75). Diz o autor: “Como nós, esses animais estão no mundo, conscientes do mundo e conscientes do que acontece com eles. E, como ocorre conosco, o que acontece com esses animais é importante para eles, quer alguém mais se preocupe com isto ou não” (p. 72).

<sup>321</sup> COHEN, Carl. *Os animais têm direitos?*; Em: GALVÃO, Pedro (Org. e trad.). *Os animais têm direitos? Perspectivas e argumentos*. Lisboa: Dinalivro, 2011, pp. 63-82. Para o autor os animais não têm direitos. Nós, humanos, até temos obrigações para com os animais, mas direitos é algo que não pertence ao mundo deles. Exemplifica dizendo que se tivéssemos nos conduzido de forma diferente com os animais não teríamos desenvolvido a maioria das terapias médicas bem-sucedidas (como antibióticos, vacinas, próteses e outros) das quais nos utilizamos atualmente para salvar e melhorar nossas vidas e para proteger nossos filhos. E arremata consignando que se esse pensar em defesa dos animais colher agora “a aceitação geral (algo, improvável, mas possível), as consequências para a ciência médica e para o bem-estar humano nos anos vindouros não serão menos que catastróficas” já que os avanços na medicina dependem do uso dos não humanos (p. 81).

<sup>322</sup> NACONECY, Carlos. *Bem-estar animal ou libertação animal? Uma análise crítica da argumentação antibem-estarista de Gary Francione*. *Revista Brasileira de Direito Animal*, ano 4, núm. 5, jan-dez 2009, pp. 235-267; e NACONECY, Carlos. *Ética e animais: um guia de argumentação filosófica*; 2ª. ed.; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. O autor sedimenta: “Não esqueçamos que uma ética a favor de animais não é, em princípio, uma ética contra a humanidade. (...) É claro que, em vez dos silogismos de um livro de Filosofia, uma visita a um zoológico, aviário, matadouro ou laboratório se constituiriam o modo mais eficiente para despertar uma pessoa para a relevância ética do tema (...). E se nos sentirmos emocionalmente perturbados com essas cenas, devemos então nos perguntar por que isso acontece e o que isso, no fundo, significa. (...) Felizmente, a opinião pública está mudando a esse respeito. E, quando os padrões morais se alterarem suficientemente, os padrões legais também mudarão. (...) A história nos mostra que nem sempre é fácil ver, de dentro de uma situação, quando o conformismo, interesse próprio, e a inércia abafam a deficiência moral. Aqui, novamente, o caso da escravidão é paradigmático. Por muito tempo, ela foi considerada legítima. Somente agora nos admiramos com a insensibilidade moral dos nossos antepassados. Oxalá nossos descendentes também se admirem com a nossa indiferença ética em relação aos animais. O mundo, então, será um lugar melhor” (pp. 200-201).

<sup>323</sup> DIAS, Edna Cardozo. *Direitos dos animais e isonomia jurídica*. *Revista Brasileira de Direito Animal*, ano 2, núm. 3, jul-dez 2007, pp. 107-117. A autora preconiza: “Os animais deveriam ser inseridos no mesmo sistema de proteção legal concedido ao ser humano. A proteção dos animais faz parte da dignidade humana, que é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Se cotejarmos os direitos de uma pessoa humana com os direitos do animal como indivíduo ou espécie, constatamos que ambos têm direito à defesa de seus direitos essenciais, tais como o direito à vida, ao livre desenvolvimento de sua espécie, da integridade de seu corpo, bem como o direito ao não sofrimento e à liberdade. Basta a compreensão da igualdade de interesses para se defender o princípio da igualdade de direitos entre homens e outros animais” (p. 117).



Heron Santana<sup>324</sup>, J. Baird Callicott<sup>325</sup>, James Rachels<sup>326</sup>, Jan Narveson<sup>327</sup>, Jeff Macmahan<sup>328</sup>, Maria Brugnara Veloso<sup>329</sup> e Vânia Damasceno Nogueira<sup>330</sup>.

<sup>324</sup> SANTANA, Heron José de. *Abolicionismo animal*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito do Recife/Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor. Recife, 2006. Disponível em [http://repositorio.ufpe.br:8080/bitstream/handle/123456789/4037/arquivo6005\\_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br:8080/bitstream/handle/123456789/4037/arquivo6005_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y), acesso em 06/09/2016. Há uma década o autor já salientava: “seja como for, se considerarmos que o direito é um interesse protegido pela lei, ou uma faculdade do julgador de exigir determinada conduta de outrem, ou uma garantia conferida pelo Estado que pode ser invocada sempre que um dever for violado, nós temos que admitir que os animais são sujeitos de direito” (p. 212). Assumindo sua linha de defesa, já à época selava: “Entendemos que um movimento verdadeiramente abolicionista não deve jamais pactuar com qualquer tipo de violação dos direitos fundamentais básicos dos animais: a vida, a liberdade corporal e integridade física e psíquica, a menos que isso ocorra em seu próprio benefício ou nos casos em que também seria admitido com a espécie humana” (p. 91).

<sup>325</sup> CALLICOTT, J. Baird. *Uma questão triangular*. Em: GALVÃO, Pedro (Org. e trad.). *Os animais têm direitos? Perspectivas e argumentos*. Lisboa: Dinalivro, 2011, pp. 121-175. As suas observações sedimentam: “a controvérsia filosófica sobre a libertação e os direitos dos animais tem sido representada sobretudo como uma disputa polar entre os humanistas morais tradicionais e os moralistas humanos aparentemente vanguardistas”. Todavia, prossegue o autor, “devemos conceber o debate sobre a libertação dos animais como triangular, e não como polar, sendo a ética da terra ou ambiental a terceira alternativa e, a meu ver, a alternativa mais criativa, interessante e praticável. (...) A ética da terra, com a sua perspectiva ecológica, ajuda-nos a reconhecer e afirmar a integridade orgânica do eu e a insustentabilidade de uma distinção rígida entre o eu e o ambiente. À questão de saber o que comer, responde: não vegetais, em vez de animais, mas comida produzida organicamente em vez de produzida mecânico-quimicamente”. Por fim, defendendo seu posicionamento pelo que denomina de “ética da terra”, o autor avalia que a libertação dos animais “se fosse desenvolvida não só no nível retórico mas também ao nível prático, resultaria em consequências ruins para as plantas, os solos, os corpos de água - consequências essas que, segundo a teoria moral humana, não poderiam ser consideradas diretamente. Como esta última observação sugere, o movimento da libertação e dos direitos dos animais é, em última análise, completamente impraticável. Uma sociedade em que todos os animais com sensibilidade recebessem a mesma consideração, ou tivessem direitos que lhes valessem a mesma consideração, seria tão lúbrica que poderia ser mais apropriado abordá-la na sátira do que na discussão filosófica” (pp. 172-175).

<sup>326</sup> RACHELS, James. *Darwin, Espécie e Moralidade*. Em: GALVÃO, Pedro (Org. e trad.). *Os animais têm direitos? Perspectivas e argumentos*. Lisboa: Dinalivro, 2011, pp. 177-200. O autor enfatiza que a partir de Charles Darwin já não podemos mais (nós, humanos) pensar que ocupamos um lugar especial na criação; ao contrário, “temos antes de perceber que somos um produto das mesmas forças evolutivas que moldaram o resto do reino animal”. Aponta, quanto à temática da maneira como nos relacionamos com os não humanos, que a ideia de que os animais existiriam para que fizéssemos uso deles (primeira fase) é desintegrada com a teoria darwiniana que demonstra que, em verdade, fazemos parte da mesma ordem natural que os animais e somos semelhantes a eles (segunda fase). Atualmente, então, percebemos que há um modo de pensar e viver que precisa ser reexaminado, cabendo destacar o propósito da busca de uma nova ética na qual não há importância em se pertencer a uma espécie ou outra, embora alguns defendam que provavelmente o que ocorrerá são bases novas para manter velhas tradições (terceira fase). Fato é que, cedo ou tarde, deveremos “encontrar um novo equilíbrio no qual a nossa moralidade possa coexistir confortavelmente, uma vez mais, com o nosso entendimento do mundo e do lugar que nele ocupamos” (quarta e última fase - pp. 177 e 198-200).

<sup>327</sup> NARVESON, Jan. *Moralidade e Animais*. Em: GALVÃO, Pedro (Org. e trad.). *Os animais têm direitos? Perspectivas e argumentos*. Lisboa: Dinalivro, 2011, pp. 83-96. É também adepto àqueles que defendem que os animais não têm direitos básicos. O seu pensamento, a respeito dos não humanos, resume: “Não precisamos lhes estender este estatuto (de direitos básicos), pois não poderíamos fazer um ‘acordo’ mutuamente benéfico com eles mesmo que quiséssemos fazê-lo e, além disso, não temos nenhuma razão para o fazer. A perspectiva antiga e de senso comum segundo a qual podemos usar os animais como nos convier é a correta. Mas o que nos convirá? Talvez os animais tenham mais para nos dar do que tínhamos pensado e, por essa razão, não devamos tratá-los cruelmente. Os animais típicos nada fazem para nos maltratar e, tanto para o cientista como para a pessoa dotada de uma curiosidade normal, são frequentemente interessantes. Isto dá a quase todos nós uma razão suficiente para não tratar os animais com crueldade gratuita. Mas isto é tudo que há a dizer” (p. 96).

<sup>328</sup> MACMAHAN, Jeff. *Comer animais com amabilidade*. Em: GALVÃO, Pedro (Org. e trad.). *Os animais têm direitos? Perspectivas e argumentos*. Lisboa: Dinalivro, 2011, pp. 219-238. O autor, tratando do “carnivorismo benigno” (animais criados para consumo humano mas em condições decentes) conclui: “A única forma de carnivorismo benigno atualmente possível – criar animais decentemente e matá-los de forma indolor – parece moralmente injustificável porque o interesse que os animais teriam em não ser mortos suplantaria decisivamente o interesse que as pessoas teriam em matá-los para comê-los. No entanto, não parece objetável comer um animal que tenha morrido de causas naturais, o que sugere que poderá ser permissível usar técnicas de modificação genética, quando estas estiverem disponíveis, para criar animais que morrerão naturalmente numa altura previsível e num estado saudável. É difícil ver o que poderia haver de errado nesta prática, ainda que uma prática análoga que envolvesse seres humanos não fosse permissível, o que lança algumas dúvidas sobre a

A compreensão e o respeito à vida não humana (da qual os animais não humanos são os mais próximos a nós, humanos, em termos de características, semelhanças e, sobretudo, sentimentos) deve, entretanto, abranger todas as formas vitais existentes, sob pena de recairmos novamente em um processo ideológico discriminatório (preconceito e desvalorização da vida por ter ela uma forma e não outra). Não devemos discriminar vidas por estarem mais distantes de nós.

Aqui chegamos ao microcosmos e dele podemos extrair as bactérias como exemplo de como a vida no Planeta Terra é uma constante relação entre as mais diversas de suas formas, da qual nós humanos, remarque-se, fazemos parte. Os estudos liderados pela Phd norte-americana Lita Proctor, no âmbito do Instituto Nacional de Investigação do Genoma Humano, revelaram que as células de bactérias em nosso corpo superam as células humanas numa relação de 10 para 1 (claro que, por serem muito menores, representam cerca de 1 a 2% de nossa massa corporal)<sup>331</sup>. Isso significa que desde que nascemos, por onde quer que andemos, carregamos mais células de bactérias do que as nossas próprias. E isso é tão

---

permissividade da prática que envolveria animais. Poderíamos ir mais longe e imaginar uma versão de carnivorismo benigno baseada numa modificação genética dos animais que permitisse não só que estes morressem num estado saudável e numa altura previsível, mas também que fruissem vidas mais longas do que as suas contrapartes não modificadas. Esta possibilidade, porém, realça um problema que afeta todas as variantes de carnivorismo benigno consideradas: como os animais seriam criados em condições decentes e não viveriam apenas durante um curto período de tempo, teríamos de investir em cada animal mais do que investimos atualmente nos animais de criação intensiva. Este maior investimento forçaria uma subida dos preços por unidade e faria declinar as economias de escala. A carne tornar-se-ia um luxo ao qual só os ricos poderiam aceder regularmente. Ainda que este resultado fosse objetável por questão de igualdade, globalmente poderia não ser assim tão mau, já que, com grande probabilidade, a redução do consumo de carne melhoraria a saúde e aumentaria a longevidade da população geral. Quase todas as mudanças na forma como a carne atualmente é produzida e consumida seriam melhores tanto para os animais como para as pessoas” (pp. 237-238).

<sup>329</sup> VELOSO, Maria Cristina Brugnara. *A condição animal: uma aporia moderna*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013. A condição animal: uma aporia moderna. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013. A autora aponta um dos sintomas da “esquizofrenia moderna”, lembrando que essa discussão sobre os não humanos tem sido “relegada, estigmatizada e até mesmo ridicularizada” pela Filosofia, pelo Direito e pelas “Ciências da Vida”. De forma enfática, consigna que a sociedade “trata seus animais de estimação como filhos, mas não vê os cães magros e sarrentos na sarjeta, atropelados (e também não olha) para os discriminados gatos, famintos e esquilidos esgueirando-se pelos telhados, os pobres cavalos de carga chicoteados no meio de um trânsito frenético, o gado transportado para o abate como se fossem lixo, esquilos, veados, jaguatiricas, pacas, pássaros e micos desalojados de seu habitat e assim expostos à morte; touradas, rodeios, rinhas, circos, animais sendo torturados, esquartejados vivos em ‘experimentações científicas’. São inumeráveis as formas de crueldade a que o humano expõe esses seres submissos, sensíveis à dor física e psicológica. Entretanto, eles não falam, não reagem. A nossa dívida para com eles é impagável”. (p. 151).

<sup>330</sup> NOGUEIRA, Vânia Márcia Damasceno. *Direitos fundamentais dos animais: a construção jurídica de uma titularidade para além dos seres humanos*. Belo Horizonte: Arraes, 2012. A autora, discorrendo sobre a questão, destaca: “É urgente que sejam reconhecidos os direitos fundamentais dos animais e seu direito de livre acesso ao judiciário, cujo enfrentamento também passará por questões de ordem política e econômica. Bases filosóficas satisfatórias já existem (sujeitos-de-uma-vida e consideração de interesses semelhantes). Não há sustentação filosófica ou jurídica que possa manter o *status quo*. Contudo, quanto mais o tempo passa, mais sofrem esses seres vulneráveis diante da humanidade” (p. 315).

<sup>331</sup> Informações disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: <https://www.genome.gov/27545755/lita-m-proctor-phd/>; e <https://hypescience.com/quantas-bacterias-nos-temos-no-nosso-corpo/>, acessos em 08/09/2016.

significativo, na teia da vida, que o doutor em microbiologia e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Luis Caetano Martha Antunes, avalia que no futuro nossas doenças poderão ser curadas com coquetéis de bactérias, de modo que seus atuais estudos caminham nessa direção<sup>332</sup>.

O tão difundido (e aplicável às mais diversas áreas) Jogo da Vida, do matemático britânico Jonh Conway, com suas três regras equivalentes ao nascimento, à morte e à sobrevivência, é um notável retrato de como a vida, desde sua minúscula forma celular se autorregula e se desenvolve tanto melhor quanto for o equilíbrio das variáveis. Havendo um ambiente harmônico as células nem morrem em grande quantidade nem nascem exageradamente; elas simplesmente seguem o curso da vida de infinitas e extraordinárias maneiras<sup>333</sup>.

Voltando ao microcosmos das bactérias (como exemplares da beleza da vida ainda que em forma invisível), novamente são válidas as lições de Fritjof Capra:

*As bactérias são capazes de se adaptar a mudanças ambientais em alguns anos, ao passo que organismos maiores precisariam de milhares de anos de adaptação evolutiva. Assim, a microbiologia nos ensina a solene lição segundo a qual tecnologias tais como a engenharia genética e a rede global de comunicações, que nós consideramos como avançadas realizações de nossa civilização moderna, têm sido utilizadas pela teia planetária das bactérias durante bilhões de anos para regular a vida sobre a Terra<sup>334</sup>.*

A vida, em todas as suas formas, do micro ao macrocosmos, tem valor e precisamos reconhecer isso sob pena, repita-se, de infundada diferenciação que,

---

<sup>332</sup> Informações em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/vida/noticia/2016/05/no-futuro-teremos-coqueteis-de-probioticos-para-quando-estivermos-doentes-diz-pesquisador-5795346.html#>; e em, <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4769596U4>, acessos em 08/09/2016.

<sup>333</sup> É válido conferir, a respeito, o vídeo explicativo, em: <https://www.youtube.com/watch?v=NqUSJWec3pM>; e também: <http://www.conwaylife.com/>; e <https://www.youtube.com/watch?v=C2vglCfQawE>, acessos: 08/09/2016. As regras básicas do Jogo da Vida, de Conway, são: a) uma casa vazia, com exatamente três marcadores à sua volta daria à luz, pelo que se adicionaria um marcador ao tabuleiro; b) qualquer marcador com vizinhos a menos, morreria de isolamento e seria removido do tabuleiro; c) um marcador com muitos vizinhos morreria de asfixia e seria igualmente removido; e d) qualquer marcador com apenas dois ou três vizinhos, sobreviveria, mantendo-se exatamente como estava. A partir daí a complexidade da vida se desenvolve ilimitadamente.

<sup>334</sup> CAPRA, Fritjof. As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2002, p. 182.

como todo posicionamento discriminatório, só pode ter por base a arrogância e a suposta posição de superioridade de quem o emite e defende.

Deveras, todos nós fazemos parte do universo; nele, como humanos, vivemos em um de seus planetas, a Terra, a qual compartilhamos com os não humanos (animais e demais formas de vida, mesmo os microorganismos). O mundo, como sabemos, é plural, com características bastante semelhantes e totalmente distintas de Norte a Sul e do Ocidente ao Oriente. Diante de nossas realidades concretas, no contexto de nosso cotidiano, é que podemos afirmar novos valores que nos levem a outro lugar (heterotopia): a um lugar melhor. O lugar de que vamos tratar é o Brasil, um país periférico do Sul Global do sistema-mundo e marcado por sua biodiversidade (um local onde a vida se desenvolve – ou tem aptidão para se desenvolver, sob suas mais variadas formas). Uma nação formada de modo singular, tanto sob o aspecto humano quanto não humano e que, como todo país, tem muito a aprimorar e a contribuir para o eixo de relações (humanos x humanos x não humanos x natureza) que tratamos nesses escritos teórico-práticos.

## **CAPÍTULO III**

### **A REALIDADE E O CONCRETO - DIREITOS HUMANOS E NÃO HUMANOS NO CONTEXTO: DO GLOBAL AO LOCAL**

#### **3.1 O SISTEMA-MUNDO: A NECESSIDADE DE UM COMPORTAMENTO DIFERENTE NOS PAÍSES CENTRAIS E PERIFÉRICOS**

Os humanos precisam rever sua postura, em relação a si próprios, aos demais e à natureza como um todo. Humanos devem tratar melhor humanos, não humanos e o Planeta Terra. A problemática vai do local ao global, porquanto esse eixo de relações (humanos x humanos x não humanos x natureza) ocorre, diariamente, em todos os cantos e recantos do globo terrestre. A forma como cada um de nós, humanos, se comporta, faz toda a diferença, seja no Ocidente, seja no Oriente, no mais longínquo lugarejo rural ou na metrópole de maior desenvolvimento econômico, tecnológico, cultural etc. Fato é que no sistema-mundo<sup>335</sup> da dominação de uns por outros, temos de tomar um rumo diferente.

É imperioso se fazer um recorte, claro. O local de que vamos tratar é o Brasil, cujos aspectos se amoldam à historicidade que integra o eixo material do diamante ético da Teoria Crítica dos Direitos Humanos de Joaquín Herrera Flores<sup>336</sup>. A nação brasileira, no âmbito do sistema-mundo capitalista, está situada entre os denominados países periféricos do Sul Global, assim como os demais da América Latina; isso, em contraste com o Norte Global, formado pelos países do centro hegemônico (Europa Ocidental, Estados Unidos e Canadá)<sup>337</sup>. O dizer do professor Antonio Carlos Wolkmer, a respeito da temática, é esclarecedor:

(...) Os países periféricos da América Latina (caso particular do Brasil) possuem economias de dependência por serem controlados

---

<sup>335</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito*. -4. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015, p. 85. O autor, frise-se, tendo como marco de referência a obra de Immanuel Walterstein, explicita a existência de um sistema-mundo de dominação política-econômica. Nesse aspecto, a dependência de países periféricos latino-americanos, como o Brasil, em relação a países centrais, como Estados Unidos, “é produto tanto das condições criadas pelo sistema mundo” quanto “da relação de classes e da ação ético-cultural dos agentes e dos grupos na esfera de colonização de cada nação e de cada Estado”.

<sup>336</sup> O tema foi explicitado no Capítulo II, item 2.1.2

<sup>337</sup> O tema foi apresentado no Capítulo 1, item 1.5.

e por reproduzirem as condições e o jogo de interesses do capital central dominante (Norte global). A internacionalização da economia capitalista, através da exportação de capitais, tem pleno curso pela dinâmica que se abre aos países dominantes, diante da fácil acumulação de lucros, da disponibilidade de mão de obra, dos baixos salários e do monopólio das fontes de matéria-prima barata<sup>338</sup>.

A internacionalização da economia capitalista e a própria dependência dos países periféricos (para com aqueles que ocupam posição central e hegemônica) afetam diretamente o eixo das relações que desenvolvemos no cotidiano, não apenas dos humanos entre si, mas também com os não humanos e a natureza. De fato, o interesse econômico de grupos dominantes tem nos conduzido, há muito, a situações insustentáveis, como bem expressado por Raúl Prebisch, então Diretor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, da ONU, ao tratar de *“la periferia latino-americana en el sistema global del capitalismo”*, no verbo:

Sigue prevaleciendo en los centros, lo mismo que en la periferia, el interés económico de los grupos dominantes. No podría negarse su eficacia en el ámbito del mercado, tanto en el plano nacional como internacional. Pero el mercado, a pesar de su enorme importancia económica y política, no es, ni podría ser, el supremo regulador del desarrollo de la periferia y sus relaciones con los centros. (...) El mercado no ha podido responder a la ambivalencia de la técnica. Ha sido esta un factor imponderable de bienestar material, pero *ha traído también la explotación irresponsable de recursos naturales agotables y el deterioro impresionante de la biosfera*, aparte de otras serias consecuencias (...) *Hay que combinar las decisiones individuales en el mercado con decisiones colectivas fuera del mercado que se sobrepongan al interés de los grupos dominantes. Pero se necesita en todo ello una gran visión, una visión transformadora, tanto en el desarrollo periférico como en aquellas relaciones con los centros. Visión inspirada en designios de largo alcance en que se conjuguen previsoramente consideraciones económicas, sociales y políticas. (...) Se necesitan grandes transformaciones, pero hay que saber para qué, cómo y para quién se transforma (...)*<sup>339</sup>.

A prevalência de interesses de grupos dominantes, nesse sistema-mundo capitalista de centro e periferia, além de impedir a efetivação de direitos humanos a um sem número de pessoas, também *implica “exploração irresponsável de recursos naturais esgotáveis”* e causa a *“deterioração impressionante da biosfera”*. Faz mais,

<sup>338</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. Op. Cit., p. 83-84.

<sup>339</sup> PREBISCH, Raúl. La periferia latinoamericana en el sistema global del capitalismo. Santiago do Chile: Revista de la CEPAL, nº. 13, abril, 1981, pp. 164 e 171.

porém. Impulsiona um modo de pensar no sentido de que são *necessárias “grandes transformações”* e que é preciso saber *“para quê, como e para quem se transforma”*.

É importante, nesse ponto, retomar a ideia de que a cultura jurídica estatal (o Estado como fonte exclusiva do Direito – monismo jurídico) se mostra insuficiente para as transformações necessárias<sup>340</sup>. Ao revés, o pluralismo jurídico (comunitário-participativo) *“une indivíduos e novas sociabilidades interligados com a natureza em torno de necessidades comuns”*<sup>341</sup>. Dessa forma, aqueles sujeitos históricos excluídos e situados “más abajo” têm maior possibilidade de vez e voz para fazer valer suas “necessidades humanas fundamentais” ou “reivindicações de vida”. Todavia, o pluralismo jurídico, como enfatizado, ainda pode ir além: trazer à luz aqueles que estão “‘más abajo’ ainda” e desde o Sul do Sul, de lá, dos lugares mais ocultos e profundos do sistema-mundo capitalista centro-periferia, seja nos países centrais (Norte Global), seja nos países periféricos (Sul Global), onde estão os não humanos, mais que todos, sujeitos-objetos em condição historicamente negada, totalmente excluídos de uma vida digna de ser vivida.

A sua vez, ao explicar o espaço global em tempos contemporâneos, notadamente nesse sistema-mundo capitalista, Milton Santos salienta o quanto as novas forças produtivas superaram o local, o regional e o nacional. De fato, com a lógica das corporações multinacionais surge uma universalização que promove alterações significativas nas dimensões geográficas da atividade humana. Ou melhor, *“quando a divisão do trabalho e a cooperação perversa por ela ocasionada se estendem à escala do planeta, o mundo como espaço se torna o espaço global do capital”*<sup>342</sup>. Todos os efeitos dessa configuração especial, por certo, afetam não apenas a vida dos humanos, mas também a dos não humanos.

E para se compreender a realidade local (o Brasil, em sua condição de país periférico) é válido descortinar, antes, a outra ponta, um país do centro hegemônico (os Estados Unidos da América, por seu papel de liderança no sistema-mundo capitalista e pelos impactos causados em grande escala na relação humanos x não humanos). A respeito, mister outra delimitação. É que o eixo de relações em exame (humanos x humanos x não humanos x natureza) tem várias nuances, porquanto

---

<sup>340</sup> O tema foi tratado no Capítulo 1, item 1.5 e subitens.

<sup>341</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. Op. Cit. 401-414.

<sup>342</sup> SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. – 5.<sup>a</sup> ed., 2.<sup>a</sup> reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, pp. 22-23.

envolvem a degradação ambiental e a exploração ou eliminação de todas as formas de vida (humanas e não humanas) sob inúmeros aspectos. Os animais não humanos, por exemplo, são utilizados, desenfreadamente, em pesquisas científicas, fabricação de cosméticos e vestuário, rituais religiosos e como atrações em parques, zoológicos, circos, aquários, rodeios, rinhas, caça etc<sup>343</sup>. O novo recorte é o que diz respeito à alimentação, um fator essencial e presente na vida de cada humano e que afeta diretamente a vida dos não humanos e o próprio bem-estar planetário.

O ato de se alimentar, tão vital aos humanos e (a depender de nossos hábitos) tão mortal aos não humanos é objeto de interesse direto do sistema-mundo capitalista e das transnacionais na relação Norte e Sul Global. As observações de Rafaella Chuahy, nesse contexto, são dignas de transcrição:

No Século XXI a principal preocupação humana é a financeira. O neoliberalismo propagado pelas elites dos países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, *cria regras para que as grandes empresas transnacionais possam fazer negócios e gerar lucro sem nenhum tipo de obstáculo, passando por cima de soberanias nacionais, dos direitos do homem e do meio ambiente.* (...) Hoje, a noção de primeiro, segundo e terceiro mundo foi substituída pela relação entre o Norte (países de grande força econômica e tecnológica) e o Sul (países com enorme biodiversidade e conhecimento local). Nesse conflito Norte-Sul, o Sul acaba perdendo. O Norte é onde localizam-se as matrizes das maiores multinacionais do mundo globalizado e o que se mais beneficia com o modelo agroexportador. *O sistema agroexportador – como o do Brasil -, com base nos monocultivos (...) é devastador ao país que exporta, promovendo apenas desigualdade e exploração ambiental.* (...) O livre comércio incentiva o modelo agroexportador, como a plantação de eucalipto ou a alta produção de carne voltada ao comércio internacional, beneficiando as transnacionais em vez da maioria da população brasileira e criando a nossa subordinação econômica e destruição ambiental. *As decisões sobre o que comer, cultivar e distribuir estão diretamente ligadas às escolhas políticas de nosso país. A relação com o meio ambiente deve ser considerada por sua contribuição para o bem-estar e a igualdade entre homens e animais, e não algo a ser patenteado, vendido ou comprado. Como já frisei, é possível criar uma economia baseada na alimentação orgânica, visando ao fim da fome e da exploração animal*<sup>344</sup> (Os grifos realizados não constam na versão original).

É imperioso, pois, nessa relação entre Norte e Sul Global, visibilizar o impacto dos hábitos alimentares humanos nos não humanos e no próprio Planeta Terra.

<sup>343</sup> CHUAHY, Rafaella. *Manifesto pelos direitos dos animais*. Rio de Janeiro: Record, 2009, pp. 63-145.

<sup>344</sup> Op. Cit., pp. 181-185



### 3.2 A ALIMENTAÇÃO HUMANA E O DRAMA DOS NÃO HUMANOS: EFEITOS DE UMA INDÚSTRIA BILIONÁRIA DESDE O NORTE ATÉ O SUL GLOBAL

Um pensamento inicial, a respeito de se alimentar ou não de não humanos, pode ser o seguinte: *“é natural comermos animais; existe na natureza uma cadeia alimentar; sabemos que uns se alimentam dos outros; e nós também fazemos isso”*. Todavia, é indispensável que cada qual questione a si próprio: se podemos viver perfeitamente sem depender da morte de animais, para que matá-los?

Não, os animais não são meros objetos. Os animais não humanos ocupam um espaço muito elevado na teia da vida. São extraordinários, sensíveis, comunicativos. As pessoas que convivem com cães, gatos e outros bichos de estimação bem sabem disso. Ora pois, se somos mais simpáticos a cães e gatos devemos sobreviver, sem necessidade, às custas das vidas de bilhões de vacas, galinhas, porcos, peixes, camarões etc? Por quê? Qual o sentido em vivermos assim?

Deveras, em sua obra *“Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas”*, a psicóloga e socióloga norte-americana, Melanie Joy, retrata diálogos que se repetem em aulas já ministradas com milhares de alunos, os quais devem fazer uma lista apontando as principais características dos “cachorros” e depois dos “porcos”. Após, a professora, diante do que foi listado (cachorros são simpáticos, inteligentes, engraçados carinhosos, protetores etc; enquanto porcos são suados, sujos, estúpidos, preguiçosos, gordos e feios), faz perguntas e os alunos respondem, numa conversa que se desenvolve mais ou menos assim<sup>345</sup>:

- Então por que vocês dizem que os porcos são preguiçosos?
- *Porque ficam o dia inteiro deitados.*
- Os porcos na natureza fazem isso ou só os porcos criados para o abate?
- *Não sei. Talvez quando estão numa fazenda.*
- Por que vocês acham que porcos numa fazenda... ou no confinamento de um frigorífico, para ser mais exata... ficam deitados?
- *Provavelmente porque estão num pequeno cercado ou enjaulados.*
- O que torna os porcos estúpidos?

---

<sup>345</sup> JOY, MELANIE. *Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas: uma introdução ao carnismo – o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não*; tradução Mário Molina. São Paulo: Cultrix, 2014, pp. 26-30.

- *Eles são assim mesmo.*

- Na realidade os porcos são considerados até mais inteligentes que os cachorros (às vezes um estudante entra na conversa, afirmando ter encontrado um porco ou ter conhecido alguém que tinha um porco como animal de estimação e ilustrando isso com histórias).

- Por que vocês dizem que os porcos suam?

- *Nenhuma resposta.*

- Vocês sabiam que, na realidade, os porcos não têm glândulas sudoríparas?

- Todos os porcos são feios?

- *Sim.*

- E os leitãozinhos?

- *Os leitãozinhos são engraçadinhos, mas os porcos são nojentos.*

- Por que vocês dizem que os porcos são sujos?

- *Eles rolam na lama.*

- Por que eles rolam na lama?

- *Porque gostam de sujeira. Eles são sujos.*

- Na realidade, eles rolam na sujeira para se refrescarem quando está calor, pois não suam.

Uma vez encerrado o diálogo a respeito das características apontadas, de modo geral, para os “porcos” é chegado o momento de debater sobre aquilo que foi dito em relação aos cachorros e traçar comparativos. A conversa prossegue<sup>346</sup>:

- Os cachorros são sujos?

- *Sim, às vezes. Cachorros podem fazer coisas realmente nojentas.*

- Por que não incluíram “sujo” na lista dos cachorros?

- *Por que eles não são sempre sujos. Só às vezes.*

- Os porcos são sempre sujos?

- *Sim, são.*

- Como você sabe disso?

- *Porque eles sempre parecem sujos.*

- Quando você os vê?

- *Não sei. Acho que em imagens.*

---

<sup>346</sup> Idem.

- E eles estão sempre sujos nas imagens?
- *Não, nem sempre. Os porcos não estão sempre sujos.*
  
- Vocês disseram que os cachorros são leais, inteligentes e engraçadinhos? Por que dizem isso? Como sabem?
- *É o que tenho visto. - Tenho convivido com cachorros. - Tenho encontrado muitos cachorros (...).*
  
- E quanto aos sentimentos dos cachorros? Como podem saber que eles realmente têm emoções?
- *Juro que meu cachorro fica deprimido quando estou pra baixo. – Minha cadela sempre ficava com aquele olhar de culpa e se escondia embaixo da cama quando sabia ter feito alguma coisa errada. (...)*
  
- Alguém acha possível que os cachorros não tenham sentimentos? (*Ninguém levanta a mão*).
  
- E quanto aos porcos? Vocês acham que os porcos têm emoções?
- *Com certeza.*
  
- Acham que eles têm as mesmas emoções que os cachorros?
- *Talvez. Sim, eu acho.*
  
- Realmente, a maioria das pessoas não sabe disso, mas os porcos são tão sensíveis que desenvolvem comportamentos neuróticos, como a automutilação, quando em cativeiro.
  
- Vocês acham que os porcos sentem dor?
- *Claro. Todos os animais sentem dor.*

A esse ponto do diálogo, quando os próprios alunos e alunas enfatizam que os “porcos” e “todos os animais” sentem dor, emerge a reflexão final<sup>347</sup>:

- Então porque comemos porcos e não cachorros?
- *Porque o bacon é gostoso (risos). – Porque os cachorros têm personalidade. Não se pode comer algo que tem uma personalidade. Eles têm nomes; são indivíduos.*
  
- Vocês acham que os porcos têm personalidade? Eles são indivíduos, como os cachorros?
- *Sim, acho que, se chegarmos a conhecê-los, eles provavelmente são.*
  
- Vocês já encontraram um porco?
- *(Exceto em algum caso excepcional, a maioria não).*

---

<sup>347</sup> Idem.

- De onde obtiveram as informações sobre porcos?
- *Livros. – Televisão. – Anúncios. – Filmes.*
- *Não sei. Da sociedade, eu acho.*
  
- Como vocês se sentiriam com relação a porcos se pensassem neles como indivíduos inteligentes, sensíveis, que talvez não sejam suados, preguiçosos e comilões? Se chegassem a conhecê-los diretamente, como conhecem os cachorros?
- *Eu acharia esquisito comê-los.*
- *Provavelmente sentiria um pouco de culpa.*
  
- *Então por que comemos porcos e não cachorros?*
- *Porque os porcos são criados para serem comidos.*
  
- *Por que criamos porcos para comê-los?*
- *Não sei. Nunca pensei sobre isso. Acho que é porque as coisas são assim mesmo.*

O que se tem, portanto, é uma profunda falta de reflexão sobre o tema, de modo que comportamentos são repetidos culturalmente sem sequer sabermos o porquê. É inafastável a necessidade de uma reação cultural<sup>348</sup>, como estamos propondo à luz da teoria crítica dos direitos humanos de Joaquín Herrera Flores. Não podemos mais viver e conviver com isso, muito menos legitimar esse modelo explorador, dominador, antropocêntrico e arrogante em relação aos não humanos. A nossa relação com eles e com a natureza como um todo há de ser alterada urgentemente e temos potência e capacidade para tanto. Há de se abrir esse modelo fechado e regulador do sistema-mundo que impõe um processo ideológico de absoluta mercantilização da vida não humana (do corpo inteiro ou de suas partes). O processo cultural que vivemos é construído por nós mesmos, seja por ação ou omissão. A emancipação, sobretudo almejada pelos defensores dos direitos humanos, não pode excluir os não humanos (menos ainda ser realizada se alimentando, literalmente, da vida deles). Precisamos, remarque-se, nos humanizar e compreender que vivemos na natureza e dela somos parte, assim como todas as demais formas de vida que conosco compartilham o Planeta Terra.

Ora pois, se no Ocidente (seja em país central como os Estados Unidos, seja em nação periférica como o Brasil) amamos cachorros, no Oriente (China) eles

---

<sup>348</sup> O tema foi apresentado no Capítulo I, item 1.2

fazem parte dos hábitos alimentares<sup>349</sup>. De igual modo, se no lado ocidental do mundo comemos vacas desenfreadamente, na parte oriental (Índia) elas são sagradas<sup>350</sup>, embora sejam todos seres sencientes, dotados de sentimentos os mais variados. Não faz (ou não deveria fazer) o mínimo sentido que em pleno Século XXI, em uma universidade no país central líder do sistema-mundo capitalista (Estados Unidos), a resposta dos acadêmicos à pergunta “*por que criamos porcos para comê-los?*” seja “*não sei; nunca pensei sobre isso. Acho que é porque as coisas são assim mesmo*”. O arremate de Melanie Joy a respeito é digno de menção:

*As coisas são assim mesmo. Pare um instante para pensar nessa declaração. Realmente reflita sobre ela. Mandamos uma espécie para o açougueiro e damos a outra o nosso amor e generosidade aparentemente pela única razão de as coisas serem assim mesmo. Quando nossas atitudes e comportamentos com relação aos animais são tão incoerentes e essa incoerência não é nem de longe investigada, podemos sem a menor dúvida dizer que temos sustentado disparates. É absurdo que comamos porcos e amemos cachorros sem ao menos saber porquê. Muita gente passa longos minutos no corredor da farmácia meditando sobre o creme dental que vai comprar. A maioria, contudo, não gasta tempo algum pensando nas espécies de animal que come e porquê. Nossas opções como consumidores impulsionam uma indústria que mata 10 bilhões de animais por ano, só nos Estados Unidos (considerando apenas os terrestres). Se optamos por sustentar essa indústria e nossa melhor justificativa é dizer que as coisas são assim mesmo, sem dúvida há algo errado. O que pode fazer toda uma sociedade de pessoas abrir mão de sua capacidade de reflexão – sem nem ao menos perceber que está fazendo isso?*<sup>351</sup> (Grifou-se).

A ausência de maior (e mais presente) reflexão e debate sobre a realidade de absoluta exploração dos não humanos é algo que precisa ser superado. Não é adequado prosseguir agindo com tamanho desrespeito e desconsideração, como se

---

<sup>349</sup> A realização de um polêmico festival, em Yulin, na China, por exemplo, implicou o uso de mais de 10 mil cachorros, em 2015, para serem servidos como refeição aos participantes. Informações disponíveis em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150621\\_china\\_festival\\_carne\\_cachorro\\_lab](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150621_china_festival_carne_cachorro_lab), aces: 12/06/2016.

<sup>350</sup> A vaca é um animal sagrado, na Índia, e pode inclusive andar livremente pelas ruas, seja em grandes cidades, seja em povoados (detalhes em <http://www.360meridianos.com/2015/06/vacas-sagradas-da-india.html>, acesso em 12/06/2016). Entretanto, conforme relatos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a Índia foi o maior exportador de carne bovina em 2014, ampliando a vantagem sobre outros países líderes do mercado, como Brasil e Austrália. Isso ocorre porque os norte-americanos consideram como bovina a carne de búfalo (que não é sagrado em terras indianas e é objeto de exportação em grande quantidade, principalmente para a China). Maiores informações em: <http://oglobo.globo.com/economia/negocios/a-vaca-sagrada-na-india-mas-pais-o-maior-exportador-de-carne-vermelha-17103904>, acesso em 12/06/2016.

<sup>351</sup> JOY, MELANIE. Op. Cit., pp. 29-30.

nada estivesse acontecendo, em relação a bilhões de seres sencientes, como galinhas, porcos e vacas, além de outros animais e demais formas de vida.

O dizer de Peter Singer e Jim Mason, notadamente quanto aos efeitos da bilionária indústria que retira a vida dos não humanos diariamente, é cristalino:

(...) Quando uma preocupação ética se amontoa sobre outra e lutamos para nos certificar de que nossas compras não contribuam para trabalho escravo, exploração animal, degradação da terra, poluição, evasão rural, práticas comerciais injustas, aquecimento global e desmatamento, tudo isso pode parecer tão complicado que poderíamos ficar tentados a nos esquecer de tudo exceto comer o que gostamos e podemos pagar. Quando nos sentimos sobrecarregados, é importante evitar o erro de pensar que, se você tem razões éticas para fazer alguma coisa, deve fazer isso o tempo todo, não importa em que circunstâncias.

(...) *Nenhuma outra atividade humana tem impacto tão grande sobre o nosso planeta quanto a agricultura e a criação de animais. Quando compramos alimentos, estamos participando dessa vasta indústria global. (...) Todos somos consumidores de alimentos e somos afetados em maior ou menor grau pela poluição produzida pela indústria alimentícia. Além do impacto sobre seis bilhões de seres humanos, a indústria alimentícia também afeta diretamente mais de 50 bilhões de animais terrestres não humanos por ano. Para muitos deles, a indústria controla quase todos os aspectos de sua vida, fazendo com que eles existam, sejam criados em unidades de produção industrial totalmente artificiais e então sejam abatidos. Outros bilhões de peixes e outros seres aquáticos são arrancados do mar e mortos para que possamos comê-los. Por meio das substâncias químicas e hormônios colocados nos rios e mares e a disseminação de doenças como a gripe aviária, a produção de alimentos afeta diretamente todos os seres vivos. Tudo isso ocorre em função de nossas escolhas com relação ao que comemos. Podemos fazer escolhas melhores*<sup>352</sup> (Grifou-se).

A questão é que há muito por trás de cada refeição que fazemos. Somos culturalmente acostumados a não pensar sobre isso. Entretanto, precisamos refletir sobre nossos hábitos e posturas e os fortes impactos que causam e não importa se fazemos parte do Norte ou do Sul Global. Afinal, somos todos humanos.

A discussão resgata, mais uma vez, com Serge Moscovici, a representação social que temos dos não humanos e da natureza e como nos relacionamos com

---

<sup>352</sup> SINGER, Peter; MASON, Jim. *A ética da alimentação: como nossos hábitos alimentares influenciam o meio ambiente e o nosso bem-estar*; tradução de: Cristina Yamagami. R. Janeiro: Elsevier, 2007, pp. 304-308.

eles e com ela, o que torna as coisas visíveis ou invisíveis, por mais que estejam bem diante de nossos olhos<sup>353</sup>. É que percebemos o mundo a partir do ambiente em que nos situamos. As nossas ideias e crenças nos fazem viver como vivemos e elas decorrem de nossa interação mútua, notadamente de estruturas específicas às quais pertencemos (clãs, igrejas, movimentos sociais, famílias, clubes etc). Afinal, *“com toda a justiça, devemos recordar que quase tudo o que uma pessoa sabe, ela o aprendeu de outra, seja através de suas narrativas, ou através da linguagem que é adquirida, ou dos objetos que são empregados”*. Isso constitui o conhecimento que adquirimos e *“cujas raízes estão submersas no modo de vida e práticas coletivas das quais todos participam e que necessitam ser renovadas a cada instante”*<sup>354</sup>.

O nosso comportamento individual, portanto, é moldado sob forte influência dessas estruturas coletivas. Há um pensamento coletivo que se incorpora e guia o pensamento individual. O que o sistema-mundo capitalista fez e ainda faz, imperioso sedimentar, é se apropriar desse senso coletivo que molda nossas representações sociais. E faz isso se apropriando sob os mais variados aspectos e penetrando, sem que percebamos, nas narrativas, na linguagem, nos objetos, nos produtos culturais. A ideologia-mundo, capitalista/neoliberal e hegemônica, nessa sua contemporânea apropriação, se faz presente nos institutos, associações e entidades de todos os segmentos sociais: Filosofia, Sociologia, Economia, Comunicação, Psicologia, Medicina, Direito, Engenharia, Ecologia, Defensores dos Animais etc). Luc Boltanski e Ève Chiapello, em sua clássica obra *“O novo espírito do capitalismo”*, enfatizam como o capital atua se apropriando inclusive das formas de libertação que possamos vir a ter e isso porque o capitalismo trazer em si a vocação *“para mercantilizar o desejo, especialmente o de libertação, e assim cooptá-lo e enquadrá-lo”*<sup>355</sup>.

A ideologia-mundo hegemônica, então, *invisibiliza* o que quer esconder (tudo a que os não humanos estão submetidos não aparecem nas vitrines, nos programas de televisão ou nas publicidades, não integram o currículo das escolas tampouco da academia etc.); e *visibiliza* o que lhe convém para mercantilizar os produtos forjados às custas da opressão, da escravidão e da eliminação dos não humanos (o que vemos são embalagens e propagandas que nada dizem ou insinuam sobre o que

---

<sup>353</sup> O tema é tratado no Capítulo II, item 2.4.

<sup>354</sup> MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais em psicologia social*; tradução de Pedrinho A. Guareschi. – 5ª. Ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2007, pp. 174-175.

<sup>355</sup> BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*; tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009, pp. 434-439 e 440. O tema será retomado, neste capítulo, mais à frente.

realmente ocorre; ao revés, nos é mostrado animais não humanos felizes e contentes associados às mercadorias que, na realidade, surgem da perda de suas liberdades, bem-estar e das próprias vidas). A representação social que temos disso, e que nos é imposta por esse sistema-mundo dominante, é equivocada.

Forma-se, com esse modo encantador e quase mágico (no qual seres vivos submetidos a todo tipo de opressão aparecem em imagens afáveis e cativantes), uma verdade coletiva dirigente e que, no caso, é o *carnismo*, na expressão cunhada por Melanie Joy, pelo qual jamais optamos. Por um lado, o vegetarianismo e o veganismo percebemos como uma opção e ele se baseia “*num conjunto de pressupostos sobre os animais, sobre o nosso mundo e sobre nós mesmos*”. O ato de se alimentar dos não humanos (de comer carne), por outro lado, não é praticado como uma escolha livre, refletida e consciente. É visto, ao contrário, “*como um dado, a coisa ‘natural’ a fazer, o modo como as coisas sempre foram e sempre serão*”. Em verdade, “*comemos animais sem pensar no que e porque estamos fazendo pelo fato de o sistema de crenças que está por trás desse comportamento ser invisível. Esse sistema de crenças invisível é o que chamo de carnismo*”<sup>356</sup>. E essa invisibilidade, como vimos, decorre da representação social que temos das relações que mantemos com nós mesmos, com os outros humanos e com a natureza (não humanos) e que, como está, interessa ao sistema-mundo capitalista hegemônico.

### 3.2.1 OS IMPACTOS IMPULSIONADOS POR UM PAÍS CENTRAL: ESTADOS UNIDOS, O LÍDER NO SISTEMA-MUNDO CAPITALISTA

O que está por detrás da bilionária indústria (bilionária duplamente: em movimentação financeira e em vidas de animais eliminadas) da nação líder do sistema-mundo capitalista é revelador e desconcertante:

O agronegócio americano abate 10 bilhões de animais por ano, neste número não estão incluídos os estimados 10 bilhões de peixes e outros animais marinhos que são mortos anualmente. São 19.011 animais por minuto ou 317 animais por segundo. No tempo que você levou para ler esses (últimos três) parágrafos, aproximadamente 60 mil animais foram mortos. Só para dar uma ideia de dimensão, 10

---

<sup>356</sup> JOY, MELANIE. Op. Cit., p. 31.



bilhões de animais destinados ao abate nos Estados Unidos são quase duas vezes o tamanho da população humana mundial. (...)

Obviamente, são precisos muitos animais para produzir a quantidade de carne que nós (americanos), como nação, compramos, vendemos e consumimos. *A carne é um negócio grande. Na realidade a carne é um negócio muito grande – a indústria agropecuária nos Estados Unidos tem rendas anuais conjuntas próximas dos 125 bilhões de dólares.* Pense nos incontáveis mercados, restaurantes, self-services e lares, de um lado a outro do país, que são abastecidos com carnes. A carne está literalmente em todo lugar a nossa volta.

Onde, então, estão todos os animais?<sup>357</sup> (Grifou-se).

A obra de Peter Singer e Jim Mason (*A ética da alimentação*<sup>358</sup>) responde “onde estão todos esses animais”, numa intensa jornada que rastreia o que ocorre em toda a cadeia produtiva da indústria alimentícia norte-americana. As narrativas doravante expressadas provêm desse estudo sobre hábitos alimentares e a relação humanos x humanos x não humanos x natureza, e são complementadas com informações extraídas das obras de Rafaella Chuahy (*O extermínio dos animais*<sup>359</sup>), de Carlos Naconecy (*Ética e Animais*<sup>360</sup>) e da publicação *aprendendo a respeitar a vida*<sup>361</sup>, organizada por Hildegard Bromberg Richter.

Com efeito, é essencial conhecermos como são e a que estão submetidos os não humanos (animais) que chegam às mesas para alimentar os humanos, tanto nos países centrais do Norte Global como nos periféricos do Sul Global.

*As galinhas.* Alguns estudos revelaram que as galinhas podem reconhecer algo em torno de outras noventa de sua espécie, identificando uma a uma quanto à posição hierárquica, acima ou abaixo de si própria. Os sistemas nervosos delas são similares aos dos seres humanos: sentem dor, como nós. As galinhas, tendo opções, se esforçam para chegar a um local que julgam como de melhor moradia.

---

<sup>357</sup> Op. Cit., p. 38-39.

<sup>358</sup> SINGER, Peter; MASON, Jim. *A ética da alimentação: como nossos hábitos alimentares influenciam o meio ambiente e o nosso bem-estar*; tradução de: Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, pp. 23-29, 46-51, 65-71, 73-74, 101-106, 116, 118 e 120-146.

<sup>359</sup> CHUAHY, Rafaella. *O extermínio dos animais*: Rio de Janeiro: Zit, 2006, pp. 23-41.

<sup>360</sup> NACONECY, Carlos. *Ética e animais: um guia de argumentação filosófica*; 2ª. ed.; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, pp. 201-215.

<sup>361</sup> RICHTER, Hildegard Bromberg (org.). *Apredendo a respeitar a vida*. S. Paulo: Paulus, 1997, p. 60 e ss.

Nada disso é possível, porém, nas granjas típicas de produção de galinhas. Afinal, quando a razão de ser das galinhas é se tornarem produtos alimentícios para os seres humanos, o que realmente importa é cortar custos e produzir produtos baratos e competitivos no mercado global. Sofrer ou não é problema delas, das galinhas que, no final, vão morrer mesmo: eis o seu destino.

O excremento das galinhas contém alto nível de amônia. Como são criadas juntas, em pequenos espaços e às milhares, as galinhas, em contato excessivo com a amônia, passam a apresentar doenças respiratórias crônicas, além de feridas nos pés, nas pernas e pústulas no peito. Não raras vezes os olhos delas se enchem de lágrimas; outras ficam cegas. Finalmente chega o dia de serem levadas, de modo amontoado, para o abate. Com os pés presos em ganchos, as galinhas são penduradas numa cinta transportadora (90 a 120 aves por minuto, ou 7.200 por hora). Em seguida, na linha de produção, vem o corte dos pescoços e depois as galinhas são lançadas em um tanque de água escaldante. Como toda máquina falha, cerca de 40 galinhas por turno tem a sorte de seus pescoços não serem cortados (mas logo vem o azar de serem lançadas vivas na água fervente).

Alguns depoimentos revelam que, nessa situação de serem “*escaldadas vivas*”, as galinhas “*batem as asas, gritam, esperneiam e seus olhos saltam das cabeças*”. A propósito, quanto às galinhas que põem ovos, sabe-se que, normalmente, elas viveriam mais de 10 (dez) anos na natureza. Entretanto, na indústria da alimentação suas condições de vida são tão ruins que depois de 02 (dois) anos as galinhas têm dificuldade em pôr ovos, quando então são mortas. Os pintos (machos) dessas galinhas poedeiras “*são normalmente mortos logo após o nascimento, pois não podem botar ovos, e não é considerado econômico criá-los para corte; eles são mortos por esmagamento, sufocamento, afogamento ou moídos vivos*”.<sup>362</sup>

Os porcos. A fama de sujos e preguiçosos dos porcos não tem nada de natural. Os porcos, em verdade, são animais carinhosos e cheios de curiosidade. As porcas criadas ao ar livre e num espaço digno (sim, os animais também têm a sua dignidade,

---

<sup>362</sup> NACONECY, Carlos. Op. Cit., p. 208.

como vimos) passeiam pelas árvores, arrancam brotos e folhas e levam-nos ao bosque onde constroem ninhos. Isso, ninhos, como de um pássaro gigante. Não, os porcos não optam em viver em chiqueiros imundos e apertados onde não têm com o que se ocupar. Quem determinou isso aos porcos foram os seres humanos, para depois lhes denominarem de sujos e preguiçosos.

Atualmente, servindo à indústria da alimentação, a imensa maioria dos porcos vive em galpões apertados de concreto e ferro. Passam suas agora abreviadas vidas sem conhecer o ar livre e a natureza. Não vão escavar, nem fuçar o solo e muito menos carregar palha para se deitarem. As porcas, no sistema industrial, devem produzir ninhada após ninhada, isto é, passam a curta vida prenhes. As “*baías de gestação*” são tão pequenas que as porcas não podem nem se virar. Andar e socializar com outras porcas? Nem pensar. Como não podem andar, as porcas, com frequência, ficam mancas e com feridas nas patas.

Os porquinhos, que naturalmente desmamam depois de 09 (nove) semanas, são afastados de suas mães em pouco mais de 15 (quinze) dias. Claro, em termos de produção e de mercado, o tempo urge. Os filhotes, “*se forem separados muito cedo, chamam pela mãe com grunhidos característicos. (...) Os porquinhos também são castrados. Essas mutilações, sem o uso de analgésicos, causam dor intensa e permanente*”<sup>363</sup>. Chegado o momento do abate, os porcos são transportados de forma amontoada em caminhões. No abatedouro, sentem o cheiro de sangue e tentam fugir desesperados. Levam choques para ficarem inconscientes. Todavia, muitas vezes continuam com consciência, paralisados e com dor. O pescoço é cortado e o sangue começa a jorrar para dentro de tanques.

As vacas (*o gado*). Um certo dia, vacas e bois foram divididos em dois grupos: um com acesso à sombra e outro não. Os animais que tiveram acesso à sombra a usaram amplamente e se mostraram quatro vezes menos agressivos. Outro estudo, coordenado por um psicólogo, procurou avaliar a memória de um bezerro e um boi. Os animais, conforme combinado, presenciaram o abate de 150 (cento e cinquenta) bois, sendo que 05 (cinco) homens-abatedores do matadouro foram mostrados

---

<sup>363</sup> Op. Cit., p. 210.

várias vezes, durante o abate, ao boi e ao bezerro. Após, o boi foi mantido sozinho e o bezerro incorporado a um rebanho. Decorridos dois anos sem contato algum, os abatedores foram levados à presença do boi, que estava calmamente deitado na grama e, mais tarde, à presença do rebanho no qual vivia o bezerro.

Eis o resultado: a) quando os abatedores desceram do carro, o boi entrou em choque e, em pouco mais de 10 (dez) segundos se enfureceu; quebrou todo o estábulo e se lançou contra a forte cerca de arame, caindo machucado. O boi urrava ao ver os homens chegando; b) em outra oportunidade, ao se aproximarem do rebanho onde estava o bezerro, apenas este fugiu. Esperou-se, de propósito, um dia para ser iniciada a busca pelo bezerro. Ele foi encontrado depois de 05 (cinco) dias a cerca de 190 (cento e noventa) quilômetros de distância, com outro rebanho ao qual decidiu se juntar. O bezerro perdeu mais de 50 (cinquenta) quilos de seu peso.

Os animais que chegam aos abatedouros, para fomentar a indústria da alimentação, em tese são abatidos com um único corte na garganta que ocasiona morte rápida. No entanto, investigações demonstraram que bois e vacas, depois do pescoço cortado e da traqueia removida, debatem-se por um longo tempo antes de morrer. Nos matadouros cerca de 400 (quatrocentas) vacas podem ser abatidas a cada hora, sendo algumas retalhadas ainda vivas. Também se utiliza métodos de pré-abate: a) a pistola pneumática (apontada para a cabeça do animal, uma vara de metal é disparada para dentro do cérebro; erros podem acabar atingindo os olhos, causando mais dor); b) o atordoamento eletrônico (bois e vacas são molhados e levam um choque de 240 volts); c) a marretada (um golpe de marreta quebra o crânio de vacas e bezerros; erros atingem os olhos ou o nariz).

O drama das vacas leiteiras e seus filhotes não é diferente:

Vacas leiteiras de alta produtividade ficam suscetíveis à inflamação dolorida das tetas (mastite) e mancam devido ao úbere alargado. Quando atingem a terceira ou quarta lactação, a maioria delas é abatida, pois estão magras, exaustas e inférteis. Essas vacas, cuja vida normal seria de 20 anos, são abatidas com cerca de cinco anos de idade. A produção leiteira requer a separação de mãe e filhote. O bezerro é afastado dentro de 48 horas, causando aflição a ambos, bezerro e vaca. Às vezes, a vaca chama durante dias pelo filhote que foi afastado. O bezerro pode ser submetido à amputação dolorosa

do rabo, ao descornamento<sup>364</sup> e à castração – sem qualquer analgésico. Como os bezerros machos são considerados inadequados para a produção de carne, eles são mortos assim que nascem ou se tornam vitela. A vitela é a carne de um bezerro anêmico, que passa seus cinco meses de vida em cercados estreitos ou amarrados para não se mover, recebendo uma dieta deficiente em ferro a fim de produzir uma carne branca e macia. Quando chegam à época do abate, muitos deles mal conseguem andar<sup>365</sup>.

*Os peixes, os camarões e demais frutos do mar.* Os peixes sentem dor? Um grupo de pesquisadores injetou veneno de abelha e ácido acético em peixes (trutas arco-íris) criados em cativeiro. As trutas passaram a esfregar os lábios no cascalho no fundo do tanque artificial e se movimentavam de um lado a outro (comportamento comum em mamíferos que sentem dor). Outros peixes tiveram seus lábios injetados apenas com água salgada e não se comportaram como aquelas trutas que, segundo a pesquisa, mostraram *“alterações comportamentais e fisiológicas profundas... comparáveis às observadas em mamíferos superiores”*.

Um outro estudo fez com que peixes fossem treinados para encontrar um buraco numa rede. Após cinco tentativas, os pequenos nadadores aprenderam a localizar o buraco de modo confiável. A rede foi retirada do tanque por 11 (onze) meses (o que, em termos de ciclo de vida, equivale a pelo menos duas décadas para os seres humanos). Após quase um ano, quando a rede foi recolocada, os peixes rapidamente encontraram o buraco. Não foi preciso reaprender.

---

<sup>364</sup> Observe-se o modo antropocêntrico e mercantilista como a descorna (descornamento) é conceituada: “é uma operação destinada a evitar o crescimento dos chifres nos animais novos e a eliminá-los nos de mais idade ou em casos de necessidades ou acidentes. Essa operação representa “vantagem” porque os animais descornados ficam mais mansos e mesmo medrosos, porque se sentem desprotegidos sem as suas armas naturais, que são os chifres. O resultado disso é que eles passam a não atacar outros animais ou os homens. Além disso, evita que esses animais se machuquem, o que poderia desvalorizar seus couros, ou que adquiram infecções ou sofram, muitas vezes, graves ferimentos ou mesmo sejam mortos. A descorna também facilita e torna mais econômico o transporte das reses por trens, caminhões, navios ou qualquer outro veículo porque, no mesmo espaço cabe um maior número de animais descornados do que com chifres. Outro “ponto positivo” dessa operação é que as brigas entre os animais se tornam menos frequentes no rebanho, o que concorre para maior tranquilidade dos próprios animais e, em consequência, melhorando na produção. Os animais descornados também ficam com melhor aparência e por isso alcançam melhores preços no mercado e como torna os animais sempre mais dóceis e mansos, a descorna facilita o manejo dos rebanhos e diminui o perigo de acidentes, quer para as reses, quer para os tratadores, pelo menor perigo de serem atacados e chifrados, o que já tem causado graves ferimentos e mesmo a morte de muitos boiadeiros. O espaço também é mais bem aproveitado, pois as mesmas instalações podem comportar maior número de animais, quando descornados, o que possibilita grande economia na construção de currais, estábulos, etc”. Informações em <http://www.revistaveterinaria.com.br/2014/03/31/o-que-e-descorna-e-como-realizar/>, acesso em 01.º/08/2016.

<sup>365</sup> NACONECY, Carlos. Op. Cit., p. 208.

Os camarões, os siris e as lagostas, dentre outros frutos do mar, não possuem cérebro proeminente. Será que sofrem e sentem dor? A questão, nas palavras do filósofo Peter Singer, é que se não estamos convictos deveríamos favorecê-los com o benefício da dúvida. Ou melhor, *“se não tivermos certeza de que eles podem sentir dor, deveríamos tentar evitar fazer qualquer coisa que corra o risco de submetê-los a dor”*, ou, se isso implicasse grande sofrimento para nós, poderíamos, ao menos, *“fazer o máximo para minimizar a dor que poderemos estar infligindo neles”*<sup>366</sup>.

O fator agravante é que, nos moldes da indústria da alimentação, os navios pesqueiros usam técnicas com redes que literalmente varrem o leito do mar, capturando, também, *“espécies indesejadas”*. As estimativas revelam que, a cada ano, algo em torno de 27 (vinte e sete) milhões de toneladas, *“bilhões de seres vivos”*, são recolhidos *“por descuido”* dos oceanos e descartados. Um quilo de camarão pescado, por exemplo, significa o descarte de cerca de 2,5 quilos de outros animais marinhos, incluindo tubarões e até tartarugas ameaçadas de extinção. Ou ainda, *“cerca de mil mamíferos marinhos são capturados e mortos todos os dias, ‘sem querer’, por redes de arrastão; golfinhos, botos, toninhas, focas e até baleias. Calcula-se que, cada ano, até 150 mil tartarugas marinhas sejam vitimadas pelas mesmas armadilhas supostamente feitas para camarões”*<sup>367</sup>.

O que faz o país central norte-americano no sistema-mundo repercute nos demais, inclusive nas nações periféricas, como o Brasil: é o que veremos. Há antes, porém, outra inquietação: se defendemos o respeito à dignidade da vida como um todo<sup>368</sup>, devemos nos alimentar dos vegetais<sup>369</sup>? Fato é que, por enquanto, disso precisamos. Todavia, conforme vamos aprimorando nossas descobertas quem sabe,

---

<sup>366</sup> SINGER, Peter; MASON, Jim. *A ética da alimentação: como nossos hábitos alimentares influenciam o meio ambiente e o nosso bem-estar*; tradução de: Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, p. 145.

<sup>367</sup> Informações extraídas da publicação “impactos sobre o meio ambiente do uso de animais para alimentação”, da Sociedade Vegetariana Brasileira – SVB ([www.svb.org.br](http://www.svb.org.br)), pp. 02-22. O material está disponível em <http://www.svb.org.br/livros/impactos-alimentacao.pdf>, acesso em 12/06/2016.

<sup>368</sup> O tema é tratado no Capítulo II, itens 2.5.1 e 2.5.2.

<sup>369</sup> O que se diz, como principal fundamento para não nos alimentarmos de animais é, como vimos, que eles são seres sencientes (sentem dor, prazer; têm sentimentos). Isso não se aplicaria aos vegetais, porquanto eles não possuem sistema nervoso central ou algo similar e, como não sentem, estaríamos autorizados moral e eticamente a nos alimentar deles. Todavia, essa argumentação que quer impedir a discriminação para com os animais a faz em prejuízo dos vegetais e demais formas de vida. Por isso, entendemos que a única razão para ainda nos alimentarmos de vegetais, dentre outras formas vitais, é que não temos condições de viver, por enquanto, sem isso. Mas assim que pudermos evitar a destruição de qualquer elemento da vida esse será um melhor caminho a seguir. A temática se sujeita a inúmeras discussões, mas, como não é objeto destes escritos teórico-práticos, optamos em pelo menos fazer essas breves explicações.

num futuro não distante, consigamos desenvolver métodos e técnicas que nos garantam viver em alto grau de harmonia nos nutrindo integralmente sem precisar provocar a destruição de qualquer ente vital que seja. A partir do despertar de consciência, do individual ao coletivo, que propomos em nosso circuito de reação cultural, por certo caminharemos numa direção mais equilibrada cujas conquistas nos permitirão viver (e nos realizar) com o menor impacto planetário possível. Os avanços que alcançamos, como humanidade, sempre vêm quando acreditamos e desenvolvemos nossa potência humana para rumos até então ignorados.

### 3.2.2 OS IMPACTOS IMPULSIONADOS POR UM PAÍS PERIFÉRICO: O BRASIL, O LÍDER EM EXPORTAÇÃO DE NÃO HUMANOS PARA ALIMENTAR HUMANOS

A dramática realidade a que são submetidos os animais não humanos é (ou pode ser) suficiente, por si só, para revertermos nossos hábitos alimentares. Se podemos, como todos os vegetarianos e veganos<sup>370</sup>, viver muito bem sem comer

---

<sup>370</sup> A respeito da distinção entre vegetarianos e veganos: “O vegetarianismo não quer dizer ingerir alimentos de origem vegetal. Na verdade, a origem do termo vem do latim *vegetus*, que significa saudável. Quando ouvimos dizer que alguém é vegetariano, muitas vezes associamos apenas que a pessoa quer proteger os animais. Porém, uma pessoa pode adotar o vegetarianismo por diversas razões: a principal seria por saúde, como o próprio termo implica. Mas ética, religião, meio ambiente, proteção dos animais e até estética podem entrar na equação. Basicamente, *quem decide ser vegetariano não come mais qualquer tipo de carne*. Mas por existirem tantos fatores que podem estar associados à decisão de se tornar vegetariano, algumas formas diferentes de se ver e praticar o vegetarianismo surgiram, assim é comum muitas pessoas confundirem alguns termos desse universo, como vegetariano e vegano, por exemplo. Para acabar com suas dúvidas, preparamos um artigo com tudo o que você precisa saber sobre o assunto. *O Vegetarianismo e suas classificações*: o vegetarianismo nada mais é do que uma dieta à base de alimentos de origem vegetal, excluindo completamente qualquer carne de origem animal. Ou seja, quem é vegetariano consome vegetais, grãos, sementes, frutas e cereais. Ovos e laticínios, embora sejam de origem animal, estão incluídos na dieta de alguns vegetarianos. Por essa e outras diferenças, os vegetarianos acabaram sendo categorizados em 4 grupos principais. *Ovolactovegetarianos* – Não consomem carne, porém consomem ovos e laticínios além da dieta vegetariana. *Lactovegetarianos* – Não consomem carne nem ovos, mas consomem laticínios. É um tipo de vegetarianismo muito comum na Índia, por estar ligado a questões religiosas. *Vegetarianos Estritos* – Não consomem carne, ovos ou laticínios, por acreditarem que ovos e laticínios também prejudicam os animais. *Veganos* – O vegano é antes de mais nada um vegetariano estrito, porém o conceito extrapola o campo da alimentação, se tornando uma ideologia ética e política de defesa dos animais. *Vegetarianos Estritos e Veganos*: Depois de conhecermos os tipos de vegetarianismo, realmente algumas dúvidas ficam no ar. Quando comparamos vegetarianos estritos e veganos, pode ser comum achar que ambos são a mesma coisa, mas existe uma clara diferença. Resumidamente, os vegetarianos estritos focam só no plano da alimentação, enquanto os veganos, além de serem vegetarianos estritos, vão além e militam em prol da defesa dos animais. Por questões éticas, os veganos (do termo inglês *vegan*), além de não consumirem nenhum alimento de origem animal (ovos, laticínios, mel, gelatina, etc.), também não usam produtos de origem animal, como roupas que sejam de pele ou couro de animais, seda, lã e lanolina. Produtos testados em animais também são cortados, como xampus e outros produtos de higiene, cosméticos e até remédios. Espetáculos que utilizam animais também são condenados, como circos, touradas, rodeios, etc. Ou seja, o veganismo vai além de uma alimentação vegetariana, excluindo da sua vida qualquer forma de exploração ou tratamento cruel com os animais. Muitas vezes o termo “dieta vegana” é utilizado de forma equivocada, já que veganismo não é dieta alimentar. O correto é sempre usar “dieta vegetariana”. Antes

animal algum, por qual razão continuaríamos a comê-los, impulsionando uma indústria da alimentação baseada na dor, na morte e no lucro? Por certo não é tarefa simples mudar a alimentação à qual estamos acostumados desde o berço. E nem todos conseguirão fazê-lo no mesmo ritmo. Mas por mais longo que seja o caminho, basta começar. Uma mudança radical de postura é indispensável nessa questão: pelos não humanos, pelos humanos e pelo próprio bem-estar planetário.

Com efeito, reduzir (até cessar completamente) o hábito de se alimentar de não humanos (animais) é, antes de tudo, sinal de profundo respeito às demais formas de vida. É também um modo de viver em harmonia e em paz com a Mãe Natureza. E, por fim, significa contribuir (e muito) para a redução de um sem-número de impactos ao meio ambiente e que põem em risco a existência humana e não humana.

O Brasil, não obstante sua condição de país periférico, é “líder do *ranking* mundial de exportação de carne de frango há 10 anos”. As galinhas “brasileiras” são exportadas para 150 países, respondendo por cerca de 40% de toda a demanda global, e estando à frente de países centrais somados: Estados Unidos (28%) e União Europeia (9%). Cabe salientar que embora o periférico Brasil seja o líder exportador é o central Estados Unidos o principal e maior produtor<sup>371</sup>.

A situação brasileira em relação à carne bovina tem contornos semelhantes já que, conforme o Ministério da Agricultura, o país lidera as exportações no cenário mundial há mais de 10 anos, “*com um quinto da carne comercializada internacionalmente e vendas em mais de 180 países*”.<sup>372</sup> Apesar da crise econômica e política enfrentada pelo país<sup>373</sup>, as exportações no setor apresentaram

---

de se tornar um vegano, a pessoa provavelmente passou por alguns passos do vegetarianismo, sendo um vegetariano estrito antes de, por questões éticas e ideológicas, se tornar um vegano. Ser um vegano é uma filosofia de vida”. Informações em <http://www.guiadenutricao.com.br/qual-a-diferenca-entre-ser-vegetariano-e-vegano/>, acesso em 02/08/2016.

<sup>371</sup> Informações em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-09/lider-mundial-brasil-vende-carne-de-frango-para-150-paises>, acesso em 15/06/2016.

<sup>372</sup> Informações em <http://www.agricultura.gov.br/animal/especies/bovinos-e-bubalinos>, acesso em 15/06/2016. Cabe ressaltar, nesse aspecto, que a divergência com os dados divulgados a respeito do ano 2014 pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, classificando a Índia como maior exportador naquele ano se explica porque os EUA consideram os búfalos (bubalinos) como bovinos.

<sup>373</sup> O aumento das exportações de carne bovina brasileira, tanto em volume como em faturamento, ocorreram no mês de agravamento da crise política (maio/2016) quando se deu o afastamento da Presidenta da República do cargo, pelo Senado Federal, que aprovou a abertura de processo de impeachment contra a Chefe do Executivo, acusada de crime de responsabilidade (Informações em <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/processo-de-impeachment-e-aberto-e-dilma-e-afastada-por-ate-180->



crescimento de 15% em volume e faturamento, totalizando 129,8 mil toneladas desses não humanos que geraram ao Brasil mais de meio bilhão de dólares. No primeiro semestre de 2016 foram exportadas pela nação brasileira, mundo à fora, 609,7 mil toneladas, rendendo 2,3 bilhões de dólares. Os dados, da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec)<sup>374</sup>, revelam o quanto o Brasil exporta para países centrais e periféricos, do Oriente ao Ocidente.

A tabela a seguir mostra os dez principais destinatários dos não humanos bovinos brasileiros que foram abatidos para alimentar humanos:

Posição	País/Região	Faturamento em dólares (janeiro-maio/2016)	Volume em toneladas (janeiro-maio 2016)
1	Hong Kong	96.119.528,00	28.036,98
2	China	84.471.066,00	20.314,02
3	União Europeia	62.353.518,00	10.203,50
4	Egito	56.019.272,00	18.349,73
5	Rússia	32.686.188,00	10.899,44
6	Irã	30.772.828,00	7.755,73
7	Estados Unidos	24.546.506,00	2.685,89
8	Chile	17.685.628,00	4.438,66
9	Arábia Saudita	15.873.156,00	4.095,53
10	Venezuela	10.734.482,00	1.841,84

É importante observar que apesar de se tratar de seres sencientes, como nós humanos, esses não humanos sequer são identificados por número de indivíduos, mas tão-somente por toneladas. E além de bilhões de vidas que se perdem há todo um sério comprometimento, frise-se, do próprio bem-estar planetário.

A Sociedade Brasileira Vegetariana (SVB), em sua publicação intitulada *“impactos sobre o meio ambiente do uso de animais para alimentação”*<sup>375</sup>, num texto

---

dias.html, acesso em 15/06/2016). Em idêntica linha, no período, a crise econômica no Brasil chegou a ser classificada “como a mais profunda recessão da história do país”, com uma queda acumulada do Produto Interno Bruto (PIB) de 8% em 2015 e 2016 (Informações em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/05/1768941-conheca-os-4-alvos-de-temer-para-reativar-a-economia-brasileira.shtml>, acesso em 15/06/2016).

<sup>374</sup> Informações em <http://www.abiec.com.br/noticia.asp?id=1462#.V2FCrDU0CUI>, acesso em 15/06/2016.

<sup>375</sup> Informações extraídas da publicação “impactos sobre o meio ambiente do uso de animais para alimentação”, da Sociedade Vegetariana Brasileira – SVB ([www.svb.org.br](http://www.svb.org.br)), pp. 02-22. As fontes utilizadas pela

que tem como fontes nacionais e internacionais, dentre outras, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Instituto de Pesquisas Amazônicas (INPA), o Relatório Unesco para o Fórum Mundial da Água, dados da WWF Brasil, da FAO/ONU – *Food and Agriculture Organization of the United Nations*, da *Oxfam International*, do *Greenpeace*, e da *Worldwatch Institute*, faz o alerta, há mais de década, sobre o custo ambiental da carne, notadamente em solo brasileiro.

*O custo ambiental da carne.* Um dos maiores problemas ambientais enfrentados pelo Planeta Azul está relacionado à carne e seu consumo. No Brasil, o “País da Amazônia”, cada quilo de carne de gado é responsável<sup>376</sup>:

- por 10 mil metros quadrados de floresta desmatada
- consumo de 15 mil litros de água doce limpa
- emissão de dióxido de carbono e metano diretamente na atmosfera
- despejo de boro, fósforo, mercúrio, bromo, chumbo, arsênico, cloro entre outros elementos tóxicos provenientes de fertilizantes e defensivos agrícolas, que se infiltram no solo e atingem os lençóis freáticos
- descarte de efluentes como sangue, urina, gorduras, vísceras, fezes, ossos e outros, que acabam chegando aos rios e oceanos depois de contaminarem solo e aquíferos subterrâneos
- consumo de energia elétrica e de combustíveis fósseis

SVB são as seguintes - no Brasil: Cetesb; IBGE; Instituto Akatu; Instituto Cepa; Instituto Nina Rosa; Instituto Peabiru; Instituto de Pesquisas Amazônicas (INPA); Instituto Socioambiental; ONG Repórter Brasil; Relatório Unesco para o Fórum Mundial da Água; Sabesp; WWF Brasil; no exterior: Conservation International; David Suzuki Foundation; Environmental Justice Foundation; FAO/ONU - Food and Agriculture Organization of the United Nations; Federação do Salmão-do-Atlântico; Greenpeace; Oxfam International; Relatório Our Food Our World – The Realities of an Animal-Based Diet, da Earth Save Foundation; Worldwatch Institute. Documentário: Deep Trouble, da BBC. Livros: Amigo Animal: Reflexões interdisciplinares sobre educação e meio ambiente, ética, dieta, saúde, paradigmas, de Paula Brügger; Ecologia: Cuidar da Vida e da Integridade da Criação, do CESEP; Fundamentos do Vegetarianismo, de Marly Winckler. Artigo: Você já comeu a Amazônia hoje?, de João Meireles Filho. Disponível em <http://www.svb.org.br/livros/impactos-alimentacao.pdf>, acesso em 12/06/2016.

<sup>376</sup> Op. Cit., p. 03.

- despejo no meio ambiente de antibióticos, hormônios, analgésicos, bactericidas, inseticidas, fungicidas, vacinas e outros fármacos, via urina, fezes, sangue e vísceras, que inevitavelmente atingem os lençóis freáticos
---

- liberação de óxido nitroso, cerca de 300 vezes mais prejudicial para a atmosfera do que o CO <sup>2</sup> (dióxido de carbono; gás carbônico)
---

- pesados encargos para os cofres públicos com tratamentos de saúde decorrentes da contaminação gerada; com infraestrutura e saneamento para equilibrar os danos causados; e custo dos incentivos fiscais e subsídios concedidos à atividade pecuária
---

O uso da terra para a criação de gado é outro desperdício. Estima-se que, no Brasil, *“um boi precisa de um a quatro hectares de terra e produz, em média, 210 kg de carne, no período de quatro a cinco anos”*. A questão é que, nesse espaço e no mesmo tempo, produz-se: *“a) 8 toneladas de feijão; b) 23 toneladas de trigo; c) 35 toneladas de cenoura; d) 19 toneladas de arroz; e) 32 toneladas de soja; f) 44 toneladas de batata; g) 22 toneladas de maçã; h) 34 toneladas de milho; i) 56 toneladas de tomate”*<sup>377</sup>. É claro que nem toda a terra utilizada para pastagem serve para agricultura. Nesse caso, como leciona Peter Singer, as que não servirem para o plantio deixemos intactas, como reservas ecológicas<sup>378</sup>.

Logo, essas atividades que eliminam bilhões de vidas, no Brasil, como em qualquer outro país periférico ou central, culminam contribuindo para os impactos ambientais de ordem global, comprometendo recursos naturais de toda ordem e acelerando as tão debatidas e preocupantes mudanças climáticas.

*A água doce.* O Relatório Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) para o Fórum Mundial da Água, também há mais de década, já alertava que para saciar a sede de cada animal, seria necessária a seguinte quantidade de água: a) galinha = 0,1 litro/dia; b) bode = 8 litros/dia; c) boi = 35 litros/dia; d) peru = 0,2 litros/dia; e) porco = 15 litros/dia; f) vaca leiteira = 40 litros/dia. *“Se levarmos em conta a água necessária para asseio, o consumo de uma*

---

<sup>377</sup> Op. Cit., p. 08.

<sup>378</sup> SINGER, Peter. *Libertação Animal*; tradução de: Marly Winckler, Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

*vaca leiteira, por exemplo, sobe de 40 para 90 litros/dia. Vale lembrar que o favelado dos países pobres tem acesso, em média, a apenas 20 litros de água por dia*<sup>379</sup>.

*A água salgada. A pesca em larga escala tem literalmente varrido a vida nos mares e oceanos. A técnica do arrastão é ilustrada desta forma: “imagine que pretendêssemos apanhar todas as vacas de uma fazenda e, para isso, equipássemos uma série de helicópteros de carga com enormes redes. (...) À medida que os helicópteros fossem avançando sobre a fazenda, além das vacas, eles iriam arrastando os cavalos, as galinhas, os patos, o pomar, a horta, o celeiro, a casa da fazenda, o cachorro, a casa do cachorro, o paiol, o fazendeiro, a mulher do fazendeiro, os empregados, as crianças, o padre que passava por ali, e tudo mais que estivesse ao alcance (...). Depois, bastaria catar as vacas no meio daquele entulho todo e descartar o resto de qualquer jeito na primeira floresta que aparecesse*<sup>380</sup>. Assim é a pesca industrial, principalmente do camarão, *“de longe a atividade pesqueira mais predatória que o ser humano já inventou. O camarão rende apenas 2% do montante global pescado anualmente, mas responde por 35% do desperdício total*<sup>381</sup>. A alimentação com seres marinhos, portanto, é responsável por uma devastação de mares e oceanos jamais sequer imaginada.

*O ar e as mudanças climáticas. O relatório da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), sob o título de “A Grande Sombra do Gado”, também de mais de 10 anos, revelou que os “estoques de animais vivos”, que existem para alimentação humana, são mais responsáveis pela mudança climática que vivenciamos “do que todos os veículos automotores do mundo somados”. Ademais, “o minucioso trabalho da FAO deixou claro, entre outras coisas, que a criação maciça de animais para consumo humano é o centro de quase todas as catástrofes ambientais: destruição de florestas, desertificação, escassez de água doce, poluição do ar e da água, chuva ácida e erosão do solo*<sup>382</sup>. Não obstante a contestação sobre os comparativos entre a indústria da carne e o setor de transporte e seus impactos nas mudanças climáticas<sup>383</sup>, fato é que o Relatório da FAO quanto aos seus demais aspectos (efeitos centrais da produção da carne na destruição de

<sup>379</sup> Op. Cit., p. 06, com dados do Relatório Unesco para o Fórum Mundial da Água, de 2004.

<sup>380</sup> Op. Cit., p. 12.

<sup>381</sup> Idem.

<sup>382</sup> Op. Cit., p. 10, com dados do Relatório da FAO, 2006.

<sup>383</sup> Informações em [http://www.bbc.com/portuguese/ciencia/2010/03/100324\\_carne\\_clima\\_dg.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/ciencia/2010/03/100324_carne_clima_dg.shtml), acesso em 02/08/2016. A contestação se refere basicamente ao fato de os especialistas terem analisado todos os fatores quanto à produção de carne e não terem procedido de igual forma quanto ao setor de transporte.

florestas, desertificação, escassez de água doce, poluição do ar e da água, chuva ácida e erosão do solo) sequer foi questionado ou refutado.

E mais recentemente foi a vez da Organização Mundial de Saúde (OMS) receber duras críticas (e muita pressão) ao publicar documento, em 2015, produzido por Grupo de Trabalho de 22 especialistas de 10 países, enfatizando que o consumo excessivo de carne processada, pelos humanos, implica maior risco de se contrair doença grave (câncer). O Grupo de Trabalho, vale salientar, considerou mais de 800 estudos que investigaram, nos últimos 20 anos, associações entre vários tipos de câncer e o consumo de carne vermelha e carne processada em muitos países e populações com dietas diversas<sup>384</sup>. O texto afirma, por exemplo, que “*cada porción de 50 gramos de carne procesada consumida diariamente aumenta el riesgo de cáncer colorrectal en un 18%*”. Após insurgência da Associação Nacional da Carne Bovina e dos Pecuaristas, dos Estados Unidos (NCBA – *National Cattlemen’s Beef Association*), a OMS emitiu comunicado no sentido de que apenas estava aconselhando as “*personas a moderarem o consumo de carne em conserva para reducir o riesgo de cáncer*”<sup>385</sup>. Não se pode deixar de assinalar que quaisquer estudos e conclusões, ainda que da ONU ou da OMS, sempre que confrontarem a bilionária indústria da carne por certo serão alvo de significativo embate.

Os impactos causados por todo o ciclo da carne (da produção ao consumo), curial destacar, impulsionaram o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (*United Nations Environment Programme* - UNEP), a recomendar, anos antes, a dieta vegana (sem produtos de origem animal) pelo bem-estar planetário:

*2010 - Segundo relatório do UNEP (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), a mudança global para uma dieta vegana é vital para salvar o mundo da fome, escassez de combustíveis, bem como dos piores impactos da mudança climática. Conforme esse relatório a previsão é de que a população mundial chegue a 9.1*

---

<sup>384</sup> Informações disponíveis em [http://www.iarc.fr/en/media-centre/pr/2015/pdfs/pr240\\_S.pdf](http://www.iarc.fr/en/media-centre/pr/2015/pdfs/pr240_S.pdf), acesso em 02/08/2016. O comunicado oficial à imprensa, da OMS, também apresenta notas explicativas sobre a abrangência do termo carne vermelha (“carne roja”) e carne processada, a saber: “*Carne roja* se refiere a todos los tipos de carne muscular de mamíferos, tales como la carne de res, ternera, cerdo, cordero, caballo o cabra. *Carne procesada* se refiere a la carne que se ha transformado a través de la salazón, el curado, la fermentación, el ahumado u otros procesos para mejorar su sabor o su conservación. La mayoría de las carnes procesadas contienen carne de cerdo o de res, pero también pueden contener otras carnes rojas, aves, menudencias o subproductos cárnicos tales como la sangre. Ejemplos de carnes procesadas incluyen frankfurters (perros calientes/hot dogs/salchichas), jamón, salchichas, carne en conserva (corned beef), y cecina o carne seca, así como carne en lata, y las preparaciones y salsas a base de carne”.

<sup>385</sup> Informações disponíveis em <http://noticias.r7.com/saude/relatorio-nao-pede-que-pessoas-parem-de-comer-carne-processadas-diz-oms-30102015>, acesso em 02/08/2016.

bilhões de pessoas em 2050, e fique insustentável a manutenção de hábitos alimentares incluindo as fartas dietas de carne, laticínios e derivados de animais que são praticadas hoje em dia. A agricultura é responsável pelo consumo de cerca de 70% da água doce do mundo, 38% do uso de terra e 19% das emissões de gases estufa, diz o relatório que foi lançado para coincidir com o dia do meio ambiente (05 de junho). É grande o impacto ambiental gerado pelo forte e natural crescimento da agricultura. *Uma mudança de dieta eliminando produtos animais seria, segundo o relatório do UNEP, de grande importância para o meio ambiente*<sup>386</sup> (Grifou-se).

Deveras, o relatório da ONU/UNEP salienta que devido ao aumento da população humana (e como as pessoas têm que comer) uma redução dos impactos ambientais somente seria possível com uma mudança em nossa alimentação (sem produtos de origem animal). A respeito, imperioso transcrever:

Impacts from agriculture are expected to increase substantially due to population growth, increasing consumption of animal products. Unlike fossil fuels, it is difficult to look for alternatives: people have to eat. *A substantial reduction of impacts would only be possible with a substantial worldwide diet change, away from animal products*<sup>387</sup>.

O hábito alimentar humano dominante, vale insistir, além de ceifar, sem necessidade, bilhões e bilhões de vidas não humanas, está comprometendo a estabilidade do próprio Planeta Terra e pondo em risco a existência de todos. O modo prevalecente pelo qual é conduzida a vida na relação humanos x humanos x não humanos x natureza é insustentável. Nesse caminhar, humanos exploram humanos e não humanos, numa disputa desenfreada pelo controle de recursos naturais, sob a ótica de uma visão antropocêntrica que não nos têm levado, tampouco nos poderá levar, a um lugar (um outro lugar: heterotopia) no qual todos possam viver e conviver de forma pacífica e harmônica.

---

<sup>386</sup> Informações disponíveis em <https://bibliotecaonu.wordpress.com/2010/06/17/onu-recomenda-dieta-vegana-para-combater-mudanca-climatica/>, acesso em 02/08/2016.

<sup>387</sup> O Relatório da Unep, em inglês, está disponível em <http://www.unep.org/publications/> (título da publicação, de 2010: *Assessing the environmental impacts of consumption and production: priority products and materials*; autor: *United Nations Environment Programme*; e ainda, o “abstract”, do documento, é o seguinte: *his report focuses not on the effects of environmental pressure, but on its causes. It describes pressures as resulting from economic activities. These activities are pursued for a purpose, to satisfy consumption. Environmental pressures are commonly tied to the extraction and transformation of materials and energy. This report investigates the production-materials-consumption nexus*). Trecho citado: p. 82-83, acesso em 02/08/2016. Tradução livre: impactos na agricultura devem aumentar substancialmente devido ao crescimento populacional, aumentando o consumo de produtos de origem animal. Ao contrário dos combustíveis fósseis, é difícil encontrar alternativas: as pessoas necessitam comer. Uma redução substancial dos impactos só seria possível com uma mudança fundamental da dieta em todo o mundo, se distanciando consideravelmente de produtos de origem animal.

O Brasil, esse país dotado de tanta riqueza humana e não humana, como veremos, precisa rever seu modo de pensar e agir a respeito dessa questão.

### 3.3 O BRASIL DOS HUMANOS

O Brasil dos humanos também sente os efeitos do sistema-mundo capitalista, com todas as suas incongruências. Deveras, não é admissível, em pleno século XXI, que nosso comportamento diante do Planeta Terra (com agricultura não sustentável, mineração, uso excessivo da terra para pastagem etc), nessa relação humanos x humanos x não humanos x natureza seja responsável pela malnutrição crônica de 800 milhões de pessoas no mundo, devido “à degradação do solo, à redução da fertilidade das terras, à perda de biodiversidade, ao uso insustentável das águas e à seca”<sup>388</sup>. Como enfatizado pelo Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, “*os meios de subsistência e o bem-estar de centenas de milhões de pessoas estão em jogo*”<sup>389</sup>.

De igual modo é significativo o alerta da secretária-executiva da Convenção da ONU para Combater à Desertificação (UNCCD), Monique Barbut, no sentido de que devemos conservar e restaurar a terra “*para preservar nossas próprias liberdades de escolha e a das crianças*”, mesmo porque envolve “*um padrão moral contra o qual nós poderemos ser julgados pela história*”<sup>390</sup>. O arremate, a respeito da desertificação como causa de um terço das ameaças globais à biodiversidade, é da diretora-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Irina Bokova, segundo a qual “*a superexploração do solo, incluindo agricultura intensiva, a exploração das florestas para a obtenção de combustíveis e madeira, e as atividades pastoris realizadas em excesso transformaram solos férteis em terras estéreis*”<sup>391</sup>.

---

<sup>388</sup> Informações da Organização das Nações Unidas, disponível em <https://nacoesunidas.org/degradacao-do-solo-e-secas-causam-malnutricao-cronica-de-800-milhoes-de-pessoas-alerta-chefe-da-onu/>, acesso: 18/06/2016.

<sup>389</sup> Idem.

<sup>390</sup> Idem.

<sup>391</sup> Idem.

São problemas atuais e reais na ordem global, mas também presentes no local de que vamos tratar: o Brasil, esse país periférico do sistema-mundo (mas detentor de cerca de 38% do Produto Interno Bruto – PIB, da América Latina<sup>392</sup>) que, conforme dados oficiais<sup>393</sup>, possui um território que supera 8,5 milhões de quilômetros quadrados, com população superior a 190 milhões de pessoas e que, regionalmente, está dividido da seguinte forma: a) Norte = 15,8 milhões; b) Nordeste = 53 milhões; c) Centro-Oeste = 14 milhões; d) Sudeste = 80,3 milhões; e e) Sul = 27,3 milhões. O Brasil é o país do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual a 0,755, segundo os termos do Relatório de Desenvolvimento Humano 2015, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD<sup>394</sup>.

O IDH, vale esclarecer, foi idealizado como contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, o qual considera o aspecto econômico do desenvolvimento dos países. É de autoria de Mahbub ul Haq, que o elaborou com colaboração do economista indiano Amartya Sen (ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998). Ao decorrer dos anos as metodologias para o cálculo do IDH foram aprimoradas, de modo que, atualmente, seus três pilares (saúde, educação e renda) são aferidos da seguinte forma: 1) uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida; 2) o acesso ao conhecimento (educação) é mensurado, com critérios próprios, pela média de anos de educação de adultos e pela expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar; e 3) o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar<sup>395</sup>.

O Brasil, em termos de desenvolvimento humano, ocupa a 75.<sup>a</sup> posição, num total de 188 países, na classificação do IDH<sup>396</sup>. Ou seja, a nação brasileira está muito aquém do lugar que poderia desfrutar, uma vez que é rica, figurando entre as 10 maiores economias do mundo. É importante, nesse aspecto, voltar no tempo e

---

<sup>392</sup> Informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, disponíveis no documento <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>, p. 80 e seguintes, acesso em 19/06/2016.

<sup>393</sup> Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), acesso em 18/06/2016.

<sup>394</sup> Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br), acesso em 18/06/2016. Os dados têm por referência 2014 (Ranking IDH Global 2014).

<sup>395</sup> Informações extraídas da página eletrônica [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br), acesso em 18/06/2016 (detalhamento disponível em [http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_IDH](http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH)).

<sup>396</sup> Informações em <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2014.aspx>, acesso: 18/06/2016.



lembrar que o Brasil, cinco séculos atrás, era formado por algo em torno de três a cinco milhões de nativos (índios). Uma nação cuja linha histórica pode ser vista a partir de um processo “civilizatório” devido a “*grandes feitos dos conquistadores europeus*”, em especial portugueses e espanhóis; ou, sob outra ótica, pode ser compreendida desde um verdadeiro genocídio que vitimou cerca de 95% da população indígena, usurpou e saqueou riquezas naturais e cujos efeitos são sentidos até hoje, e talvez perdurem por muitos anos ou séculos<sup>397</sup>.

O Brasil é um país receptivo apesar de tudo a que seu povo esteve sujeito durante os tempos coloniais: índios nativos dizimados aos milhões, negros africanos trazidos e escravizados; riquezas naturais levadas de seu território em imensuráveis toneladas. Com efeito, o que poderia ser um mal (em razão das mazelas sentidas, repita-se, até os dias atuais) se tornou, de certa forma, um bem. Os brasileiros seguem recebendo, de braços abertos, todos os povos do mundo. Aqui, na Terra Brasil, os imigrantes são bem-vindos, uns aprendem com os outros: pluralidade e diversidade não procuram dividir, nem diminuir, mas somar e multiplicar aspectos positivos numa jornada incessante em busca de dias melhores para todos e todas.

O dizer de Darcy Ribeiro é essencial:

“(...) Por essas vias se plasmaram historicamente diversos modos rústicos de ser dos brasileiros, que permitem distingui-los, hoje, como *sertanejos* do Nordeste, *caboclos* da Amazônia, *crioulos* do litoral, *caipiras* do Sudeste e Centro do país, *gaúchos* das campanhas sulinas, além de ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, nipo-brasileiros etc. Todos eles muito mais marcados pelo que têm de comum como brasileiros, do que pelas diferenças devidas a adaptações regionais ou funcionais, ou de miscigenação e aculturação que emprestam fisionomia própria a uma ou outra parcela da população”<sup>398</sup>.

Com efeito, o lugar que as nações ocupam, atualmente, no sistema-mundo capitalista, tem relação direta com o passado; e o que estão dispostas a fazer (e fazem) no presente é responsável pelo papel que desempenharão no futuro. As características regionais do Brasil humano, a seguir apresentadas, almeja resgatar

---

<sup>397</sup> RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. S. Paulo: Cia das Letras, 2006.

<sup>398</sup> Op. Cit., p. 19.

a trajetória dos brasileiros, retratando o que passaram e ainda passam devido à colonização e o que construíram e estão construindo em busca de um outro lugar.

### 3.3.1 AS REGIÕES BRASILEIRAS E SEU DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

As regiões brasileiras têm características próprias e seu desenvolvimento apresenta significativas desigualdades. A exemplo do sistema-mundo capitalista, há no Brasil um Norte e um Sul Global, porém em ordem inversa: isto é, o Sul-Sudeste exerce o papel central e o Norte-Nordeste o periférico. A publicação “síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015”<sup>399</sup>, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mediante comparativos entre as regiões do Brasil, revela, pois, as consequências menos favoráveis para quem está no Norte e no Nordeste.

Deveras, viver ou morrer é algo que varia significativamente de acordo com o local onde se nasce e se desenvolve: a) *expectativa de vida ao nascer* - Norte = 71,8 anos; Nordeste = 72,5 anos; Centro-Oeste = 74,7 anos; Sudeste = 76,9 anos; e Sul = 77,2; a.1) *mortalidade infantil - mortes por 1.000 nascidos vivos* - Norte = 18,6; Nordeste = 18,4; Centro-Oeste = 15,2; Sudeste = 11,1; e Sul = 10,1; e a.2) *mortalidade na idade adulta (entre 15 e 59 anos de idade) a cada 1.000 pessoas* - Norte = 183,6; Nordeste = 180,2; Centro-Oeste = 144,9; Sudeste = 126,2; e Sul = 119,3. A Região Norte, portanto, apresenta a maior probabilidade de morte na idade adulta e a menor esperança de vida ao nascer, seguida pela Região Nordeste.

---

<sup>399</sup> Informações, tabelas e gráficos disponíveis em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>, acesso em 18/06/2016, páginas 11-107. O estudo ressalta, em sua apresentação, que “a principal fonte de informação para a construção dos indicadores foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2014, cuja cobertura abrange todo o Território Nacional. Tais informações da PNAD foram combinadas, em alguns capítulos, a outras fontes de dados existentes, pesquisas e registros administrativos, como o Censo Demográfico 2010, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade 2013, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE, Pesquisa Nacional de Saúde - PNS e bases de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, do Ministério da Educação”. Importante salientar também que desde 1979, conforme explicado na introdução do estudo, o IBGE vem produzindo uma série de análises sobre as condições de vida da população brasileira, sendo que, a exemplo do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), se utiliza de metodologia em contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) como medida para dimensionar a situação social das pessoas. O IBGE, há quatro décadas, com base em trabalhos como o *Towards a system of social and demographic statistics* e o *Handbook on social indicators*, dava início a um pioneiro trabalho, que prossegue até hoje, tendo como “objetivo adequar a produção de estatísticas sociais do Brasil ao contexto internacional, que era marcado por crescentes críticas ao determinismo econômico na explicação de fenômenos sociais”.

O cuidado socialmente dispensado às crianças, desde tenra idade, de igual modo varia conforme a região brasileira: *b) crianças com menos de 2 anos de idade que receberam a primeira consulta médica no período de até 7 dias após alta da maternidade* - Norte = 21,8%; Nordeste = 17,7%; Centro-Oeste = 31%; Sudeste = 33,5%; e Sul = 44%. Novamente, o Norte e o Nordeste registram a situação pior; no caso, de menor atenção aos recém-nascidos.

E no que se refere à educação, a proporção de estudantes que frequenta o ensino superior, na faixa etária adequada, é considerada como um indicador diretamente relacionado ao atraso escolar. Mais uma vez, a desigualdade é marcada conforme a região: *c) estudantes (18 a 24 anos) no ensino superior* - Norte = 40,2%; Nordeste = 45,5%; Centro-Oeste = 67,3%; Sudeste = 66%; e Sul = 72,2%. O maior atraso está no Norte e no Nordeste, mais uma vez.

As oportunidades de trabalho e renda também são distintas, a depender do local geográfico em que se esteja: *d) pessoas empregadas em trabalho formal*: Norte = 40,2%; Nordeste = 39,6%; Centro-Oeste = 61,2%; Sudeste = 67,2 %; Sul = 68,2%. As regiões Norte e Nordeste igualmente em pior situação.

Não obstante a desigualdade marcante entre as regiões brasileiras, há ainda a má distribuição de renda em todas elas e no Brasil como um todo. É esse, na verdade, um problema latino-americano, a ponto de a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL (da ONU), estar, desde 2010, “*focalizando suas ações na discussão de estratégia de desenvolvimento com redução das desigualdades*”, de modo que os países da região, dentre outros objetivos, devem “*ampliar os incipientes avanços na distribuição da renda*”<sup>400</sup>. O índice de distribuição de renda (de 0 a 1), nesse contexto, retrata melhor situação quanto mais baixo o seu valor<sup>401</sup>. A distribuição de renda no Brasil está assim: Norte = 0,480; Nordeste = 0,490; Centro-Oeste = 0,507; Sudeste = 0,485; Sul = 0,453; ou seja, há muito a melhorar em todas as cinco regiões brasileiras.

<sup>400</sup> Informações: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>, acesso:19/06/2016, p.79 e ss.

<sup>401</sup> O denominado índice Gini, utilizado para medir a distribuição de renda, vai de 0 a 1. A medida é realizada da seguinte forma: “em ‘0’, todos teriam o mesmo rendimento, enquanto em ‘1’, apenas uma pessoa concentraria todos os rendimentos, o que representa a máxima desigualdade”, conforme explicitado no estudo do IBGE em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>, acesso em 19/06/2016, pp. 80 e seguintes.

De qualquer forma, curial consignar que *“as Regiões Norte e Nordeste do País concentram as maiores proporções de pessoas que vivem com até ¼ de salário mínimo per capita”*, o que reflete *“as históricas desigualdades regionais produzidas ao longo do processo de desenvolvimento brasileiro, tanto em termos de condições de vida quanto de crescimento econômico”*<sup>402</sup>.

Nesse toar, é relevante compreender o histórico socioeconômico, com origem nos idos da colonização a que esteve sujeito o Brasil, que impulsionou esse desenvolvimento desigual das regiões brasileiras de Norte a Sul. Uma desigualdade, entretanto, que não impediu a construção de um belo país por seu valoroso povo<sup>403</sup>.

### 3.3.1.1 O NORTE

A Região Norte brasileira, com aproximadamente 15,8 milhões de pessoas em seu território, é formada por 07 Estados da Federação: Acre<sup>404</sup>, Amapá<sup>405</sup>,

---

<sup>402</sup> Op. Cit., p. 89.

<sup>403</sup> O histórico socioeconômico, a seguir apresentado, região por região, também conterà, em notas de rodapé, algumas características de cada Estado do Brasil com toda sua riqueza humana.

<sup>404</sup> Acre e sua capital Rio Branco, cujo Parque da Maternidade oferece um longo e verde calçadão. É a terra do Palácio Rio Branco, que dispõe de uma importante coleção de móveis dos anos 1940 e 1950. É nele que está a maior tela pintada do Brasil, retratando a cena dos *“heróis revolucionários”* que libertaram o Estado do Acre do país vizinho, a Bolívia. O local também apresenta uma sala inteira dedicada à cultura indígena. O Museu da Borracha, por sua vez, revela traços marcantes da cultura étnica local. E o novo calçadão, La Gameleira, proporciona um prazeroso passeio à beira do rio. É aqui que está o último povoamento brasileiro a ver o nascer do sol, na chamada serra da Moa, na fronteira com o Peru. Informações extraídas da página oficial do Estado do Acre (endereço eletrônico - [www.ac.gov.br](http://www.ac.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>405</sup> Amapá e a cidade de Macapá, a capital, é *“cortada”* ao meio pela linha do equador, fazendo-a úmida e quente o ano inteiro. Com tijolos que serviam de lastro para os navios portugueses, é aqui que está a Fortaleza de São José de Macapá, que levou quase vinte anos para ser construída. O Museu Sacaca, ou Museu do Desenvolvimento Sustentável, disponibiliza passeios com guia a locais que são réplicas de habitações ribeirinhas (populações tradicionais que vivem nas margens dos rios). O Mercado dos Produtos da Floresta vende exemplares da arte e do artesanato locais, como cerâmicas, objetos indígenas, artigos de couro, estatuetas de madeira e remédios naturais. O Marco Zero é um obelisco com relógio de sol que fixa o ponto onde passa exatamente a linha do equador. Informações extraídas da página oficial do Estado do Amapá (endereço eletrônico - [www.amapa.gov.br](http://www.amapa.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

Amazonas<sup>406</sup>, Pará<sup>407</sup>, Rondônia<sup>408</sup>, Roraima<sup>409</sup> e Tocantins<sup>410</sup>. É onde está a Amazônia. É a região dos caboclos brasileiros. Um local onde viviam, originalmente, tribos de índios adaptados à floresta tropical, e cuja terra fértil e repleta de biodiversidade fez florescer culturas indígenas de tamanho avanço que conseguiam manter aldeias com alguns milhares de habitantes, como Marajó e Tapajós<sup>411</sup>. A ocupação portuguesa então começou e, em certo momento, foram escravizadas aldeias inteiras, num processo de exploração das riquezas naturais em que mulheres e crianças nativas eram mantidas como reféns enquanto os homens tinham de trabalhar em expedições que “*sugavam*” a floresta amazônica. As drogas e especiarias da mata eram negociadas por Portugal em toda a Europa, como o cacau,

---

<sup>406</sup> Amazonas, com a capital Manaus e seu Mercado Municipal, onde entre tantos produtos é possível encontrar muitas frutas e legumes tropicais, a maioria desconhecidos dos visitantes. Algumas bancas também vendem artesanato indígena. O Teatro Amazonas, inaugurado em 1896, desenhado em forma de arpa e com capacidade para 700 pessoas, é do tempo em que se faziam fortunas, na região, com extração da borracha. A festa do Boi-Bumbá, em Parintins, chega a reunir 35 mil pessoas no “*bumbódromo*”, num espetáculo cultural onde os participantes exibem belas fantasias e incorporam animais mitológicos. Informações extraídas da página oficial do Estado do Amazonas (endereço eletrônico - [www.amazonas.am.gov.br](http://www.amazonas.am.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>407</sup> Pará e sua capital, Belém, fundada pelos portugueses em 1616 com o objetivo de proteger a entrada do majestoso rio Amazonas. A cidade do tradicional mercado ver-o-peso (um prédio singular, todo de ferro, projetado e fabricado na Inglaterra e montado ali no final do século 19). Além da variedade de produtos à disposição em suas dependências, o ver-o-peso tem à sua frente inúmeras barracas que vendem frutos silvestres, farinha de mandioca, ervas medicinais e óleos aromáticos, além de artesanato da região, entre outras mercadorias. O Forte do Castelo, construído com barro e madeira, em 1616, abriga o Museu do Encontro. O Pará, da Ilha de Marajó: a imensa ilha fluviomarina, estendendo-se por mais de 40.000 km², com cerca de 250 mil habitantes. Informações extraídas da página oficial do Estado do Pará (endereço eletrônico - [www.pa.gov.br](http://www.pa.gov.br)), acessos em junho/2016, com dados complementares do Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>408</sup> Rondônia e cuja capital, Porto Velho, está situada à margem do rio Madeira. Uma das mais importantes atrações é o Museu Ferroviário Madeira-Mamoré, no qual inúmeras locomotivas a vapor, algumas cobertas, contam um pouco da história da região. Em Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia, está o Forte Príncipe da Beira, construído no meio da selva, pelos colonizadores portugueses, em 1773. A região é caracterizada pela comunhão de diversas culturas, em razão do grande número de migrantes, vindos de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo, além de outros países, como Bolívia, Líbano, Barbados e Japão. É a terra do FEFOGUAM ou FEFOPEM – grande festival folclórico do “*Duelo da Fronteira*” entre os bois Malhadinho e Flor do Campo. Informações extraídas da página oficial do Estado de Rondônia (endereço eletrônico - [www.rondonia.ro.gov.br](http://www.rondonia.ro.gov.br)), acessos em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação do Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>409</sup> Roraima, um dos mais novos Estados brasileiros, criado em 1991. A capital, Boa Vista, apresenta o moderno Palácio Municipal, situado ao lado do “*Monumento ao Garimpeiro*”, uma homenagem aos mineradores responsáveis pela riqueza da região. É no território roraimense que Brasil, Guiana e Venezuela se encontram. É onde está situado o sítio arqueológico da Pedra Pintada, que desperta o interesse de arqueólogos de todo o mundo (nele há inscrições de civilizações milenares, marcas da passagem do homem pré-histórico pelo local). Informações extraídas da página oficial do Estado de Roraima (endereço eletrônico - [www.portal.rr.gov.br](http://www.portal.rr.gov.br)), acessos em junho/2016, com dados complementares do Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>410</sup> Tocantins e a capital brasileira mais recente, Palmas, construída em 1989, com a área central marcada pela gramada Praça dos Girassóis. É a terra do rio Tocantins com seu majestoso entardecer, e do rio Araguaia. É aqui que está a Ilha do Bananal. Um local que surgiu de um povo decidido por dias melhores (numa região abandonada pelos governantes) e que por mais de um século se mobilizou pela emancipação que veio a ocorrer somente com a promulgação da atual Constituição brasileira, em 05/10/1988. No primeiro dia do ano seguinte a Unidade Federativa do Tocantins se tornou realidade. Informações extraídas da página oficial do Estado do Tocantins (endereço eletrônico - [www.to.gov.br](http://www.to.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>411</sup> RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. S. Paulo: Cia Letras, 2006, p. 279.

o cravo, a canela, a baunilha, o açafrão, a quina, o puxuri e grande número de sementes, cascas, tubérculos, óleos e resinas<sup>412</sup>.

Aos poucos, a mistura entre os hábitos tribais e o contato com novos valores dos colonizadores, inclusive a miscigenação dos recém-chegados com as índias nativas, fez surgir uma cultura de resistência, os caboclos da Amazônia, engajados, pois, na coleta de “*drogas da mata*”, principalmente nos seringais (extração da borracha)<sup>413</sup>, ou melhor, um povo que trabalha e sobrevive com atividades e comportamentos adaptados à região amazônica. Ou, no dizer da professora Carmen Izabel Rodrigues, do Departamento de Antropologia da Universidade do Pará:

“(...) Como uma diferença, a identidade cabocla é uma fronteira sempre em movimento – de expansão ou retração –, nunca igual a si mesma, sempre em transformação. Nesse movimento, na busca de ‘tornar-se outro’, é que se abre um espaço de reflexividade: ao dar significados à sua experiência de margens e movimentos, o caboclo pode, enfim, auto-constituir-se como uma fala, ao mesmo tempo heterogênea, autônoma, local e nacional, singular e plural”<sup>414</sup>.

A divisão do fazer humano, na Região Norte, revela o quanto essa parte do país foi, por muito tempo, relegada à baixa densidade técnica, sendo a última a ampliar a sua mecanização, “*tanto na produção econômica quanto no próprio território*”<sup>415</sup>. Não que isso seja verdadeiramente um problema. Afinal, caso o avanço tecnológico tivesse chegado logo talvez os impactos ambientais fossem alarmantes (o Norte, mais preservado, vale selar, constitui principal foco das queimadas, hoje, notadamente na floresta amazônica, para fins da expansão agrícola e pecuária<sup>416</sup>).

A questão envolvendo as transações financeiras também demonstra como o Norte do Brasil não recebeu atenção igual às demais regiões, inclusive pelo próprio poder público, em termos de financiamentos e ações governamentais. A evidência é

---

<sup>412</sup> Op. Cit., p. 283.

<sup>413</sup> Op. Cit., p. 285-286.

<sup>414</sup> RODRIGUES, Carmem Izabel. Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença. Disponível em <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/60/131>, acesso em 18/09/2016.

<sup>415</sup> SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. - 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006, p. 272-273.

<sup>416</sup> Almanaque Brasil Socioambiental. Instituto Socioambiental (ISA). S. Paulo: 2007, p. 283-284.

apresentada por Milton Santos e María Laura Silveira sob o título de *“financeirização da sociedade e do território”*<sup>417</sup> e procura sedimentar o quanto a mobilidade do capital financeiro pode visibilizar a maneira pela qual a destinação dos recursos, públicos e privados, culmina beneficiando alguns locais e atividades em detrimento de outros. E a Região Norte, mais uma vez, foi deixada para trás.

### 3.3.1.2 O NORDESTE

A Região Nordeste brasileira, com 53 milhões de pessoas, é formada, ao todo, por 09 Estados da Federação: Alagoas<sup>418</sup>, Bahia<sup>419</sup>, Ceará<sup>420</sup>, Maranhão<sup>421</sup>,

---

<sup>417</sup> Op. Cit., p. 195-197.

<sup>418</sup> Alagoas e sua capital, Maceió, com seus prédios históricos bem conservados e que retratam um pouco da riqueza vivenciada pela cidade nos tempos exitosos da produção açucareira, no século 19. É nesse território que ficava o Quilombo dos Palmares, o mais significativo do Brasil, que na época da escravidão chegou a ter 30 mil moradores (escravos fugidos). Aqui está também a cidade de Penedo, às margens do rio São Francisco, fundada em 1565, e cujo centro histórico é tombado como Monumento Histórico Nacional. E a localidade de Marechal Deodoro, onde nasceu o primeiro Presidente do Brasil, o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (a casa onde ele passou a infância virou museu). Informações extraídas da página oficial do Estado de Alagoas (endereço eletrônico - [www.governo.al.gov.br](http://www.governo.al.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>419</sup> Bahia é a terra da primeira capital do Brasil (de 1549 a 1763), a cidade de Salvador, fundada pelos portugueses em 1549. O seu centro colonial conserva, até hoje, o Pelourinho, com ruas cujo calçamento é de pedras e onde estão situados casarões dos séculos 17 e 18, além de igrejas do estilo barroco. É aqui que está o Elevador Lacerda, construído pelo comerciante Antônio Francisco de Lacerda, em 1873 e que liga a Cidade Alta à Cidade Baixa. É em Salvador que está também um dos monumentos barrocos mais importantes do Brasil, a Igreja e o Convento de São Francisco, construídos entre 1708 e 1750. E, por fim, o local do Carnaval, festa popular que no verão reúne milhões de pessoas do mundo todo. Informações extraídas da página oficial do Estado da Bahia (endereço eletrônico - [www.ba.gov.br](http://www.ba.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>420</sup> Ceará e sua capital, Fortaleza, que ainda guarda algumas fachadas coloniais com cores vivas e tem o Teatro José de Alencar (uma homenagem a famoso romancista brasileiro), com estrutura vitoriana de ferro batido trazido da Escócia. Aqui está o Forte Nossa Senhora da Assunção, construído pelos holandeses no ano de 1649 e que até hoje funciona como posto militar. É a terra de humoristas, também de muita religiosidade, e da cidade de Juazeiro do Norte, que surgiu de um assentamento sob orientação do Padre Cícero (um santo, pela fé popular) e se tornou um local de intensa e contínua peregrinação religiosa. Atualmente, atrai milhares de crentes de vários lugares. Informações extraídas da página oficial do Estado do Ceará (endereço eletrônico - [www.ceara.gov.br](http://www.ceara.gov.br)), acessos em junho/2016, com dados do Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>421</sup> Maranhão, com a capital, São Luís, fundada por franceses (1612), tomada por holandeses e dominada, enfim, pelos colonizadores portugueses (1644). O centro histórico tem um dos melhores conjuntos da arquitetura colonial e recebeu o título de Patrimônio da Humanidade (1997). É onde está o Palácio dos Leões, de 1766 (francês), a sede do governo estadual. O Centro de Cultura Popular apresenta trajes, objetos e fotografias da *“Festa do Divino”*, festividade religiosa de grande importância para os maranhenses. A *“Casa do Maranhão”*, no prédio da alfândega do século 19, é outra marca importante da cidade, com significativo acervo do folclore local, em especial do tradicional bumba-meu-boi. Informações extraídas da página oficial do Estado do Maranhão (endereço eletrônico - [www.ma.gov.br](http://www.ma.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

Paraíba<sup>422</sup>, Pernambuco<sup>423</sup>, Piauí<sup>424</sup>, Rio Grande do Norte<sup>425</sup> e Sergipe<sup>426</sup>. É a região dos crioulos e dos sertanejos brasileiros. A condição crioula surgiu do engenho açucareiro (empresa agroindustrial), o empreendimento colonial português de exportação, destinado ao mercado consumidor europeu<sup>427</sup>. Ao decorrer dos anos de colonização, nos engenhos de açúcar, além dos indígenas, passaram a trabalhar dezenas de milhares de escravos trazidos do continente africano. Os “*senhores de engenho*” (empresários nativos) nasceram do estímulo da Coroa Portuguesa que lhes concedeu terras, privilégios e honrarias, dando-lhes “*um poder hegemônico na ordenação da vida colonial*”<sup>428</sup>. A concepção latifundiária estava assegurada, num

---

<sup>422</sup> Paraíba e sua capital João Pessoa, a terceira cidade mais antiga do Brasil, fundada no ano de 1585, e que até os dias de hoje conserva conventos, igrejas e mosteiros da época colonial, muitos deles bem restaurados, inclusive com fachadas que se alinham em certa rua do Centro Histórico. A Igreja de São Francisco se destaca com a torre de cúpula em estilo oriental. As festas juninas por aqui são tradicionais, como as que ocorrem no Parque do Povo, na cidade de Campina Grande. E, em Souza, está o local conhecido como Vale dos Dinossauros, com um dos melhores conjuntos de pegadas fósseis de espécies que ali pastavam há cerca de 130 milhões de anos. Informações extraídas da página oficial do Estado da Paraíba (endereço eletrônico - [www.paraiba.pb.gov.br](http://www.paraiba.pb.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>423</sup> Pernambuco, com a capital Recife que, em 1630, sob domínio dos holandeses, viu surgir um engenhoso sistema de pontes que interconectaram as ilhas de Santo Antônio, Boa Vista e Recife Antigo (aqui, o Marco Zero e a praça que o cerca sedimentam o ponto oficial de fundação da cidade). É a terra do casario antigo da Rua de Bom Jesus. É onde está, também, a Torre Malakoff, erguida em 1845 como importante observatório astronômico da América do Sul. O frevo, do compasso rápido e com sombrinha colorida é a dança cultural típica dos recifenses. Aqui está uma das cidades coloniais brasileiras mais bem conservadas, Olinda, fundada em 1535 pelos portugueses (e reconhecida como Patrimônio da Humanidade desde o ano de 1982). Informações extraídas da página oficial do Estado de Pernambuco (endereço eletrônico - [www.pe.gov.br](http://www.pe.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>424</sup> Piauí e sua capital, Teresina, dos rios Paranaíba e Poti e com suas praças amplas e arborizadas. Uma de suas construções mais antigas é a catedral de Nossa Senhora do Amparo: a sua edificação durou um século (1851-1952). O artesanato e objetos pré-históricos podem ser vistos no Museu do Piauí (antiga sede do Poder Legislativo estadual), cuja fachada, de 1926, se assemelha a templos egípcios. As pinturas rupestres se destacam no Parque Nacional da Serra da Capivara, com desenhos que podem ter até 29 mil anos. O local, com mais de 30 mil pinturas pré-históricas, é considerado Patrimônio da Humanidade (desde 1991). Informações extraídas da página oficial do Estado do Piauí (endereço eletrônico - [www.pi.gov.br](http://www.pi.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados do Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>425</sup> Rio Grande do Norte, com a capital Natal que junto de seu marco, o Forte dos Reis Magos, foi fundada em 25 de dezembro de 1598, razão pela qual recebeu o nome da tradicional festa religiosa cristã. O Centro de Turismo funciona numa cadeia (prisão) do século 19 e é um local repleto de artesanato regional. É aqui que está o Lajedo de Soledade, um sítio arqueológico com rochas calcárias que datam de cerca de 90 milhões de anos, e em cujos arredores é possível apreciar pinturas rupestres de 10 mil anos e fósseis como dos tigres-de-dente-de-sabre. É também terra de repentistas (cantadores que se enfrentam num tradicional, característico e bem-humorado “*duelo*” musical). Informações extraídas da página oficial do Estado do Rio Grande do Norte (endereço eletrônico - [www.rn.gov.br](http://www.rn.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>426</sup> Sergipe e a capital Aracaju, situada na foz do rio Sergipe. É a terra do Pré-Caju, uma prévia carnavalesca que reúne bandas de axé, pagode e outros ritmos, e que acontece anualmente. Outro destaque é o Encontro Cultural, que reúne musicais, apresentações, grupos de discussão e exposições sobre o folclore sergipano, todo ano, na cidade de Laranjeiras. É, no menor dos Estados da Federação, que está a quarta cidade mais antiga do Brasil, São Cristóvão, fundada em 1590 e tombada como Patrimônio Histórico Nacional. Nela, o Convento de São Francisco atualmente abriga o Museu de Arte Sacra, que apresenta uma coleção de cálices e cruzes de prata e imagens de santos finamente esculpidas. Informações extraídas da página oficial do Estado de Sergipe (endereço eletrônico - [www.se.gov.br](http://www.se.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>427</sup> RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. S. Paulo: Cia Letras, 2006, p. 249.

<sup>428</sup> Op. Cit., p. 250-258.



sistema onde a população em vez de produzir o que consumia, cultivava o produto para atender solicitações externas (o açúcar). Mas, ao longo do tempo, a cultura crioula resiste à “açucarocracia”, o negro escravo luta por sua liberdade e contra o sistema. Agrupados, formam os quilombos, cujos remanescentes persistem até hoje.

O Nordeste também tem em suas origens os sertanejos, especializados e familiarizados com o pastoreio, com traços próprios na vestimenta, na culinária, na visão de mundo etc. O regime de trabalho do pastoreio não teve sua base na escravidão, mas num sistema em que os sertanejos, que cuidavam essencialmente do gado, recebiam gêneros de manutenção (alimentos, vestuários etc.) e crias dos animais. O trabalho, extremamente árduo, era, em princípio, considerado melhor que aquele realizado pelos crioulos nos engenhos de açúcar. Os sertanejos, com sua vida pastoril e em razão do clima e da pastagem pobre, ao fim de três séculos, passaram a ocupar quase todo o sertão interior<sup>429</sup>.

O sertanejo, a propósito, “é considerado um forte. Para sobreviver em tais condições, desenvolveu uma estrutura sociocultural peculiar e uma forte relação com o uso dos recursos naturais disponíveis na região”<sup>430</sup>.

Igual ao que ocorreu no Norte, a divisão do fazer humano, na Região Nordeste, também foi marcada por uma mecanização pontual e pouco densa, sobretudo pela estrutura da propriedade concentrada nas mãos de poucos. Ademais, “o número de núcleos urbanos é grande em virtude da baixa mecanização do território, sua densidade é relativamente importante, mas a taxa regional de urbanização é baixa”<sup>431</sup>. De novo, não que isso seja um significativo problema. Afinal, como na Região Norte, caso o avanço tecnológico tivesse chegado logo talvez os impactos ambientais fossem muito maiores.

---

<sup>429</sup> Op. Cit., p. 306-316.

<sup>430</sup> GIULIETTI, Ana Maria; HARLEY, Raymond Mervin; QUEIROZ, Luciano Paganucci de; RAPINI, Alessandro. *Rumo ao amplo conhecimento da biodiversidade do semi-árido brasileiro*. Universidade Estadual de Feira de Santana. Disponível: <http://www.uefs.br/ppbio/cd/portugues/introducao.htm>, acesso em 06/10/2010.

<sup>431</sup> SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. - 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006, p. 271-272.

A questão envolvendo as transações financeiras também demonstra como o Nordeste (a exemplo do Norte) não recebeu atenção igual às demais regiões brasileiras, notadamente pelo setor público. A situação<sup>432</sup> revela o quanto a Região Nordeste também foi relegada, literalmente deixada para trás.

### 3.3.1.3 O CENTRO-OESTE

A Região Centro-Oeste brasileira tem uma população em torno de 14 milhões de pessoas e é composta por 03 Estados da Federação: Mato Grosso do Sul<sup>433</sup>, Mato Grosso<sup>434</sup> e Goiás<sup>435</sup>; e pelo Distrito Federal<sup>436</sup>, onde está localizada a capital do Brasil (Brasília). É também a região dos sertanejos brasileiros (que além do Nordeste ocuparam o Centro-Oeste). O modo de ser do sertanejo é aquele baseado no pastoreio, com características próprias na vestimenta, na culinária, na visão de

---

<sup>432</sup> Op. Cit., p. 195-197.

<sup>433</sup> *Mato Grosso do Sul* e a sua capital, Campo Grande, a “*Cidade Morena*”, de terra vermelha, com seu Relógio Central e a Morada dos Baís, de 1918. Aqui está o Parque das Nações Indígenas, considerado um dos maiores parques urbanos do mundo, com uma área de 119 hectares e uma gama variada de espécies de árvores preservadas, como jenipapo, mangueira e aroeira, onde é possível ver vários animais da fauna silvestre, especialmente pássaros (destacando-se a arara-azul) e capivaras. É a terra da cidade de Corumbá, onde estão a Casa do Artesão e o Museu do Pantanal, que apresentam arte indígena e local, e o Forte Junqueira, construído durante a “*Guerra do Paraguai*”. Informações extraídas da página oficial do Estado de Mato Grosso do Sul (endereço eletrônico - [www.ms.gov.br](http://www.ms.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>434</sup> *Mato Grosso*, com sua capital Cuiabá, situada às margens do rio Cuiabá, um afluente do rio Paraguai. Com um grande número de praças arborizadas é conhecida como “*Cidade Verde*”. Aqui estão ruelas do período colonial, cujo centro histórico mantém a Rua do meio, de baixo, beco do candieiro e calçadas. É a terra do Parque Indígena do Xingu, com mais de 27 mil km<sup>2</sup>, onde vivem cerca de 5.500 índios de catorze etnias diferentes e que pertencem às quatro grandes famílias linguísticas indígenas brasileiras: caribe, aruaque, macro-tupi e macro-jê. A área é considerada o mais belo mosaico linguístico puro do Brasil. Informações extraídas da página oficial do Estado de Mato Grosso (endereço eletrônico - [www.mt.gov.br](http://www.mt.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>435</sup> *Goiás* e a capital Goiânia, de vários centros culturais, teatros e museus. É a cidade do Monumento à Paz, uma ampulheta gigante (5 metros de altura) com quinhentas toneladas e que contém terra de vários países do mundo. Local também do Monumento às Três Raças (símbolo da cidade) que homenageia a miscigenação das raças branca, negra e índia. É aqui que está Pirenópolis, com igrejas barrocas portuguesas, rústicos chalés do século 18 e das pitorescas ruas Direita, da Aurora, do Bonfim e do Rosário, e ainda o Museu das Cavalhadas, com peças diversificadas da “*Festa do Divino Espírito Santo*”. Informações extraídas da página oficial do Estado de Goiás (endereço eletrônico - [www.goias.gov.br](http://www.goias.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>436</sup> *Distrito Federal* é onde está a capital brasileira, Brasília, erguida por numeroso grupo de trabalhadores, especialmente nordestinos, em velocidade impressionante (três anos e dez meses). A cidade se tornou a capital federal em 21 de abril de 1960 e, em 1987, foi declarada Patrimônio da Humanidade por seu planejamento urbano e arquitetura moderna. É aqui o centro político brasileiro: **a)** Poder Executivo - o Palácio do Planalto (Presidente da República) e a Esplanada dos Ministérios (Ministros de Estado); **b)** Poder Legislativo - o Congresso Nacional (Parlamentares – deputados federais e senadores); e **c)** Poder Judiciário – o Supremo Tribunal Federal (Corte Suprema). É aqui também que está o órgão máximo do Ministério Público Federal, a Procuradoria-Geral da República. Informações extraídas da página oficial do Distrito Federal (endereço eletrônico - [www.brasilia.df.gov.br](http://www.brasilia.df.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

mundo etc. Os vastos campos da região mais central do Brasil, com boas pastagens e um regular sistema de chuvas assegurou, porém, uma feição própria à vida sertaneja. As propriedades rurais (fazendas) foram cercadas e os vaqueiros recebiam salários e compravam seus próprios mantimentos.

O sistema pastoril é mais “*avançado*”, mas o homem (o sertanejo) “*continua preterido em relação ao rebanho, como a espécie mais reles e menos valiosa*”. As facilidades eram mais presentes para socorrer um gado (pelo seu valor mercantil) do que para medicar um filho enfermo de qualquer vaqueiro. O gado leiteiro recebia fartas rações (para produzir mais e bom leite), enquanto parques mantimentos sustentavam os sertanejos e suas famílias. “*Dessa forma, mesmo nas áreas pastoris mais ricas, a ordenação social degrada ao homem, confirmando o primado empresarial do gado-mercadoria sobre a comunidade humana*”<sup>437</sup>.

A divisão do fazer humano, na Região Centro-Oeste, é caracterizada pelo estabelecimento de um meio técnico-científico-informacional sobre uma área territorial praticamente “*natural*”, onde “*a vida de relações era rala e precária*”. A região central é constituída com feições “*do mundo da informação, da televisão, de uma rede de cidades assentadas sobre uma produção agrícola moderna e suas necessidades relacionais*”<sup>438</sup>. É a região da “*agricultura globalizada*” (soja, milho, algodão, arroz etc), com grande consumo de fertilizantes e defensivos agrícolas e utilização de tecnologia de ponta. “*É uma produção de alimentos que se dá em fazendas modernas dispersas, a grandes distâncias hoje facilmente franqueáveis, sob a demanda das firmas globais com sede na Região Concentrada*”<sup>439</sup>, mesmo que os mecanismos de comando sejam pouco visíveis”<sup>440</sup>. E, de forma significativa, tudo ocorrendo com financiamentos estatais concedidos desigualmente.

Deveras, o tema das transações financeiras aponta como o Centro-Oeste é bem mais favorecido em relação às regiões Norte e Nordeste, sobretudo após a

---

<sup>437</sup> RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. S. Paulo: Cia Letras, 2006, p. 318-9.

<sup>438</sup> SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. - 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006, p. 271-272.

<sup>439</sup> A Região Concentrada, segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira (obra citada), abrange São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Sudeste e Sul).

<sup>440</sup> Op. Cit., p. 271.

localização da capital federal em sua área geográfica. O Distrito Federal já chegou a apresentar a maior densidade de depósitos (financeiros) por habitante. A destinação dos recursos, públicos e privados<sup>441</sup>, foi (e é) mais benéfica ao Centro do País.

### 3.3.1.4 O SUDESTE

A Região Sudeste brasileira tem uma população aproximada de 80,3 milhões de pessoas e é composta por 04 Estados da Federação: Espírito Santo<sup>442</sup>, Minas Gerais<sup>443</sup>, Rio de Janeiro<sup>444</sup> e São Paulo<sup>445</sup>. É também a região dos caipiras brasileiros. Os habitantes dessa área territorial, desprovida de “*drogas da mata*” (Norte), engenhos de açúcar (Nordeste) ou atividade pastoril (Centro-Oeste) se viram alheios aos interesses do colonizador, em termos de processo econômico. Restou-

---

<sup>441</sup> Op. Cit., p. 195-197.

<sup>442</sup> *Espírito Santo* e a capital, Vitória, com sua grande baía cercada por mar aberto de cor verde-garrafa. A cidade ainda tem alguns prédios dos tempos coloniais, dentre os quais o Convento de Nossa Senhora da Penha (1558), cujos muros fortificados refletem a beleza do sol nascendo e se pondo. É nele que está uma das primeiras pinturas do Brasil, a “*Nossa Senhora das Alegrias*”. É a terra do Palácio Anchieta, construído pelos jesuítas no século 16 (sede do governo estadual). É aqui que está a pequena cidade de Itaúnas, rodeada por dunas tão grandes que a localidade original foi enterrada por completo, e a torre da igreja da época aparece, às vezes, quando ventos fortes sopram nas proximidades. Informações extraídas da página oficial do Estado do Espírito Santo (endereço eletrônico - [www.es.gov.br](http://www.es.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>443</sup> *Minas Gerais*, com a sua capital, Belo Horizonte, repleta de concertos musicais e espetáculos, no Parque Municipal, na Praça da Liberdade e no Parque das Mangabeiras. Aqui também são realizados anualmente vários festivais internacionais de teatro e de dança, atraindo visitantes de todo o mundo. O Museu Mineiro, no centro, preserva peças e pinturas da época colonial. É a terra da cidade de Ouro Preto, com suas ruas curvas e íngremes com casas do século 18, que culminam em pequenas praças dominadas por igrejas barrocas. Destacam-se as igrejas de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Pilar, que em seus interiores têm as marcas dos principais artistas e artesões da América do Sul. Informações extraídas da página oficial do Estado de Minas Gerais (endereço eletrônico - [www.mg.gov.br](http://www.mg.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>444</sup> *Rio de Janeiro* e sua capital, também chamada de Rio de Janeiro, que em seu “*sambódromo*” realiza uma das festas mais populares do mundo, o Carnaval, com o desfile das escolas de samba. O Theatro Municipal, o Museu Nacional de Belas Artes, o Pão de Açúcar (na entrada da baía de Guanabara, com seu bondinho teleférico), o Morro do Corcovado e o Cristo Redentor são apenas alguns dos atrativos dessa que é chamada de “*Cidade Maravilhosa*”. Foi a capital do Brasil a partir de 1763 até a inauguração de Brasília, na década de 1960. É também a terra da cidade de Paraty, declarada Patrimônio da Humanidade (1958), com suas igrejas caiadas de branco e com seus telhados de barro e suas construções que datam do período colonial. Informações extraídas da página oficial do Estado do Rio de Janeiro (endereço eletrônico - [www.rj.gov.br](http://www.rj.gov.br)), acessos em junho/2016, com dados complementares do Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>445</sup> *São Paulo* é onde está a maior cidade do Brasil, sua capital que também leva o nome de São Paulo. O centro antigo preserva prédios históricos, como a Catedral Metropolitana (com capacidade para oito mil pessoas), que fica na Praça da Sé. É a cidade do Mosteiro São Bento (o Brasil é o único país sul-americano onde a ordem beneditina fincou raízes), do majestoso Teatro Municipal (inspirado na Ópera de Paris) e da Pinacoteca (fundamental repositório da arte brasileira: acervo de mais de 5 mil pinturas e esculturas). Aqui está também o Museu do Ipiranga (dedicado à história da nação brasileira), uma homenagem à independência do Brasil, ao “*Grito do Ipiranga*”. É a terra da cidade de Santos, fundada em 1535 (um dos primeiros assentamentos portugueses no “*Novo Mundo*”), onde iniciou sua carreira Pelé, o “*Rei do Futebol*”. Informações extraídas da página oficial do Estado de São Paulo (endereço eletrônico - [www.saopaulo.sp.gov.br](http://www.saopaulo.sp.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

lhes, então, ou se tornarem *“homens de guerra”* quando índios ou negros surgiam como entraves à expansão colonial, ou sair em busca de minas de ouro, prata ou pedras preciosas”<sup>446</sup>. A propósito, *“a abertura das regiões mineradoras teve algumas consequências externas de importância capital, além das transladações de população. Ensejou a transferência da capital colonial da Bahia para o porto do Rio de Janeiro”*<sup>447</sup>. Aos poucos, encerrado o período de enfrentamento ou mineração, remanesce uma nova área cultural que se denominou de caipira.

Os caipiras provêm, portanto, de uma grande massa de mão-de-obra então desocupada e em terras virgens despovoadas e sem valor. Uma economia de subsistência se inicia, com plantação, caça, pesca e coleta de frutos e tubérculos. A nova forma de vida implica dispersão e povoamento em grandes áreas. As dificuldades fazem surgir instituições solidárias, como o mutirão, *“que institucionaliza o auxílio mútuo e a ação conjugada pela reunião dos moradores de toda uma vizinhança para execução das tarefas mais pesadas, que excediam das possibilidades dos grupos familiares”*<sup>448</sup>. A economia de fazenda, mais tarde, e com apoio estatal, atua com veemência e os caipiras passam a ser desalojados, sobrando-lhes o trabalho assalariado no campo ou a busca de novas áreas.

Por fim, vale consignar que *“o golpe derradeiro na vida do caipira tradicional, que acaba por marginalizá-lo definitivamente, se dá com a ampliação do mercado urbano de carne, que torna viável a exploração das áreas mais remotas e de terras pobres ou ricas para a criação de gado”*<sup>449</sup>. O sistema de fazendas, especialmente a do café, fez do Brasil novamente um grande exportador (comparável apenas aos tempos dos engenhos de açúcar) e um próspero importador de bens industriais.

A pós-graduanda em Geografia pela Universidade de São Paulo, Neusa de Fátima Mariano, bem retrata as características do *“caipira”*, essa miscigenação do *“índio nativo”* com o *“português colonizador”* ao decorrer de três séculos. De fato, portadores de uma cultura singular, os caipiras *“mata adentro objetivavam encontrar*

---

<sup>446</sup> RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. S. Paulo: Cia Letras, 2006, p. 331-9.

<sup>447</sup> Op. Cit., p. 340.

<sup>448</sup> Op. Cit., p. 347.

<sup>449</sup> Op. Cit., p. 353.

*ouro e prata, além de aldeias indígenas, cujas mãos escravizadas eram aproveitadas nos trabalhos de homens brancos”. E, aos poucos, se tornaram “agricultores precários quando da necessidade de produção de alimentos para subsistência, fixando-se nas terras dos sertões paulistas e iniciando a formação de pequenas vilas e aldeias que mais tarde se tornariam grandes cidades”*<sup>450</sup>.

A divisão do fazer humano, na Região Sudeste, foi muito favorecida. Faz parte, pois, da *“Região Concentrada”*, na qual é visível a *“implantação mais consolidada dos dados da ciência, da técnica e da informação”*. É aqui que está São Paulo, principal centro financeiro, corporativo e mercantil do Brasil, responsável por 28,7% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, destacando-se *“por possuir melhor infraestrutura, mão de obra qualificada, fabricar produtos de alta tecnologia, além de abrigar o maior parque industrial e a maior produção econômica”*<sup>451</sup> do País. O lema paulistano, que consta no brasão da cidade de São Paulo, é a emblemática frase em latim *“non ducor, duco”*, ou seja, *“não sou conduzido, conduzo”*<sup>452</sup>.

O Sudeste (como o Sul), no que se refere às transações financeiras, é extremamente beneficiado em relação às demais regiões brasileiras. Com efeito, São Paulo e Rio de Janeiro apresentam alta densidade de depósitos (financeiros) por habitante<sup>453</sup>, sendo destinatários de significativos recursos públicos e privados.

### 3.3.1.5 O SUL

A Região Sul brasileira, com suas 27,3 milhões de pessoas, é composta por 03 Estados da Federação em seu território atual. São eles: Paraná<sup>454</sup>, Santa

---

<sup>450</sup> MARIANO, Neusa de Fátima. *O lugar do caipira no processo de modernização*. Universidad de Barcelona. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Nº 69 (22), 1º. de agosto de 2000. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn-69-22.htm>, acesso em 16/10/2010.

<sup>451</sup> Informações em [http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/principal\\_conheca](http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/principal_conheca), acesso em 19/06/2016.

<sup>452</sup> Informações disponíveis em [http://ww1.prefeitura.sp.gov.br/portal/a\\_cidade/historia/index.php?p=757](http://ww1.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/historia/index.php?p=757), acesso em 19/06/2016.

<sup>453</sup> SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. Op. Cit., pp. 267-269.

<sup>454</sup> *Paraná* e sua capital, Curitiba, do Largo da Ordem, o coração do centro antigo da cidade com inúmeros prédios históricos bem conservados. Aqui está a Igreja da Ordem (1737) e o Museu da Arte Sacra, que reúne relíquias das igrejas locais. A Igreja do Rosário, da mesma época, é outro destaque (originalmente servia à população escrava). O Jardim Botânico, criado à imagem dos jardins franceses, com seu tapete de flores, e espécies botânicas que são referência nacional, é uma das principais atrações locais. É também a terra da denominada “litorina” (trem) que na ferrovia Curitiba-Paranaguá atravessa treze túneis e trinta pontes e que

Catarina<sup>455</sup> e Rio Grande do Sul<sup>456</sup>. É a região dos gaúchos, dos matutos-açorianos e dos gringos-caipiras. Uma área cujos sistemas de produção agrícola variaram da lavoura dos matutos e do pastoreio dos gaúchos às pequenas propriedades de exploração intensiva dos colonos gringos. As origens remontam aos jesuítas espanhóis: *“ao contrário da formação colonial-escravista, que tratava o índio como um fator energético para ser desgastado na produção mercantil, o modelo jesuítico buscava assegurar-lhe uma existência própria dentro de uma comunidade (...) que se ocupava fundamentalmente de sua própria subsistência e desenvolvimento”*<sup>457</sup>.

No Sul, os gaúchos surgem da miscigenação entre espanhóis e portugueses com índias guaranis, e são dedicados à *“exploração do gado, alçado e selvagem, que se multiplicava prodigiosamente nas pradarias naturais das duas margens do rio da Prata”*<sup>458</sup>. Além da atividade pastoril, assumiram costumes próprios, como o chimarrão (bebida quente à base de erva-mate), a vestimenta, a culinária (em especial o churrasco temperado com sal grosso e assado no fogo de chão) etc. Mas, com o passar do tempo, *“tal como ocorre nos sertões pastoris do Nordeste, a estância é um criatório de gado como seus arraiais são criatórios de gente”*<sup>459</sup>.

---

permite uma visualização de vistas singulares da floresta virgem até o litoral. E tem a Ilha do Mel, com a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres e o Farol das Conchas, permitindo uma visão de rara beleza. Informações extraídas da página oficial do Estado do Paraná (endereço eletrônico - [www.cidadao.pr.gov.br](http://www.cidadao.pr.gov.br)), acessos em junho/2016, com dados complementares do Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>455</sup> Santa Catarina, com sua capital, Florianópolis, considerada um dos locais mais bonitos da América do Sul, porta de entrada da ilha de Santa Catarina, com a Ponte Hercílio Luz (uma das mais importantes pontes pênseis do mundo e a maior do Brasil, cartão postal da cidade). E o Mercado Municipal (com suas bancas de frutas, vegetais, artesanato e outros produtos) e centro histórico. Aqui está, ainda, Santo Antônio de Lisboa, o assentamento açoriano do século 18 mais preservado da região. É a terra onde estão as cidades de Joinville (que abriga a primeira Escola do Balé Bolshoi fora da Rússia e que completou uma década de existência) e Blumenau (onde ocorre a maior *“oktoberfest”* longe da Alemanha). Informações extraídas da página oficial do Estado de Santa Catarina (endereço eletrônico - [www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>456</sup> Rio Grande do Sul e a capital, Porto Alegre, fundada em 1755, na margem direita do rio Guaíba, e que foi utilizada como reduto militar pelos portugueses em defesa a possíveis invasões dos espanhóis. Aqui está o Mercado Público (1869), com bancas de frutas, legumes, verduras, ervas, vinhos e outros produtos. O Memorial do Rio Grande do Sul apresenta aspectos históricos políticos e sociais dos gaúchos, e ainda guarda arquivos e um centro de história oral. A cidade de Gramado parece uma vila européia e o Vale dos Vinhedos produz alguns dos melhores vinhos brasileiros. O trem “Maria Fumaça” que liga Bento Gonçalves a Garibaldi é destaque. E tem São Miguel das Missões, integrante dos *“Sete Povos das Missões”* (jesuíticas), declarada Patrimônio da Humanidade (1984). Informações extraídas da página oficial do Estado do Rio Grande do Sul (endereço eletrônico - [www.rs.gov.br](http://www.rs.gov.br)), acessos realizados em junho/2016, com dados complementares retirados da publicação Guia Visual Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

<sup>457</sup> RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. S. Paulo: Cia Letras, 2006, p. 370.

<sup>458</sup> Op. Cit., p. 353.

<sup>459</sup> Op. Cit., p. 384. A estância é o estabelecimento rural destinado via de regra à criação de gado bovino.

Por sua vez, os matutos-açorianos têm sua origem em populações vinda dos Açores (Portugal), cujo objetivo era assegurar o domínio português em detrimento dos espanhóis. Os açorianos chegavam com a promessa, do colonizador, de que receberiam mantimentos, utensílios, instrumentos de trabalho etc. A colonização açoriana, porém, deparou-se com inevitável fracasso. Literalmente *“ilhados”* no litoral, *“estavam condenados a uma lavoura de subsistência, porque não tinham mercado consumidor para suas colheitas. Depois de comer o suprimento de manutenção, deviam olhar-se, perguntando o que fazer”*<sup>460</sup>. E, foi nessa difícil e árdua situação que *“fizeram-se matutos, ajustando-se a um modo de vida mais indígena que açoriano, lavrando a terra pelo sistema de coivara (rotação de culturas...), plantando e comendo mandioca, milho, feijões e abóboras”*<sup>461</sup>.

Os gringos-caipiras, a seu tempo, foram se formando a partir de um bolsão cultural integrado por imigrantes provindos de inúmeras etnias de países europeus e asiáticos, cumprindo destacar: alemães, italianos, poloneses, russos e japoneses. O diferencial aqui é, ao contrário do restante do território brasileiro, o estabelecimento em terras de pequena propriedade (o minifúndio em vez do latifúndio). A exploração dos recursos naturais atendeu a um modelo familiar, *“escapando, assim, do poderio e arbitrariedade dos senhores de terra”*<sup>462</sup>. As áreas dos gringos-caipiras se tornaram relevantes centros produtores (vinho, mel, trigo, batatas, cevada, legumes, etc). Com o tempo as famílias aumentam e as terras não: o latifúndio já estava nas cercanias. Os lotes são divididos de modo antieconômico e surgem os gringos acabocladados. *“A distinção se faz, hoje, tão evidente que colono, na região gringa, é pequeno proprietário e caboclo é sem-terra”*<sup>463</sup>.

A Região Sul foi também favorecida na divisão do fazer humano. Faz, juntamente com o Sudeste, parte da *“Região Concentrada”*, na qual, remarque-se, é visível a *“implantação mais consolidada dos dados da ciência, da técnica e da informação”*<sup>464</sup>. Em número de trabalhadores e trabalhadoras e em valor e volume

---

<sup>460</sup> Op. Cit., p. 386.

<sup>461</sup> Op. Cit., p. 387.

<sup>462</sup> Op. Cit., p. 395.

<sup>463</sup> Op. Cit., p. 399.

<sup>464</sup> SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. - 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006, p. 269-271.



da produção industrial está atrás somente da região brasileira mais rica, a Sudeste. O Sul é responsável por 16% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro “e *tanto a renda per capita quanto o IDH estão entre os mais elevados do país*”<sup>465</sup>.

O Sul (como o Sudeste), em termos de transações financeiras, também é beneficiado em relação às demais regiões brasileiras. Com efeito, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam alta densidade de depósitos (financeiros) por habitante. De novo a situação concreta e real<sup>466</sup> visibiliza o quanto a destinação dos recursos, públicos e privados, favorece alguns locais em detrimento de outros.

É relevante pontuar, em relação à Região Sul, o seu significado histórico diretamente relacionado aos próprios limites do atual território brasileiro. A disputa entre Portugal e Espanha, pelas Américas, resultou numa série de pactos. O Tratado de Tordesilhas, de 1494, é cediço, sedimentou a posse portuguesa das terras a oriente de trezentos e setenta léguas do arquipélago de Cabo Verde. A linha imaginária, no entanto, mostrou-se impossível de ser demarcada.

Com o tempo, portugueses e espanhóis foram se estabelecendo ao longo do “*novo mundo*”, inclusive ambos os lados admitindo que usurparam terras uns dos outros, desrespeitando a avença originária. A Colônia de Sacramento (fundada por portugueses e hoje em solo uruguaio) - que chegou a ser chamada de o “*Jardim das Américas*”, por produzir vinho, frutas europeias e doces -, era uma possibilidade latente de Portugal poder acessar o cobiçado Estuário do Rio da Prata e toda a “*américa espanhola*”. Os espanhóis, sempre questionando os limites do Tratado de Tordesilhas, arrasaram a Colônia de Sacramento por pelo menos três vezes. Ao menos para garantir como sua a hoje Região Sul, a Coroa Portuguesa tratou então de ocupá-la. O Tratado de Madrid, de 1750, consagrava a “*troca*” da Colônia de Sacramento (implicando descartar os portugueses, vez por todas, dos “*assuntos do Prata*”) pelos Sete Povos das Missões<sup>467</sup> (localizados na Região Sul do Brasil). O

---

<sup>465</sup> MONTIBELLER FILHO, Gilberto; GARGIONI, Sérgio Luiz. *Desenvolvimento da Região Sul do Brasil. Um olhar territorial para o desenvolvimento: Sul*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014, pp. 313-316.

<sup>466</sup> SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. - 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006, p. 195-197.

<sup>467</sup> GARCIA, Fernando Cacciato de. *Fronteira Iluminada. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)*. Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 9-161.

novo pacto ruiu em cerca de dez anos, mas, na singular obra “Fronteira Iluminada”, Fernando Cacciatore de Garcia revela a sua importância:

“(…) A partir desse momento, começa a triste sina entre os coevos de um acordo que na posteridade seria saudado como marco pioneiro do Iluminismo nas relações internacionais, por ter anulado o medieval Tordesilhas, instituído pela primeira vez limites naturais como fronteiras internacionais, transposto para o Direito Internacional o conceito do Direito civil do *uti possidetis*<sup>468</sup>, *criado zonas de paz no Hemisfério Sul e sido o resultado do desejo sincero de dois monarcas que queriam paz duradoura para seus reinos e respectivos domínios sul-americanos*” (Grifou-se)<sup>469</sup>.

O acordo envolvendo os “*Sete Povos das Missões*”, no entanto, ignorou aspecto essencial: a área era ocupada por índios guaranis, onde inclusive atuavam as missões jesuíticas espanholas. Os “*demarcadores*” do acordo resolveram, em 1752, se apossar do território dos “*Sete Povos das Missões*”, quando encontraram o mítico e lendário indígena Sepé Tiaraju, que à frente de oito mil índios armados os fez retroceder. É atribuída a ele a frase: “*esta terra tem dono*”. O fato, porém, teria volta. Em janeiro de 1756, unidos, os exércitos de Portugal e Espanha, com um poderio militar muito superior, após matarem Sepé Tiaraju, foram avassaladores, no auge da denominada “*Guerra Guaranítica*” (período de 1754-1756).<sup>470</sup>

De fato, “*mais de seis mil soldados dotados do melhor armamento, treino e táticas da época cercaram os índios. Em menos de hora e meia, entre estes foram feitos mil e quinhentos mortos, contra apenas quatro entre seus atacantes*”<sup>470</sup>. Enfim, outros tantos episódios de confrontos se sucederam até que Portugal e Espanha celebrassem a paz quanto à região. Mas, como em toda ação colonizadora, nem a independência dos colonizados é suficiente para assegurar dias mais pacíficos. O estrago causado pelas potências coloniais é tão grande que quando deixam o território colonizado os seus habitantes ainda têm muito a fazer. E assim foi em terras brasileiras: somente com a cessão unilateral do Brasil ao país-vizinho Uruguai,

---

<sup>468</sup> A expressão “*Uti Possidetis*” ou “*uti possidetis iuris*” vem da assertiva “*uti possidetis, ita possideatis*” que significa “como possuís, assim possuiais”. Trata-se de um princípio jurídico, especialmente de direito internacional, segundo o qual os beligerantes em um conflito conservam sua posse no final das contendas.

<sup>469</sup> Op. Cit., p. 133.

<sup>470</sup> Op. Cit., p. 143.

implementando a posse comum da Lagoa Mirim, e finalmente com a inauguração do Parque Internacional, em 1943, é que, mais de quatro séculos depois, os limites estavam definidos, a paz assegurada e *“finalizada a saga de Tordesilhas”*<sup>471</sup>.

Ademais, é fundamental enfatizar que o mencionado Parque Internacional simboliza a integração entre as localidades de Rivera (no Uruguai) e Santana do Livramento (no Brasil). As duas cidades se definem como “Fronteira da Paz” ou *“La Mas Hermana de Todas Las Fronteras del Mundo”*.

A delimitação final das fronteiras brasileiras foi, mais que tudo, a consagração de ideais e de uma política que *“se dirigia à ‘união e à amizade entre os países sul-americanos’, à ‘solidariedade das nações’, aos ‘altos ditames da justiça internacional’, em suma, à manutenção da paz universal”*<sup>472</sup>.

E é essa atitude de paz, característica da história brasileira (não obstante os episódios de conflitos e todas as mazelas decorrentes do processo de colonização), que deve prevalecer em toda nação, não apenas entre humanos, mas também em relação aos não humanos. Afinal, nenhum Estado (País, Nação, Sociedade, etc), seja qual for, é formado somente por homens e mulheres. Não, em definitivo. Não somos os únicos seres que sentem e interagem no e com o Planeta Terra. As belezas humanas são muitas, mas o esplendor da Natureza também. Veremos que os elementos naturais não são apenas recursos para o bem-estar, uso e gozo dos humanos. Ao revés, constituem lares de muitos animais não humanos e outras tantas formas de vida. Enfim, em termos de realidade local, conheceremos doravante alguns aspectos do Brasil dos não humanos, sedimentando que se os brasileiros realmente desejam melhorar seus valores devem começar a promover uma diferente interação com os não humanos e com a própria natureza.

---

<sup>471</sup> Op. Cit., p. 313.

<sup>472</sup> Op. Cit., p. 311.

### 3.4 O BRASIL DOS NÃO HUMANOS

O Brasil dos não humanos revela que as belezas e as riquezas naturais de um país são, também, o próprio país. O meio natural, entretanto, não tem fronteiras. Logo, não serão apresentadas características por regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), mas sim, em virtude de aspectos próprios da Natureza.

Nessa linha, há se de conhecer a fauna e a flora brasileiras e o que representam no cenário do próprio Planeta Terra. É essencial, também, uma compreensão sobre cada um dos sete biomas brasileiros: a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga, a Mata Atlântica, o Pampa, o Pantanal e a Zona Costeira. É de se esclarecer que bioma é *“o conjunto de ecossistemas terrestres caracterizados por tipos fisionômicos semelhantes de vegetação”*; e ecossistema *“é a comunidade total de organismos, junto com o ambiente físico e químico no qual vivem. É composto por seres vivos (biocenose) e pelo meio físico (biótopo)”*<sup>473</sup>.

#### 3.4.1 A FAUNA E A FLORA BRASILEIRAS E SUA IMPORTÂNCIA SEM IGUAL

A fauna brasileira tem uma das maiores diversidades do globo terrestre. As estimativas apontam cerca de 1,8 milhões de espécies. O Brasil integra a lista das *“nações megadiversas”*, que juntas abrigam 70% da biodiversidade do Planeta Terra. O quadro específico (abaixo)<sup>474</sup> revela o percentual de espécies que estão em solo nacional em relação às existentes em todo o mundo, a saber:

ESPÉCIE	PERCENTUAL NO BRASIL
Anfíbios	13% das espécies do mundo
Mamíferos	10% das espécies do mundo
Borboletas	18% das espécies do mundo
Peixes de águas continentais	21% das espécies do mundo

<sup>473</sup> *Almanaque Brasil Socioambiental*. Instituto Socioambiental (ISA). S. Paulo: 2007, p. 534 e 536.

<sup>474</sup> *Idem*, p. 243.

Ao todo são 654 espécies de mamíferos, 641 de répteis, 776 de anfíbios, 1.762 de aves, e mais de 2.800 espécies de peixes. A diversidade nas terras brasileiras é tão grande que o cálculo dos especialistas é no sentido de que se conhece somente 10% do total. *“Para se ter uma ideia dessa diversidade oculta, em pouco mais de dez anos foram descritas 18 novas espécies de mamíferos e 19 espécies de aves, grupos de animais relativamente bem conhecidos”*<sup>475</sup>.

A diversidade é grande, mas não é infinita e nem está a salvo. A *“exploração desordenada do território”*, envolvendo vários aspectos como *“desmatamento”*, *“degradação dos ambientes onde vivem os animais”*, *“avanço da fronteira agrícola”*, *“caça”*, *“tráfico de animais silvestres”* e a *“introdução de espécies exóticas”* (aquelas que não são nativas das áreas) põe em risco essas riquezas naturais brasileiras.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (órgão público federal), através do processo de avaliação nacional do risco de extinção da fauna brasileira, é responsável por atualizar<sup>476</sup>, atualmente, a denominada “Lista Vermelha” que classifica os animais em “extintos”, “extintos na natureza” “criticamente em perigo”, “em perigo” e “vulneráveis”. A categoria *“criticamente em perigo”* merece atenção especial, pois é ela que antecede a extinção.

Ao todo são 1.173 espécies ameaçadas de extinção no Brasil, sendo 110 mamíferos, 234 aves, 80 répteis, 41 anfíbios, 353 peixes ósseos (310 de água doce e 43 marinhos), 55 peixes cartilaginosos (54 marinhos e 1 de água doce), 1 peixe-bruxa e 299 invertebrados. “São, no total, 448 espécies Vulneráveis (VU), 406 Em Perigo (EN), 318 Criticamente em Perigo (CR) e 1 Extinta na Natureza (EW)”<sup>477</sup>.

A flora brasileira também é uma das mais ricas da Terra. Ao todo, cerca de 20% das espécies de plantas conhecidas no mundo estão no Brasil (são mais de 50 mil espécies registradas no território nacional). E a explicação para isso é a variação

---

<sup>475</sup> Op. Cit., p. 243. O *Almanaque Brasil Socioambiental*, utilizado como fonte principal para a narrativa constante nestes escritos (dele decorre a maior parte do panorama apresentado), a propósito, é uma publicação intercultural e interdisciplinar, coordenada pelo Instituto Socioambiental (ISA), e fruto de um esforço conjunto de inúmeros profissionais e especialistas: astrofísicos, físicos, professores universitários, mestres e doutores, biólogos, economistas, antropólogos, ecologistas, botânicos, ictiólogos, arqueólogos, sociólogos, filósofos, jornalistas, geógrafos, oceanógrafos, historiadores, engenheiros florestais, médicos veterinários e sanitaristas, arquitetos, engenheiros civis, agrônomos, advogados, integrantes de organizações da sociedade civil, membros da Comissão Internacional da Carta da Terra e outros diversos colaboradores.

<sup>476</sup> A atualização referida nestes escritos é a que ocorreu em dezembro/2014 e consta nas Portarias número 444 e 445 do Ministério do Meio Ambiente, ao qual o ICMBio está vinculado. Maiores informações disponíveis em <http://www.icmbio.gov.br/portal/especies-ameacadas-destaque>, acesso em 29/06/2016.

<sup>477</sup> Idem.

ambiental. *“Aqui podem ser encontrados desde o ambiente equatorial da Amazônia, com chuvas torrenciais distribuídas ao longo do ano, até o semiárido nordestino, com secas prolongadas, passando pelo ambiente temperado do Planalto Meridional, onde chega até mesmo a nevar”*<sup>478</sup>. Toda essa variação de ambiente é que assegura a existência de distintos ecossistemas e de uma flora diversificada.

As florestas pluviais (as *“rainforests”*), da América do Sul, correspondem a aproximadamente 30% da área remanescente das florestas mundiais. É nelas que está uma imensa quantidade de espécies de plantas, sobretudo em razão das chuvas abundantes e das altas temperaturas. A Amazônia brasileira (com algo em torno de 21 mil tipos de plantas) e a Mata Atlântica (onde em 10.000 m<sup>2</sup> já se registrou mais de 450 espécies de árvores ou arbustos), têm, em parte, essas características. O Cerrado, por sua vez, é considerado como a savana que possui o maior número de espécies de árvores do mundo (diversidade arbórea, com mais de 6 mil). De igual modo, estima-se que existem pelo menos 932 espécies de plantas diferentes na Caatinga, das quais 380 seriam endêmicas (só tem ali)<sup>479</sup>.

A diversidade de plantas é significativa. As bromélias, por exemplo, têm mais de mil e duzentas espécies diferentes, e estão presentes em todos os ambientes do território brasileiro. A família das palmeiras também é extremamente abundante (palmitos, cocos, açaís etc). Outros destaques da flora nacional são as araucárias. O Brasil ainda é formado por uma infinidade de espécies exóticas, provindas de outras regiões do mundo. Algumas são tão comuns em terras brasileiras que muitos acreditam serem de origem nativa, como o café (África), o milho (México), a banana (Índia) e o eucalipto (Austrália). E o que dizer do coqueiro que veio da Ásia e parece indissociável das praias da Região Nordeste brasileira?<sup>480</sup>

O desvendar da origem do coqueiro, de fato, é algo singular:

#### **“COQUEIRO**

‘Coco-da-bahia’, ‘Coqueiro de Itapuã’, ou será o ‘Coqueiro Velho’?  
Na verdade pode ser ‘o-coqueiro-que-dá-coco-onde-amarro-minha-

---

<sup>478</sup> *Almanaque Brasil Socioambiental*. Instituto Socioambiental (ISA). S. Paulo: 2007, p. 249.

<sup>479</sup> Op. Cit., p. 249-250.

<sup>480</sup> Op. Cit., p. 253

rede-nas-noites-claras-de-luar'. (...) Apesar de ele ser assim tão baiano, a origem do coco é duvidosa. Ele é uma árvore tão antiga que ninguém sabe dizer onde ele nasceu realmente. Pode ser das Filipinas, Malásia, da Índia, da Nova Zelândia, América Central. E em cada um desses lugares você vai ouvir alguém dizer categoricamente: 'o coqueiro é nosso!'. Na Índia, por exemplo, foram encontrados coqueiros de 15 milhões de anos.

(...) Há quem diga que foram os africanos que trouxeram o coco no porão dos navios, junto com o dendê. Os africanos usavam, e ainda usam, o coqueiro em todos os seus aspectos, como alimento, construção de casas. Danças populares, como a ciranda, eram originalmente realizadas embaixo dos pés de coqueiro. (...) Além de decorar, matar a sede e alimentar, o coqueiro ainda tem mil e uma utilidades. Por isso ele é chamado de 'boi-vegetal' em alguns países e 'árvore da vida' em outros. Tudo nele é aproveitado. Com as raízes e as flores, faz-se remédio. Da seiva, dá para tirar vinho, vinagre e açúcar. Com o óleo do coco, você faz cera, vela, sabão. Com as folhas, você cobre a casa que fez com os troncos, ou faz umas cestinhas, uma esteira, um chapéu. Dentro do coco tem o endosperma. Quando ele está líquido você bebe, quando está sólido, come. Com a parte fibrosa da casca, o mesocarpo, você faz cordas, tapetes, redes, vassouras, escovas – até o recheio do banco do seu carro é feito com isso. E com a parte entre o interior e a fibra, a parte mais durinha, você pode fazer o famoso coquinho. É com o coquinho que toda a criança tem o seu primeiro contato com a música<sup>481</sup>.

O coqueiro é apenas uma pequena amostra. De fato, se uma espécie vegetal é capaz de proporcionar essa imensa variedade de benefícios, da alimentação à arte, imagine-se o que não pode oferecer esse conjunto de mais de 50 mil espécies que caracterizam a flora brasileira. Infelizmente, a exemplo da fauna, a flora também tem muitas espécies ameaçadas de extinção. São mais de duas mil que integram a denominada "Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção"<sup>482</sup>, e a ameaça está em todos os Estados da Federação, de Norte a Sul, na Amazônia, na Caatinga, no Cerrado, no Pantanal, na Mata Atlântica e também no Pampa; enfim, está em todo lugar. Fato é que, como veremos, cada bioma brasileiro tem sua importância em termos de biodiversidade.

---

<sup>481</sup> Op. Cit., p. 212.

<sup>482</sup> A Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção referida nestes escritos é aquela publicada em dezembro/2014 e que consta na Portaria número 443 do Ministério do Meio Ambiente. Informações disponíveis em [http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/static/pdf/portaria\\_mma\\_443\\_2014.pdf](http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/static/pdf/portaria_mma_443_2014.pdf), acesso em 29/06/2016.

### 3.4.1.1 A AMAZÔNIA

A Amazônia é conhecida como o “ícone mundial da biodiversidade”<sup>483</sup>. É nela que está a maior bacia hidrográfica e também a maior floresta tropical do mundo. São quase 8 milhões de km<sup>2</sup> distribuídos em nove países da América do Sul: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. A metade da área total (cerca de 4,1 milhões de km<sup>2</sup>) está em território brasileiro, onde 32,9 % do bioma Amazônia tem proteção especial (20,84% = terras indígenas e 12,09% = unidades de conservação federal e estadual).

Ao todo mais de um terço das espécies existentes na Terra vivem e se reproduzem na Amazônia. A floresta tem 2.500 espécies de árvores (1/3 da madeira tropical do globo terrestre) e 30 mil das 100 mil espécies de plantas que existem na América Latina. A sua massa vegetal é responsável pela liberação de algo em torno de sete trilhões de toneladas de água, por ano, para a atmosfera, através da evaporação e transpiração das plantas. Os seus rios, juntos, despejam 12% de toda a água superficial doce que vão aos oceanos. O maior deles, o Amazonas, chega a descarregar 230 milhões de litros de água por segundo no Oceano Atlântico.

A Amazônia, no dizer do Ministério do Meio Ambiente (órgão governamental brasileiro), “é quase mítica: um verde e vasto mundo de águas e florestas, onde as copas de árvores imensas escondem o úmido nascimento, reprodução e morte de mais de um-terço das espécies que vivem sobre a Terra”<sup>484</sup>.

A destruição acelerada da floresta amazônica, contudo, é muito preocupante. O desmatamento acumulado, há uma década, já comprometia aproximadamente 17% de toda a Amazônia, e sua extensão “extrapolou de uma área conhecida como Arco do Desmatamento – que vai de leste para o sul do Pará, na direção oeste, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre – impulsionado por um consórcio madeira-pastagem-produção de grãos para exportação”<sup>485</sup>.

---

<sup>483</sup> *Almanaque Brasil Socioambiental*. Instituto Socioambiental (ISA). S. Paulo: 2008, p. 83-106.

<sup>484</sup> Informações disponíveis em <http://www.mma.gov.br/biomas/amazonia>, acesso em 22/06/2016.

<sup>485</sup> *Almanaque Brasil Socioambiental*. Instituto Socioambiental (ISA). S. Paulo: 2008, p. 94.



Os efeitos negativos, em verdade, são avassaladores para todos. *“Além da imensa perda de biodiversidade e da ameaça a povos e culturas tradicionais, o desmatamento da Amazônia afeta o ciclo das águas e adiciona, segundo o Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam), 200 milhões de toneladas de carbono à atmosfera, colocando o Brasil entre os dez maiores vilões do aquecimento global”*<sup>486</sup>.

### 3.4.1.2 O CERRADO

O Cerrado, ocupando quase 2 milhões de km<sup>2</sup>, é o segundo maior bioma brasileiro, e está presente em 12 Estados da Federação: Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Rondônia e Distrito Federal. Algumas manchas também aparecem em Roraima e no Amapá. O bioma abrange pouco menos de 1/4 do território nacional e contém cerca de 1/3 da biodiversidade do Brasil e 5% da fauna e flora mundiais.

É aqui o nascedouro de águas que compõem as três grandes bacias hidrográficas brasileiras: Amazônica, São Francisco e Paraná/Paraguai. A flora é muito variada. São mais de 10.000 espécies de plantas, sendo 4.000 endêmicas (existem apenas ali). A fauna também é rica e diversa. As pesquisas e estudos realizados revelam que o Cerrado abriga um número superior a 2.500 espécies de animais. São cerca de 200 espécies de mamíferos e mais de 830 espécies de aves, 150 de anfíbios, 180 de répteis e 1.200 de peixes<sup>487</sup>.

A devastação do Cerrado, no entanto, assume proporções gigantescas. O alerta é do Ministério do Meio Ambiente: *“com a crescente pressão para a abertura de novas áreas, visando incrementar a produção de carne e grãos para exportação, tem havido um progressivo esgotamento dos recursos naturais da região. Nas três últimas décadas, o Cerrado vem sendo degradado pela expansão da fronteira agrícola brasileira. Além disso, o bioma Cerrado é palco de uma exploração extremamente predatória de seu material lenhoso para produção de carvão”*<sup>488</sup>.

---

<sup>486</sup> Op. Cit., p. 94.

<sup>487</sup> Informações do Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>, acesso: 22/06/2016.

<sup>488</sup> Idem.

### 3.4.1.3 A CAATINGA

A Caatinga é caracterizada por um clima de raios solares abundantes, com altas temperaturas durante a maior parte do ano. Por aqui, as chuvas são escassas e irregulares. A biodiversidade vegetal e animal é rica, mas não é totalmente conhecida. Contém uma imensa quantidade de cactos e um sem-número de espécies endêmicas (só tem ali). A propósito, é um bioma unicamente brasileiro.

O seu nome tem origem tupi-guarani e quer dizer “*floresta branca*”. É que, durante as secas, as plantas perdem suas folhas reduzindo a perda de água e, com isso, seus troncos assumem um tom branco-acizentado. O bioma tem 844 mil km<sup>2</sup> (11% do território nacional). A Caatinga engloba vários Estados da Federação: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e também o norte de Minas Gerais.

Ao todo estão identificadas 178 espécies de mamíferos, 591 de aves, 177 de répteis, 79 espécies de anfíbios, 241 de peixes e 221 abelhas, mas, apesar de sua importância, a devastação (o desmatamento atinge 46% da área do bioma) se faz presente em ritmo acelerado “*devido principalmente ao consumo de lenha nativa, explorada de forma ilegal e insustentável, para fins domésticos e indústrias, ao sobrepastoreio e a conversão para pastagens e agricultura*”<sup>489</sup>.

A degradação ambiental é um problema real e grave. Dentre suas principais causas estão “o *desmatamento*” (produção de lenha que é fonte de energia em residências, olarias e siderúrgicas), a “*pecuária extensiva*” (os animais consomem e destroem a vegetação), e “a *agricultura de irrigação, que avança ao longo do Rio São Francisco em municípios como Juazeiro e Petrolina, região que se tornou a maior exportadora de frutas do País, especialmente de uvas, modelo de cultivo que compromete os lençóis freáticos e saliniza e contamina o solo por agrotóxicos*”<sup>490</sup>.

---

<sup>489</sup> Informações/Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga>, acesso: 22/06/2016.

<sup>490</sup> *Almanaque Brasil Socioambiental*. Instituto Socioambiental (ISA). S. Paulo: 2008, p. 123.

### 3.4.1.4 A MATA ATLÂNTICA

A Mata Atlântica, com um dos índices de biodiversidade mais altos do mundo, além de ser o bioma brasileiro mais ameaçado atualmente é também o segundo do Planeta Terra que corre mais risco de desaparecer, estando atrás somente das florestas de Madagascar (África). No Brasil, abrange total ou parcialmente 17 Estados da Federação (ao todo, são mais de 3.000 municípios).

A diversidade animal e vegetal é imensa. As estimativas concluem, por exemplo, que as plantas que apresentam suas sementes dentro de frutos (grupo das angiospermas) podem chegar, em solo nacional, a 60 mil espécies (24% do que existe no globo terrestre). Dessas, a Mata Atlântica abriga cerca de 20 mil espécies, sendo 8 mil endêmicas (só tem ali). *“Essa riqueza é maior que a de alguns continentes (17.000 espécies na América do Norte e 12.500 na Europa) e por isso a região da Mata Atlântica é altamente prioritária para a conservação da biodiversidade mundial”*<sup>491</sup>. Uma das características desse bioma é que as espécies estão muito entrelaçadas. Logo, o desaparecimento de uma planta ou animal compromete o ciclo vital de várias outras. O jatobá (árvore) retrata bem essa situação: a dispersão de suas sementes depende do consumo, por roedores médios e grandes, de seus frutos. A diminuição das populações de roedores faz com que os frutos do jatobá apodreçam e as suas sementes não germinem.

A fauna também é extraordinária. São cerca de 1,6 milhão de espécies de animais (incluindo-se os insetos). Desse total, a quantidade das endêmicas (só tem ali) é destaque. Das 270 espécies de mamíferos, mais de 70 o são. No total, a Mata Atlântica é o lar de 849 espécies de aves, 370 de anfíbios, 200 de répteis e 350 de peixes. O mico-leão-dourado, a onça-pintada, o bicho-preguiça e a capivara, dentre outros, são os animais mais conhecidos que vivem por aqui.

A Mata Atlântica é composta por um complexo e variado conjunto de ecossistemas: Floresta Ombrófila Densa (árvores de copas altas, formando uma

---

<sup>491</sup> Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atlantica>, acesso em 22/06/2016.

cobertura fechada); Floresta Ombrófila Mista (a “*Mata Araucária*”, cujo pinheiro brasileiro constitui o “*andar superior*”); Floresta Ombrófila Aberta (vegetação mais aberta, sem árvores que fechem as copas no alto); Floresta Estacional Semidecidual (a “*Mata do Interior*”); Floresta Estacional Decidual (cuja vegetação ocorre em locais de duas estações bem definidas: a chuva e o longo período seco); Campos de Altitude (presentes em elevações, associados ou não a fragmentos florestais); Brejos Interioranos (as “*serras úmidas*”, verdadeiros encaves florestais: vegetação diferenciada em uma paisagem dominante); Manguezais (ao longo dos estuários, formados a partir da água salobra produzida pelo encontro da água doce dos rios com o mar); e a Restinga (ocupando grandes extensões do litoral, sobre dunas e planícies costeiras: abriga muitos cactos e orquídeas).

A destruição, vale selar, é tão grande que até o “*pau-brasil*” (árvore que deu o nome à nação brasileira!) está ameaçado de extinção. Com efeito, “*várias espécies foram consumidas à exaustão ou simplesmente eliminadas para limpar terreno para culturas e criação de gado. Atualmente, além do desmatamento, outros fatores concorrem para o desaparecimento de espécies vegetais, como o comércio ilegal (palmito, orquídeas, bromélias, plantas medicinais etc.)*”<sup>492</sup>.

De igual modo, é imprescindível ressaltar que além de perder sua “*morada*”, os integrantes da fauna da Mata Atlântica são vítimas do tráfico de animais, “*comércio ilegal que movimenta 10 bilhões de dólares no Brasil*”. E tão grave quanto é o fato de que “*segundo as estimativas, em cada 10 animais traficados, apenas um resiste às pressões de captura e cativeiro*”. Um alerta final é digno de menção:

“(…) A conservação da Mata Atlântica é importantíssima para cerca de 120 milhões de pessoas que vivem na região, 70% da população brasileira. A qualidade de vida desse contingente populacional depende dos serviços ambientais prestados pelos remanescentes, na proteção e manutenção de nascentes e fontes que abastecem as cidades e comunidades do interior, na regulação do clima, da temperatura, da umidade e das chuvas. Os remanescentes de vegetação nativa asseguram a fertilidade do solo e protegem escarpas e encostas de morros dos processos erosivos”<sup>493</sup>.

---

<sup>492</sup> *Almanaque Brasil Socioambiental*. Instituto Socioambiental (ISA). S. Paulo: 2008, p. 147.

<sup>493</sup> Op. Cit., p. 152-153.

### 3.4.1.5 O PAMPA

O Pampa, considerando áreas da Argentina, Uruguai e Brasil, abrange algo em torno de 700 mil km<sup>2</sup>. Em território brasileiro está na Região Sul, ocupando cerca de 2/3 do Estado do Rio Grande do Sul (176 mil km<sup>2</sup>). A sua paisagem, caracterizada pela imensidão de planícies cobertas de gramíneas (capins, gramas ou relvas), é marcada pelo vento minuano, “*fator vital*” a moldar a região pampeana. Os banhados também são presença comum aqui. O mais conhecido é o “*banhado do Taim*” (protegido pela Estação Ecológica do Taim, com área de 33.815 hectares: local de praias lagunares e marinhas, lagoas, pântanos, campos, cordão de dunas e campo de dunas). A propósito, “*nos municípios de Itaqui e Maçambará, na fronteira com a Argentina, ocorre o banhado de São Donato*”<sup>494</sup>, uma importante área considerada relevante inclusive para a conservação de aves<sup>495</sup>.

Os cerros e as serras (pequenos e baixos morros) são outra visão comum no Pampa, como a Serra do Jarau, localizada na cidade de Livramento. O clima desse bioma apresenta temperaturas amenas e chuvas com pouca variação durante o ano. As suas pequenas matas têm árvores de menor porte, como a aroeira e o salgueiro.

A fauna é formada por várias espécies que habitam o solo pampeano. São dois pássaros, o quero-quero e o joão-de-barro, as figuras mais típicas da paisagem. Por aqui são vistos, também, aves como marrecos e marrecões, além de tatus, tamanduás, lobos-guará, guaxains-do-campo e zorrilhos. E é nas palavras de Voltaire Schelling que vem retratada a região: “*por onde o olhar se esparrama pelo horizonte, lá está o Pampa. Um imenso mar verde que tem suas beiradas no Rio da Prata e seu fim, se é que tem fim, na Patagônia, bem mais ao sul*”<sup>496</sup>.

A devastação do Pampa é um problema atual. A implantação do plantio de grande quantidade de árvores (monocultura para celulose), a ampliação de áreas de cultivo de soja e a cultura da mamona (para fins de biocombustível) são as ameaças mais recentes. A mineração e queima de carvão mineral também, cujos impactos regionais e mundiais são conhecidos: “*acidificação da água; alteração da paisagem;*

---

<sup>494</sup> Op. Cit., p. 166.

<sup>495</sup> As informações constam do sítio eletrônico do projeto governamental “RS Biodiversidade - Conservação da Biodiversidade como Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do Rio Grande do Sul”: em [http://www.biodiversidade.rs.gov.br/portal/index.php?acao=secoes\\_portal&id=43&submenu=23](http://www.biodiversidade.rs.gov.br/portal/index.php?acao=secoes_portal&id=43&submenu=23), acesso: 22/6/2016.

<sup>496</sup> *Almanaque Brasil Socioambiental*. Instituto Socioambiental (ISA). S. Paulo: 2008, p. 163.

*deslocamento de populações assentadas; aumento de incidência e frequência de doenças pulmonares; chuva ácida; emissão de gases do efeito estufa*<sup>497</sup>.

### 3.4.1.6 O PANTANAL

O Pantanal é a maior planície alagável do Planeta Terra. É também o elo de ligação entre as duas maiores bacias da América do Sul: a do Prata e a Amazônica (o que lhe assegura a singular função de “*corredor biogeográfico*”, isto é, possibilita a troca e a dispersão de espécies da fauna e da flora entre ambas). O bioma cobre uma área de quase 200 mil km<sup>2</sup>: 70% no Brasil (Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso), 20% na Bolívia e outros 10% no Paraguai.

É caracterizado por qualidades ambientais específicas. Afinal, é uma “*ecorregião*” onde estão o Cerrado (leste, norte e sul), o Chaco (sudoeste), a Amazônia (norte), a Mata Atlântica (sul) e o Bosque Seco Chiquitano (noroeste). A mescla desses biomas, e mais o variável regime de cheia e seca, garante ao Pantanal uma particular diversidade de espécies da flora e da fauna. A denominação “*pantanaís*” revela o regime de inundação, drenagem, vegetação e relevo.

A marca maior do Pantanal é o seu regime de “*cheias e de secas*”. O fenômeno permite o deslocamento de uma variada gama de espécies, fazendo com que a renovação da vida e o fornecimento de nutrientes sejam uma constante. É uma das regiões mais significativas para as aves aquáticas e espécies migratórias, servindo como abrigo, fonte de alimentação e de reprodução.

A fauna e a flora pantaneiras são singulares. Muitas das espécies ameaçadas em outras regiões brasileiras mantêm significativa população aqui, como o tuiuiú – ave símbolo do Pantanal. O bioma abriga 263 espécies de peixes, 41 espécies de anfíbios, 113 espécies de répteis, 463 espécies de aves e 132 espécies de mamíferos (sendo 2 endêmicas: só há ali). Ademais, “*quase duas mil espécies de*

---

<sup>497</sup> Op. Cit., p. 173.

*plantas já foram identificadas no bioma e classificadas de acordo com seu potencial, e algumas apresentam vigoroso potencial medicinal*<sup>498</sup>.

A degradação do Pantanal é fator de extrema preocupação. As atividades econômicas variadas, como a pecuária, a pesca, o turismo, a extração de minérios, dentre outras, o ameaçam constantemente. O desmatamento e o tráfico de animais silvestres também são fatores bastante graves: *“a onça pintada talvez seja o mamífero mais ameaçado neste momento”*. Enfim, *“os problemas ambientais, sociais e econômicos na região pantaneira têm sido cada vez mais intensos, exigindo medidas articuladas e eficazes, condizentes com a realidade local”*<sup>499</sup>.

#### **3.4.1.7 A ZONA COSTEIRA**

A Zona Costeira, no Brasil, alcança uma extensão linear de mais de 7 mil km (são cerca de 9.200 km quando computados estuários e deltas). É onde vive cerca de 25% da população brasileira (42 milhões de pessoas), em 400 cidades ao longo de 17 Estados da Federação. É um mosaico de ecossistemas de grande relevância ambiental. É aqui que estão as praias, sendo que o litoral brasileiro pode ser dividido em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sudeste e Sul.

O litoral Norte, com início no Amapá, tem estuários ao longo da costa, predominando planícies de maré lamosas ocupadas por mangues. O litoral Nordeste pode ser dividido em duas partes: do Maranhão ao Rio Grande do Norte, dominado por campos de dunas e falésias; e depois, a chamada Costa dos Tabuleiros, com formações sedimentares (rochosas). O litoral Leste, de Salvador (Bahia) até Cabo Frio (Rio de Janeiro) apresenta elevados penhascos que se alternam com planícies costeiras. O litoral Sudeste, do Rio de Janeiro até o Cabo de Santa Marta (Santa Catarina) é formado por serras constituídas por rochas de embasamento cristalino (Serra do Mar). Por último, o litoral Sul vai de Santa Catarina até o Chuí (Rio Grande do Sul), e é parte de uma imensa planície costeira (chega a ter 120 km de largura).

---

<sup>498</sup> Informações/Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/biomas/pantanal>, acesso: 22/06/2016.

<sup>499</sup> *Almanaque Brasil Socioambiental*. Instituto Socioambiental (ISA). S. Paulo: 2008, p. 194.

Aqui, a maior porção é uma “*longa ilha-barreira múltipla*” (640 km), separada do continente pelas lagoas dos Patos, Mirim, Quadros e Peixe.

A fauna presente na extensa zona costeira do Brasil é muito diversa. É possível, ao longo do litoral brasileiro, de Norte a Sul, constatar a presença de animais como guarás, muitas espécies de aves e crustáceos, tartarugas, o peixe-boi marinho, a preguiça-de-coleira, o mico-sauá, lontras, capivaras, as baleias franca, jubarte, franciscana e toninha, o boto cinza e golfinhos, o leão-marinho, o lobo-marinho-do-sul etc. E ainda mais de mil espécies de peixes.

Os ecossistemas costeiros também são, no Brasil, dos mais variados: estuários, manguezais, apicum, marismas, restingas, costões rochosos, praias, dunas, recifes e pradarias marinhas, cada qual com suas características e cumprindo importantes e diferentes funções que asseguram a vida em abundância.

Os impactos nas regiões litorâneas são imensuráveis. A ocupação urbana está associada a desmatamentos, aterro de manguezais, poluição, erosão, mineração costeira, pesca descontrolada, degradação da qualidade da água por esgotos (contaminando rios, córregos e o lençol freático) etc. De fato, “*as principais ameaças à Zona Costeira brasileira são especulação imobiliária, sobrepesca (industrial e artesanal), poluição das praias e estuários e turismo desordenado*”<sup>500</sup>.

As relações entre humanos e não humanos, notadamente no Brasil e no que se refere aos hábitos alimentares dos brasileiros e seus impactos de escala local e global no meio ambiente, precisam de um caminhar diverso.

### **3.5 AS RELAÇÕES ENTRE HUMANOS E NÃO HUMANOS NO BRASIL: UMA IMENSA LINHA ABISSAL – NO TEMPO E NO ESPAÇO - A DESFAZER**

O Brasil dos humanos, hoje, integra o Sul Global, porquanto foi essa a posição que lhe coube (e ainda cabe), como país periférico em relação ao centro, ao Norte

---

<sup>500</sup> Op. Cit., p. 195.



Global. Não foi (e não é) uma escolha, mas sim, a consequência do processo de colonização a que esteve sujeita a nação brasileira, remarque-se: índios nativos dizimados aos milhões, negros africanos trazidos e escravizados; riquezas naturais levadas de seu território em imensuráveis toneladas etc. Um cenário de mais de três séculos *“cuja herança envolve mazelas como trabalho escravo, exclusão social, dependência econômica e cultural”*<sup>501</sup>, período em que, no dizer de Alberto Guerreiro Ramos, o pensamento (do Norte Global) impulsionou o *“esforço das populações”* para *“dominar a natureza e aumentar a própria capacidade de produção”*<sup>502</sup>. E nesse cenário a ideologia-mundo se impôs, como neocolonialismo de mercado<sup>503</sup>, que mantém e potencializa o capitalismo como *“un sistema que genera desigualdad y explotación social, que no respeta nada ni a nadie en su voluntad de expandirse, se alimenta de la violencia y el exterminio de gentes y entornos naturales, instalando subjetividades frívolas basadas en el consumo y en simulacros de todo tipo”*<sup>504</sup>.

Fato é que a linha traçada pelos colonizadores, com predominância dos portugueses, conforme seus interesses, implicou, internamente, desenvolvimento desigual do território brasileiro, estabelecendo-se no Brasil também um Sul e um Norte, embora às avessas (regiões Sul e Sudeste = favorecidas, e a elas ligada a região Centro-Oeste; regiões Norte e Nordeste = desfavorecidas). Com efeito, a colonização – ao estilo exploratório e devastador – foi avassaladora no Norte e no Nordeste, seja sugando as drogas e especiarias da floresta amazônica (à custa do trabalho dos índios cujas mulheres e crianças eram mantidas como reféns), seja com os latifúndios açucareiros (movidos à mão-de-obra escrava) cuja produção era destinada ao mercado europeu. Fato é que, ainda atualmente, o Norte e o Nordeste do Brasil vivenciam situação socioeconômica mais frágil no contexto nacional.

As demais zonas brasileiras não foram alvo tão intenso da ação colonizadora, mas também em razão dela se moldaram. Os habitantes da região Sudeste, sobretudo pela ausência de *“drogas da mata”* (Norte) e de engenhos de açúcar

---

<sup>501</sup> ROSA, Alexandre Reis; ALCADIPANI, Rafael. *A terceira margem do rio dos estudos críticos sobre administração e organizações no Brasil: (re)pensando a crítica a partir do pós-colonialismo*. São Paulo: *Revista de Administração Mackenzie (RAM)*, v. 14, n. 6, nov-dez., 2013, p. 188.

<sup>502</sup> GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*; tradução de Mary Cardoso. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989, p. 23.

<sup>503</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. *El Proceso Cultural: materiales para la creatividad humana*. Sevilha: Aconcagua Libros, 2005, p. 279.

<sup>504</sup> SEGATO, Rita Laura [et al.]; BIDASECA, Karina (Coord). *Por una nueva imaginación social y política en América Latina (Manifiesto)*. Em: *Genealogías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente*. Buenos Aires: Clacso, 2016, pp. 319-325.

(Nordeste) se dedicaram a enfrentar índios e negros que apareciam como obstáculo à expansão colonial ou saíam em busca de minas de ouro, prata e pedras preciosas: um processo, a propósito, que além de impulsionar a migração interna da população ensejou a própria transferência da capital colonial que estava no Nordeste (Salvador, Bahia) para o Sudeste (Rio de Janeiro). Os moradores da região Sul, a sua vez, passaram por um trilhar diverso com a implementação do modelo dos jesuítas espanhóis que buscava garantir aos nativos uma existência própria de desenvolvimento dentro das comunidades. A presença de imigrantes de origem variada – europeus e asiáticos (alemães, italianos, poloneses, russos, japoneses etc) fez prevalecer, em certa medida, o minifúndio em vez do latifúndio.

Nesse toar, cumpre trazer à luz a lição de Boaventura de Souza Santos a respeito das linhas abissais que marcaram o período colonial e cujas bases fundantes *“subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo”*<sup>505</sup>. Com efeito, o processo de colonização demarcou linhas cartográficas abissais entre o Velho e o Novo Mundo. A primeira linha global moderna foi provavelmente, conforme o autor português, a do Tratado de Tordesilhas, acordo que, como vimos, está relacionado diretamente à ação colonizadora a que esteve submetido por tanto tempo o Brasil, cujos limites territoriais definitivos, ao custo de muitas vidas humanas e não humanas, levaram quatro séculos para serem delimitados, até ser *“finalizada a saga de Tordesilhas”*<sup>506</sup>.

O que se fez com o uso da força nas empreitadas colonizadoras se faz, em tempos atuais, por meio do conhecimento e do direito *“que representam as manifestações mais cabais do pensamento abissal”*, o qual:

*Consiste (o pensamento moderno ocidental, que é abissal) num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que*

---

<sup>505</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. São Paulo: Revista Novos Estudos - CEBRAP, nº. 79, nov., 2007, p.71-94.

<sup>506</sup> GARCIA, Fernando Cacciatore de. Op. Cit., p. 313.

*é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o “outro”. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo “deste lado da linha” só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética<sup>507</sup> (Os grifos não constam no original).*

Com o conhecimento, a visão hegemônica determina que cabe à ciência definir o que é verdadeiro ou falso, em detrimento de explicações alternativas da filosofia e da teologia. De qualquer forma, todas elas, visíveis, estão deste lado da linha. Do outro lado da linha está a invisibilidade de tantas outras formas de saber como os conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas. Na seara do direito, em igual medida, deste lado da linha está o visível, o que é legal ou ilegal, isto é, regulado pelas normas nacionais ou internacionais. Do outro lado, está todo um território social, nem legal, nem ilegal, mas a-legal (sem lei, fora da lei). Todos aqueles, no campo do conhecimento ou do direito, que estão do outro lado da linha trazem consigo *“uma vasta gama de experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis, assim como seus autores, e sem uma localização territorial fixa”*.<sup>508</sup>

Deveras, o que defende Boaventura de Souza Santos é que a realidade dos tempos coloniais (afirmação de uma parte da humanidade com a negação da outra, fator que origina tantas desigualdades e mazelas sociais) segue presente nos dias atuais por meio de linhas abissais que separam o mundo humano do subumano, porquanto o modelo radical de exclusão social das colônias *“permanece no pensamento e nas práticas modernas ocidentais tal como no ciclo colonial; hoje, como então, a criação e a negação do outro lado da linha fazem parte de princípios e práticas hegemônicos”*<sup>509</sup>. O cenário contemporâneo, em sua renovada moldura, traz o regresso do colonial e do colonizador: aquele, desde o outro lado da linha, se rebela, quer espaço e emancipação (e assume três formas principais: a do terrorista, a do imigrante indocumentado a do refugiado); este, de dentro da linha, emerge como uma forma de governo indireto, com o poder estatal se retirando da regulação

---

<sup>507</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. Cit., p. 71-72.

<sup>508</sup> Op. Cit., 72-73.

<sup>509</sup> Op. Cit., 76.

social e privatizando serviços públicos, *“de modo que poderosos atores não-estatais adquirem controle sobre a vida e o bem-estar de vastas populações”*<sup>510</sup>.

Eis que, no Brasil, como visualizamos, estar desde ou daquele lado da linha envolve, inclusive, a relação humanos (e seus hábitos alimentares) x não humanos. Deveras, povos tradicionais do Sudeste foram marginalizados com a ampliação do mercado da carne, ou seja: alguns humanos perderam território (e tudo que ele representa: moradia, convívio social, lazer, fonte de alimentação etc) para a criação de não humanos que, ao final, são eliminados para alimentar outros humanos. No Sul, assim como nos sertões pastoris do Nordeste, as estâncias (fazendas) se tornaram criatórios de gado. No Centro-Oeste, com a pecuária para produção de carne e leite, prevalecem os interesses econômicos na produção de “gado-mercadoria”. O Norte, mais preservado, luta diariamente para conter as queimadas feitas para a expansão agrícola e pecuária, sobretudo na floresta amazônica.

A questão é que, nem deste nem daquele lado da linha, mas completamente fora dela, estão os não humanos, invisíveis e explorados em grau máximo. Deveras, as relações entre humanos e não humanos no Brasil, especialmente devido à postura cultural predominante (antropocêntrica, herdada do pensamento aristotélico) têm provocado efeitos avassaladores. Afinal, é visível o quanto os riquíssimos biomas presentes no território nacional (a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga, a Mata Atlântica, o Pampa, o Pantanal e a Zona Costeira) foram, e continuam sendo, devastados, destruídos, diminuídos e impactados pelas atividades humanas. Seja para o mercado interno ou externo, as ações predatórias, na terra e nas águas, atingem não humanos para alimentar humanos e constituem fator alarmante para o meio ambiente como um todo. Com isso, o Brasil vai perdendo sua riqueza não humana, com milhões de seres vivos tendo sua dignidade totalmente ignorada e lançada para além de qualquer linha. Agindo assim, também perdemos nossa própria riqueza humana e seu potencial de fazer um lugar melhor.

O colonialismo a que esteve sujeito o Brasil, dentre tantas marcas, deixou o ideário de exploração sem limites (verdadeira devastação da natureza e de todas as

---

<sup>510</sup> Op. Cit., 78-80.

formas de vida) como base do desenvolvimento e evolução social. Foi isso que os brasileiros aprenderam a fazer, numa direção totalmente oposta àquela vivenciada pelos índios (nativos) em terras brasileiras. Os indígenas, como cediço, viviam (e ainda tentam assim viver) de forma harmônica com a natureza, porquanto, conscientes de cada ecossistema e de seus ciclos vitais, os índios com eles convivem do modo mais integrado possível. Não se fixar por muito tempo em um lugar, por exemplo, lhes era característico para não abusar dos recursos naturais e menos ainda esgotá-los<sup>511</sup>. Se o Brasil não tivesse sido alvo da voracidade colonial certamente a realidade seria outra. Afinal, se é verdade que os indígenas se alimentavam (e se alimentam) de animais não humanos, mais verdadeiro ainda é o respeito que tinham e têm pela natureza e a vida em todas as suas formas (por certo, muito mais fácil seria, a partir de nosso modelo nativo, a compreensão de termos que superar de vez a exploração que faz sofrer e elimina os não humanos).

O colonialismo, porém, como é de sua característica fechada e reguladora, fez prevalecer no Brasil e na América Latina, como bem aponta Aníbal Quijano, *“la represión cultural y la colonización del imaginário”* acompanhadas *“de un masivo y gigantesco exterminio de los indígenas”*. Com isso, *“los sobrevivientes no tendrían otros modos de expresión intelectual o plástica formalizada y objetivada, sino a través de los patrones culturales de los dominantes”*, a significar que a *“América Latina es, sin duda, el caso extremo de la colonización cultural por Europa”*<sup>512</sup>.

A colonização cultural que herdamos está impregnada no modo de ser e agir dos brasileiros (são as representações sociais a que estão acostumados). Esse legado colonial, entretanto, pode ser superado, notadamente aqui em nosso lugar, o Brasil, porquanto o circuito de reação cultural, com nossa potência de fazer e desfazer mundos, pode nos impulsionar a um outro lugar (heterotopia).

É fato que as escolhas e atitudes dos humanos comprometem a fauna, a flora, os recursos naturais e o próprio equilíbrio necessário para que a vida, em todas as

---

<sup>511</sup> O Museu do Índio faz breve apanhado sobre “os povos indígenas e suas relações com a natureza”. Informações disponíveis: <http://www.museudoindio.gov.br/educativo/pesquisa-escolar/242-os-povos-indige-nas-e-suas-relacoes-com-a-natureza>, acesso em 18/09/2016.

<sup>512</sup> QUIJANO, Anibal. *Colonialidad y Modernidad/Racionalidad*. Perú Indígena: 1992, p. 13.

suas formas, seja mantida no Brasil (e no Planeta Terra). E dentre as incontáveis atividades humanas que interferem no globo terrestre cabe rememorar o recorte eleito: a alimentação, em específico dos brasileiros. Mas, afinal, de quantas vidas de animais não humanos estamos tratando? Os dados relacionados somente ao Brasil revelam a dimensão do que causam os hábitos alimentares.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é a instituição da administração pública federal brasileira que *“se constitui no principal provedor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal”*<sup>513</sup>. Há cerca de duas décadas o IBGE realiza pesquisas trimestrais coletando dados sobre o “abate de animais” no Brasil, especificamente em relação às espécies bovina (bois, vacas, touros etc.), suína (porcos, porcas) e aves (frangos). Os trabalhos têm como base os estabelecimentos, de Norte a Sul, que efetuam *“atividades de abate de animais”* e *“estão sob inspeção federal, estadual ou municipal”*. Todo e qualquer abate *“clandestino”*, que ocorre sem autorização ou ciência das autoridades públicas brasileiras não são, evidentemente, computados. Os números, por conseguinte, são ainda maiores.

O documento elaborado pelo IBGE e intitulado de *“Estatística da Produção Pecuária”*<sup>514</sup> demonstra que tão-somente num período de noventa dias (no 1º. Trimestre de 2016) foram abatidos oficialmente no Brasil: a) 7,29 milhões de bovinos; b) 1,48 bilhões de frangos; e c) 10,06 milhões de suínos.

Ademais, o leite que as vacas, em princípio, destinariam aos descendentes de sua espécie, foi levado e consumido pelos humanos num total de 5,86 bilhões de litros. De igual modo, as “peças inteiras de couro cru de bovino” alcançaram a marca de 8,39 milhões. E, por fim, das galinhas foram retiradas 748,87 milhões de dúzias ou cerca de 9 bilhões ovos (tudo, apenas no 1º. Trimestre de 2016).

---

<sup>513</sup> Informações disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.ibge.gov.br/home/diseminacao/eventos/missao/default.shtm>, acesso em 28/06/2016.

<sup>514</sup> Informações disponíveis no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/abate-leite-couro-ovos\\_201601\\_publ\\_completa.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/abate-leite-couro-ovos_201601_publ_completa.pdf), acesso em 28/06/2016, pp 05-32.

Visibilizemos mais: o Brasil em regiões em termos de “*animais abatidos*”<sup>515</sup>.

### A Região Norte.

<b>Estado/Local</b>	<b>Bovinos Abatidos</b>	<b>Suínos Abatidos</b>	<b>Frangos Abatidos</b>
Acre	+ de 110 mil	+ de 7,7 mil	x
Amapá	x	x	x
Amazonas	+ de 57 mil	x	x
Pará	+ de 666 mil	+ de 1,4 mil	+ de 14 milhões
Rondônia	+ de 518 mil	+ de 4,3 mil	+ de 3 milhões
Roraima	x	x	x
Tocantins	+ de 260 mil	x	x

Observação: “x” = ausência de informações aptas de serem consideradas.

### A Região Nordeste.

<b>Estado/Local</b>	<b>Bovinos Abatidos</b>	<b>Suínos Abatidos</b>	<b>Frangos Abatidos</b>
Alagoas	+ de 35 mil	+ de 6,4 mil	+ de 690 mil
Bahia	+ de 263 mil	+ de 30,4 mil	+ de 24 milhões
Ceará	+ de 48 mil	+ de 28,6 mil	+ de 6 milhões
Maranhão	+ de 194 mil	+ de 3 mil	+ de 215 mil
Paraíba	+ de 19 mil	+ de 1,5 mil	+ de 5 milhões
Pernambuco	+ de 68 mil	+ de 17,7 mil	+ de 14 milhões
Piauí	+ de 28 mil	+ de 7,9 mil	+ de 2 milhões
Rio Grande do Norte	+ de 21 mil	+ de 3,3 mil	x
Sergipe	+ de 20 mil	+ de 3,2 mil	+ de 250 mil

Observação: “x” = ausência de informações aptas de serem consideradas.

---

<sup>515</sup> Idem, pp. 40-42.

### A Região Centro-Oeste.

Estado/Local	Bovinos Abatidos	Suínos Abatidos	Frangos Abatidos
Mato Grosso do Sul	+ de 858 mil	+ de 371 mil	+ de 41 milhões
Mato Grosso	+ de 1,1 milhão	+ de 553 mil	+ de 62 milhões
Goiás	+ de 648 mil	+ de 449 mil	+ de 100 milhões
Distrito Federal	x	+ de 63 mil	+ de 20 milhões

Observação: “x” = ausência de informações aptas de serem consideradas.

### A Região Sudeste.

Estado/Local	Bovinos Abatidos	Suínos Abatidos	Frangos Abatidos
Espírito Santo	+ de 80 mil	+ de 61,5 mil	+ de 12 milhões
Minas Gerais	+ de 620 mil	+ de 1,2 milhão	+ de 119 milhões
Rio de Janeiro	+ de 37 mil	+ de 4,2 mil	+ de 10 milhões
São Paulo	+ de 711 mil	+ de 500 mil	+ de 156 milhões

### A Região Sul.

Estado/Local	Bovinos Abatidos	Suínos Abatidos	Frangos Abatidos
Paraná	+ de 293 mil	+ de 1,9 milhão	+ de 454 milhões
Santa Catarina	+ de 103 mil	+ de 2,5 milhões	+ de 213 milhões
Rio Grande do Sul	+ de 460 mil	+ de 2 milhões	+ de 208 milhões

E os propósitos oficiais brasileiros são de que esses números aumentem. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em documento intitulado “Projeções do Agronegócio: Brasil 2014/15 a 2024/25 – Projeções de Longo Prazo” espera que a produção de carne no Brasil cresça ainda mais na próxima década, tanto para o mercado interno como para exportação. O crescimento anual previsto é de 3% para frangos, de 2,9% para suínos e de 2,1% para bovinos<sup>516</sup>.

<sup>516</sup> Informações: [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/ PROJECoes\\_DO\\_AGRONEGOCIO\\_2025\\_WEB.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/PROJECoes_DO_AGRONEGOCIO_2025_WEB.pdf), acesso em 28/06/2016, pp. 61-71.



A situação não é menos impactante para os não humanos no ambiente aquático, tanto no presente quanto no futuro. O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), apesar de seu curto período de existência<sup>517</sup>, instituiu o “Plano de Desenvolvimento da Aquicultura Brasileira – 2015/2020<sup>518</sup>” enfatizando que a produção de pescados, no Brasil, em 2013, foi de 1,24 milhões de toneladas, sendo 61,6% originárias da pesca (feita em ambiente natural) e 38,4% da aquicultura (cultivada em espaço confinado e controlado)<sup>519</sup>. As 476,5 toneladas produzidas pela aquicultura brasileira o foram, regionalmente, da seguinte forma: Norte (73 mil), Nordeste (140,7 mil), Centro-Oeste (105 mil), Sudeste (50,2 mil) e Sul (107 mil). E a meta brasileira é atingir 2 milhões de toneladas de pescado até o ano de 2020, apenas na aquicultura, sendo “1.750.000 toneladas de peixes; 200 mil toneladas de camarão; 40.000 toneladas de mexilhões e 10.000 toneladas de ostras”<sup>520</sup>.

A exploração dos não humanos nessa intensidade, vale dizer, atende às exigências do sistema-mundo capitalista e hegemônico, em especial, a partir do funcionamento estrutural desenvolvido nas décadas de setenta a noventa, que, como veremos, imprimiu uma nova configuração às relações entre humanos e não humanos. Trabalhar com essa categoria é fundamental para entender que esse destino cada vez mais cruel e avassalador imposto aos não humanos não pode ser adequadamente compreendido fora do contexto do capitalismo/neoliberalismo e, para tanto, recorreremos aos aportes teóricos trazidos por Luc Boltanski e Ève Chiapello em sua mencionada obra sobre o novo espírito do capitalismo<sup>521</sup>.

---

<sup>517</sup> O Ministério da Pesca e Aquicultura foi instituído pelo governo brasileiro em 2009 e extinto em 2015 como uma das medidas da reforma administrativa *realizada “com o objetivo de melhorar a gestão pública, elevar a competitividade do País e continuar assegurando a igualdade de oportunidade aos cidadãos”*. Maiores informações disponíveis em <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/10/dilma-anuncia-reforma-com-reducao-de-oito-ministerios-e-corte-de-3-mil-cargos-comissionados>, acesso em 28/06/2016.

<sup>518</sup> A íntegra do documento elaborado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura está disponível em <http://medias.canalrural.com.br/resources/pdf/0/4/1443017574640.pdf>, acesso em 28/06/2016.

<sup>519</sup> A diferença entre pesca e aquicultura é explicada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) nos seguintes termos: “a pesca baseia-se na retirada de recursos pesqueiros do ambiente natural. Já a aquicultura é baseada no cultivo de organismos aquáticos geralmente em um espaço confinado e controlado. A grande diferença entre as duas atividades é que a primeira, por ser extrativista, não atende as premissas de um mercado competitivo. Já a aquicultura possibilita produtos mais homogêneos, rastreabilidade durante toda a cadeia e outras vantagens que contribuem para a segurança alimentar, no sentido de gerar alimento de qualidade, com planejamento e regularidade”. Informações disponíveis em <https://www.embrapa.br/tema-pesca-e-aquicultura>, acesso em 28/06/2016.

<sup>520</sup> Ao teor do Plano de Desenvolvimento da Aquicultura Brasileira – 2015/2020, disponível em <http://medias.canalrural.com.br/resources/pdf/0/4/1443017574640.pdf>, pp. 15-16, acesso em 28/06/2016.

<sup>521</sup> BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *El Nuevo Espíritu del Capitalismo*; traducción de Marisa Pérez Colina, Alberto Riesco Sanz e Raúl Sánchez Cedillo. Ediciones Akal: Madrid, 2002. Cabe salientar que a clássica obra em exame, apesar de abordar as modificações ocorridas no contexto do discurso empresarial francês que ensejaram uma roupagem ideológica ao sistema capitalista, possui relação e produziu reflexos em todo o mundo

A análise desse novo espírito do capitalismo, com seu modelo de gestão e racionalidade empresarial (em tempos contemporâneos de cunho cada vez mais transnacional), é fundamental para fazer o elo entre os entornos de relações em que vivemos e os produtos culturais que, como reações significantes, conformam nossos plurais e diferenciados universos simbólicos, entre os quais está, sem dúvida, a forma de enxergar e nos relacionar com os não humanos e a natureza<sup>522</sup>.

Os sociólogos franceses destacam que as conjunturas políticas nacionais continuam, ainda hoje, sob a orientação das práticas econômicas e das formas de expressão ideológica que as acompanham, sendo essa a razão pela qual os enfoques globais (como nossa relação entre humanos e não humanos) terminam, com frequência, dando uma importância preponderante aos fatores explicativos que são considerados como *forças alheias* aos seres humanos e às nações, que são obrigados a se conformar com o destino imposto pela ideologia-mundo dominante. Aqui, mais uma vez, encontramos correspondência com o “visível” e o “invisível”,

---

ocidental. Os autores bem ressaltam, inclusive, que o caso francês não pode, por si próprio, resumir todas as transformações do capitalismo. No entanto, o exemplo local, no contexto da globalização, oferece um modelo de ordem pragmática capaz de mostrar as distintas maneiras nas quais as pessoas se comprometem no cotidiano, em suas justificações e no sentido que dão aos seus atos. É que a implantação de um direito (em favor de humanos e/ou não humanos) está estritamente condicionada e subordinada a um cenário ideológico dominante. Por isso é importante denunciar o ambiente em que se desenvolve nossa relação e prática social. Estamos, vale repetir, frente a redes de relações que são construídas por seres humanos em seu contínuo processo de interação consigo mesmo, com os outros e com a natureza, sendo que essas redes, em um primeiro momento, nos determinam, mas, ao mesmo tempo, podemos transformá-las e modificá-las. Afinal, temos a capacidade de fazer e desfazer mundos em nosso circuito de reação cultural, o qual construímos historicamente.

<sup>522</sup> Op. Cit., pp. 01 e 49. De fato, após analisarem o movimento que vai dos anos em que se seguiram os acontecimentos de maio de 1968, durante os quais a contestação ao capitalismo se expressou como força, passando pela década de 80 e o respectivo silêncio promovido pelo pensamento crítico alternativo, Luc Boltanski e Ève Chiapello analisam os efeitos do sistema capitalista na segunda metade da década de 1990, propondo, a partir do referido exemplo histórico, um “*marco teórico más amplio para la comprensión del modo en que se modifican las ideologías asociadas a las actividades económicas*”. Os autores impregnam ao termo ideologia um sentido redutor, é dizer, entendem como sendo um discurso moralizador que trataria de ocultar os reais interesses materiais que ficariam continuamente postos em evidência por trás das práticas. Igualmente, sustentam eles que a crítica ao capitalismo instalada em maio de 1968 estava centrada em quatro fontes de indignação: (a) como *fonte de desencanto* e inautenticidade dos objetos, das pessoas, dos sentimentos e, em geral, do tipo de vida que se encontra a ele associado; (b) como *fonte de opressão* na medida em que se opõe a liberdade, a autonomia e a criatividade dos seres humanos submetidas ao seu império, por um lado, a dominação do mercado como força impessoal que fixa os preços, designa os homens e os produtos/serviços desejáveis e rechaça o resto, por outro lado; (c) como *fonte de miséria* dos trabalhadores e das desigualdades de alcance desconhecido no passado; e (d) como *fonte de oportunismo e egoísmo* que, favorecendo somente interesses particulares, atua como destruidor dos laços sociais e das solidariedades comunitárias, em particular de uma solidariedade mínima entre opressores e oprimidos. É importante registrar, por fim, que nestes escritos teórico-práticos não se objetiva desenvolver uma análise histórica do surgimento e desenvolvimento do capitalismo, senão que situar nossas relações com um sistema concreto e contextualizado no âmbito da globalização. Para uma análise temporal do capitalismo, ver: POLANYI, Karl. *La gran transformación*. Madrid: Endymion, 1989 e HARVEY, David. *Breve Historia del Neoliberalismo*. Madrid: Akal, 2007.

através do coletivo que conforma o individual, nas representações sociais que nos fazem ver, viver e atuar no mundo, na lição de Sergi Moscovici.

Logo, pensar criticamente os direitos humanos e para além deles (incluindo os não humanos) e atuar para visibilizar, desestabilizar e transformar, exige que estejamos atentos ao novo contexto de problemas que vivemos no século XXI. Por conseguinte, na lição de Joaquín Herrera Flores, para nós se mostra completamente insatisfatória toda reflexão teórica (e consequente atuação prática) que pense os direitos humanos como se não tivesse ocorrido nada de tão intenso em nosso passado recente. Afinal, de uma etapa histórica na qual os direitos humanos serviam – desde as categorias jurídico/político/normativas do Estado Social – para pôr obstáculos às consequências perversas de acumulação do capital, passamos em tempo recorde de três décadas a outra etapa histórica na qual são precisamente os processos de acumulação de capital que põem obstáculos à implementação dos direitos humanos. Se antes se falava, por exemplo, de direitos sociais, econômicos e culturais, agora se fala de custos e gastos sociais que continuamente devem ser cortados para poder confluir regionalmente nos chamados *déficits zero*<sup>523</sup>.

E, como vimos, a indústria bilionária que envolve a exploração e a eliminação das vidas dos não humanos, seja no Norte ou no Sul Global, atende plenamente aos interesses do sistema-mundo capitalista. A respeito, cabe enfatizar que Luc Boltanski e Ève Chiapello sustentam que o capitalismo representa a principal forma de organização das práticas coletivas que se encontram absolutamente separadas da esfera moral e ética, uma vez que a acumulação do capital é um fim em si mesmo, ou seja, o sistema capitalista, enquanto hegemonia ideológica, objetiva, única e exclusivamente, o crescimento ilimitado e “a todo custo” do incremento das ganâncias. As atividades predatórias contra os não humanos, vale dizer, continuarão longe das vitrines, das escolas, da academia e da mídia se não reagirmos culturalmente contra esse sistema avassalador e dominante.

---

<sup>523</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. *Teoria crítica dos direitos humanos: os direitos humanos como produtos culturais*. Tradução de Luciana Caplan, Carlos Roberto Diogo Garcia, Antonio Henrique Graciano Suxberger e Jefferson Aparecido Dias. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 35.

A questão é que em termos de direitos humanos e não humanos o referido funcionamento do sistema capitalista, guiado sob a lógica da acumulação do capital sem qualquer tipo de regulação social ou institucional, não conhece outro critério de valor que não seja aquele da balança contábil de perdas e ganhos. A consequência da adoção pelo capitalismo do critério de valor contábil para as regras políticas, institucionais, jurídicas e dos direitos humanos é decisiva no momento de os grupos aliçados do poder econômico acederem aos bens necessários a uma vida (humana e não humana) digna de ser vivida. Contra isso podemos reagir culturalmente.

O fio condutor dessa reação cultural, como vimos, reside na substituição do critério contábil (perdas e ganhos – riqueza econômica), imposto pelo capitalismo, pelo critério de valor da riqueza humana e não humana em defesa da dignidade da vida<sup>524</sup>. Antonio Suxberger afirma que a utilização de um critério de valor no seio de um marco crítico decorre de um acordo, não se cuidando de uma imposição ou de um reconhecimento “natural”, mas sim de um compromisso com a riqueza humana, *“dirigido a afastar a eleição de valores ou critérios ascéticos ou esvaziados de sentido e concreção, permitindo avaliar e comparar situações de choque ou conflito”*<sup>525</sup>, além de permitir que se priorize a satisfação de direitos e o enfoque de um modo mais justo no conjunto das políticas sociais, econômicas ou culturais. Com ele, e para além dele, é o que propomos para os humanos e os não humanos.

É válido rememorar: no Brasil, passou-se de um convívio harmônico entre humanos, não humanos e a natureza como um todo (no período pré-colonial, onde em terras brasileiras estavam seus legítimos habitantes: os indígenas nativos), para um modelo devastador fruto do pensamento colonial predatório perpetuado pela ideologia-mundo capitalista e hegemônica (neocolonialismo). Não é por outra razão, a propósito, que o Brasil periférico é líder mundial em exportação de não humanos para alimentar humanos, isto é, a neocolônia prossegue, desde o Sul Global, atendendo aos interesses dos neocolonizadores do Norte Global.

---

<sup>524</sup> O tema é tratado no Capítulo 2, item 2.5.1.

<sup>525</sup> SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano. *Ministério Público e política criminal: uma segurança pública compromissada com os direitos humanos*. Curitiba: Juruá, 2010, p. 130.

Os dados publicados no “Atlas da Carne”, pela Fundação Heirich Böll, abordando temas como “o surgimento de um mercado global de carne”, “poder concentrado – o futuro da indústria da carne globalizada”, “as multinacionais brasileiras da carne: vantagem para quem?” “amazônia, cerrado e pantanal em risco”, “o custo oculto da carne e das salsichas” e “o custo climático do gado”, dentre outros, são reveladores. A respeito, é válido trazer à colação:

A esmagadora maioria da carne que consumimos está sendo produzida da forma industrial. (...) São animais que nunca, ao longo de sua curta vida, se mexem em espaços não maiores de 20 a 50 cm, recebem quantidades enormes de antibióticos e são nutridos com soja, produzida em particular no Brasil, que com a safra 2013/2014 se tornou o maior produtor do mundo desses grãos, alcançando 90 milhões de toneladas anuais. A soja tem sido uma grande causa do desmatamento no país. (...) Grilagem de terra, expulsão de pequenos agricultores, assassinatos de líderes camponeses e indígenas, além de fortes impactos na saúde das pessoas que trabalham com agrotóxicos – como altos riscos de câncer, doenças respiratórias e contaminação dos lençóis freáticos –, são algumas das consequências deste modelo de produção em grande escala e concentração que é típico do agronegócio brasileiro. Estes são aspectos nocivos, mas pouco difundidos, também do consumo de carne na Europa. A ração dos porcos, bois e frangos abatidos diariamente na Alemanha consiste, em boa parte, de soja e milho brasileiro. (...) O maior processador global de carne hoje em dia também é uma empresa brasileira, a JBS/Friboi, e isto corresponde à política de desenvolvimento do governo. Por meio de sua estratégia dos ‘campeões nacionais’, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concedeu créditos e investimentos diretos no valor de mais de R\$ 12 bilhões à JBS e atualmente detém 24,6% das suas ações. Na produção e exportação de carne bovina, frango, soja e milho o Brasil está ou em primeiro lugar ou entre os primeiros três, no mundo. Ora, não há produção sem demanda. Temos que procurar influenciar a forma de produção do que comemos todos os dias, e temos possibilidades de incidência. (...) Há muitos aspectos pouco falados ligados à carne. Só para mencionar um e para terminar, pois talvez interesse num país atingido em cheio pela crise hídrica: para produzir um único quilo de carne, são necessários gastar 15 mil litros de água! (...) <sup>526</sup>.

A reação cultural que propomos, portanto, implica o despertar da consciência, no plano individual, para que, como brasileiros, possamos ir além e nos emancipar

---

<sup>526</sup> Atlas da carne: fatos e números sobre os animais que comemos. – Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2015, pp. 07-09.

desses efeitos coloniais e neocoloniais tão avassaladores que continuam atingindo diretamente nossas maiores riquezas: as riquezas humanas e não humanas. Há um modelo econômico imposto que mantém o Brasil como país periférico e bloqueia o seu desenvolvimento como nação sustentável que pode, sim, com todo o seu potencial humano e não humano impulsionar, e até liderar, um sistema-mundo diferente que postule, acima de tudo, por um convívio harmônico e pacífico e valorize a dignidade da vida em todas as suas formas.

Não faz sentido, por um lado, atuar pela defesa de direitos humanos, pela busca de uma vida digna de ser vivida por homens e mulheres em todos os cantos e recantos; e, por outro, ignorar a dignidade da vida e contribuir para o domínio que escraviza e mata, desnecessariamente, bilhões de não humanos.

O Brasil, esse país continental de tantas riquezas humanas e não humanas, pode e deve percorrer um caminho bastante diferente. Isso há de ser concretizado de forma individual, coletiva e institucional. O Ministério Público, como veremos, tem o potencial de contribuir de modo significativo a bem dos humanos e dos não humanos, de forma que não mais exista este ou aquele lado da linha. A única linha que estabeleceremos é a que forme uma circunferência em torno do Planeta Azul, na qual todos, com respeito à pluralidade, possam conviver em harmonia e paz.

## CAPÍTULO IV

### O MINISTÉRIO PÚBLICO EM DEFESA DA DIGNIDADE DA VIDA HUMANA E NÃO HUMANA E DA PAZ

#### 4.1 O MINISTÉRIO PÚBLICO E OS LADOS DA LINHA ABISSAL

O Ministério Público (MP), como instituição, e a consciência de como agem seus integrantes - de forma reguladora ou emancipatória e fazendo prevalecer, ou não, o diálogo na busca de resolução de conflitos (disposição), reconhecendo e impulsionando as práticas sociais, se referem a elementos dos eixos conceitual e material do diamante ético de Joaquín Herrera Flores<sup>527</sup>. Disso trataremos, a começar pelo nascedouro desse instrumento institucional da sociedade: o MP.

A origem do Ministério Público<sup>528</sup> não é unânime, tampouco incontroversa. Com efeito, à luz das observações de Hugo Nigro Mazilli<sup>529</sup>, alguns defendem que tudo começou na antiguidade, há quatro milênios, com o *magiaí*, uma espécie de funcionário real no Egito, definido como “*a língua e os olhos do rei*” e em cujas atribuições estava a tarefa de castigar os rebeldes, reprimir os violentos, proteger os cidadãos pacíficos e acolher os pedidos do homem justo e verdadeiro. É interessante assinalar, no dizer de Jorge Alberto Marum, que o *magiaí* “*além de exercitar a repressão criminal, preocupava-se também com a proteção dos mais fracos, numa antevisão das modernas funções do Ministério Público*”<sup>530</sup>.

---

<sup>527</sup> O tema foi explicitado no Capítulo II, item 2.1.2

<sup>528</sup> Ministério Público ou *Parquet*, do latim *ministerium* ou *minister*, isto é, o “*ofício do servo*”, a “*função servil*” ou “*somente ofício, mister, cuidado, ocupação ou trabalho*” (GARCIA, Emerson. *Ministério Público: Organização, atribuições e regime jurídico*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 6.), querendo dizer, em verdade, aqueles que atuam e se ocupam da defesa do interesse social/coletivo. É válido explicar, também, a terminologia francesa “*parquet*”: espécie de assoalho de madeira sobre o qual os membros do Ministério Público postulavam de pé; daí a diferença da *magistrature debut* – de pé, e *magistrature assise* – sentada, com o fim de demonstrar a clara independência dos agentes ministeriais em relação aos juízes/magistrados (Op. Cit., p. 7). Em razão disso, ainda hoje, no meio jurídico se utiliza “*parquet*” para se referir ao Ministério Público.

<sup>529</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. *O Ministério Público na Constituição de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1988, p. 1-2.

<sup>530</sup> MARUM, Jorge Alberto Oliveira. *Ministério Público e direitos humanos*. Campinas: Bookseller, 2005, p. 31.

Há, também, a concepção de que o traço originário da instituição ministerial é identificado nos *éforos* de Esparta, ou nos *tesmótetas gregos*, ou nos *questores*, *censores*, *defensores civitatis*, *procuratores caeseris*, *advocatus fisci*, *irenarcha*, *curiosi*, *stationarii* e *frumentari* dos romanos<sup>531</sup>. De igual modo, na Idade Média, os *saions germânicos*, ou os *bailios* e *senescais* (encarregados de defender os senhores feudais judicialmente), ou ainda o *Gemeiner Anklager* (que exercia a acusação, quando o particular permanecia inerte), bem como o próprio *vindex religionis* do direito canônico são mencionados como possíveis linhas iniciais do Ministério Público<sup>532</sup>. Nesse período histórico, conforme explica Emerson Garcia<sup>533</sup>, são citados ainda os *gastaldi* que executavam funções policiais e representavam o rei frente aos duques e, por fim, os *Missi Dominici* (os Enviados do Senhor), originários da Gália, os quais percorriam os condados, fiscalizavam a atuação dos delegados do soberano, ouviam reclamações e coibiam abusos cometidos.

A sua vez, Luís Roberto Gomes<sup>534</sup>, em consonância com Carlos Alberto de Salles, ressalta que pela ausência de continuidade histórica entre as instituições romanas (*advocatus fisci* e *defensor civitati*, dentre outras) e as francesas e portuguesas (essas com origem mais próxima à feição atual da instituição ministerial), não se pode estabelecer “*uma relação de causalidade*” entre aqueles servidores romanos (que atendiam necessidades presentes em todos os sistemas judiciários) e os atuais membros do Ministério Público contemporâneo.

Cumprido selar, entretanto, que via de regra se aponta a origem do Ministério Público no direito francês, porquanto em termos de regramento claro e específico, seria a *Ordonnance* de Felipe, o Belo, de 23 de março de 1303, com seus *procureurs du roi*<sup>535</sup> o documento oficial mais condizente com suas características atuais, as quais foram sendo consolidadas pela Revolução Francesa, pelas normas legais editadas por Napoleão Bonaparte (textos napoleônicos) e, posteriormente, pela legislação constitucional e/ou infraconstitucional de cada país.

---

<sup>531</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. Op. Cit., p. 2; e MARUM, Jorge Alberto Oliveira. Op. Cit., p. 33.

<sup>532</sup> Idem.

<sup>533</sup> GARCIA, Emerson. *Ministério Público: Organização, atribuições e regime jurídico*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 8.

<sup>534</sup> GOMES, Luís Roberto. *O Ministério Público e o controle da omissão administrativa: o controle da omissão estatal no direito ambiental*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 9.

<sup>535</sup> MARUM, Jorge Alberto Oliveira. Op. Cit., p. 39.



Deveras, seja no Norte Global, em nações que ocupam posição central no sistema-mundo, como os Estados Unidos<sup>536</sup>, a França<sup>537</sup>, a Itália<sup>538</sup> e também a

<sup>536</sup> O Ministério Público nos Estados Unidos tem dois níveis: federal e estadual. O Procurador-Geral, no âmbito federal, chamado de “*Attorney General*” é indicado pelo Presidente da República e precisa ser aprovado pelo Senado. O “*Attorney General*” é também o Ministro da Justiça e funciona como uma espécie de conselheiro do Presidente da República e dos demais Ministros de Estado a respeito de questões legais. O Procurador-Geral é assessorado por alguns “*Assistant Attorneys General*”, que o substituem quando necessário, e há o “*Assistant Attorney General for Administration*” que o auxilia em temas administrativos. Ao lado do escritório central do Ministério Público Federal norte-americano estão os Promotores Distritais, os “*United States Attorneys*”, com mandato de quatro anos e atuação em cada um dos tribunais federais de primeira instância. Dentre as atribuições dos Promotores Distritais cabe destacar: a) atuação penal nos delitos de competência federal; e b) promover ou defender o governo federal em ações cíveis de interesse do país. Os Promotores Distritais organizam seus escritórios, selecionam pessoal e indicam quem acompanhará as causas: têm amplo poder hierárquico e funcional. O Ministério Público Estadual, a seu tempo, atua em relação aos crimes que não estão na esfera de competência federal. Os Promotores Distritais Estaduais, a depender do ente federativo a que pertençam, são eleitos pela comunidade (mandato de dois a quatro anos), ou então nomeados pelo Governador, pelo Procurador-Geral do Estado ou pelo Tribunal local. A organização, em nível estadual, é bem descentralizada e independente, enquanto no federal o Procurador-Geral centraliza poder e menor é a independência funcional. A atividade-fim do Ministério Público norte americano é destinada, de modo essencial, ao combate à criminalidade (titular da ação penal). O sistema dos Estados Unidos, vale dizer, contempla o “*princípio da oportunidade*”. Ali, Promotores Distritais, federais ou estaduais, podem, em larga escala, realizar acordos com os réus (penas são suprimidas, acusações atenuadas etc.). O Ministério Público dirige vários órgãos de investigação e repressão, como o FBI (Federal Bureau Investigation) e o DEA (Drug Enforcement Administration). Informações extraídas das seguintes obras jurídicas: CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *O Ministério Público no Processo Civil e Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p-221-243; e GARCIA, Emerson. *Ministério Público: Organização, atribuições e regime jurídico*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 10-28.

<sup>537</sup> O Ministério Público na França tem uma organização em três esferas: a) o Procurador-Geral que atua perante a Suprema Corte; b) os Procuradores-Gerais com atribuição nos Tribunais de Apelação; e c) os Procuradores da República nos Tribunais de primeiro grau. O Procurador-Geral não tem qualquer ascendência sobre aqueles que trabalham nas Cortes de Apelação, mas estes, quanto aos respectivos distritos, possuem controle hierárquico em relação aos escritórios dos Procuradores da República. Os Procuradores da República, no entanto, detêm o “*poder de resistência*”, isto é, ainda que exista ordem do Procurador-Geral para ajuizar ou não determinada ação penal, os membros do Ministério Público podem fazer exatamente o inverso. O Ministério Público francês têm significativa subordinação ao Ministro da Justiça, pois a ele devem “*obediência*” o Procurador-Geral (Suprema Corte) e os Procuradores-Gerais que atuam nos Tribunais de Apelação. De fato, o Ministro da Justiça pode editar instruções e ordens (por meio de circulares) a respeito do modo como devem atuar os membros do Ministério Público, seja em caráter geral ou mesmo especificamente para determinado processo. O não cumprimento de um desses mandamentos pode implicar remoção, rebaixamento ou exoneração. O sistema francês também acolhe o “*princípio da oportunidade*” da ação penal, que pode deixar de ser promovida em situações como: pequeno dano social; restauração do prejuízo; nos casos de pequenos delitos em que o acusado é primário; quando o ajuizamento implicar mais inconvenientes que vantagens para a ordem pública etc. No âmbito civil o Ministério Público atua como parte ou fiscal da lei. A instituição ministerial, faz muito, é entendida como uma magistratura especial (*magistrature debut* – magistratura de pé), embora não exerça função jurisdicional e a ingerência governamental seja considerada grande. Informações extraídas das seguintes obras jurídicas: CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *O Ministério Público no Processo Civil e Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p-221-243; e GARCIA, Emerson. *Ministério Público: Organização, atribuições e regime jurídico*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 10-28.

<sup>538</sup> O Ministério Público na Itália integra o Poder Judiciário e atua sob a “*vigilância*” do Ministério da Justiça, mas não é por ele dirigido, como em outros tempos. Na prática, porém, os Procuradores-Gerais de segunda instância (que controlam os escritórios de primeiro grau do Ministério Público) ainda são escolhidos pelo Ministro da Justiça. A propósito, os Procuradores-Gerais podem avocar casos afetos aos escritórios que lhes são subordinados. Uma vez que integra o Poder Judiciário, não tem o MP autonomia orçamentária ou financeira. Os membros do Ministério Público, na Itália, fazem parte da “*magistratura requerente*”, em contraposição à “*magistratura judicante*” (juízes), sendo que um pode vir a exercer a função do outro. O Procurador-Geral atua perante a Corte de Cassação. Têm-se os Procuradores-Gerais nas Cortes de Apelação e, por fim, junto aos Tribunais, trabalham os “*Procuratores della Repubblica*”. As atividades, no âmbito penal, são, dentre outras: dirigir a polícia judiciária; ajuizar, como titular, as ações penais; pedir revisão criminal em favor dos condenados; fiscalizar a fase prisional (acompanhar o preso até a ressocialização). Os crimes com penas menores não são de atribuição do MP, mas sim dos “*Pretori*”. Ao atuar no campo civil, o Ministério Público italiano é autor, nos casos definidos em lei, ou fiscal, inclusive em todas as causas na Corte de Cassação. Informações extraídas das seguintes obras jurídicas: CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *O Ministério Público no Processo Civil e Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p-221-243; e GARCIA, Emerson. *Ministério Público: Organização, atribuições e regime jurídico*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 10-28.

Alemanha<sup>539</sup>, seja no Sul Global, em países periféricos como Argentina<sup>540</sup>, Equador<sup>541</sup>, Paraguai<sup>542</sup> e Venezuela<sup>543</sup>, o Ministério Público assumiu singularidades

<sup>539</sup> O Ministério Público na Alemanha está separado do Poder Judiciário, sendo, portanto, autônomo (em algumas regiões sulinas, porém, é possível a passagem de um para o outro). O Procurador-Geral da República (*Generalbundesanwalt*) é quem tem atuação na Suprema Corte. Os Procuradores-Gerais estaduais (*Generalstaatanwalt*) trabalham frente aos Tribunais de Apelação. E, no primeiro grau, funcionam os Promotores de Justiça (*Staatsanwalt*). Inexiste hierarquia entre as esferas da instituição ministerial alemã, mas todas estão subordinadas ao Ministro da Justiça, o qual traça diretrizes que asseguram certa unidade de entendimento entre os membros do MP. A função é praticamente restrita à promoção, exclusiva, da ação penal. Os crimes menos graves, faz muito tempo, estão sujeitos a um processo especial sumário (prestigiando-se a oralidade) no qual o órgão jurisdicional aplica a penalidade a partir de simples petição do Ministério Público (a menos se o infrator não a aceitar, quando então é instaurado processo convencional). As hipóteses de atuação no cível são bastante reduzidas. O Ministério Público não tem legitimidade para impulsionar o controle concentrado de constitucionalidade (que recebe um tratamento eminentemente político em solo alemão). Todos os membros do MP que ocupam os postos mais altos, em cada nível, têm o poder de avocação, vindo a atuar em qualquer processo que entendam relevante. Ademais, podem substituir livremente os agentes oficiais (essa faculdade, a propósito, é também do próprio Ministro da Justiça). A independência, por conseguinte, é limitada em razão da autoridade dos órgãos superiores. Informações extraídas das seguintes obras jurídicas: CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *O Ministério Público no Processo Civil e Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p-221-243; e GARCIA, Emerson. *Ministério Público: Organização, atribuições e regime jurídico*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 10-28.

<sup>540</sup> O Ministério Público na Argentina tem uma configuração singular. Há, em solo argentino, 23 Ministérios Públicos distintos nas províncias, um Ministério Público Nacional (que se divide em Ministério Público Fiscal, com atribuições próximas ao Ministério Público Federal brasileiro; e Ministério Público da Defesa, com funções similares à brasileira Defensoria Pública da União) e o Ministério Público da Cidade Autônoma de Buenos Aires. Na capital argentina, o Ministério Público também se divide em sua função “fiscal” e de “defensoria”. Ao Ministério Público Fiscal de Buenos Aires cabe defender a legalidade e os interesses gerais da sociedade, bem como velar pela regular prestação do serviço judiciário, investigar as contravenções, as faltas e delitos cuja competência lhe cabe e, ainda, promover a ação penal e atuar como fiscal da lei no contencioso administrativo e tributário. Em algumas províncias argentinas, a exemplo de Córdoba, o Ministério Público faz parte do Poder Judiciário (com independência orgânica funcional), atua em defesa do interesse público e dos direitos fundamentais, promove a ação penal pública e dirige a Polícia Judiciária (essa direção das investigações criminais também ocorre na Província de Mendoza). O Ministério Público Fiscal é comandado pelo Procurador-Geral da Nação, cargo de livre nomeação pelo Presidente da República, cuja indicação deve ser aprovada pelo Senado Federal. Na estrutura do Ministério Público Fiscal argentino há os procuradores nacionais que atuam perante a Justiça Nacional (crimes comuns cometidos no distrito federal) e os procuradores federais que agem na Justiça Federal (crimes federais cometidos em qualquer parte do país), sendo que todos eles atuam como fiscais da lei em matéria cível, comercial, trabalhista etc. É, pois, um órgão extrapoder dotado de autonomia, mas com vinculação hierárquica de seus membros (o Procurador-Geral da Nação estabelece instruções que devem ser observadas), a qual, porém, não impede que seus membros ajam “de acordo com seus próprios juízos e critérios, à luz da independência funcional, naquilo que não tiver sido alcançado pela resolução da PGN”. Informações extraídas da seguinte obra jurídica: ARAS, Vladimir. *Ministério Público na Argentina e no Brasil: apontamentos para uma aproximação regional*; em: CALABRICH, Bruno (Org.). *Modelos de Ministérios Públicos e Defensorias del Pueblo*, volume 1. *Ministérios Públicos Sul-americanos*. Brasília: ESMPU, 2014, pp. 17-61.

<sup>541</sup> O Ministério Público no Equador faz parte dos organismos de controle, assim como a Controladoria-Geral do Estado, a Procuradoria-Geral do Estado e a Comissão de Controle Cívico da Corrupção. O Ministério Público equatoriano não integra nem o Poder Executivo, nem o Legislativo e tampouco o Judiciário, tendo autonomia e independência administrativa, econômica e orçamentária. Em todo o Equador, no primeiro grau de jurisdição, atuam os agentes fiscais; na segunda instância, existente em cada província, funcionam os fiscais distritais; perante a Corte Nacional de Justiça as atribuições são desempenhadas pelo Fiscal-Geral. Cabe salientar que em território equatoriano o Ministério Público tem atuação exclusivamente em matéria criminal. O Chefe da Instituição, o Fiscal-Geral, é eleito pelo Congresso Nacional mediante uma lista tríplice encaminhada pelo Conselho Nacional da Magistratura e exerce a função por um mandato de seis anos, sendo vedada a recondução. Os demais membros do Ministério Público, aprovados em concurso de provas e títulos, igualmente exercem suas funções por um período de seis anos, sendo que para os que atuam em primeiro grau (agentes fiscais) é permitida uma recondução observado o mesmo procedimento de concurso e nomeação. Não há previsão constitucional de princípios institucionais do Ministério Público, embora se note unidade (um único MP em todo o país), a indivisibilidade (os membros se substituem uns aos outros) e independência funcional, “muito embora haja certa subordinação do agente fiscal ao fiscal distrital e deste ao fiscal-geral”. Informações extraídas da seguinte obra jurídica: ALMEIDA, Roberto Moreira de. *Ministério Público: o modelo equatoriano*; em: CALABRICH, Bruno (Org.). *Modelos de Ministérios Públicos e Defensorias del Pueblo*, volume 1. *Ministérios Públicos Sul-americanos*. Brasília: ESMPU, 2014, pp. 131-159.

próprias. Há de se ressaltar, por relevante, que como parte da estrutura estatal, o Ministério Público, a depender de seu grau de autonomia e independência, e principalmente da postura de seus membros, pode ser essencial instrumento em favor da sociedade ou contra ela. Pode atuar limitando os detentores do poder político e econômico ou como agente dos preceitos deles. Pode ser uma instituição garantidora da democracia, dos direitos humanos e fundamentais ou um obstáculo a mais àqueles que estão do outro lado da linha<sup>544</sup>. Pode atuar empoderando

---

<sup>542</sup> O Ministério Público no Paraguai é uno, porquanto o Estado paraguaio é Unitário, não estando dividido em unidades federativas. Os membros ingressam na carreira por concurso público que é realizado, porém, pelo Conselho da Magistratura (formado por representantes de várias instituições como: Suprema Corte de Justiça, Senado, Câmara dos Deputados, Poder Executivo, advogados e professores universitários; não há representantes do Ministério Público). São, então, formadas listas tríplices dos aprovados pelo Conselho da Magistratura e delas a Corte Suprema de Justiça nomeia, a seu critério, um agente fiscal por lista apresentada. Após, passam a exercer suas funções por cinco anos. A cada período o membro do Ministério Público deve passar novamente por todo o processo. “A legislação prevê que somente aqueles que forem confirmados por mais dos períodos consecutivos de cinco anos seguintes ao de sua nomeação, ou seja, um total de quinze anos, adquirem a vitaliciedade no cargo até o limite da aposentadoria compulsória”. Todavia, “a Corte Suprema entendeu que esta previsão de vitaliciedade não deverá prevalecer”. O Chefe da Instituição é o Fiscal-Geral do Estado que pode ser oriundo de outra instituição ou mesmo da esfera privada. O Ministério Público paraguaio é organizado de forma hierárquica e, portanto, aqueles que estão em níveis superiores da carreira controlam a atuação dos subordinados, “especialmente no regime de resignação para casos e decisões sobre as mais relevantes providências a serem tomadas”. As atribuições do MP paraguaio são basicamente na esfera penal, embora tenha a função também de velar pelo respeito aos direitos e garantias constitucionais e a Lei Orgânica lhe assegure atribuição na defesa de bens ou interesses coletivos quanto os afetados não tem condições de por si só exercer seus direitos. Entretanto, “a atuação do *Parquet* no Paraguai é dirigida quase totalmente à esfera penal, tanto assim que 90% dos órgãos do Ministério Público têm funções penais exclusivas. A atuação na área da tutela coletiva, apesar de ter suporte legal, inexistente, sendo que no âmbito cível há uma atuação basicamente como fiscal da lei. Informações: DONINI, Ricardo Kling. Ministérios Públicos brasileiro e paraguaio: estudo comparativo; em: CALABRICH, Bruno (Org.). Modelos de Ministérios Públicos e Defensorías del Pueblo, volume 1. Ministérios Públicos Sul-americanos. Brasília: ESMPU, 2014, pp. 161-183.

<sup>543</sup> O Ministério Público na Venezuela é uno, indivisível, autônomo e independente em relação aos demais órgãos do Poder Público, assim como a instituição ministerial brasileira, mas sem a divisão em estadual e federal que ocorre no Brasil. O Chefe é o *Fiscal General de la República*, com mandato de sete anos, e cuja nomeação se dá pelo Poder Legislativo. É fundado, o MP local, na hierarquia e, portanto, o Fiscal Geral é autoridade superior de todos os demais membros da instituição que devem seguir suas instruções e diretrizes. Em cada uma das circunscrições judiciais há a figura do Fiscal Superior (que representa o Fiscal Geral em cada estado venezuelano). Nessa linha, existe ainda a “Doctrina del Ministerio Público”, que por meio de informativos orienta os atos de seus integrantes, os fiscais (fiscales). O Fiscal Geral tem o poder, inclusive, de a qualquer momento e por ato administrativo (Resolução Motivada) alterar a lotação dos fiscais. O Chefe do MP pode, ademais, intervir diretamente ou por representante, sempre que julgar necessário, nos processos penais em qualquer lugar do território nacional, nem que para tanto seja necessário afastar o fiscal natural do caso. O poder disciplinar do Fiscal Geral, vale dizer, é exercido não somente sobre os quadros do Ministério Público, mas também em relação à polícia. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público venezuelano o ingresso na carreira se dá mediante concurso público. A atuação ocorre na área penal e na tutela coletiva, sendo dever dos fiscais atender às solicitações das vítimas e cuidar para que sejam informadas acerca de seus direitos; promover perante as autoridades competentes a realização e a proteção de direitos constitucionais, verificar o cumprimento das leis e a garantia dos direitos humanos nos estabelecimentos penais, dentre outras. A estrutura tem a Unidade de Orientação ao Cidadão, a qual atua orientando vítimas de casos que não configurem crime. Há, também, a “Dirección General del Ambiente” encarregada de coordenar as atuações em matéria ambiental; e a “Dirección General de Actuación Procesal”, cujas direções de caráter operacional são: “*Dirección de Delitos Comunes*, *Dirección de Protección Integral de la Familia*, *Dirección de Salvaguarda*, *Dirección de Drogas*, *Dirección de los Derechos Fundamentales*, *Dirección de Asesoría Técnico Científica e Investigaciones*”. Informações extraídas da seguinte obra jurídica: BARRA, Mary Lucy Santiago Barra. Ministério Público da República Bolivariana de Venezuela; em: CALABRICH, Bruno (Org.). Modelos de Ministérios Públicos e Defensorías del Pueblo, volume 1. Ministérios Públicos Sul-americanos. Brasília: ESMPU, 2014, pp. 327-372.

<sup>544</sup> A expressão se refere à linha abissal que mantém as relações políticas e culturais excludentes no sistema mundial contemporâneo, na lição de Boaventura de Souza Santos. Tema tratado no Capítulo 3, item 3.5.

homens e mulheres que estão mais abaixo ou impedir que se emancipem como cidadãos e cidadãs. A observação de Jorge Marum, ressaltando a vocação histórica do Ministério Público para a defesa e promoção dos direitos humanos, é precisa:

(...) Não se pode, ingenuamente, acreditar que a instituição (Ministério Público) tenha sempre se pautado no sentido da defesa intransigente dos direitos fundamentais da pessoa humana. Mesmo as figuras históricas (...), a par de defender os fracos e oprimidos, eram, por outro lado, uma espécie de *longa manus* do governante e a ele deviam obediência. Assim, se era desejo do detentor do poder perseguir algum grupo inimigo ou determinada minoria étnica ou religiosa, essa ação devia ser executada por seus funcionários, dentre eles os *irenarcha* romanos, os *saions* medievais, os *vindex religionis* da inquisição, ou os *procureurs du roi* franceses. A tortura, que na Idade Média era determinada pelos juízes, evidentemente contava com o beneplácito dos titulares da acusação. Os horrores do processo penal e da execução das penas, que caracterizaram a era medieval e em parte sobreviveram ao Estado Moderno, foram assistidos pelo embrionário, e depois já estruturado, Ministério Público. Mais recentemente, as Leis de Nuremberg da Alemanha nazista certamente contaram, para sua aplicação, com o concurso do fortalecido Ministério Público do Terceiro Reich<sup>545</sup>.

O Ministério Público, portanto, na qualidade de instituição que é, integrante do aparelho estatal, deve estar atento ao seu trilhar, pois se por um lado tem o potencial de ser imprescindível para a efetivação de direitos humanos, por outro pode fortalecer ações governamentais totalmente antidemocráticas e contrárias à própria essência da dignidade humana. Com efeito, o Ministério Público, com seu atuar, pode, conscientemente ou não, estar em qualquer lado da linha abissal revelada, como vimos, por Boaventura de Souza Santos. Afinal, exercendo suas atribuições e interpretando a legislação nacional e supranacional (dentre as várias interpretações sempre possíveis), os integrantes do Ministério Público podem sedimentar valores do modelo hegemônico de apropriação/violência (no qual os ganhos econômicos e seus postulados – “*direito das coisas*” -, prevalecem sobre a dignidade humana) ou, ao revés, impulsionar a regulação/emancipação (onde homens e mulheres, com voz e vez – “*direito das pessoas*” -, têm a possibilidade de viver dignamente, como cidadãos e cidadãs incluídos no sistema-mundo).

---

<sup>545</sup> MARUM, Jorge Alberto Oliveira. Op. Cit., p. 376.

As ponderações de Boaventura de Souza Santos são dignas de menção:

No tocante ao direito, a tensão entre apropriação e violência é particularmente complexa em virtude de sua relação direta com a extração de valor: tráfico de escravos e trabalho forçado, uso manipulador do direito e das autoridades tradicionais por meio do governo indireto (*indirect rule*), pilhagem de recursos naturais, deslocação maciça de populações, guerras e tratados desiguais, diferentes formas de *apartheid* e assimilação forçada etc. *Enquanto a lógica da regulação/emancipação é impensável sem a distinção matricial entre o direito das pessoas e o direito das coisas, a lógica da apropriação/violência reconhece apenas o direito das coisas, sejam elas humanas ou não (...).*

*O pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que separam o mundo humano do mundo subumano, de tal modo que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas.* As colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece no pensamento e nas práticas modernas ocidentais tal como no ciclo colonial. Hoje, como então, a criação e a negação do outro lado da linha fazem parte de princípios e práticas hegemônicos. Atualmente, Guantánamo representa uma das manifestações mais grotescas do pensamento jurídico abissal, da criação do outro lado da fratura como um não território em termos jurídicos e políticos, um espaço impensável para o primado da lei, dos direitos humanos e da democracia. Contudo, seria um erro considerá-la exceção. Existem muitas Guantánamos, desde o Iraque até a Palestina e Darfur. Mais do que isso, existem milhões de Guantánamos nas discriminações sexuais e raciais, quer na esfera pública, quer na privada: nas zonas selvagens das megacidades, nos guetos, nas prisões, nas novas formas de escravidão, no tráfico ilegal de órgãos humanos, no trabalho infantil, na exploração da prostituição<sup>546</sup> (Os grifos não constam no original).

O Ministério Público, seja no Norte ou no Sul Global, tem muito a contribuir para a eliminação das linhas abissais que impedem a efetivação de direitos humanos a bilhões de pessoas em todas as partes do mundo. Nestes escritos, como o Brasil é o nosso local concreto, vamos nos concentrar no Ministério Público brasileiro<sup>547</sup>, notadamente o federal, na atuação pelos direitos humanos que, como defendemos,

---

<sup>546</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. São Paulo: *Revista Novos Estudos - CEBRAP*, nº. 79, nov., 2007, p. 75-76.

<sup>547</sup> É importante ressaltar desde logo que, em regra, nos países cujo ordenamento jurídico segue a *common law* de origem anglo-saxônica (construída essencialmente a partir de decisões judiciais, e não mediante atos legislativos), os membros do Ministério Público provêm de eleição ou contratação direta. Ao contrário, nas nações da *civil law* de raízes romanas (fundada principalmente em leis e atos normativos, e não em decisões judiciais), a exemplo do Ministério Público brasileiro, os integrantes da instituição ministerial dependem de aprovação em concurso público, às vezes exigindo-se curso em escolas especializadas.

deve ir além, implicando verdadeira defesa da dignidade da vida humana e não humana e da paz. Todavia, para compreender o papel do Ministério Público brasileiro na temática é importante ter presente a sua correspondência com instrumentos como o *Ombudsman* e as *Defensorías del Pueblo*.

#### **4.1.1 MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO, OMBUDSMAN E DEFENSORIAS DEL PUEBLO: INSTITUIÇÕES PELA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS**

A função institucional do Ministério Público brasileiro pela promoção dos direitos humanos e defesa dos direitos dos cidadãos e cidadãs, inclusive perante atos ou omissões do próprio Poder Público, extrajudicial e judicialmente, é algo singular, sobretudo no contexto da América Latina. Afinal, como sela Bruno Calabrich, os Ministérios Públicos latino-americanos (assim como os demais) em regra têm a atuação penal como sua principal e às vezes única atribuição<sup>548</sup>. O atuar em prol dos direitos humanos, nesse rumo, tanto em países do Norte Global quando do Sul Global, é desempenhado por instituições outras, especialmente pelo *Ombudsman* e pelas denominadas *Defensorías del Pueblo*.

A figura do *Ombudsman*, da qual decorrem as *Defensorías del Pueblo*, como explicitado por André de Carvalho Ramos, foi solidificada na Suécia no século XIX, cuja função é a de controlar/aprimorar o poder estatal. A sua difusão, vale selar, se deu com a implantação na Dinamarca, em 1946, disseminando-se por vários países democráticos do mundo e se constituindo, atualmente, relevante instrumento de afirmação e reconhecimento dos direitos humanos<sup>549</sup>. O *Ombudsman*, na lição de Duciran Farena, tem muito prestígio e, em geral, pode sugerir mudanças de procedimentos, normas, modos de agir da Administração Pública e mesmo propor a alteração de leis dirigindo suas recomendações ao próprio Parlamento, numa

---

<sup>548</sup> CALABRICH, Bruno. *Defensoría del Pueblo: o modelo boliviano*; em: CALABRICH, Bruno (Org.). *Modelos de Ministérios Públicos e Defensorías del Pueblo*, v. 3. *Defensorías del Pueblo*. Brasília: ESMPU, 2014, pp. 41.

<sup>549</sup> RAMOS, André de Carvalho. *Defensoría del Pueblo na Argentina e o Ministério Público brasileiro: a busca da efetivação dos direitos humanos*; em: CALABRICH, Bruno (Org.). *Modelos de Ministérios Públicos e Defensorías del Pueblo*, volume 3. *Defensorías del Pueblo*. Brasília: ESMPU, 2014, pp. 17-18.

atuação onde a transparência (com publicidade e divulgação dos trabalhos) é fator primordial para garantir o bom desempenho da função<sup>550</sup>.

É de se notar que, não obstante as *Defensorías del Pueblo* terem sua origem no instituto do *Ombudsman*, em solo latino-americano elas foram influenciadas, no dizer de Elisandra Olímpio, pelos modelos português (1976) e espanhol (1978), fator que lhes assegurou a possibilidade de atuar pela “*defesa dos direitos humanos de uma forma bastante ampla, não estando restritas às violações ante a administração estatal*” (característica do modelo sueco originário)<sup>551</sup>.

A respeito de todo esse histórico envolvendo *Ombudsman* e *Defensores del Pueblo* cumpre colacionar os apontamentos de Mauro Cichowski dos Santos que, após discorrer sobre a evolução do instituto em solo sueco (num percurso desde o século XVI até os dias atuais, passando por sua desvinculação do Monarca para se tornar mandatário do Parlamento até chegar na desconcentração de funções hoje exercidas por sete *Ombudsmen*, inclusive com atribuições setoriais relativas a ações antitruste, direitos do consumidor e abusos de imprensa), enfatiza:

O Defensor del Pueblo da Espanha e de países da América Latina (Argentina, Venezuela, Costa Rica, Peru, Paraguai, Equador etc.), assim como outras autoridades modernas com atribuições similares, como o Provedor de Justiça de Portugal, o *Médiateur* na França, o *Difensore Cívico* na Itália, o *Parliamentary Commissioner for Administration*, o *Parliamentary Ombudsman*, ou simplesmente o *Ombudsman*, em países de língua inglesa, descendem diretamente de instituições suecas surgidas e desenvolvidas ao longo dos séculos XVII e XIX.(...)

Diante do êxito da experiência sueca, instituições inspiradas no *Justitieombudsman* (o *Ombudsman* sueco) foram se reproduzindo pelo mundo. Em razão dos laços políticos e culturais, os primeiros estados a recepcionar constitucionalmente o instituto foram os países escandinavos (a Finlândia, em 1919, a Dinamarca, em 1948, e a Noruega, em 1962). Posteriormente outros países europeus instituíram os seus *Ombudsmen*, com maior ou menor grau de

---

<sup>550</sup> FARENA, Duciran Van Marsen. *A Defensoria do Povo na Colômbia*; em: CALABRICH, Bruno (Org.). *Modelos de Ministérios Públicos e Defensorías del Pueblo*, v. 3. *Defensorías del Pueblo*. Brasília: ESMPU, 2014, pp. 75-76.

<sup>551</sup> OLÍMPIO, Elisandra de Oliveira. *Defensorías Del Pueblo Sul-americanas - Peru*; em: CALABRICH, Bruno (Org.). *Modelos de Ministérios Públicos e Defensorías del Pueblo*, v. 3. *Defensorías del Pueblo*. Brasília: ESMPU, 2014, p. 197.

afinidade com o modelo sueco, como o Reino Unido (1967), a França (1973), Portugal (1976) e a Espanha (1978).

O instituto também teve extraordinária receptividade em países não europeus, valendo citar, além de países da América do Sul (Argentina, Venezuela, Peru, Paraguai, Colômbia, Bolívia e Equador) e Central (México, Costa Rica, El Salvador, Porto Rico, Nicarágua e Panamá), a Nova Zelândia (que foi um dos países pioneiros, tendo instituído o seu *Ombudsman* em 1962), Canadá e Israel<sup>552</sup>.

Deveras, trata-se de instrumento de tamanha relevância que foi instituído pela própria Comunidade Europeia e, a depender do idioma eleito, a sua designação aparece como “*Defensor del Pueblo Europeo*” (em espanhol), “*European Ombudsman*” (em inglês), “*Provedor de Justiça Europeu*” (em português), “*Médiateur européen*” (em francês), “*Mediatore europeo*” (em italiano) etc<sup>553</sup>.

O Brasil, curial selar, optou por caminho diverso. Durante os trabalhos da constituinte que precedeu a atual Constituição da República até se propôs que essa função de defesa da cidadania e promoção de direitos humanos fosse atribuída ao que se chamaria de Defensoria do Povo, nos moldes das *Defensorias del Pueblo* e do *Ombudsman*. Todavia, esse papel culminou sendo entregue ao Ministério Público por ter, já naquela época, unidades em praticamente todo o território nacional. Ademais, um Defensor do Povo vinculado ao Parlamento, ao estilo do *Ombudsman*, por certo surgiria, nas palavras de Duciran Farena, “*sob o impacto da pobre ideia que os brasileiros fazem de seus próprios representantes, o que acabaria por enfraquecer sua legitimidade, de ordem política, minando sua credibilidade*”<sup>554</sup>.

É fato que membros do Ministério Público, quando da constituinte, trabalharam intensamente para moldar a instituição no texto constitucional. No que se refere às funções de *Ombudsman* e *Defensor del Pueblo* curial colacionar o que disse um dos constituintes (e membro do MP), Plínio de Arruda Sampaio, revelando que na época foi pressionado a introduzir essa novidade no Brasil e a ela reagiu:

---

<sup>552</sup> SANTOS, Mauro Cichowski dos Santos. *Defensoría Del Pueblo da República do Paraguai*; em: CALABRICH, Bruno (Org.). *Modelos de Ministérios Públicos e Defensorías del Pueblo*, v. 3. *Defensorías del Pueblo*. Brasília: ESMPU, 2014, p. 157-160.

<sup>553</sup> Informações disponíveis em <http://www.ombudsman.europa.eu/start.faces>, acesso em 05/08/2016.

<sup>554</sup> FARENA, Duciran Van Marsen. Op. Cit., p. 80.



O *Ombudsman* desse país é o Ministério Público. Tem um *ombudsman* em cada cidade. Então um *ombudsman* nacional não serve para nada. Não vai fazer coisa nenhuma; vai ser envolvido por dois ou três processos que interessam a algum grupo. Esse órgão não terá o *know-how* que o Ministério Público tem.<sup>555</sup>

Os membros do Ministério Público brasileiro, portanto, não podem esquecer jamais que um instrumento relevante na promoção dos direitos humanos, presente tanto no Norte Global como no Sul Global, deixou de ser instituído no Brasil, dentre outras razões, porque “o *Ombudsman* desse país é o Ministério Público” e “tem um em cada cidade”, fator que reforça o compromisso institucional que se deve ter em busca da dignidade humana real e concreta (e para além dela).

#### 4.1.2 MINISTÉRIO PÚBLICO EM UMA BREVE NARRATIVA NA HISTÓRIA DO BRASIL: POTENCIAL PARA IMPULSIONAR OU BARRAR DIREITOS HUMANOS

O Ministério Público brasileiro, nesse período contemporâneo, não integra nem um dos Poderes do Estado: não faz parte do Executivo, nem do Legislativo, tampouco do Judiciário. E é, nos termos da atual Constituição da República<sup>556</sup>, uma instituição permanente e essencial à justiça, “*incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis*” (artigo 127). O Ministério Público (MP), no Brasil, tem autonomia funcional e administrativa, bem como elabora a sua própria proposta orçamentária dentro de

<sup>555</sup> ARANTES, Rogério Bastos. Ministério Público e política no Brasil. São Paulo: Sumaré/FAPESP/IDESP/EDUC, 2002, p. 86 (o relato foi realizado em entrevista de Plínio de Arruda Sampaio, realizada ao autor da obra citada, em 07/07/1995). O fato é lembrado por FARENA, Duciran Van Marsen (Op. Cit., p. 78).

<sup>556</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05/10/1988 (em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm), acesso em 05/08/2016), em especial: “TÍTULO IV (...) CAPÍTULO IV (...) SEÇÃO I – DO MINISTÉRIO PÚBLICO; Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. § 1º São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. (...) Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; II - zelar pelo efetivo respeito aos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição; V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas (...).

limites legais (artigo 127 e parágrafos). E, como vimos, tem no âmbito de suas atribuições àquelas que, em diversas nações do Norte Global e do Sul Global, são desempenhadas por *Ombudsman*, *Defensor del Pueblo* e similares.

Nem sempre foi assim, porém.

É válido assinalar que no Brasil Colônia e no Brasil Império aqueles que integravam o Ministério Público (que sequer podia ser considerado uma instituição) eram meros agentes dos governantes e suas funções não eram valorizadas. É nessa época, porém, que surgem dois atos normativos elementares. Um, criando novas atribuições aos membros do MP, dentre as quais a de realizar visitas mensais às prisões e providenciar a soltura de presos que tivessem direito a ser postos em liberdade; outro, de extrema importância e significado, incumbiu o Ministério Público de atuar pelo registro dos filhos das mães de escravas, nascidos livres após a edição da chamada Lei do Ventre Livre, em 1871. Foram, nas palavras de Jorge Alberto Marum, “*dois prenúncios da vocação de defesa dos direitos humanos*” pelo Ministério Público, “que iria se consolidar no século seguinte”.<sup>557</sup>

O Ministério Público como instituição, no Brasil, começa a aparecer com a queda do Império e a Proclamação da República, em 1889. Ato normativo do ano seguinte (Decreto 848/1890) ressalta, na exposição de motivos, a importância do MP e a necessidade de se resguardar sua independência. A Constituição brasileira de 1891 se limitou a referir o Procurador-Geral da República (Chefe do MP) no título destinado ao Poder Judiciário. A Constituição de 1934 foi um avanço, criando a carreira do MP, prevendo impedimentos e garantias e o ingresso nos quadros por concurso público. Logo depois, porém, veio a Carta Ditatorial de 1937 e a situação regrediu. Com a redemocratização, em 1946, o Ministério Público volta a ter título próprio no texto constitucional, no capítulo do Poder Judiciário, recupera sua importância e seus membros passam a ter estabilidade e inamovibilidade. Vem então

---

<sup>557</sup> MARUM, Jorge Alberto Oliveira. Op. Cit., pp. 48-49. O autor, citando José Reinaldo de Lima Lopes, destaca um caso específico de um membro do Ministério Público, no Maranhão, que em 1874 denunciou um senhor que castigara imoderadamente uma escrava. O senhor defendeu-se alegando que a escrava não tinha legitimidade para prestar queixa, mas a defesa foi rejeitada pelo juiz e depois pelo Tribunal, assentando-se na legitimidade do MP para representar os escravos em juízo.

a Ditadura Militar e na Constituição de 1967 (e emenda constitucional de 1969) o MP regride de novo e é deslocado, inclusive, para o Poder Executivo.

O regime ditatorial, como enfatiza Hugo Nigro Mazilli, ampliou os poderes do Procurador-Geral da República (que podia ser nomeado e demitido livremente pelo Chefe do Executivo), por certo com o propósito de cooptar o Ministério Público e dele fazer *“um poderoso instrumento de repressão contra os que eram considerados inimigos do regime”*.<sup>558</sup> Deveras, uma emenda constitucional, em 1978, deu ao Procurador-Geral da República o poder de requerer *“a suspensão do exercício de mandato parlamentar”* em caso de crime *“contra a Segurança Nacional”* em processo que independeria de licença do Parlamento.<sup>559</sup>

Às voltas do retorno da democracia brasileira, na década de 1980, edita-se a Lei Complementar 40/81 que passa a dar uma regulamentação legal do Ministério Público em nível nacional. Naquele ano, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente conferiu legitimidade ao MP para atuar pela reparação de danos ambientais e, em 1985, a Lei de Ação Civil Pública estendeu essa missão para a defesa de direitos do consumidor, patrimônio histórico, turístico e paisagístico<sup>560</sup>. E, com a chamada Constituição Cidadã, em 1988, a instituição ministerial chega *“ao ápice dessa evolução”*, porquanto o texto constitucional amplia suas atribuições *“deixando claro ser o Ministério Público um órgão da soberania popular, um instrumento da sociedade para a realização dos fins a que ela se propõe”*<sup>561</sup>.

O breve histórico da instituição ministerial no Brasil evidencia o quanto o Ministério Público pode servir como agente impulsionador da emancipação humana (atuando pelo registro de filhos de mães escravas, por exemplo), como ser utilizado por regimes ditatoriais baseados na força e na violência (processando parlamentares por “crimes contra a segurança nacional”). Como toda instituição formada por seres

---

<sup>558</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. *O Ministério Público na Constituição de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1988, p. 17. A questão é lembrada por Jorge Alberto Oliveira Marum (Op. Cit., p. 52).

<sup>559</sup> Ao teor da redação dada ao § 5.º, do artigo 32, da Constituição vigente, pela Emenda Constitucional n.º 11/1978, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67EMC69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67EMC69.htm), acesso em 06/08/2016. A menção a esse fato consta na obra citada: MAZZILLI, Hugo Nigro. *O Ministério Público na Constituição de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1988, p. 18. O fato também é apontado por Jorge Marum (ibidem).

<sup>560</sup> MARUM, Jorge A. Oliveira. *Ministério Público e direitos humanos*. Campinas: Bookseller, 2005, pp. 52-54.

<sup>561</sup> Op. Cit., pp. 49-52.

humanos, o Ministério Público pode ser um aliado ou um obstáculo a mais na busca pela dignidade humana (e para além dela) a todos e todas. Ou seja, o MP tem potencial para impulsionar ou barrar a efetivação de direitos humanos.

## 4.2 O MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL E A SUA VOCAÇÃO INSTITUCIONAL PARA ATUAR EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

A volta do regime democrático ao Brasil, cuja expressão jurídica e política é o texto constitucional atual, fortaleceu sobremaneira o Ministério Público brasileiro que atualmente se divide, em termos organizacionais, em Ministério Público da União e Ministério Público dos Estados, inexistindo sua feição municipal<sup>562</sup>.

Os membros do Ministério Público brasileiro, para bem exercer suas funções, gozam de importantes garantias estabelecidas inclusive em nível constitucional (artigo 128 e parágrafos), dentre as quais: a) vitaliciedade (depois de dois anos de exercício do cargo não o perdem senão por sentença judicial definitiva, da qual não caiba mais qualquer recurso); b) inamovibilidade (não podem ser removidos do local onde trabalham, salvo por motivo de interesse público e por meio de decisão do órgão colegiado competente da própria instituição ministerial); e c) irredutibilidade de subsídio (os valores que recebem pelo trabalho, como “salário”, “remuneração” etc., não podem ser reduzidos, evitando-se com isso eventual pressão econômica para desestimular a permanência no Ministério Público).

---

<sup>562</sup> O Brasil é um Estado Federado. A Federação brasileira é composta pela União, por 26 Estados, pelo Distrito Federal e por mais de 5.500 municípios (Informações disponíveis em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/06/cresce-numero-de-municipios-no-brasil-em-2013>, acesso em 05/08/2016). O Ministério Público da União, presente em todas as capitais e em alguns municípios, compreende: Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. O Ministério Público nos Estados é órgão estadual respectivamente integrante de cada Unidade da Federação brasileira, isto é: Ministério Público Estadual no Acre, no Amapá, no Amazonas, no Pará, em Rondônia, em Roraima e no Tocantins (Região Norte); Ministério Público em Alagoas, na Bahia, no Ceará, no Maranhão, na Paraíba, em Pernambuco, no Piauí, no Rio Grande do Norte e em Sergipe (Região Nordeste); Ministério Público em Mato Grosso do Sul, em Mato Grosso e em Goiás (Região Centro-Oeste); Ministério Público no Espírito Santo, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em São Paulo (Região Sudeste); e, por fim, Ministério Público no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (Região Sul). Não existem Ministérios Públicos municipais, mas a imensa maioria dos municípios brasileiros têm uma unidade do MP estadual respectivo e, em algumas cidades, também de um ou mais ramos do Ministério Público da União. Cabe evidenciar que o Ministério Público do Distrito Federal (onde está a capital federal, Brasília) é um dos ramos do Ministério Público da União, embora suas atribuições sejam como as dos MP's estaduais.

O texto constitucional, ademais, também estabelece algumas vedações, cujo objetivo é o de assegurar total lisura ao desempenho das relevantes funções do Ministério Público brasileiro. Logo, seus integrantes não podem<sup>563</sup>: a) receber, seja pelo motivo que for, honorários, percentagens ou custas processuais (valores relacionados a atuação em processos judiciais ou extrajudiciais); b) exercer a advocacia; c) participar de sociedade comercial (salvo eventuais exceções por lei); d) exercer qualquer outra função pública (podendo, porém, desempenhar uma de magistério); e) exercer atividade político-partidária; e f) receber, por qualquer razão, auxílios ou contribuições (financeiras) de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas (com a ressalva de exceções que podem ser previstas em lei).

As próprias funções da instituição ministerial como um todo estão, de modo amplo, sedimentadas em sede constitucional (artigo 129)<sup>564</sup>, inclusive quanto à nomeação e mandato dos Procuradores-Gerais de cada Ministério Público<sup>565</sup>. É

---

<sup>563</sup> Os membros que ingressaram na carreira antes da Constituição atual (05/10/1988) não são alcançados por todas as vedações, podendo, por exemplo, inclusive exercer a advocacia, dentre outras excepcionalidades.

<sup>564</sup> O Ministério Público brasileiro, em matéria criminal, detém privativamente a titularidade da ação penal pública (é quem processa os acusados pela prática de infração penal nos casos – a imensa maioria – em que a relevância da situação requer ação pública; excepcionalmente é permitida ação penal privada). A atuação, em matéria de tutela coletiva (de relevantes interesses da sociedade), abrange medidas extrajudiciais ou judiciais em defesa do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, inclusive das minorias, como as populações indígenas e os remanescentes de quilombos. O Ministério Público também tem atribuição para ajuizar ações de inconstitucionalidade, representar para que a União intervenha nos Estados da Federação e ainda “*zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados*” na Constituição “*promovendo as medidas necessárias a sua garantia*”. E para poder cumprir sua fundamental missão constitucional, a bem da sociedade brasileira, presentes e futuras gerações, o Ministério Público está dotado de inúmeros e importantes poderes, como expedir notificações e requisitar informações e documentos (devendo as pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, atender ao requisitado, sob pena de responsabilização criminal). As funções do Ministério Público, seja em âmbito federal ou estadual, são exercidas somente por integrantes da carreira, cujo ingresso decorre exclusivamente por meio de concurso público. Os pretendentes devem ter a formação de bacharel em direito e, no mínimo, três anos de atividade jurídica. O regramento mais detalhado da instituição ministerial brasileira consta de Leis Complementares (reservadas a matérias geralmente de maior relevância, necessitando de maior *quórum* legislativo para aprovação). Logo, cada Ministério Público estadual está regulamentado por Lei Complementar estadual específica e, de modo geral, pela Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93). O Ministério Público da União, em relação a todos os seus ramos, possui Lei Complementar própria (Organização, Atribuições e Estatuto - Lei Complementar 75/93 – Estatuto do Ministério Público da União).

<sup>565</sup> O Ministério Público da União (MPU) tem como chefe o Procurador-Geral da República (PGR), o qual, nos termos da Constituição brasileira (artigo 128 e parágrafos), é nomeado dentre integrantes da carreira, devendo ter mais de trinta e cinco anos de idade. A nomeação é do Presidente da República e deve ser aprovada pela maioria absoluta do Senado Federal (Poder Legislativo federal formado por representantes dos Estados da Federação brasileira e do Distrito Federal). O mandato do Procurador-Geral da República é de dois anos, podendo, porém, nos mesmos moldes, ser renovado, em princípio, sem limitação temporal. O grau de importância e responsabilidade faz com que a destituição do PGR também só possa ser efetuada por iniciativa do Presidente da República e que deve ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal. O Ministério Público de cada Estado brasileiro tem como chefe o Procurador-Geral de Justiça (PGJ), o qual, nos termos da Constituição brasileira (artigo 128 e parágrafos), é nomeado a partir de uma lista de três nomes dentre integrantes da carreira (na forma da lei respectiva). A nomeação é do Chefe do Poder Executivo estadual (Governadores de Estado). O mandato dos Procuradores-Gerais de Justiça é de dois anos, podendo, porém, nos mesmos moldes, ser renovado, em princípio, sem limitação temporal. O grau de importância e responsabilidade faz com que a destituição do PGJ dependa de maioria absoluta do Poder Legislativo estadual.

imprescindível trazer à colação o fato de que a Constituição brasileira, ao conferir tamanhos poderes e responsabilidades ao Ministério Público, inclusive àqueles de natureza de *Ombudsman* e *Defensor del Pueblo* (cujos contornos são definidos na legislação, tanto no que se refere ao Ministério Público da União<sup>566</sup> quanto aos Ministérios Públicos dos Estados<sup>567</sup>) também lhe concedeu sólidos princípios institucionais: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

---

<sup>566</sup> As funções do Ministério Público da União estão pormenorizadamente descritas em sua Lei Complementar própria (Organização, Atribuições e Estatuto - Lei Complementar 75/93). São elas, dentre outras: I - a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os seguintes fundamentos e princípios: a) a soberania e a representatividade popular; b) os direitos políticos; c) os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil; d) a indissolubilidade da União; e) a independência e a harmonia dos Poderes da União; f) a autonomia dos Estados, do Distrito Federal e Municípios; g) as vedações impostas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; h) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União; II - zelar pela observância dos princípios constitucionais no que se refere ao seguinte: a) ao sistema tributário, às limitações do poder de tributar, à repartição do poder impositivo e das receitas tributárias e aos direitos do contribuinte; b) às finanças públicas; c) à atividade econômica, à política urbana, agrícola, fundiária e de reforma agrária e ao sistema financeiro nacional; d) à seguridade social, à educação, à cultura e ao desporto, à ciência e à tecnologia, à comunicação social e ao meio ambiente; e) à segurança pública; III - a defesa dos seguintes bens e interesses: a) o patrimônio nacional; b) o patrimônio público e social; c) o patrimônio cultural brasileiro; d) o meio ambiente; e) os direitos e interesses coletivos, especialmente das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e também do idoso; IV - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União, dos serviços de relevância pública e dos meios de comunicação social aos princípios, garantias, condições, direitos, deveres e vedações previstos na Constituição Federal e na lei, relativos à comunicação social; V - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto: a) aos direitos assegurados na Constituição Federal relativos às ações e aos serviços de saúde e à educação; b) aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade. O MPU, rememore-se, compreende quatro ramos distintos: a) o Ministério Público Federal (MPF), cujos membros exercem suas funções, judicial e extrajudicialmente, nas questões de interesse federal que não sejam afetas aos demais ramos do MPU (Chefe: Procurador-Geral da República). Os seus integrantes, na carreira, são: Procuradores da República (primeiro grau – Justiça Federal de primeira instância<sup>566</sup>); Procuradores Regionais da República (segundo grau – Tribunais Regionais Federais); Subprocuradores-Gerais da República (Tribunais Superiores, diretamente ou por delegação do PGR). *Observação quanto às funções eleitorais*: são os membros do Ministério Público Federal que atuam perante a Justiça Eleitoral. No entanto, por absoluta impossibilidade prática (número insuficiente, no território nacional, de Procuradores da República), isso ocorre somente em relação aos Tribunais Regionais Eleitorais e ao Tribunal Superior Eleitoral. A atuação nos Juízos Eleitorais de primeira instância está a cargo de integrantes do Ministério Público dos Estados; b) o Ministério Público do Trabalho (MPT), cujos membros exercem suas funções em relação às matérias que envolvem relação trabalhista, destacando-se atividades desenvolvidas quanto à “*promoção da igualdade*”, “*trabalho infantil*”, “*trabalho escravo*”, “*meio ambiente do trabalho*”, “*administração pública*”, “*trabalho portuário e aquaviário*”, “*liberdade sindical*”, entre outras. Atuam, pois, no âmbito da Justiça do Trabalho (Chefe: Procurador-Geral do Trabalho). Os seus integrantes, na carreira, são: Procuradores do Trabalho e Procuradores Regionais do Trabalho (segundo grau – Tribunais Regionais do Trabalho); Subprocuradores-Gerais do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho); c) o Ministério Público Militar (MPM), cujos membros exercem suas funções em relação às temáticas de competência da Justiça Militar federal, envolvendo, pois, as Forças Armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica, e de forma predominante em relação a infrações penais (Chefe: Procurador-Geral da Justiça Militar). Os seus integrantes, na carreira, são: Promotores da Justiça Militar e Procuradores da Justiça Militar (nas Auditorias Militares); Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar (no Superior Tribunal Militar); d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), cujos membros exercem suas funções em relação às temáticas de competência do Tribunal de Justiça e dos Juízes do Distrito Federal e Territórios, lembrando-se que suas atribuições são similares àquelas desempenhas pelos integrantes dos Ministérios Públicos estaduais (Chefe: Procurador-Geral de Justiça). Os seus integrantes, na carreira, são: Promotores de Justiça e Promotores de Justiça Adjuntos (Justiça do Distrito Federal e Territórios); Procuradores de Justiça (Tribunal de Justiça do Distrito Federal). O Brasil, atualmente, não possui territórios e, portanto, os membros do MPDFT atuam só no DF.

<sup>567</sup> As funções do Ministério Público dos Estados, além do que consta em Leis Complementares estaduais específicas, estão detalhadamente expressadas na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93). São elas, dentre outras<sup>567</sup>: I - propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, em face à Constituição Estadual; II - promover a representação de inconstitucionalidade para efeito de intervenção do Estado nos Municípios; III - promover, privativamente, a ação penal pública; IV - promover o

O Ministério Público é uno e indivisível, e isso, no Brasil, significa que o MP é um só órgão, possuindo um único chefe, cabendo ressaltar que essa situação ocorre, em verdade, em cada um dos ramos da instituição ministerial: o chefe do Ministério Público da União é o Procurador-Geral da República, enquanto cada Ministério Público estadual tem como chefe o respectivo Procurador-Geral de Justiça (unidade). Os membros do Ministério Público, nas causas em que atuam, podem substituir uns aos outros (conforme regimentos específicos), pois não atuam por si, mas pela instituição que compõem (indivisibilidade). E, por fim, o mais importante deles, a independência funcional (ausência de hierarquia), garante a cada integrante do MP exercer suas funções de modo tão independente que estão sujeitos apenas à Constituição, às leis e à própria consciência<sup>568</sup>. Dessa forma, cumprindo seu dever, o membro do Ministério Público não tem de obedecer a eventuais ordens nem dos Procuradores-Gerais, nem do próprio Presidente da República. A esse respeito, a Constituição brasileira chegou a definir como “*crime de responsabilidade*” qualquer ato do Chefe da Nação que atente contra “*o livre exercício*” do Ministério Público<sup>569</sup>.

---

inquérito civil e a ação civil pública: a) para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos; b) para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou de Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem; V - manifestar-se nos processos em que sua presença seja obrigatória por lei e, ainda, sempre que cabível a intervenção, para assegurar o exercício de suas funções institucionais, não importando a fase ou grau de jurisdição em que se encontrem os processos respectivos; VI - exercer a fiscalização dos estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, menores, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência; VII - deliberar sobre a participação em organismos estatais de defesa do meio ambiente, neste compreendido o do trabalho, do consumidor, de política penal e penitenciária e outros afetos à sua área de atuação; VIII - ingressar em juízo, de ofício, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados por tribunais e conselhos de contas; IX - exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito: a) pelos poderes estaduais ou municipais; b) pelos órgãos da Administração Pública Estadual ou Municipal, direta ou indireta; c) pelos concessionários e permissionários de serviço público estadual ou municipal; d) por entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública. O Ministério Público estadual, vale reprimir, está presente em cada Estado da Federação brasileira, de Norte a Sul. Os seus membros exercem as funções, judicial e extrajudicialmente, nas questões de interesse local - estadual e/ou municipal (Chefe: Procurador-Geral de Justiça). Os seus integrantes, na carreira, são: Promotores de Justiça (primeiro grau – Justiça Estadual de primeira instância); Procuradores de Justiça (segundo grau – Tribunais de Justiça dos Estados). A propósito, como enfatizado em momento precedente, não existe Ministério Público municipal no Brasil. Todos os Ministérios Públicos, portanto, cumprem papel fundamental para que a relevante missão institucional, estabelecida na Constituição brasileira, seja efetivamente cumprida. A distinção está, basicamente, na presença de interesse federal (MP da União) ou local/estadual/municipal (MP dos Estados), ressaltando-se a atribuição especializada do MPT (temática trabalhista) e do MPM (temática militar federal) e a singularidade do MPDFT (temática local no âmbito do DF).

<sup>568</sup> ARANTES, Rogério B. Ministério Público na fronteira entre a Justiça e a Política. Revista *Justitia*. São Paulo, jul./dez., 2007, p. 329. A expressão, segundo o autor, é de Darcy Passos (Ministério Público na Constituinte. Brasília. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1985).

<sup>569</sup> Constituição da República Federativa do Brasil: artigo 85, II: Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: (...) II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do *Ministério Público* e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm), ac: 05/08/2016).

Cabe esclarecer que a chefia do Ministério Público dirige as questões de ordem administrativa e organizacional (atividade-meio). O que está relacionado às funções propriamente ditas, exercidas pelos membros da instituição ministerial (atividade-fim), no entanto, não estão sujeitas a qualquer espécie de hierarquia.

É importante frisar a existência, no Brasil, do Conselho Nacional do Ministério Público, o CNMP. Trata-se de órgão colegiado, previsto constitucionalmente (não de modo originário, mais por meio de emenda constitucional)<sup>570</sup>. O CNMP existe para exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público brasileiro, bem como para garantir o cumprimento dos deveres funcionais de seus membros. De modo compatível com o texto constitucional, e para evitar qualquer interpretação equivocada, o próprio Conselho Nacional do Ministério Público, máxime em respeito ao princípio da independência funcional, sedimentou, em enunciado específico (Enunciado 06, de 28/04/2009), que não lhe cabe interferir na atividade-fim dos membros da instituição ministerial, a saber:

*Os atos relativos à atividade fim do Ministério Público são insuscetíveis de revisão ou desconstituição pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Os atos praticados em sede de inquérito civil público, procedimento preparatório ou procedimento administrativo investigatório dizem respeito à atividade finalística, não podendo ser revistos ou desconstituídos pelo Conselho Nacional do Ministério Público, pois, embora possuam natureza administrativa, não se confundem com aqueles referidos no art. 130-A, §2º, inciso II, CF, os quais se referem à gestão administrativa e financeira da Instituição<sup>571</sup> (Os grifos não constam na versão original).*

A independência funcional representa o fundamento mais sólido e relevante do Ministério Público brasileiro. O dizer de Emerson Garcia vem à tona:

A Constituição de 1988 (brasileira), caminhando no mesmo norte de diversos países democráticos, buscou circundar o Ministério Público

---

<sup>570</sup> Os integrantes do CNMP são nomeados (para mandato de dois anos) pelo Presidente da República depois de aprovados pela maioria absoluta do Senado Federal (Poder Legislativo federal formado por representantes dos Estados da Federação brasileira e do Distrito Federal). São eles: a) o Procurador-Geral da República (que preside o CNMP); b) quatro membros do Ministério Público da União, um de cada ramo (Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios); c) três membros do Ministério Público dos Estados; d) dois juízes, um indicado pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça; e) dois advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; f) dois cidadãos com conhecimento jurídico, um indicado pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

<sup>571</sup> Informações disponíveis em: [http://www.cnmp.mp.br/portal\\_2015/images/stories/Normas/Enunciados/enunciado6.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/images/stories/Normas/Enunciados/enunciado6.pdf), acesso em 05/08/2016.



de diversas garantias e prerrogativas, todas imprescindíveis ao exercício independente de suas relevantes funções, *possibilitando uma proteção adequada contra as retaliações que seus membros certamente sofreriam sempre que contrariassem os detentores do poder, político ou econômico, ou mesmo aqueles adeptos ao tráfico de influências*<sup>572</sup> (Os grifos não constam no original).

A respeito da temática, Hugo Nigro Mazzili assinala que quando das discussões prévias à promulgação da atual Constituição brasileira, durante o processo constituinte, *“foi recusada a tentativa de alguns setores do governo”*<sup>573</sup> ao defenderem que em vez de *“independência funcional”* deveria constar a *“hierarquia”* como princípio institucional do Ministério Público. O princípio da independência funcional, vale remarcar, permite que os membros do MP brasileiro atuem com obediência somente à Constituição, às leis (ou melhor, à interpretação que fazem delas) e à própria consciência, o que, na expressão de Rogério Arantes torna o MP um *“agente político da lei”* que atua *“com a independência típica dos órgãos judiciais inertes e neutros, porém destinado à ação política de defesa de interesses da sociedade, num quadro em que a lei, como o céu, é o limite”*<sup>574</sup>.

É, pois, dessa ação política (e jurídica) em defesa dos interesses da sociedade que se revela a vocação do atual Ministério Público brasileiro para atuar em prol dos direitos humanos. Afinal, para chegar ao texto constitucional que se chegou, o Ministério Público levou ao Congresso Nacional Constituinte propostas decorrentes de amplo debate entre seus membros, inclusive com questionários respondidos por quase mil de seus integrantes à época. De fato, a busca *“pela independência frente aos demais poderes”* foi o maior anseio do Ministério Público justamente para assegurar o seu papel de defensor dos direitos da sociedade<sup>575</sup>, na qual os direitos humanos, evidentemente, representam sua expressão máxima, uma vez que a dignidade humana figura como eixo reitor da Constituição da República e, por consequência, do próprio ordenamento jurídico brasileiro<sup>576</sup>.

---

<sup>572</sup> GARCIA, Emerson. Op. Cit., p. 58.

<sup>573</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. *Ministério Público*. São Paulo: Damásio de Jesus, 2005, p. 38.

<sup>574</sup> ARANTES, Rogério Bastos. *Ministério Público e política no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré: Fapesp, 2002, p. 80.

<sup>575</sup> Op. Cit., pp. 76-95.

<sup>576</sup> SARMENTO, Daniel. *Livres e Iguais: Estudos de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006, p. 68.

#### 4.2.1. DIREITOS HUMANOS COMO TEMÁTICA ESPECÍFICA DE ATUAÇÃO

O Ministério Público no Brasil, seja da União, seja dos Estados, tem, pois, como uma de suas mais significativas atribuições a de promover a defesa de direitos humanos e assim cumprir esse seu tão almejado papel de “*defensor dos direitos da sociedade*”. O Ministério Público brasileiro, tanto no âmbito judicial como no extrajudicial, age de Norte a Sul em defesa dos cidadãos e das cidadãs para que sejam concretizados direitos essenciais como alimentação adequada, saúde, educação e moradia, dentre outros, inclusive para aqueles que merecem especial atenção como crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos.

Com o objetivo de atender aos anseios da sociedade em termos de efetivação de direitos humanos e fundamentais, importante selar, há setores especializados na temática nos Ministérios Públicos estaduais de todos os Estados da Federação brasileira: Região Norte (Acre<sup>577</sup>, Amapá<sup>578</sup>, Amazonas<sup>579</sup>, Pará<sup>580</sup>, Rondônia<sup>581</sup>, Roraima<sup>582</sup> e Tocantins<sup>583</sup>); Região Nordeste (Alagoas<sup>584</sup>, Bahia<sup>585</sup>, Ceará<sup>586</sup>,

---

<sup>577</sup> O Ministério Público no Acre, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “defesa da cidadania”, “defesa da saúde”, “defesa da infância e juventude” e “defesa dos direitos humanos”, além de Centros de Apoio Operacional (informações em <http://www.mpac.mp.br/menu-principal/promotorias/promotorias-da-capital/>, acesso em 11/08/2016).

<sup>578</sup> O Ministério Público no Amapá, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “defesa dos direitos constitucionais”, “infância”, “defesa da mulher”, “defesa da educação” e “defesa da saúde pública” além de Centros de Apoio Operacional (informações disponíveis em <http://mpap.mp.br/>, acesso em 11/08/2016).

<sup>579</sup> O Ministério Público no Amazonas, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “cidadania” e “infância e juventude”, além de Centros de Apoio Operacional (em <http://www.mpam.mp.br/cidadao-novo/cidadao-caopdc>, acesso em 11/08/2016).

<sup>580</sup> O Ministério Público no Pará, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “defesa dos deficientes e idosos”, “infância e juventude” e “violência doméstica e familiar contra a mulher” (Defesa Comunitária e Cidadania) além de Centros de Apoio Operacional (em <http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.interna&id=15&class=M>, acesso: 11/08/2016).

<sup>581</sup> O Ministério Público em Rondônia, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “cidadania”, “infância e juventude”, “educação” e “saúde” além de Centros de Apoio Operacional (em <http://www.mpro.mp.br/#>, acesso em 11/08/2016).

<sup>582</sup> O Ministério Público em Roraima, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “deficiente, idoso e educação”, “cidadania”, “infância e juventude” e “saúde” além de Centros de Apoio Operacional (<https://www.mprrr.mp.br/>, acesso em 11/08/2016).

<sup>583</sup> O Ministério Público em Tocantins, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “cidadania” e “infância e juventude”, além de Centros de Apoio Operacional (informações em: <https://www.mpto.mp.br/web/portal/paginas/2013/01/14/793547-apresentacao#page>, acesso em 11/08/2016).

<sup>584</sup> O Ministério Público em Alagoas, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “direitos humanos”, “infância e juventude”, “mulher”, “saúde” e “idoso”, além de Centros de Apoio Operacional (em: <http://www.mp.al.mp.br/>, acesso em 11/08/2016).

<sup>585</sup> O Ministério Público na Bahia, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “direitos humanos”, “criança e adolescente”, “educação” e “saúde”, além de Centros de Apoio Operacional (em: <http://www.mp.ba.gov.br/>, acesso em 11/08/2016).

<sup>586</sup> O Ministério Público no Ceará, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “defesa da cidadania”, “defesa do idoso e da pessoa com deficiência”,

Maranhão<sup>587</sup>, Paraíba<sup>588</sup>, Pernambuco<sup>589</sup>, Piauí<sup>590</sup>, Rio Grande do Norte<sup>591</sup> e Sergipe<sup>592</sup>); Região Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul<sup>593</sup>, Mato Grosso<sup>594</sup> e Goiás<sup>595</sup>; e Distrito Federal<sup>596</sup>); Região Sudeste (Espírito Santo<sup>597</sup>, Minas Gerais<sup>598</sup>,

---

“defesa da saúde”, “infância e juventude” além de Centros de Apoio Operacional (informações em: <http://www.mpce.mp.br/institucional/centros-de-apoio-operacionais/>, acesso em 11/08/2016).

<sup>587</sup> O Ministério Público no Maranhão, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “defesa dos direitos humanos”, “defesa da educação” “defesa do idoso”, “defesa da pessoa com deficiência”, “defesa da saúde”, “defesa da mulher”, “infância e juventude”, “conflitos agrários” e “defesa da criança e adolescente” além de Centros de Apoio Operacional (informações em: <http://www.mpma.mp.br/index.php/procuradores-e-promotores-2>, acesso em 11/08/2016).

<sup>588</sup> O Ministério Público na Paraíba, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “defesa da criança e adolescente”, “defesa da cidadania e dos direitos fundamentais”, “defesa da educação”, “defesa da saúde”, “defesa da mulher” e “tutela coletiva do sistema prisional e direitos humanos”, além de Centros de Apoio Operacional (informações disponíveis em: <http://www.mppb.mp.br/index.php/conheca-o-mppb/promotorias>, acesso em 11/08/2016).

<sup>589</sup> O Ministério Público em Pernambuco, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “defesa da cidadania”, “defesa da infância e juventude” e “defesa da saúde” além de Centros de Apoio Operacional (informações disponíveis em: <http://www.mppe.mp.br/mppe/index.php/institucional/caops>, acesso em 11/08/2016).

<sup>590</sup> O Ministério Público no Piauí, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “defesa da cidadania”, “infância e juventude” e “defesa da mulher vítima de violência doméstica e familiar” além de Centros de Apoio Operacional (informações disponíveis em: <http://www.mppi.mp.br/internet/>, acesso em 11/08/2016).

<sup>591</sup> O Ministério Público no Rio Grande do Norte, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “educação”, “infância e juventude”, “idoso”, “pessoas com deficiência” e “saúde” além de Centros de Apoio Operacional (informações disponíveis em: <http://www.mprn.mp.br/portal/>, acesso em 11/08/2016).

<sup>592</sup> O Ministério Público em Sergipe, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “defesa dos direitos à saúde”, “defesa do acidentado do trabalho, idoso, pessoa com deficiência e dos direitos humanos em geral”, “defesa dos direitos à educação” e “defesa dos direitos da criança e adolescente” além de Centros de Apoio Operacional (informações disponíveis em: <http://www.mpse.mp.br/EnderecoCapital.aspx>, acesso em 11/08/2016).

<sup>593</sup> O Ministério Público em Mato Grosso do Sul, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “direitos humanos”, “infância e juventude”, “saúde” e “idoso”, além de Centros de Apoio Operacional (informações disponíveis em: <http://www.mpms.mp.br/promotorias/campo-grande>, acesso em 11/08/2016).

<sup>594</sup> O Ministério Público em Mato Grosso, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “defesa da cidadania e do consumidor”, “violência contra a mulher” e “defesa da criança e do adolescente”, além de Centros de Apoio Operacional (informações disponíveis em: <https://www.mpmg.mp.br/promotor.php>, acesso em 11/08/2016).

<sup>595</sup> O Ministério Público em Goiás, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “infância e juventude”, “investigação de paternidade”, “comunitária”, “violência doméstica e contra a mulher”, “cidadão”, “saúde do trabalhador” e “saúde” além de Centros de Apoio Operacional (informações em: <http://www.mpggo.mp.br/portal/>, acesso em 11/08/2016).

<sup>596</sup> O Ministério Público no Distrito Federal, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “defesa da educação”, “defesa da filiação”, “pessoa com deficiência”, “pessoa idosa”, “defesa da infância e da juventude” e “defesa da saúde” (em: <http://www.mpdf.mp.br/portal/index.php/promotorias-de-justica-menulateral>, acesso em 11/08/2016). É válido lembrar que o Ministério Público do Distrito Federal, embora suas atribuições sejam como as dos MP's estaduais, é um dos ramos do Ministério Público da União (MPU).

<sup>597</sup> O Ministério Público no Espírito Santo, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “infância e juventude”, “defesa da mulher”, “cidadania”, “defesa comunitária”, “saúde” e “educação” além de Centros de Apoio Operacional (informações disponíveis em: <http://mapas.mpes.mp.br/acesso>, em 11/08/2016).

<sup>598</sup> O Ministério Público em Minas Gerais, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “direitos humanos”, “crianças e adolescentes”, “educação”, “saúde”, “idosos”, “conflitos agrários”, “inclusão e mobilização sociais”, “pessoas com deficiência” e “violência doméstica contra a mulher” além de Centros de Apoio Operacional (informações disponíveis em: <https://www.mpmg.mp.br/areas-de-atuacao/defesa-do-cidadao/>, em 11/08/2016).

Rio de Janeiro<sup>599</sup> e São Paulo<sup>600</sup>); e Região Sul (Paraná<sup>601</sup>, Santa Catarina<sup>602</sup> e Rio Grande do Sul<sup>603</sup>). A especialização, vale assinalar, é maior ou menor a depender da estrutura de cada Ministério Público estadual, sendo que nas capitais, por existirem mais integrantes (Promotores e Promotoras de Justiça) há, em regra, uma maior quantidade de especialistas, notadamente na área de direitos humanos.

A permanente atuação a bem dos direitos humanos, imperioso selar, também é uma realidade da instituição ministerial no âmbito federal.

O Ministério Público Federal, cujos membros - Procuradores e Procuradoras da República - estão presentes em todos os Estados da Federação brasileira e em centenas de municípios, tem, em seu quadro organizacional, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (e da cidadã), localizada na capital federal (Brasília-DF) e uma Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (e da Cidadã) em cada um dos vinte e seis Estados e no Distrito Federal. Os municípios, no interior e no litoral, que possuem sede de Procuradoria da República, tem Procuradores/as do Cidadão/ã<sup>604</sup>.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (e da Cidadã)<sup>605</sup>, em seu papel de coordenar a atuação do Ministério Público Federal em todo o Brasil na área de direitos humanos e da cidadania, possui Grupos de Trabalho especializados e

---

<sup>599</sup> O Ministério Público no Rio de Janeiro, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “direitos humanos”, “infância e juventude”, “educação”, “saúde”, “idoso e pessoa com deficiência” e “violência doméstica” além de Centros de Apoio Operacional (informações disponíveis em: <http://www.mprj.mp.br/areas-de-atuacao>, acesso em 11/08/2016).

<sup>600</sup> O Ministério Público em São Paulo, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “direitos humanos”, “infância e juventude”, “educação”, “saúde pública” e “idoso” além de Centros de Apoio Operacional (as informações estão disponíveis em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/home/home\\_interna](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/home/home_interna), acesso em 11/08/2016).

<sup>601</sup> O Ministério Público no Paraná, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “educação”, “criança e adolescente”, “defesa dos direitos do idoso”, “defesa dos direitos das pessoas com deficiência”, “saúde pública”, “direitos constitucionais” além de Centros de Apoio Operacional (em: <http://www2.mppr.mp.br/sis/ext/cgi-bin/dfrun2.cgi>, acesso em 11/08/2016).

<sup>602</sup> O Ministério Público em Santa Catarina, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “infância e juventude”, “idosos e pessoas com deficiência”, “violência contra a mulher”, “saúde”, além de Centros de Apoio Operacional (em: <https://www.mpsc.mp.br/atendimento-ao-cidadao/encontre-uma-promotoria-de-justica>, acesso em 11/08/2016).

<sup>603</sup> O Ministério Público no Rio Grande do Sul, na temática de direitos humanos e fundamentais, tem em sua organização, dentre outras, áreas especializadas em “defesa dos direitos humanos”, “infância e juventude”, “habitação e defesa da ordem urbanística”, além de Centros de Apoio Operacional (informações em: [http://www.mprs.mp.br/promotorias/porto\\_alegre](http://www.mprs.mp.br/promotorias/porto_alegre), acesso em 11/08/2016).

<sup>604</sup> As informações sobre o Ministério Público Federal, unidade por unidade em todo o Brasil, podem ser visualizadas a partir do sítio eletrônico da Procuradoria-Geral da República: <http://www.mpf.mp.br/unidades>, acesso em 11/08/2016.

<sup>605</sup> Informações em <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/#&panel1-2&panel2-8&panel3-10>, acesso em 11/08/2016.

também Relatorias Temáticas. São tratados, atualmente, os seguintes temas<sup>606</sup>: Direito Humano à Alimentação Adequada; Direitos das Mulheres; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Assistência Social e Previdência Social; Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes e Saúde Mental (Relatorias Temáticas); e, também, Comunicação Social; Direito à Memória e à Verdade; Direitos Humanos e Empresas; Educação; Inclusão para Pessoas com Deficiência; Prevenção e Combate à Tortura; Reforma Agrária; Saúde (Grupos de Trabalho).

O Ministério Público brasileiro (federal e estadual), portanto, tem atuado em prol dos direitos humanos sob as mais variadas temáticas. E se a atual Constituição da República foi um marco para o fortalecimento institucional, a criação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) tem se mostrado essencial, dentre outros aspectos, para tornar mais visível para a sociedade o atuar do MP, sobretudo no que se refere aos desafios pela efetivação de direitos humanos, como veremos.

#### 4.2.2 DIREITOS HUMANOS e CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, foi criado mediante emenda constitucional, há pouco mais de uma década, e tem como função principal o aprimoramento do Ministério Público brasileiro. O CNMP, para bem cumprir seu papel, se diz *“pautado pelo controle e pela transparência administrativa do MP e de seus membros”* e com atuação *“aberta ao cidadão e às entidades brasileiras”*<sup>607</sup>.

<sup>606</sup> Informações em <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/institucional/grupos-de-trabalho/gts/>, acesso em 11/08/2016.

<sup>607</sup> O CNMP foi criado em 30 de dezembro de 2014, pela Emenda Constitucional n.º 45. É sediado em Brasília-DF e formado por 14 membros para um mandato de dois anos e admitida uma recondução, nos termos do artigo 130-A, da Constituição da República. “O CNMP tem como objetivo imprimir uma visão nacional ao MP. Ao Conselho cabe orientar e fiscalizar todos os ramos do MP brasileiro: o Ministério Público da União (MPU), que é composto pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Militar (MPM), Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); e o Ministério Público dos Estados (MPE). Presidido pelo procurador-geral da República, o Conselho é composto por quatro integrantes do MPU, três membros do MPE, dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça, dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal. Antes da posse no CNMP, os nomes apresentados são apreciados pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), do Senado Federal, depois vão ao Plenário do Senado e seguem para a sanção do presidente da República. Pautado pelo controle e pela transparência administrativa do MP e de seus membros, o CNMP é uma entidade aberta ao cidadão e às entidades brasileiras, que podem encaminhar reclamações contra membros ou órgãos do MP, inclusive contra seus serviços auxiliares”. Informações disponíveis em [http://www.cnmp.mp.br/portal\\_2015/institucional/o-cnmp/apresentacao](http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/institucional/o-cnmp/apresentacao), acesso em 11/08/2016).

O CNMP, mediante processo de ampla discussão com representantes de todos os ramos ministeriais, elaborou, pela primeira vez na história do Brasil, um planejamento estratégico do Ministério Público brasileiro. O mapa estratégico (2011-2015) que resume, para melhor compreensão, os elementos essenciais do que se pretende, sela que o MP brasileiro almeja dar um retorno institucional à sociedade que assegure a *“defesa dos direitos fundamentais”, “transformação social”, “indução de políticas públicas” e “diminuição da criminalidade e da corrupção”*. No que se refere aos direitos humanos, o MP brasileiro quer *“assegurar o respeito aos direitos da criança e do adolescente, do idoso e da pessoa com deficiência”; “promover a igualdade, a inclusão social e assegurar o respeito às comunidades tradicionais”, “assegurar o direito à educação, à saúde e ao trabalho digno”; e “zelar pela defesa e proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável”*<sup>608</sup>.

Cabe destacar que o CNMP também atua mediante Comissões (Permanentes ou Temporárias) para estudo de temas e atividades específicas. Dentre as Comissões Permanentes está a “Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais” e em seu âmbito, destacam-se as seguintes ações: a) *“Criação da Política de Atuação Resolutiva do Ministério Público, com o objetivo de priorizar os casos mais graves e de maior impacto social e encontrar soluções sistêmicas e mais efetivas para os problemas trazidos à apreciação do MP”*; b) *“Encontros Ministério Público e Movimentos Sociais, com o objetivo de fomentar o debate sobre a efetivação dos direitos fundamentais e intensificar a interação entre o Ministério Público e os Movimentos Sociais”*; c) *“Projeto ‘João Cidadão’, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da cultura de direitos humanos no Brasil e aproximar o MP da sociedade, por meio da divulgação de conteúdo formativo e informativo sobre os direitos de todos os cidadãos”*; e d) *“Salas da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais no Congresso de Gestão do Ministério Público, com o objetivo de promover discussões transversais e interdisciplinares sobre as tendências em Direitos Fundamentais (2015:Sala Promoção da Igualdade e Defesa dos Grupos Vulneráveis; 2016:Sala Educação e Sala Saúde de Qualidade p/ Todas e Todos)”*<sup>609</sup>.

<sup>608</sup> Informações em: [http://www.cnmp.mp.br/portal\\_2015/planejamento-estrategico/464-apresentacao/259-documentos-do-acao-nacional](http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/planejamento-estrategico/464-apresentacao/259-documentos-do-acao-nacional), acesso em 11/08/2016.

<sup>609</sup> Informações, inclusive detalhadas, em [http://www.cnmp.mp.br/portal\\_2015/institucional/comissoes/comissao-de-defesa-dos-direitos-fundamentais/acoes/acoes-realizadas](http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/institucional/comissoes/comissao-de-defesa-dos-direitos-fundamentais/acoes/acoes-realizadas), acesso em 11/08/2016.

O CNMP, essencial enfatizar, defende que o atuar do Ministério Público brasileiro (para concretizar o retorno institucional que há de ser proporcionado à sociedade) se baseie em diretrizes, das quais a primeira é o “*princípio da paz*” e a segunda é o “*princípio ético*”. E vai além: “uma ética do respeito à diferença, ao ser humano, à natureza, à vida em todas as suas formas”. E sentencia: “essa prática ética – portanto, universalizável – somente pode ocorrer, para a obtenção de paz, pelo *diálogo*, e não por intermédio dos meios formais, rígidos, adversariais, processuais”. Tudo isso está no “Manual de Negociação e Mediação para Membros do Ministério Público”<sup>610</sup>, uma das publicações do CNMP mais acessadas<sup>611</sup>.

Com o objetivo de dar visibilidade a programas e projetos do Ministério Público brasileiro, notadamente como “*resultado de uma atuação proativa, efetiva e resolutiva*” e de modo a “*contribuir para as conquistas da sociedade brasileira*” foi instituído o “Prêmio CNMP”<sup>612</sup>. A edição de 2015 retrata, por meio de atuações premiadas, o quanto o MP brasileiro, de Norte a Sul, vem exercendo sua vocação em defesa dos direitos humanos e pela concretização deles.

Com efeito, na categoria “defesa dos direitos fundamentais” foram vencedoras as iniciativas “*Desmatamento Zero*”<sup>613</sup> (MP de Minas Gerais – 1.º lugar = Região Sudeste), “*Ficai on-line*”<sup>614</sup> (MP do Rio Grande do Sul – 2.º lugar = Região Sul) e

---

<sup>610</sup> Conselho Nacional do Ministério Público. Manual de negociação e mediação para membros do Ministério Público. 2ª ed. Brasília: CNMP, 2015, pp. 18-19 e 22.

<sup>611</sup> A informação consta da página eletrônica oficial do CNMP que inclusive disponibiliza, de forma aberta a todos, o referido Manual de negociação e mediação para membros do Ministério Público em versão digital: [http://www.cnmp.mp.br/portal\\_2015/publicacoes](http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/publicacoes), acesso em 23/09/2016.

<sup>612</sup> Informações disponíveis em <http://www.cnmp.mp.br/premio/#>, acesso em 12/08/2016.

<sup>613</sup> O projeto Desmatamento Zero foi desenvolvido pelo MPMG com o principal objetivo de identificação e atuação nos casos mais críticos, no estado, de degradação do bioma Mata Atlântica, considerado patrimônio nacional, nos termos do art. 225, §4º, da Constituição Federal de 1988, tendo como escopo simultâneo, a regularização e a preservação dessas áreas, bem como a alteração da política de autorização indiscriminada de supressão vegetal e da não fiscalização de atividades irregulares, por parte do Poder Público estadual, de forma a retirar Minas Gerais da posição de campeão do desmatamento do bioma. **Resultados.** Após o intenso trabalho realizado, atingiu-se a almejada redução do desmatamento, vindo MG a deixar sua posição de detentor do maior índice de supressão de Mata Atlântica, em 2015, conforme divulgação do atlas da Fundação SOS Mata Atlântica, em relação aos dados divulgados dos anos anteriores. Informações em [http://www.cnmp.mp.br/portal\\_2015/images/Publicacoes/PREMIO\\_2015\\_Cartilha\\_FINAL\\_3.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/images/Publicacoes/PREMIO_2015_Cartilha_FINAL_3.pdf), acesso em 12/08/2016.

<sup>614</sup> A Ficai (Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente) trata-se de Instrumento Interinstitucional de verificação e acompanhamento da infrequência escolar de crianças e adolescentes, da rede estadual e municipal de ensino. A ficha foi instituída em 1997, preenchida em papel. Em 29/8/2011, os termos da Ficai foram revisados e, em 14/8/2012, a ficha foi informatizada. A Ficai on-line permite conhecer, em tempo real, a série, os motivos e a idade de maior infrequência dos alunos da rede estadual e municipal de ensino do estado do Rio Grande do Sul, prevendo uma repartição de atribuições entre a escola, o Conselho Tutelar e o Ministério Público, atuando de forma sucessiva e articulada, com rede de apoio à escola, combinando esforços para a permanência do aluno, evitando sua exclusão do direito à educação. **Resultados.** De 1º/1/2015 a 5/10/2015: Número de Ficais abertas: 35.171. Número de alunos que retornaram por ação da escola: 2.752. Número de alunos que retornaram por

*“Combate à venda e à entrega de bebida alcoólica a crianças e adolescentes”*<sup>615</sup> (MP do Distrito Federal, integrante do Ministério Público da União – Região Centro-Oeste). Na categoria *“transformação social”*, foram destaque os projetos *“Educando para recuperar”*<sup>616</sup> (MP de Mato Grosso - 1.º lugar = Região Centro-Oeste) e *“Educar para incluir”*<sup>617</sup> (MP do Pará – 2º. Lugar = Região Norte). Vale consignar, também, que na categoria *“diminuição da criminalidade”* ganharam o *“Pacto dos municípios pela segurança pública”*<sup>618</sup> (MP de Pernambuco - 1.º lugar = Região Nordeste) e

---

ação do Conselho Tutelar: 2.898. Número de Ficaís encaminhadas ao Ministério Público: 5.495. Número de Ficaís fechadas pelo Ministério Público: 4.096. Informações em [http://www.cnmp.mp.br/portal\\_2015/images/Publicacoes/PREMIO\\_2015\\_Cartilha\\_FINAL\\_3.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/images/Publicacoes/PREMIO_2015_Cartilha_FINAL_3.pdf), acesso em 12/08/2016.

<sup>615</sup> Foi sancionada a Lei Federal nº 13.106/15, que criminaliza a venda de bebida alcoólica para crianças e adolescentes. De acordo com o texto, é proibido vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar a menores bebida alcoólica ou outros produtos que possam causar dependência. O projeto pretende que o MP firme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) com os proprietários dos estabelecimentos comerciais do DF que forem citados em ocorrências policiais registradas pela população, com missão pedagógica (esclarecimento de que a venda é crime, sujeita às sanções penais) e punitiva (multa de R\$ 3 mil por infração cometida). O projeto visa também notificar fabricantes, distribuidores e entidades de classe, cujos associados estejam envolvidos direta ou indiretamente com a venda ou entrega de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes, com o objetivo de celebrar termos de cooperação, para a realização de campanhas de esclarecimento à população sobre os malefícios do álcool para crianças e adolescentes e sua proibição legal. **Resultados.** Desde 2009, a Promotoria já firmou 235 TACs com donos de bares e restaurantes de todo o DF e também celebrou termos de cooperação com as empresas Cervejarias Kaiser Brasil S/A; Primo Schincariol Indústria de Cervejas e Refrigerantes S/A; Walmart Brasil Ltda e Cia de Bebidas das Américas (AmBev). Informações disponíveis em [http://www.cnmp.mp.br/portal\\_2015/images/Publicacoes/PREMIO\\_2015\\_Cartilha\\_FINAL\\_3.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/images/Publicacoes/PREMIO_2015_Cartilha_FINAL_3.pdf), acesso em 12/08/2016.

<sup>616</sup> Desenvolvido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em parceria com o Poder Judiciário, com o Conselho da Comunidade e com a Direção da Cadeia Pública de Alto Araguaia, o projeto Educando para Recuperar proporciona aos apenados (em recuperação) e aos presos provisórios do município de Alto Araguaia, distante 410 km de Cuiabá, o exercício de atividade laboral e a prestação de assistência educacional, contribuindo para a ressocialização e diminuição da reincidência. O projeto é viabilizado por meio da utilização de recursos de transações penais, doação de madeiras e multas previstas em Termos de Ajustamento de Conduta. **Resultados.** Entre os resultados alcançados estão: I) A construção de duas salas climatizadas, onde são ministradas aulas de música e de Ensinos Fundamental e Médio; II) A instalação de unidade têxtil, onde são produzidos uniformes escolares e lençóis para o hospital da cidade; III) A instalação de um setor de produção de tijolos ecológicos e bloquetes, que são utilizados na construção de calçadas. Informações em [http://www.cnmp.mp.br/portal\\_2015/images/Publicacoes/PREMIO\\_2015\\_Cartilha\\_FINAL\\_3.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/images/Publicacoes/PREMIO_2015_Cartilha_FINAL_3.pdf), acesso em 12/08/2016.

<sup>617</sup> O projeto atua junto aos órgãos competentes, com o objetivo de contribuir para a ampliação da oferta de cursos profissionalizantes e de alfabetização e/ou educação fundamental, a serem ministrados nas instalações do Centro de Recuperação Regional Agrícola Mariano Antunes, na cidade de Marabá/PA, atendendo às mulheres apenadas, durante o cumprimento de suas penas, proporcionando a ressocialização e facilitando a inserção no mercado de trabalho. O projeto, iniciado em fevereiro de 2014, teve como base a aplicação de um questionário que resultou em um diagnóstico sobre a questão social das apenadas. Conta, ainda, com o envolvimento de diversos órgãos ligados ao sistema prisional e à educação. **Resultados.** Destaca-se a implantação, em 2015, de novas turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) voltadas para os circuitos rotativos prisionais, com metodologia e duração diferenciadas, aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação do Pará, bem como a conscientização das apenadas da necessidade da educação, com o aumento proporcional da demanda. Informações disponíveis em [http://www.cnmp.mp.br/portal\\_2015/images/Publicacoes/PREMIO\\_2015\\_Cartilha\\_FINAL\\_3.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/images/Publicacoes/PREMIO_2015_Cartilha_FINAL_3.pdf), acesso realizado em 12/08/2016.

<sup>618</sup> O projeto propõe uma nova forma de atuação do Ministério Público em sua atividade extrajudicial, com medidas voltadas à diminuição da violência/criminalidade e ao ordenamento urbano, por parte do município, por meio de firmamento de Termo de Cooperação e Compromisso (MPPE e municípios). Ao final do ciclo de implementação das medidas, o município que cumprir as metas pactuadas é certificado pelo MPPE com o título “Município Compromissado com a Segurança Pública”. **Resultados.** Nos 64 municípios que aderiram ao projeto, já se observa a transformação da realidade social, com resultados concretos: I) Implementação do Perímetro de Segurança Escolar; II) Controle na concessão e suspensão de alvarás para bares, restaurantes e similares; III) Ampliação do sistema de câmeras e videomonitoramento em locais de grande fluxo; IV) Criação de comissões de controle de conflitos nas escolas; V) Melhoria da iluminação pública; VI) Ações nos grandes eventos; VII) Ampliação do diálogo entre a sociedade e os órgãos de segurança pública. Informações em [http://www.cnmp.mp.br/portal2015/images/Publicacoes/PREMIO\\_2015\\_Cartilha\\_FINAL\\_3.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal2015/images/Publicacoes/PREMIO_2015_Cartilha_FINAL_3.pdf), acesso em 12/08/2016.



*“Projeto Gandhi: acolher para transformar”*<sup>619</sup> (MP do Maranhão – 2º. Lugar = Região Nordeste). O Ministério Público Federal, igualmente, vem sendo premiado em razão de iniciativas concretizadas em todo o Brasil. Do MPF trataremos doravante.

### 4.3 O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: COMPROMISSO EM ATUAR PELA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS EM TODAS AS REGIÕES BRASILEIRAS

O Ministério Público Federal (MPF), integrado por Procuradores da República, Procuradores Regionais da República e Subprocuradores-Gerais da República, tem como Chefe o Procurador-Geral da República. O MPF, como um todo, atua nas questões de interesse federal. Não apenas em processos judiciais (perante a Justiça Federal), mas também no âmbito extrajudicial, em relação a fatos dos mais variados<sup>620</sup>, frente à sociedade civil, instituições privadas e órgãos públicos.

As atribuições são inúmeras e de extrema relevância, como a missão de zelar para que sejam observados os princípios constitucionais relativos ao sistema tributário, às limitações do poder de tributar, à repartição do poder impositivo e das receitas tributárias e aos direitos do contribuinte; às finanças públicas; à atividade econômica, à política urbana, agrícola, fundiária e de reforma agrária e ao sistema

---

<sup>619</sup> O projeto tem o objetivo de trabalhar com o adolescente em conflito com a lei, a fim de evitar que ele volte a delinquir. Surgiu após a constatação de que os processos judiciais têm longa duração, levando muitas vezes à extinção da pretensão socioeducativa. Ademais, logo após serem apreendidos e soltos, tais jovens retornavam para as mesmas condições de antes. A maioria era oriunda da rede pública de ensino ou encontrava-se fora da escola (99,4%) e apresentava desestrutura familiar com pais omissos/ausentes ou com o uso de álcool e substâncias entorpecentes. O acolhimento do jovem se dá de modo especial, com estudo de caso realizado por assistente social, curso sobre leitura e desenvolvimento pessoal, encaminhamento à prática desportiva e cursos profissionalizantes, além de inserção no mercado de trabalho. Caso apresente dependência química, é encaminhado para tratamento. **Resultados.** Do total de adolescentes atendidos, somente 11% voltou a praticar atos infracionais. Dos adolescentes que foram acompanhados, a maioria conseguiu melhora significativa no seio familiar e escolar. Alguns se encontram na prática desportiva, outros ingressaram no mercado de trabalho via empresas parceiras ou por cursos profissionalizantes ofertados pelo Senac/Senai. Informações em [http://www.cnmp.mp.br/portal\\_2015/images/Publicacoes/PREMIO\\_2015\\_Cartilha\\_FINAL\\_3.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/images/Publicacoes/PREMIO_2015_Cartilha_FINAL_3.pdf), acesso em 12/08/2016.

<sup>620</sup> As atribuições do Ministério Público estão previstas, primeiramente, na Constituição da República (no Título IV “Da Organização dos Poderes”, no Capítulo IV “Das Funções Essenciais à Justiça”, nos artigos 127 a 130-A). Quanto ao Ministério Público Federal, como sua atuação está relacionada à existência de bens e interesses federais, é importante ter presente também o disposto em dispositivos constitucionais outros: artigo 20 e seguintes (Bens da União: o ente federal); artigo 34 e seguintes (possibilidade e motivos para intervenção da União nos Estados da Federação); artigos 101 a 103-B, 104 e 105, 106 a 110 e 118 a 121 (competência do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Federal e da Justiça Eleitoral - Íntegra do texto constitucional em <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Constituicao/Constituicao.htm>, acesso em 17/08/2016). De modo detalhado as atribuições e os instrumentos de atuação do Ministério Público da União, e em específico do Ministério Público Federal, bem como sua organização e estrutura, estão estampadas na Lei Complementar 75/93, notadamente nos artigos 01.º a 16 (a defesa dos direitos constitucionais consta dos artigos 11 a 16 e 37 a 82; a defesa dos direitos do cidadão está consignada nos artigos 39 a 42 – Íntegra da Lei Complementar 75/93 em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp75.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp75.htm), acesso em 17/08/2016).

financeiro nacional; à seguridade social (nela compreendidas as áreas da saúde, previdência e assistência social), à educação, à cultura e ao desporto, à ciência e à tecnologia, à comunicação social e ao meio ambiente e à segurança pública<sup>621</sup>. Igualmente, há a atribuição de defender bens e interesses relativos ao patrimônio nacional, ao patrimônio público e social, ao patrimônio cultural brasileiro, ao meio ambiente e os direitos e interesses coletivos, especialmente das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso<sup>622</sup>.

É o MPF, vale dizer, que exerce as atribuições do Ministério Público brasileiro no Supremo Tribunal Federal – STF (Corte Máxima da justiça do Brasil), e o faz pelo Procurador-Geral da República ou por Subprocuradores-Gerais da República por ele designados. É assim também perante o intérprete maior das leis brasileiras: o Superior Tribunal de Justiça – STJ; e no Tribunal Superior Eleitoral (órgão judicial máximo da matéria no Brasil). Nos cinco Tribunais Regionais Federais brasileiros – TRF's, instância de recursos da Justiça Federal, atuam os Procuradores Regionais da República. Os TRF's, hoje, estão sediados em Brasília-DF (1ª. Região), Rio de Janeiro-RJ (2ª. Região), São Paulo-SP (3ª. Região), Porto Alegre-RS (4ª. Região) e Recife-PE (5ª. Região). E na Justiça Federal de primeira instância, existente em cada uma das capitais dos Estados da Federação, bem como em centenas de outros municípios, atuam os Procuradores da República<sup>623</sup>.

O MPF, remarque-se, também possui uma imensa gama de atribuições fora dos processos judiciais. O Procurador-Geral da República, por exemplo, compõe e é o Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP<sup>624</sup>, oficia no Conselho Nacional de Justiça – CNJ<sup>625</sup> e é o Chefe do Ministério Público Federal, com inúmeras funções administrativas e organizacionais<sup>626</sup>. Os Subprocuradores-Gerais da República integram as Câmaras de Coordenação e Revisão (CCR's/MPF), *“órgãos setoriais de coordenação, de integração e de revisão do exercício funcional*

<sup>621</sup> Ao teor do artigo 5.º, inciso II, alíneas “a” a “e” da citada Lei Complementar 75/93.

<sup>622</sup> Ao teor do artigo 5.º, inciso III, alíneas “a” a “e” da citada Lei Complementar 75/93.

<sup>623</sup> A atribuição dos membros do Ministério Público Federal – MPF (Procurador-Geral da República, Subprocuradores-Gerais da República, Procuradores Regionais da República e Procuradores da República) está regradada nos artigos 45 a 82 da citada Lei Complementar 75/93. A organização da Justiça Federal, em todo o Brasil, pode ser visualizada na página eletrônica do Conselho da Justiça Federal - CJF (mapa), disponível em <http://www.cjf.jus.br/cjf/>, acesso realizado em 17/08/2016.

<sup>624</sup> Ao teor do artigo 130-A, inciso I, da Constituição da República.

<sup>625</sup> Ao teor do artigo 103-B, §6., da Constituição da República.

<sup>626</sup> Ao teor dos artigos 45 a 49 da citada Lei Complementar 75/93.

na instituição”<sup>627</sup> e que, atualmente, tratam das seguintes temáticas: “Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral” (1ª. CCR/MPF), “Criminal” (2ª. CCR/MPF), “Consumidor e Ordem Econômica” (3ª. CCR/MPF), “Meio Ambiente e Patrimônio Cultural” (4ª. CCR/MPF), “Combate à Corrupção” (5ª. CCR/MPF), “Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais” (6ª. CCR/MPF) e “Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional” (7ª. CCR/MPF)<sup>628</sup>. É de se destacar, enfim, a “Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão”, na área da cidadania/direitos humanos, que ao contrário dos demais temas não tem composição colegiada (como têm, no âmbito do MPF, as CCR’s)<sup>629</sup>.

Os Procuradores Regionais da República, comumente, dentre outras atividades, auxiliam a atuação dos Subprocuradores-Gerais nas Câmaras de Coordenação e Revisão e na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, inclusive compondo os chamados Núcleos de Apoio Operacional – NAOP’s<sup>630</sup>.

Os Procuradores da República, a seu tempo, exercem, no dia-a-dia, nos municípios em relação aos quais atuam, perante a sociedade civil e a realidade de cada local, todas as atividades do Ministério Público Federal, nas diversas linhas temáticas das CCR’s e da PFDC. Com efeito, agem em defesa dos direitos humanos, do meio ambiente, de populações indígenas e comunidades tradicionais; combatem a criminalidade, a corrupção e zelam pelo patrimônio público e social, bem como

<sup>627</sup> Ao teor dos artigos 58 a 62 da citada Lei Complementar 75/93.

<sup>628</sup> Informações detalhadas estão disponíveis em <http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/atuacao/camaras-de-coordenacao-e-revisao>, acesso em 17/08/2016.

<sup>629</sup> A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão tem à frente o Procurador (ou Procuradora) Federal dos Direitos do Cidadão, designado pelo Procurador-Geral da República dentre os Subprocuradores-Gerais da República e mediante prévia aprovação do nome pelo Conselho Superior do MPF, para exercer as funções do ofício pelo prazo de dois anos, permitida uma recondução, precedida de nova decisão do Conselho Superior, nos termos do artigo 40 da citada Lei Complementar 75/93. A respeito da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e sua atuação as informações detalhadas estão disponíveis em <http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/atuacao/procuradoria-federal-dos-direitos-do-cidadao>, acesso em 17/08/2016.

<sup>630</sup> Os Núcleos de Apoio Operacional – NAOP’s foram instituídos em 2012 com o objetivo de descentralizar as atividades da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Informações em <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/institucional/nucleos-de-apoio-operacional-a-pfdc-naops>, acesso em 17/08/2016. A respectiva regulamentação está na Portaria 653/12, da PGR (disponível em <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/institucional/a-procuradoria-federal/a-pfdc/legislacao-institucional/portaria-pgr-653.2012>, acesso em 19/08/2016). Aos NAOPs-PFDC, dentre outras funções, cabe “acompanhar, em conjunto com a PFDC, as Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão e/ou as Procuradorias dos Direitos do Cidadão, as políticas públicas na área dos direitos humanos” (artigo 3.º, inciso IV), bem como “manter permanente contato e intercâmbio com entidades públicas e privadas que se dediquem direta ou indiretamente à promoção, à proteção, à defesa ou ao estudo dos direitos, bens, valores ou interesses na área dos direitos humanos e cidadania (...)” (artigo 3.º, inciso V). De igual modo, é tarefa dos NAOPs-PFDC a incumbência de “promover a integração e o intercâmbio entre os Procuradores Regionais dos Direitos do Cidadão e Procuradores dos Direitos do Cidadão, inclusive para efeito de atuação conjunta ou simultânea” (artigo 3.º, inciso VII). E eventual divergência de entendimento entre os NAOPs poderá implicar uniformização de entendimento pelo PFDC, que será vinculante para todos os NAOPs-PFDC (artigo 4.º).

pelos direitos dos consumidores etc. Ou seja, o MPF tem atribuições e amplo potencial para atuar em todo o circuito de reação cultural de que tratamos, abrangendo, remarque-se, a relação de cada um consigo mesmo, com os demais humanos e com a natureza (animais e demais formas de vida).

A atuação do Ministério Público Federal, especialmente pela efetivação de direitos humanos, em todas as regiões brasileiras, está disponível, diariamente, para acompanhamento por toda a sociedade<sup>631</sup>. E, nessa temática, é a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), importante remarcar, que coordena a atuação do MPF de Norte a Sul do Brasil, atualmente auxiliada pelos NAOP's. Nessa perspectiva, relevante sedimentar, o MPF, com vistas ao aprimoramento institucional, elaborou e implementou seu planejamento estratégico que, nas palavras de Alfredo Falcão Júnior *“serve de referencial para que a sociedade saiba o que o MPF intenta produzir e quem ele é”*, além de tentar conciliar os princípios institucionais da unidade e da independência funcional onde *“ganha a sociedade que passa a dialogar com um MP de rosto e coração”*<sup>632</sup>.

#### 4.3.1 O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MPF E OS DIREITOS HUMANOS

O Ministério Público Federal (MPF), ciente e consciente de suas infindáveis tarefas e desafios, assumiu novos rumos e construiu, recentemente<sup>633</sup>, o seu primeiro Planejamento Estratégico, objetivando impulsionar um novo modo de atuar para a década em curso: 2011 a 2020. Com efeito, foram vários meses e centenas de pessoas envolvidas em seminários, fóruns e reuniões nacionais realizadas por grupos de trabalho e pelo Comitê de Apoio ao Projeto de Modernização, este formado por 33 membros do MPF, sendo 05 Subprocuradores-Gerais da República, 06 Procuradores Regionais da República e 22 Procuradores da República.

---

<sup>631</sup> O trabalho do MPF, em todo Brasil, além das sistemáticas divulgações pelos órgãos de imprensa, pode ser acompanhado mediante acesso às páginas eletrônicas de cada uma de suas unidades. Informações disponíveis em <http://www.mpf.mp.br/unidades>, acesso em 17/08/2016.

<sup>632</sup> FALCÃO JÚNIOR, Alfredo Carlos Gonzaga. Planejamento Estratégico do MPF (2011-2020): incentivo aos arranjos informais de cooperação?. *Boletim Científico – Escola Superior do Ministério Público da União*. Brasília: ESMPU, ano 12, n. 40, jan./jun., 2013, pp. 58 e 62.

<sup>633</sup> Os trabalhos do Planejamento Estratégico do MPF iniciaram em 2010 e terminaram em 2011. Informações em: [http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/sobre/publicacoes/pdf/livro\\_planejamentoestrategicodiadaestrategica.pdf](http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/sobre/publicacoes/pdf/livro_planejamentoestrategicodiadaestrategica.pdf), acesso em 17/08/2016.

As inúmeras atividades, de uma forma ou outra, possibilitaram a participação dos cerca de 900 membros e 8,5 mil servidores que à época compunham o MPF em suas 172 unidades administrativas espalhadas de Norte a Sul do Brasil.

O dizer do então Procurador-Geral da República (Chefe do MPF), Roberto Monteiro Gurgel Santos, é digno de menção<sup>634</sup>:

(...) construir o Planejamento Estratégico da instituição, de forma participativa e coletiva, foi uma tarefa desafiadoramente complexa, até porque inédita, mas extremamente gratificante.

Orgulho-me de participar deste momento. É o nosso primeiro Planejamento Estratégico, que representa um marco histórico do MPF. Para a elaboração do planejamento, buscou-se dar voz a membros e servidores de todos os níveis do MPF, contemplando as diversas realidades das unidades administrativas.

O Planejamento Estratégico do MPF, de fato, foi um trabalho extremamente coletivo e participativo<sup>635</sup>. Como é característico dessa Instituição Ministerial (MPF), prevaleceu o espaço democrático e a ampla abertura para membros e servidores realizarem debates onde as diferenças foram superadas em busca do consenso possível a respeito dos mais variados temas, objetivos, metas etc.

Os membros e servidores do MPF, durante esse processo de construção coletiva, contribuíram em etapas distintas que consistiram em: a) diagnósticos de 43 Unidades/MPF, dos mais variados perfis e realidades, inclusive para verificar o que de mais promissor foi realizado nos últimos anos; b) mapeamento de processos em 08 Unidades/MPF, permitindo-se conhecer melhor as principais rotinas de trabalho em âmbito nacional; e c) quantificação da força de trabalho, de modo a apurar a necessidade de ajustes para o aprimoramento das atividades de cada um e do MPF como um todo. Tudo com a finalidade de subsidiar a metodologia utilizada nos seminários do Planejamento Estratégico Institucional.

---

<sup>634</sup> *Ministério Público Federal. Planejamento Estratégico 2011-2020: Uma construção coletiva*. Brasília: Secretaria-Geral do Ministério Público Federal, 2011, páginas iniciais. A íntegra do documento está disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/sobre/publicacoes/pdf/livroplanejamentoestrategicodiadaestrategica.pdf>, acesso em 17/08/2016.

<sup>635</sup> O autor participou dos trabalhos, inclusive como membro do Comitê de Apoio ao Projeto de Modernização.

É importante salientar que a metodologia escolhida pelo MPF foi o *Balanced Scorecard* (BSC), sendo que, “visto como um sistema gerencial que auxilia a implantação da estratégia, o BSC elabora uma cadeia de causa e efeito em diferentes perspectivas”<sup>636</sup>. E as perspectivas trabalhadas, no Planejamento Estratégico do MPF, foram “aprendizado e crescimento”, “processos internos” e “sociedade”. A partir de então, os debates foram avançando, analisando-se cenários e tendências relevantes para o MPF, eventos históricos positivos e negativos, pontos fortes a serem maximizados e pontos fracos a serem minimizados etc. Uma longa e estimulante jornada que também definiu objetivos estratégicos e indicadores de desempenho para mensurá-los, bem como projetos a curto, médio e longo prazo com o devido alinhamento à disponibilidade de recursos orçamentários.

O MPF, mediante pesquisa de clima organizacional, foi visualizado por seus membros e servidores como “uma instituição alicerçada na ética, na probidade, na imparcialidade e na responsabilidade socioambiental”<sup>637</sup>. Ademais, apontou-se que a Instituição Ministerial, considerando as necessidades de uma sociedade em constante e rápida transformação, deve ter como foco a “transparência, o dinamismo e a adoção de processos mais ágeis”, devendo, inclusive, “intensificar a comunicação e a interação com o cidadão”<sup>638</sup>.

A construção coletiva em exame também sedimentou o que o MPF almeja em determinado lapso temporal (Visão), a sua razão de ser (Missão) e os princípios éticos que embasam o modo de ser e agir de seus integrantes (Valores).

As diretrizes estratégicas do MPF são<sup>639</sup>:

*Missão:*

- Promover a realização da justiça, a bem da sociedade e em defesa do Estado Democrático de Direito.

*Visão:*

---

<sup>636</sup> Ministério Público Federal. *Planejamento Estratégico 2011-2020: Uma construção coletiva*. Brasília: Secretaria-Geral do Ministério Público Federal, 2011, p. 32. A íntegra do documento está disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/sobre/publicacoes/pdf/livroplanejamentoestrategicodiadaestrategica.pdf>, acesso em 17/08/2016.

<sup>637</sup> Op. Cit., p. 41.

<sup>638</sup> Op. Cit., p. 41-42.

<sup>639</sup> Op. Cit., p. 44-46.

- Até 2020, ser reconhecido, nacional e internacionalmente, pela excelência na promoção da justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção.

*Valores:*

- *Autonomia institucional:* a garantia de auto-organização para o desenvolvimento das funções constitucionais do MPF, em benefício da sociedade.
- *Compromisso:* a dedicação permanente à defesa do interesse público e da democracia.
- *Transparência:* o compromisso com a ampla divulgação de informações relativas à atuação institucional e à execução orçamentária e financeira do MPF, para fins de controle social.
- *Ética:* o comportamento de acordo com os mais altos valores de probidade e moralidade, em busca do bem comum.
- *Independência funcional:* a liberdade do membro do MPF de, no exercício de suas atribuições, agir de acordo com o seu convencimento na interpretação da Constituição e das leis, sem vinculação hierárquica e de forma a assegurar o cumprimento da Missão.
- *Unidade:* os membros do MPF constituem uma só Instituição e a sua força também se revela na atuação independente e harmônica dos Procuradores da República.
- *Iniciativa:* capacidade de agir independentemente de provocação.
- *Efetividade:* o alcance de resultados positivos para a sociedade.

As discussões, curial consignar, implicaram a elaboração de uma ferramenta gerencial apta a permitir que os objetivos do MPF, de forma sistêmica, possam contribuir para a consecução de resultados efetivos e para o reconhecimento institucional. Trata-se do “mapa estratégico”, o qual contempla a “visão”, a “missão”, os “valores” e as perspectivas “sociedade”, “processos internos” e “aprendizado e crescimento” com os seus respectivos elementos.

Cabe destacar que, em relação à sociedade, o MPF almeja ser percebido como uma Instituição que atue efetivamente em sua defesa por meio de<sup>640</sup>:

- *Combate à criminalidade e à corrupção:* assegurar, na defesa da sociedade, a apuração e a persecução célere e eficaz dos ilícitos penais e dos atos de improbidade administrativa, reduzindo a impunidade e a incidência de condutas criminosas e ímprobas.
- *Proteção do regime democrático e promoção dos direitos fundamentais:* fomentar o emprego dos meios extrajudiciais e judiciais necessários para garantir a lisura do processo eleitoral, bem

---

<sup>640</sup> Op. Cit., p. 75-76.

como a efetividade do regime democrático e dos direitos fundamentais abrangidos pela Constituição da República e tratados internacionais.

- *Atuação preventiva*: direcionar a atuação do MPF à prevenção de danos sociais e ao incremento do sistema de proteção da cidadania, num contexto de proatividade. Acompanhar a formulação e a execução de políticas públicas sociais e em matéria criminal, notadamente com as seguintes medidas: a) fortalecimento da participação de conselhos sociais e da sociedade civil na troca de informações e no monitoramento de políticas públicas; b) ênfase na expedição de recomendações e na celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs).

- *Aproximação com o cidadão*: incentivar a participação da sociedade na implementação da estratégia, mediante a criação de canais institucionais de discussão das prioridades de atuação, a implantação das salas de atendimento ao cidadão e a prestação de contas dos resultados alcançados, propiciando maior transparência e melhor direcionamento das ações em defesa dos direitos do cidadão.

- *Trabalho em grupo e parcerias*: atuar em conjunto com outras entidades públicas e privadas e com a sociedade, intensificando o fluxo de conhecimentos e informações, a fim de aprimorar o desempenho da Missão.

O Planejamento Estratégico do MPF é monitorado através de indicadores, cada qual com meta específica. A verificação do desempenho é visualizada em “faróis de alerta” com quatro níveis: a) não disponível; b) situação crítica; c) situação de alerta; e d) situação desejável. A finalidade é verificar o grau de cumprimento da estratégia, sobretudo de modo a identificar aquelas temáticas que necessitam de maior atenção para concretizar o desiderato institucional. E são realizadas, ainda, reuniões de avaliação estratégica visando “*verificar o progresso, as barreiras e os riscos referentes à implementação da estratégia*”<sup>641</sup>. Faz-se necessário mencionar o quanto foi e tem sido decisiva a participação de todos e todas. De modo igual, importante ressaltar a postura e o comprometimento do então Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, do Assessor-Chefe de Modernização e Gestão Estratégica, Marcio Lima Medeiros, e suas equipes respectivas. E, principalmente, é dever explicitar o imensurável esforço e dedicação do Secretário-

---

<sup>641</sup> Op. Cit., p. 55.



Geral do MPF à época, Lauro Pinto Cardoso Neto, para quem, a propósito, essa construção coletiva institucional representa “esperança e ânimo renovados”<sup>642</sup>.

O atuar planejado do MPF se implementa por meio do “desdobramento da estratégia”, abrangendo as mais diversas Unidades do MPF e que envolve a elaboração de “planejamentos temáticos”, “planos de ação”, “painéis de contribuição” e “planejamento estratégico para a área de tecnologia da informação”. Aqui cabe destacar os planejamentos temáticos elaborados, também coletivamente, pelas Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF e pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (e da Cidadã), bem como os painéis de contribuição que permitem visualizar as iniciativas que as Unidades do MPF, em todas as regiões brasileiras, vêm desenvolvendo para a concretização dos objetivos estratégicos.

E na área de direitos humanos, o Planejamento Estratégico do MPF é concretizado, em essência, no planejamento temático da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (e da Cidadã), cuja versão 2015-2016<sup>643</sup>, em relação à sociedade, almeja: a) *“zelar pelo cumprimento dos tratados de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário”*; b) *“difundir a atuação da PFDC em âmbito nacional e internacional na promoção e defesa dos direitos humanos”*; c) *“aprimorar a interlocução com o cidadão, a sociedade civil e os órgãos governamentais”*; e d) *“garantir o atendimento célere e eficiente ao cidadão”*.

Os objetivos estratégicos delineados para tanto pretendem:

a) *para zelar pelo cumprimento dos tratados de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário*: sistematizar e difundir as recomendações finais dos órgãos de monitoramento dos instrumentos internacionais firmados pelo Brasil; difundir

<sup>642</sup> Op. Cit., páginas iniciais.

<sup>643</sup> A íntegra do documento está disponível em <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/institucional/a-procuradoria-federal/a-pfdc/planejamento-tematico/planejamento-2015-2016>, acesso em 19/08/2016. Essa versão, de 2015-2016, é a segunda; a primeira, realizada para o biênio 2013-2014, continha a perspectiva “cidadão” ao lado da “sociedade”, as quais foram agora agregadas em uma só (sociedade); desde o início, porém, estão consignados, dentro outros, os citados propósitos do MPF, na área de direitos humanos, em a) “zelar pelo cumprimento dos tratados de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário”; b) “difundir a atuação da PFDC em âmbito nacional e internacional na promoção e defesa dos direitos humanos”; c) “aprimorar a interlocução com o cidadão, a sociedade civil e os órgãos governamentais”; e d) “garantir o atendimento célere e eficiente ao cidadão” (a versão integral de 2013-2014 está disponível em <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/institucional/a-procuradoria-federal/a-pfdc/planejamento-tematico/mapa-tematico-pfdc>, acesso em 19/08/2016).

jurisprudência dos órgãos internacionais nos temas de atuação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (e da Cidadã); e identificar e difundir instrumentos internacionais assinados pelo Brasil, classificando-os por área temática<sup>644</sup>.

*b) para difundir a atuação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (e da Cidadã) em âmbito nacional e internacional na promoção e defesa dos direitos humanos:* fortalecer a legitimação institucional, social e política da PFDC, mediante a difusão de suas funções e suas atuações; fortalecer o reconhecimento nos foros internacionais da PFDC como instituição do Estado brasileiro de proteção e promoção dos direitos humanos. Nesse objetivo, entre outros fatores, deve-se atentar para: uso do sítio oficial, inclusive com tradução para outros idiomas; uso de informativos periódicos; participação em mídias sociais; aproximação com a imprensa; realização de campanhas de propaganda institucional e de aproximação com o cidadão; realização de Audiências Públicas temáticas; e realização de dias nacionais de mobilização, por tema, em todas as unidades do MPF<sup>645</sup>.

*c) para aprimorar a interlocução com o cidadão, a sociedade civil e os órgãos governamentais:* fomentar a celebração de convênios e termos de cooperação técnica; estimular a realização de audiências públicas e oficinas de trabalho temáticas e a participação dos PRDCs e PDCs em atividades externas, como seminários e palestras; estimular a participação dos PRDCs e PDCs em comitês, grupos de trabalhos e como observadores em conselhos estratégicos<sup>646</sup>.

*d) para garantir o atendimento célere e eficiente ao cidadão:* prover os órgãos de defesa dos direitos do cidadão dos meios humanos, materiais e financeiros adequados e necessários a uma defesa e promoção eficazes. Nesse objetivo, entre outros fatores, deve-se atentar para: integração e aprimoramento do funcionamento das Salas de Atendimento ao Cidadão; padronização dos meios e sistemas de acesso do cidadão ao MPF; criação de indicadores estatísticos de atendimento integrados aos sistemas do MPF; redução da burocracia; acessibilidade plena no

---

<sup>644</sup> *Planejamento Temático da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC 2015-2016.* A íntegra do documento está disponível em <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/institucional/a-procuradoria-federal/a-pfdc/planejamento-tematico/planejamento-2015-2016>, acesso em 19/08/2016, p. 08.

<sup>645</sup> Op. Cit., p. 07.

<sup>646</sup> Op. Cit., p. 08.

atendimento ao cidadão; meios suficientes de trabalho a servidores e procuradores envolvidos no atendimento e na atuação na área da cidadania<sup>647</sup>.

A PFDC tem concretizado, diuturnamente, o seu planejamento temático (em alinhamento ao planejamento estratégico institucional). Os resultados a bem dos direitos humanos, tanto no cenário nacional como internacional, são visíveis. É o que veremos, mas não sem antes ressaltar o papel que a própria Procuradoria-Geral da República vem desempenhando no fortalecimento do MPF na temática, em âmbito global e regional, sobretudo por meio da Secretaria de Cooperação Internacional (SCI), cabendo destacar o recente convênio firmado entre o Ministério Público Federal e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a saber:

O Ministério Público Federal (MPF) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (IDH) assinaram, nessa segunda-feira, 6 de junho (2016), Memorando de Entendimento para promoção de intercâmbio técnico, capacitação de membros e colaboradores e implementação de outras atividades conjuntas de interesse mútuo. *Além disso, o MPF assumiu o compromisso de auxiliar, sempre que necessário e na forma das leis aplicáveis, no cumprimento das decisões e medidas provisórias da Corte IDH relativas ao Brasil. (...) Com o Memorando de Entendimento, o MPF reconhece a Corte IDH como um dos grandes atores que promovem os direitos humanos nas Américas, com jurisprudência vinculante para o Estado brasileiro. Uma das atividades previstas, inclusive, é divulgar aos membros do MPF jurisprudência produzida pela Corte, com o intuito de promover estudos, análises e projetos e investigação técnico-científica e aplicação dos precedentes interamericanos nos processos brasileiros.(...). Também está prevista a realização de eventos e o desenvolvimento de atividades jurídicas conjuntas, de interesse mútuo, com ênfase no acompanhamento pelo MPF das decisões e medidas provisórias proferidas pela Corte IDH dirigidas ao Estado brasileiro. O memorando estabelece ainda o intercâmbio de publicações, relatórios e jurisprudência da Corte IDH, inclusive com publicidade no sítio eletrônico do MPF*<sup>648</sup> (Grifou-se).

#### **4.3.2 A PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO (PFDC), SUA ATUAÇÃO E A FEDERAÇÃO IBERO-AMERICANA DE OMBUDSMAN (FIO)**

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), em seu papel de coordenar a atuação do Ministério Público Federal (MPF) em direitos humanos nas

<sup>647</sup> Op. Cit., p. 06.

<sup>648</sup> Informações em: [http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/noticias/boletim\\_mpf\\_internacional-1/edicao-no-9-junho-de-2016](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/noticias/boletim_mpf_internacional-1/edicao-no-9-junho-de-2016), acesso em 19/08/2016.

diversas regiões brasileiras, inclusive por meio de Grupos de Trabalho especializados e também Relatorias Temáticas, desempenha um sem número de atividades, tanto no cenário nacional como internacional.

Deveras, o Relatório da PFDC 2012-2016<sup>649</sup> destaca, por exemplo: a) projetos finalísticos em execução: Ministério Público pela Educação; MPF na Comunidade e Ministério Público pela Educação Digital; b) emissão de notas técnicas e/ou posicionamentos sobre temas como “maioridade penal”, “publicidade infantil”, “cura gay”, “programa mais médicos”, “proposta de emenda constitucional sobre trabalho escravo” e “estatuto da família”; c) cooperação com instituições internacionais em direitos humanos: a PFDC como ponto focal na Rede Latino-americana de Prevenção ao Genocídio e Atrocidades Massivas; a criação da Rede de Direitos Humanos nas Comunidades de Países de Língua Portuguesa; reunião com o alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos; visita da Relatoria Especial da ONU sobre Águas e Saneamento; encontro com grupo de trabalho de especialistas da ONU sobre afrodescendentes; reunião com Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária da ONU; encontro com relator da OEA para liberdade de expressão; visita do Subcomitê da ONU sobre Prevenção da Tortura e o curso Convencionalidade e Jusrisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

É relevante consignar, também, o diálogo constante com a sociedade civil e a participação ativa da PFDC em colegiados e atividades como<sup>650</sup>: a) debates no Fórum Mundial de Direitos Humanos, evento que reuniu mais de 9 mil participantes de 74 nacionalidades e *“buscou promover um espaço de debate público no qual foram tratados os principais avanços e desafios na efetivação dos direitos humanos”*; b) cooperação técnica com a ANDI Comunicação e Direitos a fim de promover o fluxo de informações, estudos e resultados de pesquisas sobre violação dos direitos humanos em programas de rádio e TV que possuem forte apelo à cobertura de violências e criminalidades nas cidades brasileiras”; c) a PFDC no Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (que reúne 19 organizações não-

---

<sup>649</sup> A íntegra do documento está disponível a toda a sociedade na página oficial da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – PFDC: [http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/institucional/relatorio\\_atividades/relatorios-de-gestao/2012-a-2016-gestao-aurelio-rios](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/institucional/relatorio_atividades/relatorios-de-gestao/2012-a-2016-gestao-aurelio-rios), acesso em 17/08/2016.

<sup>650</sup> Informações no citado Relatório da PFDC 2012-2016, pp. 29-33.

governamentais e órgãos estatais “*com o objetivo de fortalecer a participação cidadã e o controle democrático da política externa brasileira*”); e d) a PFDC no Conselho Nacional dos Direitos Humanos (composto por 11 representantes da sociedade civil e 11 do Poder Público e cuja finalidade é “a promoção e a defesa dos direitos humanos, mediante ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos”).

A PFDC, importante mencionar também, ainda desempenha suas funções em outros colegiados visando “*assegurar interlocução com as entidades do poder público e da sociedade civil com a missão de debater a implementação e execução de políticas públicas em diversas áreas dos direitos humanos*”<sup>651</sup>. São eles: Conselho do Programa Federal de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita); Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae); Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura no Brasil (CNPCT); Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade); Coordenação Nacional do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH); Comissão sobre o Sistema de Orçamento Público em Saúde (Siops); Grupo Interministerial do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP); Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea); Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD); Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap); Comissão Permanente da Infância e Juventude (Copeij); Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar a Mulher (Copevid); Comissão Permanente de Defesa da Saúde (Copeds); Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso (COPEDPDI); Comissão Permanente de Defesa de Direitos Humanos em Sentido Estrito (COPEDH); Comissão Permanente de Educação (Copeduc) e Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural.

E no que se refere à atuação temática, a PFDC traz à luz trabalhos realizados sobre “justiça de transição”, “publicidade infantil”, “rádios comunitárias”, “regulação da mídia”, “acolhimento a refugiados”, “dengue, chicungunha e zika”, “povos

---

<sup>651</sup> Informações no citado Relatório da PFDC 2012-2016, p. 33.

ciganos”, “pró-equidade de gênero e raça”, “inclusão de pessoas com deficiência”, “segurança alimentar” e “trabalho escravo”, dentre outros<sup>652</sup>. Cabe explicitar, ademais, que nesse período de quatro anos (2012-2016), a PFDC, em números, promoveu: a) 27.679 revisões de apurações instauradas no MPF em todo o Brasil; b) 1.846 reuniões de trabalho com órgãos do poder público e da sociedade civil; 67 atividades de diálogo e capacitação (*workshops*, audiências públicas, oficinas, seminários e encontros); 572 informativos noticiando destaques na atuação e promovendo intercâmbio de experiências; participação em 117 audiências públicas promovidas pelo Congresso Nacional e outras instituições do poder público; 08 termos de cooperação técnica firmados com instituições da sociedade civil e com *defensorias del pueblo* da Iberoamerica; e 65.880 publicações distribuídas à sociedade (cartilhas sobre direitos e acesso a políticas públicas)<sup>653</sup>.

O trilhar da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, imperioso sublinhar, assegurou o seu ingresso na Federação Ibero-Americana de *Ombudsman* (FIO), tendo sido *reconhecida “como instituição pública no Brasil dotada de autonomia e destinada à proteção dos direitos humanos”*<sup>654</sup>. A FIO atualmente é integrada por representantes de 20 países da região (Andorra, Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Porto Rico, Uruguai e Venezuela) e *“reúne defensores del pueblo, procuradores, provedores de Justiça e presidentes de Comissões Públicas de Direitos com o objetivo de ser um foro de discussão para a cooperação, o intercâmbio de experiências e a promoção, difusão e fortalecimento da cultura de direitos humanos na Ibero-américa”*<sup>655</sup>.

Nesse toar, cabe relembrar que no Brasil o papel de *Ombudsman* ou *Defensor del Pueblo* (e similares) foi entregue pelo Constituinte ao Ministério Público. Logo, é de vital importância que o MP, oficial e reconhecidamente, integre a FIO, ou, nas palavras do então Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Rios, *“este é um justo reconhecimento pelo intenso trabalho de defesa dos direitos humanos realizado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão ao longo de seus 25 anos”*<sup>656</sup>. Um reconhecimento, vale assinalar, ao Ministério Público Federal, aos

---

<sup>652</sup> Informações no citado Relatório da PFDC 2012-2016, pp. 34-47.

<sup>653</sup> Informações no citado Relatório da PFDC 2012-2016, pp. 08-09.

<sup>654</sup> Informações no citado Relatório da PFDC 2012-2016, pp. 14-17. O ingresso na FIO se deu em 2013.

<sup>655</sup> Idem, p. 14.

<sup>656</sup> Ibidem.

demais ramos do Ministério Público da União, ao Ministério Público dos Estados ou, numa assertiva, ao Ministério Público brasileiro por toda a sua dedicação, de Norte a Sul do Brasil, pela promoção efetiva de direitos humanos.

Deveras, trata-se de um atuar pela concretização de direitos humanos e fundamentais e em defesa da própria democracia. É o agir de uma instituição (através daqueles que a integram) que notadamente após a Constituição brasileira atual, no dizer de Lênio Streck e Luciano Feldens, se tornou “esperança social”:

“(...) Os princípios e as funções institucionais que lhe dão vida (ao MP) afiguram-se consagrados em um uma Constituição democrática, a qual, afastando-o do Poder Executivo, *tornou-lhe, em uma consideração pragmática, esperança social*. Tenha-se em mente, no particular, que no contexto em que está imersa a Sociedade contemporânea, esperança social poderá significar esperança de democracia substancial, de redução das desigualdades sociais, enfim, esperança de justiça social, ou, minimamente, esperança de real e efetiva defesa dos interesses sociais.

É dizer, pois: *de um Ministério Público protetor dos interesses individuais, na moldura de uma Sociedade liberal-individualista, salta-se para um novo Ministério Público, que claramente deve(ria) assumir uma postura intervencionista em defesa do regime democrático e dos direitos fundamentais*<sup>657</sup> (Grifou-se).

A esperança social de uma nação e seu povo há de se concretizar mediante ações prática e efetivas. Nesse intento, quando o atuar dos membros do MPF estão, de uma forma ou outra, associados à teoria crítica dos direitos humanos, os resultados para a sociedade, presentes e futuras gerações, são transformadores.

#### **4.4 O MPF E A TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS: ATUAÇÕES CONCRETAS E EMANCIPATÓRIAS A BEM DA COMUNIDADE HUMANA**

Os desafios do Ministério Público Federal são imensos. Os membros do MPF não podem fazer tudo, mas podem fazer muito. Podem, sim, fazer a diferença frente

---

<sup>657</sup> STRECK, Lenio Luiz; FELDENS, Luciano. Crime e Constituição: a legitimidade da função investigatória do Ministério Público. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 39-40.

à realidade socioambiental em favor dos direitos humanos (e para além deles). E a postura de cada um é fundamental. Todo aquele que integra a instituição ministerial deve(ria) se fazer, periodicamente, pelo menos dez perguntas: 1) o que pretendo nessa função pública tão relevante?; 2) o que estou realizando para contribuir por dias melhores?; 3) a minha atuação está fazendo alguma diferença?; 4) como estou aprimorando o meu modo de atuar?; 5) o meu exercício funcional tem sido inovador e transformador ou tenho trabalhado incansavelmente de modo burocrático e repetitivo?; 6) quanto de meu tempo estou dedicando para analisar e pensar?; 7) qual o grau de contato com as pessoas, com o mundo lá fora?; 8) planejo minha atuação e avalio os resultados no contexto social em que trabalho?; 9) proponho algo para que o Ministério Público se aprimore?; 10) a décima pergunta virá a seguir, no momento oportuno, rumo ao passo além da humanidade.

O agir do MPF no cenário contemporâneo, além de planejado e coordenado, precisa que cada um de seus integrantes tome consciência do papel que lhe cabe como potencial agente de transformação da realidade. Nesse sentido, no contexto social em que vivemos (de intensa, contínua e rápida circulação de informações), a lição de Wilson Rocha de Almeida Neto é essencial:

Na complexidade do mundo atual, há cada vez menos espaços para profissionais que acreditam poder descortinar, insulados em seus gabinetes, desconectados dos demais colegas e apartados das informações que fluem logo após a sua porta cerrada, os remédios para os males da humanidade ou a solução para os seus mais ingentes e lancinantes problemas. Se cada vez mais a palavra de ordem no mundo global é informação, e nenhum profissional pode pretender sucesso apartado, não pode ser diferente com o membro do Ministério Público, constitucionalmente atrelado à manutenção da ordem jurídica e à tutela dos direitos fundamentais destes homens que estão lá fora. (...) as autoridades não podem mais trabalhar da mesma forma como faziam há séculos; o isolamento e o tempo passaram a ser luxos caros e perigosos, principalmente para as autoridades responsáveis pela tutela dos direitos fundamentais<sup>658</sup>.

O modo de atuar, de cada membro do Ministério Público, inclusive do MPF, é fator diferencial, portanto, para a efetivação de direitos humanos. O próprio

---

<sup>658</sup> ALMEIDA NETO, Wilson Rocha de. Inteligência e contra-inteligência no Ministério Público: aspectos práticos e teóricos da atividade como instrumento de eficiência no combate ao crime organizado e na defesa dos direitos fundamentais. Belo Horizonte: Editora Dictum, 2009, p. 125.



Planejamento Estratégico institucional, e no âmbito federal, o seu desdobramento no planejamento temático da PFDC, alcançará maiores e mais concretos resultados a depender da postura e da maneira de atuação de seus membros. O MPF, em virtude da relevante função constitucional a concretizar, necessita, cada vez mais, dar ênfase a questões coletivas, fator definido, vale consignar, há mais de década, no 10º. Encontro Nacional de Procuradoras e Procuradores do Cidadão – ENPDC, que originou a Resolução 02<sup>659</sup>, a saber: *"(...) Em qualquer caso e sempre que possível, deve o(a) Procurador(a) dos Direitos do Cidadão direcionar sua atuação à solução da questão sob a perspectiva coletiva" (Grifou-se).*

O MPF tem se mostrado protagonista de um sem número de atuações, a bem dos direitos humanos, de Norte a Sul do Brasil. Muitas delas, de forma consciente ou não, traduzem a essência da teoria crítica dos direitos humanos proposta por Joaquín Herrera Flores. Deveras, são iniciativas que asseguram às pessoas processos abertos (emancipatórios) de luta pela dignidade humana. São medidas do MPF, nos campos extrajudicial e judicial, que fazem com que homens e mulheres tenham meios, instrumentos e condições necessárias que lhes permita ter acesso a bens materiais e imateriais necessários a uma vida digna de ser vivida.

Os casos práticos<sup>660</sup> a seguir apresentados também abrangem a atuação do MPF a respeito de elementos do diamante ético (eixo material e eixo conceitual) bem como das três atitudes ativas: visibilizar, desestabilizar e transformar<sup>661</sup>.

---

<sup>659</sup> Informações disponíveis em [http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/institucional/eventos-institucionais/enpdcs/x-enpdc/resultado\\_plenarias\\_deliberativas](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/institucional/eventos-institucionais/enpdcs/x-enpdc/resultado_plenarias_deliberativas), acesso em 17/08/2016. O 10.º ENPDC ocorreu em 2004, em Brasília-DF. As Resoluções dos Encontros Nacionais de Procuradoras e Procuradores dos Direitos do Cidadão, importante enfatizar, sedimentam deliberações e propostas do MPF na temática de direitos humanos (disponível em <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/institucional/a-procuradoria-federal/a-pfdc/resolucoes-enpdc/pg>, acesso: 19/08/2016).

<sup>660</sup> Os casos práticos escolhidos são alguns que receberam prêmios de caráter nacional (não que tantas inúmeras atuações, não premiadas ou sequer inscritas para concorrer a prêmios, não mereçam destaque; a questão é que os prêmios implicam certo reconhecimento público pelo que se fez e, por isso, seu potencial pode ser conhecido e difundido por outros agentes do MP e até de outras órgãos e instituições. Outro critério de seleção foi o de as iniciativas serem do próprio autor destes escritos-teóricos pelo seu envolvimento direto e maior conhecimento de causa. Em todos os casos, a identidade com a teoria crítica dos direitos humanos, de Joaquín Herrera Flores, foi fator elementar para a escolha realizada e apresentada.

<sup>661</sup> A temática é tratada no Capítulo I, itens 1.4 e 1.5 e subitens.

#### 4.4.1 O MPF PELA EDUCAÇÃO – MPEDUC: PELO FUTURO DO BRASIL<sup>662</sup>

O Projeto Ministério Público pela Educação (MPEduc) é uma iniciativa inédita no Brasil, desenvolvida pelo MPF e executada, em todo o território nacional, mediante a atuação conjunta com os Ministérios Públicos dos Estados. O MPEduc tem, dentre seus objetivos, *“estabelecer o direito à educação como prioridade nos trabalhos desenvolvidos pelo Ministério Público”, “levar ao conhecimento do cidadão informações essenciais sobre seu direito de ter acesso a um serviço de educação de qualidade, bem como sobre seu dever em contribuir para que esse serviço seja adequadamente prestado”; e “acompanhar a execução das políticas públicas estabelecidas”* pelos Órgãos Nacionais de Educação, *“bem como a adequada destinação dos recursos públicos”*<sup>663</sup>. Ao todo, já foram visitadas mais de 500 escolas da rede pública, abrangendo cerca de 250 municípios brasileiros, com mais de 110 mil profissionais de educação e 1,9 milhão de estudantes beneficiados<sup>664</sup>.

A transparência é outra marca do MPEduc, cujas atividades podem ser acompanhadas pela sociedade brasileira, em cada localidade, através de sua página eletrônica oficial<sup>665</sup>. O balanço dos dois anos de implantação é revelador<sup>666</sup>:

Mais de 1,9 milhão de alunos e 113,7 mil profissionais de educação foram beneficiados pelo Projeto Ministério Público pela Educação (MPEduc) nos últimos dois anos. Lançada em abril de 2014 numa parceria entre o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos Estaduais, a iniciativa já está presente em 6.268 escolas de todo o país. Os números foram divulgados nesta segunda-feira, de 8 de agosto (2016). De acordo com o levantamento, até junho de 2016 o MPEduc chegou a 253 municípios nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, com 1.127 recomendações expedidas. *Sergipe é a unidade da federação com maior número de recomendações*

<sup>662</sup> Os idealizadores e gestores do MPEduc, no MPF, são: Procuradora da República Maria Cristina Manella Cordeiro; Procuradores da República Eduardo El Hage e Sérgio Pinel.

<sup>663</sup> Informações em: [http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/institucional/relatorio\\_atividades/relatorios-de-gestao/2012-a-2016-gestao-aurelio-rios](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/institucional/relatorio_atividades/relatorios-de-gestao/2012-a-2016-gestao-aurelio-rios), acesso em 17/08/2016, p. 18.

<sup>664</sup> Informações na página oficial do MPEduc: [http://mpeduc.mp.br/admin/mpeduc-balanco-revela-quase-dois-milhoes-de-alunos-beneficiados-pelo-projeto/mostra\\_noticia\\_interna](http://mpeduc.mp.br/admin/mpeduc-balanco-revela-quase-dois-milhoes-de-alunos-beneficiados-pelo-projeto/mostra_noticia_interna), acesso em 19/08/2016.

<sup>665</sup> A página oficial do MPEduc é [www.mpeduc.mp.br](http://www.mpeduc.mp.br), acesso em 19/08/2016.

<sup>666</sup> Informações disponíveis em: [http://mpeduc.mp.br/admin/mpeduc-balanco-revela-quase-dois-milhoes-de-alunos-beneficiados-pelo-projeto/mostra\\_noticia\\_interna](http://mpeduc.mp.br/admin/mpeduc-balanco-revela-quase-dois-milhoes-de-alunos-beneficiados-pelo-projeto/mostra_noticia_interna), acesso em 19/08/2016. A notícia também agrega informações explicativas sobre o MPEduc: “Projeto MPEduc - Criado em abril de 2014, o Ministério Público pela Educação (MPEduc) é um projeto realizado em parceria entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público dos Estados. O programa tem o objetivo de realizar um diagnóstico da educação na rede pública de ensino local, e é executado por intermédio de reuniões com gestores de educação e conselhos sociais, coleta de informações, preenchimento de questionários, audiências públicas, visitas às escolas e expedição de recomendações, com fins de garantir o direito à educação básica de qualidade. O MPEduc também tem a finalidade de verificar a existência e a efetividade dos conselhos sociais com atuação na área de educação, levando ao conhecimento da comunidade informações essenciais sobre os direitos e deveres de uma educação de qualidade”.

*expedidas, assim como municípios participantes: 300 e 75, respectivamente.* Em segundo lugar no ranking de recomendações está o Rio de Janeiro, com 148, seguido por Alagoas, com 144.

*As recomendações enviadas aos gestores municipais e estaduais buscam melhorias na estrutura física das escolas, na formação dos professores, na qualidade da merenda, na remuneração dos profissionais de educação e no emprego e prestação de contas das verbas públicas recebidas.* Para que fossem expedidas, mais de cem procuradores da República e promotores de Justiça visitaram 528 escolas e realizaram 113 audiências públicas (...) Para um dos idealizadores do projeto, o procurador da República Sérgio Pinel, o número de 1,9 milhões de estudantes é uma marca a ser celebrada. Ele ressalta que a principal conquista do programa é colocar a temática da educação básica na ordem do dia do Ministério Público, mas alerta para a necessidade de expansão do programa: “Desde o início já se sabia que o MPEDuc é um projeto que deve ser executado por muitos anos. Chegar a essa marca de dois milhões de alunos beneficiados pelo projeto no Brasil indica que já foi feito muito, mas também que ainda temos muito a fazer”, afirmou (...)

O MPEDuc recebeu o Prêmio República<sup>667</sup>, da Associação Nacional dos Procuradores da República (1.º lugar na categoria “Direitos do Cidadão”) e também o Prêmio CNMP<sup>668</sup>, do Conselho Nacional do Ministério Público (2.º lugar na

---

<sup>667</sup> O Prêmio República é uma iniciativa da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR, e objetiva “premiar e divulgar as atuações bem sucedidas do Ministério Público que contribuam para a realização da justiça, em benefício da sociedade e em defesa do estado democrático de direito. Além disso, reconhece iniciativas da sociedade e de jornalistas que atuam como braço da instituição na luta pelos direitos humanos, a cidadania e no combate ao crime”. A Comissão Julgadora, formada pelo Procurador-Geral da República, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Conselho Nacional do Ministério Público, da sociedade civil, da imprensa e da Diretoria da ANPR, avalia os trabalhos observando os seguintes critérios previamente estabelecidos: I – eficiência; II – alcance social; III – qualidade; IV – criatividade; V – exportabilidade; VI – originalidade; VII – aplicabilidade; VIII – Capacidade de análise crítica, reflexão e posicionamento; VIII – potencial de multiplicação (artigos 1.º, 20 e 21 do regulamento respectivo, disponível em: <http://www.anpr.org.br/premiorepublica/regulamento/>, acesso em 31/05/2016). Mais informações sobre os trabalhos em: [www.anpr.org.br/premiorepublica](http://www.anpr.org.br/premiorepublica).

<sup>668</sup> O Prêmio CNMP é uma iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público e “foi criado para dar visibilidade aos programas e projetos do Ministério Público brasileiro que mais se destacaram na concretização e alinhamento do Planejamento Estratégico Nacional”. O CNMP salienta que “os projetos premiados são uma fotografia das ações que estão sendo realizadas em todo o País. Cada projeto traduz nossa crença na possibilidade de contribuir para o fortalecimento e o aperfeiçoamento institucional, bem como o reconhecimento de que uma atuação integrada de todo o Ministério Público será mais efetiva. A caminhada rumo a uma atuação nacional integrada está apenas começando e contamos com todos para que o Ministério Público brasileiro possa efetivamente contribuir para as conquistas da sociedade brasileira”. Ao Prêmio CNMP podem concorrer “os membros e servidores de unidades do Ministério Público brasileiro que sejam responsáveis pelos projetos inscritos no Banco Nacional de Projetos”, sendo que “o Banco Nacional de Projetos é ferramenta da Ação Nacional, responsável por coletar e disseminar os projetos bem-sucedidos no âmbito do Ministério Público brasileiro. Seu objetivo é possibilitar que cada unidade do Ministério Público, ao inscrever seus projetos, possa dar ampla publicidade às suas atividades de sucesso, as quais podem ser replicadas em todo o território nacional, havendo interesse. Além disso, o Banco Nacional de Projetos é uma importante fonte de memória de um trabalho amplo e eficaz realizado em todo o território nacional, estando disponível para consulta pública” (Informações disponíveis em <http://www.cnmp.mp.br/premio/>, acesso em 20/08/2016).

categoria “Defesa dos Direitos Fundamentais”), ambos em 2014. A parceria entre Ministério Público Federal e Ministério Público dos Estados é fundamental no âmbito do MPEduc, fator que tem garantido ao Estado de Sergipe, como noticiado, o posto de número um em recomendações expedidas e municípios participantes<sup>669</sup>.

O MPEduc com toda sua dimensão e propósitos, mais que um projeto institucional, traz consigo o potencial de mudar significativamente o próprio futuro do Brasil, porquanto se concentra em um dos anseios mais relevantes de qualquer sociedade: garantir educação de qualidade àqueles que podem construir um país melhor. O foco na educação faz com que o MPEduc seja um importante instrumento para ampliação das *cotas de dignidade* de crianças e jovens que constituem o porvir da nação brasileira. Algo idealizado para além das próprias instituições, com destaque para a parceria estabelecida, em *redes*, com educadores e demais profissionais da educação. As audiências públicas realizadas fomentam os *debates* e garantem resultados concretos através de *construções coletivas*. O MPEduc é um exemplo, no mundo real, da teoria crítica dos direitos humanos posta em prática.

---

<sup>669</sup> O autor destes escritos teórico-práticos é o responsável pela implementação do MPEduc em todo o Estado de Sergipe, o que somente tem sido possível devido ao excepcional nível de integração e colaboração com o Ministério Público estadual, cabendo destacar a parceria contínua e incessante com o Promotor de Justiça Alexandro Santana, Diretor do Centro de Apoio Operacional da Educação do MP sergipano. De igual modo, é de se destacar a colaboração de professores e professoras, notadamente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (Sintese). A atuação conjunta faz de Sergipe o único Estado da Federação em que o MPEduc é executado de forma integral e simultânea em relação ao gestor estadual e aos 75 gestores municipais. Além de recomendações expedidas, foram visitadas mais de 280 escolas, município por município, da rede estadual e da rede municipal de educação pública, bem como aplicados mais de 1.500 questionários sobre a qualidade educacional. Como resultado, MPF e MP/SE conseguiram firmar compromissos (“Pacto pela Educação Sergipana”) com todas as municipalidades sergipanas e com o Estado de Sergipe. No Pacto pela Educação, os gestores se comprometem a tornar a educação prioridade máxima. Para isso, vão adotar medidas para incluir recursos no orçamento, mobilizar todo o município, servidores, professores, pais, alunos, empresários e comunidade em geral. As municipalidades se comprometeram a apresentar relatório indicando, escola por escola, o que é necessário para assegurar educação de qualidade aos alunos. O documento deve abordar os oito aspectos do MPEduc (estrutura física, plano pedagógico, inclusão, alimentação escolar, transporte escolar, programas do governo federal e funcionamento dos dois principais conselhos sociais que atuam na análise de prestação de contas de verbas direcionadas para a educação). No relatório, o município deve explicitar o que já executou e o que executará, e em que prazos. Também deve informar às fontes orçamentárias, se serão empregados recursos próprios ou aportes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. No Pacto pela Educação, os gestores assumiram o compromisso de realizar todas as obras e serviços de menor porte que garantam melhorias imediatas, em relação a cada escola municipal, de tudo informando os Ministérios Públicos. Comprometeram-se também a garantir que os Conselhos de Controle Social (CAE e CACs Fundeb) possam exercer adequadamente suas funções, inclusive com acesso às dependências das escolas municipais. (Informações em [http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy\\_of\\_direitos-do-cidadao/mpeduc-mpf-e-mp-se-convocam-todos-os-prefeitos-de-sergipe-para-firmar-compromisso-pela-educacao](http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_direitos-do-cidadao/mpeduc-mpf-e-mp-se-convocam-todos-os-prefeitos-de-sergipe-para-firmar-compromisso-pela-educacao), e, dentre outras relacionados, também presentes em [http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy\\_of\\_direitos-do-cidadao/mpeduc-mpf-e-mp-se-convocam-todos-os-prefeitos-de-sergipe-para-firmar-compromisso-pela-educacao](http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_direitos-do-cidadao/mpeduc-mpf-e-mp-se-convocam-todos-os-prefeitos-de-sergipe-para-firmar-compromisso-pela-educacao), acesso: 21/08/2016).

#### 4.4.2 O MPF PELA SAÚDE: ALENTO AOS ESQUECIDOS<sup>670</sup>

A atuação do MPF na área da saúde é contínua e constante, não somente por meio de seus membros em todas as regiões brasileiras, mas também devido a diretrizes e medidas do Grupo de Trabalho temático (GT Saúde)<sup>671</sup> que auxilia a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC). Dentre inúmeras medidas realizadas cumpre destacar aquela que proporcionou nova vida a homens e mulheres “esquecidos” do meio social, pacientes de hospitais psiquiátricos vivendo em condições desumanas, na região que abrigava o maior polo manicomial do Brasil, com mais de 2,7 pacientes (municípios paulistas: Sorocaba-SP, Salto de Pirapora-SP e Piedade-SP). A partir da atuação do MPF, em parceria com o Ministério Público do Estado de São Paulo, foi firmado um compromisso de ajuste de conduta com os gestores estadual e municipais para que os pacientes “passem a viver em residências terapêuticas ou junto de suas famílias.

Os entes governamentais se comprometeram<sup>672</sup> a realizar planos de ação, os quais devem respeitar as seguintes diretrizes, dentre outras: *“o objetivo do tratamento terapêutico, sempre baseado no princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, da Constituição da República), deverá ser sempre a reinserção social do paciente no seu meio, com assistência multiprofissional, buscando a desinstitucionalização, os recursos extrahospitais existentes e a inclusão dos pacientes em serviços comunitários de saúde mental e assistência social (Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001)”*; igualmente, *“os Municípios deverão executar políticas específicas para completa reinserção familiar e social destes pacientes; a avaliação clínica e psicossocial de todos os pacientes deverá orientar a implantação dos serviços, para que sejam adequados à suas necessidades, observando-se os seguintes componentes: avaliação clínica, avaliação psiquiátrica, situação jurídica e tipo de internação, identificação comprovada por documentos; e*

---

<sup>670</sup> A atuação, no âmbito do MPF, é de autoria do Procurador da República Jefferson Aparecido Dias e da Procuradora da República Lisiane Cristina Braeher.

<sup>671</sup> Informações sobre o GT Saúde em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/grupos-de-trabalho/saude/institucional/apresentação>, acesso em 20/08/2016.

<sup>672</sup> A íntegra do acordo firmado está disponível em <http://www.prsp.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/pdfs-das-noticias/TAC%20SOROCABA%20ASSINADO.pdf>, acesso em 20/08/2016.

*aspectos psicossociais (identificação de benefícios, deficiências e condição de mobilidade, autocuidado, comunicação e vínculos familiares e sociais)”.*

O atuar recebeu o Prêmio Innovare (na categoria “Ministério Público”) em 2014. Imperioso visualizar a essência dessa atuação em prol dos “esquecidos”:

O acordo, celebrado após seis meses de intensas negociações, resultou da investigação sobre a situação dos hospitais. O procedimento constatou que havia pacientes em condições desumanas de assistência e levou à interdição do Hospital Vera Cruz, em Sorocaba. Durante a fiscalização na unidade, foram encontrados pacientes totalmente nus circulando pelos corredores e em péssimas condições de saúde e higiene, alguns carentes até mesmo de tratamento clínico. Graças ao compromisso assumido foi feito um amplo levantamento da situação dos hospitais e pacientes, inclusive com a realização de um censo de todos os residentes nas unidades manicomiais, e adotadas providências para a garantia dos direitos dos cidadãos internados. O termo estabelece ainda que até dezembro de 2015 todos os pacientes atendidos pelos hospitais psiquiátricos da região sejam transferidos para a Rede de Atenção Psicossocial, gerida pelo poder público.

Para o procurador da República Jefferson Aparecido Dias, um dos que assina o TAC, o acordo é um exemplo de como os Ministérios Públicos são mais fortes quando atuam em conjunto, no caso o MPF e o MP-SP, além de demonstrar a importância de seus membros adotarem uma postura que busca a articulação dos poderes públicos. ‘O desafio é enorme e apenas com a atuação em conjunto ele poderá ser superado’, afirma. A procuradora Lisiane Cristina Braeher também representa o MPF no documento<sup>673</sup>.

---

<sup>673</sup> O Prêmio é uma iniciativa do Instituto Innovare (que tem como parceiros institucionais a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, a Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, a Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE e a Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR). O objetivo do Prêmio Innovare é *“identificar, premiar e disseminar práticas inovadoras realizadas por magistrados, membros do Ministério Público estadual e federal, defensores públicos e advogados públicos e privados de todo Brasil, que estejam aumentando a qualidade da prestação jurisdicional e contribuindo com a modernização da Justiça Brasileira. As práticas identificadas demonstram o rico e diversificado trabalho que vem sendo realizado e o acervo é disponibilizado no Banco de Práticas deste portal, podendo ser consultado gratuitamente por todos os interessados”*. As inscrições são avaliadas pela Comissão Julgadora com base nos seguintes critérios: *“celeridade, qualidade, criatividade, praticidade, ineditismo, exportabilidade, satisfação do usuário, alcance social e abrangência territorial”*. Cabe registrar que *“o Prêmio Innovare recebe inscrições oriundas de todos os estados do Brasil, de todas as instâncias e esferas da Justiça Brasileira”* (<http://www.premioinnovare.com.br/sobre>, acesso em 20/08/2016). Informações adicionais disponíveis em: [http://www.prsp.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/noticias\\_prsp/16-12-14-2013-mpf-sp-vence-premio-innovare-com-iniciativa-pela-desinternacao-e-reinsercao-social-de-pacientes-psiquiatricos](http://www.prsp.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/noticias_prsp/16-12-14-2013-mpf-sp-vence-premio-innovare-com-iniciativa-pela-desinternacao-e-reinsercao-social-de-pacientes-psiquiatricos), acesso realizado em 20/08/2016.

E recentemente, tamanha a importância do caso e sua repercussão em favor desses “esquecidos”, foi realizado documentário a respeito pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, sob o título “A Chave da Nossa Casa”<sup>674</sup>. A atuação demonstra o significado de *visibilizar* (o que estava oculto aos olhos da sociedade), *desestabilizar* (mostrando que essa situação é inaceitável e totalmente contrária à dignidade humana) e *transformar* (agindo para que pessoas até então invisíveis pudessem ser notadas, acolhidas e respeitadas; e a elas fosse assegurado o acesso a bens materiais e imateriais necessários a uma vida digna de ser vivida). A iniciativa é outro exemplo da teoria crítica dos direitos humanos em concreto.

#### 4.4.3 O MPF PELA MORADIA: O FIM DE UMA LONGA ESPERA<sup>675</sup>

A falta de moradia digna é um drama social que aflige milhões de brasileiros, tanto na zona urbana como na zona rural. Com efeito, no campo, a situação é ainda mais gravosa, pois a moradia está ligada também ao trabalho na terra e à própria subsistência. A questão que bateu às portas do MPF foi a de duzentas famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra (mais de mil pessoas entre crianças, mulheres, gestantes e idosos) que, apesar de ocuparem determinada área há mais de 15 anos (em município do interior sergipano: Malhador-SE) estavam prestes a ser despejadas por ordem judicial. Um complicador dificultava ainda mais o caso: o Supremo Tribunal Federal (Corte Máxima da Justiça brasileira) acabara de anular, sem a possibilidade de novos recursos, ato do Presidente da República que havia declarado o local como de interesse social para fins de reforma agrária.

O MPF, então, diligenciou e descobriu que os proprietários do imóvel rural eram grandes devedores de tributos federais (a dívida era maior do que valia a própria área). Além do ajuizamento de medida judicial (Ação Civil Pública) deu-se início a um trabalho conjunto cujo resultado foi promissor:

*“(...) - Reforma Agrária: atuação conjunta entre MPF, Incra, Fazenda Nacional e Justiça Federal soluciona histórico conflito de terras em Sergipe*

<sup>674</sup> Informações e documentário em <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/informativos/edicoes-2016/agosto/saude-mental-desinstitucionalizacao-de-pacientes-psiquiatricos-e-tema-de-documentario/>, acesso em 25/08/2016.

<sup>675</sup> A atuação, no âmbito do MPF, é do autor destes escritos teórico-práticos. O caso foi objeto da Ação Civil Pública n.º 0004975-46.2013.4.05.8500 (3ª. Vara Federal da Justiça Federal da Seção Judiciária de Sergipe).

O resultado positivo, obtido após o ajuizamento de ACP pelo MPF, garante o assentamento de 200 famílias, o recebimento pela União de grande dívida fiscal no Estado e ainda quita débitos trabalhistas de R\$ 4 milhões

Há cerca de um ano, em novembro de 2013, o Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE) ajuizou Ação Civil Pública contra a União com o objetivo de garantir a permanência, na Fazenda Tingui, em Malhador-SE, das mais de mil pessoas (crianças, jovens, adultos e idosos) que lá viviam. À época, havia uma decisão de reintegração de posse em favor dos proprietários do imóvel rural. O MPF foi acionado pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe que alertou sobre a relevância do caso e pediu providências.

A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão e da Cidadã (PRDC) do MPF/SE apurou os fatos e levou à questão à Justiça Federal. Alegou-se, na ação judicial, que apesar de o Supremo Tribunal Federal ter julgado improcedente a desapropriação movida pelo Incra, a área havia sido declarada como de interesse social para reforma agrária pela Presidência da República (criando expectativas nas famílias ocupantes) e a União era detentora, em face dos proprietários do móvel, de créditos tributários em valores que ultrapassavam R\$ 14 milhões. (...)

*Atuação conjunta* - durante o curso da ACP, MPF, Incra e Fazenda Nacional passaram a atuar em conjunto para solucionar a questão. Após reuniões e providências diversas, inclusive perante a Justiça Federal, o impasse foi resolvido de forma extremamente positiva. O Incra assumiu a área e poderá realizar o assentamento de 200 famílias. A União recebeu mais de R\$ 7 milhões em créditos fiscais, quitando significativa dívida tributária em Sergipe. Foram pagos, também, cerca de R\$ 4 milhões em débitos trabalhistas, beneficiando trabalhadores que estavam há anos sem receber seus direitos. “O desfecho deste caso é histórico, pondo fim a um drama de quase duas décadas. Com o esforço conjunto de órgãos e instituições foi possível se obter um resultado digno de comemoração, o qual contou, ainda, com a colaboração dos proprietários da área e, claro, com a incessante e incansável mobilização de movimentos sociais, trabalhadores rurais e agentes políticos”, destaca o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão/Cidadã, Ramiro Rockenbach<sup>676</sup>.

O caso recebeu o Prêmio República<sup>677</sup> (1.º lugar na categoria “Direitos do Cidadão”), em 2015, e impulsionou a edição de ato normativo pelo Advogado-Geral da União e pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário<sup>678</sup>, de forma que, a partir de então, está regulamentado “o procedimento de adjudicação de imóveis rurais em

<sup>676</sup> As informações estão disponíveis em: [http://www.prse.mpf.mp.br/signo/vernoticialInternet.php?cod\\_noticia=5946](http://www.prse.mpf.mp.br/signo/vernoticialInternet.php?cod_noticia=5946), acesso realizado em 30/05/2016.

<sup>677</sup> Informações em <http://www.anpr.org.br/premiorepublica/acoes-vencedoras/>, acesso em 31/05/2016.

<sup>678</sup> O ato normativo conjunto, da AGU e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Portaria Conjunta Nº. 12, de 21 de maio de 2014), está disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=6&data=22/05/2014&captchafield=firistAccess>, acesso em 30/05/2016.



*favor do Programa Nacional de Reforma Agrária em execuções propostas pela União ou por Autarquias e Fundações Públicas Federais*”, o que facilita iniciativas dessa natureza, sem a necessidade de medidas judiciais, em todo o Brasil. Cabe referir ainda que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, utilizando-se dessa nova sistemática inclusive já solucionou outro histórico impasse no campo, pondo fim a disputas e conflitos entre proprietários e trabalhadores e trabalhadoras sem-terra que perdurava por mais de 15 anos<sup>679</sup>.

As medidas adotadas evidenciam a importância de se abordar as *relações sociais de produção* e a própria *historicidade* que marcam a configuração da concentração de terras no Brasil, notadamente para se questionar *valores* dominantes e hegemônicos (o direito de propriedade estava sendo assegurado judicialmente mesmo a quem era grande devedor de tributos destinados à realização do bem-estar coletivo). A presença desses elementos do *diamante ético* caracteriza o caso como mais um exemplo da teoria crítica dos direitos humanos.

#### **4.4.4 O MPF PELO TRABALHO DIGNO: ESCRAVOS NUNCA MAIS<sup>680</sup>**

As relações de trabalho e suas mazelas acompanham a humanidade de longa data. No Brasil ainda Império, como vimos, o Ministério Público recebeu a missão de atuar pelo registro dos filhos das mães de escravas, nascidos livres após a edição da chamada Lei do Ventre Livre, em 1871<sup>681</sup>. O tempo passou e, em pleno Século XXI, em território brasileiro, persistem casos da chamada escravidão contemporânea (trabalhadores e trabalhadoras submetidos a condições degradantes) como numa carvoaria inspecionada pelo MPF, onde se detectou: *“a péssima estrutura destinada à habitação dos empregados, construída sem revestimento adequado, sujeita à*

<sup>679</sup> Informações disponíveis em <http://www.incra.gov.br/noticias/incra-aposta-em-novo-modelo-de-aquisicao-de-terras>, acesso realizado em 25/08/2016.

<sup>680</sup> A atuação, no âmbito do MPF, é do Subprocurador-Geral da República José Bonifácio Borges de Andrada, e das Procuradoras e Procuradores da República Maria Clara Barros Noleto, Ana Carolina Araújo Alves Roman, Fernando Túlio da Silva, Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara, Melina Alves Tostes, Natália Lourenço Soares, Onésio Soares Amaral, Rosane Cima Campiotto, Sabrina Menegário e Victor Manoel Mariz.

<sup>681</sup> MARUM, Jorge Alberto Oliveira. Op. Cit., pp. 48-49. O autor, importante remarcar, citando José Reinaldo de Lima Lopes, destaca um caso específico de um membro do Ministério Público, no Maranhão, que em 1874 denunciou um senhor que castigara imoderadamente uma escrava. O senhor defendeu-se alegando que a escrava não tinha legitimidade para prestar queixa, mas a defesa foi rejeitada pelo juiz e depois pelo Tribunal, assentando-se na legitimidade do MP para representar os escravos em juízo.

*alagamentos e introdução de fumaça advinda dos fornos, sem a necessária higienização; inexistência de equipamentos de primeiros-socorros; inexistência de instalações sanitárias para realização das necessidades fisiológicas dos trabalhadores, os quais utilizavam o mato para tanto, sem o devido resguardo de privacidade; não disponibilização de refeitórios e locais para o preparo de alimentação, tendo os empregados que improvisar fornos e assentos ao chão; não fornecimento de água potável e fresca aos empregados”, etc.<sup>682</sup>).*

O MPF, diante desse quadro, instituiu Grupo de Trabalho (GT Escravidão Contemporânea) com o objetivo de aprimoramento da própria política de combate à escravidão, em especial no que se refere ao crime de redução à condição análoga à de escravo<sup>683</sup>. O GT, nesse toar, vem agindo através do *“estabelecimento de políticas de atuação na persecução penal dos referidos crimes, da melhora da estrutura e eficiência dos órgãos responsáveis, bem como do aperfeiçoamento da comunicação e do relacionamento com a sociedade”*<sup>684</sup>.

O Projeto “Ministério Público Federal contra a escravidão contemporânea” recebeu o Prêmio CNMP (1.º lugar na categoria “Diminuição da Criminalidade e da

---

<sup>682</sup> As informações constam de denúncia criminal apresentada pelo MPF (subscrita pela Procuradora da República Nayana Fadul da Silva) à Justiça Federal no Pará (decorrente do Procedimento Investigatório Criminal – PIC n.º 1.00.000.013039/2011-01) disponível em [http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/coordenacao/comissoes-e-grupos-de-trabalho/escravidao-contemporanea-migrado-1/denuncias/denuncias/pecas-para/PI\\_13039\\_2011\\_trabalho%20escravo.pdf](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/coordenacao/comissoes-e-grupos-de-trabalho/escravidao-contemporanea-migrado-1/denuncias/denuncias/pecas-para/PI_13039_2011_trabalho%20escravo.pdf), acesso em 20/08/2016. Outros tantos casos similares dessa atuação do MPF estão disponíveis em <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/coordenacao/comissoes-e-grupos-de-trabalho/escravidao-contemporanea-migrado-1/denuncias/denuncias/para>, acesso em 20/08/2016.

<sup>683</sup> O crime está assim positivado no Código Penal brasileiro em vigor: Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003). Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003). § 1º Nas mesmas penas incorre quem: (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003) I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003) II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003). § 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003) I - contra criança ou adolescente; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003) II - por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003). Informações em [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Decreto-Lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del2848.htm), acesso em 20/08/2016.

<sup>684</sup> Informações sobre o Grupo de Trabalho Escravidão Contemporânea, do MPF, disponíveis em <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/coordenacao/comissoes-e-grupos-de-trabalho/escravidao-contemporanea-migrado-1/apresentacao>, acesso em 20/08/2016.

Corrupção”), em 2014<sup>685</sup> e o Prêmio República (1.º lugar na categoria “Criminal”) em 2015<sup>686</sup>. A divulgação respectiva é digna de nota:

A iniciativa prevê o estabelecimento de políticas de atuação e uma maior eficiência no combate à escravidão, além de uma melhoria do relacionamento com a sociedade. A coordenadora do Grupo de Trabalho (GT) Escravidão Contemporânea, procuradora da República Maria Clara Noletto, explica que o projeto começou com a criação do GT pela 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, que atua na temática crimina. ‘Desde então, estamos conseguindo muita coisa. O prêmio se deve a uma sinalização de preocupação por parte do Ministério Público com o tema’, destaca. Ela lembra, ainda, uma série de ações que o MPF realizou e que teriam contribuído para a premiação. ‘Em um ano e meio já realizamos adequações no Sistema Único para a coleta de dados, conseguimos a participação de procuradores em grupos móveis de combate à escravidão, aprovamos a priorização do julgamento de crimes relacionados à escravidão contemporânea no Plano Estratégico do Conselho da Justiça Federal, entre outros’, exemplifica.

Além disso, em janeiro de 2014, foi lançada a Campanha de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil, com o objetivo de informar os cidadãos sobre a atuação do Ministério Público e orientá-los sobre como agir caso tenha conhecimento de alguma irregularidade.<sup>687</sup>

A dedicação a essa causa faz emergir o impacto das *forças produtivas* e o próprio modelo de *desenvolvimento* de uma nação. No âmago da ideologia-mundo capitalista hegemônica, trabalhadores, ainda hoje, são obrigados a produzir em regime de escravidão contemporânea e a eles é negado o acesso a bens mínimos, como água potável, possibilidade de se alimentar, vestir, repousar e fazer suas necessidades fisiológicas dignamente. Outras vez, elementos do *diamante ético* fazem da atuação vivo exemplo, na prática, da teoria crítica dos direitos humanos.

---

<sup>685</sup> Informações em [http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Congresso/5congresso/Livreto\\_20x20\\_Premio\\_CNMP\\_WEB.PDF](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Congresso/5congresso/Livreto_20x20_Premio_CNMP_WEB.PDF), acesso em 20/08/2016, pp. 27-28.

<sup>686</sup> Informações em <http://www.anpr.org.br/premiorepublica/acoes-vencedoras/>, acesso em 20/08/2016.

<sup>687</sup> Informações disponíveis em <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/cnmp/projeto-de-combate-a-escravidao-contemporanea-vence-premio-cnmp>, acesso em 20/08/2016.

#### 4.4.5 O MPF PELAS MINORIAS: POR ELAS E COM ELAS<sup>688</sup>

O MPF, em ação conjunta, realizou o projeto/ação “Direitos Humanos e Emancipação de Minorias”. A iniciativa almejou oferecer às pessoas que correspondem a minorias em território nacional a possibilidade de reivindicarem, perante os órgãos públicos com atribuição, medidas que assegurem a efetivação de direitos humanos. Tudo, com o intuito de *“produzir uma consciência de emancipação, em termos de direitos humanos nas minorias”*.

Os trabalhos conjuntos foram realizados em três locais distintos (escolhidos previamente por envolverem os grupos minoritários mais necessitados da região e, em princípio, os que recebem menos atenção das autoridades públicas quanto aos seus direitos humanos). Optou-se por um modelo teórico-prático em que toda a comunidade (quilombola, indígena e ribeirinha) pudesse estar presente e participar (e não somente eventuais representantes delas). Para tanto, as atividades ocorreram onde as pessoas vivem, a saber: a) na Comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte, no Município de Corguinho-MS; b) na Terra Indígena Kadiwéu - Aldeia Alves de Barros, no Município de Porto Murtinho-MS; e c) na Comunidade Ribeirinha da Barra do São Lourenço (Pantanal), no Município de Corumbá-MS.

Ao todo foram mais de 24 horas de viagem em percurso terrestre, em estradas de difícil acesso e outras 11 horas (460 km) de barco pelo rio Paraguai. Em uma das comunidades, em razão da distância, a equipe de trabalho dormiu no local. Com o objetivo de ouvir demandas e conscientizar as minorias de seus direitos, representantes do Ministério Público, da Justiça e do Instituto Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento percorreram comunidades distantes do Estado de Mato Grosso do Sul. Nas reuniões, quilombolas, indígenas e ribeirinhos

---

<sup>688</sup> As atividades, projetadas pelo autor destes escritos teórico-práticos, foram desenvolvidas em junho de 2010 pelo MPF (de Mato Grosso do Sul) em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU e com o Instituto Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento – IDHID. Além do autor, participaram dos trabalhos os procuradores da República Emerson Kalif Siqueira (Campo Grande/ MS), Jefferson Aparecido Dias (Marília/ SP) e Wilson Rocha Assis (Corumbá/ MS); o promotor de Justiça Antonio Suxberger (Distrito Federal e Territórios); o juiz do Trabalho André Luiz Machado (Recife/ PE); e o professor universitário Ruben Manente, do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (Cesusc), então Presidente do Instituto Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento (IDHID).

debateram, trocaram de posição com os palestrantes, tiveram vez e voz, definiram seus principais problemas, elegeram prioridades e formularam documentos.

Os membros do MPF que atuam na defesa dessas minorias participaram do projeto/ação, já que é fundamental dar seguimento às reivindicações e ao contato estabelecido. As atividades foram registradas em documentos firmados por representantes das comunidades e pelos integrantes da equipe de trabalho.

É válido consignar a impressão dos idealizadores<sup>689</sup>:

(...) Nas reuniões, quilombolas, indígenas e ribeirinhos debateram e definiram seus principais problemas, elegeram prioridades e formularam documento às autoridades. (...). Para o procurador da República Ramiro Rockenbach (MPF/MS), "é fundamental que as autoridades conheçam e vivenciem a vida cotidiana difícil e diferenciada dos quilombolas, indígenas e ribeirinhos. Os Direitos Humanos não podem ficar limitados a um amontoado de papéis, em processos judiciais sem fim. A vida e a dignidade dessas pessoas merece maior respeito. A resolução dos seus problemas deve ser mais rápida e ágil. Tentamos contribuir para dias melhores". (...)

#### Exercício de cidadania

"É importante que comunidades como as visitadas vejam no Ministério Público um interlocutor qualificado para suas demandas. A intenção é permitir que o Ministério Público atue não apenas como legítima voz dessas necessidades, mas também como um agente de capacitação para que, a partir da mobilização coletiva, essas comunidades possam diretamente se fixar como novos sujeitos políticos e com substancial participação nos rumos das políticas públicas. A realização da dignidade, para eles, passa pela conscientização social e pela mobilização política, visando a uma participação cidadã nas decisões que dizem respeito diretamente a eles". Antônio Suxberger, promotor de Justiça (MPDFT).

"A oficina desencadeou duas fortes atitudes. A denúncia da complexidade do atual contexto social, econômico, político e cultural, com a existência de minorias excluídas e alijadas do acesso aos bens indispensáveis para uma vida digna e a ênfase na resistência e adoção de uma consciência crítica emancipadora que liberte esta multidão oprimida, para se tornar sujeito da História". Ruben Manente, professor acadêmico.

"As atividades desenvolvidas foram extremamente gratificantes, pois permitiram um diálogo intercultural entre as comunidades e as

---

<sup>689</sup> Informações disponíveis em <http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2010/06/atividade-aproxima-mp-e-justica-da-populacao-em-ms>, acesso em 21/08/2016.

autoridades participantes da Oficina. Os ensinamentos teóricos apresentados foram discutidos e, após uma adaptação ao contexto de suas realidades, incorporados pelas comunidades como instrumentos aptos a serem usados em suas lutas por direitos humanos. Foi um exercício de cidadania. Espero que atividades semelhantes sejam reproduzidas em outros estados brasileiros". Jefferson Aparecido Dias, procurador da República.

"O exercício legítimo da jurisdição, em um contexto de pluralidade cultural, exige o diálogo qualificado com os diversos grupos que formam a sociedade brasileira. As comunidades tradicionais são o traço mais significativo da diversidade cultural que o texto constitucional pretende promover e tutelar. A visita *in locu* a essas comunidades permite a compreensão mais profunda de suas necessidades e a análise mais crítica e adequada das políticas públicas voltadas ao atendimento de suas demandas". Wilson Rocha Assis, procurador da República.

"A oficina Direitos Humanos e Emancipação de Minorias revelou-se importante sob diversos prismas, destacando-se, para mim, dois: a) as minorias visitadas (comunidades quilombola, indígena e ribeirinha) devem ter consciência de que são titulares de direitos e podem ter acesso às condições mínimas para uma vida digna, para tanto devem se articular e mobilizar coletivamente para a conquista e manutenção de tais direitos; b) o Ministério Público deve estruturar-se adequadamente para minimamente conseguir, de forma ágil, dar vazão, tanto na seara extrajudicial quanto na judicial, às demandas das minorias em comento, o que hoje ainda está longe de se verificar". Emerson Kalif Siqueira, procurador da República.

Após a realização da iniciativa, os membros do MPF prosseguiram atuando com o objetivo de garantir o atendimento aos direitos humanos reivindicados pelas minorias. Os integrantes da Comunidade Ribeirinha do São Lourenço (Pantanal), no Município de Corumbá-MS, por exemplo, em relação à área em que estão suas casas, foram titulados com o documento denominado TAUS (Termo de Autorização de Uso Sustentável), expedido pela União; outros avanços significativos foram alcançados como a instalação de "orelhão" no local (telefone público), a destinação de vestimentas adequadas (pelo Ministério Público do Trabalho) para melhorar as condições laborais dos catadores de isca; a doação (pela Receita Federal) de roupas e madeira apreendidas; a criação de uma associação para os

artesãos e artesãs (através de um trabalho desenvolvido pela Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE), e moradias dignas<sup>690</sup>.

A atuação foi impulsionada por profissionais do MPF, MPDFT, Justiça e academia familiarizados com a teoria crítica dos direitos humanos e, portanto, teve nela sua razão de ser. Os pressupostos teórico-práticos podem ser extraídos das falas de seus participantes. De fato, foi um projeto/ação com ênfase nesses grupos de minorias que tratou da *“conscientização social”* e *“mobilização política, visando a uma participação cidadã nas decisões que dizem respeito diretamente a eles”*; deu *“ênfase na resistência e adoção de uma consciência crítica emancipadora que liberte esta multidão oprimida, para se tornar sujeito da História”*; promoveu *“diálogo intercultural”*; se materializou numa visita ao próprio local das comunidades, permitindo *“a compreensão mais profunda de suas necessidades e a análise mais crítica e adequada das políticas públicas voltadas ao atendimento de suas demandas”*; e, por fim, nesses grupos minoritários despertou a *“consciência de que são titulares de direitos e podem ter acesso às condições mínimas para uma vida digna”*, sendo que *“para tanto devem se articular e mobilizar coletivamente”*.

#### 4.4.6 O MPF DANDO VOZ A QUEM NÃO TINHA: O PROCESSO-FILME<sup>691</sup>

O MPF por vários anos acompanhou a dramática situação real vivenciada pelos trabalhadores e trabalhadoras que tentam sobreviver no imóvel rural da *“Associação dos Micro Agricultores e Piscicultores de Mato Grosso do Sul-AMAP”*, na localidade de Rochedo-MS. Um programa governamental mal sucedido, repleto de erros e falhas, culminou deixando mais de uma dezena de famílias lançadas à própria sorte: enganadas por pessoas mal intencionadas se tornaram devedoras da terra que ocupam, não podem ter acesso a crédito e não conseguem produzir.

---

<sup>690</sup> Maiores informações em <http://riosvivos.org.br/noticias/taus-no-pantanal-um-instrumento-protetor-de-comunidades-vulneraveis/>; <http://www.riosvivos.org.br/canal.php?c=289&mat=17953>; <http://www.riosvivos.org.br/canal.php?c=503&mat=18466>; <http://riosvivos.org.br/pagina-inicial/destaque-inferior/spu-declara-ser-de-interesse-publico-area-da-comunidade-da-barrado-sao-lourenco/>; <http://riosvivos.org.br/noticias-eco/casas-adaptadas-para-comunidades-tradicionais-do-pantanal/>, acesso em 20/08/2016. É importante destacar o trabalho da ECOA (organização da sociedade civil) a respeito da temática na região, e em especial na citada Comunidade Ribeirinha da Barra do São Lourenço (Pantanal), no Município de Corumbá-MS.

<sup>691</sup> O caso é descrito na Ação Civil Pública n.º 0002904-30.2011.4.03.6000 (4ª. Vara da Justiça Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul) e decorre de atuação do autor destes escritos teórico-práticos.

Os órgãos da administração pública envolvidos, com baixa efetividade e com muita demora, após irem ao local, atestaram, em documento formal, que as irregularidades foram resolvidas. Não satisfeito, porém, o MPF foi à área rural e verificou que a situação era diametralmente oposta: um descaso total. Com efeito, era visível a afronta ao direito humano à vida e ao trabalho com dignidade, em especial de homens e mulheres que foram iludidos, enganados, ludibriados e continuavam desassistidos pelo Poder Público que, embora reconhecesse os equívocos de extinto programa governamental, não adotava medidas concretas aptas a modificar e garantir o bem-estar daquelas pessoas.

O MPF, na inspeção realizada na área, gravou imagens e depoimentos dos trabalhadores rurais. Logo após, fez-se um processo-filme (uma ação judicial com imagens e narrativas, oportunizando-se vez e voz àqueles homens e mulheres até então invisíveis). O processo-filme efetuado pelo MPF mostrou-se revelador, numa tentativa de levar ao Poder Judiciário Federal, com imagens reais, o que a comunidade local expressou nas seguintes palavras:

“(...) A comunidade da AMAP solicita ao Poder Judiciário que interceda por um povo que depositou a confiança nos dirigentes desta referida associação, a esperança de obter os recursos vindos do Governo Federal. Porém, essa verba que nos daria a condição de trabalharmos dignamente, foi utilizada para atender interesses próprios de pessoas que não faziam parte da diretoria da AMAP. A atitude repudiante desses meliantes deixou várias famílias em situação difícil, passando por dificuldades financeiras, uma vez que não puderam produzir na terra os produtos suficientes para obter um conforto digno. Atualmente, as reportagens dão conta que o Brasil é um país que solidifica sua economia e se destaca na economia mundial como um país emergente. A nossa comunidade gostaria também de ser forte e crescer economicamente e moralmente para ser orgulho e exemplo para o nosso País. Mas, essa realidade só será possível se os valores dos recursos que foram desviados chegarem nas mãos dos trabalhadores conforme era previsto. Encarecidamente, pedimos ao MM. Juiz que interceda por um povo, que embora já sofra há quase dez anos em virtude da falta desses recursos, ainda acredita na seriedade e sensibilidade da Justiça, no sentido de fazer os direitos e fortalecer um povo que quer ter orgulho de ser brasileiro e contribuir com o aumento da produção para que o nosso País seja soberano e respeitado como o celeiro do mundo”.

O processo judicial segue seu curso e nele está gravado, em filme, o que aqueles cidadãos e cidadãs passaram e o que esperam da Justiça brasileira. O caso,



imperioso evidenciar, enfatiza a *posição* e a *disposição* desses trabalhadores e trabalhadoras, mas, principalmente, numa trajetória pela busca da *emancipação*, leva, via processo-filme, as *narrações* desses excluídos diretamente ao Poder Judiciário, em mais um exemplo de elementos do *diamante ético* sendo colocados em marcha, na vida real, à luz da teoria crítica dos direitos humanos.

#### 4.4.7 O MPF PELO MEIO AMBIENTE: “CARNE LEGAL” – O MAIOR PROCESSO DE REDUÇÃO DA EMISSÃO DE GASES DO EFEITO ESTUFA E DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE<sup>692</sup>

O MPF elaborou e impulsiona a iniciativa/campanha conhecida como “*Carne Legal*” cujo objetivo é assegurar à população que a carne à disposição de cidadãos e cidadãs, no Brasil e no exterior, tenha origem em gado criado em fazendas legalizadas dos pontos de vista ambiental, social, trabalhista e fundiário, sobretudo na região amazônica. O trabalho ganhou o Prêmio CNMP, em 2013 (1.º lugar na categoria transformação social)<sup>693</sup> e também o Prêmio República (1.º lugar na categoria Meio Ambiente e Patrimônio Cultural)<sup>694</sup> e o seu idealizador foi considerado uma das 100 personalidades do ano no Brasil, em 2009 (categoria “líderes e reformadores”)<sup>695</sup> e também recebeu o Prêmio Chico Mendes em 2011<sup>696</sup>.

<sup>692</sup> O idealizador é o Procurador da República, no Pará, Daniel Cesar Azeredo Avelino.

<sup>693</sup> A iniciativa “Carne legal fez com que, inicialmente, cem indústrias frigoríficas assinassem Termos de Ajustamento de Conduta comprometendo-se a não adquirir carne proveniente de áreas de desmatamento, com trabalho escravo e outras violações. Entre as ações do projeto, o Ministério Público Federal realizou acordos com mais de 90 municípios, definindo metas e concedendo prêmios a partir do cumprimento delas. O resultado é a diminuição do desmatamento e dos casos de trabalho escravo na região. O Pará é o estado que mais retirou municípios – quatro no total – da lista dos maiores desmatadores, produzida pelo Ministério do Meio Ambiente. Inúmeras parcerias incrementaram a iniciativa. O Banco do Brasil aderiu ao Programa, permitindo acesso a crédito bancário com juros mais baixos. O Governo do Estado do Pará lançou o ICMS Verde, que define um repasse maior para os municípios que cumprirem a meta com o Ministério Público Federal. A implantação é feita de forma gradual, variando de 2%, em 2013, até 8%, em 2016. A Associação Brasileira de Supermercados, representando mais de 90 mil lojas, também aderiu ao projeto. Informações em <http://www.cnmp.mp.br/premio/premiados/10:1-lugar-carne-legal>, acesso em 25/08/2016.

<sup>694</sup> Informações em <http://www.anpr.org.br/premiorepublica/edicoes-antiores/1o-premio-republica/acoes-vencedoras/>, acesso realizado em 25/08/2016.

<sup>695</sup> A lista foi criada pela Revista Época, em 2007, com o objetivo de evidenciar as 100 personalidades mais influentes do Brasil a cada ano. São aquelas que se destacaram pelo poder, pelo talento, pelas realizações ou pelo exemplo moral. Para integrar a lista, é preciso satisfazer pelo menos um desses critérios de modo destacado ao longo do ano. (...) A lista foi escolhida pela redação da revista, com a ajuda de milhares de leitores (que fizeram suas indicações em [epoca.com.br](http://epoca.com.br)) e de especialistas nas diversas áreas. Informações disponíveis em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI108922-15228,00-EPOCA+OS+BRASILEIROS+MAIS+INFLUENTES+DE.html>, acesso em 26/08/2016.

<sup>696</sup> O Prêmio Chico Mendes foi criado em 2002 com o objetivo de valorizar e incentivar iniciativas de proteção ao meio ambiente que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável. As homenagens, em 2011, fizeram parte da Edição Especial do Prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente, dedicada ao Ano Internacional das Florestas, instituído pelas Nações Unidas. Informações em <http://www.mma.gov.br/informmma/item/7389-premio-chico-mendes-homenageia-defensores-da-floresta>, acesso em 26/08/2016.

O “Carne Legal” é considerado pela Organização das Nações Unidas como *“o maior processo de redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa e, ao mesmo tempo, de preservação ambiental da história da humanidade”*<sup>697</sup>. Trata-se, sem dúvida, de uma das atividades mais relevantes do MPF e do próprio Ministério Público brasileiro, reconhecida, por isso, nacional e internacionalmente. A iniciativa constitui excepcional avanço no papel do Ministério Público em defesa do meio ambiente, de direitos sociais e trabalhistas e, enfim, dos direitos humanos como um todo. Informações detalhadas são dignas de menção:

O trabalho realizado pelo MPF se iniciou em 2009 e resultou em uma redução superior a 60% por cento do desmatamento ilegal da floresta Amazônica. Entre 1995 e 2008 (ano anterior ao trabalho), a média de desmatamento ilegal na Amazônia foi de mais de 17.000 quilômetros quadrados por ano. Hoje, com as ações realizadas, a média anual é ao redor de 5.000 quilômetros quadrados. A emissão de gases de efeito estufa pelo uso do solo (e desmatamento) no Brasil era, por ano, aproximadamente de 1.500.000.000 CO<sub>2</sub>e (t GWP) - dióxido de carbono - e, após o trabalho do Ministério Público Federal, passou a ser menor do que 500.000.000 CO<sub>2</sub>e (t GWP) conforme se pode observar no seguinte estudo: [http://plataforma.seeg.eco.br/total\\_emission](http://plataforma.seeg.eco.br/total_emission). *Em resumo, o trabalho impediu a emissão de mais de 7.000.000.000 CO<sub>2</sub>e (t GWP) de gases do efeito estufa entre 2009 e 2015. Esse montante é superior à emissão anual de gases de efeito estufa em todo os EUA e a redução anual obtida equivale à emissão anual de CO<sub>2</sub>e da Alemanha (sétimo maior poluidor do planeta).*

(...) É cediço que o Brasil está entre os cinco maiores emissores mundiais de gases de efeito estufa, sendo que 61% das suas emissões são resultantes de mudanças de uso do solo e desmatamento e foram essas as duas questões principais enfrentadas. O país também possui o maior rebanho bovino do mundo com uma estimativa consolidada de emissão de gases de efeito estufa "entre aproximadamente 813 Mton CO<sub>2</sub> e (milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>-equivalente) em 2008 (menor valor) e aproximadamente 1.090 Mton CO<sub>2</sub> e em 2003 (maior valor)."

(...) *Nesses seis anos de Carne Legal, cerca de 5.000.000 de hectares de floresta nativa da Amazônia foram salvos o que equivale a quase duas vezes a área da Bélgica ou a um território maior do que o da Holanda. Apenas no Estado do Pará, oito cidades inteiras, que*

---

<sup>697</sup> O reconhecimento se baseia em relatório científico elaborado pela *Union of Concerned Scientists* e apresentado na reunião da entidade sobre mudanças climáticas que ocorreu em Bonn, na Alemanha, em 2014, e destaca o Brasil como o país que mais reduziu o desmatamento e as emissões de gases que causam aquecimento global. Informações em [http://www.brasilpost.com.br/associaao-nacional-dos-procuradores-da-republica-carne-legal-avanca-com-ma\\_b\\_9502190.html](http://www.brasilpost.com.br/associaao-nacional-dos-procuradores-da-republica-carne-legal-avanca-com-ma_b_9502190.html), acesso em 25/08/2016.

estavam na lista das que mais desmatavam a Amazônia, se tornaram exemplos de produção sustentável e não desmatam mais a floresta. (Os grifos não constam no original)<sup>698</sup>.

O atuar põe em questionamento, com todo vigor, *as forças produtivas* que a partir de *valores* dominantes (agropecuária sem limites a serviço do capital, com sua lógica de crescimento a “*todo custo*” na balança contábil de perdas e ganhos) se ocupam e se utilizam de forma predatória de qualquer *espaço* (no caso, a Amazônia, “*esse ícone mundial da biodiversidade*” localizado na América do Sul e com cerca de metade da área total no Brasil). De novo, a presença de elementos do *diamante ético* faz do “Carne Legal” outro exemplo da teoria crítica dos direitos humanos.

Os casos de atuação do MPF (todos eles), aqui apresentados, curial repisar, guardam estrita consonância com a teoria crítica dos direitos humanos de Joaquín Herrera Flores. As iniciativas *visibilizam* situações singulares, *desestabilizam* modos de ver e atuar no mundo e *transformam* a realidade empoderando homens e mulheres de Norte a Sul, dando-lhes voz e vez, garantindo-lhes *espaços de luta* (reivindicações) e ampliando suas *cotas de dignidade* no meio social, sobretudo mediante *redes, debates e construções coletivas*. Agindo dessa forma, o MPF contribui para que as pessoas tenham acesso a bens materiais e imateriais que lhes possibilitem viver dignamente no que se refere a importantes aspectos da vida como educação, saúde, moradia, trabalho adequado etc. E isso é concretizado, inclusive, em relação a grupos de minorais, com *reconhecimento e valorização do diferente*, das formas culturais mais diversas que integram o Brasil plural, com destaque para o singular trabalho, reconhecido em nível nacional e internacional, em defesa do meio ambiente e da preservação da maior floresta tropical do mundo.

De igual modo, elementos do *diamante ético* se fazem presentes nessas iniciativas do MPF, uma vez que são reveladas causas (*historicidade*) e as pessoas, tomando consciência (*disposição*), passam a compreender melhor o universo em que estão inseridas e os reflexos disso (*forças produtivas, relação social de produção e desenvolvimento*) e entender o importante papel que elas podem exercer (*práticas*

---

<sup>698</sup> Idem.

*sociais*). O atuar do MPF (*instituições*), enfim, com pressupostos mais abertos e que efetivam direitos humanos no mundo real (*teorias e valores*) assume função impulsionadora, revela onde e como cada qual está (*espaço e posição*) e faz com que uma outra história seja escrita pelas pessoas e com elas (*narrações*).

É fato que iniciativas como as apresentadas são dignas de elogios. Mas é possível, sim, nos aprimorarmos muito mais, superando a visão antropocêntrica tradicional e dominante que em tudo vê razão e utilidade para os humanos, e atuando para fazer um mundo diferente, bem distante da lógica capitalista hegemônica. Um pensar e agir pelos direitos humanos que inclua os não humanos (animais e demais formas de vida) é, também, um desafio para o Ministério Público.

#### **4.5 O MPF, AS DEMAIS INSTITUIÇÕES E CADA UM DE NÓS PARA ALÉM DA DIGNIDADE HUMANA: HUMANOS, NÃO HUMANOS, PAZ E RESPEITO À VIDA**

O Ministério Público Federal (MPF), como outras instituições, pode contribuir muito para a efetivação de direitos humanos<sup>699</sup>, seja com iniciativas em prol da educação, da saúde, da moradia e do trabalho digno (contra qualquer tipo de escravidão), seja em defesa das minorias e daqueles que não tem vez nem voz, e em especial, na busca de um meio ambiente saudável e equilibrado para presentes e futuras gerações, como vimos nas citadas atuações práticas no mundo real. É algo que cada um, individual ou coletivamente, também tem potencial para concretizar, em sua vida pessoal, no lar, no trabalho, no bairro, na comunidade. Todavia, há um fim maior a ser alcançado: o convívio pacífico comum, abrangendo humanos e não

---

<sup>699</sup> Para tanto, cada qual, no MPF, em sua instituição, em seu coletivo ou em sua própria conduta individual, deve ter presente que sempre é possível fazer algo novo, reinventar, começar outra vez se for necessário. Não se acomodar. Não desistir. Não se deixar afetar por eventuais desilusões e decepções. Os obstáculos surgem a todo instante. E é a postura de cada um de nós que faz toda a diferença: não reclame, proponha alternativas; não lamente, crie; não se acomode, renove-se a cada dia; não faça apenas a sua parte, faça a diferença no todo. A cada integrante do MPF e do Ministério Público brasileiro (e a todos e todas em geral) é válido dizer: não deixe de pensar. Não permita que a rotina excessiva de trabalho prevaleça sobre a necessidade de contribuir para um mundo melhor. Não se deixe apreender por um sistema que aliena e produz máquinas de trabalhar: trabalho em quantidade, mas questionável. Ganham as estatísticas, vence a produtividade. Mas o que realmente se está fazendo para mudar a dura realidade social? Em uma assertiva: do início ao fim do expediente (e mesmo fora dele), e da posse à aposentadoria, não faça apenas a sua parte, faça a diferença no todo. E faça isso pelos direitos humanos e não humanos, isto é, pela dignidade da vida em todas as suas formas.

humanos, porquanto temos de respeitar a vida em todas as suas formas, num pensar humano que vá para além dos próprios humanos<sup>700</sup>.

A relação entre humanos e não humanos precisa ser revista urgentemente. Nesse toar, os defensores dos direitos humanos têm um papel essencial a cumprir. Deveras, precisam compreender a necessidade de ser superada a milenar visão antropocêntrica pela biocêntrica (eliminando-se comportamentos especistas)<sup>701</sup>. A nossa relação com nós mesmos, com os demais humanos e com a natureza, em nossos contextos concretos, deve incluir a dignidade numa dimensão mais ecológica<sup>702</sup> e abranger aspectos harmoniosos como os da Teoria de Gaia e da Ecologia Profunda<sup>703</sup>. Igualmente, a paz (local e global), que buscamos pela via do diálogo<sup>704</sup>, há de ser impulsionada por uma mudança de postura cujo critério de valor seja a riqueza humana e não humana e que a defesa da dignidade da vida em todas as suas formas figure como eixo central do modo de ser e agir de cada um de nós. Fatores com maior possibilidade de êxito, cabe frisar, quando todos e todas têm voz e vez, o que se mostra mais realizável com a superação do monismo pelo pluralismo jurídico, numa cultura jurídica que vá para além dos humanos<sup>705</sup>.

É, pois, um paradoxo imenso (e sobre isso é essencial refletir) se engajar na tão importante missão de defender e efetivar direitos humanos e, em paralelo, participar, mediante condutas individuais e coletivas, de práticas que submetem bilhões de vidas de não humanos a tratamento cruel e degradante até serem eliminadas. É contraditório, também, almejar a paz e, ao mesmo tempo, contribuir decisivamente para impactos ambientais, sociais e econômicos tão significativos quanto os que são causados pela exploração dos não humanos, sobretudo para fins de alimentação (o recorte escolhido nestes escritos teórico-práticos).

De fato, se defendemos o direito humano à educação, isso deve incluir também um educar sobre como estamos nos relacionando e como podemos ou devemos nos relacionar com as demais formas de vida nesse Planeta Terra. Se defendemos o direito humano à saúde, isso deve abranger o fato de que os não

---

<sup>700</sup> À luz da teoria crítica dos direitos humanos, de Joaquín Herrera Flores, essa é nossa primeira decisão inicial concreta, conforme registrado no Capítulo II, item 2.1.1, destes escritos teórico-práticos.

<sup>701</sup> Idem, segunda decisão inicial concreta.

<sup>702</sup> Idem, terceira decisão inicial concreta.

<sup>703</sup> Idem, quarta decisão inicial concreta.

<sup>704</sup> Idem, quinta decisão inicial concreta.

<sup>705</sup> Idem, sexta decisão inicial concreta.

humanos também devem ser respeitados em seu direito de viver saudavelmente. Se defendemos o direito humano à moradia, isso deve abarcar, em igual medida, o direito das demais formas de vida a desfrutarem de seus lugares (*habitats*) sem (ou com a menor possível) interferência humana.

E se combatemos a escravidão contemporânea e queremos dar voz e vez às minorias e àqueles que não têm ou não conseguem se fazer ouvir, isso necessariamente tem de incluir os que constituem os maiores escravos dos tempos atuais: os não humanos, em especial os animais, os que estão mais abaixo ainda, no Sul do Sul do sistema-mundo<sup>706</sup>, seja no Norte Global (países centrais), seja no Sul Global (países periféricos). Como defensores dos direitos humanos rejeitamos qualquer modalidade de discriminação e exploração e, portanto, não podemos compactuar com o especismo nem contribuir com ele. E é por isso que os não humanos, os animais e as demais formas de vida não devem ser tratados em debate à parte, mas sim, incluídos na própria temática dos direitos humanos.

Deveras, como defensores dos direitos humanos, e aqui cabe rememorar a clássica lição de Luigi Ferrajoli sobre a lei do mais débil (retomada em debate com Luca Baccelli, Michelangelo Bovero, Riccardo Guastini, Mario Jori, Anna Pintore, Ermanno Vitale e Danilo Zolo), temos de nos voltar essencialmente aos mais fracos, defende-los, atuar por eles e pelo benefício deles. Observemos Ferrajoli:

(...) si queremos que los sujetos más débiles física, política, social o económicamente sean tutelados frente a las leyes de los más fuertes, es preciso sustraer su vida, su libertad y su supervivencia, tanto a la disponibilidad privada como a la de los poderes públicos, formulándolos como derechos en forma rígida y universal.

(...) *Los derechos fundamentales son siempre leyes del más débil frente a la ley del más fuerte*, que bien puede ser la ley expresada por sus mismas culturas, incluidas las que conviven en nuestros propios países occidentales: que protegen al individuo de su propio ambiente cultural e incluso familiar, a la mujer frente al padre e al

---

<sup>706</sup> Os não humanos, como explicitado no Capítulo I, item 1.5.1, e neste Capítulo 3, item 1.3, são os que estão “más abajo” ainda”, no Sul do Sul do sistema-mundo capitalista centro-periferia, por serem, mais que todos, sujeitos-objetos em condição historicamente negada, totalmente excluídos de uma vida digna de ser vivida.

marido, al menor frente a los padres, *a los oprimidos de las prácticas opresivas de sus culturas*<sup>707</sup> (Grifou-se).

Não é difícil perceber que os mais débeis e mais oprimidos, pela quase totalidade das culturas humanas, são os não humanos (os animais e as demais formas de vida)<sup>708</sup> que devem, remarque-se, ser incluídos (e não excluídos ou tratados em separado) na própria temática dos direitos humanos. Com efeito, especialmente aqueles que atuam em defesa dos direitos humanos precisam refletir e considerar que a maior escravidão, subjugação, exploração e domínio em curso na sociedade contemporânea decorre de atos discriminatórios que excluem a dignidade da vida daqueles que não pertencem à espécie humana. E que esse fator não pode mais ser tratado separadamente<sup>709</sup>: não deve haver uma causa humana e uma causa animal, não humana. Há uma causa só: a dignidade da vida em todas as suas formas. É essa, a propósito, a visão defendida na Carta da Terra que tem a adesão de mais de 4.500 organizações, incluindo organismos governamentais e internacionais<sup>710</sup> e cujos princípios iniciam sedimentando a importância de “*respeitar*

<sup>707</sup> FERRAJOLI. Luigi. Los fundamentos de los derechos fundamentales. Em: FERRAJOLI, Luigi. Los fundamentos de los derechos fundamentales: debate con Luca Baccelli, Michelangelo Bovero, Riccardo Guastini, Mario Jori, Anna Pintore, Ermanno Vitale e Danilo Zolo. Edición de Antonio de Cabo y Gerardo Pisarello. Madrid: Editorial Trotta, 2009, pp. 362 e 369.

<sup>708</sup> Há culturas humanas, vale registrar, na qual o respeito aos não humanos e às demais formas de vida, especialmente aos animais, é tão presente que a própria comercialização de carnes é proibida, como o caso da cidade de Palitana, no Estado de Gujarat, na Índia. A proibição se deu em 2014 depois de monges jainistas fazerem greve de fome. Informações em <http://www.veggietal.com.br/primeira-cidade-vegetariana/>, acesso em 25/08/2016. O Jainismo (a que são adeptos os monges jainistas) é uma das religiões mais antigas da Índia e tem cerca de 4 milhões de seguidores. O mais conhecido de seus líderes fundadores é Mahavira, que viveu no século VI antes de Cristo. A ética jainista é o da *ahimsa* (não violência) e considera que até substâncias como terra, ar e metal são seres vivos e podem ser feridos pelo atuar dos humanos. “*A ética jainista reconhece que, se todas essas coisas são vivas, é impossível para o ser humano viver sem danificá-las; mas creem que devem limitar esse dano; todos os jainistas são vegetarianos*”. A partir de 1975 os jainistas passaram a utilizar como símbolo a palma da mão aberta (nela, às vezes, escrita a palavra “ahimsa”). “A palma aberta denota a ordem para deter a violência”. Informações extraídas da obra: WILKINSON, Philip. Religiões: guia ilustrado; tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, pp. 225-233.

<sup>709</sup> A concepção que separa o todo e o trata em partes (no caso, humanos de um lado e não humanos de outro) decorre do modo de pensar newtoniano-cartesiano. A respeito, são válidas as considerações de Clésio Tapety: “*a racionalidade cientificista, que estabeleceu uma visão totalmente fragmentada da vida e do universo, mostrando-se incapaz de resolver problemas que se mostravam cada vez mais complexos no mundo, começou a entrar em crise na chamada pós-modernidade. Assim, começaram a surgir racionalidades holísticas, plurais, inclusivas, solidárias e ecológicas. (...) Trata-se, pois, de uma reação à visão newtoniano-cartesiana de um universo fragmentado*” (TAPETY, Clésio Ibiapina. Os direitos humanos na construção de uma cultura de paz: meios de construção ou de demolição? Boletim Científico – Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília: ESMPU, ano 10, n. 34, jan./jun., 2011, pp. 176-177.

<sup>710</sup> “A Carta da Terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século 21, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Busca inspirar todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada voltado para o bem-estar de toda a família humana, da grande comunidade da vida e das futuras gerações. É uma visão de esperança e um chamado à ação. A Carta da Terra se preocupa com a transição para maneiras sustentáveis de vida e desenvolvimento humano sustentável. Integridade ecológica é um tema maior. Entretanto, a Carta da Terra reconhece que os objetivos de

*e cuidar da comunidade da vida”, “respeitar a Terra e a vida em toda a sua diversidade”, e “reconhecer que todos os seres são interdependentes e cada forma de vida tem valor, independentemente de sua utilidade para os seres humanos”*<sup>711</sup>.

A Carta da Terra, que começa valorizando a vida em todas as suas formas (vidas humanas e não humanas, portanto), termina salientando a necessidade da cultura de não violência e de caminhos pacíficos, selando que *“a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com a totalidade maior da qual somos parte”*<sup>712</sup>.

Nesse trilhar, repise-se, a postura de cada um de nós é relevante. A décima pergunta vem à tona: 10) tenho consciência de que há dignidade além da humana e que é possível agir individual, coletiva e institucionalmente de forma diversa e mais harmoniosa com a vida em todas as suas formas?

Vimos como, somente no Brasil, em um trimestre recente foram abatidos de modo oficial: a) 7,29 milhões de bovinos; b) 1,48 bilhões de frangos; e c) 10,06 milhões de suínos<sup>713</sup>. Visualizamos, também, os fortes impactos das atividades

---

proteção ecológica, erradicação da pobreza, desenvolvimento econômico equitativo, respeito aos direitos humanos, democracia e paz são interdependentes e indivisíveis. Consequentemente oferece um novo marco, inclusivo e integralmente ético para guiar a transição para um futuro sustentável. A Carta da Terra é resultado de uma década de diálogo intercultural, em torno de objetivos comuns e valores compartilhados. O projeto da Carta da Terra começou como uma iniciativa das Nações Unidas, mas se desenvolveu e finalizou como uma iniciativa global da sociedade civil. Em 2000 a Comissão da Carta da Terra, uma entidade internacional independente, concluiu e divulgou o documento como a carta dos povos. A redação da Carta da Terra envolveu o mais inclusivo e participativo processo associado à criação de uma declaração internacional. Esse processo é a fonte básica de sua legitimidade como um marco de guia ético. A legitimidade do documento foi fortalecida pela adesão de mais de 4.500 organizações, incluindo vários organismos governamentais e organizações internacionais. À luz desta legitimidade, um crescente número de juristas internacionais reconhece que a Carta da Terra está adquirindo um *status* de lei branca (*soft law*). Leis brancas, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos são consideradas como moralmente, mas não juridicamente obrigatórias para os Governos de Estado, que aceitam subscrevê-las e adotá-las, e muitas vezes servem de base para o desenvolvimento de uma lei *stritu senso* (*hard law*). Neste momento em que é urgentemente necessário mudar a maneira como pensamos e vivemos, a Carta da Terra nos desafia a examinar nossos valores e a escolher um melhor caminho. Alianças internacionais são cada vez mais necessárias; a Carta da Terra nos encoraja a buscar aspectos em comum em meio à nossa diversidade e adotar uma nova ética global, partilhada por um número crescente de pessoas por todo o mundo. Num momento onde educação para o desenvolvimento sustentável tornou-se essencial, a Carta da Terra oferece um instrumento educacional muito valioso”. Informações disponíveis em [http://www.carta-daterrabrasil.com.br/prt/what\\_is.html](http://www.carta-daterrabrasil.com.br/prt/what_is.html), acesso em 26/08/2016.

<sup>711</sup> Carta da Terra. Princípios. Itens I e 1.a. O texto completo, em português, da Carta da Terra, está disponível em <http://www.cartadaterrabrasil.com.br/prt/text.html>, acesso em 26/08/2016.

<sup>712</sup> Idem. Princípios. Itens IV e 16.f.

<sup>713</sup> Informações do 1º. Trimestre de 2016, em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/abate-leite-couro-ovos\\_201601\\_publ\\_completa.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/abate-leite-couro-ovos_201601_publ_completa.pdf), acesso em 28/06/2016, pp 05-32.



humanas, de Norte a Sul, em relação à fauna, à flora e a cada bioma brasileiro (amazônia, cerrado, caatinga, mata atlântica, pampa, pantanal e zona costeira)<sup>714</sup>.

É válido sedimentar, diante desse cenário brasileiro, o paradoxo presente no próprio posicionamento dos órgãos de proteção ao meio ambiente e, portanto, dos responsáveis por zelar pelos interesses dos não humanos e das demais formas de vida. No Brasil, essa função é exercida, em nível nacional, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Questionados se atuam conforme preceitos antropocêntricos ou biocêntricos, bem como quanto a seus hábitos alimentares<sup>715</sup>, os dirigentes do IBAMA afirmaram que *“no cumprimento de suas atribuições institucionais seguem, rigorosamente, as normas ambientais de regência das matérias tratadas em cada caso, as quais, desde o advento da Lei da Política Nacional do Meio ambiente são norteadas pela visão biocêntrica”*. A sua vez, os dirigentes do ICMBio consignaram que *“pautam-se pela legislação vigente”*.

Todos os dirigentes do IBAMA, porém, de forma unânime quanto à própria alimentação, apresentaram textualmente idêntica resposta<sup>716</sup>: *“as convicções*

<sup>714</sup> O tema é tratado no Capítulo 3, itens 3.4 e 3.5 e subitens.

<sup>715</sup> Os questionamentos foram realizados pelo autor destes escritos teórico-práticos, enquanto membro do MPF na Procuradoria da República no Mato Grosso do Sul – PR/MS, precisamente no inquérito civil 1.21.000.001330/2010-17, instaurado em 01.º/09/2010 (disponível para consulta na sede da PR-MS). As perguntas realizadas ao presidente do IBAMA (e dirigentes da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística; da Diretoria de Proteção Ambiental; e da Diretoria de Qualidade Ambiental) e ao presidente do ICMBio (e dirigentes da Diretoria de Unidade de Conservação de Proteção Integral; e da Diretoria de Conservação da Biodiversidade) foram as seguintes: *“a) O IBAMA ou o ICMBio, no cumprimento de suas atribuições e na realização de suas atividades, pauta-se em visão antropocêntrica ou biocêntrica? Explicar. Qual o posicionamento do IBAMA, ou do ICMBio, quanto à utilização de animais (seres vivos) para testes de medicamentos, cosméticos, e para a alimentação humana?; b) Vossa Senhoria (presidente ou diretor do IBAMA ou do ICMBio) tem visão antropocêntrica ou biocêntrica? Explicar. Em seus hábitos alimentares consome carne animal ou derivados?; ou é vegetariano(a), ou vegano(a) ou similar?”*. São perguntas eminentemente simples e que oportunizaram aos dirigentes do IBAMA e do ICMBio, inclusive, a apresentação de *“demais informações julgadas úteis”*. Ou seja, todos poderiam discorrer o quanto quisessem em defesa do meio ambiente e também dos direitos humanos e não humanos, bem como de suas posturas etc.

<sup>716</sup> Os questionamentos, apesar de remetidos individualmente para o presidente e cada um dos diretores do IBAMA, receberam resposta de idêntico conteúdo. Em princípio isso não faria sentido, mas é possível compreender o porquê. É que foi a Procuradoria Federal Especializada (PFE) do IBAMA que sugeriu os termos a serem respondidos (despacho 391/2010-PFE/IBAMA/GABIN, de 24/09/2010). Cabe observar, também, que os principais dirigentes do IBAMA, em assuntos tão relevantes para os não humanos como *“visão antropocêntrica ou biocêntrica”*, *“utilização de animais para testes de medicamentos, cosméticos, e para a alimentação humana”*, limitaram-se a consignar que cumprem as normas legais em vigor; e que, instados sobre suas próprias atitudes (se são antropocêntricos ou biocêntricos; se são vegetarianos, veganos, ou consomem carne animal ou derivados), optaram pelo subterfúgio, que sequer é deles, mas da Procuradoria Federal Especializada, para dizer que suas convicções pessoais e hábitos alimentares são de foro íntimo e não influenciam suas funções institucionais. A sua vez, o ICMBio percorreu caminho semelhante. As perguntas, não obstante enviadas a dirigentes distintos, também obtiveram respostas de idêntico conteúdo, sendo provável que, a exemplo do que ocorreu com o IBAMA, trata-se, na verdade, de sugestão de algum setor jurídico. Da mesma forma, os principais

*peçoais, do presidente ou dos diretores, bem assim seus hábitos alimentares são de foro íntimo e não influenciam o desempenho das funções institucionais ou o cumprimento da legislação*". Igualmente o fizeram todos os integrantes dos órgãos de direção do ICMBio, informando que se reservam *"o direito de não se pronunciar quanto à visão e hábitos de foro íntimo, pois na qualidade de cidadãos e no exercício das funções é observada a legislação pertinente em vigor"*.

É compreensível que não respondam. Afinal, é mesmo um profundo paradoxo defender o meio ambiente (e, portanto, todas as formas de vida nele contidas) e, na qualidade de dirigentes máximos dos órgãos públicos responsáveis, contribuir (como provavelmente contribuem) para a destruição das bilhões de vidas de não humanos destinados à alimentação humana, dia após dia, no Brasil.

Não é crível, todavia, a assertiva de que os hábitos alimentares deles não influenciam no desempenho das funções institucionais. Afinal, parece irrelevante se o presidente ou os diretores do IBAMA, ou do ICMBio, têm visão biocêntrica ou não? E não faz diferença alguma se comem carne animal e derivados ou se são vegetarianos ou veganos? Ora pois, se eles têm visão biocêntrica e são vegetarianos ou veganos consideram e respeitam os não humanos de modo totalmente diverso daqueles que são antropocêntricos e se alimentam de animais.

A questão é tão emblemática que a Comissão de Ética do ICMBio, diante das perguntas formuladas pelo membro do MPF, além de não apresentar respostas claras, fez mais: solicitou, ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, a análise da *"adequação das inquirições do Procurador da República (...) em ofícios endereçados aos dirigentes do ICMBio"*. O reclame do ICMBio justifica seu inconformismo sob o entendimento de que as informações solicitadas *"não contribuem objetivamente para a investigação e podem causar constrangimento aos servidores questionados"*<sup>717</sup>. Causar constrangimento? Por quê?

---

dirigentes do ICMBio (de modo parecido com os do IBAMA), em assuntos tão relevantes para os não humanos disseram apenas que cumprem a legislação ou que o tema não é de competência do ICMBio. Enfim, questionados sobre suas próprias atitudes (se são antropocêntricos ou biocêntricos; se são vegetarianos, veganos, ou consomem carne animal ou derivados), preferiram não se pronunciar e salientaram que como cidadãos ou agentes públicos observam as normas que estão em vigor.

<sup>717</sup> O reclame foi encaminhado pelo ICMBio, ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, em 04 de novembro de 2010, mediante o Ofício n.º 72/2010/CE/ICMBio.

A constatação, em realidade, traz a indagação: há algum problema em revelar “sou vegano” ou “sou vegetariano”? Ou será que pode ser mal interpretada a afirmação de um dirigente do ICMBio, ou IBAMA, no sentido de que se alimenta de carne animal e vive da exploração deles? Os agentes públicos encarregados de defender o meio ambiente e os não humanos podem se alimentar da vida de animais? Faz algum sentido isso? Não seria como, tempos atrás, deixar que o senhor de escravos dirigisse órgãos de abolição da escravidão?

O caso foi remetido à Corregedoria-Geral do MPF que, após colher elementos e analisa-los, culminou arquivando o expediente, concluindo que *“o representado não agiu de má-fé; ao contrário, a sua atuação funcional é guiada pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade e comprometida com a vida no Planeta Terra”*<sup>718</sup>.

É importante sedimentar que não se está julgando ou prejudgando ninguém. Ao revés, o intuito é demonstrar o quanto pode ser difícil justificar que as autoridades públicas federais máximas, do IBAMA e do ICMBio, gestores maiores da defesa do meio ambiente e dos não humanos no Brasil, tenham hábitos diários que contribuem para a eliminação de bilhões de vidas de não humanos e para a própria degradação ambiental. E mais, se são antropocêntricos, por certo exercem suas funções com essa limitação, isto é, de ter os humanos como o centro do mundo.

Deveras, o assunto é tão relevante, que os próprios dirigentes do IBAMA e do ICMBio, frise-se, não se sentiram à vontade em expressar suas convicções e seus hábitos alimentares. Com certeza, algo não está bem. E o mal-estar é tão grande que, por mais paradoxal que pareça, a Comissão de Ética do ICMBio, em vez de refletir sobre as posturas (notadamente éticas) de seus integrantes, optou em agir contra quem simplesmente efetuou algumas simples perguntas.

E isso, remarque-se, deve ser objeto de reflexão de todos que atuam em defesa do meio ambiente e dos direitos humanos. Afinal, essa milenar postura discriminatória carregada de especismo há de ser superada, pelo nosso bem (dos humanos), pelos não humanos e pelo bem-estar planetário. Nessa linha, e não

---

<sup>718</sup> O caso, nestes termos, não implicou instauração de procedimento disciplinar no MPF: decisão N. 09/2011 – EWC, Expediente CGMPF n. 0070/2010 – Corregedoria-Geral do MPF. E, no âmbito do CNMP, em concordância com o deliberado pela Corregedoria do MPF, a Reclamação Disciplinar Nº. 0.00.000.002180/2010-44 – CNMP, instaurada a partir da manifestação do ICMBio, foi arquivada.

obstante a sua essencial e reconhecida contribuição para um mundo melhor e mais equilibrado ecologicamente, a própria iniciativa/campanha “Carne Legal” do MPF pode caminhar para algo como “Legal é não comer Carne”, assumindo uma perspectiva biocêntrica, em consonância com a Carta da Terra, eliminando o especismo e garantindo a necessária proteção aos não humanos, num possível passo a mais em busca do convívio pacífico comum. Com essa finalidade foi remetido ofício aos seus idealizadores nos seguintes termos:

1. De início, é fundamental parabenizar a todos e todas que contribuíram e seguem contribuindo com a singular e exemplar defesa da Amazônia, de cuja atuação a iminente campanha “Carne Legal” retrata o quanto os valorosos colegas estão se empenhando ao máximo a bem da sociedade brasileira e mundial;
2. A questão é que, embora de caráter minoritário, alguns milhões de pessoas no mundo inteiro almejam que o bem-estar dos animais seja considerado em toda e qualquer atividade destinada à produção de alimentos para o consumo humano. A obra “Ética na Alimentação - Como Nossos Hábitos Alimentares Influenciam o Meio Ambiente e o Nosso Bem-Estar”, dos autores Peter Singer e Jim Mason (Editora Campus, 2006) é apenas um dentre tantos outros referenciais, como a própria difusão da campanha “Segunda Sem Carne”, divulgada pela Sociedade Vegetariana Brasileira ([www.svb.org.br](http://www.svb.org.br)).
3. A visão “antropocêntrica” ou “biocêntrica” a respeito do mundo, é claro, faz toda a diferença. *Talvez melhor que a “Carne Legal” seja um dia alcançarmos algo como “Legal é não comer Carne” (legal para o bem-estar dos animais, legal para o meio ambiente, legal para as presentes e futuras gerações)!*;
4. É evidente, que a campanha “Carne Legal”, protagonizada pelo MPF é digna, reprisa-se, dos mais sinceros elogios. Todavia, avançar mais é sempre possível. (...)
5. O MPF também atua em defesa das minorias, é cediço. E, em se considerando o valor intrínseco da natureza e o necessário respeito aos animais, a cifra facilmente pode chegar a bilhões de seres vivos.
6. Eis que, na longa caminhada entre a campanha “Carne Legal” e a talvez futura “Legal é não comer Carne”, iniciativa intermediária como a “Segunda Sem Carne”, difundida mundialmente, poderia ser uma boa opção para o Ministério Público Federal iniciar um trabalho também em defesa dos animais.

Assim sendo, ciente da iminência da campanha “Carne Legal”, este Procurador da República signatário sugere e solicita que a temática do “bem-estar dos animais”, da visão “biocêntrica” e de iniciativas como a “Segunda Sem Carne” sejam consideradas pelos valorosos

colegas que atuam em prol da “Carne Legal” para, quem sabe, o MPF avançar ainda mais! (Grifou-se)<sup>719</sup>.

É que, dentre tantas atitudes a *visibilizar, desestabilizar e transformar*, os hábitos alimentares têm papel de relevo e, como vimos, melhor que comer carne sustentável (ou legal) é deixar de comê-la, fator que nos libertará do *carnismo* (essa representação social equivocada que herdamos e mantemos com nós mesmos, com os demais humanos e com a natureza) e, sobretudo, nos afastará dos interesses econômicos e predatórios do sistema-mundo capitalista hegemônico. E cada um de nós pode se empenhar nisso a seu modo e tempo, como pretende a campanha difundida em trinta e cinco nações, conhecida como “*Meat Free Monday*”<sup>720</sup>, “*Lunes Sin Carne*”<sup>721</sup> ou “*Segunda Sem Carne*”, a qual almeja “*conscientizar as pessoas sobre os impactos que o uso de produtos de origem animal para alimentação tem sobre os animais, a sociedade, a saúde humana e o planeta, convidando-as a tirá-los do prato pelo menos uma vez por semana*”<sup>722</sup>.

Deveras, se defendemos os direitos humanos, o meio ambiente equilibrado, atitudes e práticas sustentáveis e a paz, temos de nos tornar vegetarianos e veganos e fazer com que isso se espalhe por todo o sistema-mundo. É essa uma atitude necessária e cada vez mais presente. No Brasil, o nosso local concreto eleito, isso vem ocorrendo diuturnamente. A jornalista Andrea Franco Lopes, em sua obra “*Por que me tornei vegetariano: 236 depoimentos sobre a mudança de comportamento que irá mudar o mundo*” apresenta o resultado de pesquisa com centenas de brasileiros e brasileiras que fizeram essa opção e suas razões (éticas, ecológicas, econômicas, de saúde, filosóficas, de amor à vida etc):

Eles são advogados, médicos, psicólogos, biólogos, professores de Yoga, dona de casa, taxista, jornalistas, nutricionistas, estudantes, administradores de empresa, promotores de justiça, terapeutas, arquitetos, atletas, enfermeiros, palhaço, pastor protestante. E estão entre os 13 e os 76 anos de idade. Adolescentes, universitários, balzaquianos, quarentões e o pessoal da terceira idade. Adventistas do Sétimo Dia, iogues, missionários Hare Krishna, budistas, católicos, evangélicos, espíritas. Do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Natal, Salvador, João Pessoa, Recife, Minas Gerais... Das

<sup>719</sup> Ofício 424/2010 - MPF/PR/MS/RRSMTA, de 31/05/2010 (disponível para consulta na sede da Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul – PRMS).

<sup>720</sup> Informações em <http://www.meatfreemondays.com/about/>, acesso em 25/08/2016.

<sup>721</sup> Informações em <http://www.lunessincarne.net/campana/>, acesso em 25/08/2016.

<sup>722</sup> Informações em <http://www.segundasemcarne.com.br/o-que-e-a-campanha/>, acesso em 25/08/2016.

mais diversas partes do Brasil. (...) *Todos com um só objetivo: não contribuir para a exploração e o sofrimento dos animais não humanos. (...) A grande maioria dos entrevistados optou pelo vegetarianismo motivados pelo sentimento de compaixão. E chega a ser quase uma unanimidade entre eles a questão da 'consciência tranquila', da 'paz de espírito' em não ser conivente com a matança de animais. Não financiar a não participar dessa atrocidade. Não participar de um sistema que abusa, tortura, mata e priva animais não humanos de seu direito básico: viver.* Sendo assim, a questão ética é muito presente nas respostas dos entrevistados. A compreensão de que não é correto o fato de ainda explorarmos outras espécies que assim como nós sofrem, sentem dor, medo, alegria, prazer, frio, estresse, desejo de viver e até saudade. E colocam o dedo na ferida ao citar questionamentos do tipo: 'Por que eu amo o cachorro e o gato e devoro bois, vacas, porcos e galinhas'?, 'Se eu amo os animais por que eu como as suas carnes'?. (...) *Todos os vegetarianos que responderam ao questionário fizeram questão de citar motivos concretos de sua opção alimentar: os impactos ambientais/ecológicos e na saúde*<sup>723</sup> (Grifou-se).

Dentre os entrevistados, cumpre destacar o dizer de um reconhecido membro do Ministério Público defensor da causa dos não humanos, o Promotor de Justiça Heron Santana Gordilho<sup>724</sup>, e da ativista Nina Rosa<sup>725</sup>:

*Promotor de Justiça Heron Santana Gordilho: respeitando a vida dos animais me tornei mais 'humano'. Tornei-me uma pessoa moralmente mais 'humana', no sentido mais amplo do termo. Ser vegetariano é estar à frente do seu tempo, com um estilo de vida mais sofisticado e uma moralidade mais refinada. É ser uma pessoa sofisticada culturalmente e refinada eticamente. Eu diria como Arthur Schopenhauer que toda verdade passa por três estágios. No primeiro, ela é ridicularizada. No segundo, é rejeitada com violência. No terceiro, é aceita como evidente por si própria.*

*Ativista Nina Rosa: acredito que eles (os animais) têm tanto direito à vida quanto qualquer um de nós. Considero assassinato provocar a*

<sup>723</sup> LOPES, Andrea Franco. *Por que me tornei Vegetariano: 236 depoimentos sobre a mudança de comportamento que irá mudar o mundo*. Limeira-SP: Editora Conhecimento, 2012, pp. 13-14.

<sup>724</sup> Op. Cit., p. 222. O Promotor de Justiça Heron Santana Gordilho age em defesa dos animais há cerca de 20 anos. Dentre inúmeras atuações, foi ele, juntamente com os também Promotores de Justiça Luciano Rocha Santana e Antonio Ferreira Leal Filho, entidades de proteção dos animais e estudantes que impetrou, em 2005, o conhecido Habeas Corpus em favor da Chimpanzé Suíça, em virtude de seu aprisionamento em jaula inadequada no jardim zoológico da cidade de Salvador-BA. Habeas Corpus nº 833085-3/2005. Disponível em: [Habeas corpus da Chimpanzé "Suíça"](#); em: MOLINARO, Carlos Alberto; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago [org.]. *A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária*. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 491-531.

<sup>725</sup> Op. Cit., p. 393. A ativista Nina Rosa é presidente do Instituto Nina Rosa e começou sua causa pelos animais há 40 anos. Dentre as inúmeras atividades da instituição está o conhecido e difundido documentário "a carne é fraca", com legendas em inglês, francês, espanhol e português, o qual questiona: "alguma vez você já pensou na trajetória de um bife antes de chegar ao seu prato? Nós pesquisamos isso para você e contamos neste documentário aquilo que não é divulgado. Saiba os impactos que esse ato – de comer carne representa para a sua saúde, para os animais e para o planeta". Informações em <http://www.institutoninarosa.org.br/site/material-educativo-2/a-carne-e-fraca/>, acesso em 25/08/2016.

morte de um animal, a menos que seja para eutanásia, se o animal estiver muito doente, em sofrimento, esgotadas as possibilidades de se aliviar sua dor. (...) Optei por não fazer parte do ciclo de violência contido nas carnes e derivados de produtos de origem animal como leite, ovos, mel, couro, pele, seda, produtos testados em animais e/ou com ingredientes animais. Escolhi não participar (e dessa forma não financiar) rodeios, circos com animais, zoológicos, touradas, vaquejadas, cavalcadas, 'farras' do boi, rinhas de cães, de galos, de canários, 'sacrifícios' em rituais 'religiosos', corridas de cavalos, de cães, parques aquáticos, pescarias. Optei por não aprisionar pássaros em gaiolas, peixes em aquários... A cadeia da exploração animal parece ser tão infinita quanto a ganância dos humanos.

O Planeta Terra é o nosso lar, mas não apenas nosso. Os humanos precisam, cada vez mais, compreender o quanto seus hábitos, diários e irrefletidos, comprometem a biodiversidade e desrespeitam o bem-estar de bilhões de não humanos. O doutor em Zoologia, Keith Harrison, em sua obra intitulada: "*você: o peixe que evoluiu*", ao tratar da Teoria da Evolução, de Charles Darwin, sedimenta o porquê de nós, humanos, termos dois braços e duas pernas (e não quatro braços e seis pernas); termos costelas no peito (mas não na barriga); termos cotovelos e joelhos que se dobram em direções opostas etc. A resposta não está nos "*nossos primos*", os macacos, mas sim nos "*nossos ancestrais mais remotos*", os peixes. De fato, teríamos evoluído dos primeiros vertebrados: peixes sem mandíbulas, os quais filtravam o alimento e viviam no mar "*há mais de quinhentos milhões de anos*". O autor, que já publicou diversos artigos científicos sobre animais vertebrados e invertebrados, com base na teoria darwiniana, leciona<sup>726</sup>:

(...) *Nossa fase como peixes* nos legou uma espinha central, dois braços, duas pernas, mandíbulas, dentes e pulmões, além do hábito de comer e respirar pela boca. (...) *Nossa fase como anfíbios* nos deixou com: um pescoço flexível; cotovelos; joelhos; pulsos; calcanhares; cinco dedos nos pés e cinco dedos nas mãos (o que levou ao sistema decimal e à porcentagem). Foi então que perdemos as barbatanas, as brânquias e boa parte das escamas. (...) *Nossa fase como répteis* nos deixou com: uma pele impermeável, sem escamas; uma região lombar, na espinha, destituída de costelas; cotovelos e joelhos que se curvam em direções opostas e tímpanos, além da etapa de transição para o sangue quente. Foi também por essa época que perdemos a necessidade de correr para a água para ter filhotes. (...) *Nossa fase como mamíferos quadrúpedes* nos legou:

---

<sup>726</sup> HARRISON, Keith. *Você: o peixe que evoluiu: a incrível história sobre a teoria da evolução de Charles Darwin e o futuro do homem*; tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. S.Paulo: Cultrix, 2009, pp. 54-87.

sangue quente; pelos e cabelos; transpiração; mamas; testículos dependurados e a capacidade de girar ombros e quadris em sentidos opostos, e de tocar os dedos dos pés. Também passamos a nos desenvolver no ventre materno e não mais dentro da casca de um ovo, num ninho, e mamar logo após o nascimento. (...) *Dos nossos ancestrais (primatas) arborícolas*, herdamos: mãos preênsais com polegar oponível e grande destreza manual; unhas e impressões digitais; movimentos de braço muito amplos, inclusive antebraço rotatório; clavículas proeminentes; um dedão do pé bem grande; capacidade de equilíbrio nas pernas traseiras; pescoço extremamente móvel; olhos voltados para a frente e percepção de profundidade; capacidade para distinguir o vermelho do verde; e genitais masculinos permanentemente à mostra. Foi essa também a fase em que perdemos a cauda ancestral (Grifou-se).

E a narração histórica, teórica e científica continua, com referência ao fato de que todas as raças humanas atuais surgiram de um primitivo grupo africano, sendo que *“há um pouco mais de sessenta mil anos, todas as pessoas no planeta tinham pele escura, cabelos pretos e olhos negros”*<sup>727</sup>. Se um dia fomos peixes, anfíbios, répteis e primatas, e depois negros e africanos, não passou do momento de refletirmos sobre nossa postura? A trajetória da humanidade, repita-se, está repleta de períodos discriminatórios. Os negros foram escravos (e alguns defendiam que sequer eles tinham alma): aqui renegamos nossa origem humana. E, ainda nos tempos atuais, seguimos desprezando os animais não humanos, como se estivéssemos autorizados (por nós mesmos) a fazer o que quisermos com os outros seres vivos: aqui renegamos nossa origem não humana.

A nossa postura, como espécie dominante, deve ser objeto de constante reflexão, inclusive quanto à própria alimentação. Os defensores dos direitos humanos (individual, coletiva e institucionalmente) precisam reformular sua causa, eliminando de seu pensar e agir a visão antropocêntrica e o especismo, de modo que toda a defesa pelos direitos humanos se faça no contexto de harmonia e paz, cada qual consigo, com os demais e com a vida em todas as suas formas. Tudo, de maneira interconectada, para *visibilizar, desestabilizar e transformar* o entorno real que nos cerca, no qual vivemos e em relação ao qual podemos agir, interferir e construir algo novo, positivo, coletivo e com respeito às diferenças de culturas,

---

<sup>727</sup> Op. Cit., p. 94-95.



crenças e modo de ser e viver. E sempre com a perspectiva de garantir um convívio harmônico e pacífico entre humanos e não humanos, para que dias melhores surjam e garantam mais paz, solidariedade e ética para presentes e futuras gerações. Afinal, *“um outro mundo é possível”* e isso só depende de nós.

#### **4.6 O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO AGENTE EMANCIPATÓRIO EM DEFESA DE TODAS AS FORMAS DE VIDA**

O Ministério Público<sup>728</sup> tem papel fundamental a desempenhar no circuito de reação cultural que propomos à luz da teoria crítica dos direitos humanos de Joaquín Herrera Flores. Seus membros, de Norte a Sul do Brasil, especialmente devido à atuação em direitos humanos, tem a potência necessária para impulsionar, do individual ao coletivo, do local ao regional e ao global um pensar e agir diferente, criativo, dinamizador, inclusivo, solidário e que nos liberte de correntes ideológicas que fecham a possibilidade de serem superados padrões estabelecidos e impedem a criação de ordens sociais simbólicas novas e alternativas. Tudo, vale ressaltar, de forma emancipadora e aberta e com o objetivo de reconstruir e ressignificar o conjunto de relações que mantemos com nós mesmos, com os outros humanos, com os não humanos (animais e demais formas de vida) e com a natureza. Um atuar que, na defesa dos direitos humanos e para além deles, promova a dignidade da vida.

O que apresentaremos, doravante, são propostas concretas para que, a partir do Ministério Público como agente emancipatório, possamos chegar a um outro lugar (heterotopia). Um lugar de convívio pacífico que desperte nossa consciência, reoriente nosso atuar e nos conduza para um caminho diverso daquele que temos seguido pelas imposições da ideologia-mundo capitalista hegemônica.

1º. *Despertar, debater e (re)educar – por um outro modo de perceber como vemos o mundo e como atuamos nele:* a visão biocêntrica há de ser trazida

---

<sup>728</sup> É válido pontuar que desde o nosso lugar de fala tratamos do Ministério Público brasileiro com sua configuração e seu atuar pelos direitos humanos, que inclusive abrange atribuições de *Ombudsman*, *Defensores del Pueblo* e instituições similares. E de modo mais específico ainda, enfatizamos a atuação do Ministério Público Federal, porquanto, há 15 anos, o autor destes escritos teórico-práticos é membro do MPF no Brasil.

concretamente para a realidade dos membros do Ministério Público, superando-se as diretrizes antropocêntricas assim como essas ultrapassaram as teocêntricas. A campanha difundida mundialmente *“Meat Free Monday”*, *“Lunes Sin Carne”* ou *“Segunda Sem Carne”* é um passo inicial que deve ser adotado por todos os Ministérios Públicos, seja no âmbito interno, seja no externo. Isso, pelos humanos, pelos não humanos e pelo próprio bem-estar planetário. No plano interno, basta os Chefes dos Ministérios Públicos aderirem à campanha em seus próprios refeitórios, o que o Procurador-Geral da República (Chefe do MPF), por exemplo, pode fazer, por ato administrativo, em sua sede nacional onde são servidas milhares de refeições diariamente<sup>729</sup>. O *“Segunda Sem Carne”*, vale rememorar, não implica apenas deixar de se alimentar dos não humanos uma vez por semana. Ao revés, objetiva *“conscientizar as pessoas sobre os impactos que o uso de produtos de origem animal para alimentação tem sobre os animais, a sociedade, a saúde humana e o planeta”*. E a partir desse despertar de consciência interno de todos aqueles que integram o Ministério Público potencializada estará a atuação para o público externo. Conscientizados, os agentes do MP poderão, por exemplo, fazer com que isso se espalhe pela educação nas escolas públicas de todo o Brasil. O Projeto MPEduc – Ministério Público pela Educação, pode incluir o *“Segunda Sem Carne”* como um de seus objetivos a alcançar, o que implicaria uma (re)educação da própria sociedade futura, por suas crianças e jovens. Cabe destacar que a iniciativa já foi adotada por escolas da rede pública de megacidade brasileira<sup>730</sup> e outras<sup>731</sup>.

---

<sup>729</sup> A previsão contratual, da PGR, é de um público diário de cerca de 700 usuários para o restaurante, 400 para a lanchonete do prédio principal, 150 para a lanchonete do anexo e 40 para a cafeteria. Informações disponíveis em <http://www.transparencia.mpf.mp.br/licitacoes-contratos-e-aquisicoes/licitacoes/pgpr/2014/editais-2014/concurrenca%2001-edital.pdf>, ver anexo VI, cláusula segunda, parágrafo quinto, acesso em 20/09/2016.

<sup>730</sup> Ao teor do noticiado: “Após quase dois anos de estudos e conversas, entrou em vigor em novembro (2011), na rede pública de ensino de São Paulo, um programa que incluirá merendas escolares mais saudáveis: a cada 15 dias, os alunos terão a oportunidade de fazer refeições sem carne e sem nenhum prejuízo nutricional. A iniciativa, defendida pela Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), foi adotada pelo secretário de educação Alexandre Schneider, que garante que a mudança só trará benefícios às crianças e ao meio ambiente. Por enquanto, cerca de 625 mil alunos da rede pública municipal (mais de 60% do total) serão beneficiados, mas a Secretaria de Educação prevê que já no ano que vem a merenda sem carne será introduzida no restante das escolas e admite a possibilidade de aumentar a frequência das refeições sem carne. A ideia da merenda vegetariana surgiu em 2009, quando o vereador Roberto Tripoli (PV/SP) presidia a Comissão de Estudos Sobre Animais na Câmara Municipal. Um dos temas debatidos foi o impacto significativo do consumo de carne sobre a saúde e o meio ambiente. Em 2010, a Secretaria de Educação se dispôs a programar a opção de merenda vegetariana na rede municipal. Mais de um ano depois, a mudança passou a valer a partir do dia 18 de novembro de 2011. No primeiro dia com merenda vegetariana, os alunos provaram um “escondidinho de soja” à base de purê de batata e proteína texturizada de soja (PTS) temperada. Segundo a Secretaria de Educação as crianças aprovaram a mudança”. Informações em <http://www.segundasemcarne.com.br/2011/12/26/escolas-municipais-de-sao-paulo-introduzem-refeicoes-sem-carne-na-merenda/>, acesso em 20/09/2016.

<sup>731</sup> Como, por exemplo: São João da Boa Vista (SP), abrangendo 45 escolas municipais e 13 mil estudantes (<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/06/escolas-de-sao-joao-adotam-dia-sem-carne-para-conscientizar-estudantes.html>, acesso em 21/09/2016); Igualmente na rede de escolas municipais de Santos

É algo, pois, que cada membro do Ministério Público pode implementar em seu âmbito de atribuição. Para tanto, é válido conhecer o relato de Paul McCartney que, ao lado da família, é um dos apoiadores mundiais do “Segunda Sem Carne”:

Quando li a reportagem “o lado sombrio da criação de animais”, elaborada a partir de um relatório das Nações Unidas de 2006, chamou-me a atenção o fato de ela ser assinada por uma organização sem nenhum interesse oficial no vegetarianismo. A questão é que toda vez que surge alguma discussão sobre o consumo de carne, são comuns acusações de parcialidade ou defesa de interesses, mas eis que uma instituição em nada comprometida no assunto confirma que a indústria da carne contribui para as transformações climáticas muito mais que todas as indústrias de transporte juntas! Fiquei chocado. (...) Nós não usufruiremos diretamente de nossos esforços, nem nossos filhos, nem as gerações de um futuro próximo. Mas muitos entendem que se algo não for feito e hábitos não mudarem deixaremos um planeta doente para as pessoas que viverão no futuro, e que, sem dúvida, olharão para esse período e dirão que falhamos ao deixar a oportunidade de fazer algo para melhorar a situação. (...) Se um número de pessoas puser isso em prática (Segunda Sem Carne), conseguiremos fazer diferença para melhor na busca de um novo sistema de vida para o futuro do maravilhoso planeta em que vivemos.<sup>732</sup>

2º. *Reformular, incluir e maximizar – por eventos que nos emancipem de nós mesmos*: o Ministério Público, com vistas ao seu agir concreto, realiza encontros para tratar dos mais diversos temas. É preciso reformular o que se discute e incluir transversalmente os não humanos e a dignidade da vida nos *planos, programas e projetos institucionais*<sup>733</sup>, nem que se inicie, ao menos, fazendo-se presentes as diretrizes do “Segunda Sem Carne”. Para além disso, na área de direitos humanos e sua indissociável relação com os direitos sociais, o meio ambiente e as populações indígenas e comunidade tradicionais, é essencial que, o quanto antes, as discussões passem a ocorrer com maior profundidade (*Especismo, Teoria de Gaia, Ecologia Profunda, Biocentrismo x Antropocentrismo, riqueza humana e não humana*,

---

(SP), além de outras iniciativas de apoio realizadas por cidades de todas as regiões brasileiras como Curitiba (PR), Niterói (RJ), São Lourenço da Serra (SP), Osasco (SP), Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), Teresina (PI), Pedrinhas Paulista (SP), Campinas (SP) e o próprio Estado de São Paulo. E ainda o apoio de personalidades, de organizações e de empresas as mais variadas, a conferir em: <http://www.camarasantos.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=6513> e <http://www.segundasemcarne.com.br/quem-apoia/>, acesso em 21/09/2016.

<sup>732</sup> *Segunda Sem Carne*/introdução de Paul, Stella e Mary McCartney; tradução de Laura Tremolada. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012, p. 7 (apresentação).

<sup>733</sup> A delimitação do que sejam planos, programas e projetos está no Capítulo 2, item 2.1.1.

*satiagraha* e *ahimsa* etc). Isso significa, no MPF, a necessidade de reformulação inclusiva no conteúdo do que se discute em *Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral* (1ª. CCR/MPF), *Meio Ambiente e Patrimônio Cultural* (4ª. CCR/MPF), *Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais* (6ª. CCR/MPF) e, principalmente, na “*Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão*” (PFDC)<sup>734</sup>.

O projeto “Carne Legal”, como visto, precisa começar a rever criticamente suas próprias premissas, não obstante, frise-se, a relevância dos resultados alcançados. Fato é que, tanto em âmbito federal como estadual, o Ministério Público pode maximizar os propósitos de nosso circuito de reação cultural ao incluir os não humanos e a dignidade da vida em seus *planos, programas e projetos*. Ao despertar consciências, começando pelas suas próprias (no plano individual), os membros do Ministério Público dão o primeiro passo nessa jornada de imenso potencial de ressignificação da instituição e da própria sociedade (no plano coletivo). Nesse rumo, o próprio Conselho Nacional do Ministério Público aponta, como necessário retorno social das atividades do MP brasileiro, que seus membros, pela via do diálogo, tenham por base o “princípio da paz” e o “princípio ético”: “uma ética do respeito à diferença, ao ser humano, à natureza, à vida em todas as suas formas”.

3º. *Expandir, redistribuir e descolonizar – por uma abertura centrada no diálogo e na cultura de paz*: o ente estatal como fonte jurídica única da produção normativa não consegue dar as respostas adequadas aos anseios sociais, sobretudo daqueles que estão mais abaixo (e mais abaixo ainda) no sistema-mundo. O Ministério Público, ao passo que vai ressignificando seu atuar, nos termos defendidos, compreendendo sua missão em defesa da dignidade da vida em todas as suas formas, há de expandir isso, de modo dialogado e à luz de preceitos pacíficos, com os diversos segmentos sociais, especialmente aqueles a quem historicamente se têm negado acesso aos bens materiais e imateriais necessários a uma vida digna de ser vivida. A expansão melhor se dá pela via de iniciativas típicas de pluralismo jurídico, em favor dos humanos e também dos não humanos<sup>735</sup>.

---

<sup>734</sup> O que impactará e reformulará o modo de atuar, inclusive em todas as iniciativas e atividades exemplificadas, neste Capítulo IV, item 4.4 e subitens, e merecedoras de reconhecimento e premiação.

<sup>735</sup> O pluralismo jurídico tem potencial, como explicitado no Capítulo I, item 1.5, até para reformular a Constituição, como ocorreu no Equador, que instituiu os denominados “direitos da natureza”, fazendo crescer o tema na América Latina e na própria Europa, isto é, no Sul e no Norte Global.

O Ministério Público, aqui, pode impulsionar o circuito de reação cultural levando a tratada ressignificação, por exemplo: a) aos debates (e consequentes *planos, programas e projetos*) de que participa nas mais diversas instâncias. O MPF, somente pela PFDC, como vimos, está presente em colegiados que vão do Conselho Nacional dos Direitos Humanos à Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural<sup>736</sup>; e b) aos encontros (reuniões, eventos, audiências públicas etc.) com os movimentos sociais, entidades da sociedade civil, sindicatos, organizações não-governamentais e outros coletivos de grupos, minoritários (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) ou não (mulheres). A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP pode desempenhar papel relevante em suas linhas de atuação, como por exemplo nos “Encontros Ministério Público e Movimentos Sociais”<sup>737</sup>.

Ao levar a cabo esse ideário de reação cultural em defesa da vida (o que implica revisão e redistribuição da injusta e desigual divisão social, sexual, étnica e territorial do fazer humano e da relação que mantemos com nós mesmos, com os outros e com a natureza) o Ministério Público *visibiliza, desestabiliza e transforma*. E fazendo isso promove nossa descolonização, isto é, nos liberta das imposições (antigas e novas) coloniais de um sistema-mundo capitalista hegemônico que com a sua lógica da balança contábil de perdas e ganhos faz com que humanos explorem humanos, não humanos e a natureza como um todo. Ao expandir seu atuar para além da seara institucional, como queremos, o Ministério Público há de defender e impulsionar o empoderamento de todos e todas (de modo que cada qual tenha voz e vez para desenvolver sua própria potência humana, ampliando suas *cotas de dignidade* por meio de *construções coletivas*, nos espaços que o MP ocupa, atua e participa – cujas expectativas devem se materializar nos respectivos *planos, programas e projetos*) num contexto em que isso ocorra sob bases biocêntricas e não especistas que garantam um convívio pacífico da vida em todas as suas formas.

---

<sup>736</sup> As dezenas de colegiados da qual faz parte a PFDC (MPF) estão descritas neste Capítulo IV, item 4.3.2.

<sup>737</sup> O tema é tratado neste Capítulo IV, item 4.2.2.

4º. *Ampliar para as Américas – por um diálogo intercultural regional*: o Ministério Público, ao tempo em que ressignifica seu modo de pensar e agir, do individual ao coletivo e do interno ao externo, mas ainda em âmbito local (no Brasil, em seus Estados, no Distrito Federal e Municípios), pode levar isso para o regional, fator que enriquecerá os debates com a participação de culturas diversas. A partir de um diálogo aberto e em posição de igualdade, porquanto defendemos atitudes emancipatórias em contraposição às regulatórias, o MP tem importante papel a desempenhar além das fronteiras brasileiras. A PFDC (MPF), por exemplo, pode levar todo o aqui exposto e proposto (sintetizado nos itens 1º, 2º, e 3º precedentes), para o âmbito da Federação Ibero-Americana de *Ombudsman* (FIO), da qual faz parte juntamente com representantes de Andorra, Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Porto Rico, Uruguai e Venezuela<sup>738</sup>.

O Procurador-Geral da República (Chefe do MPF), igualmente, pode incluir as bases desse circuito de reação cultural proposto nas atividades do convênio recém firmado com a Corte Interamericana de Direitos Humanos<sup>739</sup>.

5º. *Globalizar para o Mundo – por um diálogo intercultural global*: o atuar do Ministério Público ainda pode ir além. As Nações Unidas, como sedimentado, apesar de terem evoluído significativamente quanto à concepção de direitos humanos<sup>740</sup>, ainda atuam, na esfera global, via Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sob preceitos antropocêntricos e consequentemente especistas. Fazer chegar à ONU esse giro ético cultural (individual, coletivo e institucional – como sintetizado nos itens 1º, 2º, e 3º precedentes, frise-se) está relacionado, no caso do Ministério Público Federal<sup>741</sup>, ao seu intento, entre outros, de ser reconhecido internacionalmente, até 2020, pela “*excelência na promoção da justiça*” e “*da cidadania*”. Melhor fará isso promovendo justiça em favor de humanos e não humanos e atuando por uma cidadania que valorize a dignidade da vida em todas as suas formas. Para tanto, pode o Procurador-Geral da República (MPF) levar

---

<sup>738</sup> O tema é tratado neste Capítulo IV, item 4.3.2.

<sup>739</sup> O tema é tratado neste Capítulo IV, item 4.3.1.

<sup>740</sup> O tema é tratado no Capítulo II, item 2.1.

<sup>741</sup> O tema é tratado neste Capítulo IV, item 4.3.1.

os contornos do que defendemos para a maior organização internacional de Ministérios Públicos, a IAP (*International Association of Prosecutors*) que participa de eventos da ONU. O MPF/MPU integra a IAP desde 2014 e recentemente o PGR foi confirmado como membro do Comitê Executivo<sup>742</sup>. O PGR pode ainda, tratar da questão na ONU diretamente, ou por meio de sua Secretaria de Cooperação Internacional (SCI)<sup>743</sup>, nos diversos eventos que venha a participar.

A sua vez, a PFDC (MPF), em idêntica linha, pode fazer tratativas nos contatos frequentes e contínuos que mantém com segmentos das Nações Unidas (alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos; Relatoria Especial da ONU sobre Águas e Saneamento, etc)<sup>744</sup>. O potencial é, pois, ilimitado.

O Ministério Público, sob esses contornos, e para cumprir seu papel de agente emancipatório nesse circuito de reação cultural há de: 1.º) despertar, individual e institucionalmente, sua consciência, num processo de (re)educação que vai do interno ao externo; 2.º) reformular seus *planos, programas e projetos*, fazendo incluir, com profundidade, temas que impulsionem o reconhecimento e a valorização da dignidade da vida em todas as suas formas; 3.º) expandir essa (re)definição a respeito de nossa relação com nós mesmos, com os demais e com a natureza e ressignificar a representação social<sup>745</sup> disso (livrando e descolonizando a todos do *carnismo*<sup>746</sup> e suas implicações nada sustentáveis), de modo a promover a emancipação pacífica e harmônica dos que estão mais abaixo e mais abaixo ainda no sistema-mundo hegemônico capitalista; 4.º e 5.º) ampliar isso para o regional e o global, a partir de produções teóricas e práticas consistentes que (no desenvolver do dito nos itens 1.º, 2.º e 3.º) não de ser construídas em conjunto em processos abertos que *visibilizem, desestabilizem e transformem*.

---

<sup>742</sup> Informações estão disponíveis em <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-passa-a-integrar-comite-executivo-da-associacao-internacional-de-procuradores>, acesso em 20/09/2016. A confirmação do PGR como membro do Comitê Executivo se deu na 21ª. Conferência Anual da IAP, realizada de 11 a 15/09/2016, na Irlanda.

<sup>743</sup> Informações sobre a SCI/PGR em <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci>, acesso em 20/09/2016.

<sup>744</sup> O tema é tratado neste Capítulo IV, item 4.3.2.

<sup>745</sup> O tema é tratado no Capítulo II, item 2.4.

<sup>746</sup> O tema é tratado no Capítulo III, item 3.2.

A esperança, a cada dia renovada, é de que o Ministério Público, numa *visão sistêmica da vida*, como extraordinariamente lecionam Fritjof Capra e Pier Luigi Luisi, possa se tornar valioso instrumento de *alfabetização ecológica*:

*Nas próximas décadas, a sobrevivência da humanidade dependerá de nossa alfabetização ecológica – nossa capacidade para compreender os princípios básicos da ecologia e de viver em conformidade com eles. Isso significa que a ecoalfabetização precisa se tornar uma habilidade de importância crucial para políticos, líderes empresariais e profissionais em todas as esferas, e deveria ser a parte mais importante da educação em todos os níveis – desde as escolas primárias e secundárias até as faculdades, as universidades, e os cursos de especialização e treinamentos de profissionais.*

*Precisamos ensinar aos nossos filhos, nossos alunos e nossos líderes empresariais e políticos fatos fundamentais da vida – por exemplo, o de que o resíduo de uma espécie é alimento de outra espécie; o de que a matéria circula continuamente ao longo da teia da vida; o de que a energia que põe em movimento os ciclos ecológicos provém do Sol; o de que a diversidade assegura a flexibilidade; o de que a vida, desde o seu início, há mais de 3 bilhões de anos, não toma conta do planeta pelo combate, mas pelo trabalho em rede<sup>747</sup> (Os grifos não constam no original).*

Que saibamos, no Ministério Público (fora dele e para além dele), trabalhar em redes que reformulem a representação social que temos das relações que mantemos com nós mesmos, com os demais e com a natureza. Que nos libertemos da ideologia-mundo capitalista hegemônica e que saibamos encontrar um outro lugar (heterotopia) com a devida valorização da vida em todas as suas formas.

---

<sup>747</sup> CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas; tradução de Mayra Teruya Eichemberg e Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2014, pp. 439-440.



## CONCLUSÕES

A imersão teórico-prática a que nos propomos foi a de desvendar o porquê de os humanos, em busca da concretização de suas necessidades fundamentais ou reivindicações de vida, conduzem sua jornada, por melhores que sejam as intenções, em desarmonia com os não humanos (animais e demais formas de vida – a natureza como um todo). A inquietação se mostrou potencializada pelo fato de que mesmo os defensores dos direitos humanos (e mais ainda aqueles que são impulsionados por um ideário de libertação/emancipação, não exploração e não discriminação etc) em geral se comportam, frente aos não humanos, sob postulados diametralmente opostos: regulatórios, exploratórios e discriminatórios. O objeto de estudo, para fins de delimitação, centrou-se na procura de pressupostos aptos a embasar um modo de pensar (e agir) os direitos humanos que assegure a inclusão dos não humanos e, dada a amplitude da temática, buscar o papel quanto a isso, no Brasil, do Ministério Público, instituição configurada de maneira singular que abrange, inclusive, funções de *Ombudsman*, *Defensores del Pueblo* e similares.

O desenvolver do problema proposto nos alçou a determinadas conclusões, embora não definitivas, porquanto sempre devem ser questionadas, aprimoradas e modificadas pela capacidade humana, teórico-prática, de fazer e desfazer mundos.

1. *A necessidade de uma releitura crítica dos direitos humanos em processos culturais que nos reconectem com as relações que mantemos com nós mesmos, com os demais e com a natureza:* os direitos humanos são produtos culturais. Não são, portanto, universais, uma vez que não há uma só cultura no mundo, mas várias. A propósito, melhor que se falar em cultura (algo estático) é compreendê-la como processo (algo dinâmico). Isso porquê o processo cultural, com seu dinamismo, é que nos permite agir e interagir em nossos contextos concretos, construindo, intercambiando e transformando nossas vidas. Os direitos humanos são, em consequência, meios para que homens e mulheres, desde suas realidades nuas e cruas, possam, de modo aberto, inclusivo e participativo (com voz e vez) desenvolver sua potência humana para alcançar os bens – materiais e imateriais, necessários a uma vida digna de ser vivida. E, para tanto, devem ter as condições (políticas, econômicas, jurídicas etc) capazes de implementar isso.

Os direitos humanos, imperioso enfatizar, não surgem do nada, razão pela qual, sem desconsiderar ou desmerecer a importância dos textos normativos, do local ao global, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, fato é que nem de longe eles proporcionam no mundo real o que dizem proporcionar. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o PNUD, bem comprova. O Relatório do PNUD/2015, por exemplo, denuncia o quanto cerca de 1 bilhão e 500 milhões de pessoas ainda vivem em situação de pobreza multidimensional, ou seja, com ao menos um terço dos indicadores revelando grave privação em termos de saúde, educação ou padrão de vida. Normas não concretizam direitos.

Os direitos humanos, curial ressaltar, se materializam por processos de luta (reivindicações) postos em marcha a todo momento e cujos resultados obtidos são provisórios e vão se alterando (para frente ou para trás) de acordo com as condições que o cercam (históricas, sociais, culturais, econômicas, políticas etc). Logo, se uma pessoa, em qualquer lugar do mundo, quando necessitando e querendo se alimentar não tem como o fazer, ela não é titular de um direito humano à alimentação. Se não temos um meio ambiente equilibrado, como dizer que esse é um direito humano nosso? São os bens, e não os direitos, que vêm primeiro. Se não temos condições de acessar àqueles (os bens) não temos esses (os direitos). Caso contrário, o direito passa ao plano da retórica, da metafísica, do discurso vazio e desprovido de sentido real: pura abstração e formalismo. Ter direito humano à vida digna significa viver dignamente. Isso é indissociável. Pensar que ter um direito é uma coisa e o bem - material e imaterial – que o concretiza é outra serve apenas à manutenção das desigualdades socioeconômicas e não à superação delas.

A teoria crítica dos direitos humanos, de Joaquín Herrera Flores, como vimos, delineia e sedimenta, com muita propriedade, esse norte traçado. A partir de uma visão relacional da cultura ela, a teoria, e ele, o seu autor, demonstram que pelo circuito de reação cultural podemos, de forma emancipadora, transpor correntes ideológicas que fecham a possibilidade de serem superados padrões estabelecidos que impedem a criação de ordens sociais e simbólicas novas e alternativas. Isso se faz com uma reação cultural flexível e contextualizada que garante espaços mútuos de convivência com respeito ao diferente, ao plural. Uma visão do cultural, frise-se, que envolve o conjunto de relações que os humanos constroem e mantêm com os

outros, com eles próprios e com a natureza, gerando símbolos e signos (produtos culturais, como o direito - e os direitos humanos -) que culminam nos guiando em direções culturalmente escolhidas que podemos sempre transformar e modificar. É ele, esse circuito de reação cultural, que nos permite atuar desde nossa capacidade humana de fazer e desfazer mundos, *visibilizando* o que não se percebe (ou o que o sistema-mundo hegemônico faz com que não se perceba), *desestabilizando* (criticando, substancialmente, os fundamentos pelos quais algumas coisas se tornam visíveis e outras invisíveis) e *transformando* (propondo e agindo para que cheguemos a outro lugar – *heterotopia*, eliminando-se a injusta e desigual divisão do fazer humano e seus reflexos para os humanos e para além deles).

A cultura jurídica estatal (o Estado como fonte exclusiva do Direito), a seu tempo, não tem como atender a esses propósitos igualitários e emancipatórios dos direitos humanos. Isso se dá, na linha de Antonio Carlos Wolkmer, pelo fato de esse monismo jurídico representar o padrão de juridicidade escolhido para garantir os fatores fundantes da hegemonia do sistema-mundo capitalista. As normas (inclusive sobre direitos humanos e que com eles se confundem, pela teoria tradicional) tem sua validade assegurada e proclamada não por sua aceitação e capacidade de realização dos anseios de homens e mulheres, mas tão-somente por terem sido produzidas e aplicadas no âmbito dos mecanismos oficiais estabelecidos. O monismo jurídico, portanto, cunhado para manter os valores e interesses dominantes, não tem qualquer vocação (nem pretende ter) para trazer à superfície aqueles sujeitos históricos que estão mais abaixo (humanos relegados: sem terra, emigrantes, marginalizados que vivem em aglomerados urbanos, menores abandonados, minorias etc) e muito menos aqueles que estão mais abaixo ainda (os não humanos). O pluralismo jurídico, ao contrário, se mostra como alternativa concreta viável para emancipar esses sujeitos (os humanos e os não humanos) abandonados, no Norte e no Sul Global, à própria sorte.

É o pluralismo jurídico (ou para sermos mais exatos, as ações e instrumentos típicos que o caracterizam), com sua forma ampla de abrir espaço a todos e todas para a produção e aplicação normativa, que pode melhor concretizar a efetivação de direitos humanos, incluindo os não humanos (animais e demais formas de vida). Com participação ampla e plural, as mais diversas maneiras de ver e entender o mundo

culminarão produzindo até mesmo o texto constitucional das nações e a consequente materialização de seus preceitos. Os exemplos das contemporâneas Constituições da Bolívia e do Equador (desde o Sul Global e despertando o interesse do Norte Global) são provas vivas disso, com inovações substanciais como o reconhecimento e a admissão da forma comunitária e autônoma de justiça e a própria introdução dos denominados direitos da natureza (rompendo com a tradição ocidental hegemônica de considerar somente os humanos como sujeitos direitos).

Com efeito, o pluralismo jurídico tem o potencial necessário para que superemos a antiga e equivocada visão de privilegiar a espécie humana em relação às demais, o *especismo*, essa discriminação insustentável que, em pleno século XXI, se mantém presente e predominante mesmo entre os mais sensíveis e abnegados defensores dos direitos humanos (que devem ser, como geralmente são, contrários a qualquer forma de discriminação e exploração). O *especismo* (como o racismo e o sexismo) deve ser banido de nosso modo de ser e viver. Mais ainda, devemos rever o próprio modo como concebemos os direitos humanos.

*2. O despertar da consciência, do individual ao coletivo, como fator essencial para o convívio harmônico e pacífico da vida em todas as suas formas:* o modo pelo qual homens e mulheres (dentre eles os defensores dos direitos humanos) tem buscado concretizar suas necessidades fundamentais e reivindicações de vida usa o antropocentrismo (o homem e a mulher no centro) como pedra fundamental desde à antiguidade, o que está presente no âmago do próprio Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Para o giro ético que devemos dar, no circuito de reação cultural que tratamos, a espécie humana precisa, indivíduo por indivíduo, e coletivamente também, mudar de postura. Um começo necessário é entender que nós, humanos, precisamos de mais humildade. Qual a relevância, afinal, da vida de um ser vivo (humano), ou de todos considerados (bilhões de humanos) que em verdade são representantes de uma única espécie que vive num planeta que gira ao redor de uma estrela, dentre bilhões de estrelas, em determinada galáxia, dentre bilhões de galáxias que existem num universo que não para de se expandir? E a qual a importância dessa(s) vida(s) humana(s) que raramente dura 100 anos num planeta onde a vida (mesmo a humana) já existe há milhões de anos?

É claro que apesar da pequenez diante do espaço e do tempo a nossa vida tem muito valor, especialmente para nós mesmos, humanos. Todavia, as demais formas de vida também têm seu valor intrínseco e precisamos compreender isso. O exemplo de guinada ética, de consciência e conduta como reação cultural possível e realizável, do individual para o coletivo, que precisamos concretizar é muito bem representado, como explicitamos, pela trajetória contaminada de contexto de Mahatma Gandhi, que com sua firmeza da verdade (*satyagraha*) e não violência (*ahimsa*) pôs em marcha no mundo real ações transformadoras em defesa dos humanos e para além deles. Com instrumentos pacíficos e firmes, a Grande Alma apontou e trilhou caminhos aptos a assegurar a emancipação daqueles que estão mais abaixo no sistema-mundo, deixando claro que ao nos relacionarmos com nós mesmos temos de valorizar o “eu” interior dando-lhe significado conforme somos (ou gostaríamos de ser), sem nos fecharmos dentro de nós próprios devido a valores impostos socialmente (que nos fazem ser algo diverso do que somos).

A busca é por um estilo de vida que nos empodere e reforce nossa capacidade de lutar por autonomia e dignidade. A partir daí, cada um de nós transformando a si próprio, com ênfase na riqueza humana e não humana e na dignidade da vida, começamos a irradiar os efeitos dessa postura ética comprometida para as relações que mantemos com os demais humanos, com os não humanos e com a natureza como um todo. Desse modo, faremos com que o biocentrismo (a vida no centro) supere o antropocentrismo como ele superou o teocentrismo. Igualmente, vamos ressignificando a representação social de nossas relações. É que, como pontuamos com esteio em Sergi Moscovici, são as representações sociais que temos do mundo que determinam os próprios papéis que nele desempenhamos e o valor que eles têm: se iremos recolher o lixo das cidades, fazer pão, construir casas, trabalhar como médico, psicólogo, comerciante, advogado e quanto ou o que cada um receberá por isso. Em idêntico sentido, são as representações sociais (leituras) que fazemos do mundo que dirão se vamos viver em harmonia e respeito com os não humanos e a natureza ou se deles usaremos ao nosso belo prazer e interesse, valendo-se de nossa posição de espécie dominadora, explorando-os e discriminando-os.

A Teoria de Gaia, nesse giro ético de reação cultural, nos chama a esse despertar sedimentando que a própria Terra é um organismo vivo e que precisamos

estar conscientes de que nossos atos predatórios e irrefletidos, característicos do antropocentrismo egoísta e arrogante, ameaçam a vida planetária (vida de humanos e não humanos). Em soma, a Ecologia Profunda, na direção dessa imprescindível missão de que devemos ressignificar nosso plexo de relações, nos ensina que temos de nos comportar em ‘harmonia com a natureza’ porque toda ela “tem valor intrínseco”; que há “igualdade entre as espécies” e que “objetivos materiais” devem estar a serviço de “objetivos maiores de autorrealização”; que a Terra tem “recursos limitados” e nela devemos agir e interagir com “tecnologia apropriada”, “fazendo o necessário e reciclando” e respeitando as “biorregiões” e as “tradições das minorias”.

A maneira como nos portamos no mundo, afinal de contas, produz reflexos na paz, local e global. Vimos, por exemplo, o quanto o plástico (derivado do petróleo) está presente numa simples caneta de nosso dia-a-dia e também nos eletrodomésticos, nos televisores, nos telefones celulares, nos automóveis, nas aeronaves, nas embarcações etc. E a relação do petróleo com guerras é algo inafastável. De fato, o petróleo foi decisivo na 1ª. Guerra Mundial (pela substituição dos navios até então movidos a carvão e pelo emprego em submarinos, tanques e aviões); nas disputas das novas fronteiras do Oriente Médio (1920), na Guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia (1932-1935) e na guerra entre Peru e Equador (1941). Na 2ª. Guerra Mundial o próprio ataque japonês a Pearl Harbor (base norte-americana localizada no Havaí) se deu após o embargo de petróleo pelos Estados Unidos ao Japão. E outros tantos conflitos ocorreram, como os ataques da Inglaterra e França na região do Canal de Suez, no Egito (1956), a disputa pelas Ilhas Malvinas entre Inglaterra e Argentina (empresas britânicas, americanas, canadenses e australianas passaram a explorar o petróleo no local) e a própria guerra de coalizão liderada pelos norte-americanos contra o Iraque (1991) etc.

E a situação não é diversa em relação à água, cujo desejo por seu controle provoca guerras, no denunciar de Vandana Shiva, que estão ocorrendo em todas as sociedades, de leste a oeste e de norte a sul e, inclusive, ocultando os interesses da ideologia-mundo capitalista hegemônica, que as mascara como se fossem conflitos decorrentes de motivações étnicas e/ou religiosas. É essencial que tenhamos o maior zelo e respeito com o uso de que fazemos de qualquer recurso natural ou seremos cúmplices insensatos de uma lógica dominante cruel e avassaladora. O

cuidado que devemos ter envolve, pois, todas as formas de vida com as quais compartilhamos esse Planeta Azul. Um despertar de consciência que atue e se comporte em defesa do convívio pacífico comum entre humanos e não humanos (animais e todas as demais formas de vida, mesmo os microrganismos, lembrando que as células de bactérias em nosso corpo superam as células humanas numa relação de 10 para 1). A vida tem valor próprio, do micro ao macrocosmos.

*3. O mergulhar na realidade local que nos faz compreender o modo como vivemos e somos guiados, para uma direção equivocada, por um sistema-mundo norteado por diretrizes capitalistas hegemônicas:* os direitos humanos e as lutas (reivindicações) que os constituem não de estar situados em contextos reais e concretos. O local escolhido foi o Brasil, uma nação do Sul Global que, a despeito de sua condição de periférica, é líder mundial em exportação de não humanos para alimentar humanos. A partir dos recortes eleitos (espaço brasileiro e hábitos alimentares) percebemos o quanto bilhões de animais (que têm lugar elevado na teia da vida, porquanto dotados de sentimentos os mais diversos) acabam sendo explorados e eliminados, sem necessidade, para atender ao nosso paladar irrefletido e insensato. Um proceder que atende aos interesses do modelo fechado e regulador do sistema-mundo que impõe um processo ideológico de absoluta mercantilização da vida não humana (do corpo inteiro ou de suas partes).

O agir humano, nesse aspecto, surge de ideias e crenças estabelecidas de uma interação mútua na qual determinadas estruturas cumprem papel essencial (clãs, igrejas, movimentos sociais, famílias, clubes etc), gerando um pensamento coletivo que influencia o comportamento de cada um. O que o sistema-mundo capitalista fez e ainda faz, como notamos, é se apropriar desse senso coletivo que molda nossas representações sociais. E faz isso se apropriando sob os mais variados aspectos e penetrando, sem que percebamos, nas narrativas, na linguagem, nos objetos, nos produtos culturais e tudo mais que puder alcançar. A ideologia-mundo, capitalista/neoliberal e hegemônica, nessa sua contemporânea apropriação, se faz presente nos institutos, associações e entidades de todos os segmentos sociais: Filosofia, Sociologia, Economia, Comunicação, Psicologia, Medicina, Direito, Engenharia, Ecologia, Defensores dos Animais etc). Isso impede que nos libertemos de nós mesmos e dessa postura antropocêntrica, exploradora e

arrogante que nos põe acima de todas as demais formas de vida. Aqui, na esteira de Luc Boltanski e Ève Chiapello visualizamos como o capital atua se apropriando inclusive das formas de libertação que possamos vir a ter porque o capitalismo traz em si a vocação “*para mercantilizar o desejo, especialmente o de libertação, e assim cooptá-lo e enquadrá-lo*”. Tudo no objetivo de fazer prevalecer a lógica da riqueza econômica da balança contábil de perdas e ganhos.

Dessa forma, fomos e somos conduzidos ao *carnismo*, na expressão de Melanie Joy, um sistema de crenças invisível (invisibilizado pela ideologia-mundo hegemônica, melhor dizendo) que faz com que nós (humanos) comamos animais (não humanos) sem pensar e refletir o porquê desse nosso comportamento. Uma maneira de se portar que, como vimos, apenas no país central líder do sistema-mundo capitalista (Estados Unidos) fomenta uma bilionária indústria (bilionária duplamente: em movimentação financeira e em vidas de animais eliminadas) na qual 10 bilhões de animais (terrestres) têm sua vida ceifada todo ano, estimando-se que mais 10 bilhões de peixes e outros animais marinhos têm igual destino. Um negócio com rendas anuais próximas dos 125 bilhões de dólares. Para tanto, o processo (des) humano a que são submetidos galinhas, porcos, vacas e seus filhotes, é algo a envergonhar qualquer um de nós, notadamente aqueles que labutam pelos direitos humanos. As vacas leiteiras, por exemplo, que viveriam em condições naturais por vinte anos são abatidas depois de cinco anos de sofrimento e aflição, a começar pelo afastamento de cada filhote seu, pelo qual chega a chamar durante dias.

O Brasil, em seu papel no sistema-mundo, lidera o *ranking* de exportação de carne de frango há dez anos, exportando para cento e cinquenta países e respondendo por 40% da demanda global. E situação similar se dá com a carne bovina, com a liderança brasileira há mais de década, abrangendo um quinto da carne comercializada internacionalmente e com destino há mais de cento e oitenta países. Além da perda de bilhões de vidas não humanas e da imensa, contínua e injustificável dor e sofrimento causada a esses seres vivos sencientes, os impactos ambientais são avassaladores. Deveras, verificamos como cada quilo de carne bovina produzido no Brasil, dentre outros efeitos, é responsável por 10 mil metros quadrados de floresta desmatada; consumo de 15 mil litros de água doce limpa; despejo de boro, fósforo, mercúrio, bromo, chumbo, arsênico, cloro entre outros



elementos tóxicos provenientes de fertilizantes e defensivos agrícolas que se infiltram no solo e atingem os lençóis freáticos; descarte de efluentes como sangue, urina, gorduras, vísceras, fezes, ossos e outros que acabam chegando aos rios e oceanos depois de contaminarem solo e aquíferos subterrâneos etc. Os impactos causados por todo o ciclo da carne (da produção ao consumo), são tão profundos e significativos que impulsionaram o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (*United Nations Environment Programme* - UNEP) a recomendar a dieta vegana (sem produtos de origem animal) pelo bem-estar planetário.

A imersão no território brasileiro nos permitiu ver, região por região, as desigualdades quanto à divisão do fazer humano, algo que tem suas raízes nos tempos coloniais, com investidas que significaram verdadeiro genocídio que vitimou cerca de 95% da população indígena, usurpou e saqueou riquezas naturais e cujos efeitos são sentidos até hoje, e talvez perdurem por muitos anos ou séculos. A linha traçada pelos colonizadores, com predominância dos portugueses, conforme seus interesses, implicou, internamente, desenvolvimento desigual da nação brasileira, estabelecendo-se no Brasil também um Sul e um Norte, embora às avessas (regiões Sul e Sudeste = favorecidas, e a elas ligada a região Centro-Oeste; regiões Norte e Nordeste = desfavorecidas). A colonização foi avassaladora no Norte e no Nordeste, seja sugando as drogas e especiarias da floresta amazônica (à custa do trabalho dos índios cujas mulheres e crianças eram mantidas como reféns), seja com os latifúndios açucareiros (movidos à mão-de-obra escrava) cuja produção era destinada ao mercado europeu. Fato é que, ainda atualmente, o Norte e o Nordeste do Brasil vivenciam situação socioeconômica mais frágil no contexto nacional.

A relação entre humanos e não humanos, nesse processo histórico brasileiro, também nos foi reveladora. Deveras, povos tradicionais do Sudeste foram marginalizados com a ampliação do mercado da carne, ou seja: alguns humanos perderam território (e tudo que ele representa: moradia, convívio social, lazer, fonte de alimentação etc) para a criação de não humanos que, ao final, são eliminados para alimentar outros humanos. No Sul, assim como nos sertões pastoris do Nordeste, as estâncias (fazendas) se tornaram criatórios de gado. No Centro-Oeste, com a pecuária para produção de carne e leite, prevaleceram os interesses econômicos na produção de “gado-mercadoria”. O Norte, mais preservado, luta,

ainda em tempos atuais, para conter as queimadas feitas para a expansão agrícola e pecuária, sobretudo na floresta amazônica. Um cenário explorador e predatório que causou e segue causando danos alarmantes em todos os biomas brasileiros (Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal e Zona Costeira). A devastação da floresta amazônica, por exemplo, além de causar imensa perda de biodiversidade, ameaça povos e culturas tradicionais, afeta o ciclo das águas e lança aproximadamente 200 milhões de toneladas de carbono na atmosfera, colocando o Brasil entre os maiores vilões do aquecimento global.

Com a voracidade colonial sobre si e seu povo, o Brasil seguiu o rumo errado: passou-se de um convívio harmônico entre humanos, não humanos e a natureza como um todo (no período pré-colonial, onde em terras brasileiras estavam seus legítimos habitantes: os indígenas nativos), para um modelo devastador fruto do pensamento colonial predatório perpetuado pela ideologia-mundo capitalista e hegemônica (neocolonialismo). Não é por outra razão, a propósito, que o Brasil periférico é líder mundial em exportação de não humanos para alimentar humanos, isto é, a neocolônia brasileira prossegue, desde o Sul Global, atendendo aos interesses dos neocolonizadores que integram o Norte Global.

4. *O atuar emancipatório, desde o institucional, rumo às transformações que nos podem levar a outro lugar (heterotopia) marcado pela interação mútua e respeitosa entre humanos e não humanos:* as instituições, dentro do sistema-mundo, têm relevante papel a cumprir. Podem elas, entretanto, agir de modo emancipador ou regulador. A delimitação que fizemos, pelo Ministério Público (MP) brasileiro, em especial o Ministério Público Federal, demonstrou que ele, o MP, desempenha funções que em outros países, do Norte e do Sul Global, cabem ao *Ombudsman*, aos *Defensores del Pueblo* e similares. E vimos mais. O breve histórico da instituição ministerial no Brasil evidencia o quanto o Ministério Público pode servir como agente impulsionador da emancipação humana (atuando pelo registro de filhos de mães escravas, por exemplo), como ser utilizado por regimes ditatoriais baseados na força e na violência (processando parlamentares por “crimes contra a segurança nacional”). Como toda instituição formada por seres humanos, o Ministério Público pode ser um aliado ou um obstáculo a mais na busca pela dignidade humana (e para além dela) a todos e todas. Ou seja, o MP tem potencial tanto para impulsionar como

para barrar a efetivação de direitos humanos. Desvendando essa instituição brasileira em sua vertente federal (Ministério Público Federal – MPF), nos deparamos com atuações concretas que guardam estrita consonância com a teoria crítica dos direitos humanos levada a cabo por Joaquín Herrera Flores.

De fato, trouxemos à colação iniciativas que *visibilizaram* situações singulares, *desestabilizaram* modos de ver e atuar no mundo e *transformaram* a realidade empoderando homens e mulheres de Norte a Sul do Brasil, dando-lhes voz e vez, garantindo-lhes *espaços de luta* (reivindicações) e ampliando suas *cotas de dignidade* no meio social, sobretudo mediante *redes, debates e construções coletivas*. Agindo dessa forma, o MPF contribui para que as pessoas tenham acesso a bens materiais e imateriais que lhes possibilitem viver dignamente no que se refere a importantes aspectos da vida como educação, saúde, moradia, trabalho adequado etc. E isso é concretizado, inclusive, em relação a grupos de minorais, com *reconhecimento e valorização do diferente*, das formas culturais mais diversas que integram a nação brasileira plural, com destaque para o diferenciado trabalho, reconhecido em nível nacional e internacional, em defesa do meio ambiente e da preservação da maior floresta tropical do mundo, a Amazônia.

Ao fim e ao cabo, concluímos que, a despeito da atuação de relevo à busca de um mundo diferente, bem distante da lógica capitalista hegemônica, precisamos de um pensar e agir pelos direitos humanos que inclua os não humanos (animais e demais formas de vida) o que é um desafio também para o próprio Ministério Público. Afinal, a relação entre humanos e não humanos precisa ser revista urgentemente. Nesse toar, os defensores dos direitos humanos, dentre os quais os integrantes do MP e MPF brasileiro, têm um papel essencial a cumprir. Deveras, precisam compreender a necessidade de ser superada a milenar visão antropocêntrica pela biocêntrica (eliminando-se comportamentos especistas). Vimos, ademais, o grande desconforto dos dirigentes dos órgãos nacionais brasileiros de defesa dos não humanos em responder à indagação se comem animais ou não. Há, pois, um profundo paradoxo em defender o meio ambiente (e, portanto, todas as formas de vida nele contidas) e, na qualidade de gestores máximos responsáveis, contribuir (como provavelmente contribuem) para a destruição das bilhões de vidas de não humanos destinados à alimentação humana, dia após dia, no Brasil. Paradoxo

idêntico é aquele vivenciado pelos defensores dos direitos humanos que, se por um lado, em geral, são absolutamente contrários a qualquer forma de exploração e discriminação, por outro trilham sua jornada à custa da exploração e discriminação, desnecessária e cruel, de bilhões de vidas de não humanos.

E assim chegamos às propostas concretas que entendemos aptas para despertar nossa consciência, reorientar nosso atuar e nos conduzir a um caminho diverso daquele que temos seguido pelas imposições da ideologia-mundo capitalista hegemônica e que caracterizam a forma equivocada pela qual nos relacionamos com nós mesmos, com os demais humanos e com a natureza. São elas:

1º. *Despertar, debater e (re)educar – por um outro modo de perceber como vemos o mundo e como atuamos nele:* a visão biocêntrica há de ser trazida concretamente para a realidade dos membros do Ministério Público, superando-se as diretrizes antropocêntricas assim como essas ultrapassaram as teocêntricas. A campanha difundida mundialmente *“Meat Free Monday”, “Lunes Sin Carne”* ou *“Segunda Sem Carne”* é um passo inicial que deve ser adotado por todos os Ministérios Públicos, seja no âmbito interno, seja no externo. Isso, pelos humanos, pelos não humanos e pelo próprio bem-estar planetário. No plano interno, basta os Chefes dos Ministérios Públicos aderirem à campanha em seus próprios refeitórios, o que o Procurador-Geral da República (Chefe do MPF), por exemplo, pode fazer, por ato administrativo, em sua sede nacional onde são servidas milhares de refeições diariamente. O *“Segunda Sem Carne”*, vale rememorar, não implica apenas deixar de se alimentar dos não humanos uma vez por semana. Ao revés, objetiva *“conscientizar as pessoas sobre os impactos que o uso de produtos de origem animal para alimentação tem sobre os animais, a sociedade, a saúde humana e o planeta”*. E a partir desse despertar de consciência interno de todos aqueles que integram o Ministério Público potencializada estará a atuação para o público externo. Conscientizados, os agentes do MP poderão, por exemplo, fazer com que isso se espalhe pela educação nas escolas públicas de todo o Brasil. O Projeto MPEduc – Ministério Público pela Educação, pode incluir o *“Segunda Sem Carne”* como um de seus objetivos a alcançar, o que implicaria uma (re)educação da própria sociedade futura, por suas crianças e jovens. Cabe destacar que a iniciativa já foi adotada por escolas da rede pública de megacidade brasileira e outras.

2º. *Reformular, incluir e maximizar – por eventos que nos emancipem de nós mesmos*: o Ministério Público, com vistas ao seu agir concreto, realiza encontros para tratar dos mais diversos temas. É preciso reformular o que se discute e incluir transversalmente os não humanos e a dignidade da vida nos *planos, programas e projetos institucionais*, nem que se inicie, ao menos, fazendo-se presentes as diretrizes do “Segunda Sem Carne”. Para além disso, na área de direitos humanos e sua indissociável relação com os direitos sociais, o meio ambiente e as populações indígenas e comunidade tradicionais, é essencial que, o quanto antes, as discussões passem a ocorrer com maior profundidade (*Especismo, Teoria de Gaia, Ecologia Profunda, Biocentrismo x Antropocentrismo, riqueza humana e não humana, satiagraha e ahimsa* etc). Isso significa, no MPF, a necessidade de reformulação inclusiva no conteúdo do que se discute em *Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral* (1ª. CCR/MPF), *Meio Ambiente e Patrimônio Cultural* (4ª. CCR/MPF), *Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais* (6ª. CCR/MPF) e, principalmente, na “*Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão*” (PFDC).

O projeto “Carne Legal”, como visto, precisa começar a rever criticamente suas próprias premissas, não obstante, frise-se, a relevância dos resultados alcançados. Fato é que, tanto em âmbito federal como estadual, o Ministério Público pode maximizar os propósitos de nosso circuito de reação cultural ao incluir os não humanos e a dignidade da vida em seus *planos, programas e projetos*. Ao despertar consciências, começando pelas suas próprias (no plano individual), os membros do Ministério Público dão o primeiro passo nessa jornada de imenso potencial de ressignificação da instituição e da própria sociedade (no plano coletivo). Nesse rumo, o próprio Conselho Nacional do Ministério Público aponta, como necessário retorno social das atividades do MP brasileiro, que seus membros, pela via do diálogo, tenham por base o “princípio da paz” e o “princípio ético”: “uma ética do respeito à diferença, ao ser humano, à natureza, à vida em todas as suas formas”.

3º. *Expandir, redistribuir e descolonizar – por uma abertura centrada no diálogo e na cultura de paz*: o ente estatal como fonte jurídica única da produção normativa não consegue dar as respostas adequadas aos anseios sociais, sobretudo daqueles que estão mais abaixo (e mais abaixo ainda) no sistema-mundo. O

Ministério Público, ao passo que vai ressignificando seu atuar, nos termos defendidos, compreendendo sua missão em defesa da dignidade da vida em todas as suas formas, há de expandir isso, de modo dialogado e à luz de preceitos pacíficos, com os diversos segmentos sociais, especialmente aqueles a quem historicamente se têm negado acesso aos bens materiais e imateriais necessários a uma vida digna de ser vivida. A expansão melhor se dá pela via de iniciativas típicas de pluralismo jurídico, em favor dos humanos e também dos não humanos.

O Ministério Público, aqui, pode impulsionar o circuito de reação cultural levando a tratada ressignificação, por exemplo: a) aos debates (e consequentes *planos, programas e projetos*) de que participa nas mais diversas instâncias. O MPF, somente pela PFDC, como vimos, está presente em colegiados que vão do Conselho Nacional dos Direitos Humanos à Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural; e b) aos encontros (reuniões, eventos, audiências públicas etc.) com os movimentos sociais, entidades da sociedade civil, sindicatos, organizações não-governamentais e outros coletivos de grupos, minoritários (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) ou não (mulheres). A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP pode desempenhar papel relevante em suas linhas de atuação, como por exemplo nos “Encontros Ministério Público e Movimentos Sociais”.

Ao levar a cabo esse ideário de reação cultural em defesa da vida (o que implica revisão e redistribuição da injusta e desigual divisão social, sexual, étnica e territorial do fazer humano e da relação que mantemos com nós mesmos, com os outros e com a natureza) o Ministério Público *visibiliza, desestabiliza e transforma*. E fazendo isso promove nossa descolonização, isto é, nos liberta das imposições (antigas e novas) coloniais de um sistema-mundo capitalista hegemônico que com a sua lógica da balança contábil de perdas e ganhos faz com que humanos explorem humanos, não humanos e a natureza como um todo. Ao expandir seu atuar para além da seara institucional, como queremos, o Ministério Público há de defender e impulsionar o empoderamento de todos e todas (de modo que cada qual tenha voz e vez para desenvolver sua própria potência humana, ampliando suas *cotas de dignidade* por meio de *construções coletivas*, nos espaços que o MP ocupa, atua e participa – cujas expectativas devem se materializar nos respectivos *planos*,

*programas e projetos*) num contexto em que isso ocorra sob bases biocêntricas e não especistas que garantam um convívio pacífico da vida em todas as suas formas.

4º. *Ampliar para as Américas – por um diálogo intercultural regional*: o Ministério Público, ao tempo em que ressignifica seu modo de pensar e agir, do individual ao coletivo e do interno ao externo, mas ainda em âmbito local (no Brasil, em seus Estados, no Distrito Federal e Municípios), pode levar isso para o regional, fator que enriquecerá os debates com a participação de culturas diversas. A partir de um diálogo aberto e em posição de igualdade, porquanto defendemos atitudes emancipatórias em contraposição às regulatórias, o MP tem importante papel a desempenhar além das fronteiras brasileiras. A PFDC (MPF), por exemplo, pode levar todo o aqui exposto e proposto (sintetizado nos itens 1º, 2º, e 3º precedentes), para o âmbito da Federação Ibero-Americana de *Ombudsman* (FIO), da qual faz parte juntamente com representantes de Andorra, Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Porto Rico, Uruguai e Venezuela.

O Procurador-Geral da República (Chefe do MPF), igualmente, pode incluir as bases desse circuito de reação cultural proposto nas atividades do convênio recém firmado com a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

5º. *Globalizar para o Mundo – por um diálogo intercultural global*: o atuar do Ministério Público ainda pode ir além. As Nações Unidas, como sedimentado, apesar de terem evoluído significativamente quanto à concepção de direitos humanos, ainda atuam, na esfera global, via Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sob preceitos antropocêntricos e consequentemente especistas. Fazer chegar à ONU esse giro ético cultural (individual, coletivo e institucional – como sintetizado nos itens 1º, 2º, e 3º precedentes, frise-se) está relacionado, no caso do Ministério Público Federal<sup>748</sup>, ao seu intento, entre outros, de ser reconhecido internacionalmente, até 2020, pela “*excelência na promoção da justiça*” e “*da cidadania*”. Melhor fará isso promovendo justiça em favor de humanos e não

humanos e atuando por uma cidadania que valorize a dignidade da vida em todas as suas formas. Para tanto, pode o Procurador-Geral da República (MPF) levar os contornos do que defendemos para a maior organização internacional de Ministérios Públicos, a IAP (*International Association of Prosecutors*) que participa de eventos da ONU. O MPF/MPU integra a IAP desde 2014 e recentemente o PGR foi confirmado como membro do Comitê Executivo. O PGR pode ainda, tratar da questão na ONU diretamente, ou por meio de sua Secretaria de Cooperação Internacional (SCI), nos diversos eventos que venha a participar.

A sua vez, a PFDC (MPF), em idêntica linha, pode fazer tratativas nos contatos frequentes e contínuos que mantém com segmentos das Nações Unidas (alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos; Relatoria Especial da ONU sobre Águas e Saneamento, etc). O potencial é, pois, ilimitado.

O Ministério Público, sob esses contornos, e para cumprir seu papel de agente emancipatório nesse circuito de reação cultural há de: 1.º) despertar, individual e institucionalmente, sua consciência, num processo de (re)educação que vai do interno ao externo; 2.º) reformular seus *planos, programas e projetos*, fazendo incluir, com profundidade, temas que impulsionem o reconhecimento e a valorização da dignidade da vida em todas as suas formas; 3.º) expandir essa (re)definição a respeito de nossa relação com nós mesmos, com os demais e com a natureza e ressignificar a representação social disso (livrando e descolonizando a todos do *carnismo* e suas implicações nada sustentáveis), de modo a promover a emancipação pacífica e harmônica dos que estão mais abaixo e mais abaixo ainda no sistema-mundo hegemônico capitalista; 4.º e 5.º) ampliar isso para o regional e o global, a partir de produções teóricas e práticas consistentes que (no desenvolver do dito nos itens 1.º, 2.º e 3.º) hão de ser construídas em conjunto em processos abertos que *visibilizem, desestabilizem e transformem*.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAQUE BRASIL SOCIOAMBIENTAL. Instituto Socioambiental. Editores Gerais: Beto Ricardo e Maura Campanili. São Paulo, 2008.

ALMEIDA NETO, Wilson Rocha de. *Inteligência e contra-inteligência no Ministério Público: aspectos práticos e teóricos da atividade como instrumento de eficiência no combate ao crime organizado e na defesa dos direitos fundamentais*. Belo Horizonte: Editora Dictum, 2009.

ANDRIOLI, Líria Ângela. Atividade Mercosul da Marcha Mundial das Mulheres – uma prática social da educação popular. Disponível em <http://br.monografias.com/trabalhos915/marcha-mundial-mulheres/marcha-mundial-mulheres.pdf>, acesso em 04/09/2016.

ARANTES, Rogério Bastos. Ministério Público na fronteira entre a Justiça e a Política. *Revista Justitia*. São Paulo, jul./dez., 2007.

\_\_\_\_\_. *Ministério Público e política no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré: Fapesp, 2002.

ARISTÓTELES. *Da alma*; tradução de Edson Bini. São Paulo, Edipro, 2011.

\_\_\_\_\_. *História dos animais*; tradução de Maria de Fátima Sousa e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. *Parva naturalia*; tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2012.

ATLAS DA CARNE: fatos e números sobre os animais que comemos. – Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2015.

ÁVILA, Flávia de. *Direito e direitos humanos: abordagem histórico-filosófica e conceitual*. Curitiba: Appris, 2014.

AXELROD, Alan. *Gandhi, CEO: 14 princípios essenciais para guiar e inspirar grandes líderes*; tradução Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BARRAGAN, Vicente; ROMERO, Rafael; SANZ, JOSÉ M. El principio de distribución del poder político como guía de la autorregulación participativa. Em: PRONER, Carol; CORREAS, Oscar (Coord.). *Teoría crítica dos direitos humanos: in memoriam Joaquín Herrera Flores*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

BEDAQUE, Paulo. O perigo que vem do espaço. *Revista Latino Americana de Educação em Astronomia - RELEA* /Universidade Federal de São Carlos. - n. 2, (2005). São Carlos (SP): UFSCar, n. 2, 2005.

BEKOFF, Marc. *A vida emocional dos animais: alegria, tristeza e empatia nos animais: um estudo científico capaz de mostrar a maneira como os vemos e os tratamos*; tradução Denise de C. R. Delela. São Paulo: Cultrix, 2010.

BENTHAM, Jeremy. *An Introduction to the Principles of Morals na Legislation*. Kitchener: Batoche Books, 2000.

BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do mundo*; tradução: versão brasileira da editora. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2008.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*; tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 04/09/2016.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional do Ministério Público. Manual de negociação e mediação para membros do Ministério Público. 2ª ed. Brasília: CNMP, 2015.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 21 de maio de 1993. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 04/09/2016.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 de fevereiro de 1993. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 04/09/2016.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. Planejamento Estratégico 2011-2020: Uma construção coletiva. Brasília: Secretaria-Geral do Ministério Público Federal, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Revisão do Planejamento Temático da PFDC, 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Relatório da Gestão 2012-2016 - PFDC, 2016.

CABALLERO, Francisco Sierra. Ciudadanía y espacio público. Una lectura crítica de los derechos humanos como cultura del cambio social. Em: MARTÍNEZ, Joaquín Recio (Coord.). *Reinventemos los derechos humanos* Sevilla: Atrapasueños Editorial, 2008.

CALABRICH, Bruno (Org.). Modelos de Ministérios Públicos e Defensorías del Pueblo, volume 1. *Ministérios Públicos Sul-americanos*. Brasília: ESMPU, 2014.

CALABRICH, Bruno. Defensoría del Pueblo: o modelo boliviano; em: CALABRICH, Bruno (Org.). *Modelos de Ministérios Públicos e Defensorías del Pueblo*, v. 3. Defensorías del Pueblo. Brasília: ESMPU, 2014.

CALLICOTT, J. Baird. Uma questão triangular. Em: GALVÃO, Pedro (Org. e trad.). *Os animais têm direitos? Perspectivas e argumentos*. Lisboa: Dinalivro, 2011.

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida*; tradução de Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Editora Cultrix, 1997.

\_\_\_\_\_. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARBALLIDO, Manuel E. Gándara. Hacerse camino al andar. Em: MARTÍNEZ, Joaquín Recio (Coord.). *Reinventemos los derechos humanos*. Sevilha: Atrapasueños Editorial, 2008.

CARDOSO, Elza Silva. *Contra o liberalismo, a favor da democracia: a concepção política da Igreja Católica em meados do século XX*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2009.

CARLEIAL, Aydano Barreto. Uma breve história da conquista espacial. Brasília: *Revista Parcerias Estratégicas*, do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), v. 4, n. 7, 2009.

CARVALHO JÚNIOR, Antonio Ferreira de. *Ecologia profunda ou ambientalismo superficial? O conceito de ecologia e a questão ambiental junto aos estudantes*. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

CHAPARRO AMAYA, Adolfo. Pluralismo jurídico, autonomia y separatismo en la política boliviana. Equador: *Revista de Ciencias Sociales*, nº. 39, 2011.

CHUAHY, Rafaella. *O extermínio dos animais*. Rio de Janeiro: Zit, 2006.

\_\_\_\_\_. *Manifesto pelos direitos dos animais*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

COHEN, Carl. Os animais têm direitos?; Em: GALVÃO, Pedro (Org. e trad.). *Os animais têm direitos? Perspectivas e argumentos*. Lisboa: Dinalivro, 2011.

CONTE, Carlos Brasília. *Pitágoras: ciência e magia na Antiga Grécia*. São Paulo: Madras, 2015.

COPELLI, Giancarlo Montagner. Resenha da obra Teoria crítica dos direitos humanos: os direitos humanos como produtos culturais, de Joaquín Herrera Flores. Ijuí (Editora Unijuí): *Revista Direitos Humanos e Democracia*, v. 2, n. 3, jan./jun., 2014.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies e a seleção natural*; tradução de Soraya Freitas. – São Paulo: Madras, 2014.

DE MORAES, Thiago P. Bernardes; SANTOS, Romer Mottinha. Os Protestos no Brasil: um estudo sobre as pesquisas na web e o caso da Primavera Brasileira. Assunção: *Revista Intern. de Investigación en Ciencias Sociales*, v. 9, n. 2, 2013.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*; tradução de Maria Ermantina Galvão; revisão da tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DIAS, Edna Cardozo. Direitos dos animais e isonomia jurídica. Salvador: *Revista Brasileira de Direito Animal*, ano 2, núm. 3, jul-dez., 2007.

\_\_\_\_\_. Os animais como sujeitos de direito. Salvador: *Revista Brasileira de Direito Animal*, vol. 1, núm. 1, jan-dez., 2006.

DIAS, Jefferson Aparecido. Pessoas idosas: da riqueza econômica à riqueza humana. Em: MANENTE, Ruben Rockenbach; DIAS, Jefferson Aparecido; SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano (Org.). *Teoria Crítica dos Direitos Humanos: das lutas aos direitos*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

ENRIQUEZ, Eugène. *Da Horda ao Estado*. R. Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

FALCÃO JÚNIOR, Alfredo Carlos Gonzaga. Planejamento Estratégico do MPF (2011-2020): incentivo aos arranjos informais de cooperação?. *Boletim Científico – Escola Superior do Ministério Público da União*. Brasília: ESMPU, ano 12, n. 40, jan./jun., 2013.

FARENA, Duciran Van Marsen. A Defensoria do Povo na Colômbia; em: CALABRICH, Bruno (Org.). *Modelos de Ministérios Públicos e Defensorías del Pueblo*, v. 3., Defensorías del Pueblo. Brasília: ESMPU, 2014.

FEIJÓ, Anamaria Gonçalves dos Santos. A dignidade e o animal não-humano; Em: MOLINARO, Carlos Alberto; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago [org.]. *A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária*. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

FELIPE, Sônia T. Dos direitos morais aos Direitos Constitucionais: para além do especismo elitista e eletivo. Salvador: *Revista Brasileira de Direito Animal*, ano 2, número 2, janeiro-junho, 2007.

\_\_\_\_\_. Antropocentrismo, Sencientismo e Biocentrismo: perspectivas éticas abolicionistas, bem-estaristas e conservadoras e o estatuto de animais não humanos. São Paulo: *Revista Páginas de Filosofia*, v. 1, nº. 1, janeiro-julho, 2009.

FERRAJOLI, Luigi. Los fundamentos de los derechos fundamentales. Em: FERRAJOLI, Luigi. *Los fundamentos de los derechos fundamentales: debate con Luca Baccelli, Michelangelo Bovero, Riccardo Guastini, Mario Jori, Anna Pintore, Ermanno Vitale e Danilo Zolo*. Edición de Antonio de Cabo y Gerardo Pisarello. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos humanos fundamentais*. – 15. ed. – São Paulo: Saraiva, 2016.

FRANCIONE, Gary L. *Introdução aos direitos animais: seu filho ou o cachorro?*; tradução de Regina Rheda. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2012.

GANDHI, Mohandas K. *Autobiografia – minha vida e minhas experiências com a verdade*; tradução de: Humberto Mariotti *et al.* São Paulo: Palas Athena, 2007.

GARCIA, Carlos Roberto Diogo. *Saúde e Ministério Público: em busca de uma prática impura dos direitos humanos*. Tesina (Doctorado en Derechos Humanos y Desarrollo). Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2008.

GARCIA, Emerson. *Ministério Público: Organização, atribuições e regime jurídico*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

GARCIA, Fernando Cacciatore de. *Fronteira Iluminada. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

GIULIETTI, Ana Maria; HARLEY, Raymond Mervin; QUEIROZ, Luciano Paganucci de; RAPINI, Alessandro. *Rumo ao amplo conhecimento da biodiversidade do semi-árido brasileiro*. Universidade Estadual de Feira de Santana. Disponível em [https://www.researchgate.net/profile/Alessandro\\_Rapini/publication/267964729\\_Rumo\\_ao\\_Amplo\\_Conhecimento\\_da\\_Biodiversidade\\_do\\_Semi-rido\\_Brasileiro/links/54be71210cf218da9391ec3b.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Alessandro_Rapini/publication/267964729_Rumo_ao_Amplo_Conhecimento_da_Biodiversidade_do_Semi-rido_Brasileiro/links/54be71210cf218da9391ec3b.pdf), acesso em 04/09/2016.

GOMES, Luís Roberto. *O Ministério Público e o controle da omissão administrativa: o controle da omissão estatal no direito ambiental*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

GRANDIN, Temple; JOHNSON, Catherine. *O bem-estar dos animais: proposta de uma vida melhor para todos os bichos*; tradução de Angela Lobo de Andrade. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*; tradução de Mary Cardoso. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

HARDING, Stephan. *Terra viva: ciência, intuição e a evolução de Gaia – para uma nova compreensão da vida em nosso planeta*; tradução Mário Molina. São Paulo: Cultrix, 2008.

HARRISON, Keith. *Você: o peixe que evoluiu: a incrível história sobre a teoria da evolução de Charles Darwin e o futuro do homem*; tradução de: Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Cultrix, 2009.

HAWKING, Stephen. *O universo numa casca de noz*; tradução de: Mônica Gagliotti Fortunato Friaça; consultoria de: Amâncio César Santos Friaça. São Paulo: Ediouro, 2009.

HERRERA FLORES, Joaquín. *A reinvenção dos direitos humanos*; tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

\_\_\_\_\_. Dez bases para a consideração dos povos indígenas em isolamento autônomo como sujeitos de direitos humanos; traduzido e adaptado por Jefferson Aparecido Dias, Antônio Henrique Graciano Suxberger e Carlos Roberto Diogo Garcia. Em: MANENTE, Ruben Rockenbach; DIAS, Jefferson Aparecido;

SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano (Org.). *Teoria Crítica dos Direitos Humanos: das lutas aos direitos*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.

\_\_\_\_\_. *Los derechos humanos como productos culturales*. Madrid: Catarata, 2005.

\_\_\_\_\_. *Teoria crítica dos direitos humanos: os direitos humanos como produtos culturais*; tradução de: Luciana Caplan; Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

\_\_\_\_\_. *El Proceso Cultural: materiales para la creatividad humana*. Sevilla: Aconcagua Libros, 2005.

\_\_\_\_\_. 16 premissas de uma teoría crítica del derecho. Em: PRONER, Carol; CORREAS, Oscar (Coord.). *Teoria crítica dos direitos humanos: in memoriam Joaquín Herrera Flores*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

HERRERA, Carlos Miguel. Filosofía de los derechos humanos en tiempos de globalización. Dos tentativas sobre Joaquín Herrera Flores (incluyendo un recuerdo). Em: PRONER, Carol; CORREAS, Oscar (Coord.). *Teoria crítica dos direitos humanos: in memoriam Joaquín H. Flores*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

HOFF, Luiz Felipe. *Ponto de ruptura: desafios da sociedade sustentável*. Porto Alegre: Alegoria, 2008.

HOUTART, François. Ha pasado a la historia Joaquín Herrera Flores. Em: PRONER, Carol; CORREAS, Oscar (Coord.). *Teoria crítica dos direitos humanos: in memoriam Joaquín Herrera Flores*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

JOFFE, George. A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro. Relações Internacionais, Lisboa, n. 30, junho de 2011. Disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992011000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000200006&lng=pt&nrm=iso), acesso em 30/04/2016.

JOY, MELANIE. *Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas: uma introdução ao carnismo – o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não*; tradução de: Mário Molina. São Paulo: Cultrix, 2014.

KANT, Immanuel. *A metafísica dos costumes*; tradução de Edson Bini. Bauru-SP: EDIPRO, 2003.

KRINSTIN, Von Kreisler. *A bondade nos animais: histórias verdadeiras de animais que preferem fazer o bem*; tradução de: Newton Roberval Eichemberg. São Paulo Cultrix, 2005.

LAPIERRE, Dominique; COLLINS, Larry. *Esta noite a liberdade*; tradução de: Ricardo Albery e Maria Arminda Farias; texto revisado por Fernando N. Rodrigues. São Paulo-Rio de Janeiro: Difel, 1976.

LEAL, Alejandra. Burocracia, justicia y pluralismo jurídico: una exploración de los espacios del poder em Oaxaca. México: *R. Alteridades*, vol. 16, nº. 31, jan-jun, 2006.

LEOPOLD, Aldo. *A sand county almanac: with Essays on Conservation from Round River*. New York: Ballantine Books, 1970.

LLANO, Jairo Vladimir. La aparición del Estado Social de Derecho y el reconocimiento del pluralismo jurídico. Bogotá: *Revista Pensamiento Jurídico*, nº. 32, setembro-dezembro, 2011.

LOPES, Andrea Franco. *Por que me tornei Vegetariano: 236 depoimentos sobre a mudança de comportamento que irá mudar o mundo*. Limeira-SP: Editora Conhecimento, 2012.

LOVELOCK, James. *Gaia: alerta final*; tradução de Vera de Paula Assis, Jesus de Paula Assis. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

LOVELOCK, James. *Gaia: alerta final*; tradução de: Vera de Paula Assis, Jesus de Paula Assis. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

MACMAHAN, Jeff. Comer animais com amabilidade. Em: GALVÃO, Pedro (Org.). *Os animais têm direitos? Perspectivas e argumentos*. Lisboa: Dinalivro, 2011.

MARIANO, Neusa de Fátima. O lugar do caipira no processo de modernização. *Universidad de Barcelona. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Nº 69 (22), 1º. de agosto de 2000. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-22.htm>, acesso em 04/09/2016.

MARUM, Jorge Alberto Oliveira. *Ministério Público e direitos humanos*. Campinas: Bookseller, 2005.

MAZZILLI, Hugo Nigro. *Ministério Público*. São Paulo: Damásio de Jesus, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Ministério Público na Constituição de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1988.

MIGLIORE, Alfredo Domingues Barbosa. *Personalidade Jurídica dos grandes primatas*. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

MOLINARO, Carlos Alberto; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago [org.]. *A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária*. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto; GARGIONI, Sérgio Luiz. *Desenvolvimento da Região Sul do Brasil. Um olhar territorial para o desenvolvimento: Sul*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014.

MOSCOVICI, Serge. *Sociedade contra natureza*; tradução de: Epharim Ferreira Alvez. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. *Representações sociais em psicologia social*; tradução de Pedrinho A. Guareschi. – 5ª. Ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2007.

MUNÑOZ, Alejandro Anaya. La construcción internacional de los derechos humanos: el papel de las Relaciones Internacionales. Cidade do México: *Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM*, núm. 104, maio-agosto de 2009.

MUÑOZ, Francisco A; MARTÍNEZ, Mario López. *Historia de la paz: tiempos, espacios y actores*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2000.

NACONECY, Carlos. Bem-estar animal ou libertação animal? Uma análise crítica da argumentação antibem-estarista de Gary Francione. *Revista Brasileira de Direito Animal*, ano 4, núm. 5, jan-dez 2009.

\_\_\_\_\_. *Ética e animais: um guia de argumentação filosófica*; 2ª. ed.; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

NAESS, Arne. *Ecology of wisdom: writings by Arne Naess*. Berkeley (USA): 2008.

NARVESON, Jan. Moralidade e Animais. Em: GALVÃO, Pedro (Org. e trad.). *Os animais têm direitos? Perspectivas e argumentos*. Lisboa: Dinalivro, 2011.

NOGUEIRA, Vânia Márcia Damasceno. *Direitos fundamentais dos animais: a construção jurídica de uma titularidade para além dos seres humanos*. Belo Horizonte: Arraes, 2012.

NUNES, João Arriscado; MATIAS, Marisa; MATOS, Ana Raquel; NEVES, Daniel. *Para o Povo, com o povo e desde o povo: os orçamentos participativos enquanto instrumentos de participação e capacitação pública*. Disponível em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/535.pdf>, acesso em 04/09/2016.

OLÍMPIO, Elisandra de Oliveira. Defensorías Del Pueblo Sul-americanas - Peru; em: CALABRICH, Bruno (Org.). *Modelos de Ministerios Públicos e Defensorías del Pueblo*, v. 3. *Defensorías del Pueblo*. Brasília: ESMPU, 2014.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. *Petróleo e segurança internacional: aspectos globais e regionais das disputas por petróleo na África Subsaariana*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2007. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11150/000607059.pdf?...1>, acesso em 27/05/2016.

PACHECO, Cristiano de Souza Lima. A Constituição do Equador e o direito dos animais em um mundo em transformação. Salvador: *Revista Brasileira de Direito Animal*, ano 7, volume 10, janeiro-junho, 2012.

PAIXÃO, Rita Leal. *Experimentação animal: razões e emoções para uma ética*. Tese apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública para obtenção do grau de Doutor. Rio de Janeiro; 2001. Disponível em [http://portalteses.ict.fiocruz.br/transf.php?script=thes\\_cover&id=000039&lng=pt&nrm=iso](http://portalteses.ict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_cover&id=000039&lng=pt&nrm=iso), acesso:06/09/2016.

PALMER, Joy A. *50 grandes ambientalistas: de Buda a Chico Mendes*. Joy A. Palmer (organizadora); tradução de: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Contexto, 2006.



PICOLLI, Emmanuelle. El pluralismo jurídico y político em Perú: el caso de las Rondas Campesinas de Cajamarca. Equador: *Revista de Ciencias Sociales*, n.º 31, maio, 2008.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. – 15. ed., rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2015.

PREBISCH, Raúl. La periferia latinoamericana en el sistema global del capitalismo. Santiago do Chile: *Revista de la CEPAL*, n.º. 13, abril, 1981.

PRONER, Carol. Reinventando los derechos humanos: el legado de Joaquín Herrera Flores. Em: PRONER, Carol; CORREAS, Oscar (Coord.). *Teoría crítica dos direitos humanos: in memoriam Joaquín Herrera Flores*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

PUREZA, José Manuel. Derechos Humanos y Cultura de Paz: “Dangerous Liaisons ?”. Em: Isa, Felipe Gómez (org.). *La protección internacional de los derechos humanos en los albores del siglo XXI*. Bilbao: Univ. de Deusto, 2003.

RACHELS, James. Darwin, Espécie e Moralidade. Em: GALVÃO, Pedro (Org.). *Os animais têm direitos? Perspectivas e argumentos*. Lisboa: Dinalivro, 2011.

RAMOS, André de Carvalho. Defensoría del Pueblo na Argentina e o Ministério Público brasileiro: a busca da efetivação dos direitos humanos; em: CALABRICH, Bruno (Org.). *Modelos de Ministérios Públicos e Defensorías del Pueblo*, volume 3. *Defensorías del Pueblo*. Brasília: ESMPU, 2014, pp. 17-18.

REGAN, Tom. *Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais*; tradução de: Regina Rheda; revisão técnica de: Sonia Felipe, Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2006.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICHTER, Hildegard Bromberg (org.). *Apreendendo a respeitar a vida*. S. Paulo: Paulus, 1997.

RODRIGUES, Carmem Izabel. *Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença*. Disponível em [http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3207/1/Artigo\\_CaboclosAmazoniaIdentidade.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3207/1/Artigo_CaboclosAmazoniaIdentidade.pdf), acesso em 04/09/2016.

RODRIGUES, Danielle Tetü. *O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa*; 2ª edição. Curitiba: Juruá, 2008.

ROHDEN, Huberto. *Mahatma Gandhi*. São Paulo: Alvorada, 1977.

ROSA, Alexandre Reis; ALCADIPANI, Rafael. A terceira margem do rio dos estudos críticos sobre administração e organizações no Brasil: (re)pensando a crítica a partir do pós-colonialismo. São Paulo: *Revista de Administração Mackenzie (RAM)*, v. 14, n. 6, nov-dez., 2013.

RYDER, Richard. Os animais e os direitos humanos. *Revista Brasileira de Direito Animal*, ano 4, vol. 3, janeiro-dezembro, 2008.

SABATO, Ernesto. *A resistência*; tradução de Sérgio Molina. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

SALGADO, Carmem M. Rodríguez. Los Derechos Humanos en América Latina: por qué, para qué y para quién. *Revista de Psicología desde el Caribe*, núm. 8, julho-dezembro, 2001.

SANTANA, Heron José de. *Abolicionismo animal*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito do Recife/Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor. Recife, 2006. Disponível em [http://repositorio.ufpe.br:8080/bitstream/handle/123456789/4037/arquivo6005\\_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br:8080/bitstream/handle/123456789/4037/arquivo6005_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y), acesso em 06/09/2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. São Paulo: *Revista Novos Estudos - CEBRAP*, nº. 79, nov., 2007.

\_\_\_\_\_. Para uma concepção Intercultural dos Direitos Humanos. Em: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; e PIOVESAN, Flávia [coord.]. *Igualdade, Diferença e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010.

SANTOS, Mauro Cichowski dos Santos. Defensoría Del Pueblo da República do Paraguai; em: CALABRICH, Bruno (Org.). Modelos de Ministérios Públicos e Defensorías del Pueblo, v. 3. *Defensorías del Pueblo*. Brasília: ESMPU, 2014.

SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. – 5.<sup>a</sup> ed., 2.<sup>a</sup> reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. - 9<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. P. Alegre: L. do Advogado, 2007.

\_\_\_\_\_.; FENSTERSEIFER, Tiago. Algumas notas sobre a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana e sobre a dignidade da vida em geral; Em: MOLINARO, Carlos Alberto; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago [org.]. *A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária*. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

SARMENTO, Daniel. *Livres e Iguais: Estudos de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

SCHURÉ, Édouard. *Os Grandes Iniciados: Pitágoras*; tradução de Domingos Guimarães. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

SEGATO, Rita L. [et al.]; BIDASECA, Karina (Coord). Por una nueva imaginación social y política en América Latina (Manifiesto). Em: Genealogías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente. Buenos Aires: Clacso, 2016.

SHIVA, Vandana. *Guerras por água: privatização, poluição e lucro*; tradução Georges Kormikiaris. São Paulo: Radical Livros, 2006.

SINGER, Peter. *Libertação Animal*; tradução de: Marly Winckler, Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_.; MASON, Jim. *A ética da alimentação: como nossos hábitos alimentares influenciam o meio ambiente e o nosso bem-estar*; tradução de: Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SOLISTI-MATTELO, Kate. *Conversando com os cães: um diálogo incomum de sabedoria*; tradução de Denise C. Rocha Delela. São Paulo: Cultrix, 2007.

SOUZA, Ricardo Timm de. Ética e animais – Reflexões desde o imperativo da alteridade. Em: MOLINARO, Carlos Alberto; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago [org.]. *A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008.

\_\_\_\_\_.; FARIAS, André Brayner de; e FABRI, Marcelo (Org.). *Alteridade e ética: obra comemorativa dos 100 anos de nascimento de Emmanuel Levinas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

STRECK, Lenio Luiz; FELDENS, Luciano. *Crime e Constituição: a legitimidade da função investigatória do Ministério Público*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano. Formação e ponto de inflexão: entre palavras e verdades. Em: PRONER, Carol; CORREAS, Oscar (Coord.). *Teoria crítica dos direitos humanos: in memoriam Joaquín H. Flores*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

TANIGUCHI, Masanobu. *Primeiro passo para a paz*; tradução de Seicho-No-le do Brasil. São Paulo: Seicho-No-le do Brasil, 2006.

TAPETY, Clésio Ibiapina. *Os direitos humanos na construção de uma cultura de paz: meios de construção ou de demolição?* Boletim Científico – Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília: ESMPU, ano 10, n. 34, jan./jun., 2011.

TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature: A Theory of Environmental Ethic*. New Jersey: Princeton University Press, 2011.

TINOCO, Isis Alexandra Pincella; CORREIA, Mary Lúcia Andrade. Análise Crítica sobre a Declaração Universal dos Direitos dos Animais. Salvador: *Revista Brasileira de Direito Animal*, ano 5, volume 7, jul-dez 2010.

TOLSTÓI, Liev. *O reino de Deus está em vós*; tradução de Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2011.

TSÉ-TUNG, Mao. *O Livro Vermelho*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

TUFTE, Thomas. O renascimento da Comunicação para a transformação social: redefinindo a disciplina e a prática depois da 'Primavera Árabe'. São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 36, n. 2, 2013.

VELOSO, Maria Cristina Brugnara. *A condição animal: uma aporia moderna*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.

WALIGORA, Sheila. *Eu falo, Tu falas... Eles falam: guia completo para comunicação entre espécies*. Carmo da Cachoeira-MG: Editora IRDIN, 2008.

WILKINSON, Philip. *Religiões: guia ilustrado*; tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. -5. ed. rev. – São Paulo: Saraiva, 2006.

\_\_\_\_\_. BATISTA, Anne Carolinne. Direitos humanos e processos de luta na perspectiva da interculturalidade. Em: PRONER, Carol; CORREAS, Oscar (Coord.). *Teoria crítica dos direitos humanos: in memoriam Joaquín Herrera Flores*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

\_\_\_\_\_. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito*. -4. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015.

## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-09/lider-mundial-brasil-vende-carne-de-frango-para-150-paises>. Acesso: 15/06/2016.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso: 19/06/2016.

[http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/static/pdf/portaria\\_mma\\_443\\_2014.pdf](http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/static/pdf/portaria_mma_443_2014.pdf). Acesso: 29/06/2016.

<http://comitepaz.org.br/index.php/19o-forum-nao-existe-caminho-para-a-paz-a-paz-e-o-caminho-mahatma-gandhi/>. Acesso: 29/07/2016.

<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2016/02/cientistas-estimam-quantas-pessoas-vivem-com-falta-de-agua-no-mundo-4-bilhoes.html>. Acesso: 28/07/2016.

<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/processo-de-impeachment-e-aberto-e-dilma-e-afastada-por-ate-180-dias.html>. Acesso: 15/06/2016.

[http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2010\\_PT\\_Chapter3\\_reprint.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Chapter3_reprint.pdf). Acesso: 28/08/2011.

[http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2010\\_PT\\_Chapter6\\_reprint.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Chapter6_reprint.pdf). Acesso: 28/08/2011.

[http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2011\\_PT\\_Complete.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf). Acesso: 16/11/2012.

[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_1994\\_es\\_completo\\_nostats.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_1994_es_completo_nostats.pdf). Acesso: 07/05/2016.

<http://latinoamericana.org/2010/info/docs/046NaesManifiestoEcologiaProfunda.pdf>. Acesso: 25/5/2016.

<https://www.genome.gov/27545755/lita-m-proctor-phd/> e <https://hypescience.com/quantas-bacterias-nos-temos-no-nosso-corpo/>, acessos em 08/09/2016.

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/vida/noticia/2016/05/no-futuro-teremos-coqueteis-de-probioticos-para-quando-estivermos-doentes-diz-pesquisador-5795346.html#>; e <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4769596U4>, acessos em 08/09/2016.

<https://www.youtube.com/watch?v=NqUSJWec3pM>; e também: <http://www.conwaylife.com/>; e <https://www.youtube.com/watch?v=C2vgICfQawE>, acessos: 08/09/2016.

<http://medias.canalrural.com.br/resources/pdf/0/4/1443017574640.pdf>. Acesso: 28/06/2016.

[http://mpeduc.mp.br/admin/mpeduc-balanco-revela-quase-dois-milhoes-de-alunos-beneficiados-pelo-projeto/mostra\\_noticia\\_interna](http://mpeduc.mp.br/admin/mpeduc-balanco-revela-quase-dois-milhoes-de-alunos-beneficiados-pelo-projeto/mostra_noticia_interna). Acesso: 19/08/2016.

<http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/cnmp/projeto-de-combate-a-escravidao-contemporanea-vence-premio-cnmp>. Acesso: 20/08/2016.

[http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy\\_of\\_direitos-do-cidadao/mpeduc-mpf-e-mp-se-convocam-todos-os-prefeitos-de-sergipe-para-firmar-compromisso-pela-educacao](http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_direitos-do-cidadao/mpeduc-mpf-e-mp-se-convocam-todos-os-prefeitos-de-sergipe-para-firmar-compromisso-pela-educacao). Acesso: 21/08/2016.

<http://noticias.r7.com/saude/relatorio-nao-pede-que-pessoas-parem-de-comer-carnes-processadas-diz-oms-30102015>. Acesso em 02/08/2016.

<http://oglobo.globo.com/economia/negocios/a-vaca-sagrada-na-india-mas-pais-o-maior-exportador-de-carne-vermelha-17103904>. Acesso: 12/06/2016.

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=6&data=22/05/2014&captchafield=firistAccess>. Acesso: 30/05/2016.

<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/#&panel1-2&panel2-8&panel3-10>. Acesso: 11/08/2016.

<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuuacao-e-conteudos-de-apoio/grupos-de-trabalho/saude/institucional/apresentação>. Acesso: 20/08/2016.

<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/informativos/edicoes-2016/agosto/saude-mental-desinstitucionalizacao-de-pacientes-psiquiatricos-e-tema-de-documentario/>. Ac: 25/08/2016.

<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/institucional/a-procuradoria-federal/a-pfdc/resolucoes-enpdc/pg>. Acesso: 19/08/2016.

<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/institucional/a-procuradoria-federal/a-pfdc/legislacao-institucional/portaria-pgr-653.2012>. Acesso: 19/08/2016.

[http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/institucional/eventos-institucionais/enpdcs/x-enpdc/resultado\\_plenarias\\_deliberativas](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/institucional/eventos-institucionais/enpdcs/x-enpdc/resultado_plenarias_deliberativas). Acesso: 17/08/2016.

<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/institucional/grupos-de-trabalho/gts/>. Acesso: 11/08/2016.

<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI108922-15228,00EPOCA+OS+BRASILEIROS+MAIS+INFLUENTES+DE.html>. Acesso: 26/08/2016.

<http://riosvivos.org.br/noticias/taus-no-pantanal-um-instrumento-protetor-de-comunidades-vulneraveis/>; <http://www.riosvivos.org.br/canal.php?c=289&mat=17953>; <http://www.riosvivos.org.br/canal.php?c=503&mat=18466>; <http://riosvivos.org.br/pagina-inicial/destaque-inferior/spu-declara-ser-de-intere> sse-publico-area-da-comunidade-da-barra-do-sao-lourenco/; <http://riosvivos.org.br/noticias-ecoa/casas-adaptadas-para-comunidades-tradicionais-do-pantanal/>. Acessos: 20/08/2016.

<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001461/146180por.pdf>. Acesso: 31/07/2016.

<http://www.abiec.com.br/noticia.asp?id=1462#.V2FCrDU0CUI>. Acesso: 15/06/2016.

<http://www.agricultura.gov.br/animal/especies/bovinos-e-bubalinos>. Acesso: 15/06/2016.

<http://www.anpr.org.br/premiorepublica/>. Acesso: 31/05/2016.

[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/PROJECoes\\_DO\\_AGRONEGOCIO\\_2025\\_WEB .pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/PROJECoes_DO_AGRONEGOCIO_2025_WEB.pdf). Acesso: 28/06/2016.

[http://www.bbc.com/portuguese/ciencia/2010/03/100324\\_carne\\_clima\\_dg.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/ciencia/2010/03/100324_carne_clima_dg.shtml): 02/08/2016.

[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150621\\_china\\_festival\\_carne\\_cachorro\\_lab](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150621_china_festival_carne_cachorro_lab). Acesso: 12/06/2016.

[http://www.biodiversidade.rs.gov.br/portal/index.php?acao=secoes\\_portal&id=43&submenu=23, acesso](http://www.biodiversidade.rs.gov.br/portal/index.php?acao=secoes_portal&id=43&submenu=23, acesso). Acesso: 22/06/2016.

<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/06/cresce-numero-de-municipios-no-brasil-em-2013>. Acesso: 05/08/2016.

<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/10/dilma-anuncia-reforma-com-reducao-de-oito-ministerios-e-corte-de-3-mil-cargos-comissionados>. Acesso: 28/06/2016.

[http://www.brasilpost.com.br/associaaao-nacional-dos-procuradores-da-republica-/carne-legal-avanca-com-ma\\_b\\_9502190.html](http://www.brasilpost.com.br/associaaao-nacional-dos-procuradores-da-republica-/carne-legal-avanca-com-ma_b_9502190.html), acesso em 25/08/2016.

[http://www.carta.daterrabrasil.com.br/prt/what\\_is.html](http://www.carta.daterrabrasil.com.br/prt/what_is.html). Acesso: 26/08/2016.

<http://www.cjf.jus.br/cjf/>. Acesso: 17/08/2016.

<http://www.cnmp.mp.br>. Acessos em 11, 12, 20 e 25/08/2016.

a) <http://www.guiadenutricao.com.br/qual-a-diferenca-entre-ser-vegetariano-e-vegano/>. Acesso: 02/08/2016.

[http://www.iarc.fr/en/media-centre/pr/2015/pdfs/pr240\\_S.pdf](http://www.iarc.fr/en/media-centre/pr/2015/pdfs/pr240_S.pdf). Acesso: 02/08/2016.

<http://www.incra.gov.br/noticias/incra-aposta-em-novo-modelo-de-aquisicao-de-terras>. Acesso: 25/08/2016.

<http://www.icmbio.gov.br/portal/especies-ameacadas-destaque>. Acesso: 29/06/2016.

<http://www.institutoninarosa.org.br/site/material-educativo-2/a-carne-e-frac/>. Ac: 25/08/2016.

<http://www.lunessincarne.net/campana/>. Acesso: 25/08/2016.

<http://www.me.gov.ar/efeme/diaanimal/derecho.html>. Acesso: 25/05/2016.

<http://www.meatfreemondays.com/about/>. Acesso: 25/08/2016.

<http://www.mma.gov.br/biomas/amazonia>; <http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga>; <http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>; <http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atlantica>; <http://www.mma.gov.br/biomas/pantanal>; <http://www.mma.gov.br/informma/item/7389-premio-chico-mendes-homenageia-defensores-da-floresta>. Acessos: 22 e 26/08/2016.

<http://www.mpba.mp.br/>; <http://www.mpap.mp.br/>; <http://www.mpal.mp.br/>; <http://www.mpam.mp.br/>; <http://www.mpdf.mp.br/>; <http://www.mpes.mp.br/>; <http://www.mpf.mp.br/>; <http://www.mpggo.mp.br/>; <http://www.mpma.mp.br/>; <http://www.mpms.mp.br/>; <http://www.mpms.mp.br/>; <http://www.mpms.mp.br/>.

mppa.mp.br; <http://www.mppb.mp.br>; <http://www.mppe.mp.br>; <http://www.mppi.mp.br>; <http://www.mprj.mp.br>; <http://www.mprn.mp.br>; <http://www.mpro.mp.br>; <http://www.mprs.mp.br>; <http://www.mpse.mp.br>; <http://www.mpsp.mp.br>; <http://www.mpmg.mp.br>; <http://www.mpmr.mp.br>; <http://www.mpsc.mp.br>; <http://www.mpto.mp.br>. Ac: agosto/2016.

<http://www.ombudsman.europa.eu/start.faces>. Acesso: 05/08/2016.

<http://www.premioinnovare.com.br/sobre>. Acesso: 20/08/2016.

<http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2010/06/atividade-aproxima-mp-e-justica-da-populacao-em-ms>. Acesso: 21/08/2016.

[http://www.prse.mpf.mp.br/signo/vernoticiaInternet.php?cod\\_noticia=5946](http://www.prse.mpf.mp.br/signo/vernoticiaInternet.php?cod_noticia=5946). Ac: 30/05/2016.

[http://www.prsp.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/noticias\\_prsp/16-12-14-2013-mpf-sp-vence-premio-innovare-com-iniciativa-pela-desinternacao-e-reinsercao-social-de-pacientes-psiquiatricos](http://www.prsp.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/noticias_prsp/16-12-14-2013-mpf-sp-vence-premio-innovare-com-iniciativa-pela-desinternacao-e-reinsercao-social-de-pacientes-psiquiatricos). Acesso: 20/08/2016.

<http://www.prsp.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/pdfs-das-noticias/TAC%20SOROCABA%20ASSINADO.pdf>. Acesso: 20/08/2016.

<http://www.revistaveterinaria.com.br/2014/03/31/o-que-e-descorna-e-como-realizar/>: 1.º/8/16.

<http://www.segundasemcarne.com.br/o-que-e-a-campanha/>. Acesso: 25/08/2016.

<http://www.svb.org.br/livros/impactos-alimentacao.pdf>. Acesso: 12/06/2016.

<http://www.unep.org/publications/>. Acesso: 02/08/2016.

<http://www.unesco.org>. Acesso: 20/05/2016.

<http://www.veggietal.com.br/primeira-cidade-vegetariana/>. Acesso: 25/08/2016.

<https://bibliotecaonu.wordpress.com/2010/06/17/onu-recomenda-dieta-vegana-para-combater-mudanca-climatica/>. Acesso: 02/08/2016.

<https://nacoesunidas.org/degradacao-do-solo-e-secas-causam-malnutricao-cronica-de-800-milhoes-de-pessoas-alerta-chefe-da-onu/>. Acesso: 18/06/2016.

<https://www.embrapa.br/tema-pesca-e-aquicultura>. Acesso: 28/06/2016.

[www.ac.gov.br](http://www.ac.gov.br); [www.amapa.gov.br](http://www.amapa.gov.br); [www.amazonas.am.gov.br](http://www.amazonas.am.gov.br); [www.ba.gov.br](http://www.ba.gov.br); [www.brasilia.df.gov.br](http://www.brasilia.df.gov.br); [www.ceara.gov.br](http://www.ceara.gov.br); [www.cidadao.pr.gov.br](http://www.cidadao.pr.gov.br); [www.es.gov.br](http://www.es.gov.br); [www.governo.al.gov.br](http://www.governo.al.gov.br); [www.ma.gov.br](http://www.ma.gov.br); [www.mg.gov.br](http://www.mg.gov.br); [www.ms.gov.br](http://www.ms.gov.br); [www.pa.gov.br](http://www.pa.gov.br); [www.paraiba.pb.gov.br](http://www.paraiba.pb.gov.br); [www.pe.gov.br](http://www.pe.gov.br); [www.pi.gov.br](http://www.pi.gov.br); [www.portal.rr.gov.br](http://www.portal.rr.gov.br); [www.rj.gov.br](http://www.rj.gov.br); [www.rn.gov.br](http://www.rn.gov.br); [www.rondonia.ro.gov.br](http://www.rondonia.ro.gov.br); [www.rs.gov.br](http://www.rs.gov.br); [www.saopaulo.sp.gov.br](http://www.saopaulo.sp.gov.br); [www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br); [www.se.gov.br](http://www.se.gov.br); [www.to.gov.br](http://www.to.gov.br). Acessos: junho/2016.